

PROSPECTO DEFINITIVO DE DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DA 11ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,  
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, DA  
COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP

CNPJ nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta  
Rua Costa Carvalho, nº 300, 05429-900, São Paulo - SP



SECRETARIA DE  
SANEAMENTO E ENERGIA



**R\$1.215.000.000,00**

**Rating Standard & Poor's: brAA-**

**Códigos ISIN nºs BRSBSPDBS0U7 (1ª série) e BRSBSPDBS0V5 (2ª série)**

A COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP ("SABESP", "Companhia" ou "Emissora") está realizando uma distribuição pública de 1.215.000 (um milhão, duzentas e quinze mil) debêntures simples da sua 11ª Emissão, não conversíveis em ações, todas nominativas e escriturais, da espécie quirografária, em duas séries, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais) ("Debêntures"), no dia 1º de março de 2010 ("Data da Emissão"), no valor total de R\$ 1.215.000.000,00 (um bilhão, duzentas e quinze milhões de reais) ("Emissão" ou "Oferta"), sendo a primeira série no montante de R\$ 810.000.000,00 (oitocentos e dez milhões de reais) e a segunda série no montante de R\$ 405.000.000,00 (quatrocentos e cinco milhões de reais). A quantidade de Debêntures inicialmente oferecida (sem considerar as Debêntures do Lote Suplementar, conforme abaixo definido) poderia ser aumentada, a critério da Emissora, com a concordância do Coordenador Líder, e observado o limite estabelecido no artigo 60 da Lei nº 6404, de 15 de dezembro de 1976, e posteriores alterações ("Lei das Sociedades por Ações"), em até 20% (vinte por cento) com relação à quantidade de Debêntures originalmente oferecida ("Debêntures Adicionais"), nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400") ("Opção de Debêntures Adicionais"). A Opção de Debêntures Adicionais foi exercida integralmente, representando um aumento de 20% às Debêntures originalmente oferecidas. Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, e observado o limite estabelecido no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, a quantidade de Debêntures inicialmente oferecida (sem considerar as Debêntures Adicionais) foi acrescida em 15% (quinze por cento) com relação à quantidade de Debêntures originalmente oferecida ("Debêntures do Lote Suplementar"), conforme opção outorgada pela Companhia ao Coordenador Líder, as quais foram destinadas a atender um eventual excesso de demanda que foi constatado no decorrer da Oferta ("Opção do Lote Suplementar"), mediante o exercício integral da Opção de Lote Suplementar. Foi mantido preço único de R\$1.000,00 para a subscrição das Debêntures Adicionais e das Debêntures do Lote Suplementar.

A Emissão, assim como a Remuneração, foram aprovadas em conformidade com as deliberações das Reuniões do Conselho de Administração da Companhia realizadas em 18 de janeiro de 2010 ("RCA") e em 18 de março de 2010, cujas atas foram devidamente arquivadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o nº 41.967/10-0, em sessão de 29 de janeiro de 2010, e sob o nº 112.659/10-0, em sessão de 01 de abril de 2010, respectivamente, e publicadas em 24 de fevereiro de 2010 e em 23 de março de 2010 no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Folha de São Paulo", edição nacional, respectivamente.

A Emissão foi registrada na CVM em 22 de abril de 2010, sob nº CVM/SRE/DEB/2010/015 para as Debêntures da 1ª Série e sob nº CVM/SRE/DEB/2010/016 para as Debêntures da 2ª Série.

As Debêntures serão registradas para (a) distribuição no mercado primário por meio do SDT - Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada através da CETIP; e (b) negociação no mercado secundário por meio (i) do SND - Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e/ou (ii) do Sistema BOVESPAFIX ("BOVESPAFIX"), administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sendo processadas pela BM&FBOVESPA a custódia, a liquidação financeira e a negociação das Debêntures.

Os investidores devem ler os itens "4" e "5" do Formulário de Referência, para uma descrição de certos fatores de risco macroeconômicos, riscos acerca das atividades da Emissora e seu setor de atuação, riscos acerca dos acionistas da Emissora e riscos de mercado, que devem ser considerados em relação à subscrição das Debêntures, bem como a seção Fatores de Risco deste Prospecto nas páginas 64 a 66, que contém certos fatores de risco que devem ser considerados em relação à subscrição das Debêntures.

O Prospecto será colocado à disposição dos potenciais investidores nas sedes e nas páginas da rede mundial de computadores - Internet - da Companhia, dos Coordenadores, da CVM e da CETIP, nos endereços de websites indicados na página 62 deste Prospecto.

Este Prospecto Definitivo deve ser lido em conjunto com as informações apresentadas no formulário de referência da Companhia, elaborado nos termos da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009. O Formulário de Referência se encontra disponível para consulta nos sites [www.sabesp.com.br](http://www.sabesp.com.br), [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br) e [www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br). Para informações detalhadas de acesso em cada um destes websites ver página 10 deste Prospecto.

Este Prospecto não deve, em qualquer circunstância, ser considerado como uma recomendação de compra das debêntures. Antes de tomar a decisão de investimento nas Debêntures que venham a ser distribuídas no âmbito da Oferta, a Emissora e o Coordenador Líder e os demais Coordenadores recomendam aos potenciais investidores que façam sua própria análise e avaliação da oportunidade a partir da leitura cuidadosa deste Prospecto Definitivo.

"A Companhia é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a distribuição das Debêntures."

"O Coordenador Líder desta Oferta tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que: (i) as informações prestadas pelo ofertante são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da oferta; e (ii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da companhia, que venham a integrar o Prospecto, são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta."

O registro da presente Oferta não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade da Companhia, bem como sobre as Debêntures a serem distribuídas.



A(O) presente oferta pública (programa) foi elaborada(o) de acordo com as normas de Regulação e Melhores Práticas da ANBID para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, atendendo, assim, a(o) presente oferta pública (programa), aos padrões mínimos de informação exigidos pela ANBID, não cabendo à ANBID qualquer responsabilidade pelas referidas informações, pela qualidade da emissora e/ou ofertantes, das Instituições Participantes e dos valores mobiliários objeto da(o) oferta pública (programa). Este selo não implica recomendação de investimento. O registro ou análise prévia da presente distribuição não implica, por parte da ANBID, garantia da veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, bem como sobre os valores mobiliários a serem distribuídos.

**Coordenadores**



O BB - Banco de Investimento S.A. é o Coordenador Líder da Oferta

A data deste Prospecto Definitivo é de 28 de abril de 2010

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**INTRODUÇÃO**

<b>DEFINIÇÕES.....</b>	<b>5</b>
<b>DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES INCORPORADOS A ESTE PROSPECTO POR REFERÊNCIA.....</b>	<b>10</b>
<b>RESUMO DAS CARACTERÍSTICAS DA OFERTA .....</b>	<b>11</b>
<b>SUMÁRIO DA EMISSORA .....</b>	<b>22</b>
<b>VISÃO GERAL DA EMISSORA .....</b>	<b>22</b>
<b>PONTOS FORTES .....</b>	<b>24</b>
<b>ESTRATÉGIA DA EMISSORA .....</b>	<b>25</b>
<b>HISTÓRICO .....</b>	<b>27</b>
<b>ORGANOGRAMA.....</b>	<b>27</b>
<b>CARACTERÍSTICAS DA OFERTA.....</b>	<b>28</b>
<b>COMPOSIÇÃO ATUAL DO CAPITAL SOCIAL .....</b>	<b>28</b>
<b>AUTORIZAÇÕES SOCIETÁRIAS.....</b>	<b>28</b>
<b>QUANTIDADE DE DEBÊNTURES E NÚMERO DE SÉRIES .....</b>	<b>28</b>
<b>VALOR NOMINAL UNITÁRIO, VALOR TOTAL DA EMISSÃO E DATA DE EMISSÃO.....</b>	<b>29</b>
<b>CONVERSIBILIDADE, TIPO E FORMA.....</b>	<b>29</b>
<b>ESPÉCIE .....</b>	<b>29</b>
<b>PRAZO E DATA DE VENCIMENTO.....</b>	<b>29</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO.....</b>	<b>29</b>
<b>INADEQUAÇÃO DO INVESTIMENTO.....</b>	<b>30</b>
<b>COMPROVAÇÃO DE TITULARIDADE DAS DEBÊNTURES .....</b>	<b>30</b>
<b>REPACTUAÇÃO.....</b>	<b>30</b>
<b>PREÇO DE SUBSCRIÇÃO E FORMA DE INTEGRALIZAÇÃO .....</b>	<b>30</b>
<b>AMORTIZAÇÃO .....</b>	<b>30</b>
<b>OFERTA DE RESGATE ANTECIPADO.....</b>	<b>30</b>
<b>RESGATE ANTECIPADO .....</b>	<b>31</b>
<b>ATUALIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL .....</b>	<b>32</b>
<b>REMUNERAÇÃO .....</b>	<b>32</b>
<b>PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO .....</b>	<b>35</b>
<b>PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS.....</b>	<b>35</b>
<b>ENCARGOS MORATÓRIOS .....</b>	<b>35</b>
<b>IMUNIDADE TRIBUTÁRIA .....</b>	<b>35</b>
<b>DECADÊNCIA DOS DIREITOS AOS ACRÉSCIMOS .....</b>	<b>35</b>
<b>VENCIMENTO ANTECIPADO .....</b>	<b>36</b>
<b>LOCAL DE PAGAMENTO .....</b>	<b>39</b>
<b>ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS .....</b>	<b>39</b>
<b>COMUNICAÇÕES .....</b>	<b>39</b>
<b>PRAZOS, CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO.....</b>	<b>40</b>
<b>REGISTRO PARA DISTRIBUIÇÃO E NEGOCIAÇÃO DAS DEBÊNTURES .....</b>	<b>40</b>
<b>PÚBLICO ALVO .....</b>	<b>40</b>
<b>CLASSIFICAÇÃO DE RISCO.....</b>	<b>40</b>
<b>LOCAIS ONDE AS DEBÊNTURES PODEM SER ADQUIRIDAS .....</b>	<b>40</b>



sabesp

REVOGAÇÃO, SUSPENSÃO, CANCELAMENTO E MODIFICAÇÃO DA OFERTA.....	41
INFORMAÇÕES SOBRE O ADMINISTRADOR DA EMISSORA RESPONSÁVEL PELA OFERTA.....	42
INFORMAÇÕES SOBRE OS AUDITORES RESPONSÁVEIS POR AUDITAR AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS .....	42
INFORMAÇÕES SOBRE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS.....	43
CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO DAS DEBÊNTURES .....	44
DO REGIME, PREÇO E PRAZO DE COLOCAÇÃO DAS DEBÊNTURES.....	44
FORMA, PROCEDIMENTO, CONDIÇÕES DE COLOCAÇÃO E PLANO DE DISTRIBUIÇÃO .....	45
MARKET FLEX.....	45
CRONOGRAMA DE ETAPAS DA OFERTA DAS DEBÊNTURES.....	46
COMISSÕES.....	46
DEMONSTRATIVO DO CUSTO DA OFERTA .....	47
FUNDO DE SUSTENTAÇÃO DE LIQUIDEZ, CONTRATO DE GARANTIA DE LIQUIDEZ E CONTRATO DE ESTABILIZAÇÃO DE PREÇO .....	48
DECLARAÇÕES DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES .....	49
DECLARAÇÃO DA EMISSORA .....	49
DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER.....	49
OPERAÇÕES VINCULADAS À EMISSÃO .....	50
INFORMAÇÕES SOBRE OS COORDENADORES DA EMISSÃO .....	51
COORDENADOR LÍDER .....	51
COORDENADORES.....	53
RELACIONAMENTO DA EMISSORA COM OS COORDENADORES .....	57
RELACIONAMENTO DA EMISSORA COM O COORDENADOR LÍDER DA OFERTA.....	57
RELACIONAMENTO DA EMISSORA COM A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL .....	58
RELACIONAMENTO DA EMISSORA COM A HSBC CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.....	60
RELACIONAMENTO DA EMISSORA COM O BANCO VOTORANTIM S.A.....	61
INFORMAÇÕES SOBRE OS ADMINISTRADORES, ASSESSORES E AUDITORES .....	62
FATORES DE RISCO.....	64
RISCOS RELACIONADOS À OFERTA.....	64
APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E DE MERCADO.....	67
INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS .....	68
CAPITALIZAÇÃO.....	69
ANÁLISE E DISCUSSÃO DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E O RESULTADO DAS OPERAÇÕES .....	70
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS .....	71
VISÃO GERAL DO SETOR .....	72
NEGÓCIOS DA EMISSORA .....	73
PROCESSOS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS .....	74
ADMINISTRAÇÃO.....	75
PRINCIPAIS ACIONISTAS.....	76
OPERAÇÕES E NEGÓCIOS COM PARTES RELACIONADAS.....	77
DESCRIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL.....	78
DIVIDENDOS E POLÍTICA DE DIVIDENDOS.....	79
PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	80



## **ANEXOS**

---

<b>ANEXO I</b>	ESTATUTO SOCIAL DA EMISSORA .....	A - 1
<b>ANEXO II</b>	ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 18 DE JANEIRO DE 2010.....	B - 1
<b>ANEXO III</b>	ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 2010 QUE RERRATIFICOU A ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 18 DE JANEIRO DE 2010 .....	C - 1
<b>ANEXO IV</b>	ESCRITURA DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES E 1º ADITAMENTO À ESCRITURA DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES . ....	D - 1
<b>ANEXO V</b>	DECLARAÇÕES DA EMISSORA E DO COORDENADOR LÍDER, DE QUE TRATA O ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400.....	E - 1
<b>ANEXO VI</b>	RELATÓRIO DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO. ....	F - 1

## **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

---

<b>ANEXO VII</b>	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA EMISSORA RELATIVAS AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008, COM O RESPECTIVO PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES E RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO.....	G - 1
<b>ANEXO VIII</b>	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA EMISSORA RELATIVAS AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007, COM O RESPECTIVO PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES E RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO.....	H - 1

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

## DEFINIÇÕES

<b>Agente Fiduciário</b>	Pavarini Distribuidora De Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
<b>ANBID</b>	Associação Nacional dos Bancos de Investimento.
<b>ANBIMA</b>	ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
<b>Anúncio de Início</b>	Anúncio de início da presente Oferta.
<b>ARSESP</b>	Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo – ARSESP.
<b>Atendimento em Coleta de Esgoto</b>	Número de residências conectadas à rede de esgotos dividido pelo número de residências urbanas em uma determinada área.
<b>Banco Mandatário</b>	Banco Itaú S.A.
<b>Banco Votorantim ou Votorantim</b>	Banco Votorantim S.A.
<b>BM&amp;FBOVESPA</b>	BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.
<b>BOVESPAFIX</b>	Mercado de renda fixa da BM&FBOVESPA.
<b>CAIXA</b>	Caixa Econômica Federal.
<b>CETIP</b>	CETIP S.A.- Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.
<b>Cobertura de Distribuição de Água</b>	Número de residências conectadas à rede de fornecimento de água dividido pelo número de residências urbanas em uma determinada área.
<b>Companhia, Emissora ou SABESP</b>	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP.
<b>Comunicação de Resgate</b>	Comunicação a ser amplamente divulgada nos termos da Escritura de Emissão, que precederá o resgate antecipado total ou parcial das Debêntures da 1ª série.
<b>Contrato de Distribuição</b>	Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 2 (Duas) Séries, em Regime de Garantia Firme, da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP.
<b>Coordenador Líder ou BB-BI</b>	BB – Banco de Investimento S.A.



sabesp

**Coordenadores**

Coordenador Líder, CAIXA, HSBC e Banco Votorantim.

**CVM**

Comissão de Valores Mobiliários.

**Data de Emissão das  
Notas Promissórias**

01 de dezembro de 2009.

**Debêntures**

Debêntures simples, não conversíveis em ações, todas nominativas e escriturais, da espécie quirografária, em duas séries, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00.

**Debêntures em Circulação**

Totalidade das Debêntures subscritas da respectiva série em circulação no mercado, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle) sociedades sob controle comum ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

**Debenturista**

Titular das Debêntures.

**Diretoria Metropolitana**

Diretoria responsável pelo atendimento dos municípios da Região Metropolitana de São Paulo.

**Dívida Líquida**

Corresponde ao total do endividamento, subtraído as disponibilidades de caixa da Emissora.

**Dólar**

Moeda oficial dos Estados Unidos da América.

**EBITDA Ajustado**

Corresponde ao lucro líquido antes: (i) das despesas de depreciação e amortização; (ii) do imposto de renda e contribuição social (tributos federais sobre a renda); (iii) resultado financeiro; e (iv) outras despesas operacionais, líquidas. O EBITDA Ajustado não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, tampouco deve ser considerado isoladamente ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. O EBITDA Ajustado não faz parte das demonstrações financeiras. Outras empresas podem calcular EBITDA Ajustado de uma maneira diferente da Companhia.

**Edital de Oferta de  
Resgate Antecipado**

anúncio a ser amplamente divulgado nos termos da Escritura de Emissão, o qual deverá descrever separadamente os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado.

**Escritura de Emissão**

Instrumento Particular de Escritura da 11ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 2 (Duas) Séries, para Distribuição Pública, da Emissora.

<b>Estado</b>	Estado de São Paulo.
<b>Estatuto Social</b>	Estatuto Social da Emissora.
<b>FBDS</b>	Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável.
<b>FGTS</b>	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.
<b>Formulário de Referência</b>	Formulário de Referência da Emissora, preparado nos termos da Instrução CVM 480. O Formulário de Referência pode ser acessado no <i>website</i> de Relações com Investidores da Emissora, no endereço <i>www.sabesp.com.br</i> (selecionar item Investidores, subitem IAN e subitem Formulário de Referência).
<b>HSBC</b>	HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
<b>Instrução CVM 28</b>	Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983.
<b>Instrução CVM 400</b>	Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
<b>Instrução CVM 409</b>	Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada.
<b>Instrução CVM 480</b>	Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009
<b>IPCA</b>	Índice de Preços ao Consumidor Amplo, apurado e divulgado pelo IBGE.
<b>Lei das Sociedades por Ações</b>	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores.
<b>Lei nº 11.638</b>	Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007.
<b>Notas Promissórias</b>	90 notas promissórias emitidas pela Emissora na Data de Emissão das Notas Promissórias.
<b>Novo Mercado</b>	Segmento especial de negociação de valores mobiliários da BM&FBOVESPA.
<b>Oferta</b>	A presente distribuição pública de Debêntures.
<b>Oferta de Resgate Antecipado</b>	Oferta de resgate antecipado das Debêntures de qualquer série, endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, a ser realizada nos termos da Escritura de Emissão.

**Opção de Lote Adicional**

Possibilidade de a Emissora, a seu exclusivo critério e observado o limite estabelecido pelo artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, aumentar a quantidade de Debêntures a serem distribuídas em até 20% com relação à quantidade originalmente prevista, sem a necessidade de novo pedido de registro à CVM, nos termos do artigo 14 da Instrução CVM 400.

**Período de Capitalização**

Intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data do vencimento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data do próximo vencimento da Remuneração.

**PIS**

Programa de Integração Social.

**Práticas Contábeis Adotadas no Brasil**

Princípios e práticas contábeis estabelecidos pela Lei das Sociedades por Ações, pelas normas e regulamentos da CVM e pelas normas e pronunciamentos do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON, do Conselho Federal de Contabilidade – CFC e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

**Procedimento de Bookbuilding**

Procedimento de coleta de intenções de investimento, realizado para definir as remunerações das 2 séries das Debêntures, em conformidade com o artigo 44 da Instrução CVM 400.

**Prospecto Preliminar**

O Prospecto Preliminar, datado de 06 de abril de 2010.

**Prospecto Definitivo ou Prospecto**

Este Prospecto Definitivo, datado de 28 de abril de 2010.

**Região Metropolitana de São Paulo**

Área atendida pela Diretoria Metropolitana, compreendendo 38 municípios, a saber: Arujá, Barueri, Biritiba-Mirim, Bragança Paulista, Caieiras, Cajamar, Carapicuíba, Cotia, Embu, Embu-Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco da Rocha, Itapeceira da Serra, Itapevi, Itaquaquecetuba, Jandira, Joanópolis, Mairiporã, Mogi das Cruzes (parcial), Nazaré Paulista, Osasco, Pedra Bela, Pinhalzinho, Piracaia, Pirapora do Bom Jesus, Poá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Salesópolis, Santana de Parnaíba, São Bernardo do Campo, São Paulo, Socorro, Suzano, Taboão da Serra, Vargem e Vargem Grande Paulista. O conceito ora definido apresenta diferenças em relação à definição de “Região Metropolitana de São Paulo” estabelecida na Lei Complementar Estadual nº 94, de 29 de maio de 1974, conforme alterada, e na Lei Complementar Estadual nº 332, de 21 de novembro de 1983. Para mais informações acerca da diferença entre as duas definições veja o item 7, seção “Negócios da Emissora” do Formulário de Referência.

**Real, real, Reais ou R\$**

Moeda corrente nacional.

<b>Remuneração</b>	A remuneração da 1ª série, em conjunto com a Remuneração da 2ª série, conforme definidas neste Prospecto.
<b>Reorganização</b>	Fusão, cisão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora.
<b>SDT</b>	Módulo de Distribuição de Títulos, administrado e operacionalizado pela CETIP, com a distribuição liquidada através da CETIP.
<b>Secretaria de Saneamento e Energia</b>	Secretaria de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo.
<b>SEADE</b>	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados.
<b>SND</b>	Módulo Nacional de Debêntures, administrado e operacionalizado pela CETIP, com a distribuição e negociação liquidadas e as debêntures custodiadas na CETIP.
<b>Taxa DI</b>	Variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia “over extra grupo”, calculadas e divulgadas pela CETIP.
<b>TR</b>	Taxa Referencial.

## DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES INCORPORADOS A ESTE PROSPECTO POR REFERÊNCIA

Os seguintes documentos e as informações neles contidos ficam expressamente incorporados a este Prospecto como se dele constassem para todos os efeitos legais e regulamentares:

<b>Documento</b>	<b>Endereço Eletrônico</b>
Formulário Cadastral	<a href="http://www.sabesp.com.br">www.sabesp.com.br</a> (selecionar item Investidores, subitem Governança Corporativa e subitem Formulário Cadastral)
Formulário de Referência	<a href="http://www.sabesp.com.br">www.sabesp.com.br</a> (selecionar item Investidores, subitem IAN e Formulário de Referência)  <a href="http://www.cvm.gov.br">www.cvm.gov.br</a> (selecionar item Companhias Abertas e Estrangeiras, subitem ITR, DFP, IAN, IPE, FC e outras Informações, digitar Cia Saneamento Básico Estado São Paulo e clicar em “Continuar”, subitem Cia Saneamento Básico Estado São Paulo, subitem Formulário de Referência, acessar <i>download</i> com a data mais recente).  <a href="http://www.bmfbovespa.com.br">www.bmfbovespa.com.br</a> (selecionar item Empresas Listadas, digitar “Sabesp” e clicar em “CIA SANEAMENTO BASICO EST SAO PAULO”, subitem Informações Relevantes, subitem Formulário de Referência - Em arquivo, acessar <i>download</i> com a data mais recente).



## RESUMO DAS CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

<b>Emissora:</b>	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP.
<b>Valor Mobiliário:</b>	Debêntures simples.
<b>Data de Emissão das Debêntures:</b>	Para todos os fins e efeitos legais, a data da Emissão das Debêntures será o dia 01 de março de 2010.
<b>Agente Fiduciário:</b>	Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
<b>Banco Mandatário:</b>	Banco Itaú S.A.
<b>Coordenador Líder:</b>	BB - Banco de Investimento S.A.
<b>Valor Total da Emissão:</b>	R\$1.215.000.000,00.
<b>Número de Séries:</b>	As Debêntures serão emitidas em 2 séries, sendo a 1ª série no montante de R\$810.000.000,00 e a 2ª série no montante de R\$405.000.000,00, na respectiva data de emissão. Nos termos do § 3º do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, a Emissora não poderá negociar a 2ª série de Debêntures desta Emissão antes de colocadas as Debêntures da 1ª série.
<b>Quantidade de Debêntures:</b>	Serão emitidas 1.215.000 Debêntures, sendo que a oferta base corresponde a 900.000 Debêntures, acrescida de 315.000 Debêntures, em virtude do exercício da Opção de Debêntures Adicionais e da Opção de Lote Suplementar. Do total de Debêntures acima referido, 810.000 Debêntures são da 1ª Série e 405.000 Debêntures, da 2ª Série.
<b>Valor Nominal Unitário:</b>	O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000,00, na Data de Emissão.
<b>Destinação dos Recursos:</b>	Para informações sobre a destinação dos recursos da Oferta, veja a seção “ <i>Destinação dos Recursos</i> ” deste Prospecto.
<b>Atualização Monetária:</b>	Não haverá aplicação de nenhum fator de atualização sobre o Valor Nominal Unitário.

<b>Espécie:</b>	As Debêntures serão da espécie quirografária, não havendo, portanto, qualquer privilégio, especial ou geral, para seus titulares, nem especificação de bens para a garantia da execução.
<b>Forma e Conversibilidade:</b>	Simples, não conversíveis em ações, escriturais e nominativas, sem emissão de cautelas e certificados.
<b>Prazo e Data de Vencimento:</b>	(i) as Debêntures da 1ª série terão prazo de vencimento de 5 anos a contar da Data de Emissão, com vencimento em 1º de março de 2015; e (ii) as Debêntures da 2ª série terão prazo de vencimento de 3 anos a contar da Data de Emissão, com vencimento em 1º de março de 2013. Nas respectivas datas de vencimento, a Emissora se obriga a proceder à liquidação das Debêntures que ainda estiverem em circulação, pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva Remuneração, calculada <i>pro rata temporis</i> , a partir da última data de pagamento da Remuneração.
<b>Preço de Subscrição e Forma de Integralização:</b>	A integralização será realizada à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional. As Debêntures serão subscritas e integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada <i>pro rata temporis</i> desde a Data de Emissão até a data de integralização, utilizando-se duas casas decimais, sem arredondamento.
<b>Distribuição e Negociação:</b>	As Debêntures serão registradas para (a) distribuição no mercado primário por meio do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição liquidada através da CETIP; e (b) negociação no mercado secundário por meio (i) do SND, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e/ou (ii) Sistema BOVESPAFIX, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, sendo processadas pela BM&FBOVESPA a custódia, a liquidação financeira e a negociação das Debêntures.
<b>Remuneração:</b>	A partir da Data de Emissão, as Debêntures da 1ª série farão <i>jus</i> a uma remuneração que contemplará juros remuneratórios incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário. As Debêntures renderão juros correspondentes à Taxa DI, capitalizada de um <i>spread</i> ou sobretaxa de 1,95% ao ano, com base em 252 dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, a partir da Data de

	<p>Emissão, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido na Escritura de Emissão . A partir da Data de Emissão, as Debêntures da 2ª série farão <i>jus</i> a uma remuneração que contemplará juros remuneratórios incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário. As Debêntures da 2ª série renderão juros correspondentes à Taxa DI, capitalizada de um <i>spread</i> ou sobretaxa de 1,40% ao ano, com base em 252 dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, a partir da Data de Emissão, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido na Escritura de Emissão . A Remuneração das Debêntures da 1ª e 2ª séries foi definida em Procedimento de <i>Bookbuilding</i>.</p>
<b>Pagamento da Remuneração:</b>	<p>A Remuneração das Debêntures será paga semestralmente, a partir da Data de Emissão, nos dias 1º de setembro e 1º de março de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 1º de setembro de 2010 e o último pagamento na data de vencimento de cada série.</p>
<b>Imunidade de Debenturistas:</b>	<p>Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária.</p>
<b>Repactuação:</b>	<p>Não haverá repactuação das Debêntures.</p>
<b>Amortização:</b>	<p>A amortização das Debêntures da 1ª série será realizada em 03 parcelas anuais e consecutivas, no dia 1º de março de cada ano, sendo (a) 33,3333% do Valor Nominal Unitário, em 1º de março de 2013, (b) 33,3333% do Valor Nominal Unitário, em 1º de março de 2014; e o (c) Saldo do Valor Nominal Unitário, na Data de Vencimento, em 1º de março de 2015.</p> <p>A Amortização das Debêntures da 2ª série será realizada em 02 parcelas anuais e consecutivas, sendo (a) 50% do Valor Nominal Unitário, em 1º de março de 2012, e o (b) Saldo do Valor Nominal Unitário, na Data de Vencimento, em 1º de março de 2013.</p>
<b>Oferta de Resgate Antecipado:</b>	<p>A Emissora poderá, até o 24º mês, exclusive, após a Data de Emissão, a seu exclusivo critério, observados os termos e condições estabelecidos na Escritura de Emissão, mediante deliberação em Reunião de Conselho de Administração,</p>

realizar oferta de resgate antecipado das Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, sendo assegurado a todos os Debenturistas, em igualdade de condições, a aceitação do respectivo resgate.

**Resgate Antecipado:**

A Emissora, a seu exclusivo critério, poderá, a partir do 24º mês, inclusive, após a Data de Emissão, e ao final de cada período de capitalização, observados os termos e condições estabelecidos na Escritura de Emissão, mediante deliberação tomada em Reunião do Conselho de Administração, realizar o resgate antecipado total ou parcial das Debêntures da 1ª série, através da publicação de comunicação a ser amplamente divulgada nos termos da Escritura de Emissão. As Debêntures resgatadas nos termos aqui previstos deverão ser canceladas pela Emissora.

Por ocasião do resgate antecipado os debenturistas farão *jus* a um prêmio de reembolso. Os Prêmios de Reembolso a que farão jus os Debenturistas por ocasião do Resgate Antecipado serão calculados de acordo com os seguintes percentuais aplicados sobre o somatório do saldo do Valor Nominal acrescido da Remuneração devida até a data do resgate, em função do período de realização do respectivo resgate antecipado:

Resgate a partir do	Prêmio
24º mês	1,00%
30º mês	0,90%
36º mês	0,86%

Na hipótese de resgate antecipado parcial de Debêntures da 1ª série, adotar-se-á o critério de sorteio, a ser coordenado pelo Agente Fiduciário, nos termos do artigo 55,§ 1º, da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis e com divulgação pela imprensa, de acordo com o disposto na Escritura de Emissão, inclusive no que concerne às regras do sorteio. Para as Debêntures custodiadas no SND, a operacionalização do resgate antecipado parcial dar-se-á, conforme procedimentos adotados pela CETIP, através de operação de compra e de venda definitiva das debêntures no mercado secundário. Entretanto, todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de

validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por debenturista, serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Fica definido que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o resgate antecipado parcial, não haverá necessidade de ajuste na Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade. Para as Debêntures registradas no BOVESPAFIX, o resgate parcial será operacionalizado conforme os procedimentos que serão divulgados à época da publicação da Comunicação de Resgate. Os titulares de Debêntures que não estejam registradas no SND ou no BOVESPAFIX observarão as instruções constantes da Comunicação de Resgate, sendo o processo de resgate parcial levado a efeito perante o Banco Mandatário, com supervisão do Agente Fiduciário.

Com relação ao resgate antecipado das Debêntures da 1ª série, vide item *“As Debêntures da 1ª série poderão ser resgatadas antecipadamente pela Companhia a qualquer momento, a seu exclusivo critério”*, da seção *“Fatores de Risco”* deste Prospecto.

Não poderá haver resgate antecipado das Debêntures da 2ª série.

**Aquisição Facultativa:**

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, tal como definido na Escritura de Emissão, observado o disposto no § 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em Circulação.

**Vencimento Antecipado:**

É considerada hipótese de vencimento antecipado das Debêntures desta Emissão e, sujeito à imediata exigibilidade do pagamento, pela Emissora, do Saldo do Valor Nominal Unitário de cada Debênture, devidamente atualizado, acrescido da Remuneração, penalidades e encargos, conforme o caso, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme aplicável, até a data do seu efetivo pagamento, quaisquer dos seguintes eventos:

- (a) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, autofalência (ou outros procedimentos equivalentes previstos em lei) formulado pela Emissora;
- (b) liquidação ou decretação de falência da Emissora;
- (c) extinção ou dissolução da Emissora;
- (d) não pagamento, pela Emissora das parcelas de Remuneração e/ou Amortização, devidas aos titulares das Debêntures nas respectivas datas de pagamento, bem como de quaisquer outras obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão;
- (e) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedade por Ações;
- (f) caso o Estado deixe de deter, direta ou indiretamente, pelo menos 50% mais uma ação com direito a voto do capital da Emissora;
- (g) extinção da licença, perda de concessão ou perda da capacidade da Emissora para a execução e operação dos serviços públicos de saneamento básico em qualquer (quaisquer) área(s) do território do Estado de São Paulo que, considerada(s) isoladamente ou em conjunto durante a vigência das Debêntures, resulte(m) em uma redução da receita operacional líquida consolidada da Emissora igual ou superior a 25%. O limite acima estabelecido será apurado trimestralmente, levando-se em conta as receitas operacionais líquidas da Emissora durante os 12 meses anteriores ao encerramento de cada trimestre e utilizando-se as informações financeiras divulgadas pela Emissora;
- (h) fusão, cisão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, que não tenha sido previamente aprovada por Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 das Debêntures da 1ª e 2ª séries em circulação, reunidos em Assembleias Gerais de Debenturistas especialmente convocadas para esse fim, observado o procedimento de convocação previsto na Escritura de Emissão, exceto na hipótese de a Emissora

demonstrar ao Agente Fiduciário, anteriormente à efetivação da Reorganização que, uma vez concluída a Reorganização, serão atendidos cumulativamente os seguintes requisitos: (i) o patrimônio líquido da Emissora e/ou de sua sucessora não será inferior ao patrimônio líquido da Emissora antes da Reorganização, admitida uma variação de até 10%; (ii) será atribuída às Debêntures a mesma classificação de risco a elas atribuída antes da Reorganização; (iii) a Emissora não violará os índices financeiros estabelecidos na alínea (n) abaixo e (iv) a receita operacional líquida consolidada da Emissora não sofrerá uma redução superior a 25% em relação à receita operacional líquida da Emissora e/ou de sua sucessora, conforme apurado com base em demonstração financeira da Emissora pró-forma que reflita os efeitos da Reorganização, preparada exclusivamente para esse fim, com base nos 12 meses anteriores ao encerramento do último trimestre (relativamente ao qual tenham sido elaboradas informações financeiras obrigatórias); ficando ajustado que os requisitos indicados nos subitens (i) a (iv) desta alínea são exclusivamente destinados à avaliação, pelo Agente Fiduciário, da Reorganização, e não vinculam a livre deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas aqui previstas;

- (i) protesto legítimo de títulos ou pedidos reiterados de falência contra a Emissora, cujo valor global reclamado ultrapasse R\$50.000.000,00, corrigidos pela variação do IPCA, a partir da Data de Emissão das Debêntures, salvo se o protesto ou o pedido de falência tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou se for cancelado ou sustado, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 72 horas de sua ocorrência;
- (j) falta de cumprimento pela Emissora de toda e qualquer obrigação não pecuniária decorrente da Escritura de Emissão, não sanada no prazo de 30 dias contados do recebimento de aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário;
- (k) vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora, em montante igual ou superior a R\$ 50.000.000,00, corrigidos pela variação do IPCA a partir da Data de Emissão das Debêntures, em razão de inadimplemento contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da Emissora decorrentes da Emissão;

- (l) alienações de ativos operacionais que, individual ou conjuntamente durante a vigência das Debêntures, resultem em uma redução da receita operacional líquida consolidada da Emissora igual ou superior a 25%. O limite acima estabelecido será apurado trimestralmente, levando-se em conta as receitas operacionais líquidas da Emissora durante os 12 meses anteriores ao encerramento de cada trimestre, e utilizando-se as informações financeiras divulgadas pela Emissora;
- (m) pagamento de dividendos, exceto os obrigatórios por lei, e/ou juros sobre capital próprio, caso a Emissora esteja inadimplente no cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão;
- (n) não observância dos seguintes índices financeiros mínimos, a partir de 30 de setembro de 2009, a serem verificados trimestralmente, sempre quando da divulgação das informações trimestrais regularmente apresentadas pela Emissora: (1) Liquidez Corrente Ajustada superior a 1,0, devendo para esse fim ser o Ativo Circulante dividido pelo Passivo Circulante, excluída do Passivo Circulante a parcela registrada no curto prazo das dívidas de longo prazo contraídas pela Emissora; (2) EBITDA Ajustado / Despesas Financeiras igual ou superior a 1,5, sendo o EBITDA Ajustado, em relação aos 12 meses anteriores a data de apuração do índice, o somatório (i) do resultado antes de deduzidos os impostos, tributos, contribuições e participações, (ii) das despesas de depreciação e amortização ocorridas no período, (iii) das despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras e (iv) do resultado não operacional. As Despesas Financeiras são, em relação aos 12 meses anteriores à data de apuração do índice, o somatório dos pagamentos de juros e despesas financeiras incorridas sobre o endividamento financeiro, não devendo ser consideradas para esse fim as despesas de variação cambial (diferença de moedas). A falta de cumprimento pela Emissora somente ficará caracterizada quando verificada nas suas demonstrações financeiras trimestrais obrigatórias por no mínimo 02 trimestres consecutivos, ou ainda por 02 trimestres não consecutivos dentro de um período de 12 meses, não se aplicando a esta hipótese o período de cura de 30 dias acima mencionado;



- (o) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora na Escritura de Emissão;
- (p) não utilização, pela Emissora, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão; e
- (q) caso a Emissora deixe de ter suas demonstrações financeiras auditadas por auditor independente registrado na CVM.

A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas “a” a “e” acima acarretará o vencimento antecipado das Debêntures, ficando o vencimento condicionado à entrega pelo Agente Fiduciário de notificação à Emissora nesse sentido, observado o parágrafo único do artigo 13 da Instrução CVM 28.

Quando da ocorrência dos eventos indicados nas alíneas (f) a (q) acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 48 horas da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª série e Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª série para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures da 1ª série e da 2ª série, respectivamente, observado o procedimento de convocação e o quorum específico estabelecidos na Escritura de Emissão. As Assembleias Gerais de Debenturistas aqui previstas poderão também ser convocadas pela Emissora.

Os Debenturistas, reunidos nas Assembleias Gerais de Debenturistas, poderão optar, por deliberação de Debenturistas que representem no mínimo 2/3 das Debêntures da 1ª série em Circulação e 2/3 das Debêntures da 2ª série em Circulação, por não declarar vencidas antecipadamente as Debêntures da 1ª série e da 2ª série, respectivamente; caso contrário, ocorrerá automaticamente um evento de vencimento antecipado, por meio de simples comunicação à Emissora, sujeitando a Emissora ao imediato pagamento das Debêntures, independentemente de qualquer outro aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, devendo a Emissora efetuar o respectivo pagamento na forma descrita acima, no prazo de 2 dias úteis, a contar da comunicação feita pelo Agente Fiduciário.

**Quorum Mínimo de  
Deliberação em Assembléias  
Gerais de Debenturistas:**

Na hipótese de (i) não instalação das Assembleias Gerais de Debenturistas mencionadas acima por falta de quorum, ou (ii) não ser aprovado o exercício da faculdade acima prevista pelo quorum mínimo de deliberação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos indicados na Escritura de Emissão acima e a Emissora, efetuar o respectivo pagamento na forma da Escritura de Emissão, no prazo de 2 dias úteis, a contar da comunicação feita pelo Agente Fiduciário.

Nas deliberações das assembleias gerais de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto a seguir, todas as deliberações a serem tomadas em assembleia geral de Debenturistas, dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 das Debêntures da 1ª série em Circulação e 2/3 das Debêntures da 2ª série em Circulação.

Não estão incluídos no quorum a que se refere acima: (i) os quoruns expressamente previstos em outras cláusulas da Escritura de Emissão; e (ii) as alterações, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, (1) 85% das Debêntures da 1ª série em Circulação: (a) da Remuneração das Debêntures da 1ª série; (b) de quaisquer datas de pagamento, aos titulares das Debêntures da 1ª série, de quaisquer valores previstos na Escritura de Emissão; (c) da espécie das Debêntures; e/ou (d) das disposições relativas ao Resgate Antecipado das Debêntures da 1ª série; e (2) 85% das Debêntures da 2ª série em Circulação: (a) da Remuneração das Debêntures da 2ª série; (b) de quaisquer datas de pagamento, aos titulares das Debêntures da 2ª série, de quaisquer valores previstos na Escritura de Emissão; (c) da espécie das Debêntures; e/ou (d) das disposições relativas ao Resgate Antecipado das Debêntures da 2ª série; e (iii) a não declaração de vencimento antecipado, que deverá ser aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 das Debêntures da respectiva série em circulação, na ocorrência de quaisquer dos eventos previstos na Escritura de Emissão.

As alterações dos quoruns estabelecidos na Escritura de Emissão deverão ser aprovados por debenturistas que representem 90% das Debêntures em Circulação da respectiva série.

<b>Local de Pagamento:</b>	Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela BM&FBOVESPA, para as Debêntures custodiadas no BOVESPAFIX; ou (ii) os procedimentos adotados pela CETIP, para as debêntures custodiadas no SND; ou (iii) para os titulares de Debêntures da Emissão que não estejam vinculados a esses sistemas, por meio do Banco Mandatário da presente Emissão.
<b>Público Alvo:</b>	A Oferta será destinada a investidores institucionais e/ou qualificados, conforme definido no artigo 109 da Instrução CVM 409, podendo, entretanto, ser atendidos outros investidores não qualificados, fundos de investimentos, pessoas físicas ou jurídicas, clientes ou não dos Coordenadores, conforme definidas no Contrato de Distribuição.
<b>Inadequação do Investimento:</b>	A presente Oferta não é adequada aos investidores que: (i) necessitem de liquidez considerável com relação aos títulos adquiridos, uma vez que a negociação de Debêntures no mercado secundário brasileiro é restrita; e (ii) não estejam dispostos a correr risco de crédito de empresas do setor de saneamento.
<b>Regime de Colocação:</b>	As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures (exceto com relação às Debêntures da Opção do Lote Suplementar e da Opção do Lote Adicional), com a intermediação dos Coordenadores. As Debêntures da Opção do Lote Suplementar e da Opção do Lote Adicional serão objeto de distribuição pública, sob o regime de melhores esforços pelos Coordenadores.
<b>Informações Adicionais:</b>	Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre a Emissora e a Oferta poderão ser obtidas junto à Emissora, aos Coordenadores, nos endereços indicados na seção Informações sobre os Administradores, Assessores e Auditores deste Prospecto, e à CVM, em qualquer dos seguintes endereços: Rua Sete de Setembro, nº 111, 5º andar, Rio de Janeiro – RJ; ou Rua Cincinato Braga, 340 – 2º, 3º e 4º andares, São Paulo – SP.

## SUMÁRIO DA EMISSORA

### VISÃO GERAL DA EMISSORA

A Emissora é a maior empresa de saneamento das Américas e a quinta maior do mundo em número de clientes, de acordo com a 11ª edição do anuário *Pinsent Masons Water Yearbook*. Em 31 de dezembro de 2009, a Emissora operava os sistemas de abastecimento de água e coleta e/ou tratamento de esgoto em 366 municípios do Estado de São Paulo.

A Emissora opera os sistemas públicos de água e esgotos no Estado de São Paulo, compreendendo a captação, adução, tratamento e distribuição de água e coleta, afastamento, tratamento e disposição final dos esgotos. A Emissora atende um grande número de consumidores dos setores residencial, comercial, industrial e público. Em 31 de dezembro de 2009, a Emissora fornecia água tratada diretamente para cerca de 23,4 milhões de habitantes (60% da população urbana do Estado de São Paulo, segundo o SEADE), através de 7,1 milhões de ligações de água conectadas a 63.732 quilômetros de redes de distribuição. Ainda considerando a data-base de 31 de dezembro de 2009, a Emissora coletava esgotos de, aproximadamente, 19,6 milhões de habitantes, através de 5,5 milhões de ligações de esgoto conectados a 42.896 quilômetros de redes coletoras. Adicionalmente, a Emissora vende água por atacado para seis municípios, com um total estimado em, aproximadamente, 3,3 milhões de habitantes.

Criada em 1973, fruto da fusão de várias empresas e autarquias, prestadoras de serviço de saneamento, a SABESP é uma sociedade de economia mista, tem como principal acionista, o Governo do Estado de São Paulo e tem suas ações negociadas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA e na *New York Stock Exchange* – NYSE.

De acordo com a Lei Estadual nº 119, de 29 de junho de 1993, alterada pela Lei Estadual nº 11.454, de 2 de setembro de 2003, a Fazenda do Estado de São Paulo deve manter, direta ou indiretamente, participação mínima correspondente a mais da metade das ações com direito a voto do capital social da SABESP. Em 31 de dezembro de 2009, 50,3% do capital social votante da SABESP pertencia ao Estado de São Paulo. Por ser controlada pelo Estado de São Paulo, a Emissora é parte integrante da estrutura política e governamental do Estado. A estratégia, bem como as principais decisões políticas da Companhia, são formuladas em conjunto com a Secretaria de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo, como parte do planejamento estratégico global do Estado de São Paulo. O orçamento de investimentos da Emissora está sujeito à aprovação por parte do poder legislativo do Estado. Esta aprovação é obtida simultaneamente à aprovação do orçamento da Secretaria de Saneamento e Energia e do Estado de São Paulo, porque considerada como um todo. A Emissora está sujeita, ainda, à fiscalização do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no que se refere a seus aspectos contábeis, financeiros, orçamentários, operacionais e patrimoniais de sua atuação.

As tarifas da SABESP são reajustadas uma vez por ano, por períodos de, pelo menos 12 meses. Em setembro de 2007, as tarifas subiram 4,12%, exceto para tarifas para abastecimento de água e coleta de esgotos, para um consumo superior a 20 metros cúbicos em categorias não-residenciais, que foram reajustadas pela inflação acumulada de agosto de 2006 a julho de 2007, com base no IPCA, que chegou a 3,74%. Para o ano de 2008, a ARSESP estabeleceu reajuste de 5,10% que entrou em vigor a partir de setembro de 2008. Em agosto de 2009, ARSESP estabeleceu reajuste tarifário de 4,43%, o qual passou a vigorar a partir de 11 de setembro de 2009, exceto para os municípios de São Bernardo do Campo e Lins que tem regras diferentes.

Em 2009, a ARSESP deu continuidade ao processo de alteração dos critérios utilizados, publicando em 22 de julho, Nota Técnica sobre a Metodologia para o Processo de Reajuste Tarifário. Em 12 de agosto de 2009, a ARSESP informou que o ajuste metodológico proposto continuará em estudo para seu aperfeiçoamento e será aplicado no momento da revisão tarifária, em um processo que deverá ser concluído em 2011.

Em 31 de dezembro de 2009, a Emissora teve uma receita líquida das vendas e serviços consolidada de R\$ 6.730,5 milhões e um lucro líquido de R\$ 1.373,9 milhões, sendo seu ativo total consolidado e patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2009, de R\$ 21.565,2 milhões e R\$ 10.527,6 milhões, respectivamente. A tabela a seguir apresenta alguns dos principais indicadores financeiros da Emissora nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007, 2008 e 2009.

	EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE		
	DEZEMBRO DE		
	2007	2008	2009
	<i>(em R\$ milhões, exceto percentuais e montantes por ação)</i>		
Receita líquida das vendas e serviços	5.970,8	6.351,7	6.730,5
Lucro líquido	1.055,3	63,6	1.373,9
Margem Líquida	17,7%	1,0%	20,4%
Ativo total	18.659,9	20.113,9	21.565,2
Endividamento total (empréstimos e financiamentos)	5.685,2	6.865,1	6.560,0
Endividamento de curto prazo em moeda nacional	490,4	1.342,7	928,8
Endividamento de curto prazo em moeda estrangeira	251,7	106,2	81,7
Total do Endividamento de curto prazo	742,1	1.448,9	1.010,5
Endividamento de longo prazo em moeda nacional	3.952,5	3.241,4	3.884,8
Endividamento de longo prazo em moeda estrangeira	990,6	2.174,8	1.664,7
Total do Endividamento de longo prazo	4.943,1	5.416,2	5.549,5
Patrimônio líquido	9.780,5	9.547,9	10.527,6
Caixa aplicado nas atividades de investimento	881,7	1.555,1	1.953,3
EBITDA Ajustado <sup>(2)</sup>	2.698,9	2.840,2	2.741,5
Margem EBITDA Ajustado <sup>(1)</sup>	45,2%	44,7%	40,7%
Dividendos declarados	300,7	296,2	394,2
Relação entre o total de dividendos declarados e o lucro líquido	28,5%	465,7%	28,7%
Distribuição de lucros por ação (Em Reais)	1,32	1,30	1,73
Número de ações ordinárias em circulação no encerramento do período (em milhares)	227.836	227.836	227.836

<sup>(1)</sup> Margem de EBITDA Ajustado corresponde ao resultado da divisão do EBITDA Ajustado pela receita líquida das vendas e serviços.

<sup>(2)</sup> Conciliação entre o lucro líquido e o EBITDA Ajustado:

	EXERCÍCIO ENCERRADO EM		
	31 DE DEZEMBRO DE		
	2007	2008	2009
	<i>(em R\$ milhões)</i>		
Lucro líquido	1.055,3	63,6	1.373,9
Resultado financeiro	560,9	707,5	203,3
Depreciação e amortização	616,0	617,8	560,7
Imposto de renda e contribuição social	431,6	398,3	564,1
Outras despesas operacionais, líquidas	35,1	1.053,0	39,5
EBITDA Ajustado <sup>(1)</sup>	2.698,9	2.840,2	2.741,5

(1) Corresponde ao lucro líquido antes: (i) das despesas de depreciação e amortização; (ii) do imposto de renda e contribuição social (tributos federais sobre a renda); (iii) resultado financeiro; e (iv) outras despesas operacionais, líquidas. O EBITDA Ajustado não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, tampouco deve ser considerado isoladamente ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. O EBITDA Ajustado não faz parte das demonstrações financeiras. Outras empresas podem calcular EBITDA Ajustado de uma maneira diferente da Companhia.



sabesp

PONTOS FORTES

A Administração da Emissora entende que os principais pontos fortes que a destacam em seu setor de atuação são:

- *Negócio Sólido de Tamanho e Escala Consideráveis, e experiência em operar em sistemas urbanos complexos.* A Emissora é a maior empresa de saneamento das Américas e a quinta maior do mundo em número de clientes, de acordo com a 11ª edição do anuário Pinent *Masons Water Yearbook*. A Emissora fornece serviços de distribuição de água diretamente para, aproximadamente, 23,4 milhões de pessoas e, indiretamente, para um adicional de 3,3 milhões de pessoas, considerando a data-base de 31 de dezembro de 2009. Até 31 de dezembro de 2009, a Emissora apresentava capacidade de Cobertura de Distribuição de Água de 100%. A distribuição indireta de água é considerada aquela realizada por meio de fornecimento de água por atacado a 6 municípios. Em 31 de dezembro de 2009, o atendimento dos domicílios urbanos com coleta de esgoto atingiu o equivalente a 80%, ou seja, aproximadamente, 19,6 milhões de pessoas atendidas. Entre 2005 e 2008, a receita de vendas e serviços da Emissora teve um aumento com média de 8,0% ao ano. O tamanho e escala consideráveis da Emissora a obrigaram a operar em sistemas urbanos complexos como favelas e ambientes sem planejamento urbano. Isso fez com que a Emissora adquirisse familiaridade com os sistemas urbanos, além de pessoal e estrutura especializados que faltam aos seus concorrentes;
- *Operações no Estado Mais Populoso e Mais Rico do Brasil:* O Estado de São Paulo faz parte da região mais desenvolvida e economicamente ativa do Brasil; é o Estado mais populoso com uma população, estimada de 42,4 milhões de pessoas, sendo que, na Região Metropolitana de São Paulo a população estimada era de 20,2 milhões de habitantes, em 31 de dezembro de 2009, segundo o SEADE. Com um PIB de R\$ 902,8 bilhões, em 2007, aproximadamente, representando cerca de 34% do PIB total do Brasil, segundo o IBGE, o Estado de São Paulo é o Estado mais rico e com a economia mais sólida do Brasil. Assim, o Estado de São Paulo gera mais arrecadação dos serviços prestados de água e esgoto do que qualquer outro estado brasileiro;
- *Operações de Alta Qualidade.* A Emissora entende que oferece padrões elevados de serviço e utiliza a melhor tecnologia disponível no setor de saneamento para controle de qualidade da água captada, produzida e distribuída. Os 16 laboratórios de controle de qualidade da água operam de acordo com a Norma NBR ISO9001, a qual segue os mais altos padrões de qualidade. Dos 16 laboratórios, 13 são acreditados pelo INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial), garantindo assim a qualidade dos resultados dos testes de acordo com a norma NBR/IEC ISSO 17.025. Além disso, os laboratórios e as equipes de campo dispõem de equipamentos de última geração para detecção de substâncias controladas por legislação e possuem treinamento altamente qualificado para administrar contingências e reclamações de clientes. Neste sentido, a Emissora acredita que sua tecnologia aumenta a eficiência e a qualidade de suas operações;
- *Acesso a Fontes de Financiamento Diversificadas e de Baixo Custo.* A forte capacidade de gerar fluxo de caixa, decorrente de operações e cumprimento obrigações financeiras, coloca a Emissora em uma situação privilegiada em seu setor para obter baixo custo de financiamento assim como financiamento a longo prazo com instituições financeiras públicas e agências multilaterais internacionais e bancos de desenvolvimento. Desta forma, a Emissora possui várias alternativas de financiamento disponíveis no Brasil e no mercado internacional as quais são necessárias ao seu capital de giro bem como para seu plano de investimentos;



sabesp

- *Forte Prática de Governança Corporativa.* Em 2002, a Emissora aderiu ao *Novo Mercado da BM&FBOVESPA*, comprometendo-se a adotar certas práticas de governança corporativa e de transparência de informações complementares àquelas já requeridas pela legislação brasileira. A Emissora integrou em 1º de dezembro de 2007 o Índice de *Sustentabilidade Empresarial - ISE da BM&FBOVESPA*, o qual foi mantido pelo terceiro ano consecutivo, sendo a única empresa do setor de saneamento a fazer parte deste índice, o que reflete o alto grau de comprometimento da Emissora com sustentabilidade e a responsabilidade social. Em 2007, quando da publicação de seu primeiro Relatório de Sustentabilidade, a Emissora foi eleita pela FBDS a sétima companhia mais comprometida com práticas sustentáveis, dentre as 10 companhias finalistas, de acordo com critérios estabelecidos pela FBDS. Ademais, a prática de governança corporativa exige aumento dos direitos dos acionistas e da qualidade das informações a eles fornecidas; e
- *Oportunidades de Expansão.* Em 31 de dezembro de 2009, o índice de Atendimento em Coleta de Esgoto era de 80% e, até 2018, a Emissora pretende atingir o índice de 90,0% mediante o acréscimo de mais de 1,8 milhão de ligações de esgoto. Adicionalmente, existem cerca de 16,4 milhões de pessoas em municípios no Estado de São Paulo, onde, atualmente, a Emissora não atua na prestação de serviços de água ou esgoto, ou ainda, municípios em que fornece água somente por atacado. Em razão da forte presença no Estado de São Paulo e da experiência na prestação de serviços de água e esgoto, a Emissora encontra-se em uma situação privilegiada para expandir (i) a prestação de serviços de esgoto em municípios em que a Emissora apenas atua como prestadora de serviço de água e (ii) a prestação de serviços de água e esgoto em municípios em que a Emissora ainda não atua ou que apenas fornece serviços de água, tanto no Estado de São Paulo, quanto em outros estados brasileiros ou estrangeiros.

#### ESTRATÉGIA DA EMISSORA

A missão da Emissora é prestar serviços públicos de saneamento, contribuindo para a preservação do meio ambiente e a melhora da qualidade de vida da comunidade que servimos. Visando atingir essa finalidade, a estratégia da Emissora é baseada em princípios de crescimento, qualidade, uniformização dos serviços de saneamento básico, sustentabilidade econômica, social e ambiental, assim como por meio de relações políticas e institucionais. Com base nesses princípios, a administração da Emissora elaborou as seguintes estratégias, com o objetivo de proporcionar melhorias no desenvolvimento de suas atividades e a valorização de suas ações no mercado:

- *Redução de Custos Operacionais e Aumento da Produtividade e Lucratividade.* A fim de alcançar tal meta, o projeto de reestruturação corporativa e redução de custos iniciado em 2009 inclui ações como o aperfeiçoamento da administração de seus ativos, redução suas despesas com folha de pagamento mediante diminuição do número de empregados, automação de sistemas, redução de gastos com contratos como telefonia e serviços terceirizados, e outras iniciativas. Adicionalmente, a Emissora continuará a envidar esforços para aperfeiçoar sua cobrança de contas vencidas dos municípios para os quais presta serviços, do Estado e de outros entes do governo, incluindo a exploração de oportunidades para compensar essas dívidas com determinados direitos de posse ou propriedade sobre serviços relacionados aos sistemas de água e esgoto.
- *Garantir a Qualidade e Disponibilidade dos Serviços nas Áreas de Atuação.* A Emissora tem como objetivo manter um índice efetivo de Cobertura de Distribuição de Água de 100,0%, com alto padrão de qualidade e disponibilidade. A Emissora pretende continuar a deter o índice de 100,0% de Cobertura de Distribuição de Água com o crescimento da população por meio de 1,8 milhão de ligações de água até 2018, e por meio do aumento do índice de Atendimento em Coleta de Esgoto para 90,0% até 2018. Para garantir a qualidade e disponibilidade de seus serviços, a Emissora pretende, ainda, melhorar a relação com seus clientes, encurtando o tempo de resposta para as instalações dos clientes, bem como por meio de programa focado em relações públicas para realçar a imagem da Emissora perante o consumidor final. Adicionalmente, a Emissora está desenvolvendo estratégias de *marketing* de curto, médio e longo prazos, tais como a segmentação de clientes e soluções específicas para cada tipo de cliente. A Emissora acredita que essas estratégias auxiliarão no crescimento da base de clientes.

- *Continuidade na Melhoria e Expansão dos Serviços de Água e Esgoto* – A meta da SABESP é melhorar e expandir os seus serviços de produção e distribuição de água e de coleta e tratamento de esgotos nas áreas em que atua por meio da execução de novos contratos e concessões. Assim, a Emissora pretende estreitar as relações com os governos municipais para os quais presta serviços, visando a fidelização de clientes e, deste modo, a renovação da totalidade, ou de parte significativa dos contratos de concessão vencedores. Desde o ano de 2007, a Emissora assinou 174 contratos com municípios, todos com prazo de 30 anos, dos quais 14 foram assinados apenas no ano de 2009, sendo que a Emissora pretende continuar a expansão de seus serviços de água e esgoto. O programa de investimentos da SABESP, que exigirá dispêndios no valor aproximado de R\$ 8,6 bilhões, no período de 2009 a 2013, tem por objetivo o cumprimento dessa meta de expansão de seus serviços e participação no mercado. A Emissora explora com frequência a possibilidade de prestar serviços de água e esgoto nos municípios do Estado de São Paulo onde ainda não atua, ou aos quais apenas fornece água por atacado e serviços de tratamento de esgoto, representando uma população total de 16,4 milhões de habitantes. A SABESP também avalia a possibilidade de expansão nas áreas próximas das quais opera para maximizar o retorno do investimento e melhorar sua performance financeira. Além disso, a Emissora pretende aproveitar as oportunidades em outros estados brasileiros e em outros países, para expandir seus serviços e aumentar a sua participação no mercado.
- *Ampliação do Escopo dos Serviços Prestados pela Emissora*. Nos termos do artigo 63 da Lei Complementar Estadual nº 1.025, de 07 de dezembro de 2007, foi autorizado à Emissora a ampliação do escopo dos seus serviços. Em conformidade com esta regra, a Emissora deliberou, em 28 de julho de 2008, incluir em seu escopo de atuação drenagem e manejo de águas pluviais urbanas e atividades correlatas; limpeza urbana e atividades correlatas; manejo de resíduos sólidos e atividades correlatas; planejamento, operação e manutenção de sistemas de produção, armazenamento, conservação e comercialização de energia, para si ou para terceiros; e comercialização de serviços, produtos, benefícios e direitos que direta ou indiretamente decorrerem de seus ativos patrimoniais, empreendimentos e atividades. A SABESP pode criar subsidiária em qualquer parte do território nacional ou no exterior na prestação dos mesmos serviços. Nesse sentido, a Emissora (i) negociou seu primeiro acordo internacional com o Instituto Costarricense de Acueductos y Alcantarillados (AyA), da Costa Rica; (ii) assinou termos de cooperação técnica com outras empresas estaduais de saneamento com o objetivo de promover intercâmbio de tecnologias; (iii) firmou contrato com a Cesan, companhia de saneamento do Espírito Santo, para desenvolver projeto de automação de sistemas produtores de água, e com a Casal, de Alagoas, para desenvolver projeto para redução de perdas na distribuição de água; (iv) assinou memorando de entendimentos com três municípios para operar aterros sanitários; (v) firmou parceria com as empresas OHL Médio Ambiente, Inima S.A.U. – Unipersonal, Técnicas y Getion Medioambiental S.A.U. e Estudos Técnicos e Projetos ETEP Ltda., para prestar serviços de complementação da implantação do sistema de afastamento de esgotos e implantação e operação do sistema de tratamento de esgotos do Município de Mogi Mirim, incluindo a disposição dos resíduos sólidos gerados, (vi) assinou acordo de cooperação com a empresa espanhola Sociedad General Aguas de Barcelona S/A – Agbar, o qual permitirá o intercâmbio de conhecimento e mapeamento de oportunidades de atuação conjunta em negócios potenciais; e (vii) venceu a primeira licitação internacional no Panamá no valor de US\$ 8,8 milhões para atuar como consultora em programa de redução de perdas de água e implantação de modelo de gestão comercial e operacional da IDAAN. A Emissora pretende continuar procurando novas oportunidades de negócios, nos quais possa aplicar sua experiência, tamanho e escala. A ampliação do escopo dos serviços tem por objetivos (i) diversificar a base de receita da Emissora, além das atividades de água e esgoto, (ii) aproveitar as sinergias entre as novas atividades e a atual atividade e a base operada pela Emissora, (iii) assegurar maior controle sobre a demanda energética da Emissora.





sabesp

- *Continuar Gerindo Ativamente os Níveis de Endividamento da Emissora.* A SABESP tem como objetivo financiar sua necessidade de capital de giro e seu plano de investimento com fontes diversificadas de recursos, tais como bancos públicos brasileiros, agências multilaterais nacionais e internacionais e bancos de desenvolvimento. A Emissora busca oportunidade de mercado para financiamentos de baixo custo e refinar suas obrigações se, e quanto, for vantajoso e apropriado. Em 31 de dezembro de 2009, a dívida total da Emissora era de R\$ 6.560,0 milhões, representando uma diminuição de 4,4% em relação a 31 de dezembro de 2008. Essa variação ocorreu principalmente, pela desvalorização do dólar frente ao real, e também pelas quitações da 6ª emissão de debênture (2ª série), 7ª emissão de debêntures (1ª série), 8ª emissão de debêntures (1ª série), amortizações de parcelas dos financiamentos no período e pela desvalorização do dólar frente ao real, e em contrapartida houve novas captações de notas promissórias no montante de R\$ 900,0 milhões.
- *Aumentar a Eficiência Operacional e Reduzir as Perdas de Água.* A Emissora procura reduzir as perdas reais e perdas aparentes de água. Para obtenção de reduções mais significativas e mais consistentes no longo prazo, a Emissora criou um Programa Corporativo de Perdas de Água. Para isso, a Emissora angariou fundos de instituições locais e internacionais para o programa. O objetivo desse programa é envidar esforços significativos na renovação da infraestrutura, com o intuito de reduzir as perdas reais de água, principalmente por meio da implantação de centros e distritos de medição e controle, os quais são distritos de suprimento de água com um menor número de tubulações. Essas medidas irão permitir que a Emissora detecte e repare vazamentos de modo mais eficiente. O programa também busca reduzir as perdas reais de água ao aprimorar e substituir medidores imprecisos e intensificar esforços no que se refere às irregularidades em ligações ativas e inativas. A Emissora reduziu as perdas reais e aparentes de água de 28,3% em 31 de dezembro de 2008 para 26,5% em 31 de dezembro de 2009.

## HISTÓRICO

Para mais detalhes acerca do Histórico da Emissora, ver subitem 6.3 do item 6 do Formulário de Referência.

## ORGANOGRAMA

Para mais detalhes acerca do Grupo Econômico da Emissora, ver item subitem 8.2 do item 8 do Formulário de Referência.

Para mais informações sobre a estrutura societária e os acionistas da Emissora, vide seção “Principais Acionistas” deste Prospecto na página 76.

## CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

### COMPOSIÇÃO ATUAL DO CAPITAL SOCIAL

O capital social da Emissora, em 31 de dezembro de 2009, era de R\$ 6.203,7 milhões, representado por 227.836.623 ações ordinárias escriturais, sem valor nominal. De acordo com o Estatuto Social da Emissora, o capital autorizado é de R\$ 10,0 bilhões. O Conselho de Administração da Emissora é o órgão competente para deliberar sobre o aumento do capital, dentro do limite do capital autorizado, com oitiva prévia do Conselho Fiscal. Todas as ações ordinárias em circulação encontram-se totalmente integralizadas.

Em 31 de dezembro de 2009, o único acionista titular de ações ordinárias de emissão da SABESP, representando mais de 5% do capital social da Companhia era o Estado de São Paulo. Na referida data, o Estado detinha 114.508.083 ações ordinárias de emissão da Companhia, as quais representavam 50,3% de seu capital social.

### AUTORIZAÇÕES SOCIETÁRIAS

A Emissão foi deliberada em Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 18 de janeiro de 2010 e 18 de março de 2010, tendo sido a primeira arquivada na JUCESP sob o nº 41.967/10-0, e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Folha de São Paulo em 24 de fevereiro de 2010, e a segunda arquivada na JUCESP sob o nº 112.659/10-0, em sessão de 01 de abril de 2010 e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Folha de São Paulo em 23 de março de 2010.

### QUANTIDADE DE DEBÊNTURES E NÚMERO DE SÉRIES

Serão emitidas 1.215.000 Debêntures sendo que a oferta base corresponde a 900.000 Debêntures, acrescida de 315.000 Debêntures, em virtude do exercício da Opção de Debêntures Adicionais e da Opção de Lote Suplementar. Serão alocadas 810.000 Debêntures na 1ª Série e 405.000 Debêntures na 2ª Série.

A Emissão será realizada em 2 séries, sendo a 1ª série no montante de R\$ 810.000.000,00 e a 2ª série no montante de R\$ 405.000.000,00. Nos termos do § 3º do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, a Emissora não poderá negociar a 2ª série de Debêntures desta Emissão antes de colocadas as Debêntures da 1ª série.

A quantidade de Debêntures inicialmente oferecida (sem considerar as Debêntures do Lote Suplementar, conforme abaixo definido) poderia ser aumentada, a critério da Emissora, com a concordância do Coordenador Líder, e observado o limite estabelecido no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, em até 20% com relação à quantidade de Debêntures originalmente oferecida, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400. A Opção de Debêntures Adicionais foi exercida integralmente, representando um aumento de 20% às Debêntures originalmente oferecidas. Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, e observado o limite estabelecido no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, a quantidade de Debêntures inicialmente oferecida (sem considerar as Debêntures Adicionais) foi acrescida em 15% com relação à quantidade de Debêntures originalmente oferecida, conforme opção outorgada pela Companhia ao Coordenador Líder, as quais foram destinadas a atender excesso de demanda que foi constatado no decorrer da Oferta, mediante o exercício integral da Opção de Lote Suplementar. Foi mantido preço único de R\$1.000,00 para a subscrição das Debêntures Adicionais e das Debêntures do Lote Suplementar.

#### VALOR NOMINAL UNITÁRIO, VALOR TOTAL DA EMISSÃO E DATA DE EMISSÃO

As Debêntures terão Valor Nominal Unitário de R\$ 1.000,00, perfazendo o montante total de R\$ 1.215.000.000,00 na Data de Emissão.

Para todos os efeitos legais, a Data de Emissão das Debêntures é 1º de março de 2010.

#### CONVERSIBILIDADE, TIPO E FORMA

As Debêntures serão emitidas na forma nominativa, escritural, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

#### ESPÉCIE

As Debêntures serão da espécie quirografária, não havendo, portanto, qualquer privilégio, especial ou geral, para seus titulares, nem especificação de bens para a garantia da execução.

#### PRAZO E DATA DE VENCIMENTO

(i) as Debêntures da 1ª série terão prazo de vencimento de 5 anos a contar da Data de Emissão, com vencimento em 1º de março de 2015; e (ii) as Debêntures da 2ª série terão prazo de vencimento de 3 anos a contar da Data de Emissão, com vencimento em 1º de março de 2013. Nas respectivas datas de vencimento, a Emissora se obriga a proceder à liquidação das Debêntures que ainda estiverem em circulação, pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis*, a partir da última data de pagamento da Remuneração.

#### DISTRIBUIÇÃO

As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures (exceto com relação às Debêntures do Lote Suplementar e do Lote Adicional), com a intermediação do BB - Banco de Investimento S.A., Caixa Econômica Federal, HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e Banco Votorantim S.A.. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos, sendo que os Coordenadores, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizarão plano de distribuição, tendo como público alvo investidores institucionais e/ou qualificados, conforme definido no artigo 109 da Instrução CVM 409, podendo, entretanto, ser atendidos outros investidores não qualificados, fundos de investimentos, pessoas físicas ou jurídicas, clientes ou não dos Coordenadores, conforme definidas no Contrato de Distribuição celebrado pela Emissora e os Coordenadores. As Debêntures da Opção de Lote Suplementar e Debêntures da Opção do Lote Adicional serão objeto de distribuição pública, sob o regime de melhores esforços pelos Coordenadores.

A distribuição pública das Debêntures somente terá início após o registro da Emissão pela CVM, a publicação do Anúncio de Início e a disponibilização para os investidores do prospecto definitivo da Emissão, nos termos da Instrução CVM 400.

As Debêntures serão colocadas em até 5 dias úteis, contados da data de publicação do Anúncio de Início.

Foi adotado o Procedimento de *Bookbuilding*, a ser organizado pelos Coordenadores, por meio da coleta de intenções de investimento, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas e sem a fixação de lotes mínimos ou máximos para a definição da Remuneração das Debêntures.



sabesp

## INADEQUAÇÃO DO INVESTIMENTO

A presente Oferta não é adequada aos investidores que: (i) necessitem de liquidez considerável com relação aos títulos adquiridos, uma vez que a negociação de Debêntures no mercado secundário brasileiro é restrita; e (ii) não estejam dispostos a correr risco de crédito de empresas do setor de saneamento.

## COMPROVAÇÃO DE TITULARIDADE DAS DEBÊNTURES

A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato dos registros realizados pelo Banco Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato, em nome do Debenturista, emitido pela CETIP quando estes títulos estiverem custodiados no SND. Para as Debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA, será emitido, pela BM&FBOVESPA, extrato de custódia em nome do Debenturista.

## REPACTUAÇÃO

Não haverá repactuação das Debêntures.

## PREÇO DE SUBSCRIÇÃO E FORMA DE INTEGRALIZAÇÃO

As Debêntures serão subscritas e integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de integralização, utilizando-se duas casas decimais, sem arredondamento.

## AMORTIZAÇÃO

A amortização das Debêntures da 1ª série será realizada em 03 parcelas anuais e consecutivas, no dia 1º de março de cada ano, sendo (a) 33,3333% do Valor Nominal Unitário, em 1º de março de 2013, (b) 33,3333% do Valor Nominal Unitário, em 1º de março de 2014; e o (c) Saldo do Valor Nominal Unitário, na Data de Vencimento, em 1º de março de 2015.

A Amortização das Debêntures da 2ª série será realizada em 02 parcelas anuais e consecutivas, sendo (a) 50% do Valor Nominal Unitário, em 1º de março de 2012, e o (b) Saldo do Valor Nominal Unitário, na Data de Vencimento, em 1º de março de 2013.

## OFERTA DE RESGATE ANTECIPADO

A Emissora poderá, até o 24º mês, exclusive, após a Data de Emissão, a seu exclusivo critério, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, mediante deliberação em Reunião de Conselho de Administração, realizar oferta de resgate antecipado das Debêntures de qualquer série, endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, sendo assegurado a todos os Debenturistas, em igualdade de condições, a aceitação do respectivo resgate. A Oferta de Resgate Antecipado será operacionalizada da seguinte forma:

- (i) a Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de publicação de anúncio a ser amplamente divulgado nos termos da Escritura de Emissão, o qual deverá descrever separadamente os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo: (i) série(s) a ser(em) resgatada(s); (ii) se o resgate abrangerá a totalidade das Debêntures ou se será parcial e, neste caso, deverá estar descrito no

aviso aos Debenturistas a ser publicado divulgando a Oferta de Resgate Antecipado e seus termos; (iii) o valor do prêmio de resgate, caso exista; (iv) a data efetiva para o resgate das Debêntures e pagamento aos Debenturistas; e (v) demais informações necessárias para a tomada de decisão pelos Debenturistas. Caso aconteça o resgate parcial acima citado, o mesmo deverá ser realizado (a) para as Debêntures custodiadas no SND, conforme procedimentos adotados pela CETIP, através de “operação de compra e venda definitiva no mercado secundário”, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por cada Debenturista, serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Fica definido que, caso a CETIP venha a implantar outra funcionalidade para operacionalizar o resgate parcial, não haverá a necessidade de ajuste à Escritura ou qualquer outra formalidade; (b) conforme os procedimentos adotados pela BM&FBOVESPA; ou ainda, (c) por meio do Banco Mandatário, no caso de o Debenturista não estar vinculado à CETIP ou à BM&FBOVESPA;

- (ii) após a publicação dos termos da Oferta de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à referida oferta terão que se manifestar no prazo disposto no Edital de Oferta de Resgate Antecipado. Ao final deste prazo, a Emissora terá 3 dias úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado;
- (iii) a Emissora poderá condicionar o Resgate Antecipado à aceitação deste por parcela mínima de Debêntures em Circulação, a ser por ela definida quando da realização da Oferta de Resgate Antecipado. Tais percentuais deverão estar estipulados no Edital de Oferta de Resgate Antecipado;
- (iv) o valor a ser pago aos Debenturistas a título de Resgate Antecipado será equivalente ao Saldo do Valor Nominal Unitário, devidamente atualizado, se for o caso, acrescido (i) da Remuneração devida e ainda não paga até a data de Resgate Antecipado, calculada nos termos da Escritura de Emissão; e (ii) de eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora; e
- (v) as Debêntures resgatadas antecipadamente serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.

#### RESGATE ANTECIPADO

A Emissora, a seu exclusivo critério, poderá, a partir do 24º mês, inclusive, após a Data de Emissão, e ao final de cada Período de Capitalização, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, mediante deliberação tomada em Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizar o resgate antecipado total ou parcial das Debêntures da 1ª série, através da publicação da Comunicação de Resgate. As Debêntures resgatadas nos termos aqui previstos deverão ser canceladas pela Emissora.

Na Comunicação de Resgate deverão constar as seguintes informações: (i) a Data do Resgate; (ii) se o resgate antecipado será total ou parcial; e (iii) o valor correspondente ao pagamento do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido (a) a Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento; (b) penalidades e/ou encargos moratórios, se houver; e (c) o prêmio de reembolso a ser calculado de acordo com o abaixo disposto.



sabesp

Os Prêmios de Reembolso a que farão *jus* os Debenturistas por ocasião do Resgate Antecipado serão calculados de acordo com os seguintes percentuais aplicados sobre o somatório do saldo do Valor Nominal com a Remuneração devida até a data do resgate, em função do período de realização do respectivo resgate antecipado:

Resgate a partir do	Prêmio
24º mês	1,00%
30º mês	0,90%
36º mês	0,86%

Na hipótese de resgate antecipado parcial de Debêntures da 1ª série, adotar-se-á o critério de sorteio, a ser coordenado pelo Agente Fiduciário, nos termos do artigo 55, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis e com divulgação pela imprensa, de acordo com o disposto na Escritura de Emissão, inclusive no que concerne às regras do sorteio. Para as Debêntures custodiadas no SND, a operacionalização do resgate antecipado parcial dar-se-á, conforme procedimentos adotados pela CETIP, através de operação de compra e de venda definitiva das debêntures no mercado secundário. Entretanto, todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por debenturista, serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Fica definido que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o resgate antecipado parcial, não haverá necessidade de ajuste na Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade. Para as Debêntures registradas no BOVESPAFIX, o resgate parcial será operacionalizado conforme os procedimentos que serão divulgados à época da publicação da Comunicação de Resgate. Os titulares de Debêntures que não estejam registradas no SND ou no BOVESPAFIX observarão as instruções constantes da Comunicação de Resgate, sendo o processo de resgate parcial levado a efeito perante o Banco Mandatário, com supervisão do Agente Fiduciário.

*Com relação ao resgate antecipado das Debêntures da 1ª série, vide item “As Debêntures da 1ª série poderão ser resgatadas antecipadamente pela Companhia a qualquer momento, a seu exclusivo critério”, da seção “Fatores de Risco” deste Prospecto.*

Não poderá haver resgate antecipado das Debêntures da 2ª série.

#### ATUALIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL

Não haverá aplicação de nenhum fator de atualização sobre o Valor Nominal Unitário.

#### REMUNERAÇÃO

A partir da Data de Emissão, as Debêntures da 1ª série farão *jus* a uma remuneração que contemplará juros remuneratórios incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário. As Debêntures da 1ª Série renderão juros correspondentes à Taxa DI, capitalizada de um *spread* ou sobretaxa de 1,95% ao ano, definida em Procedimento de *Bookbuilding*, com base em 252 dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, a partir da Data de Emissão, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido a seguir, de acordo com a fórmula abaixo. A partir da Data de Emissão, as Debêntures da 2ª série farão *jus* a uma remuneração que contemplará juros remuneratórios incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário. As Debêntures da 2ª série renderão juros correspondentes à Taxa DI, capitalizada de um *spread* ou sobretaxa de 1,40% ao ano, definida em Procedimento de *Bookbuilding*, com base em 252 dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, a partir da Data de Emissão, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido a seguir, de acordo com a fórmula abaixo.

As taxas médias diárias são acumuladas de forma exponencial utilizando-se o critério *pro rata temporis*, até a data do efetivo pagamento dos juros, de forma a cobrir todo o Período de Capitalização.

O cálculo da Remuneração obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times [(FatorDI \times FatorSpread) - 1]$$

onde:

J	valor da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 casas decimais sem arredondamento;
VNe	valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário das Debêntures, no início do Período de Capitalização, informado/calculado com 6 casas decimais, sem arredondamento;
FatorDI	produtório das Taxas DI, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

onde:

k	número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até n;
n	número total de Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;
TDI <sub>k</sub>	fator da Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI <sub>k</sub>	Taxa DI de ordem k divulgada pela CETIP, utilizada com 2 casas decimais;
FatorSpread	Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorSpread = \left\{ \left[ \left( \frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$



sabesp

onde:

*spread* ou sobretaxa, 1,9500 para a 1ª série e 1,4000 para a 2ª série;

DP número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo “DP” um número inteiro;

O fator resultante da expressão  $(1 + \text{TDIk})$  é considerado com 16 casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários  $(1 + \text{TDIk})$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão  $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$  é considerado com 9 casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada na apuração de TDIk a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos parágrafos abaixo quanto à definição do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures.

*Ausência de Divulgação:* No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da Taxa DI, ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 20 dias a contar do evento, realizar a Assembléia Geral de Debenturistas da 1ª série e Assembléia Geral de Debenturistas da 2ª série (no modo e prazos estipulados na cláusula X da Escritura de Emissão e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de atualização a ser aplicado.

Caso não haja acordo sobre a nova Remuneração entre a Emissora e os Debenturistas representando no mínimo 2/3 das Debêntures da 1ª série e 2/3 das Debêntures da 2ª série em Circulação, conforme definido na cláusula 10.2.2 da Escritura de Emissão, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de 30 dias contados da data da realização da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, não sendo devido qualquer valor relativo ao prêmio de reembolso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas, serão utilizadas as fórmulas definidas na Cláusula 4.2.1 da Escritura de Emissão, aplicando-se na apuração de TDIk, o valor da última Taxa DI divulgada.

Com relação à eventual indisponibilidade da Taxa DI, vide item “*As Debêntures poderão ser objeto de resgate antecipado em caso de extinção e não substituição da Taxa DI*”, da seção “*Fatores de Risco*” deste Prospecto.



Para fins de cálculo da Remuneração das Debêntures, define-se “Período de Capitalização” como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data do vencimento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data do próximo vencimento da Remuneração.

Define-se “Saldo do Valor Nominal Unitário” como o Valor Nominal Unitário remanescente após amortizações.

#### PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO

A Remuneração será paga semestralmente, a partir da Data de Emissão, nos dias 1º de setembro e 1º de março de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 1º de setembro de 2010 e o último pagamento na Data de Vencimento de cada série.

#### PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição, até o 1º dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP ou pela BM&FBOVESPA, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

#### ENCARGOS MORATÓRIOS

Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 2% sobre o valor devido e juros de mora calculados desde a data de inadimplemento, até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% ao mês, sobre o montante assim devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança.

#### IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária.

#### DECADÊNCIA DOS DIREITOS AOS ACRÉSCIMOS

O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas na Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração, penalidades e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.



sabesp

## VENCIMENTO ANTECIPADO

É considerada hipótese de vencimento antecipado das Debêntures desta Emissão e, sujeito à imediata exigibilidade do pagamento, pela Emissora, do Saldo do Valor Nominal Unitário de cada Debênture, devidamente atualizado, acrescido da Remuneração, penalidades e encargos, conforme o caso, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme aplicável, até a data do seu efetivo pagamento, quaisquer dos seguintes eventos:

- (a) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, auto-falência (ou outros procedimentos equivalentes previstos em lei) formulado pela Emissora;
- (b) liquidação ou decretação de falência da Emissora;
- (c) extinção ou dissolução da Emissora;
- (d) não pagamento, pela Emissora das parcelas de Remuneração e/ou Amortização, devidas aos titulares das Debêntures nas respectivas datas de pagamento, bem como de quaisquer outras obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão;
- (e) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedade por Ações;
- (f) caso o Estado deixe de deter, direta ou indiretamente, pelo menos 50% mais uma ação com direito a voto do capital da Emissora;
- (g) extinção da licença, perda de concessão ou perda da capacidade da Emissora para a execução e operação dos serviços públicos de saneamento básico em qualquer(quaisquer) área(s) do território do Estado de São Paulo que, considerada(s) isoladamente ou em conjunto durante a vigência das Debêntures, resulte(m) em uma redução da receita operacional líquida consolidada da Emissora igual ou superior a 25%. O limite acima estabelecido será apurado trimestralmente, levando-se em conta as receitas operacionais líquidas da Emissora durante os 12 meses anteriores ao encerramento de cada trimestre e utilizando-se as informações financeiras divulgadas pela Emissora;
- (h) fusão, cisão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, que não tenha sido previamente aprovada por Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 das Debêntures da 1ª e 2ª séries em circulação, reunidos em Assembleias Gerais de Debenturistas especialmente convocadas para esse fim, observado o procedimento de convocação previsto na Escritura de Emissão, exceto na hipótese de a Emissora demonstrar ao Agente Fiduciário, anteriormente à efetivação da Reorganização que, uma vez concluída a Reorganização, serão atendidos

cumulativamente os seguintes requisitos: (i) o patrimônio líquido da Emissora e/ou de sua sucessora não será inferior ao patrimônio líquido da Emissora antes da Reorganização, admitida uma variação de até 10%; (ii) será atribuída às Debêntures a mesma classificação de risco a elas atribuída antes da Reorganização; (iii) a Emissora não violará os índices financeiros estabelecidos na alínea (n) abaixo e (iv) a receita operacional líquida consolidada da Emissora não sofrerá uma redução superior a 25% em relação à receita operacional líquida da Emissora e/ou de sua sucessora, conforme apurado com base em demonstração financeira da Emissora pró-forma que reflita os efeitos da Reorganização, preparada exclusivamente para esse fim, com base nos 12 meses anteriores ao encerramento do último trimestre (relativamente ao qual tenham sido elaboradas informações financeiras obrigatórias); ficando ajustado que os requisitos indicados nos subitens (i) a (iv) desta alínea são exclusivamente destinados à avaliação, pelo Agente Fiduciário, da Reorganização, e não vinculam a livre deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas aqui previstas;

- (i) protesto legítimo de títulos ou pedidos reiterados de falência contra a Emissora, cujo valor global reclamado ultrapasse R\$50.000.000,00, corrigidos pela variação do IPCA, a partir da Data de Emissão das Debêntures, salvo se o protesto ou o pedido de falência tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou se for cancelado ou sustado, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 72 horas de sua ocorrência;
- (j) falta de cumprimento pela Emissora de toda e qualquer obrigação não pecuniária decorrente da Escritura de Emissão, não sanada no prazo de 30 dias contados do recebimento de aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário;
- (k) vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora, em montante igual ou superior a R\$ 50.000.000,00, corrigidos pela variação do IPCA a partir da Data de Emissão das Debêntures, em razão de inadimplemento contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da Emissora decorrentes da Emissão;
- (l) alienações de ativos operacionais que, individual ou conjuntamente durante a vigência das Debêntures, resultem em uma redução da receita operacional líquida consolidada da Emissora igual ou superior a 25%. O limite acima estabelecido será apurado trimestralmente, levando-se em conta as receitas operacionais líquidas da Emissora durante os 12 meses anteriores ao encerramento de cada trimestre, e utilizando-se as informações financeiras divulgadas pela Emissora;
- (m) pagamento de dividendos, exceto os obrigatórios por lei, e/ou juros sobre capital próprio, caso a Emissora esteja inadimplente no cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão;
- (n) não observância dos seguintes índices financeiros mínimos, a partir de 30 de setembro de 2009, a serem verificados trimestralmente, sempre quando da divulgação das informações trimestrais regularmente apresentadas pela Emissora: (1) Liquidez Corrente Ajustada superior a 1,0, devendo para esse fim ser o Ativo Circulante dividido pelo Passivo Circulante, excluída do Passivo Circulante a parcela registrada no curto prazo das dívidas de longo prazo contraídas pela Emissora; (2) EBITDA Ajustado / Despesas Financeiras igual ou superior a 1,5, sendo o EBITDA Ajustado, em relação aos 12 meses anteriores a data de apuração do índice, o somatório (i) do

resultado antes de deduzidos os impostos, tributos, contribuições e participações, (ii) das despesas de depreciação e amortização ocorridas no período, (iii) das despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras e (iv) do resultado não operacional. As Despesas Financeiras são, em relação aos 12 meses anteriores à data de apuração do índice, o somatório dos pagamentos de juros e despesas financeiras incorridas sobre o endividamento financeiro, não devendo ser consideradas para esse fim as despesas de variação cambial (diferença de moedas). A falta de cumprimento pela Emissora somente ficará caracterizada quando verificada nas suas demonstrações financeiras trimestrais obrigatórias por no mínimo 02 trimestres consecutivos, ou ainda por 02 trimestres não consecutivos dentro de um período de 12 meses, não se aplicando a esta hipótese o período de cura de 30 dias acima mencionado;

- (o) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora na Escritura de Emissão;
- (p) não utilização, pela Emissora, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão; e
- (q) caso a Emissora deixe de ter suas demonstrações financeiras auditadas por auditor independente registrado na CVM.

A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (a) até (e) acima acarretará o vencimento antecipado das Debêntures, ficando o vencimento condicionado à entrega pelo Agente Fiduciário de notificação à Emissora nesse sentido, observado o parágrafo único do artigo 13 da Instrução CVM 28.

Quando da ocorrência dos eventos indicados nas alíneas (f) a (q) acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 48 horas da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª série e Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª série para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures da 1ª série e da 2ª série, respectivamente, observado o procedimento de convocação e o quorum específico estabelecidos na Escritura de Emissão. As Assembleias Gerais de Debenturistas aqui previstas poderão também ser convocadas pela Emissora.

Os Debenturistas, reunidos nas Assembleias Gerais de Debenturistas, poderão optar, por deliberação de Debenturistas que representem no mínimo 2/3 das Debêntures da 1ª série em Circulação e 2/3 das Debêntures da 2ª série em Circulação, por não declarar vencidas antecipadamente as Debêntures da 1ª série e da 2ª série, respectivamente; caso contrario, ocorrerá automaticamente um evento de vencimento antecipado, por meio de simples comunicação à Emissora, sujeitando a Emissora ao imediato pagamento das Debêntures, independentemente de qualquer outro aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, devendo a Emissora efetuar o respectivo pagamento na forma descrita acima, no prazo de 2 dias úteis, a contar da comunicação feita pelo Agente Fiduciário.

Na hipótese de (i) não instalação das Assembleias Gerais de Debenturistas mencionadas acima por falta de quorum, ou (ii) não ser aprovado o exercício da faculdade acima prevista pelo quorum mínimo de deliberação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos indicados na Escritura de Emissão acima e a Emissora, efetuar o respectivo pagamento na forma da Escritura de Emissão, no prazo de 2 dias úteis, a contar da comunicação feita pelo Agente Fiduciário.

## LOCAL DE PAGAMENTO

Os pagamentos a que fizerem *jus* as Debêntures serão efetuados utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela BM&FBOVESPA, para as Debêntures custodiadas no BOVESPAFIX; ou (ii) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas no SND; ou (iii) para os titulares de Debêntures da Emissão que não estejam vinculados a esses sistemas, por meio do Banco Mandatário da presente Emissão.

## ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

À Assembleia Geral de Debenturistas, aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

### *Convocação*

As Assembleias Gerais de Debenturistas da 1ª série ou Assembleias Gerais de Debenturistas da 2ª série podem ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% no mínimo, das Debêntures da 1ª série em Circulação e por Debenturistas que representem 10%, no mínimo, das Debêntures da 2ª série em Circulação, conforme definido na Cláusula 10.2.2 da Escritura de Emissão, ou pela CVM.

A convocação dar-se-á mediante anúncio publicado, pelo menos 3 vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e da Escritura de Emissão.

As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas em prazo mínimo de 15 dias, contados da data da primeira publicação da convocação. A Assembleia Geral de Debenturista, em segunda convocação, somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.

As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos na Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

## COMUNICAÇÕES

Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos, no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Folha de São Paulo, edição nacional, bem como na página da Emissora na rede internacional de computadores – *internet* (<http://www.sabesp.com.br>), devendo os anúncios de início e encerramento de distribuição de Debêntures e o aviso ao mercado da Oferta ser publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo e serão publicados no jornal Folha de São Paulo, edição nacional. Caso seja publicado na forma de resumo, o inteiro teor do Anúncio de Início constará da página da Emissora na internet, no endereço acima referido.



sabesp

## PRAZOS, CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO

A integralização será realizada à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional.

## REGISTRO PARA DISTRIBUIÇÃO E NEGOCIAÇÃO DAS DEBÊNTURES

As Debêntures serão registradas para (a) distribuição no mercado primário por meio do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição liquidada através da CETIP; e (b) negociação no mercado secundário por meio (i) do SND, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e/ou (ii) do Sistema BOVESPAFIX, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, sendo processadas pela BM&FBOVESPA a custódia, a liquidação financeira e a negociação das Debêntures.

## PÚBLICO ALVO

A Oferta será destinada a investidores institucionais e/ou qualificados, conforme definido no artigo 109 da Instrução CVM 409, podendo, entretanto, ser atendidos outros investidores não qualificados, fundos de investimentos, pessoas físicas ou jurídicas, clientes ou não dos Coordenadores, conforme definidas no Contrato de Distribuição.

## CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

A Emissora contratou a Standard & Poor's para a elaboração de relatórios de classificação de risco para esta Emissão. Este relatório se encontra no Anexo deste Prospecto, nas páginas F - 1 a F - 4.

## LOCAIS ONDE AS DEBÊNTURES PODEM SER ADQUIRIDAS

Os interessados em adquirir Debêntures poderão contatar os Coordenadores nos endereços abaixo indicados:

### **Coordenador Líder**

#### **BB - Banco de Investimento S.A.**

At.: Paulo Laranjeira

Rua Senador Dantas, nº 105, 36º andar - Centro

CEP 20031-923 – Rio de Janeiro - RJ

Telefone: (11) 3149-8504

Fac-símile: (11) 3149-8529

E-mail: paulolaranjeira@bb.com.br

Internet: [www.bb.com.br/ofertapublica](http://www.bb.com.br/ofertapublica) (selecionar item **Outros Prospectos**, subitem **Sabesp - Prospecto Definitivo da 11ª Emissão de Debêntures**)

### **Coordenadores**

#### **Caixa Econômica Federal**

At.: Alexandre Parisi / Paulo Moraes

Avenida Paulista, nº 2.300 / 12º andar – Cerqueira César

CEP 01310-300 - São Paulo - SP

Telefone: (11) 3555-6200

Fac-símile: (11) 3555-9599

E-mail: alexandre.parisi@caixa.gov.br / paulo.f.moraes@caixa.gov.br

Internet: [www1.caixa.gov.br/download/index.asp](http://www1.caixa.gov.br/download/index.asp) (selecionar o item **Mercado de Capitais – Ofertas em Andamento**, subitem **SABESP – 11ª Emissão de Debêntures – 2010**)

**HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

At.: Antonio Marques de Oliveira Neto

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.064 – 4º andar

CEP 01451-000 - São Paulo – SP

Telefone: (11) 3847-5078 / 5145

Fac-símile: (11) 3847-5021 / 9818

*E-mail:* antonio.m.oliveira@hsbc.com.br /

*Internet:* [www.hsbc.com.br/1/2/portal/pt/para-sua-empresa/investimento/operacoes-especiais/operacoes-especiais-mais-informacoes](http://www.hsbc.com.br/1/2/portal/pt/para-sua-empresa/investimento/operacoes-especiais/operacoes-especiais-mais-informacoes) (selecionar item Mais Informações, subitem SABESP - Prospecto da 11ª Emissão de Debêntures)

**Banco Votorantim S.A.**

At.: Roberto Roma

Avenida Das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 16º andar São Paulo - SP

CEP 04794-000 - São Paulo – SP

Telefone: (11) 5171-2612

Fac-símile: (11) 5171-2656

*E-mail:* roberto.roma@bancovotorantim.com.br

*Internet:* [www.bancovotorantim.com.br/ofertaspublicas](http://www.bancovotorantim.com.br/ofertaspublicas) (selecionar item Sabesp - Prospecto Definitivo da 11ª Emissão de Debêntures)

**REVOGAÇÃO, SUSPENSÃO, CANCELAMENTO E MODIFICAÇÃO DA OFERTA**

Havendo, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pela Emissora e inerentes à própria Oferta, a CVM poderá acolher pleito de modificação ou revogação da Oferta. É sempre permitida a modificação da oferta para melhorá-la em favor dos investidores ou para renúncia a condição da Oferta estabelecida pela Emissora.

Observado o disposto no artigo 25 da Instrução CVM 400, a modificação da Oferta, realizada nos termos acima descritos, deverá ser divulgada imediatamente através de meios ao menos iguais aos utilizados para a divulgação do Anúncio de Início e os Coordenadores deverão se acautelar e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o manifestante está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições. Na hipótese acima prevista, os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão ser comunicados diretamente a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, no prazo de 5 dias úteis do recebimento da comunicação, o interesse em manter a declaração de aceitação, presumida a manutenção em caso de silêncio.

Caso a Oferta não seja finalizada, por qualquer motivo, os recursos eventualmente depositados por investidores com relação às Debêntures deverão ser devolvidos aos respectivos depositantes, na forma e condições estabelecidas nos artigos 26 e 27 da Instrução CVM 400, ficando, porém, desde já estabelecido que esses recursos serão devolvidos sem adição de juros ou correção monetária.

Na hipótese de ocorrência de qualquer fato ou irregularidade, inclusive após a obtenção do registro da Oferta, que seja relevante ou suficiente para justificar a suspensão ou o cancelamento do registro da Oferta, o Coordenador Líder deverá suspender ou cancelar a Oferta e comunicar imediatamente a ocorrência do ato ou irregularidade à Emissora e à CVM, para que seja verificado se a ocorrência do fato ou da irregularidade é sanável, nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 400.



sabesp

Não haverá dedução de encargos ou tributos de qualquer natureza, dos valores dados em contrapartida às Debêntures pelos investidores na hipótese de revogação de sua aceitação.

#### INFORMAÇÕES SOBRE O ADMINISTRADOR DA EMISSORA RESPONSÁVEL PELA OFERTA:

Eventuais dúvidas sobre a Oferta poderão ser enviadas aos endereços abaixo:

#### **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP**

At.: Rui de Britto Álvares Affonso

Rua Costa Carvalho, n.º 300

CEP05429-900 – São Paulo – SP

Telefone: (11) 3388-8247

Fac-símile: (11) 3815-4465

E-mail: raffonso@sabesp.com.br

Internet: www.sabesp.com.br

#### INFORMAÇÕES SOBRE OS AUDITORES RESPONSÁVEIS POR AUDITAR AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS

Eventuais dúvidas sobre a auditoria das Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 para:

#### **Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes**

At.: Marco Antonio Brandão Simurro

Rua Alexandre Dumas, nº 1.981

CEP 04717-906 - São Paulo – SP

Telefone: (11) 5186-1000

Fac-símile: (11) 5186-1333

E-mail: mbrandao@deloitte.com

Internet: www.deloitte.com.br

Eventuais dúvidas sobre a auditoria das Demonstrações Financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 2009 para:

#### **PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes**

At.: Paulo Cesar Estevão Netto

Avenida Francisco Matarazzo, nº 1400, Torre Torino

CEP 05001-903 - São Paulo – SP

Telefone: (11) 3674-2000

Fac-símile: (11) 3674-2045

E-mail: paulo.estevao@br.pwc.com

Internet: www.pwc.com.br



## **INFORMAÇÕES SOBRE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS**

Para mais detalhes acerca dos valores mobiliários emitidos pela Emissora, ver item 18 do Formulário de Referência.

## CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO DAS DEBÊNTURES

Nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, e da Instrução CVM 400, foi celebrado o Contrato de Distribuição, por meio do qual a Emissora contratou os Coordenadores para serem responsáveis pela colocação das Debêntures junto ao público investidor. O Contrato de Distribuição encontra-se disponível para consulta ou cópia nas sedes da Companhia e dos Coordenadores, nos endereços indicados na seção “Informações sobre os Coordenadores da Emissão”, na página 51 deste Prospecto.

De acordo com o Contrato de Distribuição, a Oferta será realizada conforme as condições descritas a seguir.

### DO REGIME, PREÇO E PRAZO DE COLOCAÇÃO DAS DEBÊNTURES

Sujeito aos termos e condições do Contrato de Colocação, os Coordenadores realizarão a distribuição pública da totalidade das Debêntures sob o regime de garantia firme de subscrição, sem qualquer solidariedade entre os Coordenadores para esse fim, sendo atribuída a cada Coordenador a quantidade de Debêntures a seguir:

COORDENADOR	QUANTIDADE DE DEBÊNTURES DA 1ª SÉRIE	QUANTIDADE DE DEBÊNTURES DA 2ª SÉRIE	GARANTIA FIRME PRESTADA (EM R\$ NA DATA DE EMISSÃO)
Coordenador Líder	200.000	100.000	300.000.000,00
CAIXA	200.000	100.000	300.000.000,00
HSBC	100.000	50.000	150.000.000,00
Banco Votorantim	100.000	50.000	150.000.000,00

A garantia firme prestada pelos Coordenadores está limitada ao montante total de R\$900.000.000,00, na Data de Emissão, respeitada a alocação entre os Coordenadores acima fixada.

A garantia firme prestada será exercida unicamente na hipótese de a demanda dos investidores pelas Debêntures não ser suficiente para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures a serem emitidas.

O prazo de colocação das Debêntures sob regime de garantia firme será de até 5 dias úteis, contados a partir da data da publicação do Anúncio de Início.

Ao final do Prazo de Colocação, cada Coordenador estará obrigado a subscrever, na proporção acima descrita e até o limite da garantia firme prestada, a totalidade das Debêntures que porventura não tenham sido colocadas junto a investidores, até a Data de Liquidação definida. Será publicado, então, anúncio de encerramento da Oferta.

O regime da garantia firme prestado pelos Coordenadores é válido até o dia 02 de junho de 2010, podendo tal prazo ser estendido a critério único e exclusivo dos Coordenadores, mediante simples comunicação à Emissora.

Durante todo o Prazo de Colocação, o preço de integralização das Debêntures será o correspondente ao Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da subscrição e integralização.

As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição. A integralização será realizada em moeda corrente nacional.

A subscrição e a integralização das Debêntures observarão os procedimentos previstos no regulamento de operações da CETIP.

## FORMA, PROCEDIMENTO, CONDIÇÕES DE COLOCAÇÃO E PLANO DE DISTRIBUIÇÃO

Observadas as condições previstas no Contrato de Distribuição, os Coordenadores iniciarão a colocação das Debêntures após o registro da Oferta na CVM, a disponibilização do Prospecto aos investidores, a publicação do Anúncio de Início ou a publicação do aviso de que trata o artigo 53 da Instrução CVM 400. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do sistema SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, bem como com o plano de distribuição de acordo com o § 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400.

Anteriormente ao Registro da Oferta, os Coordenadores realizaram o Procedimento de *Bookbuilding* e disponibilizaram ao público o Prospecto Preliminar da Oferta, precedido da publicação do aviso de que trata o artigo 53 da Instrução CVM 400, não tendo havido, contudo, recebimento pelos Coordenadores de reservas de subscrição de Debêntures.

Não houve fixação de lotes mínimos ou máximos para a subscrição das Debêntures.

Não foi nem será (i) constituído fundo de sustentação de liquidez; (ii) firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures; ou (iii) firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures.

Tiveram preferência para subscrever as Debêntures, independentemente de ordem cronológica, os investidores que apresentaram as melhores propostas de Remuneração durante o Procedimento de *Bookbuilding*, sendo consideradas como melhores propostas aquelas que apresentaram as menores taxas de Remuneração.

Observadas as disposições da regulamentação aplicável e a prestação de informações à Emissora, quando for por ela solicitada, os Coordenadores deverão realizar a distribuição pública das Debêntures, de forma a assegurar: (i) que o tratamento conferido aos investidores seja justo e equitativo, (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes, e (iii) que os seus representantes de venda recebam previamente o exemplar do Prospecto atualizado para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoa(s) designada(s) para tal.

O público alvo da Oferta são investidores institucionais ou qualificados, conforme definido no artigo 109 da Instrução CVM 409, conforme alterada, podendo, entretanto, ser atendidos outros investidores não qualificados, fundos de investimentos, pessoas físicas ou jurídicas, clientes ou não dos Coordenadores.

Os Coordenadores poderão revender, até a data de publicação do Anúncio de Encerramento, as Debêntures adquiridas em virtude do exercício da garantia firme de colocação, pelo preço de integralização das Debêntures. A revenda das Debêntures pelos Coordenadores, após a publicação do Anúncio de Encerramento, poderá ser feita pelo preço a ser apurado de acordo com as condições de mercado verificadas a época. A revenda das Debêntures, conforme aqui mencionada, deverá ser efetuada respeitada a regulamentação aplicável.

### MARKET FLEX

Os Coordenadores, em conjunto, por meio do Coordenador Líder, reservam-se o direito de, a qualquer momento até a concessão do registro para distribuição das Debêntures pela CVM, requerer à Emissora que modifique quaisquer termos, condições, estrutura, prazos, taxas de juros, remuneração, entre outros, da Oferta, caso tais modificações sejam necessárias ao sucesso da operação. O direito ao *market flex* aqui descrito será passível de exercício em determinadas situações que incluem, mas não se limitam, às seguintes: (i) mudanças significativas no ambiente legal e/ou regulatório que disciplina a Oferta; (ii) turbulências políticas e/ou econômicas que afetem o retorno esperado pelos potenciais investidores nas operações aqui descritas; e (iii) quaisquer eventos de mercado, que resultem no aumento substancial dos custos ou na razoabilidade econômica das operações aqui descritas.



sabesp

Caso a Emissora não aceite as alterações propostas pelos Coordenadores, as Partes poderão resilir o Contrato de Distribuição sem qualquer ônus, com exceção da obrigação de reembolso pela Emissora aos Coordenadores de todas as despesas e custos gerais incorridos por estes até o momento da rescisão, desde que devidamente comprovados, no prazo de até 5 dias úteis a contar do envio pelos Coordenadores da correspondência nesse sentido.

#### CRONOGRAMA DE ETAPAS DA OFERTA DAS DEBÊNTURES

Segue abaixo o cronograma estimado das etapas da Oferta, sujeito a alteração a critério exclusivo dos Coordenadores e da Emissora e à concessão de registro pela CVM.

Evento	Data Estimada*
Protocolo na ANBIMA do pedido de registro da Oferta	22/02/2010
Disponibilização do Prospecto Preliminar da Oferta	22/02/2010
Publicação de fato relevante sobre o protocolo do pedido de registro da Oferta	25/02/2010
Publicação do Aviso ao Mercado	29/03/2010
Início da apresentação da Oferta para potenciais investidores	29/03/2010
Protocolo na CVM do pedido de registro da Oferta	29/03/2010
Realização do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	15/04/2010
Resultado do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> e alocação de lotes	16/04/2010
Disponibilização do Prospecto Definitivo da Oferta	19/04/2010
Concessão do registro da Oferta pela CVM	22/04/2010
Publicação do Anúncio de Início da Oferta	29/04/2010
Subscrição e Liquidação financeira das Debêntures da 1ª série	30/04/2010
Subscrição e Liquidação financeira das Debêntures da 2ª série	03/05/2010
Exercício, pelos Coordenadores, da garantia firme	04/05/2010
Publicação do Anúncio de Encerramento da Oferta	07/05/2010

(\*) As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, atrasos e adiamentos, sem aviso prévio, a critério da Emissora e dos Coordenadores. Observado o disposto no artigo 25 da Instrução CVM 400, caso haja modificação da Oferta, tal ocorrência deverá ser divulgada imediatamente através de meios ao menos iguais aos utilizados para a divulgação do Anúncio de Início.

Para mais detalhes acerca da revogação suspensão, cancelamento e modificação da Oferta e respectiva dedução de encargos ou tributos de qualquer natureza, veja seção “Características da Oferta – Revogação Suspensão e Modificação da Oferta” na página 41 deste Prospecto.

Para mais detalhes acerca do regime, preço e prazo de colocação das Debêntures, veja seção “Contrato de Distribuição – Do Regime, Preço e Prazo de Colocação das Debêntures” na página 44 deste Prospecto.

#### COMISSÕES

Pela execução dos serviços descritos no Contrato de Distribuição, a Emissora pagará aos Coordenadores, na Data de Liquidação definida na cláusula nona do Contrato de Distribuição, a seguinte remuneração:

- (i) **Comissão de Estruturação:** a este título a Emissora pagará R\$ 2.700.000,00 aos Coordenadores, a ser dividida em proporção igual entre cada um dos Coordenadores, cabendo, desta forma, a cada um dos Coordenadores R\$ 675.000,00;

- (ii) **Comissão de Distribuição:** a este título a Emissora pagará aos Coordenadores uma comissão de 0,35%, incidente sobre o número total de Debêntures efetivamente subscritas e integralizadas multiplicado pelo preço de integralização das Debêntures, sendo o respectivo valor pago aos Coordenadores na proporção da garantia firme prestada, conforme abaixo indicado:
- a) 2/6 do respectivo valor ao Coordenador Líder;
  - b) 2/6 do respectivo valor à CAIXA;
  - c) 1/6 do respectivo valor ao HSBC; e
  - d) 1/6 do respectivo valor ao Banco Votorantim.
- (iii) **Prêmio de prestação de garantia firme:** a este título a Emissora pagará aos Coordenadores, na proporção da garantia firme prestada, valor equivalente a 0,35% do número total das Debêntures objeto da garantia firme, multiplicado pelo preço de integralização das Debêntures, sendo o respectivo valor pago aos Coordenadores conforme proporção abaixo indicada:
- a) 2/6 do respectivo valor ao Coordenador Líder;
  - b) 2/6 do respectivo valor à CAIXA;
  - c) 1/6 do respectivo valor ao HSBC; e
  - d) 1/6 do respectivo valor ao Banco Votorantim.

#### DEMONSTRATIVO DO CUSTO DA OFERTA

A tabela abaixo apresenta os custos estimados da Oferta:

<b>Custos para a Emissora</b>	<b>Montante (R\$)</b>	<b>% sobre o total da Oferta</b>
Comissão de Coordenação	2.700.000,00	0,2222
Comissão de Colocação	4.252.500,00	0,3500
Prêmio de Garantia Firme	3.150.000,00	0,2593
Agência de <i>rating</i>	200.000,00	0,0165
Assessores legais	140.000,00	0,0115
Emissão de carta de conforto	460.000,00	0,0379
Taxa de registro ANBIMA	45.000,00	0,0037
Taxas de registro CVM	165.740,00	0,0136
Despesas com publicações	350.000,00	0,0288
Outras despesas (inclui road shows)	241.500,00	0,0199
Total dos Custos	11.704.740,00	0,9634
Montante Líquido para a Emissora	1.203.295.260,00	99,0366

<b>Preço por Debênture</b>	<b>Custo por Debênture</b>	<b>% sobre o Preço por Debênture</b>	<b>Montante Líquido para a Emissora</b>
R\$ 1.000,00	R\$ 9,63	0,963%	R\$ 990,37



## FUNDO DE SUSTENTAÇÃO DE LIQUIDEZ, CONTRATO DE GARANTIA DE LIQUIDEZ E CONTRATO DE ESTABILIZAÇÃO DE PREÇO

Não será (i) constituído fundo de sustentação de liquidez ou (ii) firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no âmbito da Oferta.

## DECLARAÇÕES DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES

Para mais detalhes acerca das declarações de veracidade da Emissora e dos Coordenadores, veja Anexo V deste Prospecto.

### DECLARAÇÃO DA EMISSORA

A Emissora, na qualidade de companhia emissora das Debêntures, perfazendo o total de R\$1.215.000.000,00 na Data de Emissão, exclusivamente para fins do processo de registro da Oferta perante a CVM, declarou, na data do Prospecto Definitivo e do Preliminar, que: (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro da Emissão e fornecidas ao mercado durante a distribuição das Debêntures; (ii) o Prospecto Preliminar continha e o Prospecto Definitivo contém as informações necessárias ao conhecimento pelos investidores da Emissão, das Debêntures, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes, bem como que o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo foram preparados de acordo com as normas pertinentes; e (iii) as informações prestadas no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo são verdadeiras.

### DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER

O Coordenador Líder declara que (i) as informações prestadas pela Emissora são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (ii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Emissora, que integram o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

Ademais, o Coordenador Líder declara que o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Debêntures, da Emissora, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes, bem como que o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo foram elaborados de acordo com as normas pertinentes.

## OPERAÇÕES VINCULADAS À EMISSÃO

Na data deste Prospecto, os Coordenadores, ou empresas integrantes de seus grupos econômicos, eram titulares de notas promissórias da quarta emissão da Emissora, com valor unitário de R\$ 10.000.000,00, totalizando uma dívida total no valor principal de R\$ 900.000.000,00. Referidas notas promissórias comerciais foram emitidas em 01 de dezembro de 2009, com vencimento em 30 de maio de 2010 e remuneração correspondente a Taxa DI capitalizada de *spread* de 3,50% ao ano. Conforme descrito na seção “Destinação dos Recursos”, na página 71 deste Prospecto, a Emissora destinará os recursos captados por meio da Oferta ao alongamento do prazo médio das dívidas da Companhia, mediante pagamento integral do valor de principal da dívida representada pelas notas promissórias da sua quarta emissão.

A remuneração dos Coordenadores nos termos do Contrato de Distribuição não está vinculada às notas promissórias descritas acima, cuja emissão foi realizada isolada e independentemente das Debêntures.

A Companhia e os Coordenadores entendem que a operação acima descrita não ocasiona conflitos de interesse que possam comprometer ou influenciar a Oferta.

Para mais informações sobre outras operações contratadas entre a Emissora e os Coordenadores da presente Oferta, vide seção “Relacionamento da Emissora com os Coordenadores”, na página 57.



## INFORMAÇÕES SOBRE OS COORDENADORES DA EMISSÃO

### COORDENADOR LÍDER

#### **BB - BANCO DE INVESTIMENTO S.A.**

Em novembro de 1988, o Banco do Brasil criou o BB-BI, subsidiária integral que detém participações permanentes em empresas que representam uma extensão da atividade econômica do conglomerado e possui, também, participações societárias de caráter temporário no capital de empresas que adotam boas práticas de governança corporativa. O resultado do BB-BI origina-se de suas atividades de intermediação financeira, prestação de serviços e participações societárias.

Em 2004, o BB-BI permaneceu entre as maiores instituições financeiras na originação e distribuição de operações de renda fixa no mercado de capitais doméstico, conforme *ranking* da ANBIMA, participando de 13 das 41 operações, com um volume de negócios superior a R\$ 1,0 bilhão.

Em 2005, o BB-BI liderou a terceira emissão de debêntures da Companhia Paranaense de Energia – COPEL, no valor de R\$ 400 milhões, a sexta emissão de debêntures da Telemar Participações S.A., no valor de R\$ 150 milhões, a terceira emissão de debêntures de Tupy S.A., no valor de R\$ 251,9 milhões, a primeira emissão da Termopernambuco S.A., no valor de R\$ 450 milhões, e a terceira emissão da Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN, no valor de R\$ 179 milhões. O BB-BI foi coordenador da décima emissão de debêntures da Companhia Itauleasing de Arrendamento Mercantil, no valor de R\$ 1,35 bilhão, da segunda emissão de Telesp Celular Participações S.A., no valor de R\$ 1,0 bilhão, da quinta emissão de debêntures da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA, no valor de R\$ 540 milhões, da sétima emissão de debêntures de Aços Villares, no valor de R\$ 285 milhões, dentre outras.

Em 2006, o BB-BI liderou a primeira emissão de debêntures da Telemar Norte Leste S.A, no valor de R\$ 2,16 bilhões, a quinta emissão de debêntures da Brasil Telecom S.A, no valor de R\$ 1,08 bilhão, a primeira emissão de notas promissórias da Cemig Geração e Transmissão S.A., no valor de R\$ 900 milhões, a primeira emissão de notas promissórias da Cemig Distribuição S.A., no valor de R\$ 300 milhões, a décima quarta emissão de debêntures de Braskem S.A., no valor de R\$ 500 milhões, a quarta emissão da Companhia Paranaense de Energia - Copel, no valor de R\$ 600 milhões e a terceira emissão da Companhia Energética de Pernambuco - Celpe, no valor de R\$ 170 milhões. Foi coordenador da quarta emissão de debêntures da Petroflex Indústria e Comércio S.A., no valor de R\$ 160 milhões, da primeira emissão de debêntures da Companhia Piratininga de Força e Luz - CPFL Piratininga, no valor de R\$ 400 milhões, da quarta emissão de debêntures da Companhia Siderúrgica Nacional - CSN, no valor de R\$ 600 milhões, da quarta emissão de debêntures da S.A. Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor, no valor de R\$ 50 milhões, da primeira emissão de BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A, no valor de R\$ 3,35 bilhões, a primeira emissão da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev, no valor de R\$ 2,065 bilhões, a sétima emissão da Companhia Vale do Rio Doce, no valor de R\$ 5,5 bilhões, a terceira emissão da Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL, no valor de R\$ 640 milhões, a segunda emissão da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, no valor de R\$ 600 milhões e a primeira emissão de notas promissórias de Furnas Centrais Elétricas S.A., no valor de R\$ 130 milhões.

Em 2007, o BB-BI liderou a segunda emissão de debêntures da Localiza Rent a Car S.A., no valor de R\$ 200 milhões, e a segunda emissão de debêntures de Cemig Distribuição S.A. no valor de R\$ 400 milhões. Participou da sétima emissão de debêntures da Telemar Participações S.A., no valor de R\$ 250 milhões, da terceira emissão de debêntures da BNDES Participações S.A. – BNDESPAR no valor de R\$ 1,35 bilhão, da segunda emissão de debêntures da Termopernambuco S.A. no valor



sabesp

de R\$ 400 milhões, da quarta emissão de notas promissórias da CPFL Energia S.A. no valor de R\$ 438,75 milhões e da terceira emissão de debêntures da CPFL Energia S.A. no valor de R\$ 450 milhões, bem como da primeira emissão de notas promissórias de Telemar Participações S.A. no valor de R\$ 4,8 bilhões.

Em 2008, o BB-BI liderou a primeira emissão de notas promissórias da Ambev, no valor de R\$ 1,5 bilhão, a primeira emissão de notas promissórias da Companhia Piratininga de Força e Luz, no valor de R\$ 100 milhões, a primeira emissão de notas promissórias da Brenco – Companhia Brasileira de Energia Renovável, no valor de R\$ 200 milhões, a terceira emissão de notas promissórias da Tractebel Energia S.A., no valor de R\$ 400 milhões, a quinta emissão de debêntures da Gafisa S.A. no valor de R\$ 250 milhões, a segunda emissão de debêntures da Companhia Piratininga de Força e Luz, no valor de R\$ 100 milhões, a quinta emissão de notas promissórias da Vivo Participações S.A. no valor de R\$ 550 milhões, a segunda emissão de notas promissórias da Brenco – Companhia Brasileira de Energia Renovável, no valor de R\$ 390 milhões, e participou da quarta emissão de debêntures da USIMINAS, no valor de R\$ 500 milhões, da primeira emissão de notas promissórias da TCO IP S.A. no valor de R\$ 530 milhões, da nona emissão de debêntures da SABESP, no valor de R\$ 220 milhões e da segunda emissão de notas promissórias da Invitel S.A., no valor de R\$ 950 milhões.

Em 2009, o BB-BI liderou a primeira emissão de notas promissórias da Megapar Participações S.A., no valor de R\$ 400 milhões, a terceira emissão de debêntures da VRG Linhas Aéreas S.A., no valor de R\$ 400 milhões, a terceira emissão de notas promissórias da SABESP, no valor de R\$ 600 milhões, a primeira emissão de debêntures da TAM Linhas Aéreas S.A., no valor de R\$ 600 milhões, a primeira emissão de debêntures da InBev Participações Societárias S.A., no valor de R\$ 2 bilhões, a segunda emissão de notas promissórias da Megapar Participações S.A., no valor de R\$ 430 milhões, a terceira emissão de notas promissórias da Terna Participações S.A., no valor de R\$ 550 milhões, a terceira emissão de notas promissórias da Cemig Geração e Transmissão S.A., no valor de R\$ 2.700 milhões, a quarta emissão de notas promissórias da SABESP, no valor de R\$ 900 milhões, a primeira emissão de debêntures da Centrais Elétricas da Paraíba S.A., no valor de R\$ 450 milhões, a quarta emissão de debêntures da Tractebel Energia S.A. no valor de R\$ 400 milhões, a primeira emissão de debêntures da JHSF Participações S.A. no valor de R\$ 100 milhões e a quarta emissão de debêntures da BNDES Participações S.A - BNDESPAR, no valor de R\$ 1.250 milhões. Participou da segunda emissão de notas promissórias das Autopistas do Grupo OHL Brasil S.A., no valor de R\$ 200 milhões, da terceira emissão de debêntures da Tractebel Energia S.A. no valor de R\$ 600 milhões e da primeira emissão de debêntures da Camargo Corrêa S.A. no valor de R\$ 1.600 milhões, participou da terceira emissão de notas promissórias das Autopistas do Grupo OHL Brasil S.A., no valor de R\$ 120 milhões, quinta emissão de debêntures da Companhia de Concessões Rodoviárias, no valor de R\$ 598 milhões, da segunda emissão de notas promissórias da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A., no valor de R\$ 400 milhões, da primeira emissão de notas promissórias da Iochpe Maxion S.A., no valor de R\$ 330 milhões e da segunda emissão de debêntures da Camargo Correa S.A., no valor de R\$ 950 milhões.

Em 2010, o BB-BI participou da primeira emissão de debêntures da CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, no valor de R\$ 550 milhões.

No mercado de capitais internacional, o BB-BI, por meio de suas corretoras externas BB Securities Ltd (Londres) e Banco do Brasil Securities LLC (Nova Iorque), atuou em 16 das 32 emissões brasileiras de títulos de renda fixa, dentre elas STN, Petrobras, Grupo Oi, BNDES, Votorantim, Odebrecht, TAM, Fibria, Gerdau, além do próprio Banco do Brasil S.A., que totalizaram mais de US\$ 18 bilhões.

Em operações de renda variável, o BB-BI se apoia em mais de 16 mil pontos de atendimento de seu controlador, Banco do Brasil S.A., espalhados por todo o Brasil e em outros 22 países. Em 2008, atuou como coordenador líder na oferta pública de ações de emissão da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA, no valor de R\$ 460 milhões e como coordenador na oferta pública de ações de emissão da Vale S.A., no valor de R\$ 19,4 bilhões. Em 2009, atuou como coordenador na oferta pública inicial de ações de emissão da Visanet, no valor de R\$ 8,4 bilhões, no Follow On da Brasil Foods, no valor de R\$ 5,2 bilhões, no Follow On da Gol Linhas Aéreas Inteligentes, no valor de R\$ 1 bilhão e da Marfrig Alimentos, no valor de R\$ 1,5 bilhão. Como coordenador contratado atuou nas operações da CCR, Cyrela, Natura, Multiplan, Rossi e Santander. Em 2008 ocupou o terceiro lugar no *ranking* ANBIMA de distribuição de renda variável com o valor de R\$ 4,2 bilhões distribuídos e 12,4% de participação de mercado. Em 2009, ficou em quinto lugar no ranking ANBIMA de distribuição de renda variável, com o valor de R\$ 3,9 bilhões distribuídos e 10,6% de participação de mercado. No ano de 2010 o BB-BI atuou, até o momento, em duas ofertas como Coordenador Contratado: Aliansce e Multiplus.

Outro ponto de destaque é o importante crescimento dos instrumentos de securitização, como os fundos de investimento em direitos creditórios – FIDC. Em 2006, o BB-BI coordenou as operações da SABESP e do Grupo Brasil, consolidando-se como competidor também nesse segmento.

O Coordenador Líder conta ainda com ampla experiência em assessoria e estruturação de grandes operações de fusões e aquisições envolvendo empresas dos setores de energia elétrica, portuário, transportes, saneamento, dentre outros.

#### COORDENADORES

#### **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**

A CAIXA foi criada em 1861, sendo uma empresa 100% pública que atende não só os seus clientes bancários, mas todos os trabalhadores formais do Brasil, estes por meio do pagamento de FGTS, PIS e seguro-desemprego; beneficiários de programas sociais e apostadores das loterias.

Além disso, ao priorizar setores como habitação, saneamento básico, infra-estrutura e prestação de serviços, a CAIXA exerce um papel fundamental na promoção do desenvolvimento urbano e da justiça social no país, contribuindo para melhorar a qualidade de vida da população, especialmente a de baixa renda.

A atuação da CAIXA também se estende aos palcos, salas de aula e pistas de corrida, com o apoio a iniciativas artístico-culturais, educacionais e desportivas.

Além de significativa expansão da base de clientes ao longo do ano, através do programa de conta simplificada a CAIXA permitiu o ingresso de mais de 3 milhões de pessoas no sistema bancário brasileiro ao longo dos últimos anos.



sabesp

A CAIXA, em nítido apoio ao mercado de capitais nacional, destaca sua participação nas seguintes emissões ocorridas nos anos de 2008 e 2009:

- junho de 2008: banco coordenador, em conjunto com outras instituições financeiras, na 2ª distribuição pública de debêntures simples não conversíveis da Klabin Segall S.A., no montante de R\$ 230 milhões;
- julho de 2008: coordenador líder na 1ª emissão pública em notas promissórias comerciais de emissão da Andrade Gutierrez Participações S.A. (AGPar), no montante de R\$ 130 milhões;
- julho de 2008: coordenador líder na 4ª emissão pública em notas promissórias comerciais de emissão da VIVO Participações S.A. (VIVOPar), no montante de R\$ 500 milhões;
- outubro de 2008: coordenador, em conjunto com outras instituições financeiras, na 9ª emissão pública de debêntures simples não conversíveis da SABESP;
- novembro de 2008: banco coordenador, em conjunto com outras instituições financeiras, na 2ª emissão pública de notas promissórias comerciais de emissão da Companhia Brasileira de Energia Renovável (BRENCO), no montante de R\$ 350 milhões;
- dezembro de 2008: coordenador líder na 3ª emissão pública de notas promissórias comerciais de emissão da Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. (Embratel S.A.), em conjunto com outra instituição financeira, no montante de R\$ 400 milhões;
- junho de 2009: banco coordenador, em conjunto com outras instituições financeiras, na oferta pública com esforços restritos da 3ª emissão de notas promissórias comerciais da SABESP;
- julho de 2009: banco coordenador, em conjunto com outras instituições financeiras, na distribuição pública de quotas seniores e quotas subordinadas mezanino do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Chemical IV (FIDC Chemical IV), no montante de R\$ 245 milhões;
- novembro de 2009: banco coordenador, em conjunto com outras instituições financeiras, na distribuição pública de Notas Promissórias da 3ª emissão da CEMIG S/A, no montante de R\$ 2.700 milhões; e
- dezembro de 2009: banco coordenador, em conjunto com outras instituições financeiras, na distribuição pública de Notas Promissórias da 4ª emissão da SABESP, no montante de R\$ 900 milhões.

## **HSBC CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

A HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. é controlada indireta do HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo, parte do grupo HSBC, corporação internacional sediada em Londres, na Inglaterra, presente em 86 países e territórios, onde atende mais de 100 milhões de clientes.

Constituído no Brasil em 1997, o HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo, apresentava em 31 de dezembro de 2009, ativos consolidados de R\$ 100,1 bilhões e lucro líquido consolidado de R\$ 673,8 milhões no ano de 2009.

No Brasil, o HSBC conta com uma carteira composta por aproximadamente 5,4 milhões clientes pessoas físicas e 358 mil clientes pessoas jurídicas, e, em 31 de dezembro de 2009, possuía mais de 2,3 mil agências e postos de atendimento bancários e eletrônicos em 564 municípios. Ainda em 31 de dezembro de 2009, o HSBC possuía uma infraestrutura de 5,2 mil caixas automáticos e 2,4 mil ambientes de auto-atendimento, além de canais de conveniência, tais como o Internet Banking e o Phone Center do HSBC – Serviços Bancários.

O grupo HSBC, através de suas diversas empresas e escritórios, tem atuação global no mercado de estruturação e distribuição de títulos de dívidas corporativas. No mercado de dívidas local, em 2008 o HSBC participou de 12 operações de emissões de notas promissórias comerciais, debêntures e cotas de fundo de investimento em direitos creditórios no valor total de R\$ 3.325 milhões, atuando como coordenador líder nas emissões de R\$ 530 milhões em notas promissórias pela TCO-IP S.A., R\$ 105 milhões em debêntures simples pela BIC Arrendamento Mercantil S.A. e R\$ 220 milhões em debêntures simples pela SABESP. Em 2009 o HSBC participou de 28 operações de emissões de notas promissórias comerciais, debêntures simples e cotas de fundo de investimento em direitos creditórios no valor total de R\$ 9.391 milhões, atuando como coordenador líder nas emissões de R\$ 230 milhões de notas promissórias da Bandeirante Energia S.A., de R\$ 495 milhões de notas promissórias simultaneamente por 6 empresas controladas pela CPFL Energia S.A., de R\$ 1.000 milhões de debêntures simultaneamente por 7 empresas controladas pela CPFL Energia S.A. e de R\$ 208 milhões em cotas de fundo de investimento em direitos creditórios que tem como cedente o Banco GMAC S.A.

*(Fontes: Relatório da diretoria e demonstrações financeiras do HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 ([www.hsbc.com.br/1/2/portal/pt/sobre-o-hsbc/hsbc-no-brasil/resultados-financeiros](http://www.hsbc.com.br/1/2/portal/pt/sobre-o-hsbc/hsbc-no-brasil/resultados-financeiros)); site na internet do grupo HSBC no Brasil ([www.hsbc.com.br/1/2/portal/pt/sobre-o-hsbc/grupo-hsbc](http://www.hsbc.com.br/1/2/portal/pt/sobre-o-hsbc/grupo-hsbc); [www.hsbc.com.br/1/2/portal/pt/sobre-o-hsbc/hsbc-no-brasil](http://www.hsbc.com.br/1/2/portal/pt/sobre-o-hsbc/hsbc-no-brasil)) e relatórios internos.)*

## **BANCO VOTORANTIM S.A**

O Banco Votorantim iniciou suas atividades em 31 de agosto de 1988 como uma distribuidora de títulos e valores mobiliários, sob a razão social Baltar Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., mais tarde alterada para Votorantim DTVM Ltda. O sucesso inicial da Votorantim DTVM Ltda., motivou sua transformação em banco múltiplo, conforme autorização concedida pelo Banco Central do Brasil em 7 de agosto de 1991, após sua transformação em sociedade anônima em 25 de fevereiro de 1991.

Além dos serviços de banco comercial e de investimento prestados a clientes corporativos, o Banco Votorantim atua em operações de varejo (financiamento e crédito ao consumidor) por meio de suas subsidiárias BV Financeira S.A. CFI – Crédito Financiamento e Investimento e BV Leasing Ltda., na gestão de fundos de investimento, por meio da Votorantim Asset Management DTVM Ltda., e como corretora de valores mobiliários, por meio da Votorantim CTVM Ltda. O Votorantim tem sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e filiais nas Cidades do Rio de Janeiro, Porto Alegre e Nassau (Bahamas).

Nos termos do fato relevante divulgado ao mercado em 28 de setembro de 2009, o Banco do Brasil S.A. e a Votorantim Finanças concluíram a parceria estratégica anunciada em 9 de janeiro de 2009, passando o Banco do Brasil S.A. a deter participação equivalente a 49,99% do capital votante e 50% do capital total do Votorantim.

Com a capacidade de originação de ativos e distribuição terceirizada do Votorantim, e a solidez, presença nacional, ampla base de clientes, capacidade de captação e diversidade de produtos do Banco do Brasil S.A., a parceria propiciará ganhos de escala e ampliação da capacidade de originação de operações de crédito.



sabesp

O Votorantim também tem atuação relevante em outras frentes negociais, como no segmento corporate e de mercado de capitais, mercado nos quais o Banco do Brasil S.A. deseja expandir seus negócios. Adicionalmente, o Votorantim possui uma corretora de valores que passa a complementar o portfólio do Banco do Brasil S.A.

Em 30 de junho de 2009, o Votorantim estava posicionado entre os 8 maiores bancos em atuação no Brasil pelo critério de ativos totais, que atingiram R\$ 97,1 bilhões, conforme ranking divulgado pelo site do Banco Central do Brasil, que inclui bancos comerciais, múltiplos e caixa.

O Votorantim tem atuado fortemente no segmento de mercado de capitais. Como resultado desta atuação, o Votorantim ocupa a 4ª colocação no ranking de originação de emissões de longo prazo e a 2ª colocação no ranking de distribuição, ambos divulgados pela ANBIMA, data-base dezembro de 2009.

Em 2009, Votorantim participou de 29 operações no mercado de capitais de renda fixa, 16 como coordenador líder, nas quais destaca-se a emissão de debêntures da Tractebel (R\$ 600 milhões), Gafisa (R\$ 250 milhões), Light (R\$ 300 milhões), MRV (R\$ 100 milhões), MMX (R\$ 96 Milhões) e as emissões de notas promissórias da Iochpe-Maxion (R\$ 330 milhões), Tractebel (R\$ 300 milhões), Light (R\$ 100 milhões), MRV (R\$ 100 milhões) e MetroRio (R\$ 100 milhões). Como coordenador, destacam-se as operações de debêntures da Ampla (R\$ 250 Milhões) e Alupar (R\$ 250 Milhões) e de notas promissórias da CEMIG (R\$ 2,7 bilhões), SABESP (R\$ 600 milhões), da Cart (R\$ 400 milhões) e da Santos Brasil (R\$ 200 milhões).

No mercado de renda variável, o Banco Votorantim participou recentemente do Follow On da PDG (R\$941 milhões), do IPO da Tivit (R\$574 milhões), do IPO da Visanet (R\$7,4 bilhões) e do Follow On da MRV (R\$ 550 milhões).

## RELACIONAMENTO DA EMISSORA COM OS COORDENADORES

### RELACIONAMENTO DA EMISSORA COM O COORDENADOR LÍDER DA OFERTA

Além do relacionamento referente à Emissão, o BB-BI e/ou demais instituições financeiras integrantes de seu conglomerado econômico mantêm relacionamento comercial com a Emissora, por meio de operações de banco comercial e/ou banco de investimentos.

Em março de 1994, foi realizado o refinanciamento dos contratos de empréstimo existentes com a CAIXA, a qual cedeu os direitos creditórios para o Governo Federal, tendo o Banco do Brasil S.A. como agente financeiro. Nos termos do contrato firmado com a União, os pagamentos são realizados pelo Sistema Price, indexados mensalmente pela variação da UPR - Unidade Padrão de Referência, igual à Taxa Referencial emitida pelo Governo Federal, acrescidos de juros de 8,5% ao ano. Os juros e o principal são pagos mensalmente com vencimento final em 2014. A garantia para esse financiamento é dada pelo Governo do Estado de São Paulo, por meio de suas receitas e por receitas próprias da Companhia.

Em março de 2006 o BB-BI atuou como instituição intermediária na estruturação do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC, tendo sido emitidas R\$ 250 milhões em quotas sênior e R\$ 13 milhões em quotas subordinadas, com rentabilidade correspondente a 100,0% sobre a Taxa DI, adicionada de um cupom prefixado de 0,70% ao ano, com vencimento previsto para março de 2011. O Banco do Brasil S.A. atua como custodiante e agente de subscrição.

Em outubro de 2008, o BB-BI, em conjunto com outras instituições financeiras, atuou como banco coordenador da nona emissão de debêntures simples não conversíveis da Companhia, com valor total de R\$ 220 milhões, divididos em duas séries. A primeira série foi emitida com remuneração estabelecida em Taxa DI acrescido de *spread* de 2,75% ao ano e prazo de cinco anos e a segunda série foi emitida com remuneração estabelecida em IPCA mais cupom de 12,87% ao ano e prazo de sete anos. A nona emissão de debêntures da SABESP faz parte do segundo programa de distribuição de valores mobiliários da Companhia, arquivado na CVM em outubro de 2008 no montante de até R\$ 3.000.000.000,00. Em 31 de dezembro de 2009, o Banco do Brasil S.A. era titular de 46.375 debêntures da 9ª emissão da SABESP, no montante de R\$ 48 milhões. Essas debêntures foram emitidas em 15 de outubro de 2008, com rendimento de Taxa DI capitalizada de *spread* de 2,75% ao ano, e têm vencimento em 15 de outubro de 2013.

Em junho de 2009, o BB-BI atuou como coordenador líder da oferta pública com esforços restritos da 3ª emissão de notas promissórias comerciais da SABESP, no montante de R\$ 600 milhões. A oferta consistiu de 30 notas promissórias comerciais com valor nominal unitário de vinte milhões de reais, prazo de vencimento de 180 dias e remuneração equivalente à Taxa DI acrescida de 3,50% ao ano, base 252 dias úteis. O Banco do Brasil S.A. adquiriu, no âmbito da oferta pública com esforços restritos, 10 notas promissórias da 3ª emissão da SABESP, no montante de R\$ 200,0 milhões.

Em dezembro de 2009, o BB-BI atuou como coordenador líder da oferta pública com esforços restritos da 4ª emissão de notas promissórias comerciais da SABESP, no montante de R\$ 900 milhões. A oferta consistiu de 90 notas promissórias comerciais com valor nominal unitário de R\$ 10 milhões, prazo de vencimento de 180 dias e remuneração equivalente à Taxa DI acrescida de 3,50% ao ano, base 252 dias úteis. Em 31 de dezembro de 2009, o Banco do Brasil S.A. era titular de 30 notas promissórias da 4ª emissão da SABESP, no montante de R\$ 300 milhões. Essas notas promissórias foram emitidas em 01 de dezembro de 2009, com rendimento de Taxa DI capitalizada de *spread* de 3,50% ao ano, e têm vencimento em 30 de maio de 2010.



sabesp

Além das relações acima descritas, a partir da incorporação do Banco Nossa Caixa S.A. pelo Banco do Brasil S.A., em dezembro de 2009, e por força do Decreto Estadual nº 55.357/2010 que revogou o anterior, o Banco do Brasil S.A. passou a ter exclusividade nos produtos e serviços da Emissora, sendo, então, a Emissora, usuária dos seguintes serviços prestados pelo BB-BI e/ou demais instituições financeiras integrantes de seu conglomerado econômico: (i) serviço de recebimento de contas de água e esgoto; (ii) cartões de crédito corporativo no valor de R\$ 1.050 milhões; (iii) prestação de serviços de câmbio; (iv) aplicações financeiras no valor de R\$ 778,8 milhões; e (v) pagamento de fornecedores e salários.

Não houve, nos últimos 12 meses, por parte do Coordenador Líder ou de outras instituições financeiras integrantes de seu conglomerado econômico, negociações com ações da Companhia em percentual superior a 5% do capital social da Emissora, observado que todas as negociações se deram em condições e valores de mercado.

O BB-BI e a Companhia não identificaram conflitos de interesses decorrentes dos relacionamentos acima descritos e a atuação do BB-BI como Coordenador da Oferta.

Além dos relacionamentos descritos acima, o BB-BI e demais instituições financeiras integrantes de seu conglomerado econômico não tinham, em 31 de dezembro de 2009, qualquer outro relacionamento comercial e/ou financeiro relevante com a Companhia. A Companhia poderá contratar no futuro o BB-BI ou sociedades de seu conglomerado econômico para assessorá-la na realização de investimentos ou em quaisquer outras operações necessárias à condução de suas atividades.

#### RELACIONAMENTO DA EMISSORA COM A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Além do relacionamento referente à presente emissão de Debêntures, a CAIXA mantém relacionamento comercial com a Emissora, por meio de operações de banco comercial e/ou mercado de capitais.

Destacamos abaixo as operações nas quais a CAIXA atuou como instituição intermediária no mercado de capitais nacional em emissões da Companhia:

- março de 2006: a CAIXA, em conjunto com outras instituições financeiras, atuou como banco coordenador na estruturação de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC, tendo sido emitidas quotas sênior no valor total de R\$ 250 milhões e quotas subordinadas no valor total de R\$ 13 milhões. A CAIXA atua como administrador do FIDC SABESP;
- outubro de 2008: a CAIXA, em conjunto com outras instituições financeiras, atuou como banco coordenador da 9ª emissão de debêntures simples não conversíveis da Companhia, com valor total de R\$ 220 milhões, divididos em duas séries. A primeira série foi emitida com remuneração estabelecida em Taxa DI mais spread de 2,75% ao ano e prazo de cinco anos e a segunda série foi emitida com remuneração estabelecida em IPCA mais cupom de 12,87% ao ano e prazo de sete anos. A nona emissão de debêntures da SABESP faz parte do terceiro programa de distribuição de valores mobiliários da Companhia, arquivado na CVM em outubro de 2008 no montante de até R\$ 3.000.000.000,00. Os recursos advindos desta oferta foram destinados à liquidação das debêntures da 1ª série da 7ª emissão da Companhia e à liquidação de compromissos financeiros da Companhia referentes ao período de novembro de 2008 a janeiro de 2009;



- junho de 2009: a CAIXA, em conjunto com outras instituições financeiras atuou na oferta pública com esforços restritos da 3ª emissão de notas promissórias comerciais da SABESP, no montante de R\$ 600 milhões. A oferta consistiu de 30 notas promissórias comerciais com valor nominal unitário de vinte milhões de reais, prazo de vencimento de 180 dias e remuneração equivalente à Taxa DI acrescida de 3,50% ao ano, base 252 dias úteis. Os recursos advindos desta oferta foram destinados à liquidação das debêntures da 1ª série da 8ª emissão da Companhia e das debêntures da 2ª série da 6ª emissão da Companhia;
- dezembro de 2009: a CAIXA, em conjunto com outras instituições financeiras atuou na oferta pública com esforços restritos da 4ª emissão de notas promissórias comerciais da SABESP, no montante de R\$ 900 milhões. A oferta consistiu de 90 notas promissórias comerciais com valor nominal unitário de R\$ 10 milhões, prazo de vencimento de 180 dias e remuneração equivalente à Taxa DI acrescida de 3,50% ao ano, base 252 dias úteis. Em 01 de dezembro de 2009, a CAIXA era titular de 30 notas promissórias da 4ª emissão da SABESP, no montante de R\$ 300 milhões. Essas notas promissórias foram emitidas em 01 de dezembro de 2009, com rendimento de Taxa DI capitalizada de *spread* de 3,50% ao ano, e têm vencimento em 30 de maio de 2010. Os recursos advindos desta oferta foram destinados: (i) à liquidação das notas promissórias da 3ª emissão da Companhia; (ii) ao resgate de dívidas da Companhia com vencimento em 2009; e (iii) ao reforço de caixa da Companhia.

No segmentos de saneamento e infraestrutura, a CAIXA atua como agente financeiro em contratos de empréstimo/financiamento contratados pela Companhia com recursos originários do FGTS, nas modalidades “Pró-Saneamento” com saldo devedor aproximado, em 31 de dezembro de 2009, de R\$ 641 milhões, e “Saneamento para Todos” com saldo devedor aproximado, em 31 de dezembro de 2009, de R\$ 117 milhões. Os contratos destacados apresentam taxas de juros fixas oscilando entre 6% e 9,50% a.a. e atualização pela TR, o mesmo indexador que atualiza as contas do FGTS.

Além das relações acima descritas, a Emissora possui relacionamento com a CAIXA, referentes (i) ao serviço de recebimento de contas de água e esgoto emitidas pela Companhia, que no ano de 2009, até o final de setembro apresentou média de arrecadação mensal de aproximadamente R\$ 118 milhões, sendo que, em 31 de dezembro de 2009 era de, aproximadamente, R\$ 119 milhões; (ii) à conta de depósitos à vista para movimentação da Companhia, em montante de aproximadamente R\$ 208 mil no mês de setembro de 2009, sendo que, em 31 de dezembro de 2009 era de, aproximadamente, R\$ 4.298 milhões; (iii) a aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDB), emitidos pela CAIXA, com saldo de aproximadamente R\$ 2,17 milhões em setembro de 2009, sendo que, em 31 de dezembro de 2009 era de, aproximadamente, R\$ 1,25 milhões; e (iv) a investimentos de aproximadamente R\$ 55,55 milhões no fundo de investimento CAIXA Despoluição das Bacias Hidrográficas (DBH) Renda Fixa LP em 30 de setembro de 2009 e, em 31 de dezembro de 2009, era de R\$ 56,3 milhões; e (v) ao Convênio de Débito Automático, com isenção total de tarifas, firmado desde 1995, que nos dois últimos trimestres de 2009 apresentou a seguinte movimentação: (a) 3º trimestre 2009: 70.239 lançamentos que resultaram num montante de R\$ 6.724.354,32 em débitos efetivados, e (b) 4º trimestre 2009: 71.097 lançamentos que resultaram num montante de R\$ 7.563.207,85 em débitos efetivados.

Não houve, nos últimos 12 meses, por parte da CAIXA ou de outras instituições financeiras integrantes de seu conglomerado econômico, negociações com ações da Companhia em percentual superior a 5% do capital social da Emissora, observado que todas as negociações se deram em condições e valores de mercado.



sabesp

A CAIXA e a Companhia não identificaram conflitos de interesses decorrentes dos relacionamentos acima descritos e a atuação da CAIXA como Coordenador da Oferta.

Além dos relacionamentos descritos acima, a CAIXA e demais instituições financeiras integrantes de seu conglomerado econômico não tinham, em 31 de dezembro de 2009, qualquer outro relacionamento comercial e/ou financeiro relevante com a Companhia. A Companhia poderá contratar no futuro a CAIXA ou sociedades de seu conglomerado econômico para assessorá-la na realização de investimentos ou em quaisquer outras operações necessárias à condução de suas atividades.

#### RELACIONAMENTO DA EMISSORA COM A HSBC CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Além do relacionamento referente à Oferta, a HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., atuou, em 2008, como coordenador líder na oferta pública da 9ª emissão de debêntures e no arquivamento do segundo programa de distribuição pública de valores mobiliários da SABESP. Em 2009 a HSBC Corretora atuou como coordenador nas distribuições públicas com esforços restritos da 3ª e da 4ª emissões de notas promissórias da SABESP. Através de seu controlador indireto, o HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo, e/ou demais instituições financeiras integrantes de seu conglomerado econômico mantêm relacionamento comercial com a Emissora, por meio de operações de banco comercial e/ou banco de investimentos.

Em 05 de junho de 2009, o HSBC Bank Brasil S.A. adquiriu, no âmbito da oferta pública com esforços restritos, 5 notas promissórias da 3ª emissão da SABESP, no montante de R\$ 100,0 milhões. Essas notas promissórias foram emitidas em 05 de junho de 2009, com rendimento de Taxa DI capitalizada de *spread* de 3,50% ao ano, e vencimento em 02 de dezembro de 2009 e integralmente resgatadas em 01 de dezembro de 2009.

Em 31 de dezembro de 2009, o HSBC Bank Brasil S.A. era titular de 15 notas promissórias comerciais da 4ª emissão da SABESP, no montante de R\$ 150,0 milhões, adquiridas no âmbito da oferta pública com esforços restritos. Essas notas promissórias foram emitidas em 01 de dezembro de 2009, com rendimento correspondente à Taxa DI capitalizada de *spread* de 3,50% ao ano, e têm vencimento em 30 de maio de 2010. Os recursos advindos da Oferta serão destinados ao resgate antecipado dessas notas promissórias.

Além das relações acima descritas, a Emissora possui relacionamento com o HSBC Bank Brasil S.A. e/ou demais instituições financeiras integrantes de seu conglomerado econômico, relacionado ao serviço de recebimento de contas de água e esgoto.

Não houve, nos últimos 12 meses, por parte da HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ou de outras instituições financeiras integrantes de seu conglomerado econômico, negociações com ações da Companhia em percentual superior a 5% do capital social da Emissora, observado que todas as negociações se deram em condições e valores de mercado.

O HSBC e a Companhia não identificaram conflitos de interesses decorrentes dos relacionamentos acima descritos e a atuação do HSBC como Coordenador da Oferta.

Além dos relacionamentos descritos acima, a HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e demais instituições financeiras integrantes de seu conglomerado econômico não tinham, em 31 de dezembro de 2009, qualquer outro relacionamento comercial e/ou financeiro relevante com a Companhia. A Companhia poderá contratar no futuro a HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ou sociedades de seu conglomerado econômico para assessorá-la na realização de investimentos ou em quaisquer outras operações necessárias à condução de suas atividades.

## RELACIONAMENTO DA EMISSORA COM O BANCO VOTORANTIM S.A.

Além do relacionamento referente à Emissão, o Banco Votorantim e/ou demais instituições financeiras integrantes de seu conglomerado econômico mantêm relacionamento comercial com a Emissora, por meio de operações de banco comercial e/ou banco de investimentos.

O Banco Votorantim atuou, em 2006, como coordenador líder na estruturação de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios SABESP I, tendo sido emitidas quotas sênior no valor total de R\$ 250 milhões e quotas subordinadas no valor total de R\$ 13 milhões, com rendimento esperado de CDI + 0,70% a.a. e vencimento em 25 de março de 2011.

Em 2009, o Banco Votorantim, em conjunto com outras instituições financeiras, atuou na oferta pública com esforços restritos da 3ª emissão de notas promissórias comerciais da SABESP, no montante de R\$ 600 milhões e na oferta pública com esforços restritos da 4ª emissão de notas promissórias comerciais da SABESP, no montante de R\$ 900 milhões.

Em relação à 3ª emissão de notas promissórias, em 05 de junho de 2009, foram emitidas 30 notas promissórias comerciais com valor nominal unitário de R\$ 20 milhões, prazo de vencimento de 180 dias e remuneração equivalente à Taxa DI acrescida de 3,50% a.a., base 252 dias úteis. Em 05 de junho de 2009, o Banco Votorantim adquiriu de 5 notas promissórias da 3ª emissão, no montante de R\$ 100 milhões. Essas notas promissórias foram integralmente resgatadas em 01 de dezembro de 2009. Os recursos advindos desta oferta foram destinados à liquidação das debêntures da 1ª série da 8ª emissão da Companhia e das debêntures da 2ª série da 6ª emissão da Companhia.

Já na 4ª emissão de notas promissórias, em 01 de dezembro de 2009, foram emitidas 90 notas promissórias comerciais com valor nominal unitário de R\$ 10 milhões, prazo de vencimento de 180 dias e remuneração equivalente à Taxa DI acrescida de 3,50% a.a., base 252 dias úteis. Em 30 de dezembro de 2009, o Banco Votorantim era titular de 15 notas promissórias da 4ª emissão da SABESP, no montante de R\$ 150 milhões. Essas notas promissórias têm vencimento em 30 de maio de 2010. Os recursos advindos desta oferta foram destinados: (i) à liquidação das notas promissórias da 3ª emissão da Companhia; (ii) ao resgate de dívidas da Companhia com vencimento em 2009; e (iii) ao reforço de caixa da Companhia.

Não houve, nos últimos 12 meses, por parte do Banco Votorantim ou de outras instituições financeiras integrantes de seu conglomerado econômico, negociações com ações da Companhia em percentual superior a 5% do capital social da Emissora, observado que todas as negociações se deram em condições e valores de mercado.

O Banco Votorantim e a Companhia não identificaram conflitos de interesses decorrentes dos relacionamentos acima descritos para atuação do Banco Votorantim como Coordenador da Oferta.

Além dos relacionamentos descritos acima, o Banco Votorantim e demais instituições financeiras integrantes de seu conglomerado econômico não tinham, em 31 de dezembro de 2009, qualquer outro relacionamento comercial e/ou financeiro relevante com a Companhia. A Companhia poderá contratar no futuro o Banco Votorantim ou sociedades de seu conglomerado econômico para assessorá-la na realização de investimentos ou em quaisquer outras operações necessárias à condução de suas atividades.

## INFORMAÇÕES SOBRE OS ADMINISTRADORES, ASSESSORES E AUDITORES

Para fins do disposto no item 2, do Anexo III da Instrução CVM 400, esclarecimentos sobre a Emissora, bem como o Prospecto Definitivo, poderão ser obtidos nos seguintes endereços:

Emissora	Coordenador Líder
<p><b>Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP</b>            At.: Rui de Britto Álvares Affonso            Rua Costa Carvalho, n.º 300            CEP05429-900 – São Paulo – SP            Telefone: (11) 3388-8247            Fac-símile: (11) 3815-4465            E-mail: raffonso@sabesp.com.br            Internet: www.sabesp.com.br (selecionar item Investidores, subitem Prospectos, subitem Prospecto Definitivo da 11ª Emissão de Debêntures)</p>	<p><b>BB - Banco de Investimento S.A.</b>            At.: Paulo Laranjeira            Rua Senador Dantas, n.º 105, 36º andar - Centro            CEP 20031-923 – Rio de Janeiro - RJ            Telefone: (11) 3149-8504            Fac-símile: (11) 3149-8529            E-mail: paulolaranjeira@bb.com.br            Internet: www.bb.com.br/ofertapublica (selecionar item Outros Prospectos, subitem Sabesp Prospecto Definitivo da 11ª Emissão de Debêntures)</p>
Coordenador	Coordenador
<p><b>Caixa Econômica Federal</b>            At.: Alexandre Parisi / Paulo Moraes            Av. Paulista, n.º 2.300 / 12º andar - Cerqueira César            CEP 01310-300 - São Paulo - SP            Telefone: (11) 3555-6200            Fac-símile: (11) 3555-9599            E-mail: alexandre.parisi@caixa.gov.br / paulo.f.moraes@caixa.gov.br            Internet:  <a href="http://www1.caixa.gov.br/download/index.asp">http://www1.caixa.gov.br/download/index.asp</a>            (selecionar o item Mercado de Capitais – Ofertas em Andamento, subitem SABESP - 11ª Emissão de Debêntures – 2010)</p>	<p><b>HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.</b>            At. Antonio Marques de Oliveira Neto            Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3064 – 4º andar            CEP 01451-000 - São Paulo – SP            Tel.: (11) 3847-5078 / 5145            Fax: (11) 3847-5021 / 9818            E-mail: antonio.m.oliveira@hsbc.com.br /            Internet: www.hsbc.com.br/1/2/portal/pt/para-sua-empresa/investimento/operacoes-especiais/operacoes-especiais-mais-informacoes (selecionar item Mais Informações, subitem SABESP - Prospecto da 11ª Emissão de Debêntures)</p>
Coordenador	
<p><b>Banco Votorantim S.A.</b>            At.: Roberto Roma            Av. Das Nações Unidas, n.º 14.171, Torre A, 16º andar            CEP 04794-000 - São Paulo - SP            Telefone: (11) 5171-2612            Fac-símile: (11) 5171-2656            E-mail: roberto.roma@bancovotorantim.com.br            Internet:  <a href="http://www.bancovotorantim.com.br/ofertaspublicas">www.bancovotorantim.com.br/ofertaspublicas</a>            (selecionar item Sabesp - Prospecto Definitivo da 11ª Emissão de Debêntures)</p>	

**Assessor Legal da Emissora****Souza, Cescon, Barrieu e Flesch Advogados**

At: Alexandre Barreto  
Rua Funchal, 418, 11º andar  
CEP 04551-060 - São Paulo - SP  
Telefone: (11) 3089-6500  
Fac-símile: (11) 3089-6565  
E-mail: scbf@scbf.com.br  
Internet: www.scbf.com.br

**Assessor Legal dos Coordenadores****Motta, Fernandes Rocha Advogados**

At: Osmar Simões e Luis Wielewicki  
Alameda Santos, 2335 - 11º andar  
CEP 01419-002 - São Paulo - SP  
Telefone: (11) 3082-9398  
Fac-símile: (11) 3082-3272  
E-mail: osimoes@mfra.com.br e  
lwielewicki@mfra.com.br  
Internet: www.mfra.com.br

**Auditores Independentes**

Para o exercício social encerrado em 31  
de dezembro de 2007

**Deloitte Touche Tohmatsu Auditores  
Independentes**

At.: Marco Antonio Brandão Simurro  
Rua Alexandre Dumas, nº 1.981  
CEP 04717-906 - São Paulo – SP  
Telefone: (11) 5186-1000  
Fac-símile: (11) 5186-1333  
E-mail: mbrandao@deloitte.com  
Internet: www.deloitte.com.br

A partir do exercício social encerrado em  
31 de dezembro de 2008

**PricewaterhouseCoopers Auditores  
Independentes**

At.: Paulo Cesar Estevão Netto  
Avenida Francisco Matarazzo, nº 1400,  
Torre Torino  
CEP 05001-903 - São Paulo – SP  
Telefone: (11) 3674-2000  
Fac-símile: (11) 3674-2045  
E-mail: paulo.estevao@br.pwc.com  
Internet: www.pwc.com.br

## FATORES DE RISCO

*Antes de tomar uma decisão de investimento nas Debêntures a serem ofertadas no âmbito da Oferta, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente, à luz de suas próprias situações financeiras e objetivos de investimento, todas as informações disponíveis neste Prospecto e no Formulário de Referência e, em particular, avaliar os fatores de risco descritos nesta seção e nos itens 4 e 5 do Formulário de Referência. Caso qualquer dos riscos e incertezas aqui descritos efetivamente ocorra, os negócios, a situação financeira e/ou os resultados operacionais da Emissora poderão ser afetados de forma adversa. Consequentemente, o investidor poderá perder todo ou parte substancial de seu investimento nas Debêntures. Riscos adicionais não previstos neste Prospecto atualmente desconhecidos ou considerados irrelevantes pela Emissora também poderão prejudicar o negócio, o resultado operacional e financeiro, o fluxo de caixa e impactar o pagamento das Debêntures pela Emissora. Os fatores de risco descritos abaixo e nos itens mencionados acima do Formulário de Referência refletem a situação atual da Emissora.*

Para mais detalhes acerca dos Riscos Macroeconômicos, Riscos Acerca das Atividades da Emissora e seu Setor de Atuação e Riscos Acerca dos Acionistas da Emissora, ver item 5 do Formulário de Referência.

### RISCOS RELACIONADOS À OFERTA

***As obrigações da Emissora constantes da Escritura de Emissão estão sujeitas a hipóteses de vencimento antecipado.***

A Escritura de Emissão estabelece hipóteses que ensejam o vencimento antecipado (automático ou não) das obrigações da Emissora com relação às respectivas Debêntures. Não há garantias de que a Emissora disporá de recursos suficientes em caixa para fazer face ao pagamento das Debêntures na hipótese de ocorrência de vencimento antecipado de suas obrigações, hipótese na qual a Emissora poderá sofrer um impacto negativo relevante no seu fluxo de caixa.

***Eventual rebaixamento na classificação de risco da Oferta poderá acarretar redução de liquidez das Debêntures para negociação no mercado secundário.***

Para se realizar uma classificação de risco, certos fatores relativos à Emissora são levados em consideração, tais como sua condição financeira, administração e desempenho. São analisadas, também, características das próprias emissões e dos valores mobiliários, assim como as obrigações assumidas pela Emissora e os fatores político-econômicos que podem afetar a condição financeira da Emissora. Dessa forma, as avaliações representam uma opinião quanto às condições da Emissora de honrar seus compromissos financeiros, tais como pagamento do principal e juros no prazo estipulado. Um eventual rebaixamento em classificações de risco obtidas com relação às Debêntures poderá afetar negativamente o preço desses valores mobiliários e sua negociação no mercado secundário.

Adicionalmente, alguns dos principais investidores que adquirem valores mobiliários por meio de ofertas públicas no Brasil, tais como entidades de previdência complementar, estão sujeitos a regulamentações específicas que condicionam seus investimentos em valores mobiliários a determinadas classificações de risco. Assim, o rebaixamento de classificações de risco das Debêntures pode obrigar esses investidores a alienar seus valores mobiliários no mercado secundário.

### ***Baixa liquidez do mercado secundário brasileiro de Debêntures.***

O mercado secundário existente no Brasil para negociação das Debêntures a serem emitidas no âmbito da Oferta apresenta atualmente baixa liquidez, e não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado para negociação desses valores mobiliários que possibilite aos subscritores desses títulos sua alienação caso estes assim decidam. Dessa forma, os titulares de Debêntures emitidas no âmbito da Oferta podem ter dificuldade em realizar a venda desses títulos no mercado secundário.

### ***Possibilidade de não validação da estipulação da Taxa DI divulgada pela CETIP caso se faça necessária a cobrança judicial das Debêntures.***

A Súmula nº 176 editada pelo Superior Tribunal de Justiça - STJ enuncia que é nula a cláusula que sujeita o devedor ao pagamento de juros de acordo com a Taxa DI, divulgada pela CETIP. Referida Súmula não vincula as decisões do Poder Judiciário. No entanto, caso o Poder Judiciário considere inválida a utilização da Taxa DI como fator de remuneração das Debêntures, o índice que vier a ser indicado para substituir a Taxa DI poderá conceder aos titulares das Debêntures uma remuneração inferior à remuneração inicialmente estabelecida para as Debêntures.

### ***A Espécie das Debêntures é Quirografária.***

As Debêntures são da espécie quirografária, não contando com nenhuma garantia ou preferência. Dessa forma, na hipótese de falência da Companhia, os titulares das Debêntures estarão subordinados aos demais credores da Companhia que contarem com garantia real ou privilégio (em atendimento ao critério legal de classificação dos créditos na falência). Em razão das características das Debêntures, os titulares das Debêntures somente preferirão aos titulares de créditos subordinados aos demais credores, se houverem, e acionistas da Companhia em relação à ordem de recebimento de seus créditos. Em caso de falência, não há garantia de que os titulares das Debêntures receberão a totalidade ou mesmo parte dos seus créditos.

### ***As Debêntures poderão ser objeto de resgate antecipado em caso de extinção e não substituição da Taxa DI.***

As Debêntures poderão ser objeto de resgate antecipado em caso de extinção e não substituição da Taxa DI, hipótese em que a totalidade das Debêntures será cancelada antecipadamente, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração. Os adquirentes das Debêntures poderão não obter o retorno financeiro esperado na aquisição das Debêntures em decorrência de tal resgate, não havendo qualquer garantia de que existirão, no momento do resgate, outros ativos no mercado de risco e retorno semelhantes às Debêntures. Além disso, a atual legislação tributária referente ao imposto de renda determina alíquotas diferenciadas em decorrência do prazo de aplicação, o que poderá implicar em uma alíquota superior à que seria aplicada caso as Debêntures fossem liquidadas apenas na data de seu vencimento.

### ***As Debêntures da 1ª série poderão ser resgatadas antecipadamente pela Companhia a qualquer momento, a seu exclusivo critério.***

As Debêntures da 1ª série poderão ser resgatadas antecipadamente pela Companhia a qualquer momento, a seu exclusivo critério. Em vista disso, os adquirentes das Debêntures da 1ª série poderão sofrer prejuízos financeiros em decorrência do eventual resgate antecipado das Debêntures, pois (i) não há qualquer garantia de que existirão, no momento do resgate antecipado, outros ativos no mercado de risco e retorno semelhantes às Debêntures da 1ª Série; e (ii) a atual legislação tributária referente ao imposto de renda determina alíquotas diferenciadas em decorrência do prazo de aplicação, o que poderá resultar na aplicação efetiva de uma alíquota superior à que seria aplicada caso as Debêntures fossem liquidadas apenas quando de seu vencimento programado.



sabesp

***A Emissora poderá sofrer impactos nas suas atividades e nos seus negócios decorrentes da legislação e regulamentação ambientais, de acordos e tratados internacionais relativos a mudanças climáticas, bem como decorrentes das mudanças climáticas.***

As atividades exercidas pela SABESP estão sujeitas à rígida legislação federal, estadual e municipal relativa à preservação ambiental. A água fornecida aos consumidores deve obedecer a padrões de potabilidade, conforme disposto na legislação federal aplicável. Por sua vez, o tratamento dos efluentes e a captação de água dos reservatórios e mananciais devem obedecer a padrões de proteção ao meio ambiente, nos termos da Constituição Federal, bem como da legislação federal, estadual e municipal em vigor. A SABESP está, ainda, sujeita à ocorrência de acidentes, tais como vazamentos, rompimentos e contaminações de mananciais, que podem resultar na obrigação da Companhia de reparar os danos causados, nos termos da legislação ambiental. A SABESP pode estar sujeita a encargos significativos relacionados a água e esgoto impostos por agências de águas dos governos estadual e federal referentes à extração de água ou ao lançamento de esgotos nos recursos hídricos controlados por essas agências, encargos esses que talvez não consiga repassar para seus clientes, e, que, portanto, poderão afetar negativamente a Companhia. A não observância das leis e regulamentos ambientais pode resultar, adicionalmente à obrigação de reparar danos ambientais que eventualmente sejam causados, na aplicação de sanções de natureza penal, civil e administrativa. Conforme o disposto na Lei n.º 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para as pessoas físicas (incluindo, entre outros, no exercício de suas funções, os diretores, administradores e gerentes de pessoas jurídicas), poderão ser aplicadas penas restritivas de direitos e privativas de liberdade, e, para as pessoas jurídicas, as penas poderão ser de multa, restritivas de direitos e prestação de serviços à comunidade. Administrativamente, as sanções podem variar desde imposições de advertências e multas, até a suspensão parcial ou total das atividades, podendo também incluir a perda ou restrição de incentivos fiscais e o cancelamento ou suspensão de linhas de financiamento junto a estabelecimentos oficiais de crédito, bem como a proibição de contratar com o poder público. A imposição dessas sanções ou de obrigações de reparação por violação da legislação ambiental pode afetar negativamente os fluxos de caixa, resultados e condição financeira da SABESP. Como a legislação ambiental e sua aplicação pelas autoridades brasileiras estão se tornando mais severas, os investimentos em bens de capital e despesas de *compliance* ambiental poderão aumentar consideravelmente. Desse modo, investimentos necessários ao atendimento de regulamentação ambiental poderão acarretar reduções em outros investimentos planejados, o que poderia prejudicar a lucratividade da Companhia.

A Companhia é parte de ações civis públicas referentes a assuntos ambientais com relação às quais não há previsão de valor estimado de suas possíveis obrigações. Processos e inquéritos civis envolvendo questões ambientais relacionam-se, em grande parte, ao lançamento de esgoto não tratado em cursos de água navegável e ao descarte de lodo gerado por estações de tratamento de água e esgoto.

Custos e responsabilidades ambientais relevantes não previstos poderão causar efeito material adverso sobre o desempenho financeiro futuro da Companhia.

Adicionalmente, a Emissora também é obrigada a seguir acordos e tratados internacionais, relativos à mudança climática, dos quais o Brasil seja signatário, sendo que o cumprimento de tais acordos internacionais poderá resultar em maiores responsabilidades e investimentos de capital da Companhia, acarretando, portanto, efeito adverso relevante sobre sua condição econômico-financeira e sobre sua capacidade de pagamento das Debêntures.

Por fim, eventuais mudanças climáticas relevantes no Brasil poderão afetar negativamente as atividades da Companhia em razão de eventual escassez e indisponibilidade de recursos hídricos, o que poderá ensejar custos adicionais decorrentes de cobrança para utilização dos recursos hídricos, e a Emissora poderá ser obrigada a realizar investimentos significativos para buscar novas fontes mais distantes dos centros de consumo, bem como realizar investimentos significativos em novas tecnologias, o que poderá sua situação patrimonial e a sua capacidade financeira.



## APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E DE MERCADO

As informações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2007, 2008 e 2009 e para os exercícios findos nessas datas, foram extraídas das demonstrações financeiras da Emissora para os exercícios findos nas referidas datas, elaboradas sob responsabilidade da Administração da Emissora e anexas a este Prospecto. As referidas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638 e pela Medida Provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008, posteriormente convertida na Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. As informações financeiras consolidadas devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas incluídas neste Prospecto.

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, que altera, revoga e introduz novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações. Para maiores informações sobre a Lei nº 11.638, vide a nota explicativa nº 3 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2008 e de 2007 da Emissora, na página H - 62.

As demonstrações financeiras, relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2007, foram auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, de acordo com as normas brasileiras de auditoria, que emitiu parecer de auditoria, sem ressalva, contendo parágrafos de ênfase relacionados: (i) as negociações com o Governo do Estado de São Paulo no que tange ao ressarcimento dos valores de complementação de aposentadoria e pensão pagos pela Companhia, (ii) ao Convênio firmado com a Prefeitura do Município de São Paulo, e (iii) à reapresentação das demonstrações contábeis ajustadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2007, como previsto na NPC 12 - Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil durante o ano de 2008, preparadas em conexão com as demonstrações contábeis do exercício de 2008.

As demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, foram auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, que emitiu parecer, sem ressalva, sobre as referidas demonstrações financeiras, anexas a este Prospecto, contendo parágrafos de ênfase relacionados (i) à liquidação do valor denominado incontroverso, referente ao reembolso de complementação de aposentadoria e pensão, cuja realização poderá eventualmente ser influenciada pela resolução das incertezas jurídicas causadas por ação pública e da autorização legislativa para a transferência dos reservatórios para a Companhia e o recebimento financeiro dos demais valores a serem reembolsados pelo Governo do Estado de São Paulo, e (ii) à negociação com a Prefeitura Municipal de São Paulo, onde foram firmados alguns acordos entre a Prefeitura do Município de São Paulo e a Companhia, buscando o equacionamento dos débitos existentes em contexto que envolve simultaneamente a estabilidade na prestação dos serviços e o estabelecimento de ações de saneamento.

Alguns percentuais e outros valores incluídos neste Prospecto foram arredondados para facilitar a apresentação. Assim, alguns dos totais constantes das tabelas aqui apresentadas podem não representar uma soma exata dos valores que os precedem.

As informações contidas no *website* da Emissora não estão incorporadas por referência neste Prospecto.

## **INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS**

Para detalhes acerca das Informações Financeiras Seleccionadas, ver item 3 do Formulário de Referência.

## CAPITALIZAÇÃO

A tabela a seguir indica os montantes consolidados de caixa, disponibilidades e aplicações financeiras, endividamento de curto e longo prazo e estrutura de capital da Emissora, em 31 de dezembro de 2009. As informações descritas abaixo foram extraídas das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. O investidor deve ler essa tabela em conjunto com a Seção “Informações Financeiras Seleccionadas” apresentadas no item 3 do Formulário de Referência, “Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e o Resultado das Operações” apresentadas no item 10 do Formulário de Referência e as Demonstrações Financeiras da Emissora, constantes no Anexo VII e deste Prospecto, na página G - 1.

As informações da coluna “ajustado” apresentadas abaixo têm caráter meramente ilustrativo e a capitalização da Emissora demonstrando os efeitos da presente Oferta, com base no valor líquido de R\$1.203,3 milhões, referente aos recursos obtidos com a colocação da totalidade das Debêntures ofertadas, e assumindo que os recursos sejam integralmente utilizados conforme descrito na seção “Destinação dos Recursos” deste Prospecto.

Em 31 de dezembro de 2009 (em milhões de R\$)		
	<i>Efetivo</i>	<i>Ajustado<sup>(i)</sup></i>
Disponibilidades e aplicações financeiras	771,0	1.074,3
Endividamento de curto prazo:		
Denominado em reais	529,4	529,4
Denominado em moeda estrangeira	81,7	81,7
Debêntures	399,4	399,4
<b>Total do endividamento de curto prazo</b>	<b>1.010,5</b>	<b>1.010,5</b>
Endividamento de longo prazo:		
Denominado em reais	2.968,1	2.069,7
Denominado em moeda estrangeira	1.664,7	1.664,7
Debêntures	916,7	2.120,0
<b>Total do endividamento de longo prazo</b>	<b>5.549,5</b>	<b>5.854,4</b>
Patrimônio líquido:		
Capital social	6.203,7	6.203,7
Reservas de capital	124,3	124,3
Reserva de reavaliação	2.145,1	2.145,1
Reservas de lucros	2.054,5	2.052,9
Lucros Acumulados		
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>10.527,6</b>	<b>10.526,0</b>
<b>Capitalização total (endividamento de longo prazo e patrimônio líquido)</b>	<b>16.077,1</b>	<b>16.380,4</b>

(i) Ajustado para refletir a aplicação dos recursos obtidos com a colocação da totalidade das Debêntures ofertadas, após a dedução das comissões e despesas que foram estimadas serem devidas no âmbito da Oferta.

## **ANÁLISE E DISCUSSÃO DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E O RESULTADO DAS OPERAÇÕES**

Para mais detalhes acerca da Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e o Resultado das Operações, ver item 10 do Formulário de Referência.

## DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da Oferta, sem considerar o exercício integral da Opção do Lote Suplementar e da Opção do Lote Adicional, serão utilizados integralmente para resgatar antecipadamente as 90 Notas Promissórias da 4ª emissão da SABESP, atualizadas *pro rata temporis*, com vencimento em 30 de maio de 2010, cuja destinação dos recursos captados foi a liquidação da 3ª emissão de notas promissórias da Emissora, no valor de R\$600.000.000,00 sendo o saldo utilizado para seu reforço de caixa. A Emissora, concomitantemente ao recebimento dos valores relativos à integralização das Debêntures, resgatará as respectivas notas promissórias pela quantia de R\$900.000.000,00, acrescida da sobretaxa de 3,50% ao ano, base 252 dias úteis, incidente sobre o valor nominal unitário das Notas Promissórias, a partir da data de emissão das notas promissórias calculada *pro rata temporis*, inclusive, até a data do respectivo resgate, exclusive, conforme procedimento adotado pela CETIP, para as Notas Promissórias custodiadas no NOTA – Módulo de Notas Comerciais, administrado e operacionalizado pela CETIP ou pelo banco mandatário, considerando, neste último caso, que as Notas não estejam custodiadas na CETIP.

Os recursos líquidos captados pela Emissora na distribuição das Debêntures Adicionais e das Debêntures do Lote Suplementar, no montante líquido de, aproximadamente, R\$312 milhões, após a dedução das comissões a serem pagas pela Emissora aos Coordenadores, serão destinados à composição de caixa da Emissora.

A realização da Oferta causará impactos na situação patrimonial e financeira da Emissora, considerando a utilização dos recursos de acordo com o previsto acima. Para informações adicionais e avaliação sobre o impacto em situação patrimonial dos recursos líquidos auferidos pela Emissora em decorrência da Oferta, veja as seções “Capitalização” deste Prospecto, bem como o item 10 do Formulário de Referência, referente à Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e o Resultado das Operações da Emissora.

## **VISÃO GERAL DO SETOR**

Para mais detalhes acerca do Setor de Atuação da Emissora, ver item 7 do Formulário de Referência.

## **NEGÓCIOS DA EMISSORA**

Para mais detalhes acerca das Atividades da Emissora, ver item 7 do Formulário de Referência.

## **PROCESSOS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS**

Para mais detalhes acerca dos Processos Judiciais e Administrativos dos quais a Emissora é parte, ver item 4 do Formulário de Referência.



## **ADMINISTRAÇÃO**

Para mais detalhes acerca da Administração da Emissora e da sua política de Remuneração de Administradores, ver itens 12 e 13, respectivamente, do Formulário de Referência.

## **PRINCIPAIS ACIONISTAS**

Para mais detalhes acerca do Controle da Emissora, ver item 15 do Formulário de Referência.

## **OPERAÇÕES E NEGÓCIOS COM PARTES RELACIONADAS**

Para mais detalhes acerca das Operações com Partes Relacionadas à Emissora, ver item 16 do Formulário de Referência.

## **DESCRIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL**

Para mais detalhes acerca do Capital Social da Emissora, ver item 17 do Formulário de Referência.

## **DIVIDENDOS E POLÍTICA DE DIVIDENDOS**

Para mais detalhes acerca dos dividendos distribuídos e da política de dividendos da Emissora, ver item 3.4 do Formulário de Referência.

## **PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA**

Para mais detalhes acerca das Práticas de Governança Corporativa da Emissora, ver item 12 do Formulário de Referência.

---

## ANEXOS

---

### ANEXO I

- Estatuto Social da Emissora

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



**Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo**

## ***ESTATUTO SOCIAL***

Aprovado na Assembléia Geral Extraordinária de 28/07/2008  
Registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 249.427/08-4 em 04/08/2008  
Publicado no Diário Oficial do Estado e na Folha de São Paulo em 08/08/2008

Secretaria da Sociedade - PPS  
Gabinete da Presidência - PP

## ESTATUTO SOCIAL DA SABESP

### CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, DURAÇÃO, SEDE E OBJETO

**ARTIGO 1º** - A sociedade por ações denominada COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP é parte integrante da administração indireta do Estado de São Paulo, regendo-se pelo presente estatuto, pela Lei federal nº 6.404/76 e demais disposições legais aplicáveis.

**Parágrafo primeiro** - O prazo de duração da companhia é indeterminado.

**Parágrafo segundo** - A companhia tem sede na Rua Costa Carvalho, 300, na Capital do Estado de São Paulo.

**Parágrafo terceiro** - Na medida em que for necessário para consecução do objeto social e observada sua área de atuação, a companhia poderá abrir, instalar, manter, transferir ou extinguir filiais, dependências, agências, sucursais, escritórios, representações ou ainda designar representantes, respeitadas as disposições legais e regulamentares.

**ARTIGO 2º** - Constitui o principal objeto social da companhia a prestação de serviços de saneamento básico com vistas à sua universalização no Estado de São Paulo, sem prejuízo da sustentabilidade financeira no longo prazo, compreendendo as atividades de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, além de outras que lhes sejam correlatas, inclusive o planejamento, operação e manutenção de sistemas de produção, armazenamento, conservação e comercialização de energia, para si ou para terceiros e comercialização de serviços, produtos, benefícios e direitos que direta ou indiretamente decorrerem de seus ativos patrimoniais, empreendimentos e atividades, podendo ainda atuar subsidiariamente em qualquer parte do território nacional ou no exterior na prestação dos mesmos serviços.

**Parágrafo único** - Para consecução do objeto social, a companhia poderá constituir subsidiárias integrais, participar de fundos de investimento e associar-se, por qualquer forma, com outras pessoas jurídicas de direito público ou privado, inclusive mediante formação de consórcio ou subscrição de parcela minoritária ou majoritária do capital social.

### CAPÍTULO II CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

**ARTIGO 3º** - O capital social é de R\$ 6.203.688.565,23 (seis bilhões, duzentos e três milhões, seiscentos e oitenta e oito mil, quinhentos e sessenta e cinco reais, e vinte e três centavos), dividido em 227.836.623 (duzentos e vinte e sete milhões, oitocentos e trinta e seis mil, seiscentos e vinte e três) ações, exclusivamente, ordinárias de classe única, todas nominativas e sem valor nominal.

SECRETARIA DA SOCIEDADE

Marli Soares da Costa

DATA 28/07/2008

FOLHA 1 de 18

ESTRUTURA DE CAPITAL E AÇÕES

## ESTATUTO SOCIAL DA SABESP

**Parágrafo primeiro** - Independentemente de reforma estatutária, o capital social poderá ser aumentado até o limite máximo de R\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de reais), mediante deliberação do conselho de administração e ouvindo-se antes o conselho fiscal.

**Parágrafo segundo** - É vedada a emissão de partes beneficiárias e de ações preferenciais.

**Parágrafo terceiro** - A companhia poderá cobrar diretamente do acionista o custo do serviço de transferência da propriedade das ações, observados os limites máximos fixados pela regulamentação vigente, assim como autorizar a mesma cobrança por instituição depositária encarregada da manutenção do registro de ações escriturais.

**ARTIGO 4º** - A cada ação ordinária corresponderá um voto nas deliberações da assembleia geral.

### CAPÍTULO III ASSEMBLÉIA GERAL

**ARTIGO 5º** - A assembleia geral será convocada, instalada e deliberará na forma da lei, sobre todas as matérias de interesse da companhia.

**Parágrafo primeiro** - A assembleia geral também poderá ser convocada pelo presidente do conselho de administração ou pela maioria dos conselheiros em exercício.

**Parágrafo segundo** - A assembleia geral será presidida preferencialmente pelo presidente do conselho de administração ou, na sua falta, por qualquer outro conselheiro presente; fica facultado ao presidente do conselho de administração indicar o conselheiro que deverá substituí-lo na presidência da assembleia geral.

**Parágrafo terceiro** - O presidente da assembleia geral escolherá, dentre os presentes, um ou mais secretários, facultada a utilização de assessoria própria na companhia.

**Parágrafo quarto** - A ata da assembleia geral será lavrada na forma de sumário, conforme previsto no artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76.

**Parágrafo quinto** - Todos os documentos a serem analisados ou discutidos em assembleia geral deverão ser disponibilizados aos acionistas na sede social e na Bolsa de Valores de São Paulo S.A. - BVSP (BOVESPA), a partir da data da publicação do primeiro edital de convocação.

**Parágrafo sexto** - A comprovação da condição de acionista poderá ocorrer a qualquer momento até a abertura dos trabalhos da assembleia geral, mediante a apresentação do documento de identidade, do comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais informando o respectivo número e, no caso de constituição de procurador, do competente instrumento de mandato com firma reconhecida e outorgado há menos de um ano.

SECRETARIA DA SOCIEDADE

Marli Soares da Costa

DATA 28.07.2008

FOLHA 2 de 18

## ESTATUTO SOCIAL DA SABESP

### CAPÍTULO IV ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

**ARTIGO 6º** - A companhia será administrada pelo conselho de administração e pela diretoria.

### CAPÍTULO V CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**ARTIGO 7º** - O conselho de administração é órgão de deliberação colegiada responsável pela orientação superior da companhia.

#### Composição, investidura e mandato

**ARTIGO 8º** - O conselho de administração será composto por no mínimo 5 (cinco) e no máximo 15 (quinze) membros, eleitos pela assembleia geral, todos com mandato unificado de 2 (dois) anos a contar da data da eleição, permitida a reeleição.

**Parágrafo primeiro** - O diretor presidente da companhia integrará o conselho de administração, mediante eleição da assembleia geral.

**Parágrafo segundo** - Caberá à assembleia geral que eleger o conselho de administração fixar o número total de cargos a serem preenchidos, dentro do limite máximo previsto neste estatuto, e designar o seu presidente, não podendo a escolha recair na pessoa do diretor presidente da companhia que for eleito conselheiro.

**Parágrafo terceiro** - No mínimo 20% (vinte por cento) dos conselheiros de administração deverão ser independentes, de acordo com a definição constante do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BOVESPA, sendo também considerado independente o membro eleito por acionistas minoritários, nos termos da legislação em vigor.

**Parágrafo quarto** - Quando a aplicação do percentual mínimo referido no parágrafo anterior resultar número fracionário de conselheiros de administração, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior, quando a fração for igual ou superior a 0,5 (cinco décimos), ou imediatamente inferior, quando a fração for inferior a 0,5 (cinco décimos).

**Parágrafo quinto** - A condição de conselheiro de administração independente deverá ser expressamente declarada na ata da assembleia geral que o eleger.

**ARTIGO 9º** - Fica assegurada a participação de um representante dos empregados no conselho de administração, com mandato coincidente com o dos demais conselheiros.

**Parágrafo primeiro** - O conselheiro representante dos empregados será escolhido pelo voto dos empregados, em eleição direta organizada pelas entidades sindicais que os representem, com a colaboração da companhia, quando solicitada.

SECRETARIA DA SOCIEDADE

Marll Soares da Costa

DATA 28 07 2008

FOLHA 3 de 18

## ESTATUTO SOCIAL DA SABESP

**Parágrafo segundo** - O regimento interno do conselho de administração poderá estabelecer requisitos de elegibilidade e outras condições para o exercício do cargo de representante dos empregados.

**ARTIGO 10** - A investidura no cargo de conselheiro de administração fica condicionada à celebração de Termo de Compromisso perante o Estado, por intermédio do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC, para efeito do artigo 118, §§ 8º e 9º, da Lei nº 6.404/76.

**Parágrafo único** - O disposto neste artigo não se aplica ao conselheiro de administração representante dos empregados, ao que tenha sido eleito por acionistas minoritários e ao que, não obstante eleito pelo Estado, seja considerado independente nos termos desse estatuto ou da legislação específica.

**ARTIGO 11** - O conselheiro de administração que receber gratuitamente do Estado, em caráter fiduciário, alguma ação de emissão da companhia para atendimento da exigência do artigo 146 da Lei nº 6.404/76, fica impedido de aliená-la ou onerá-la a terceiros, devendo restituí-la imediatamente após deixar o cargo, sob pena de apropriação indébita.

### Vacância e Substituições

**ARTIGO 12** - Ocorrendo a vacância de algum cargo de conselheiro de administração antes do término do mandato, a assembléia geral será convocada para eleger o substituto, que completará o mandato do substituído.

### Funcionamento

**ARTIGO 13** - O conselho de administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário aos interesses da companhia.

**Parágrafo primeiro** - As reuniões do conselho de administração serão convocadas pelo seu presidente, ou pela maioria dos conselheiros em exercício, mediante o envio de correspondência escrita ou eletrônica a todos os conselheiros e também ao Estado, por intermédio do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC, com antecedência mínima de 10 (dez) dias e a indicação dos assuntos a serem tratados.

**Parágrafo segundo** - O presidente do conselho de administração deverá zelar para que os conselheiros recebam individualmente, com a devida antecedência em relação à data da reunião, a documentação contendo as informações necessárias para permitir a discussão e deliberação dos assuntos a serem tratados, incluindo, quando for o caso, a proposta da diretoria e as manifestações de caráter técnico e jurídico.

**Parágrafo terceiro** - As reuniões do conselho de administração serão instaladas com a presença da maioria dos seus membros em exercício, cabendo a presidência dos trabalhos ao presidente do conselho de administração ou, na sua falta, a outro conselheiro por ele indicado.

SECRETARIA DA SOCIEDADE

Marli Soares da Costa

DATA 28/07/2008

FOLHA 4 de 18

## ESTATUTO SOCIAL DA SABESP

**Parágrafo quarto** - Quando houver motivo de urgência, o presidente do conselho de administração poderá convocar as reuniões extraordinárias com qualquer antecedência, ficando facultada sua realização por via telefônica, videoconferência ou outro meio idôneo de manifestação de vontade do conselheiro ausente, cujo voto será considerado válido para todos os efeitos, sem prejuízo da posterior lavratura e assinatura da respectiva ata.

**Parágrafo quinto** - O conselho de administração deliberará por maioria de votos dos presentes à reunião, prevalecendo, em caso de empate, a proposta que contar com o voto do conselheiro que estiver presidindo os trabalhos.

**Parágrafo sexto** - As reuniões do conselho de administração serão secretariadas por quem o seu presidente indicar e todas as deliberações constarão de ata lavrada e registrada em livro próprio, devendo ser encaminhada uma cópia ao Estado, por intermédio do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da sua aprovação.

**Parágrafo sétimo** - Sempre que contiver deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros, o extrato da ata será arquivado no registro de comércio e publicado.

### Atribuições

**ARTIGO 14** - Além das atribuições previstas em lei, compete ainda ao conselho de administração:

- I aprovar o planejamento estratégico contendo as diretrizes de ação, metas de resultado e índices de avaliação de desempenho;
- II aprovar programas anuais e plurianuais, com indicação dos respectivos projetos;
- III aprovar o orçamento de dispêndios e investimento da companhia, com indicação das fontes e aplicações de recursos;
- IV acompanhar a execução dos planos, programas, projetos e orçamentos;
- V definir objetivos e prioridades de políticas públicas compatíveis com a área de atuação da companhia e o seu objeto social;
- VI deliberar sobre política de preços e de tarifas dos bens e serviços fornecidos pela companhia, respeitado o marco regulatório do respectivo setor;
- VII autorizar a abertura, instalação e a extinção de filiais, dependências, agências, sucursais, escritórios e representações;
- VIII deliberar sobre o aumento do capital social dentro do limite autorizado pelo estatuto, fixando as respectivas condições de subscrição e integralização;
- IX fixar o limite máximo de endividamento da companhia;
- X deliberar sobre emissão de debêntures simples não conversíveis em ações e sem garantia real e, em relação às demais espécies de debêntures, sobre as condições mencionadas no § 1º do artigo 59 da Lei nº 6.404/76;

SECRETARIA DA SOCIEDADE

Marli Soares da Costa

DATA 28.07.2008

FOLHA 5 de 18

## ESTATUTO SOCIAL DA SABESP

- XI deliberar sobre a declaração de juros sobre o capital próprio ou distribuição de dividendos por conta do resultado de exercício em curso, de exercício findo ou de reserva de lucros, sem prejuízo da posterior ratificação da assembleia geral;
- XII deliberar sobre a política de pessoal, incluindo a fixação do quadro, plano de cargos e salários, condições gerais de negociação coletiva, abertura de processo seletivo para preenchimento de vagas e Programa de Participação nos Lucros e Resultados;
- XIII autorizar previamente a celebração de quaisquer negócios jurídicos quando o valor envolvido ultrapassar a R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais), incluindo a aquisição, alienação ou oneração de ativos, a obtenção de empréstimos e financiamentos, a assunção de obrigações em geral e ainda a associação com outras pessoas jurídicas;
- XIV autorizar a constituição de subsidiária integral ou a participação no capital de outras sociedades, ressalvada a competência da assembleia geral prevista no artigo 256 da Lei nº 6.404/76;
- XV aprovar a contratação de seguro de responsabilidade civil em favor dos membros dos órgãos estatutários, empregados, prepostos e mandatários da companhia;
- XVI conceder licenças aos diretores, observada a regulamentação pertinente;
- XVII aprovar o seu regimento interno, o da diretoria e o do comitê de auditoria;
- XVIII autorizar a companhia a adquirir suas próprias ações, observada a legislação vigente e ouvindo-se previamente o conselho fiscal;
- XIX manifestar-se previamente sobre qualquer proposta da diretoria ou assunto a ser submetido à assembleia geral;
- XX avocar o exame de qualquer assunto compreendido na competência da diretoria e sobre ele expedir orientação de caráter vinculante;
- XXI determinar a orientação a ser seguida pelo representante da companhia nas assembleias gerais das sociedades de cujo capital participe;
- XXII avaliar os principais riscos da empresa e verificar a eficácia dos procedimentos de gestão e controle.

### CAPÍTULO VI DIRETORIA

#### Composição e mandato

**ARTIGO 15** - A diretoria será composta por 6 (seis) membros, todos com mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reelaboração.

**Parágrafo primeiro** - São atribuições do diretor presidente:

- I representar a companhia, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, podendo constituir para esse fim, procurador com poderes especiais, inclusive poderes para receber citações iniciais e notificações, observado o artigo 19 deste estatuto;

SECRETARIA DA SOCIEDADE

Marli Soares da Costa

DATA 28.07.2038

FOLHA 6 de 12

## ESTATUTO SOCIAL DA SABESP

- II convocar e presidir as reuniões da diretoria;
- III coordenar as atividades da diretoria;
- IV expedir atos e resoluções que consubstanciem as deliberações da diretoria ou que delas decorram;
- V coordenar a gestão ordinária da companhia, incluindo a implementação das diretrizes e o cumprimento das deliberações tomadas pela assembleia geral, pelo conselho de administração e pela diretoria colegiada;
- VI coordenar as atividades dos demais diretores;
- VII coordenar, avaliar e controlar as funções relativas a:
  - a) gabinete da presidência;
  - b) planejamento integrado, gestão e organização empresarial;
  - c) comunicação;
  - d) negociação de concessões;
  - e) assuntos regulatórios;
  - f) auditoria; e
  - g) ouvidoria.

### Parágrafo segundo – São atribuições do diretor de gestão corporativa:

- I marketing;
- II recursos humanos, qualidade e responsabilidade social;
- III tecnologia da informação;
- IV patrimônio;
- V serviços jurídicos; e
- VI suprimentos e contratações.

### Parágrafo terceiro – São atribuições do diretor econômico-financeiro e de relações com investidores:

- I planejamento, arrecadação e suprimento de recursos financeiros;
- II controladoria;
- III contabilidade;
- IV relações com os investidores;
- V operações no mercado de capitais e outras operações financeiras;
- VI controle do endividamento;
- VII governança corporativa.

### Parágrafo quarto – São atribuições do diretor de tecnologia, empreendimentos e meio ambiente:

- I meio ambiente;
- II desenvolvimento operacional e tecnológico;
- III controle da qualidade do produto água e esgotos;
- IV empreendimentos; e
- V projetos especiais.

SECRETARIA DA SOCIEDADE

Marli Soares da Costa

DATA 28.07.2008

FOLHA 7 de 18



## ESTATUTO SOCIAL DA SABESP

**Parágrafo quinto** – São atribuições do diretor metropolitano, na área metropolitana de São Paulo, e do diretor de sistemas regionais, nas demais áreas do Estado de São Paulo de atuação da companhia:

- I operação, manutenção e execução de obras e serviços nos sistemas de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos, inclusive por atacado;
- II serviços comerciais e de atendimento ao público;
- III controle do desempenho econômico-financeiro e operacional das suas unidades de negócio;
- IV assessoramento a municípios autônomos em sistemas de abastecimento de água e de esgotos sanitários;
- V negociação de concessões junto aos titulares dos serviços; e
- VI negociação com a comunidade e prefeituras, visando harmonizar os interesses dos seus clientes e da companhia.

### Vacância e Substituições

**ARTIGO 16** - Nas ausências ou impedimentos temporários de qualquer diretor, o diretor presidente designará outro membro da diretoria para cumular as funções.

**Parágrafo único** - Nas suas ausências e impedimentos temporários, o diretor presidente será substituído pelo diretor por ele indicado e, se não houver indicação, pelo diretor responsável pela área financeira.

### Funcionamento

**ARTIGO 17** - A diretoria reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos duas vezes por mês e, extraordinariamente, por convocação do diretor presidente ou de outros dois diretores quaisquer.

**Parágrafo primeiro** - As reuniões da diretoria colegiada serão instaladas com a presença de pelo menos metade dos diretores em exercício, considerando-se aprovada a matéria que obtiver a concordância da maioria dos presentes; no caso de empate, prevalecerá a proposta que contar com o voto do diretor presidente.

**Parágrafo segundo** - As deliberações da diretoria constarão de ata lavrada em livro próprio e assinada por todos os presentes.

**Parágrafo terceiro** - O diretor presidente poderá, no ato de convocação para a reunião, facultar a participação dos diretores por telefone, videoconferência, ou outro meio de comunicação que possa assegurar a participação efetiva e a autenticidade do seu voto; o diretor que participar virtualmente da reunião será considerado presente e seu voto válido para todos os efeitos legais, sem prejuízo da posterior lavratura e assinatura da respectiva ata.

SECRETARIA DA SOCIEDADE

Marli Soares da Costa

DATA 26 07 2008

FOLHA 8 DE 18

## ESTATUTO SOCIAL DA SABESP

10030

### Atribuições

14 03 19

**ARTIGO 18** - Além das atribuições definidas em lei, compete à diretoria colegiada:

- I elaborar e submeter à aprovação do conselho de administração:
- a) as bases e diretrizes para a elaboração do plano estratégico, bem como dos programas anuais e plurianuais;
  - b) o plano estratégico, metas e índices, bem como os respectivos planos plurianuais e programas anuais de dispêndios e de investimentos da companhia com os respectivos projetos;
  - c) o orçamento da companhia, com a indicação das fontes e aplicações dos recursos, bem como suas alterações;
  - d) a avaliação do resultado de desempenho das atividades da companhia;
  - e) relatórios trimestrais da companhia acompanhados das demonstrações financeiras;
  - f) anualmente, o relatório da administração, acompanhado do balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, com o parecer dos auditores independentes e do conselho fiscal e a proposta de destinação do resultado do exercício;
  - g) balanços intermediários ou intercalares, trimestralmente;
  - h) proposta de aumento do capital e de reforma do estatuto social, ouvido o conselho fiscal, quando for o caso;
  - i) proposta da política de pessoal;
  - j) o regimento interno da diretoria;
- II aprovar:
- a) os critérios de avaliação técnico-econômica para os projetos de investimentos, com os respectivos planos de delegação de responsabilidade para sua execução e implantação;
  - b) o plano de contas;
  - c) o plano anual de seguros da companhia;
  - d) residualmente, dentro dos limites estatutários, tudo o que se relacionar com atividades da companhia e que não seja de competência privativa do diretor presidente, do conselho de administração ou da assembléia geral;
  - e) outros regulamentos da companhia, que não sejam da competência privativa do conselho de administração;
- III autorizar, observados os limites e as diretrizes fixadas pela lei e pelo conselho de administração, atos de renúncia ou transação judicial ou extrajudicial, para pôr fim a litígios ou pendências, podendo fixar limites de valor para a delegação da prática desses atos pelo diretor presidente ou qualquer outro diretor;

SECRETARIA DA SOCIEDADE

Marli Soares da Costa

DATA 28.07.2008

FOLHA 9 de 16

ESTATUTO SOCIAL DA SABESP

## ESTATUTO SOCIAL DA SABESP

- IV autorizar previamente a celebração de quaisquer negócios jurídicos, quando o valor envolvido ultrapassar R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), sem prejuízo da competência atribuída pelo estatuto ao conselho de administração, incluindo a aquisição, alienação ou oneração de ativos, a obtenção de empréstimos e financiamentos, a assunção de obrigações em geral e ainda a associação com outras pessoas jurídicas.

**Parágrafo único** - O regimento interno da diretoria poderá detalhar as atribuições individuais de cada diretor, assim como condicionar a prática de determinados atos compreendidos nas áreas de competência específica à prévia autorização da diretoria colegiada.

### Representação da companhia

**ARTIGO 19** - A companhia obriga-se perante terceiros (i) pela assinatura de dois diretores, sendo um necessariamente o diretor presidente ou o diretor responsável pela área financeira; (ii) pela assinatura de um diretor e um procurador, conforme os poderes constantes do respectivo instrumento de mandato; (iii) pela assinatura de dois procuradores, conforme os poderes constantes do respectivo instrumento de mandato; (iv) pela assinatura de um procurador, conforme os poderes constantes do respectivo instrumento de mandato, nesse caso exclusivamente para a prática de atos específicos.

**Parágrafo único** - Os instrumentos de mandato serão outorgados com prazo determinado de validade, e especificarão os poderes conferidos; apenas as procurações para o foro em geral terão prazo indeterminado.

## CAPÍTULO VII CONSELHO FISCAL

**ARTIGO 20** - A companhia terá um conselho fiscal de funcionamento permanente, com as competências e atribuições previstas na lei.

**ARTIGO 21** - O conselho fiscal será composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros efetivos, e igual número de suplentes, eleitos anualmente pela assembleia geral ordinária, permitida a reeleição.

**Parágrafo único** - Na hipótese de vacância ou impedimento de membro efetivo, assumirá o respectivo suplente.

**ARTIGO 22** - O conselho fiscal reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocado por qualquer de seus membros ou pela diretoria, lavrando-se ata em livro próprio.

SECRETARIA DA SOCIEDADE

Marli Soares da Costa

DATA 28/07/2008

FOLHA 10 de 16

## ESTATUTO SOCIAL DA SABESP

### CAPÍTULO VIII REGRAS COMUNS AOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS

#### Posse, Impedimentos e Vedações

**ARTIGO 23** - Os membros dos órgãos estatutários deverão comprovar, mediante a apresentação de curriculum ao Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC, que possuem capacidade profissional, técnica ou administrativa, experiência compatível com o cargo, idoneidade moral e reputação ilibada.

**Parágrafo único** - O disposto neste artigo aplica-se somente aos membros eleitos pelo acionista controlador.

**ARTIGO 24** - Os membros dos órgãos estatutários serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse lavrado no respectivo livro de atas, e do respectivo Termo de Anuência, conforme modelo estabelecido no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BOVESPA.

**Parágrafo primeiro** - O termo de posse deverá ser assinado nos 30 (trinta) dias seguintes à eleição, sob pena de sua ineficácia, salvo justificativa aceita pelo órgão para o qual o membro tiver sido eleito, e deverá conter a indicação de pelo menos um domicílio para recebimento de citações e intimações de processos administrativos e judiciais, relativos a atos de sua gestão, sendo permitida a alteração do domicílio indicado somente mediante comunicação escrita.

**Parágrafo segundo** - A investidura ficará condicionada à apresentação de declaração de bens e valores, na forma prevista na legislação estadual, que deverá ser atualizada anualmente e ao término do mandato.

**ARTIGO 25** - Salvo na hipótese de renúncia ou destituição, considera-se automaticamente prorrogado o mandato dos membros dos órgãos estatutários, até a investidura dos respectivos substitutos.

#### Remuneração e Licenças

**ARTIGO 26** - A remuneração dos membros dos órgãos estatutários será fixada pela assembleia geral e não haverá acumulação de proventos ou quaisquer vantagens em razão das substituições que ocorram em virtude de vacância, ausências ou impedimentos temporários, nos termos deste estatuto.

**Parágrafo único** - Fica facultado ao diretor, que na data da posse pertença ao quadro de empregados da companhia, optar pelo respectivo salário.

**ARTIGO 27** - Os diretores poderão solicitar ao conselho de administração afastamento por licença não remunerada, desde que por prazo não superior a 3 (três) meses, a qual deverá ser registrada em ata.

SECRETARIA DA SOCIEDADE

Marli Soares da Costa

DATA 26.07.2008

FOLHA 11 de 18

## ESTATUTO SOCIAL DA SABESP

### CAPÍTULO IX

#### EXERCÍCIO SOCIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS LUCROS, RESERVAS E DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

**ARTIGO 28** - O exercício social coincidirá com o ano civil, findo o qual a diretoria fará elaborar as demonstrações financeiras previstas em lei.

**ARTIGO 29** - As ações ordinárias terão direito ao dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após as deduções determinadas ou admitidas em lei.

**Parágrafo primeiro** - O dividendo poderá ser pago pela companhia sob a forma de juros sobre o capital próprio.

**Parágrafo segundo** - A companhia poderá levantar balanços intermediários ou intercalares, trimestralmente, para efeito de distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio.

**Parágrafo terceiro** - Os dividendos aprovados não vencem juros e os que não forem reclamados dentro de 03 (três) anos da data da assembleia geral que os aprovou, prescreverão em favor da companhia.

**Parágrafo quarto** - O conselho de administração poderá propor à assembleia geral que o saldo remanescente do lucro do exercício, após a dedução da reserva legal e do dividendo mínimo obrigatório, seja destinado à constituição de uma reserva para investimentos, que obedecerá aos seguintes princípios:

- I seu saldo, em conjunto com o saldo das demais reservas de lucros, exceto as reservas para contingências e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social;
- II a reserva tem por finalidade assegurar o plano de investimentos e seu saldo poderá ser utilizado:
  - a) na absorção de prejuízos, sempre que necessário;
  - b) na distribuição de dividendos, a qualquer momento;
  - c) nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações, autorizadas por lei;
  - d) na incorporação ao capital social.

### CAPÍTULO X LIQUIDAÇÃO

**ARTIGO 30** - A companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, competindo à assembleia geral, se o caso, determinar o modo de liquidação e nomear o liquidante, fixando sua remuneração.

SECRETARIA DA SOCIEDADE

Marli Soares da Costa

DATA 28.07.2023

FOLHA 12 de 18

## ESTATUTO SOCIAL DA SABESP

### CAPÍTULO XI MECANISMO DE DEFESA

**ARTIGO 31** - A companhia assegurará aos membros dos órgãos estatutários, por meio de escritório de advocacia externo, a defesa técnica em processos judiciais e administrativos propostos durante ou após os respectivos mandatos, por atos relacionados com o exercício de suas funções.

**Parágrafo primeiro** - A mesma proteção fica estendida aos empregados, prepostos e mandatários da companhia que tenham atuado nos limites dos poderes a eles conferidos, na forma do artigo 19 deste estatuto.

**Parágrafo segundo** - A companhia deverá manter permanentemente contratado ou pré-qualificado um ou mais escritórios de advocacia de reconhecida reputação profissional para estar em condições de assumir, a qualquer tempo, a defesa técnica dos agentes abrangidos por este artigo.

**Parágrafo terceiro** - A contratação buscará assegurar a continuidade da defesa técnica, pelo mesmo escritório de advocacia que a tiver iniciado em relação a determinado agente, até o final do respectivo processo, ressalvada a faculdade de o agente optar por outro escritório de advocacia que venha a ser também contratado pela companhia para a mesma finalidade.

**Parágrafo quarto** - Se, por qualquer motivo, não houver escritório de advocacia contratado ou pré-qualificado pela companhia, o agente poderá contratar advogado de sua própria confiança, caso em que os honorários e outras despesas incorridas na defesa técnica serão reembolsados ou adiantados pela companhia, após a comprovação da realização da despesa ou de sua iminência, desde que os valores envolvidos tenham sido aprovados pelo conselho de administração quanto à sua razoabilidade.

**Parágrafo quinto** - A companhia assegurará a defesa técnica e o acesso em tempo hábil a toda a documentação necessária para esse efeito, bem como arcará com as custas processuais, emolumentos de qualquer natureza, despesas administrativas e depósitos para garantia de instância.

**Parágrafo sexto** - O agente que for condenado ou responsabilizado, com sentença transitada em julgado, ficará obrigado a ressarcir a companhia dos valores efetivamente desembolsados, salvo quando evidenciado que agiu de boa-fé e visando o interesse da companhia.

**Parágrafo sétimo** - A companhia poderá contratar seguro em favor dos membros dos órgãos estatutários, empregados, prepostos e mandatários, para a cobertura de responsabilidades decorrentes do exercício de suas funções.

SECRETARIA DA SOCIEDADE

Marli Soares da Costa

DATA 28.07.2008

FOLHA 13 de 18

## ESTATUTO SOCIAL DA SABESP

### CAPÍTULO XII COMITÊ DE AUDITORIA

**ARTIGO 32** - A companhia terá um comitê de auditoria composto por 3 (três) conselheiros de administração, que atendam cumulativamente aos requisitos de (i) independência, (ii) conhecimento técnico e (iii) disponibilidade de tempo.

**Parágrafo primeiro** - Todos os integrantes do comitê de auditoria deverão atender aos requisitos de independência previstos na legislação pertinente, sem prejuízo das exonerações porventura admitidas.

**Parágrafo segundo** - Todos os integrantes do comitê de auditoria deverão ter conhecimento técnico suficiente em matéria contábil e financeira, sendo recomendável que pelo menos um deles também seja versado nas normas de contabilidade internacionalmente aceitas, e com experiência em análise, preparação e avaliação de demonstrações financeiras, conhecimento de controles internos e de políticas de divulgação de informações ao mercado.

**Parágrafo terceiro** - A disponibilidade mínima de tempo exigida de cada integrante do comitê de auditoria corresponderá a 30 (trinta) horas mensais.

**ARTIGO 33** - Os membros do comitê de auditoria poderão ser indicados simultaneamente à sua eleição para o conselho de administração, ou por deliberação posterior desse conselho.

**Parágrafo único** - Os integrantes do comitê de auditoria exercerão a função enquanto perdurar o respectivo mandato de conselheiro de administração, ou até deliberação em contrário da assembleia geral ou do próprio conselho de administração.

**ARTIGO 34** - Compete ao comitê de auditoria:

- I avaliar as diretrizes do processo de contratação de empresa de auditoria independente, bem como outras condições da prestação dos serviços, recomendando ao conselho de administração a contratação;
- II propor justificadamente a substituição da empresa de auditoria independente;
- III manifestar-se previamente sobre a contratação de outros serviços da empresa de auditoria independente, ou de empresas a ela vinculadas, que não estejam compreendidos nas atividades típicas de auditoria;
- IV opinar, a qualquer momento, sobre a atuação das áreas de contabilidade e de auditoria interna, propondo à diretoria as medidas que julgar cabíveis;
- V articular-se diretamente com a auditoria interna e com os auditores independentes, acompanhando os respectivos trabalhos, em conjunto com a diretoria econômico-financeira e de relações com investidores;
- VI examinar os relatórios da auditoria interna e dos auditores independentes, antes de serem submetidos ao conselho de administração;

SECRETARIA DA SOCIEDADE

Marli Soares da Costa

DATA 28.07/2008

FOLHA 14 de 18



## ESTATUTO SOCIAL DA SABESP

- VII zelar pela adequação dos recursos materiais postos à disposição da auditoria interna;
- VIII acompanhar a elaboração das demonstrações financeiras trimestrais, intermediárias ou intercalares e anual, buscando assegurar a sua integridade e qualidade, reportando ao conselho de administração quando necessário;
- IX avaliar permanentemente as práticas contábeis, os processos e controles internos adotados pela companhia, buscando identificar assuntos críticos, riscos financeiros e potenciais contingências, e propondo os aprimoramentos que julgar necessários;
- X acompanhar as atividades de "compliance" da companhia;
- XI solicitar a contratação de serviços especializados para apoiar as atividades do comitê de auditoria, cuja remuneração será suportada pela companhia, dentro do seu orçamento anual aprovado;
- XII receber e processar denúncias e reclamações de terceiros sobre assuntos relacionados com contabilidade, controles contábeis internos e auditoria.

**Parágrafo primeiro** - O comitê de auditoria deliberará pela maioria de seus membros, sem prejuízo da faculdade de seus integrantes solicitarem individualmente informações e examinar os livros, documentos e papéis da companhia.

**Parágrafo segundo** - Os relatórios produzidos pela auditoria interna e pela empresa de auditoria externa serão sempre encaminhados simultaneamente à diretoria e aos integrantes do comitê de auditoria.

**ARTIGO 35** - O comitê de auditoria elaborará o seu regimento interno, submetendo-o à aprovação do conselho de administração.

**Parágrafo único** - O regimento interno poderá ampliar as competências do comitê de auditoria, cabendo-lhe ainda dispor sobre a realização de reuniões periódicas, a forma de registro de suas manifestações e deliberações, além de outros assuntos considerados pertinentes ao bom andamento dos trabalhos.

**ARTIGO 36** - A remuneração dos integrantes do comitê de auditoria será diferenciada em relação à dos demais conselheiros de administração, em função da maior dedicação e responsabilidades assumidas.

**ARTIGO 37** - O comitê de auditoria terá orçamento anual próprio aprovado pelo conselho de administração.

**Parágrafo único** - A diretoria deverá disponibilizar imediatamente os recursos financeiros solicitados pelo comitê de auditoria para desempenho de suas funções, até o limite do orçamento aprovado.

SECRETARIA DA SOCIEDADE

Marli Soares da Costa

DATA 28.07.2008

FOLHA 15 de 18



## ESTATUTO SOCIAL DA SABESP

### CAPÍTULO XIII ARBITRAGEM

**ARTIGO 38** - A companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do conselho fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei nº 6.404/76, neste estatuto, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, do Contrato de Participação do Novo Mercado e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, a ser conduzida junto à Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela BOVESPA, de conformidade com o Regulamento da referida Câmara, observada a ressalva aplicável aos direitos indisponíveis.

### CAPÍTULO XIV ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO E CANCELAMENTO DO REGISTO DE COMPANHIA ABERTA

**ARTIGO 39** - A alienação do controle acionário da companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas da companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BOVESPA, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador.

**Parágrafo único** - A companhia não registrará qualquer transferência de ações para o comprador do poder de controle, ou para aquele(s) que vier(em) a deter o poder de controle, enquanto este(s) não inscrever(em) o competente Termo de Anuência dos Controladores, exigido pela regulamentação aplicável.

**ARTIGO 40** - A oferta pública referida no artigo anterior também deverá ser realizada nos casos em que:

- I - houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na alienação do controle da companhia; e
- II - houver alienação de controle de sociedade que detenha o poder de controle da companhia, sendo que, neste caso o acionista controlador alienante ficará obrigado a declarar à BOVESPA o valor atribuído à companhia nessa alienação e anexar documentação que comprove seu valor.

**ARTIGO 41** - Aquele que já detiver ações da companhia e venha a adquirir o poder de controle acionário, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o acionista controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a:

SECRETARIA DA SOCIEDADE

Marli Soares da Costa

DATA 28/07/2008

FOLHA 16 de 18

## ESTATUTO SOCIAL DA SABESP

- I efetivar a oferta pública referida no artigo 39 deste estatuto; e
- II ressarcir os acionistas dos quais tenha comprado ações em bolsa de valores nos 6 (seis) meses anteriores à data da alienação de controle da companhia, devendo pagar a estes a eventual diferença entre o preço pago ao acionista controlador alienante e o valor pago em bolsa de valores por ações da companhia nesse mesmo período, devidamente atualizado até o momento do pagamento.

**ARTIGO 42** - Sem prejuízo das disposições legais e regulamentares, o cancelamento do registro de companhia aberta da companhia será procedido por oferta pública de aquisição de ações, a ser efetivada pelo acionista que detiver o poder de controle, tendo como preço mínimo, obrigatoriamente, o valor econômico apurado em laudo de avaliação mediante utilização de metodologia reconhecida pela Comissão de Valores Mobiliários ou com base em critérios que venham a ser definidos por esta, na forma do artigo seguinte.

**ARTIGO 43** - O laudo de avaliação de que trata o artigo precedente deverá ser elaborado por empresa especializada, com experiência comprovada e independente quanto ao poder de decisão da companhia, seus administradores e controladores, além de satisfazer os requisitos do parágrafo 1º do artigo 8º da Lei nº 6.404/76 e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6º do mesmo artigo da Lei.

**Parágrafo primeiro** - A escolha da empresa especializada responsável pela determinação do valor econômico da companhia é de competência da assembléia geral, a partir da apresentação, pelo conselho de administração, de lista tripla, devendo a respectiva deliberação ser tomada por maioria absoluta dos votos das ações em circulação manifestados na assembléia geral que deliberar sobre o assunto, excluindo-se os votos em branco.

**Parágrafo segundo** - Sem prejuízo do parágrafo anterior, caso a assembléia geral seja instalada em primeira convocação deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de ações em circulação. Em sendo instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das ações em circulação.

**Parágrafo terceiro** - Os custos de elaboração do laudo de avaliação deverão ser suportados integralmente pelo ofertante.

### CAPÍTULO XV SAÍDA DO NOVO MERCADO

**ARTIGO 44** - A saída da companhia do Novo Mercado será aprovada em assembléia geral, devendo a deliberação especificar se a saída ocorre em razão do cancelamento de registro de companhia aberta ou porque os valores mobiliários por ela emitidos passarão a ter registro para negociação fora do Novo Mercado e deverá ser comunicada à BOVESPA por escrito com antecedência de 30 (trinta) dias.

SECRETARIA DA SOCIEDADE

Marli Soares da Costa

DATA 28.07.2008

PÓDIA 17 de 16

ESTATUTO SOCIAL DA SABESP

## ESTATUTO SOCIAL DA SABESP

**Parágrafo primeiro** - O acionista controlador deverá efetuar oferta pública de aquisição de ações pertencentes aos demais acionistas da companhia, no mínimo, pelo respectivo valor econômico, a ser apurado na forma prevista no artigo 42, caso a saída da companhia do Novo Mercado seja motivada:

- I quando os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado; ou
- II em virtude de operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa reorganização não seja admitida para negociação no Novo Mercado.

**Parágrafo segundo** - A notícia da realização da oferta pública deverá ser comunicada à BOVESPA e divulgada ao mercado imediatamente após a realização da assembléia geral que houver aprovado a referida saída ou reorganização.

### CAPÍTULO XVI DISPOSIÇÕES GERAIS

**ARTIGO 45** - Até o dia 30 de abril de cada ano, a companhia publicará o seu quadro de cargos e funções, preenchidos e vagos, referentes ao exercício anterior, em cumprimento ao disposto no § 5º, do artigo 115, da Constituição Estadual.

**ARTIGO 46** - Na condição de Mantenedora e Patrocinadora da Fundação SABESP de Seguridade Social - SABESPREV, autorizada a funcionar pela Portaria MTPS nº 3556, de 08.08.90, a companhia participará da SABESPREV, obedecidas as seguintes condições:

- I A contribuição mensal da Patrocinadora não poderá ultrapassar 2,1% (dois vírgula um por cento) da folha de pagamento (salários brutos, excluídos os encargos), obedecida a legislação previdenciária aplicável;
- II No caso de insuficiência de recursos para atender os beneficiários a Patrocinadora não poderá ultrapassar esse percentual de 2,1% da folha de pagamento, devendo a SABESPREV corrigir a parcela de contribuição dos Empregados, ou reduzir proporcionalmente os valores dos benefícios, observada a legislação pertinente;
- III A formação do patrimônio da SABESPREV, para compor o seu ativo, deverá ser feita com recursos próprios ou, caso a companhia necessite efetuar a transferência de bens móveis e imóveis, fazer investimentos, arcar com despesas de custeio, ou prestar garantias para a SABESPREV, deverá obter prévia e expressa autorização do CODEC ou do Secretário da Fazenda cujos valores serão objeto de compensação com a contribuição fixada no inciso I, deste artigo, por ocasião das transferências mensais;
- IV Para que não haja distribuição indireta de recursos, além do limite prefixado, deverá ser objeto também de compensação e manifestação prévia do CODEC ou do Secretário da Fazenda, a cessão de empregados da companhia à SABESPREV ou a contratação de serviços de qualquer natureza entre ambas;
- V Os diretores da companhia, além de suas responsabilidades definidas em lei, serão também responsabilizados pelo eventual descumprimento das normas fixadas estatutariamente, e relativas ao patrocínio da SABESP à SABESPREV.

SECRETARIA DA SOCIEDADE

Marli Soares da Costa

DATA 28.07.2008

FOLHA 16 de 16

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## **ANEXO II**

---

- Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 18 de janeiro de 2010

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO -  
SABESP****CNPJ nº 43.776.517/0001-80****NIRE nº 35.3000.1683-1****EXTRATO DA ATA DA SETECENTÉSIMA DÉCIMA REUNIÃO DO CONSELHO DE  
ADMINISTRAÇÃO.**

Aos 18 (dezoito) dias do mês de janeiro de 2010, às 17 horas, por convocação da Presidente do Conselho de Administração, em caráter extraordinário, na forma do disposto no *caput* do Artigo 13 do Estatuto Social, na sala de reuniões situada na Rua Bela Cintra, 847 – 14º andar, São Paulo, reuniram-se os membros do Conselho de Administração da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, na forma presencial ou em teleconferência, os senhores abaixo nomeados e assinados. Dando início à reunião, a Presidente do Colegiado, Dilma Seli Pena, cumprimentou a todos os presentes, justificando a ausência dos Conselheiros Alberto Goldman e Humberto Rodrigues da Silva. (...) Na seqüência, a Dra. Dilma Seli Pena submeteu à apreciação do Colegiado o **item III** da pauta, composto pelos seguintes sub-itens: **(i) Deliberar sobre as condições aplicáveis à 11ª Emissão de Debêntures Simples, não-conversíveis em ações, da espécie quirografária, escriturais e nominativas, sem emissão de cautelas ou certificados em duas séries da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP (“11ª Emissão” e “Debêntures”, respectivamente), sendo a 11ª Emissão nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM nº 400”), observados os procedimentos previstos na Instrução CVM nº 471, de 8 de agosto de 2008, e o respectivo registro da 11ª Emissão perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”); (ii) autorizar os membros da Diretoria da Companhia a (a) tomar todas as providências com relação ao registro da 11ª Emissão perante a CVM e aos demais órgãos competentes, (b) negociar o modelo de escritura de emissão das Debêntures, e (c)**

**contratar instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, para auxiliar a implementação da 11ª Emissão; e (iii) ratificar todos os atos, relativos à 11ª Emissão, que tenham sido praticados anteriormente pela Diretoria.** Solicitou ao Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores, Rui de Britto Álvares Affonso, e ao Superintendente de Captação de Recursos e Relações com Investidores, Mario Azevedo de Arruda Sampaio, que apresentassem a matéria, o que foi feito com base na Proposta ao Conselho de Administração, na Deliberação de Diretoria nº 18/2010, na Comunicação Interna FI nº 001/2010, ambas de 18/01/2010, e na Apresentação distribuída aos Conselheiros. (...) Colocada a matéria em discussão e a seguir em votação, resultou **aprovada por unanimidade** a fixação das seguintes condições aplicáveis à 11ª Emissão: 11ª Emissão:

- 1) **Valor Total da Emissão:** O valor total da emissão será de R\$ 900.000.000,00 (novecentos milhões **de reais**), na Data da Emissão ("Valor Total da Emissão").
- 2) **Número de Séries:** A Emissão será realizada em duas séries, sendo a 1ª Série no montante de R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais) e a 2ª Série no montante de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais).
- 3) **Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos, a data de Emissão das Debêntures será o dia 1º de março de 2010 ("Data de Emissão").
- 4) **Valor Nominal Unitário:** O Valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000,00 (um mil reais), na Data da Emissão ("Valor Nominal Unitário").
- 5) **Quantidade de Debêntures:** Serão emitidas 900.000 (novecentas mil) Debêntures.
- 6) **Destinação dos Recursos:** Os recursos obtidos pela Emissora por meio da Emissão das Debêntures serão destinados para resgatar antecipadamente as 90 (noventa) notas promissórias comerciais emitidas pela Emissora em 02 de dezembro de 2009 ("Data de Emissão das Notas Promissórias"). A Emissora,



concomitantemente ao recebimento dos valores relativos à integralização das Debêntures, resgatará antecipadamente as Notas Promissórias pela quantia de R\$ 900.000.000,00 (novecentos milhões de reais), acrescida da sobretaxa de 3,50% (três inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidente sobre o valor nominal unitário das Notas Promissórias, a partir da data de emissão das Notas Promissórias *calculada pro rata temporis*, inclusive, até a data do respectivo resgate, exclusive, conforme procedimento adotado pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (“CETIP”), para as Notas Promissórias custodiadas no NOTA – Módulo de Notas Comerciais, administrado e operacionalizado pela CETIP ou pelo banco mandatário, considerando, neste ultimo caso, que as Notas não estejam custodiadas na CETIP.

7) **Conversibilidade e Forma:** As Debêntures serão simples, não-conversíveis em ações de emissão da Emissora, escriturais e nominativas, sem emissão de cautelas e certificados.

8) **Espécie:** as Debêntures serão da espécie quirografária.

9) **Prazo e Data de Vencimento:**

(i) As Debêntures da 1ª série terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento em 1º de março de 2015;

(ii) As Debêntures da 2ª série terão prazo de vencimento de 3 (três) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento em 1º de março de 2013. Nas respectivas datas de vencimento, a Emissora se obriga a proceder à liquidação das Debêntures que ainda estiverem em circulação, pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração de que trata o Item 14 abaixo, calculada *pro rata temporis*, a partir da última data de pagamento da Remuneração.

10) **Colocação e Procedimento de Distribuição:** As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures.

,

3

11) **Preço de Subscrição:** As Debêntures serão subscritas e integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de integralização, de acordo com o Item 14 abaixo, utilizando-se o PU – preço unitário com duas casas decimais, sem arredondamento.

12) **Forma de Subscrição e Integralização:** A integralização será realizada à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional.

13) **Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário das Debêntures:** Não haverá atualização do Valor Nominal Unitário das Debêntures.

14) **Remuneração:** A partir da Data de Emissão, as Debêntures da 1ª série farão jus a uma remuneração ( "Remuneração da 1ª série") que contemplará juros remuneratórios incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário. As Debêntures renderão juros correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", calculadas e divulgadas pela CETIP ("Taxa DI"), capitalizada de um *spread* ou sobretaxa de 3,50% (três inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, com base em 252 dias úteis ("Acréscimo sobre a Taxa DI"), incidentes sobre o Valor Nominal ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, a partir da Data de Emissão, e pagos ao final de cada Período de Capitalização. As taxas médias diárias são acumuladas de forma exponencial utilizando-se o critério *pro rata temporis*, até a data do efetivo pagamento dos juros, de forma a cobrir todo o Período de Capitalização.

A partir da Data de Emissão, as Debêntures da 2ª série farão jus a uma remuneração ("Remuneração da 2ª série", e em conjunto com a Remuneração da 1ª série, "Remuneração") que contemplará juros remuneratórios incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário. As Debêntures renderão juros correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias da Taxa DI, capitalizada de um *spread* ou sobretaxa de 2,25% (dois inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, com base em 252 dias úteis, incidentes sobre o

1  
1

Valor Nominal ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, a partir da Data de Emissão, e pagos ao final de cada Período de Capitalização. As taxas médias diárias são acumuladas de forma exponencial utilizando-se o critério *pro rata temporis*, até a data do efetivo pagamento dos juros, de forma a cobrir todo o Período de Capitalização.

**15) Pagamento da Remuneração:** A Remuneração será paga semestralmente, a partir da Data de Emissão, nos dias 1º de setembro e 1º de março de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 1º de setembro de 2010 e o último pagamento na Data de Vencimento.

**16) Repactuação:** Não haverá Repactuação das Debêntures.

**17) Amortização:** A Amortização das Debêntures da 1ª série será realizada em 03 (três) parcelas anuais e consecutivas, no dia 1º de março de cada ano, sendo (a) 33,3333% do Valor Nominal Unitário, em 1º de março de 2013, (b) 33,3333% do Valor Nominal Unitário, em 1º de março de 2014 e o (c) Saldo do Valor Nominal Unitário, na Data de Vencimento, em 1º de março de 2015.

A Amortização das Debêntures da 2ª série será realizada em 02 (duas) parcelas anuais e consecutivas, sendo (a) 50% do Valor Nominal Unitário, em 1º de março de 2012, e o (b) Saldo do Valor Nominal Unitário, na Data de Vencimento, em 1º de março de 2013.

**18) Oferta de Resgate Antecipado:** A Emissora poderá, até o 24º mês, exclusive, após a Data de Emissão, a seu exclusivo critério, observados os termos e condições estabelecidos na Escritura de Emissão, mediante deliberação em Reunião de Conselho de Administração, realizar oferta de resgate antecipado das Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, sendo assegurado a todos os Debenturistas, em igualdade de condições, a aceitação do respectivo resgate ("Oferta de Resgate Antecipado"). O método de realização da Oferta de Resgate Antecipado será estabelecido na Escritura de Emissão.

;

**19) Resgate Antecipado:** Para as Debêntures da 1ª série a Emissora, a seu exclusivo critério, poderá, a partir do 24º mês, inclusive, a contar da Data de Emissão, e ao final de cada Período de Capitalização, realizar o resgate antecipado total ou parcial das Debêntures, através da publicação de comunicação a ser amplamente divulgada ("Comunicação de Resgate"). Na Comunicação de Resgate deverão constar as seguintes informações: (i) a Data do Resgate, (ii) se o resgate antecipado será total ou parcial, (iii) o valor correspondente ao pagamento do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido (a) a Remuneração da 1ª série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento; (b) penalidades e/ou encargos moratórios, se houver; e (c) o prêmio de reembolso a ser calculado a seguir. Os Prêmios de Reembolso a que farão jus os Debenturistas por ocasião do Resgate Antecipado serão calculados de acordo com os seguintes percentuais, em função do período de realização do respectivo resgate antecipado: O prêmio será equivalente a 1% se o resgate ocorrer a partir do 24º mês contado da Data de Emissão, 0,90% para resgate a partir do 30º mês e 0,86% para resgate a partir do 36º mês. O método de realização do Resgate Antecipado será estabelecido na Escritura de Emissão.

Para as Debêntures da 2ª série, não haverá o Resgate Antecipado Facultativo.

**20) Aquisição Facultativa:** A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações.

**21) Hipóteses de Vencimento Antecipado:** As Debêntures terão o seu vencimento antecipado declarado nas hipóteses previstas na respectiva escritura de emissão, conforme vierem a ser negociadas com os coordenadores da 11ª Emissão.

**22) Registro para Colocação e Negociação:** As Debêntures serão registradas para (a) distribuição no mercado primário por meio do SDT – Módulo de

1/

Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição liquidada e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (b) negociação no mercado secundário por meio (i) do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas através da CETIP; e/ou (ii) do DDA – Sistema de Distribuição de Ativos e do Sistema BOVESPAFIX ("BOVESPAFIX"), ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sendo processadas pela BM&FBOVESPA a custódia das Debêntures, a liquidação financeira e a negociação das Debêntures da 11ª Emissão.

**23)Local de Pagamento:** os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela BM&FBOVESPA, para as Debêntures custodiadas no BOVESPAFIX; e/ou (ii) os procedimentos adotados pela CETIP, para as debêntures custodiadas no SND; ou (iii) para os titulares de Debêntures da Emissão que não estejam vinculados a esses sistemas, por meio do Banco Mandatário da presente Emissão.


O Conselho de Administração autoriza, ainda, os membros da Diretoria da Companhia:(i) a tomar todas as providências com relação ao registro da 11ª Emissão perante a CVM e aos demais órgãos competentes; e(ii) a contratar instituições financeiras autorizadas com a finalidade de coordenar a colocação pública das Debêntures, os serviços de agente fiduciário, banco mandatário e escriturador, agências de classificação de risco, auditores, entre outros, bem como para negociar e celebrar a escritura de emissão e eventuais seus aditamentos, o contrato de distribuição pública da 11ª Emissão da Companhia e todos os documentos e, ainda, praticar todos os atos necessários para essa finalidade. Por fim, o Conselho de Administração ratifica todos os atos relativos à 11ª Emissão, que tenham sido praticados anteriormente pela Diretoria. (...)


Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo  
Conselho de Administração

Esta ata, depois de aprovada, segue assinada pelos Conselheiros de Administração presentes. Dirlma Seli Pena, Alexander Bialer, Antero Paes de Barros Neto, Francisco Vidal Luna, Gesner José de Oliveira Filho, Jerônimo Antunes, Heraldo Gilberto de Oliveira, Manuelito Pereira Magalhães Junior, Mário Engler Pinto Júnior, Reinaldo Guerreiro e Roberto Yoshikazu Yamazaki.

Declaramos ser o texto, transcrição fiel de trecho da Ata lavrada no livro de Atas do Conselho de Administração.

São Paulo, 18 de janeiro de 2010

  
Dirlma Seli Pena  
Presidente do  
Conselho de Administração

  
Sandra Maria Giannella  
Secretaria Executiva do  
Conselho de Administração



---

### **ANEXO III**

- Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 18 de Março de 2010 que Rerratificou a Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 18 de janeiro de 2010

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)





Companhia de Saneamento

JUCESP PROTOCOLO  
0.241.129/10-2**EXTRATO DA ATA DA SETECENTESÍMA DÉCIMA  
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.**

Aos 18 (dezoito) dias do mês de março de 2010, às 14h30min, por convocação da Presidente do Conselho de Administração, em caráter extraordinário, na forma do disposto no caput do Artigo 13 do Estatuto Social, na sala de reuniões situada na Rua Bela Cintra, 847 - 14º andar, São Paulo, reuniram-se em teleconferência e na forma presencial os membros do Conselho de Administração da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, os senhores abaixo nomeados e assinados. Dando início à reunião, a Presidente do Colegiado, Dilma Seli Pena, cumprimentou a todos os presentes, justificando a ausência dos Conselheiros Alberto Goldman e Francisco Vidal Luna. (...) Dando continuidade aos trabalhos, passou a Dra. Dilma Seli Pena ao **Item 2 "Reti-ratificação das condições gerais da 11ª emissão de debêntures"**, matéria trazida para **deliberação do Colegiado**, concedendo a palavra ao Conselheiro e Diretor Presidente, Gesner José de Oliveira Filho, ao Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores, Rui de Brito Álvares Affonso e ao Superintendente de Captação de Recursos e Relações com Investidores, Mario Azevedo de Arruda Sampaio, que passaram a expor a matéria com base na Proposta ao Conselho de Administração de 18/03/2010, na Deliberação de Diretoria nº 0111/2010, de 17/03/2010, na Comunicação Interna FI nº 010/10, de 15/03/2010, bem como na Apresentação, cujos documentos foram encaminhados aos Conselheiros e arquivados na Secretaria Executiva do Conselho de Administração. (...) Colocada a seguir a matéria em votação, resultou **aprovada por unanimidade a Reti-ratificação das condições gerais da 11ª emissão de debêntures, nos seguintes termos:**

1. retificar o tópico 5, do sub-Item (i) do item III da ata da 710ª Reunião do Conselho de Administração realizada em 18/01/2010, referente à Quantidade de Debêntures, que passará a ter a seguinte redação: "*Quantidade de Debêntures: serão emitidas 900.000 (novecentas mil) Debêntures. A quantidade de Debêntures poderá ser aumentada em até 20% (vinte por cento) com relação à quantidade originalmente oferecida ("Debêntures Adicionais")*", nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM nº

  
1

*400. Em complemento às Debêntures Adicionais, a Emissora concederá aos Coordenadores, opção para a distribuição de um lote suplementar de até 15% (quinze por cento) com relação à quantidade de Debêntures originalmente ofertada, a ser por eles exercida após consulta e concordância prévia da Emissora, na data da conclusão do procedimento de coleta de intenção de investimento, realizado nos termos do artigo 44 da Instrução CVM nº 400 ("Procedimento de Bookbuilding"), exclusivamente para atender a excesso de demanda que vier a ser constatado pelos Coordenadores no Procedimento de Bookbuilding para apuração de taxa final, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM nº 400.";*

- 2- retificar o tópico 6 do sub-item (i) do item III da ata da 710ª Reunião do Conselho de Administração realizada em 18/01/2010, referente à destinação dos recursos das Debêntures, que passará a ter a seguinte redação: *"Destinação dos Recursos: Os recursos obtidos pela Emissora por meio da Emissão das Debêntures serão destinados para resgatar antecipadamente as 90 (noventa) notas promissórias comerciais emitidas pela Emissora em 01 de dezembro de 2009 ("Data de Emissão das Notas Promissórias"). A Emissora, concomitantemente ao recebimento dos valores relativos à integralização das Debêntures, resgatará antecipadamente as Notas Promissórias pela quantia de R\$ 900.000.000,00 (novecentos milhões de reais), acrescida da sobretaxa de 3,50% (três inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidente sobre o valor nominal unitário das Notas Promissórias, a partir da data de emissão das Notas Promissórias calculada pro rata temporis, inclusive, até a data do respectivo resgate, exclusive, conforme procedimento adotado pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), para as Notas Promissórias custodiadas no NOTA - Módulo de Notas Comerciais, administrado e operacionalizado pela CETIP ou pelo banco mandatário, considerando, neste último caso, que as Notas não estejam custodiadas na CETIP.";*
- 3- retificar o tópico 14 do sub-item (i) do item III da ata da 710ª Reunião do Conselho de Administração realizada em 18/01/2010, referente à Remuneração das Debêntures, que passará a ter a seguinte redação: *"Remuneração: A partir da Data de Emissão, as Debêntures da 1ª série farão jus a uma remuneração*



("Remuneração da 1ª Série") que contemplará juros remuneratórios incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário. As Debêntures renderão juros correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", calculadas e divulgadas pela CETIP ("Taxa DI"), capitalizada de um spread ou sobretaxa a ser definido de acordo com o Procedimento de Bookbuilding, limitado ao spread máximo de 3,50% (três inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Acréscimo sobre a Taxa DI"), incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do valor nominal unitário das Debêntures, a partir da Data de Emissão, e pagos ao final de cada período de capitalização. A partir da Data de Emissão, as Debêntures da 2ª série farão jus a uma remuneração ("Remuneração da 2ª Série", e em conjunto com a Remuneração da 1ª série, "Remuneração") que contemplará juros remuneratórios incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário. As Debêntures da 2ª série renderão juros correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias da Taxa DI, capitalizada de um spread ou sobretaxa a ser definido de acordo com o Procedimento de Bookbuilding, limitado ao spread máximo de 2,25% (dois inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, a partir da Data de Emissão, e pagos ao final de cada Período de Capitalização.";

4. retificar o tópico 22 do sub-item (i) do item III da ata da 710ª Reunião do Conselho de Administração realizada em 18/01/2010, referente ao registro para colocação e negociação das Debêntures, que passará a ter a seguinte redação: "Registro para Colocação e Negociação: As Debêntures serão registradas para (a) distribuição no mercado primário por meio do SDI - Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição liquidada através da CETIP; e (b) negociação no mercado secundário por meio (i) do SND - Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e/ou (ii) do Sistema BOVESPAFIX ("BOVESPAFIX"), administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros



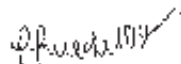
("BM&FBOVESPA"), sendo processadas pela HM&I BOVESPA a custódia, a liquidação financeira e a negociação das Debêntures."; e

- 5- ratificar todos os atos e deliberações, relativos à 11ª Emissão, que tenham sido praticados anteriormente pela Diretoria, bem como as demais condições da 11ª Emissão, conforme deliberadas e aprovadas na 710ª Reunião do Conselho de Administração realizada em 18/01/2010. (...)

Esta ata, depois de aprovada, segue assinada pelos Conselheiros de Administração presentes: Dilma Seli Pena, Alexander Bialer, Antero Pires de Barros Neto, Gesner José de Oliveira Filho, Jerônimo Antunes, Heraldo Gilberto de Oliveira, Humberto Rodrigues da Silva, Manoelto Pereira Magalhães Junior, Mario Engler Pinto Júnior, Reinaldo Guerreiro e Roberto Yoshikazu Yamazaki.

Declaramos ser o texto, transcrição fiel de trecho da Ata lavrada no livro de Atas do Conselho de Administração.

São Paulo, 18 de março de 2010.

  
Dilma Seli Pena  
Presidente do  
Conselho de Administração

  
Sandra Maria Giachetta  
Secretaria Executiva do  
Conselho de Administração



#### **ANEXO IV**

---

- Escritura de Emissão de Debêntures e 1º Aditamento à Escritura de Emissão de Debêntures

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

3



JUCESP PROTOCOLO  
0.292.586/10-3



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 11ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM 2 (DUAS) SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**

Pelo presente instrumento, de um lado,

**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**, sociedade de economia mista com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Costa Carvalho nº 300, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 43.776.517/0001-80, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora");

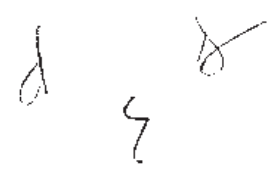
e, de outro lado,

**PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade limitada com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Sete de Setembro, nº 99, 24º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.227.994/0001-50, neste ato representada na forma de seu contrato social ("Agente Fiduciário"), representando a comunhão dos debenturistas da 11ª emissão pública de debêntures da Emissora ("Debenturistas" e, individualmente, "Debenturista"), sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante denominados "Partes",

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 11ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 2 (Duas) Séries, para Distribuição Pública, da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP" ("Escritura"), mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA 1 - AUTORIZAÇÃO**

A presente Escritura é firmada com base na deliberação da Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 18 de janeiro de 2010 ("RCA") e na Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 18 de março de 2010 ("RCA de Março de 2010") e, em conjunto com RCA, "RCAs").





## CLÁUSULA II - REQUISITOS

A 11ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 2 (Duas) Séries, para Distribuição Pública pela Emissora (respectivamente, “Emissão” e “Debêntures”) será realizada com observância dos seguintes requisitos, de acordo com o exigido pelo artigo 62 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), e pela Instrução CVM 400/03:

### 2.1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

A Emissão será registrada perante a CVM na forma da Lei no 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Lei das Sociedades por Ações, da Instrução CVM 400/03 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

### 2.2. Arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo e Publicação da Ata de Reunião do Conselho de Administração

A ata da RCA, datada de 18 de janeiro de 2010, que deliberou sobre a Emissão, foi devidamente arquivada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”), sob o nº 41.967/10-0, em 29 de janeiro de 2010, tendo sido publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Folha de São Paulo, no dia 24 de fevereiro de 2010. A ata da RCA de Março de 2010, datada de 18 de março de 2010, que deliberou sobre a Emissão, foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Folha de São Paulo, no dia 23 de março de 2010.

### 2.3. Arquivamento da Escritura e de Eventuais Aditamentos na Junta Comercial do Estado de São Paulo

Esta Escritura e eventuais aditamentos (“Aditamentos”) serão arquivados na JUCESP, conforme disposto no artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

### 2.4. Registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

A Emissão será submetida à análise prévia da ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”) no âmbito do procedimento simplificado de registro previsto na Instrução CVM nº 471, de 8 de agosto de 2008, e nos termos do “Convênio que entre si celebram a Comissão de Valores Mobiliários - CVM e a Associação Nacional dos Bancos de Investimento - ANBID, relativo ao procedimento simplificado para os registros de ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários nos mercados primário ou secundário”, celebrado em 20 de agosto de 2008 (“Convênio CVM-ANBID”).



## **2.5. Registros para Colocação e Negociação**

As Debêntures serão registradas para (a) distribuição no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos (“SDT”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (“CETIP”), sendo a distribuição liquidada através da CETIP; e (b) negociação no mercado secundário por meio (i) do SND – Módulo Nacional de Debêntures (“SND”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e/ou (ii) do Sistema BOVESPAFIX (“BOVESPAFIX”), administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”), sendo processadas pela BM&FBOVESPA a custódia, a liquidação financeira e a negociação das Debêntures.

## **CLÁUSULA III - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

### **3.1. Objeto Social da Emissora**

De acordo com o artigo 2º do Estatuto Social da Emissora, seu objeto social compreende a prestação de serviços de saneamento básico com vistas à sua universalização no Estado de São Paulo, sem prejuízo da sustentabilidade financeira no longo prazo, compreendendo as atividades de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, além de outras que lhes sejam correlatas, inclusive o planejamento, operação e manutenção de sistemas de produção, armazenamento, conservação e comercialização de energia, para si ou para terceiros e comercialização de serviços, produtos, benefícios e direitos que direta ou indiretamente decorrerem de seus ativos patrimoniais, empreendimentos e atividades, podendo ainda atuar subsidiariamente em qualquer parte do território nacional ou no exterior na prestação dos mesmos serviços. Para consecução do objeto social, a companhia poderá constituir subsidiárias integrais, participar de fundos de investimento e associar-se, por qualquer forma, com outras pessoas jurídicas de direito público ou privado, inclusive mediante formação de consórcio ou subscrição de parcela minoritária ou majoritária do capital social.

### **3.2. Número da Emissão**

3.2.1. A presente Escritura constitui a 1ª Emissão de Debêntures da Emissora.

### 3.3. Valor Total da Emissão

- 3.3.1. O valor total da Emissão, na Data de Emissão (conforme definido abaixo), é de R\$900.000.000,00 (novecentos milhões de reais).

### 3.4. Número de Séries e Remuneração

- 3.4.1. A Emissão será realizada em 2 (duas) séries, sendo a 1ª série no montante de R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais) e a 2ª série no montante de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais). Nos termos do § 3º do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, a Emissora não poderá negociar a 2ª série de Debêntures desta Emissão antes de colocadas as Debêntures da 1ª série.
- 3.4.2. A remuneração das Debêntures, nos termos estabelecidos na Cláusula 4.2 abaixo, será definida em procedimento de coleta de intenção de investimento, conduzido pelos Coordenadores, conforme definido na Cláusula 3.5.4 abaixo, para verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxa de juros ("Procedimento de Bookbuilding").
- 3.4.3. Ao final do Procedimento de *Bookbuilding*, o Conselho de Administração da Emissora ratificará a Remuneração (conforme definido a seguir), observado o disposto na Cláusula 2.2.

### 3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição

- 3.5.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures (exceto com relação às Debêntures do Lote Suplementar e do Lote Adicional), com a intermediação do BB - Banco de Investimento S.A. ("Coordenador Líder"), Caixa Econômica Federal ("Caixa"), HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("HSBC") e Banco Votorantim S.A. ("Votorantim") e, em conjunto com o Coordenador Líder, Caixa e HSBC, ("Coordenadores"). Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos, sendo que os Coordenadores, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizarão plano de distribuição, tendo como público alvo investidores institucionais e/ou qualificados, conforme definido no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, podendo, entretanto, ser atendidos outros investidores não qualificados, fundos de investimentos, pessoas físicas ou jurídicas, clientes ou não dos Coordenadores, conforme definidas no contrato de distribuição celebrado pela Emissora e os Coordenadores ("Contrato de Distribuição"). As Debêntures da Opção de Lote Suplementar e Debêntures da Opção do Lote

Adicional, conforme definidos na Cláusula 3.6 a seguir, serão objeto de distribuição pública, sob o regime de melhores esforços pelos Coordenadores.

- 3.5.2. A distribuição pública das Debêntures somente terá início após o registro da Emissão pela CVM, a publicação do anúncio de início da oferta ("Anúncio de Início") e a disponibilização para os investidores do prospecto definitivo da Emissão ("Prospecto Definitivo"), nos termos da Instrução CVM 400/03.
- 3.5.3. As Debêntures serão colocadas em até 5 (cinco) dias úteis, contados da data de publicação do Anúncio de Início ("Prazo de Distribuição").
- 3.5.4. Será adotado o procedimento de *bookbuilding* ("Procedimento de Bookbuilding"), sem recebimento de reservas e sem definição de lotes mínimos ou máximos de aquisição de Debêntures, organizado pelos Coordenadores, por meio da coleta de intenções de investimento, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400/03, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos para a definição da Remuneração das Debêntures.

### **3.6. Opção de Lote Suplementar e de Lote Adicional**

- 3.6.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e observados o limite estabelecido pelo artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações e o regime de colocação mencionado na Cláusula 3.5.1 acima, aumentar a quantidade de Debêntures a serem distribuídas nos termos desta Escritura em até 20% (vinte por cento) com relação à quantidade originalmente aqui prevista, sem a necessidade de novo pedido de registro à CVM, nos termos do artigo 14 da Instrução CVM 400/03 ("Opção de Lote Adicional").
- 3.6.2. Sem prejuízo do disposto acima, para atender a um eventual excesso na demanda pelas Debêntures, a Emissora poderá outorgar aos Coordenadores, observados o limite estabelecido pelo artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações e o regime de colocação mencionado na Cláusula 3.5.1 acima, a opção de aumentar a quantidade de Debêntures a serem emitidas nos termos desta Escritura em até 15% (quinze por cento) com relação à quantidade originalmente aqui prevista, respeitadas as mesmas condições e Remuneração das Debêntures originalmente ofertadas e observado o Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400/03 ("Opção de Lote Suplementar").

### 3.7. Limite da Emissão

- 3.7.1. A Emissão (incluindo eventual exercício da Opção de Lote Suplementar e/ou do Lote Adicional de que trata a Cláusula 3.6 acima) atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, uma vez que o capital social da Emissora, na presente data, é de R\$6.203.688.565,23 (seis bilhões, duzentos e três milhões, seiscentos e oitenta e oito mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e vinte e três centavos) e o valor total da Emissão, acrescido do montante correspondente a debêntures de outras emissões da Emissora em circulação, na presente data, é de, aproximadamente, R\$1.828.170.750,77 (um bilhão, oitocentos e vinte e oito milhões, cento e setenta mil, setecentos e cinquenta reais e setenta e sete centavos).

### 3.8. Banco Mandatário e Escriturador

- 3.8.1. O banco mandatário e escriturador da Emissão será o Banco Itaú S.A. ("Banco Mandatário").

### 3.9. Destinação dos Recursos

- 3.9.1. Os recursos obtidos pela Emissora por meio da Emissão das Debêntures serão destinados para resgatar antecipadamente as 90 (noventa) notas promissórias comerciais emitidas pela Emissora em 01 de dezembro de 2009 ("Data de Emissão das Notas Promissórias"). A Emissora, concomitantemente ao recebimento dos valores relativos à integralização das Debêntures, resgatará antecipadamente as Notas Promissórias pela quantia de R\$900.000.000,00 (novecentos milhões de reais), acrescida da sobretaxa de 3,50% (três inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidente sobre o valor nominal unitário das Notas Promissórias, a partir da Data de Emissão das Notas Promissórias, calculada *pro rata temporis*, inclusive, até a data do respectivo resgate, exclusive, conforme procedimento adotado pela CETIP, para as Notas Promissórias custodiadas no NOTA – Módulo de Notas Comerciais, administrado e operacionalizado pela CETIP ou pelo banco mandatário, considerando, neste último caso, que as Notas não estejam custodiadas na CETIP.

## CLÁUSULA IV - CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

### 4.1. Características Básicas

- 4.1.1. **Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos legais, a data da Emissão das Debêntures será o dia 1º de março de 2010 ("Data de Emissão").

4.1.2. **Conversibilidade, Tipo e Forma:** simples, não conversíveis em ações, escriturais e nominativas, sem emissão de cautelas e certificados.

4.1.3. **Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirografária, não havendo, portanto, qualquer privilégio, especial ou geral, para seus titulares, nem especificação de bens para a garantia da execução.

4.1.4. **Prazo e Data de Vencimento:** (i) as Debêntures da 1ª série terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento em 1º de março de 2015; e (ii) as Debêntures da 2ª série terão prazo de vencimento de 3 (três) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento em 1º de março de 2013. Nas respectivas datas de vencimento, a Emissora se obriga a proceder à liquidação das Debêntures que ainda estiverem em circulação, pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis*, a partir da última data de pagamento da Remuneração.

4.1.5. **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000,00 (um mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

4.1.6. **Quantidade de Debêntures Emitidas:** Serão emitidas 900.000 (novecentas mil) Debêntures, em duas séries, sendo 600.000 (seiscentas mil) Debêntures da 1ª série e 300.000 (trezentas mil) Debêntures da 2ª série, observado, ainda, que a quantidade de Debêntures a ser emitida poderá ser alterada nos termos da Cláusula 3.6, acima.

## 4.2. Remuneração

4.2.1. **Remuneração das Debêntures.** A partir da Data de Emissão, as Debêntures da 1ª série farão *jus* a uma remuneração ("Remuneração da 1ª Série") que contemplará juros remuneratórios incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário. As Debêntures renderão juros correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", calculadas e divulgadas pela CETIP ("Taxa DI"), capitalizada de um *spread* ou sobretaxa a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, limitado ao *spread* máximo de 3,50% (três inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Acréscimo sobre a Taxa DI"). incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, a partir da Data de Emissão, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido na Cláusula 4.2.2 abaixo, de acordo com a fórmula abaixo. A partir da Data de Emissão, as Debêntures

da 2ª série farão jus a uma remuneração ("Remuneração da 2ª Série", e em conjunto com a Remuneração da 1ª série, "Remuneração") que contemplará juros remuneratórios incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário. As Debêntures da 2ª série renderão juros correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias da Taxa DI, capitalizada de um *spread* ou sobretaxa a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, limitado ao *spread* máximo de 2,25% (dois inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, a partir da Data de Emissão, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido na Cláusula 4.2.2 abaixo, de acordo com a fórmula abaixo.

As taxas médias diárias são acumuladas de forma exponencial utilizando-se o critério *pro rata temporis*, até a data do efetivo pagamento dos juros, de forma a cobrir todo o Período de Capitalização, conforme definido na Cláusula 4.2.2.

O cálculo da Remuneração obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times [(FatorDI \times FatorSpread) - 1]$$

onde:

J	valor da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;
VNe	valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário das Debêntures, no início do Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
FatorDI	produtório das Taxas DI, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

onde:

k	número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até n;
n	número total de Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;
TDIk	fator da Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma:



$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

**DI<sub>k</sub>** Taxa DI de ordem k divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;  
**FatorSpread** Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[ \left( \frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

**spread** *spread* ou sobretaxa, na forma percentual ao ano, informado com 4 (quatro) casas decimais;  
**DP** número de dias úteis entre a Data de Emissão, a Data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior ou o último evento e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;

O fator resultante da expressão  $(1 + TDI_k)$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários  $(1 + TDI_k)$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão  $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$  é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgada pela entidade responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada na apuração de



TDIk a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos parágrafos abaixo quanto à definição do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures.

*Ausência de Divulgação:* No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da Taxa DI, ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar do evento, realizar a Assembléia Geral de Debenturistas da 1ª série e Assembléia Geral de Debenturistas da 2ª série (no modo e prazos estipulados na Cláusula X desta Escritura e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de atualização a ser aplicado.

Caso não haja acordo sobre a nova Remuneração entre a Emissora e os Debenturistas representando no mínimo 2/3 (dois terços) das Debêntures da 1ª série e 2/3 (dois terços) das Debêntures da 2ª série em Circulação, conforme definido na Cláusula 10.2.2, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, não sendo devido qualquer valor relativo ao prêmio de reembolso estipulado na Cláusula 6.2.3 a seguir. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas, serão utilizadas as fórmulas definidas nesta Cláusula 4.2.1, aplicando-se na apuração de TDIk, o valor da última Taxa DI divulgada.

- 4.2.2. Para fins de cálculo da Remuneração das Debêntures, define-se "Período de Capitalização" como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data do vencimento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data do próximo vencimento da Remuneração.
- 4.2.3. Define-se "Saldo do Valor Nominal Unitário" como o Valor Nominal Unitário remanescente após amortizações.

#### 4.3. Amortização

4.3.1. A amortização das Debêntures da 1ª série será realizada em 03 (três) parcelas anuais e consecutivas, no dia 1º de março de cada ano, sendo (a) 33,3333% (trinta e três inteiros e trezentos e trinta e três milésimos por cento) do Valor Nominal Unitário, em 1º de março de 2013, (b) 33,3333% (trinta e três inteiros e trezentos e trinta e três milésimos por cento) do Valor Nominal Unitário, em 1º de março de 2014; e o (c) Saldo do Valor Nominal Unitário, na Data de Vencimento, em 1º de março de 2015.

4.3.2. A Amortização das Debêntures da 2ª série será realizada em 02 (duas) parcelas anuais e consecutivas, sendo (a) 50% (cinquenta por cento) do Valor Nominal Unitário, em 1º de março de 2012, e o (b) Saldo do Valor Nominal Unitário, na Data de Vencimento, em 1º de março de 2013.

#### 4.4. Pagamento da Remuneração

4.4.1. A Remuneração será paga semestralmente, a partir da Data de Emissão, nos dias 1º de setembro e 1º de março de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 1º de setembro de 2010 e o último pagamento na Data de Vencimento de cada série.

#### 4.5. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem *jus* as Debêntures serão efetuados utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela BM&FBOVESPA, para as Debêntures custodiadas no BOVESPAFIX; ou (ii) os procedimentos adotados pela CETIP, para as debêntures custodiadas no SND; ou (iii) para os titulares de Debêntures da Emissão que não estejam vinculados a esses sistemas, por meio do Banco Mandatário da presente Emissão.

#### 4.6. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição, até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP ou pela BM&FBOVESPA, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

#### **4.7. Penalidades e Encargos Moratórios**

Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e juros de mora calculados desde a data de inadimplemento, até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês, sobre o montante assim devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança.

#### **4.8. Decadência dos Direitos aos Acréscimos**

Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.7. acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração, penalidades e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

#### **4.9. Forma de Subscrição e Integralização**

A integralização será realizada à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional.

#### **4.10. Preço de Subscrição**

As Debêntures serão subscritas e integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de integralização, de acordo com o disposto na Cláusula 4.2 desta Escritura, utilizando-se duas casas decimais, sem arredondamento.

#### **4.11. Repactuação**

Não haverá repactuação das Debêntures.

#### **4.12. Publicidade**

Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos, no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Folha de São Paulo, edição nacional, bem como na página da Emissora na rede internacional de computadores – *internet*

(<http://www.sabesp.com.br>), devendo os anúncios de início e encerramento de distribuição de Debêntures e o aviso ao mercado da Oferta ser publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Folha de São Paulo, edição nacional. Caso seja publicado na forma de resumo, o inteiro teor do anúncio de início de distribuição das Debêntures constará da página da Emissora na *internet*, no endereço acima referido.

#### **4.13. Comprovação de Titularidade das Debêntures**

A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato dos registros realizados pelo Banco Mandatário, na qualidade de escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato, em nome do Debenturista, emitido pela CETIP quando estes títulos estiverem custodiados no SND. Para as Debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA, será emitido, pela BM&FBOVESPA, extrato de custódia em nome do Debenturista.

#### **4.14. Liquidez e Estabilização**

Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

#### **4.15. Imunidade de Debenturistas**

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária.

#### **4.16. Fator de Atualização**

Não haverá aplicação de nenhum fator de atualização sobre o Valor Nominal Unitário, observado o disposto nesta Cláusula IV.

### **CLÁUSULA V - ADITAMENTO À PRESENTE ESCRITURA**

5.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura deverão ser arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo.

## CLÁUSULA VI – OFERTA DE RESGATE ANTECIPADO E AQUISIÇÃO FACULTATIVA

### 6.1. Oferta de Resgate Antecipado

6.1.1. A Emissora poderá, até o 24º mês, exclusive, após a Data de Emissão, a seu exclusivo critério, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, mediante deliberação em Reunião de Conselho de Administração, realizar oferta de resgate antecipado das Debêntures de qualquer série, endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, sendo assegurado a todos os Debenturistas, em igualdade de condições, a aceitação do respectivo resgate (“Oferta de Resgate Antecipado”). A Oferta de Resgate Antecipado será operacionalizada da seguinte forma:

- (i) a Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de publicação de anúncio a ser amplamente divulgado nos termos da Cláusula 4.12 desta Escritura (“Edital de Oferta de Resgate Antecipado”), o qual deverá descrever separadamente os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo: (i) série(s) a ser(em) resgatada(s); (ii) se o resgate abrangerá a totalidade das Debêntures ou se será parcial e, neste caso, deverá estar descrito no aviso aos Debenturistas a ser publicado divulgando a Oferta de Resgate Antecipado e seus termos; (iii) o valor do prêmio de resgate, caso exista; (iv) a data efetiva para o resgate das Debêntures e pagamento aos Debenturistas; e (v) demais informações necessárias para a tomada de decisão pelos Debenturistas, assim como para a operacionalização do resgate. Caso aconteça o resgate parcial acima citado, o mesmo deverá ser realizado (a) para as Debêntures custodiadas no SND, conforme procedimentos adotados pela CETIP, através de “operação de compra e venda definitiva no mercado secundário”, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por cada Debenturista, serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Fica definido que, caso a CETIP venha a implantar outra funcionalidade para operacionalizar o resgate parcial, não haverá a necessidade de ajuste à Escritura ou qualquer outra formalidade; (b) conforme os procedimentos adotados pela BM&FBOVESPA; ou ainda, (c) por meio do Banco Mandatário, no caso de o Debenturista não estar vinculado à CETIP ou à BM&FBOVESPA;
- (ii) após a publicação dos termos da Oferta de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à referida oferta terão que se

manifestar no prazo disposto no Edital de Oferta de Resgate Antecipado. Ao final deste prazo, a Emissora terá 3 (três) dias úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, sendo certo que todas as debêntures serão liquidadas em uma única data;

- (iii) a Emissora poderá condicionar o Resgate Antecipado à aceitação deste por parcela mínima de Debêntures em Circulação, a ser por ela definida quando da realização da Oferta de Resgate Antecipado. Tais percentuais deverão estar estipulados no Edital de Oferta de Resgate Antecipado;
- (iv) o valor a ser pago aos Debenturistas a título de Resgate Antecipado será equivalente ao Saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido (i) da Remuneração devida e ainda não paga até a data de Resgate Antecipado, calculada nos termos da Cláusula 4.2 desta Escritura; e (ii) de eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora; e
- (v) as Debêntures resgatadas antecipadamente serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.

## 6.2. Resgate Antecipado

6.2.1. A Emissora, a seu exclusivo critério, poderá, a partir do 24º mês, inclusive, após a Data de Emissão, e ao final de cada Período de Capitalização, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, mediante deliberação tomada em Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizar o resgate antecipado total ou parcial das Debêntures da 1ª série, através da publicação de comunicação a ser amplamente divulgada nos termos da Cláusula 4.12 desta Escritura ("Comunicação de Resgate"). As Debêntures resgatadas nos termos aqui previstos deverão ser canceladas pela Emissora.

6.2.2. Na Comunicação de Resgate deverão constar as seguintes informações: (i) a Data do Resgate; (ii) se o resgate antecipado será total ou parcial; e (iii) o valor correspondente ao pagamento do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido (a) a Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento; (b) penalidades e/ou encargos moratórios, se houver; e (c) o prêmio de reembolso a ser calculado de acordo com a Cláusula 6.2.3 abaixo.

6.2.3. Os Prêmios de Reembolso a que farão *jus* os Debenturistas por ocasião do Resgate Antecipado serão calculados de acordo com os seguintes percentuais

aplicados sobre o somatório do saldo do Valor Nominal acrescido da Remuneração devida até a data do resgate, em função do período de realização do respectivo resgate antecipado:

Resgate a partir do	PRÊMIO
24º mês	1,00%
30º mês	0,90%
36º mês	0,86%

6.2.4. Na hipótese de resgate antecipado parcial de Debêntures da 1ª série, adotar-se-á o critério de sorteio, a ser coordenado pelo Agente Fiduciário, nos termos do artigo 55, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis e com divulgação pela imprensa, de acordo com o disposto na Cláusula 4.12 desta Escritura, inclusive no que concerne às regras do sorteio. Para as Debêntures custodiadas no SND, a operacionalização do resgate antecipado parcial dar-se-á, conforme procedimentos adotados pela CETIP, através de operação de compra e de venda definitiva das debêntures no mercado secundário. Entretanto, todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por debenturista, serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Fica definido que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o resgate antecipado parcial, não haverá necessidade de ajuste nesta Escritura ou qualquer outra formalidade. Para as Debêntures registradas no BOVESPAFIX, o resgate parcial será operacionalizado conforme os procedimentos que serão divulgados à época da publicação da Comunicação de Resgate. Os titulares de Debêntures que não estejam registradas no SND ou no BOVESPAFIX observarão as instruções constantes da Comunicação de Resgate, sendo o processo de resgate parcial levado a efeito perante o Banco Mandatário, com supervisão do Agente Fiduciário.

6.2.5. Não poderá haver resgate antecipado das Debêntures da 2ª série.

### 6.3. Aquisição Facultativa

6.3.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, observado o disposto no § 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em Circulação.



## CLÁUSULA VII - VENCIMENTO ANTECIPADO

- 7.1. É considerada hipótese de vencimento antecipado das Debêntures desta Emissão e, sujeito à imediata exigibilidade do pagamento, conforme disposto nas Cláusulas 7.2. e 7.3 abaixo, pela Emissora, do Saldo do Valor Nominal Unitário de cada Debênture, devidamente atualizado, acrescido da Remuneração, penalidades e encargos, conforme o caso, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme aplicável, até a data do seu efetivo pagamento, quaisquer dos seguintes eventos:
- (a) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, auto-falência (ou outros procedimentos equivalentes previstos em lei) formulado pela Emissora;
  - (b) liquidação ou decretação de falência da Emissora;
  - (c) extinção ou dissolução da Emissora;
  - (d) não pagamento, pela Emissora das parcelas de Remuneração e/ou Amortização, devidas aos titulares das Debêntures nas respectivas datas de pagamento, bem como de quaisquer outras obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura;
  - (e) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedade por Ações;
  - (f) caso o Estado de São Paulo deixe de deter, direta ou indiretamente, pelo menos 50% (cinquenta por cento) mais uma ação com direito a voto do capital da Emissora;
  - (g) extinção da licença, perda de concessão ou perda da capacidade da Emissora para a execução e operação dos serviços públicos de saneamento básico em qualquer(qualquer) área(s) do território do Estado de São Paulo que, considerada(s) isoladamente ou em conjunto durante a vigência das Debêntures, resulte(m) em uma redução da receita operacional líquida consolidada da Emissora igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento). O limite acima estabelecido será apurado trimestralmente, levando-se em conta as receitas operacionais líquidas da Emissora durante os 12 (doze) meses anteriores ao encerramento de cada trimestre e utilizando-se as informações financeiras divulgadas pela Emissora;



- (h) fusão, cisão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora ("Reorganização"), que não tenha sido previamente aprovada por Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da 1ª e 2ª séries em circulação, reunidos em Assembleias Gerais de Debenturistas especialmente convocadas para esse fim, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula X abaixo, exceto na hipótese de a Emissora demonstrar ao Agente Fiduciário, anteriormente à efetivação da Reorganização que, uma vez concluída a Reorganização, serão atendidos cumulativamente os seguintes requisitos: (i) o patrimônio líquido da Emissora e/ou de sua sucessora não será inferior ao patrimônio líquido da Emissora antes da Reorganização, admitida uma variação de até 10% (dez por cento); (ii) será atribuída às Debêntures a mesma classificação de risco a elas atribuída antes da Reorganização; (iii) a Emissora não violará os índices financeiros estabelecidos na alínea (n) abaixo e (iv) a receita operacional líquida consolidada da Emissora não sofrerá uma redução superior a 25% (vinte e cinco por cento) em relação à receita operacional líquida da Emissora e/ou de sua sucessora, conforme apurado com base em demonstração financeira da Emissora pró-forma que reflita os efeitos da Reorganização, preparada exclusivamente para esse fim, com base nos 12 (doze) meses anteriores ao encerramento do último trimestre (relativamente ao qual tenham sido elaboradas informações financeiras obrigatórias); ficando ajustado que os requisitos indicados nos subitens (i) a (iv) desta alínea são exclusivamente destinados à avaliação, pelo Agente Fiduciário, da Reorganização, e não vinculam a livre deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas aqui previstas;
- (i) protesto legítimo de títulos ou pedidos reiterados de falência contra a Emissora, cujo valor global reclamado ultrapasse R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), corrigidos pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, conforme apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ("IPCA") a partir da Data de Emissão das Debêntures, salvo se o protesto ou o pedido de falência tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou se for cancelado ou susinado, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas de sua ocorrência;
- (j) falta de cumprimento pela Emissora de toda e qualquer obrigação não pecuniária decorrente desta Escritura, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento de aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário;

- (k) vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora, em montante igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), corrigidos pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA a partir da Data de Emissão das Debêntures, em razão de inadimplemento contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da Emissora decorrentes da Emissão;
- (l) alienações de ativos operacionais que, individual ou conjuntamente durante a vigência das Debêntures, resultem em uma redução da receita operacional líquida consolidada da Emissora igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento). O limite acima estabelecido será apurado trimestralmente, levando-se em conta as receitas operacionais líquidas da Emissora durante os 12 (doze) meses anteriores ao encerramento de cada trimestre, e utilizando-se as informações financeiras divulgadas pela Emissora;
- (m) pagamento de dividendos, exceto os obrigatórios por lei, e/ou juros sobre capital próprio, caso a Emissora esteja inadimplente no cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura;
- (n) não observância dos seguintes índices financeiros mínimos, a partir de 30 de setembro de 2009, a serem verificados trimestralmente, sempre quando da divulgação das informações trimestrais ou demonstrações financeiras anuais, conforme o caso, regularmente apresentadas pela Emissora: (1) Liquidez Corrente Ajustada superior a 1,0, devendo para esse fim ser o Ativo Circulante dividido pelo Passivo Circulante, excluída do Passivo Circulante a parcela registrada no curto prazo das dívidas de longo prazo contraídas pela Emissora; (2) EBITDA / Despesas Financeiras igual ou superior a 1,5, sendo o EBITDA, em relação aos 12 (doze) meses anteriores a data de apuração do índice, o somatório (i) do resultado antes de deduzidos os impostos, tributos, contribuições e participações, (ii) das despesas de depreciação e amortização ocorridas no período, (iii) das despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras e (iv) do resultado não operacional. As Despesas Financeiras são, em relação aos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração do índice, o somatório dos pagamentos de juros e despesas financeiras incorridas sobre o endividamento financeiro, não devendo ser consideradas para esse fim as despesas de variação cambial (diferença de moedas). A falta de cumprimento pela Emissora somente ficará caracterizada quando verificada nas suas demonstrações

financeiras trimestrais obrigatórias por no mínimo 02 (dois) trimestres consecutivos, ou ainda por 02 (dois) trimestres não consecutivos dentro de um período de 12 (doze) meses, não se aplicando a esta hipótese o período de cura de 30 (trinta) dias acima mencionado;

- (o) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora nesta Escritura;
  - (p) não utilização, pela Emissora, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão, na forma descrita na Cláusula 3.9 acima; e
  - (q) caso a Emissora deixe de ter suas demonstrações financeiras auditadas por auditor independente registrado na CVM.
- 7.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (a) até (e) da Cláusula 7.1. acima acarretará o vencimento antecipado das Debêntures, ficando o vencimento condicionado à entrega pelo Agente Fiduciário de notificação à Emissora nesse sentido, observado o parágrafo único do artigo 13 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983.
- 7.3. Quando da ocorrência dos eventos indicados nas alíneas (f) a (q) da Cláusula 7.1 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 48 (quarenta e oito) horas da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª série e Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª série para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures da 1ª série e da 2ª série, respectivamente, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula X abaixo e o quorum específico estabelecido na Cláusula 7.3.1 abaixo. As Assembleias Gerais de Debenturistas previstas nesta Cláusula poderão também ser convocadas pela Emissora, ou na forma da Cláusula 10.1 abaixo.
- 7.3.1. Os Debenturistas, reunidos nas Assembleias Gerais de Debenturistas de que trata esta Cláusula 7.3, poderão optar, por deliberação de Debenturistas que representem no mínimo 2/3 (dois terços) das Debêntures da 1ª série em Circulação e 2/3 (dois terços) das Debêntures da 2ª série em Circulação, conforme definidas na Cláusula 10.2.2, por não declarar vencidas antecipadamente as Debêntures da 1ª série e da 2ª série, respectivamente; caso contrário, ocorrerá automaticamente um evento de vencimento antecipado, por meio de simples comunicação à Emissora, sujeitando a Emissora ao imediato pagamento das Debêntures, independentemente de qualquer outro aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, devendo a Emissora

efetuar o respectivo pagamento na forma da Cláusula 7.1, acima, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da comunicação feita pelo Agente Fiduciário.

- 7.3.2. Na hipótese de (i) não instalação das Assembleias Gerais de Debenturistas mencionadas na Cláusula 7.3.1 acima por falta de quorum, ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista na Cláusula 7.3.1 acima pelo quorum mínimo de deliberação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos indicados na Cláusula 7.1 acima e a Emissora, efetuar o respectivo pagamento na forma da Cláusula 7.1 acima, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da comunicação feita pelo Agente Fiduciário.

#### **CLÁUSULA VIII - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA**

- 8.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

- (i) fornecer ao Agente Fiduciário:
  - (a) após o término do exercício social, dentro do prazo legalmente estabelecido, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao exercício social então encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes;
  - (b) após o término de cada trimestre do exercício social, dentro do prazo legalmente estabelecido, cópia de suas informações financeiras relativas ao respectivo trimestre;
  - (c) cópias das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, ou da regulamentação que lhe sobrevier ("Instrução CVM 480/09"), nos prazos ali previstos;
  - (d) com a maior brevidade possível, qualquer informação relacionada com a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário; e
  - (e) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados na Cláusula VII acima, na mesma data em que tomar ciência de sua ocorrência;

- (ii) proceder à adequada publicidade de suas informações econômico-financeiras, nos termos da Lei das Sociedades por Ações;
- (iii) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (iv) convocar, nos termos da Cláusula 10.1 desta Escritura, Assembleias Gerais de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (v) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas por aquela autarquia;
- (vi) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente registrada junto à CVM;
- (vii) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta junto à CVM, nos termos da Instrução CVM 480/09;
- (viii) manter em adequado funcionamento serviço de atendimento aos Debenturistas, para assegurar-lhes tratamento eficiente, ou contratar instituições autorizadas a prestar este serviço;
- (ix) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições (financeiras ou não) ou nos negócios da Emissora que possa impossibilitar ou dificultar, de forma relevante, o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura e das Debêntures;
- (x) manter seguros conforme as práticas usualmente adotadas no setor de saneamento básico;
- (xi) não praticar qualquer ato em desacordo com seu estatuto social e/ou esta Escritura;
- (xii) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer ocorrência que importe em modificação da utilização dos recursos prevista na Cláusula 3.9 acima;
- (xiii) obter, se for o caso, e manter válidas e regulares as licenças ou aprovações relevantes necessárias ao regular funcionamento da

Emissora e à regular prática de suas atividades, bem como cumprir todas as exigências técnicas nelas estabelecidas, exceto no que se referir a licenças ou aprovações cuja perda, revogação, cancelamento ou não obtenção não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora ou para a sua capacidade em honrar as obrigações relativas às Debêntures;

- (xiv) obter, se for o caso, e manter válidas e regulares as licenças ambientais relevantes pertinentes às suas atividades, bem como cumprir todas as exigências técnicas nelas estabelecidas, exceto no que se referir a licenças cuja perda, revogação ou cancelamento não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora ou para a sua capacidade em honrar as obrigações relativas às Debêntures;
- (xv) exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados pela Emissora na esfera judicial ou administrativa, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal;
- (xvi) enquanto as Debêntures estiverem em circulação, não efetuar qualquer alteração substancial na natureza de seus negócios, conforme conduzidos nesta data;
- (xvii) contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo o Agente Fiduciário, o Banco Mandatário e os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (CETIP e/ou BOVESPAFIX);
- (xviii) contratar e manter contratadas, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, agências de *rating* que divulguem, até a Data de Vencimento, relatórios, com periodicidade pelo menos anual, com a súmula da classificação de risco das Debêntures;
- (xix) aplicar os recursos obtidos por meio da Emissão das Debêntures estritamente conforme descrito na Cláusula 3.9 acima; e
- (xx) cumprir, em todos os aspectos materiais, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição, instância ou esfera na qual realize negócios ou possua ativos.

## CLÁUSULA IX - AGENTE FIDUCIÁRIO

### 9.1. Nomeação

A Emissora constitui e nomeia Agente Fiduciário da Emissão objeto desta Escritura, **PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, qualificado no preâmbulo desta Escritura, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a comunhão dos Debenturistas.

### 9.2. Declaração

9.2.1. O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

- a) não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, § 3º da Lei das Sociedades por Ações e artigo 10 da Instrução CVM 28/83, para exercer a função que lhe é conferida, inclusive não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse;
- b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- c) aceitar integralmente e estar ciente e de acordo com a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- d) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- e) estar ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil;
- f) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- g) ser uma sociedade validamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação atualmente vigente;
- h) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;



- i) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- j) que a celebração desta Escritura e a assunção e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- k) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura; e
- l) que verificou a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, conforme disposto na Cláusula 3.7 da presente Escritura.

### 9.3. Substituição

- 9.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembleias Gerais de Debenturistas da 1ª e 2ª séries para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures da respectiva em circulação ou, ainda, pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário não poderá ser superior àquela a que o Agente Fiduciário a ser substituído fizer *jus*, observado o disposto na Cláusula 9.3.6 abaixo.
- 9.3.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.
- 9.3.3. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleias Gerais de Debenturistas da 1ª e 2ª séries especialmente convocadas para esse fim. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação



acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28/83.

- 9.3.4 A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, devendo o mesmo ser arquivado na JUCESP.
- 9.3.5. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, conforme o caso, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou até a Data de Vencimento das Debêntures e cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura e na legislação em vigor.
- 9.3.6. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá, no máximo, a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pelas Assembleias Gerais de Debenturistas da 1ª e 2ª séries.
- 9.3.7. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 9.3.6 acima, fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, este deverá repassar, se for o caso, a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis* desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, ao agente fiduciário substituto, como forma de remuneração pelos serviços a serem por este prestados. O valor a ser pago ao agente fiduciário substituto, na hipótese aqui descrita, será atualizado, a partir da data do efetivo recebimento da remuneração, pela variação acumulada do IPCA.
- 9.3.8. O Agente Fiduciário, se substituído nos termos desta Cláusula 9.3, sem qualquer custo adicional para a Emissora e/ou para os Debenturistas, deverá colocar à disposição da instituição que vier a substituí-lo, no prazo de 10 (dez) dias úteis antes de sua efetiva substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre a Emissão e sobre a Emissora que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pelo Agente Fiduciário ou por qualquer de seus agentes envolvidos, direta ou indiretamente, com força da execução de suas funções, independentemente do meio em que as mesmas estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que a instituição substituta cumpra, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações do Agente Fiduciário substituído, nos termos desta Escritura.

9.3.9. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, baixados por ato(s) da CVM.

#### 9.4. Deveres

Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência, arquivos eletrônicos, registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações e documentos relacionados com o exercício de suas funções;
- d) verificar no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Varas do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;

- i) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório que fundamente a necessidade de realização da referida auditoria;
- j) convocar, quando necessário, as Assembleias Gerais de Debenturistas da 1ª e 2ª séries mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos na Cláusula 4.12, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;
- k) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- l) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, alínea “b” da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

l.1) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;

l.2) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;

l.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;

l.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

l.5) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;

l.6) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora neste instrumento, inclusive quanto à manutenção dos índices financeiros previstos na alínea (n) da Cláusula 7.1 e quanto à ocorrência dos eventos previstos nas alíneas (f), (g) e (k) da Cláusula 7.1;

l.7) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;

- l.8) pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- l.9) resgate e amortização das séries de Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas das séries de Debêntures efetuadas pela Emissora; e
- l.10) relação dos bens e valores entregues à sua administração.
- m) disponibilizar o relatório de que trata o inciso "l" aos Debenturistas no prazo máximo de 04 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- m.1) na sede da Emissora;
- m.2) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
- m.3) na CVM;
- m.4) na BM&FBOVESPA e/ou na CETIP; e
- m.5) na sede da instituição intermediária líder responsável pela colocação das Debêntures.
- n) publicar, nos órgãos da imprensa referidos na Cláusula 4.12 e às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no inciso "m";
- o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Mandatário, à BM&FBOVESPA e à CETIP;
- p) administrar os recursos oriundos da emissão de Debêntures na ocorrência da hipótese prevista no § 2º, artigo 60, da Lei das Sociedades por Ações;
- q) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer à Emissora;

- r) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:
  - r.1) à CVM; e
  - r.2) à BM&FBOVESPA e/ou à CETIP, conforme o caso;
- s) acompanhar trimestralmente a manutenção dos índices financeiros previstos na alínea (n) da Cláusula 7.1 e a ocorrência dos eventos previstos nas alíneas (g), (h) e (l) da Cláusula 7.1 e informar imediatamente os Debenturistas de qualquer descumprimento dos referidos índices financeiros ou da ocorrência de qualquer dos referidos eventos;
- t) encaminhar à ANBIMA o relatório de avaliação (*rating*) de riscos das Debêntures objeto da atualização, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da data em que tiver acesso ao mesmo; e
- u) coordenar o sorteio das Debêntures da 1ª série a serem resgatadas, de acordo com o disposto na Cláusula 6.2.

## 9.5. Atribuições Específicas

9.5.1. Observado o disposto nesta Escritura, o Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da comunidade dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo em caso de inadimplemento da Emissora:

- a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- b) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- c) requerer a falência da Emissora; e
- d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora, bem como em processo similar aplicável à Emissora.

9.5.2. Observado o disposto na Cláusula 7.2, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (c) da Cláusula 9.5.1, se, convocada as Assembleias Gerais de Debenturistas das 1ª e 2ª séries, estas assim o autorizarem por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures das 1ª e 2ª séries em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures das 1ª e 2ª séries em circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea (d) da Cláusula 9.5.1 acima.

#### **9.6. Remuneração do Agente Fiduciário**

9.6.1. Será devida ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- (a) Parcelas trimestrais de R\$4.950,00 (quatro mil novecentos e cinquenta reais), a serem pagas durante o prazo de 60 (sessenta) meses, contatos a partir do 5º (quinto) dia útil após a concessão do registro da Emissão pela CVM. Os pagamentos serão devidos no prazo de até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada trimestre de prestação de serviços.
- (b) A remuneração prevista na alínea (a) acima compreende os custos diretos e indiretos, bem como, os encargos, benefícios, despesas indiretas e demais despesas, a qualquer título;
- (c) As parcelas referidas acima serão atualizadas de acordo com a variação do Índice de Preços do Consumidor – IPC, divulgado pela FIPE, ou, na sua falta, pelo índice que vier a substituí-lo, anualmente a partir da data de assinatura da presente Escritura.
- (d) Sem prejuízo do disposto na alínea (b) acima, a Emissora reembolsará o Agente Fiduciário, até o limite de R\$21.481,07 (vinte um mil quatrocentos e oitenta e um reais e sete centavos), durante todo o prazo de vigência da Emissão, referente as despesas com publicações, transporte, alimentação, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, desde que estas tenham sido previamente aprovadas pela Emissora, conforme estipulado na Cláusula 9.7 abaixo;
- (e) A remuneração prevista na alínea (a) acima será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;

9.6.2 Não estão incluídas na remuneração do Agente Fiduciário despesas com especialistas, caso sejam necessárias, tais como auditoria e/ou fiscalização entre outros, ou assessoria legal à Emissora.

#### **9.7. Despesas**

9.7.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

9.7.2. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula 9.7 será efetuado, em 15 (quinze) dias úteis, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

9.7.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência. Todos os custos e despesas referidos nesta Cláusula serão de inteira responsabilidade dos Debenturistas em caso de inadimplência da Emissora, não estando o Agente Fiduciário obrigado pelo adiantamento ou pagamento de valores relacionados aos procedimentos aqui referidos se os mesmos não forem previamente aprovados e adiantados pelos Debenturistas. O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma acima, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

9.7.4. As despesas a que se refere esta Cláusula compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas pela legislação vigente e por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

#### **CLÁUSULA X - ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS**

À Assembleia Geral de Debenturistas aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

##### **10.1. Convocação**

- 10.1.1. As Assembleias Gerais de Debenturistas da 1ª série ou Assembleias Gerais de Debenturistas da 2ª série podem ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures da 1ª série em Circulação e por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures da 2ª série em Circulação, conforme definido na Cláusula 10.2.2, ou pela CVM.
- 10.1.2. A convocação dar-se-á mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.
- 10.1.3. As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas em prazo mínimo de 15 (quinze) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. A Assembleia Geral de Debenturista, em segunda convocação, somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.



10.1.4. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 10.2.2 abaixo, independentemente de terem comparecido à Assembleia ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

## **10.2. Quorum de Instalação**

10.2.1. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures da respectiva série em Circulação, conforme definido na Cláusula 10.2.2 abaixo e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

10.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura, considera-se “Debêntures em Circulação” todas as Debêntures subscritas da respectiva série em circulação no mercado, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle) sociedades sob controle comum ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

## **10.3. Mesa Diretora**

A presidência da assembleia caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures da respectiva série ou àquele que for designado pela CVM.

## **10.4. Quorum de Deliberação**

10.4.1. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 10.4.2 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas, dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da respectiva série em Circulação.

10.4.2. Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 10.4.1 acima:

- I. os quoruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura;
  - II. as seguintes alterações da Emissão, as quais deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures da 1ª série em Circulação: (a) da Remuneração das Debêntures da 1ª série; (b) de quaisquer datas de pagamento, aos titulares das Debêntures da 1ª série, de quaisquer valores previstos nesta Escritura; (c) da espécie das Debêntures; e/ou (d) das disposições relativas ao Resgate Antecipado das Debêntures da 1ª série; e
  - III. as seguintes alterações da Emissão, as quais deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures da 2ª série em Circulação: (a) da Remuneração das Debêntures da 2ª série; (b) de quaisquer datas de pagamento, aos titulares das Debêntures da 2ª série, de quaisquer valores previstos nesta Escritura; (c) da espécie das Debêntures; e/ou (d) das disposições relativas ao Resgate Antecipado das Debêntures da 2ª série.
- 10.4.3. As alterações dos quoruns estabelecidos nesta Escritura e/ou das disposições estabelecidas nesta Cláusula 10.4 deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação da respectiva série.

#### **10.5. Matérias de Interesse Específico**

O Agente Fiduciário, a Emissora, a CVM ou os Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures da 1ª ou da 2ª série em Circulação poderão convocar separadamente uma Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª ou da 2ª série para deliberar sobre matérias de interesse específico dos Debenturistas da respectiva série.

### **CLÁUSULA XI – DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA**

- 11.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:
  - (a) é uma sociedade de economia mista devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de capital aberto de acordo com as leis brasileiras;

- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias (inclusive perante os órgãos estaduais e federais competentes) à celebração desta Escritura, à emissão das Debêntures e ao cumprimento com suas obrigações previstas nesta Escritura, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- (d) esta Escritura e os demais instrumentos relacionados à Emissão, inclusive o Contrato de Distribuição, constituem, e cada um dos documentos a serem entregues nos termos desta Escritura constituirão, obrigação legal, válida, vinculante, certa e exigível da Emissora, executível de acordo com os seus termos e condições;
- (e) as Demonstrações Financeiras da Emissora, datadas de 31 de dezembro de 2007, 2008 e 2009, representam correta e adequadamente a situação financeira e os resultados operacionais consolidados da Emissora naquelas datas e naqueles períodos e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, os quais foram, por sua vez, aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos;
- (f) o prospecto de distribuição das Debêntures ("Prospecto") e o formulário de referência, elaborado nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009 ("Formulário de Referência"), conterão, a partir da data de entrega dos mesmos à CVM, todas as informações relevantes atualizadas, completas, suficientes e verdadeiras em relação à Emissora no contexto da presente emissão de Debêntures e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas, sendo que as informações, fatos e declarações contidas no Prospecto e no Formulário de Referência em relação à Emissora são verdadeiras, consistentes, corretas e completas;
- (g) as opiniões, análises e previsões (se houver) expressas no Prospecto e no Formulário de Referência, em relação à Emissora, foram dadas de

boa-fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;

- (h) não há fatos relativos à Emissora ou relativos às Debêntures não divulgados no Prospecto e no Formulário de Referência cuja omissão, no contexto desta Emissão, faça com que alguma declaração relevante do Prospecto ou do Formulário de Referência seja enganosa, incorreta, imprecisa, insuficiente ou inverídica;
- (i) a celebração desta Escritura, bem como a Emissão e a colocação das Debêntures não infringem seu Estatuto Social, a Lei nº 119, de 29 de junho de 1973, conforme alterada, do Estado de São Paulo, qualquer disposição legal, ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial, contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte, nem irão resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora; ou (iii) a rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (j) a Emissora tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas observado que, algumas das licenças e autorizações ambientais ainda estão em processo de obtenção pela Emissora, que já tomou todas as providências necessárias a sua consecução, exceto (i) no que se referir a licenças cuja não manutenção não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora ou para a sua capacidade em honrar as obrigações relativas às Debêntures; ou (ii) conforme descrito no Formulário de Referência;
- (k) a Emissora está cumprindo, em todos os aspectos materiais, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- (l) exceto pelas contingências informadas no Formulário de Referência, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, em suas condições financeiras ou outras, ou em suas atividades;
- (m) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário ou conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas

funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, desta Escritura e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;

- (n) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares; e
- (o) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura.

## CLÁUSULA XII - DISPOSIÇÕES GERAIS

### 12.1. Comunicações

As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

**Para a Emissora:**

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP  
Rua Costa Carvalho, nº 300  
CEP 05429-900 - São Paulo/SP  
At.: Sr. Rui de Brito Álvares Affonso  
Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores  
Telefone: (11) 3388-8247  
Fac-símile: (11) 3815-4465  
E-mail: raffonso@sabesp.com.br

**Para o Agente Fiduciário:**

Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.  
Rua Sete de Setembro, 99, 24º andar  
CEP 20050-005 - Rio de Janeiro/RJ  
At.: Carlos Alberto Bacha / Rinaldo Rabello Ferreira  
Tel.: (21) 2507-1949  
Fac-símile: (21) 2507-1773  
E-mail: bacha@pavarini.com.br / rinaldo@pavarini.com.br

**Para o Banco Mandatário e Escriturador:**

Banco Itaú S.A.  
Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707 - 7º andar  
CEP 04.344-902 - São Paulo/SP  
At.: Sr. Sra. Claudia Aparecida Germano Vasconcellos  
Tel: (11) 5029-1910

Fac-símile: (11) 5029-1920  
E-mail: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

**Para a CETIP**

Rua Líbero Badaró, nº 425, 24º andar  
CEP 01009-000 – São Paulo/SP  
Tel.: (11) 3111-1596  
Fac-símile: (11) 3111-1564

**Para a BM&FBOVESPA**

Rua XV de Novembro, nº 275  
CEP 01013-001 - São Paulo/SP  
Tel.: (11) 3233-2178 / 2261

As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, por fax ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os originais dos documentos enviados por fax deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem.

A mudança dos endereços acima deverá ser comunicada, por escrito, de imediato, por cada uma das Partes, conforme aplicável.

**12.2. Renúncia**

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer prerrogativa, direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tais prerrogativas, direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.3. Custos de Registro

Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura, bem como de seus eventuais aditamentos e dos atos societários relacionados à esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

#### 12.4. Lei Aplicável

Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

#### 12.5. Foro

Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### 12.6. Irrevogabilidade

Esta Escritura é celebrada em caráter irrevogável e irretroatável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados à Cláusula II desta Escritura, obrigando as Partes e seus sucessores, a qualquer título.

#### 12.7. Independência das Disposições desta Escritura

Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

#### 12.8. Título Executivo Extrajudicial

Toda e qualquer quantia devida a qualquer das Partes por força desta Escritura poderá ser cobrada via processo de execução, visto que as Partes, desde já, reconhecem tratar-se de quantia líquida e certa, atribuindo ao presente a qualidade de título executivo extrajudicial, nos termos e para os efeitos do artigo 585, inciso II, do Código de Processo Civil.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 25 de março de 2010



41

VAMPRE  
JA FERREIRA  
AUTORIZAÇÃO  
Cópia

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO -  
SABESP

	
Nome: Rui de Brito Alvares Afonso	Nome: Marcio Saba Abnd
Cargo: Diretor de Gestão Corporativa	Cargo: Diretor de Gestão Corporativa

PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS  
LTDA.

	
Nome: Carlos Alberto Bacha	Nome: RINALDO RABELO FERREIRA
Cargo: Procurador	Cargo: C/C-509.941.827-91



Testemunhas:

Nome: EVERSON GAMA  
CPF: 192.931.68-35

Nome: CARLOS DEUS GOMES DE SA  
CPF: 005.741.518-00

Página de assinaturas do "INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 11ª EMISSÃO DE  
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA,  
EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA COMPANHIA DE SANEAMENTO  
BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP, emitida em 25 de março de 2010.

Cartório do 2ºº Ofício de Notas, Travessa do Loureiro, 21  
Centro - São de Janeiro - RJ, Tabelião: ME. Ribeiro, Recorrido  
por testemunhas as firmas dos CARLOS ALBERTO BACHA e RINALDO  
RABELO FERREIRA  
Cód. 90.744.50795  
Rio de Janeiro, 25 de Março de 2010. Conf. por:  
Em Testemunho da verdade. Serventia 17.12  
TOM TI-FEUSOS 11.28  
Total 9.91

Paulo Osias - Substituto  
MWH SEY26230  
NAR SEY26231



JUL 13 2010

20 04 10

**1º ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 11ª EMISSÃO DE  
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM  
2 (DUAS) SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA COMPANHIA DE SANEAMENTO  
BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**

FIRMADO ENTRE

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO – SABESP,

COMO EMISSORA,

E

PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.,

COMO AGENTE FIDUCIÁRIO E REPRESENTANTE DOS DEBENTURISTAS

15 DE ABRIL DE 2010

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

JUCESP

JUCESP PROTOCOLO  
0.323.125/10-4

28 04 10



**1º ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 11ª EMISSÃO DE  
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA,  
EM 2 (DUAS) SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA COMPANHIA DE SANEAMENTO  
BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**

Pelo presente instrumento particular,

**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**, sociedade de economia mista, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Costa Carvalho, nº 300, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 43.776.517/0001-80, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, ("Emissora");

e, de outro lado,

**PAVARENI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade limitada com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Sete de Setembro, nº 99, 24º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.227.994/0001-50, neste ato representada na forma de seu contrato social ("Agente Fiduciário"), representando a comunhão dos debenturistas da 11ª emissão pública de debêntures da Emissora ("Debenturistas" e, individualmente, "Debenturista"), sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante denominados "Partes",

Considerando que, conforme previsto na Escritura (conforme abaixo definido), após realização de processo de coleta de intenções de investimento (procedimento de *bookbuilding*), foi fixado o valor da emissão, o número de debêntures a ser emitido em cada série e suas respectivas remunerações;

as Partes vêm, por este "1º Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 11ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 2 (duas) Séries, para Distribuição Pública, da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP" ("Aditamento") aditar o "Instrumento Particular da Escritura Particular da 11ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 2 (Duas) Séries, para Distribuição Pública, da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP" ("Escritura"), mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. Todos os termos iniciados em maiúscula, não expressamente definidos neste Aditamento, terão os significados atribuídos a esses termos na Escritura.
2. Alterar o subitem 3.3.1, passando o subitem 3.3.1 da Escritura a vigorar com a seguinte redação:

JUCESP

20 04 10

*"3.3.1. O valor total da Emissão é de R\$1.215.000.000,00 (um bilhão, duzentos e quinze milhões de reais)."*

3. Alterar o subitem os subitens 3.4.1 e 3.4.2 do item 3.4 da Escritura, que passam a vigorar com as seguintes redações:

*"3.4.1. A Emissão será realizada em 2 (duas) séries, sendo a 1ª série no montante de R\$810.000.000,00 (oitocentos e dez milhões de reais) e a 2ª série no montante de R\$405.000.000,00 (quatrocentos e cinco milhões de reais). Nos termos do § 3º do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, a Emissora não poderá negociar a 2ª série de Debêntures desta Emissão antes de colocadas as Debêntures da 1ª série."*

*3.4.2. A remuneração de cada uma das séries, nos termos estabelecidos na Cláusula 4.2. abaixo, bem como o número de Debêntures por série, foram definidos em procedimento de coleta de intenção de investimento, conduzido pelos Coordenadores, conforme definido no item 3.5.4 abaixo, para verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxa de juros ("Procedimento de Bookbuilding")."*

4. Foi excluído o subitem 3.4.3 do item 3.4 da Escritura.

5. Alterar o sub-item 3.5.4, passando o sub-item 3.5.4 da Escritura a vigorar com a seguinte redação:

*"3.5.4. Foi adotado o Procedimento de Bookbuilding, organizado pelos Coordenadores, por meio da coleta de intenções de investimento, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400/03, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos para a definição da quantidade de Debêntures da 1ª e da 2ª Séries e das respectivas taxas de Remuneração."*

6. Alterar o item 3.6, passando o item 3.6. da Escritura a vigorar com a seguinte redação:

***"3.6. Opção de Lote Suplementar e de Lote Adicional***

*3.6.1. A Emissora poderia, a seu exclusivo critério e observado o limite estabelecido pelo Artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, aumentar a quantidade de Debêntures a serem distribuídas nos termos desta Escritura em até 20% (vinte por cento) com relação à quantidade inicialmente ofertada, sem a necessidade de novo pedido de registro à CVM, nos termos do artigo 14 da Instrução CVM nº 400/03 ("Opção de Lote Adicional"). Foi exercida a Opção de Lote Adicional em relação às Debêntures da 1ª e da 2ª séries."*

*3.6.2. Sem prejuízo do disposto acima, para atender a um eventual excesso na demanda pelas Debêntures, a Emissora poderia outorgar aos Coordenadores, observado o limite estabelecido pelo Artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, a*

*opção de aumentar a quantidade de Debêntures a serem emitidas nos termos desta Escritura em até 15% (quinze por cento) com relação à quantidade originalmente aqui prevista, respeitadas as mesmas condições e preço das Debêntures originalmente ofertadas e observado o Procedimento de Bookbuilding, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM nº 400/03 (a "Opção de Lote Suplementar"). A Emissora outorgou a Opção de Lote Suplementar aos Condicionadores em relação às Debêntures da 1ª e da 2ª séries.*

7. Alterar o sub-ítem 4.1.6, passando o sub-ítem 4.1.6 da Escritura a vigorar com a seguinte redação:

*"4.1.6. Quantidade de Debêntures Emitidas: Serão emitidas 1.215.000 (um milhão, duzentas e quinze mil) Debêntures, em duas séries, sendo 810.000 (oitocentas e dez mil) Debêntures da 1ª série e 405.000 (quatrocentas e cinco mil) Debêntures da 2ª série, observado, ainda, que a quantidade de Debêntures a ser emitida foi alterada nos termos da Cláusula 3.6, acima."*

8. Alterar o caput do subitem 4.2.1 do item 4.2 da Escritura, que passam a vigorar com as seguintes redações:

**"4.2. Remuneração**

*"4.2.1. Remuneração das Debêntures. A partir da Data de Emissão, as Debêntures da 1ª série farão jus a uma remuneração ("Remuneração da 1ª Série") que contemplará juros remuneratórios incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário. As Debêntures renderão juros correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", calculadas e divulgadas pela CETIP ("Taxa DI"), capitalizada de um spread ou sobretaxa de 1,95% (um inteiro e noventa e cinco centésimos por cento) ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Acréscimo sobre a Taxa DI"), incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, a partir da Data de Emissão, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido na Cláusula 4.2.2 abaixo, de acordo com a fórmula abaixo. A partir da Data de Emissão, as Debêntures da 2ª série farão jus a uma remuneração ("Remuneração da 2ª Série", e em conjunto com a Remuneração da 1ª série, "Remuneração") que contemplará juros remuneratórios incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário. As Debêntures da 2ª série renderão juros correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias da Taxa DI, capitalizada de um spread ou sobretaxa de 1,40% (um inteiro e quarenta centésimos por cento) ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, a partir da Data de Emissão, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido na Cláusula 4.2.2 abaixo, de acordo com a fórmula abaixo."*

9. Todos os demais termos e condições da Escritura, não alterados expressamente por este Aditamento, são neste ato ratificados e permanecem em pleno vigor e efeito.

JUCESP

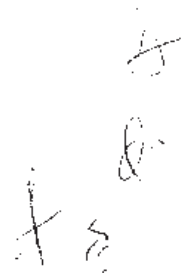
28 04 10

10. O presente Aditamento será registrado na JUCESP, onde foi registrada a Escritura, de acordo com o exigido pelo inciso II do artigo 62 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.

11. Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Aditamento, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura, em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas a seguir assinadas, a tudo presentes.

São Paulo, 15 de abril de 2010.



JUCESP

23 04 10

[PÁGINA DE ASSINATURA 01 DE 03 DO 1º ADIAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 11ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM 2 (DUAS) SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP, CELEBRADO EM 15 DE ABRIL DE 2010]

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP

<p>Nome: _____</p> <p>Cargo: _____</p>	<p>Nome: _____</p> <p>Cargo: _____</p>
----------------------------------------	----------------------------------------

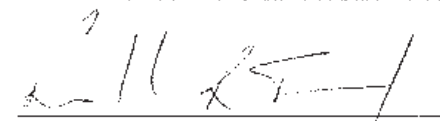
[O RESTANTE DESTA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]

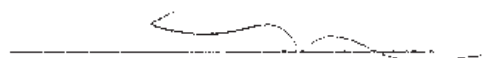
SABESP

25 04 10

[PÁGINA DE ASSINATURA 02 DE 03 DO 1º ADTAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 11ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM 2 (DUAS) SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP, CELEBRADO EM 15 DE ABRIL DE 2010]

PAYARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

  
 Nome: RINALDO HABELLO FERREIRA  
 Cargo: CJC-509 941.827-91

  
 Nome: Carlos Alberto Baci  
 Cargo: CPF 608.744.587-53  
 Procurador

[O RESTANTE DESTA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]

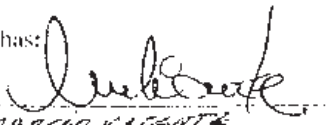


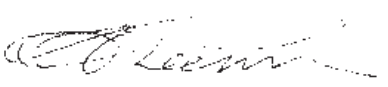
JUCESP

20 04 10

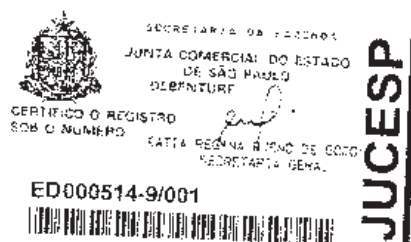
[PÁGINA DE ASSINATURA 03 DE 03 DO 1º ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 11ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM 2 (DUAS) SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP, CELEBRADO EM 15 DE ABRIL DE 2010]

Testemunhas:

  
 Nome: MARCIO VICENTE  
 RG: 3.441.184

  
 Nome: EULIDES DENIS GONÇALVES DA SILVA  
 RG: 14.102.868

[O RESTANTE DESTA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## **ANEXO V**

---

- Declarações da Emissora e do Coordenador Líder, de que trata o Artigo 56 da Instrução CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



SECRETARIA DE  
SANEAMENTO E ENERGIA



GOVERNO DO ESTADO DE  
**SÃO PAULO**  
TRABALHANDO POR VOCÊ

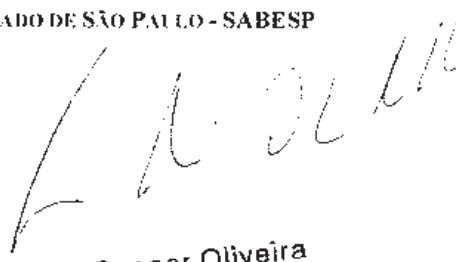
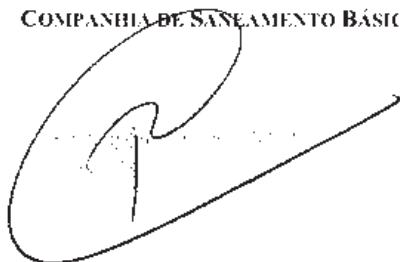
### DECLARAÇÃO

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP, sociedade de economia mista com sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Costa Carvalho, nº 300, CNPJ/MF sob o nº 43.776.517/0001-80, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Companhia"), na qualidade de companhia emissora de 900.000 (novecentas mil) debêntures simples da 11ª emissão, para distribuição pública da Companhia, todas da forma nominativa, escritural, não conversíveis em ações, em 2 (duas) séries, da espécie quirografária, com valor nominal unitário, na respectiva data de emissão, de R\$1.000,00 (um mil reais) ("Debêntures"), perfazendo o total de R\$900.000.000,00 (novecentos milhões de reais) na data de emissão, qual seja 1º de março de 2010 ("11ª Emissão"), vem, nos termos do artigo 56 da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, declarar que:

- a) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro da 11ª Emissão e fornecidas ao mercado durante a distribuição das Debêntures;
- b) o prospecto preliminar da 11ª Emissão ("Prospecto Preliminar") contém e o prospecto definitivo da 11ª Emissão ("Prospecto Definitivo") conterá as informações necessárias ao conhecimento pelos investidores da 11ª Emissão, das Debêntures, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes, bem como que o Prospecto Preliminar foi, e o Prospecto Definitivo será, preparado de acordo com as normas pertinentes; e
- c) as informações prestadas no Prospecto Preliminar e a serem prestadas no Prospecto Definitivo são verdadeiras.

São Paulo, 09 de março de 2010.

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP



Gesner Oliveira  
Presidente



## DECLARAÇÃO

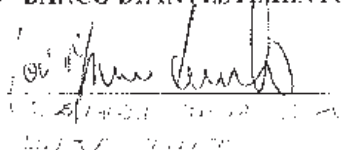
O **BB - BANCO DE INVESTIMENTO S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas, nº 105, 36º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.933.830/0001-30, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Coordenador Líder"), na qualidade de coordenador líder da distribuição pública das 900.000 (novecentas mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, escriturais, nominativas, da espécie quirografária, em 2 (duas) séries, da 11ª emissão da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP ("Emissora"), com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (um mil reais) ("Oferta" e "Debêntures", respectivamente), perfazendo o total de R\$900.000.000,00 (novecentos milhões de reais) na data de emissão, qual seja 1º de março de 2010 ("1ª Emissão"), declara, nos termos do artigo 56, §§ 1º e 5º da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, que tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que:

- i) as informações prestadas pela Emissora são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- ii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Emissora, que integram o prospecto preliminar da Oferta ("Prospecto Preliminar") e que venham a integrar o prospecto definitivo da Oferta ("Prospecto Definitivo"), são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

Ademais, o Coordenador Líder declara que o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Debêntures, da Emissora, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes, bem como que o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes.

Rio de Janeiro, 09 de março de 2010.

**BB - BANCO DE INVESTIMENTO S.A.**



\_\_\_\_\_  
Assinado eletronicamente  
por [nome] em [data]

---

## ANEXO VI

- Relatório de Classificação de Risco

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)





Data de Publicação: 24 de março de 2010

Comunicado à Imprensa

## **Standard & Poor's atribui rating 'brAA-' à 11ª emissão de debêntures da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP**

Analistas: Juliana Gallo, São Paulo (55) 11 3039-9728, [juliana\\_gallo@standardandpoors.com](mailto:juliana_gallo@standardandpoors.com); Luisa Vilhena, São Paulo (55) 11-3039-9727, [luisa\\_vilhena@standardandpoors.com](mailto:luisa_vilhena@standardandpoors.com); Milena Zaniboni, São Paulo (55) 11 3039-9739, [milena\\_zaniboni@standardandpoors.com](mailto:milena_zaniboni@standardandpoors.com)

São Paulo (Standard & Poor's) 24 de março de 2010 – A Standard & Poor's Ratings Services atribuiu hoje o rating 'brAA-' às debêntures da 11ª emissão da **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP)**, no valor de R\$ 900 milhões. As debêntures serão emitidas em duas séries, sendo a primeira no valor de R\$ 600 milhões com amortizações anuais a partir de 2013 até seu vencimento final em 2015. A segunda série será no valor de R\$ 300 milhões, com amortizações anuais a partir de 2012 e vencimento final em 2013.

As debêntures da 11ª emissão serão emitidas sob o regime de garantia firme de colocação, serão simples, não conversíveis em ações e da espécie quirografária. Os recursos da emissão serão utilizados integralmente para resgatar as notas promissórias da 4ª emissão da SABESP que vencem em maio de 2010.

Os ratings da SABESP refletem as suas métricas de crédito estáveis e adequadas para sua categoria de rating e a sua capacidade de gerar fluxo de caixa operacional livre positivo, apesar de seu significativo programa de investimentos. Outros fatores positivos são os esforços em curso entre a SABESP e a cidade de São Paulo (sua principal área de atendimento) para firmar um contrato de prestação de serviços de longo prazo o mais breve possível, e as melhorias no aspecto regulatório, com a criação da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (ARSESP); o acesso adequado da empresa aos mercados de capitais doméstico e internacional e a bancos multilaterais; a importância estratégica da SABESP, como uma prestadora regional de serviços de água e esgoto, dado o seu histórico como uma operadora eficiente, com indicadores operacionais superiores à média quando comparados aos de seus pares. Por outro lado, há uma preocupação quanto ao aumento no nível de provisões para contingências no balanço patrimonial da empresa nos últimos dois anos e a sua crescente exposição a dívidas denominadas em moeda estrangeira que não estão protegidas por instrumentos de *hedging*. Além disso, a SABESP apresenta um alto volume de contas a receber em atraso, sobretudo de municípios onde o fornecimento de água é por atacado; bem como enfrenta o desafio de renovar os contratos de prestação de serviços formais com os municípios; o risco político inerente a qualquer operadora de serviço público; e a sua exposição a um novo ambiente regulatório, o qual está começando a evoluir.

Esperamos que a SABESP mantenha seus atuais fundamentos de crédito, bem como o avanço nas negociações para renovar os contratos de prestação de serviços, e refinanciando seus vencimentos de dívida enquanto implementa seu programa de investimentos.

Os ratings poderão ser rebaixados se a SABESP falhar nas negociações de seus contratos, o que prejudicaria seu perfil de negócios, ou se adotar uma posição financeira mais agressiva, o que poderia abranger um aumento repentino no endividamento total para financiar pagamentos referentes a provisões, uma distribuição de dividendos mais agressiva, incrementando assim suas necessidades de refinanciamento para vencimentos futuros, levando a um perfil financeiro mais avançado: dívida total sobre EBITDA acima de 3x e geração interna de caixa (*Funds From Operations - FFO*) sobre dívida total em torno de 20%.

## Artigo Relacionado

- *"Enhanced Methodology And Assumptions For Rating Government –Related Entities"*, publicado em 29 de junho de 2009.

### Lista de Ratings

#### Ratings de Crédito Corporativo

Escala global

Moeda estrangeira

BB/Estável/-

Moeda local

BB/Estável/-

Escala Nacional Brasil

brAA-/Estável/-

#### Novo Rating de Emissão

11ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 900 milhões

brAA-

Copyright© 2010 pela Standard & Poor's Financial Services LLC (S&P) Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta informação pode ser reproduzida ou distribuída de nenhuma forma ou nem meio, nem armazenado em um banco de dados ou sistema de recuperação sem a prévia autorização por escrito da S&P. A S&P, suas afiliadas e/ou seus provedores externos detêm direitos de propriedade exclusivos sobre a informação, incluindo-se ratings, análises e dados relativos a crédito. Esta informação não deverá ser utilizada para nenhum propósito ilícito ou não autorizado. Nem a S&P, nem suas afiliadas, nem seus provedores externos garantem a exatidão, completude, tempestividade ou disponibilidade de qualquer informação. A S&P, suas afiliadas ou seus provedores externos diretores, conselheiros, acionistas, funcionários ou representantes não são responsáveis por quaisquer erros ou omissões, independentemente da causa, ou pelos resultados obtidos mediante o uso de tal informação. A S&P, SUAS AFILIADAS E SEUS PROVEDORES EXTERNOS ISENTAM-SE DE QUALQUER E TODA GARANTIA EXPRESSA OU IMPLÍCITA, INCLUSIVE, ENTRE OUTRAS, QUAISQUER GARANTIAS DE COMERCIALIZAÇÃO, OU ADEQUAÇÃO A UM PROPÓSITO ESPECÍFICO. Em nenhuma circunstância, deverão a S&P, suas afiliadas ou seus provedores externos e seus diretores, conselheiros, acionistas, funcionários ou representantes ser responsabilizados por nenhuma parte, por quaisquer danos, custos, despesas, honorários advocatícios, ou perdas diretas, indiretas, incidentais, exemplares, compensatórias, punitivas, especiais, ou consequentes (incluindo-se, entre outras, perda de renda ou lucros cessantes e custos de oportunidade) com relação a qualquer uso da informação aqui contida, mesmo se alertadas sobre sua possibilidade.

Os ratings e as análises creditícias da S&P e de suas afiliadas e as observações aqui contidas são declarações de opiniões na data em que foram expressas e não declarações de fatos ou recomendações para comprar, reter ou vender quaisquer títulos ou tomar qualquer decisão de investimento. Após sua publicação, a S&P não assume nenhuma obrigação de atualizar a informação. Os usuários da informação aqui contida não deverão nela se basear ao tomar qualquer decisão de investimento. As opiniões da S&P e suas análises não abordam a adequação de quaisquer títulos. A S&P não atua como agente fiduciário nem como consultora de investimentos. Embora obtenha informações de fontes que considera confiáveis, a S&P não conduz uma auditoria nem assume qualquer responsabilidade de diligência devida (due diligence) ou de verificação independente de qualquer informação que receba. A fim de preservar a independência e objetividade de suas respectivas atividades, a S&P mantém determinadas atividades de suas unidades de negócios separadas de outras. Como resultado, certas unidades de negócios da S&P podem dispor de informações que não estão disponíveis às outras. A S&P estabeleceu políticas e procedimentos para manter o sigilo de determinadas informações que não são de conhecimento público recebidas no âmbito de cada processo analítico.

A S&P Ratings Services pode receber remuneração por seus ratings e análises creditícias, normalmente dos emissores ou subscritores dos títulos ou dos devedores. A S&P reserva-se o direito de divulgar seus pareceres e análises. A S&P disponibiliza suas análises e ratings públicos em seus sites na Web, [www.standardandpoors.com](http://www.standardandpoors.com) / [www.standardandpoors.com.mx](http://www.standardandpoors.com.mx) / [www.standardandpoors.com.ar](http://www.standardandpoors.com.ar) / [www.standardandpoors.com.br](http://www.standardandpoors.com.br), [www.ratingsdirect.com](http://www.ratingsdirect.com) e [www.globalcreditportal.com](http://www.globalcreditportal.com) (por assinatura), e pode distribuí-los por outros meios, inclusive em suas próprias publicações ou por intermédio de terceiros redistribuidores. Informações adicionais sobre nossos honorários de rating estão disponíveis em [www.standardandpoors.com/usratingsfees](http://www.standardandpoors.com/usratingsfees).



---

## **DEMONSTRACÕES FINANCEIRAS**

---

---

### **ANEXO VII**

- Demonstrações Financeiras da Emissora relativas aos Exercícios Sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009 e 2008, com o respectivo Parecer dos Auditores Independentes e Relatório da Administração

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



**sabesp**

**Balanço**

**Diretoria Econômica-Financeira - E**  
**Superintendência de Contabilidade - FC**

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP

Índices do Balanço 2009

Relatório da Administração	03 a 41
Balanços Patrimoniais	42
Demonstrações dos Resultados	43
Mutações do Patrimônio Líquido	44
Fluxo de Caixa	45
Demonstrações dos Valores Adicionados	46
Notas Explicativas	47 a 98
Parecer do Conselho Fiscal	99
Parecer da Auditoria	100 a 101

---

## Mensagem do Presidente

---

A Sabesp deu passos importantes em 2009 para sua missão de *“prestar serviços de saneamento, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente”*. Foram priorizadas cinco frentes de trabalho.

A primeira foi a **aceleração dos investimentos rumo à universalização dos serviços**. Em 2009, a Sabesp investiu R\$ 1,8 bilhão, nível recorde dos últimos 10 anos. O investimento realizado em 2007-2009 foi de aproximadamente R\$ 4,5 bilhões, mais que o dobro do realizado no triênio 2003-2005.

Os investimentos realizados propiciaram melhoria da qualidade de vida da população. Foram feitas cerca de 201 mil novas ligações de água e 184 mil de esgoto. Com isso, a coleta de esgoto subiu para 80% e o tratamento do esgoto coletado alcançou 74%. Entre 2007 e 2009, um contingente adicional de 3,0 milhões de pessoas passou a ter tratamento de esgoto. A previsão é de que até o final de 2010, esse número suba para 3,4 milhões de pessoas, algo equivalente à população do Uruguai.

Além de investir mais, verificou-se notável melhora no gerenciamento dos projetos. A aceleração dos investimentos foi feita mediante programas estruturantes, facilitando o planejamento e a captação de recursos. A gestão dos projetos foi aperfeiçoada com a utilização da metodologia baseada nos conceitos e nas melhores práticas do PMI - *Project Management Institute*, um dos maiores centros de desenvolvimento de gerenciamento de projetos no mundo. Além disso, foi criada estrutura ágil e desburocratizada mediante a formação do Grupo Executivo de Investimentos (GEI).

Destaque-se o Onda Limpa Baixada Santista, que elevará de 54% para 95% o índice de coleta de esgoto, com tratamento de 100% do coletado. O investimento neste programa somará R\$ 1,4 bilhão até 2011.

Na Região Metropolitana de São Paulo, quatro programas merecem destaque especial. Em primeiro lugar, o Projeto Tietê, que teve sua segunda fase concluída em 2008, elevando a coleta de esgotos na Região Metropolitana de São Paulo de 80% para 84%, e o tratamento de 62% para 70%. A continuidade do projeto está garantida com a aprovação de empréstimo de US\$ 600 milhões junto ao BID para a 3ª Fase do projeto. Isso permitirá elevar a coleta na RMSP para 87% e o tratamento para 84% até 2015. Em segundo lugar, o Programa Metropolitano de Água, com a materialização do primeiro grande investimento mediante Parceria Público Privada no Sistema Produtor de Água do Alto Tietê que terá sua capacidade de tratamento de água elevada de 10m<sup>3</sup> para 15m<sup>3</sup> por segundo. Em terceiro lugar, o Programa Vida Nova que visa à preservação

dos mananciais, em especial nas áreas da Guarapiranga e Billings. Por fim, o Programa Córrego Limpo, que permitiu a despoluição de 42 córregos no Município de São Paulo em sua 1ª fase, além de mais 58 córregos até o final de 2010.

O Programa de Redução de Perdas de Água recebeu a merecida prioridade. Em 2009, o índice de perdas de faturamento foi reduzido para 26%. A meta para 2010 é reduzir as perdas para 24%, representando diminuição de 8 pontos percentuais em relação a 2006, quando as perdas eram de 32%. Com o cumprimento dessa meta, a Sabesp terá conseguido no período 2007-2010 capacidade para abastecer cerca de 1,7 milhões de habitantes, o que equivale à população somada dos municípios de Campinas e Osasco, sem necessidade de busca de novos mananciais e gastos de energia e insumos associados.

A segunda frente de trabalho foi a **estabilização contratual e de mercado**, buscando a renovação dos contratos e o estreitamento da cooperação com os municípios.

De fato, a meta de universalização dos serviços de saneamento básico demanda além dos investimentos realizados pela Sabesp, ações dos municípios. É necessário que os esforços realizados por cada parte sejam complementares. A prefeitura local pode atuar na desocupação de áreas irregulares, invadidas e de preservação permanente, na supressão das ligações irregulares e obrigação de conexão à rede de esgoto, na detecção dos lançamentos clandestinos de esgotos, entre outros.

Ao longo do ano foram aprovadas 40 leis autorizativas pelas câmaras municipais, com destaque para o Município de São Paulo. Em 2009, foram assinados 14 contratos, somando 174 desde 2007. Em janeiro de 2010 havia um saldo de 30 leis autorizativas aprovadas, permitindo em breve a assinatura de contratos de prestação de serviços de saneamento.

A terceira frente de trabalho foi a **construção de pilares sólidos para a sustentabilidade econômico-financeira**, visando aumentar a capacidade de investimento e, portanto, a possibilidade de servir mais e melhor os clientes. Destaque-se, neste sentido, o lucro de R\$ 1,4 bilhão obtido em 2009, o maior da história da companhia em termos nominais.

Para assegurar sua solidez econômico-financeira, a Sabesp tem trabalhado para obter ganhos de eficiência e produtividade. Neste sentido, ressaltou-se a importância do já mencionado programa de redução de perdas. Destaque-se, também, a elevação da produtividade, que passou de 684 ligações por empregado em 2006 para 837 ligações por empregado em 2009, um avanço expressivo de 22%.

Para possibilitar esses ganhos, a Sabesp tem feito grandes esforços em redução de custos, otimização da base de ativos e melhora na composição de seus financiamentos. A redução de custos em pessoal,



telecomunicações, energia e materiais de tratamento, entre outros itens, incorporaram uma economia de cerca de R\$ 180 milhões no orçamento de 2010. Mais do que isso, introduziram cultura de eficiência e controle permanente de custos, algo indispensável para uma trajetória segura de crescimento. No tocante aos esforços para redução da base de ativos, promoveu-se a alienação de R\$ 27 milhões de imóveis não operacionais, ao longo do 2009. No tangente à captação, a necessidade de maior volume para financiar um nível maior de investimentos foi acompanhada de uma redução estimada da taxa média de juros em dois pontos percentuais, além de maior participação dos financiamentos públicos/multilaterais. Estes últimos têm taxas de juros menores, prazos mais longos e, portanto, são mais adequados ao perfil de empreendimentos da Companhia.

A Sabesp avançou também na eliminação de pendências financeiras, com a regularização no pagamento das contas de água e de esgoto de entidades estaduais e municipais. Verificou-se avanço igualmente nas ações para a diminuição das dívidas relativas ao fornecimento de água dos municípios permissionários.

A solidez financeira é confirmada pela melhora da avaliação de risco de crédito da Sabesp pela agência Standard and Poors - S&P, sendo um sinal da capacidade financeira da Companhia em honrar os compromissos financeiros. Além disso, pelo terceiro ano consecutivo, a Sabesp integra a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&F Bovespa.

A quarta frente de trabalho consistiu no **amplo processo de modernização corporativa**. Em 2009, a Empresa trabalhou intensamente para renovar seu quadro de funcionários. Foi realizado o primeiro concurso público abrangente em oito anos para contratação de 1.771 novos funcionários. Para que novos talentos sucedam as atuais lideranças, foi preparado um plano de sucessão e carreira da Sabesp, prevendo treinamento especial composto por MBA empresarial, cursos de idiomas e acompanhamento profissional. Além disso, foi iniciado o desligamento escalonado de funcionários aposentados, atendendo determinação do Ministério Público. Com o quadro recomposto por funcionários concursados e novos talentos treinados e capacitados, a Sabesp estará preparada para enfrentar os próximos desafios e ampliar suas fronteiras e áreas de atuação.

Nessa mesma linha, é importante ressaltar a continuidade da implantação pioneira em empresa pública do modelo de Gestão por Valor Agregado – GVA, que é essencial para orientar ações relacionadas à otimização da base de ativos e à melhoria da qualidade dos investimentos, visando o fortalecimento da empresa e sua sustentabilidade no longo prazo.

O aperfeiçoamento das práticas de governança corporativa também tem sido uma das prioridades. Deu-se ampla divulgação ao Código de Ética e Conduta da Companhia, com perguntas e respostas e exemplos práticos para facilitar sua compreensão pelo conjunto dos funcionários. De forma a consolidar a implantação

do gerenciamento de riscos estratégicos, no âmbito corporativo, foi oficializada a constituição de um Comitê de Riscos.

A quinta frente de trabalho residiu no **reposicionamento estratégico da Companhia** diante dos desafios do novo marco regulatório e de expectativas da sociedade em relação aos serviços de saneamento e à preservação do meio ambiente. Após a criação da área de meio-ambiente e gestão ambiental em 2007 e de assuntos regulatórios em 2008, ocorreu a formalização da área de novos negócios em 2009.

Esta última visa rentabilizar ativos e desenvolver soluções ambientalmente sustentáveis. Ressalte-se, neste sentido, a publicação em 2009 do primeiro edital de licitação para a concessão a empresas privadas do direito de exploração do potencial energético das Estações de Tratamento de Água de Guaraú e Vertedouro Cascata, através da construção de pequenas centrais hidroelétricas (PCH).

Além disso, houve avanço na assinatura de convênios e contratos. No âmbito nacional, destaque-se o primeiro contrato de transferência de tecnologia em redução de perdas com a Companhia de Saneamento de Alagoas – CASAL, além de convênio de cooperação técnica com a Agbar de Barcelona e a Mekorot de Israel, a CAESB de Brasília e a CASAN de Santa Catarina.

No âmbito internacional, a Sabesp, em consórcio com a empresa Latin Consult, venceu uma concorrência internacional, promovida pelo Instituto de Acueductos y Alcantarillados Nacionales (IDAAAN), com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O Consórcio atuará como consultor em programa de uso racional de água e na implantação de um novo modelo de gestão comercial e operacional nas províncias centrais do Panamá.

Em 2009, a Sabesp avançou em ações para mitigar o impacto das mudanças climáticas como plantio de 582 mil mudas, redução do consumo específico eletricidade por m³ de água fornecida em 2,3%. Também se ampliaram projetos em parceria com a sociedade como o fomento à coleta de óleo de fritura em mais de 10 municípios; a arborização do entorno das instalações, lançado em 13 unidades de negócio. Na gestão ambiental, cabe destacar a implementação de cláusulas ambientais mais detalhadas para fornecedores e a contratação de consultoria para implantar um sistema de contabilidade e balanço ambiental.

Após a criação das três novas áreas, para 2010, o desafio é fortalecer a área de pesquisa, desenvolvimento & inovação (PD&I). O objetivo é aumentar a eficiência e a competitividade da Companhia. Ressalte-se, neste sentido, o acordo de cooperação com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP que prevê investimentos conjuntos de R\$ 50 milhões, ao longo de cinco anos, para financiar pesquisas na área de saneamento.

Preocupada com a melhoria da qualidade de vida de seus funcionários, a Sabesp implementou programa em parceria com a comunidade com ênfase em atividades culturais e esportivas. Destaque-se também que a Sabesp foi a primeira empresa pública e a segunda no geral a conquistar o Selo Ouro Ambiente Livre do Tabaco.

Preocupada com a melhoria de atendimento de seus clientes, a Sabesp inaugurou nova Central de Atendimento para atender 10 milhões de pessoas nos 328 municípios operados pela Companhia no litoral e no interior.

O ano de 2009 foi marcado por grandes dificuldades econômicas no plano nacional e internacional. Mesmo diante desse quadro adverso, a Sabesp conseguiu manter o patamar de investimentos. A meta em 2010 é investir mais R\$ 1,8 bilhão. Para isso, será necessário continuar o programa de redução de despesas, otimização da base de ativos, diminuição ainda maior do índice de perdas de faturamento, potencialização dos ativos existentes e busca de novas parcerias.

A Sabesp está no rumo certo para a concretização de sua visão estratégica de universalização dos serviços de saneamento em sua área de atuação. Em linha com as diretrizes do Governo José Serra e pautada pelas melhores práticas de governança corporativa, a Companhia tem contribuído para o desenvolvimento econômico e ambiental do Estado de São Paulo.

**Gesner Oliveira**  
Presidente da Sabesp

## A SABESP

A Sabesp oferece serviços de saneamento a 366 dos 645 municípios do Estado de São Paulo, fornece água no atacado para seis municípios permissionários<sup>1</sup> e trata esgotos de cinco deles, atendendo, direta ou indiretamente, mais de 26 milhões de cidadãos - 67% da população urbana do Estado.

A Sabesp é uma empresa de economia mista e tem como principal acionista o Governo do Estado de São Paulo. A Companhia abriu seu capital em 1994, possui 100% de ações ordinárias e, em 2002, tornou-se a primeira empresa de economia mista a aderir ao Novo Mercado da BM&FBovespa, o segmento de mais alto nível de governança corporativa do Brasil. Neste mesmo ano obteve o registro na SEC "Securities and Exchange Commission" e suas ações passaram a ser negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque "NYSE" na forma de ADRs "American Depositary Receipts" Nível III. Em 2007, a Sabesp foi incluída no Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE - da BM&FBovespa, carteira que inclui apenas as empresas que apresentam alto grau de comprometimento com a sustentabilidade e a responsabilidade social, e segue, até hoje, como a única empresa do setor de saneamento nesse índice.

A Sabesp é a maior empresa de saneamento das Américas e a quinta maior do mundo em número de clientes, de acordo com a 11ª edição do anuário Pinstent Masons Water Yearbook. Seu valor econômico e sua importância ambiental e social são reconhecidos no Brasil e no exterior. A Companhia foi incluída no Pacto Global, iniciativa da ONU que congrega os maiores grupos voluntários de responsabilidade social do mundo.

Além de oferecer serviços de água e esgoto a municípios do Estado de São Paulo, a Sabesp está também habilitada a oferecer esses serviços em outros estados e países, e pode ainda atuar nos mercados de drenagem urbana, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e energia. A ampliação do escopo geográfico e técnico de sua atuação gera oportunidades de desenvolvimento, capacitação, incorporação de novas tecnologias e aumento de receita.

O foco da Sabesp, traduzido em sua Missão e sua Visão, é a universalização dos serviços de saneamento em sua área de atuação, contribuindo para o desenvolvimento social, ambiental e econômico da região.

### Quadro 1 - Missão e Visão da Sabesp

Missão	"Prestar serviços de saneamento, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente."
Visão	Em 2018... Ser reconhecida como Empresa que universalizou os serviços de saneamento em sua área de atuação, com foco no cliente, de forma sustentável e competitiva, com excelência em soluções ambientais."

Atualmente, 125 municípios atendidos pela Sabesp já têm serviços de água e esgoto universalizados. Para levar a universalização a todos os municípios onde atua no Estado de São Paulo até 2018, a Sabesp duplicou, em 2008, o volume anual de investimentos e está trabalhando para manter esse novo patamar nos próximos anos.

<sup>1</sup> Municípios permissionários são aqueles para os quais a Sabesp presta parte dos serviços que compõem o ciclo do saneamento. Com relação à água tratada, a venda é feita no atacado e o município é responsável pela distribuição. No caso do esgoto, o município faz a coleta e a Sabesp oferece o serviço de tratamento.

Além disso, a Sabesp está ampliando sua plataforma de soluções ambientais, destinadas a grandes clientes que queiram se beneficiar do conhecimento e da tecnologia da Empresa para uso racional da água e destinação adequada dos esgotos, contribuindo para a preservação do meio ambiente.

A missão e a visão da Sabesp estão plenamente alinhadas aos seus valores éticos: respeito à sociedade e ao cliente, respeito ao meio ambiente, respeito às pessoas, integridade, competência e cidadania.

Esses valores orientam o trabalho dos 15.103 empregados da Empresa, distribuídos em todo o Estado de São Paulo, e o foco e a dedicação destes colaboradores têm sido reconhecidos pela sociedade. A Empresa recebeu diversos prêmios em 2009, entre os quais pode-se destacar:

- **Prêmio Intangíveis Brasil 2009 - setor Utilities**, concedido pela Federação Nacional das Associações dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil (FENADVB) à Sabesp, por ter sido considerada uma das companhias que melhor gerenciam seus ativos intangíveis (marca, governança corporativa, sustentabilidade, clientes, inovação, tecnologia da informação, talentos, conhecimento corporativo, entre outros);
- **Prêmio de Excelência de Metering International América Latina - Categoria Melhor Projeto de Medição Avançada**, concedido pela Revista Metering;
- **Prêmio Paulista de Qualidade da Gestão - PPQG 2009**, promovido pelo Instituto Paulista de Excelência da Gestão -IPEG;
- **Prêmio Época de Mudanças Climáticas**, concedido pela revista Época, à Sabesp, eleita uma das 20 empresas Líderes em Mudanças Climáticas, por sua política ambiental para reduzir emissões de gases de efeito estufa;
- **Prêmio Melhor empresa do Brasil - Categoria Serviços Públicos**, concedido pela Revista Isto É Dinheiro;
- **Prêmio Nacional da Qualidade em Saneamento - PNQS 2009**, concedido pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - Abes;
- **Prêmio Nacional de Qualidade - PNQ 2009 - Categoria Clientes**, concedido pela Fundação Nacional da Qualidade, por sua gestão no relacionamento com os consumidores;
- **Prêmio Nacional de Qualidade - PNQ 2009 - Categoria IGS - Inovação na Gestão do Saneamento**, concedido pela Fundação Nacional da Qualidade, pelo case “Programa Parceria Sustentável”, voltado à implementação do modelo de excelência na gestão dos fornecedores de serviços e produtos;
- **Prêmio Top Ambiental** - concedido pela Associação dos Diretores de Vendas e Marketing do Brasil (ADVB), ao case Soluções Ambientais;
- **Prêmio E-Learning** - Referência Nacional à Universidade Empresarial Sabesp pela Micropower;
- **Top Social** - concedido pela Associação dos Diretores de Vendas e Marketing do Brasil com o case Sabesp, no Caminho da Sustentabilidade;
- **Top de RH** - concedido pela Associação dos Diretores de Vendas e Marketing do Brasil com o case Gestão do Conhecimento; e
- **Selo Paulista de Diversidade** - concedido pelo Governo do Estado de São Paulo.

**Quadro 2 - Painel de Indicadores**

Indicadores	Unidade	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
<b>Atendimento</b>								
Índices de Atendimento em Água		Tende a Universalização <sup>11</sup>						
Índices de Atendimento em Coleta de Esgotos	%	77	78	78	78	79	79	80
Índices de Tratamento dos Esgotos Coletados	ts	61	63	61	63	66	72	74
População Residente Atendida com Abastecimento de Água	mil hab	21.324	22.335	22.570	22.700	22.959	23.162	23.363
População Residente Atendida com Coleta de Esgotos	mil hab	17.030	18.014	18.326	18.519	18.881	19.198	19.600
<b>Operacionais</b>								
Ligações de Água	mil un	6.044	6.358	6.489	6.609	6.767	6.945	7.118
Ligações de Esgotos	mil un	4.462	4.747	4.878	5.002	5.167	5.336	5.520
Perdas de Água	%	33,0	34,0	32,4	31,9	29,5	27,9	26,0
Volume Produzido de Água	milhões m³	2.820	2.770	2.830	2.887	2.874	2.853	2.845
Volume Faturado de Água no Atacado	milhões m³	346	251	259	263	274	285	288
Volume Faturado de Água no Varejo	milhões m³	1.419	1.441	1.500	1.544	1.573	1.596	1.630
Volume Faturado de Esgoto	milhões m³	1.110	1.141	1.198	1.246	1.300	1.330	1.373
Número de Empregados <sup>12</sup>	empregados	18.546	17.735	17.448	16.978	16.850	16.649	15.103
Produtividade Operacional	lig/emp	566	626	651	684	708	738	837
<b>Financeiros</b>								
Receita Líquida	Milhões R\$	4.130,8	4.397,1	4.953,4	5.527,3	5.970,8	6.351,7	6.730,5
LAJIDA	Milhões R\$	2.076,5	1.926,5	2.285,6	2.446,1	2.698,9	2.840,3	2.741,7
Margem do LAJIDA	%	50,3	43,6	46,1	44,3	45,2	44,7	40,7
Resultado (Lucro/Prejuízo Líquido)	Milhões R\$	833,3	513,0	865,6	778,9	1.055,3	63,6	1.373,9

<sup>11</sup> 1999 e 2002.

<sup>12</sup> Número de empregados próprios, não incluindo a outorga águas.

## **GESTÃO EMPRESARIAL**

---

A Sabesp deu passos importantes em 2009 em direção à sua visão de futuro para 2018.

Em primeiro lugar, o volume de investimentos alcançou R\$ 1,8 bilhão, nível recorde dos últimos 10 anos.

Em segundo lugar, foram tomadas ações de redução de custos e aumento de eficiência para garantir a sustentabilidade econômico-financeira da empresa, além dos avanços verificados na recuperação de créditos da Companhia.

Em terceiro lugar, a estabilização contratual e de mercado avançou. Ao longo do ano, 40 leis autorizativas<sup>2</sup> foram aprovadas pelas câmaras municipais, incluindo a da capital do Estado.

Em quarto lugar, a empresa reposicionou-se estrategicamente frente ao novo marco regulatório. Criou-se a área de meio ambiente em 2007, assuntos regulatórios em 2008 e novos negócios em 2009. O desafio para 2010 é avançar na criação de uma área de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação - PD&I.

Em quinto lugar, está em curso na Sabesp processo de modernização da gestão. Destaque-se a adequação de quadros, com a realização do primeiro concurso abrangente desde 2001, início da implementação do TAC<sup>3</sup> para o desligamento de empregados aposentados pelo INSS e a elaboração de plano de sucessão e carreira para a formação de novas lideranças da Companhia na próxima década.

## **Aceleração dos investimentos rumo à universalização**

---

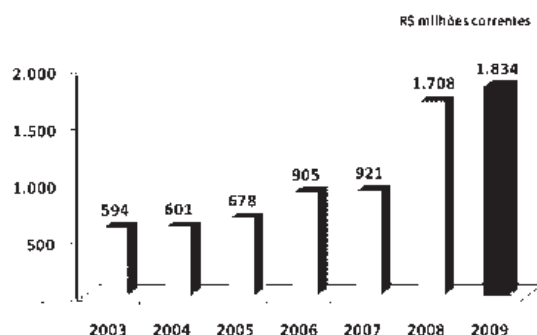
Em 2009, a Sabesp investiu R\$ 1,8 bilhão, cerca de 11% acima do montante projetado para o ano.

### **Quadro 3: Histórico de Investimentos**

---

<sup>2</sup> Lei autorizativa é uma permissão conferida pelo Poder Legislativo Municipal ao Poder Executivo Municipal para que este contrate serviços públicos sob condições previamente especificadas

<sup>3</sup> Termo de Ajustamento de Conduta assinado com o Ministério Público Estadual.



*Obs: 2003 - não inclui a transferência dos serviços de saneamento do Município de São Bernardo do Campo (R\$ 415 milhões)  
2008 e 2009 - não incluem os compromissos assumidos com os contratos de programa (R\$ 253 milhões e R\$ 18 milhões, respectivamente)*

A seguir, são apresentados os investimentos realizados em 2009 por região:

#### Quadro 4: Detalhamento dos Investimentos Realizados em 2009

	Água	Esgoto	Total
<b>Região Metropolitana de São Paulo</b>	506,2	237,5	743,7
<b>Sistemas Regionais (interior e litoral)</b>	350,7	740,0	1.090,7
<b>Total</b>	856,9	977,5	1.834,4

*2009 - não inclui os compromissos assumidos com os contratos de programa (R\$ 18 milhões)*

Foram materializados, em 2009, os primeiros investimentos financiados por capital privado, na forma de parceria público-privada (PPP) e locação de ativos. A utilização desses modelos de financiamento permite à Sabesp acessar recursos e acelerar a execução de investimentos.

Também em 2009, foram feitas cerca de 201 mil novas ligações de água e 184 mil de esgoto, o índice de atendimento em abastecimento de água foi mantido no nível de universalização, a coleta de esgoto subiu para 80% e o índice de tratamento de esgoto coletado alcançou 74%. Cerca de 23,4 milhões de pessoas foram abastecidas com água diretamente (incluindo-se a população dos municípios que compram água no atacado da Sabesp, esse número chega a mais de 26 milhões). Ao mesmo tempo, 19,6 milhões de pessoas foram atendidas pela coleta de esgoto e a Sabesp tratou volume de esgoto gerado por 14,4 milhões de pessoas.

A seguir são apresentados os resultados de 2009 e a síntese das metas operacionais para o período 2009-2018:

#### Quadro 5: Realizado 2009 e Metas 2009-2018



	Realizado	Metas					
	2009	2009	2010	2011	2012	2013	2018
Abastecimento de Água		Tende à universalização					
Coleta de Esgoto (%)	80	80	81	82	83	85	90
Tratamento de Esgotos Coletados (%)	74	74	78	81	84	88	100
Novas Ligações de Água (mil)	201	159	158	149	159	159	787*
Novas Ligações de Esgoto (mil)	184	160	225	179	167	154	915*
Perdas de Água (%)	26	26	24	22	21	20	14

\* Meta acumulada de 2014 a 2018

**Quadro 6: Ligações de água e esgoto executadas e a população beneficiada por essas ligações**

		RMSP	Sistemas Regionais (Interior e Litoral)	Total
Água	Número de novas ligações <sup>(1)</sup>	130,1	70,8	200,9
	População atendida <sup>(2)</sup>	380	180	560
Esgoto	Número de novas ligações <sup>(1)</sup>	112,9	71,2	184,1
	População atendida <sup>(2)</sup>	470	220	690

<sup>(1)</sup> em milhares de unidades

<sup>(2)</sup> em milhares de habitantes

## Programas estruturantes

A aceleração dos investimentos foi feita mediante programas estruturantes, facilitando o planejamento e a captação de recursos.

### *Onda Limpa Baixada Santista*

O Onda Limpa elevará de 54% para 95% o índice de coleta de esgoto e 100% do coletado será tratado nas cidades de Santos, São Vicente, Praia Grande, Guarujá, Itanhaém, Peruíbe, Mongaguá, Cubatão e Bertioga, beneficiando cerca de três milhões de pessoas (população residente e flutuante).

O programa prevê a despoluição de rios e canais, com a consequente melhora da balneabilidade de 82 praias da região, incentivando o turismo, a geração de empregos e renda na Baixada Santista.

Adicionalmente, reduzirá o número de internações por doenças de veiculação hídrica e os índices gerais de mortalidade, sobretudo, o de mortalidade infantil.

O investimento total previsto é de R\$ 1,4 bilhão até 2011. O total investido no programa até dezembro de 2009 atingiu aproximadamente R\$ 960 milhões, correspondendo a 67% das obras.

#### *Onda Limpa Litoral Norte*

O programa visa expandir a rede de coleta de esgotos e a capacidade de tratamento do esgoto coletado no litoral norte do Estado de São Paulo, beneficiando 600 mil pessoas. O programa elevará o índice de coleta e tratamento de esgoto da região de 30% para 85%, gerando melhoria na saúde e bem estar da população, além de estimular o desenvolvimento econômico ao possibilitar o incremento do turismo na região.

O investimento total no programa será de R\$ 385 milhões até 2015.

#### *Água do Litoral*

Este programa tem o objetivo de expandir a capacidade de produção, garantindo a disponibilidade de água tratada em todos os municípios atendidos pela Sabesp na faixa litorânea do Estado de São Paulo e eliminando as irregularidades no abastecimento, principalmente nos meses de verão. Aproximadamente quatro milhões de pessoas serão beneficiadas, entre população residente e flutuante.

Até 2013, a Sabesp espera investir R\$ 1,1 bilhão na ampliação da produção, melhoria da qualidade da água tratada, aumento da adução e da capacidade de reservação de água tratada, expansão da rede de distribuição e ligações domiciliares.

#### *Projeto Tietê*

O Projeto Tietê visa à melhoria da qualidade da água da bacia do Rio Tietê na Região Metropolitana de São Paulo, através da ampliação da infraestrutura de coleta e tratamento de esgoto. O projeto teve início em 1992 e envolve investimentos de US\$ 2,5 bilhões, distribuídos ao longo de 23 anos.

As duas primeiras etapas do programa elevaram a coleta dos esgotos produzidos na Região Metropolitana de São Paulo - RMSP de 70% para 84%, e o tratamento dos esgotos coletados de 24% para 70%. Essas medidas permitiram que a mancha de poluição no rio Tietê e a carga poluidora no manancial da represa Billings fossem reduzidas.

Em 2009 foram dados passos importantes para a terceira etapa do Projeto Tietê. Esta etapa visa ampliar o índice de coleta para 87% e o de tratamento para 84%. O investimento nesta fase está estimado em US\$ 1,05 bilhão.

Este Projeto beneficiará aproximadamente 1,5 milhão de pessoas com coleta de esgoto e cerca de três milhões, com tratamento de esgotos.

#### *Programa Metropolitano de Água*

Este programa visa garantir a continuidade do fornecimento regular de água tratada para os municípios da Região Metropolitana de São Paulo operados pela Sabesp e para os municípios permissionários<sup>4</sup>,

<sup>4</sup> Municípios permissionários são aqueles para os quais a Sabesp presta parte dos serviços que compõem o ciclo do saneamento. Com relação à água tratada, a venda é feita no atacado e o município é responsável pela distribuição. No caso do esgoto, o município faz a coleta e a Sabesp oferece o serviço de tratamento.

aumentando a capacidade de produção de água em 13,2 m<sup>3</sup>/s até 2014. No total, o programa prevê investimentos de R\$ 2,7 bilhões ao longo de oito anos e beneficiará 18,9 milhões de pessoas.

Em 2009 foram concluídas obras de adução, reservação e barragens. Destaque-se, também, o início das obras da Parceria Público-Privada (PPP) do Alto Tietê, com investimentos já realizados de cerca de R\$ 126 milhões em 2009. Após a conclusão das obras, a capacidade nominal do Sistema Alto Tietê passará de 10m<sup>3</sup>/s para 15 m<sup>3</sup>/s, beneficiando diretamente 1,5 milhão de pessoas da região leste da Região Metropolitana de São Paulo, nos municípios de Arujá, Itaquaquecetuba, Poá, Ferraz de Vasconcelos, Suzano, Guarulhos e Mogi das Cruzes, além de melhorar a confiabilidade, flexibilidade e disponibilidade de água do sistema integrado que abastece a RMSP.

#### *Programa Vida Nova*

O Programa Vida Nova, que inclui, entre outros projetos, o Programa Mananciais, é composto por ações focadas na preservação dos Mananciais da Região Metropolitana de São Paulo, especialmente nas Bacias Guarapiranga e Billings. Seu principal objetivo é a recuperação dos reservatórios, organizando a ocupação de seu entorno e garantindo o abastecimento da Grande São Paulo. A maior parte dos recursos será investida na criação de infraestrutura para coleta e tratamento dos esgotos. O Vida Nova também realiza projetos de preservação de áreas verdes e urbanização de favelas, beneficiando diretamente 45 mil famílias.

Ao todo, o programa reúne investimentos de aproximadamente R\$ 1,2 bilhão do Governo do Estado, municípios da região e Governo Federal. A participação da SABESP totaliza R\$ 300 milhões.

#### *Programa Córrego Limpo*

Desenvolvido em parceria com a Prefeitura do Município de São Paulo, este programa visa à despoluição e a limpeza dos córregos urbanos contemplando a melhoria do sistema de esgotamento sanitário, a eliminação de lançamentos de esgotos nos córregos e nas galerias de águas pluviais, a limpeza das margens e dos leitos dos córregos, bem como a remoção e reassentamento de imóveis situados nas faixas ribeirinhas. O Programa iniciou-se em 2007 e tem por objetivo despoluir 100 córregos, mobilizando recursos de R\$ 197,1 milhões, dos quais R\$ 143,0 milhões cabem à Sabesp. Na primeira fase, encerrada em março de 2009, foram executadas ações de despoluição em 42 cursos d'água. A segunda etapa teve início logo em seguida e prevê a limpeza de outros 58 cursos d'água até o final de 2010.

Na segunda fase, serão investidos mais R\$ 118,7 milhões.

#### *Programa Corporativo de Redução de Perdas de Água*

O programa pretende reduzir o índice de perdas de água para 13% até 2019, patamar compatível com padrões internacionais.

Estão previstos investimentos de R\$ 3,4 bilhões entre 2009 e 2019, principalmente em ações como substituição de redes e ramais de água, setorização (com redução de pressão da água) e substituição de hidrômetros.

Em 2009, foram investidos cerca de R\$ 261 milhões neste programa e o índice foi reduzido de 27,9% (dez/2008) para 26,0% (dez/2009), nível significativamente inferior à média nacional, de cerca de 40%.

#### *Investimentos em Água e Esgotos no Interior*

Entre os investimentos no interior do Estado, destacaram-se em 2009: (i) a fase final das obras para universalização dos serviços de saneamento em Presidente Prudente; (ii) o avanço significativo das obras de esgotos de São José dos Campos e Taubaté-Tremembé; (iii) a estruturação de locação de ativos para o novo Sistema Produtor de Água de Franca, para o Sistema de Afastamento e Tratamento de Esgotos de São José dos Campos e para o Sistema de Afastamento e Tratamento de Esgotos de Campos do Jordão; e (iv) a conclusão de obras para tratamento de esgoto em diversos municípios, como Monte Aprazível, Hortolândia, Caçapava, entre outros.

## Sustentabilidade econômico-financeira

---

A manutenção do elevado patamar de investimentos foi acompanhada de medidas de redução de custo, aumento de receitas, otimização da base de ativos, melhora do perfil e aumento do volume de captação, bem como equacionamento nas relações de débito e crédito com municípios permissionários<sup>5</sup> e com o Governo do Estado de São Paulo - GESP.

A redução de custos é indispensável em um momento no qual o setor de saneamento vem se tornando mais competitivo e, quando várias pressões por aumento de despesas tem se tornado realidade em função de novas exigências ambientais, regulatórias e de padrão de qualidade dos serviços.

O ajuste promovido nas despesas de 2009 por meio da renegociação de contratos, revisão de preços de referência e otimização de recursos, entre outras ações, em diversas áreas como telecomunicações, energia, materiais de tratamento e tarifas bancárias para arrecadação, quando implantado, a partir de 2010, implicará uma redução potencial de até R\$ 180 milhões, representando ganho de eficiência e competitividade da Companhia.

Os esforços para assegurar a receita no longo prazo de grandes consumidores, por meio do programa Sabesp Soluções Ambientais, apresentaram resultados positivos. Os 159 contratos de fidelização (demanda firme) firmados até 2009 asseguraram faturamento anual de R\$ 196 milhões. Outro exemplo é o programa de recebimentos de Esgotos Não-Domésticos (END), pelo qual a Sabesp recebe e trata os esgotos das indústrias, tendo faturado R\$ 125 milhões em 2009.

Com relação à redução de ativos, a Sabesp estruturou o programa de otimização de ativos, cujos objetivos são (i) alienar áreas não operacionais e sem utilização, e (ii) promover a otimização de áreas operacionais, de acordo com as reais necessidades e para os fins a que se destinam. O foco desse trabalho reside na redução da base de ativos com a consequente geração de caixa. O valor das alienações em 2009 foi de R\$ 27 milhões.

No tocante à captação de recursos, a despeito da crise de crédito, em 2009 a Sabesp foi capaz de captar R\$ 1 bilhão, junto ao BID e BNDES, para financiar seu plano de investimentos e R\$ 900 milhões para rolagem de dívida. Muito embora o ano tenha sido marcado pela piora da avaliação de risco de inúmeras empresas, a Sabesp teve sua solidez econômico-financeira reconhecida. A agência de classificação de risco Standard and Poors - S&P melhorou a avaliação da Companhia na avaliação global de "BB-" para "BB" e na escala Brasil de "brA+" para "brAA-".

Outro fato de destaque em 2009, foi o envio à Secretaria de Previdência Complementar da proposta para o equacionamento do déficit projetado da SabespPrev, representando um esforço para superar uma pendência de quase dez anos.

## Acordo com o Governo do Estado de São Paulo – GESP

---

<sup>5</sup> Municípios permissionários são aqueles para os quais a Sabesp presta parte dos serviços que compõem o ciclo do saneamento. Com relação à água tratada, a venda é feita no atacado e o município é responsável pela distribuição. No caso do esgoto, o município faz a coleta e a Sabesp oferece o serviço de tratamento.

O ano de 2009 foi marcado também pelo avanço no relacionamento com o GESP. Destaquem-se:

- i. Eliminação na prática da inadimplência do GESP em relação às contas de água e esgoto. A inadimplência que era de 90,7% em 2008 passou para 97,6% em 2009;
- ii. no final de 2008, a Sabesp e o GESP acordaram o reembolso de R\$ 915 milhões, isto é aproximadamente dois terços do total do Contas a Receber, relativo a complementações de aposentadoria e pensão, registrado nas demonstrações financeiras da Companhia. Esse montante foi parcelado e o GESP vem pagando regularmente, o que representa R\$ 27,5 milhões de entrada de caixa para a Companhia desde a celebração desse acordo. Além disso, o GESP também assumiu parte do fluxo mensal de pagamentos aos beneficiários (aposentados e pensionistas). Isso permitiu que a Companhia fosse reembolsada em R\$ 91,2 milhões desde a celebração do acordo no final de 2008. Isso representa aproximadamente 48,9% do total pago pela Sabesp nesse período a título de complementações de aposentadoria e pensão. O acordo realizado permitiu o recebimento pela Companhia de mais de R\$ 118,7 milhões desde o final de 2008.

#### Negociação com os municípios permissionários

Em 2009 houve avanços nas ações para a diminuição das dívidas dos municípios permissionários relativos ao fornecimento de água. Aspectos que merecem destaque:

- a) Nas ações contra o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Guarulhos – SAAE a Companhia conseguiu receber aproximadamente R\$ 38 milhões relativos a contas de águas emitidas e não pagas - precatórios;
- b) A Sabesp obteve importante vitória obrigando o Município de Santo André e o Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André – SEMASA a incluir em seu orçamento os valores integrais devidos à Sabesp; e
- c) Iniciativas de negociação extrajudicial com as permissionárias dispostas a equacionar suas pendências com a Sabesp:
  - Foi repactuada dívida aproximada de R\$ 8,5 milhões com o Serviço Municipal de Água e Esgotos de Mogi das Cruzes – SEMAE que vem pagando regularmente à Sabesp. Além disso, foram iniciadas negociações para que a Sabesp e o SEMAE formem uma sociedade para operação conjunta do sistema de esgotos da cidade.
  - Com o Município de Diadema e a Companhia de Saneamento de Diadema – SANED houve avanço nas negociações para a criação de uma sociedade de serviços de água e esgoto com participação do Município de Diadema e da Sabesp. A expectativa é que em 2010 as negociações sejam concluídas e todas as pendências judiciais existentes com o Município de Diadema sejam equacionadas.

#### Consolidação dos mercados e estabilidade contratual

Ao longo de 2009, foram assinados 14 contratos e aprovadas 40 leis autorizando os executivos municipais a firmarem contratos com a Sabesp. O principal destaque foi a lei aprovada no Município de São Paulo, em junho. As outras 39 leis autorizativas foram assinadas em municípios do interior. Até o final de 2009, foram aprovadas 202 leis autorizativas, que permitiu a assinatura de 174 contratos.

Em dezembro de 2008, a Sabesp assinou contrato para interceptação e tratamento de 20% dos esgotos gerados pela cidade de Guarulhos. A receita total da Companhia ao longo dos cinco anos de contrato terá

um acréscimo de aproximadamente R\$ 58 milhões. Em 2009, a Sabesp avançou na negociação para a coleta e tratamento do esgoto da região central do Município e espera finalizar as tratativas em 2010.

O grande desafio para 2010 é firmar o contrato com o Município e o Estado de São Paulo que é responsável sozinho por mais da metade da receita total da Companhia.

### **Reposicionamento diante do novo marco regulatório**

---

A definição de um marco legal para o setor de saneamento (Lei Federal nº 11.445/07) e a criação da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo – ARSESP alteraram profundamente o ambiente regulatório no qual a Sabesp atua, intensificando a concorrência no setor e gerando novos encargos e novas oportunidades para a empresa.

Além disso, as expectativas da sociedade em relação aos serviços de saneamento e à preservação do meio ambiente são crescentes, exigindo da Sabesp mais investimentos, rapidez e inovação. Visando adequar a Empresa a esse novo cenário, foram programadas ações em torno de quatro pilares de modernização.

#### Soluções ambientais

---

O Programa Sabesp Soluções Ambientais é composto por uma plataforma de produtos e serviços que buscam fidelizar e ampliar a base de grandes clientes da Companhia. Por meio dos novos serviços, os clientes se beneficiam do conhecimento e da tecnologia da Sabesp nos campos de sustentabilidade, preservação do meio ambiente e gerenciamento de recursos hídricos. Desse modo, a Sabesp vem, por exemplo, aumentando sua capacidade competitiva nos segmentos mais visados pelos fornecedores alternativos de água. Os principais resultados obtidos em 2009 foram:

- Contratos de Fidelização: por meio de um contrato que estabelece uma demanda mensal mínima de consumo, as empresas se beneficiam de tarifas diferenciadas e sistemas de gestão de consumo e, assim, reduzem custos. As empresas contam ainda com atendimento diferenciado e garantias de abastecimento. Em 2009, foram firmados 56 novos contratos, que somados aos 103 contratos já existentes, corresponde a R\$ 196 milhões/ano.
- Esgotos Não-Domésticos (END): uma das grandes preocupações das empresas é o destino dos esgotos provenientes do processo produtivo. Para atender a esta necessidade, a Sabesp preparou-se para receber e tratar tais tipos de esgotos. Em 2009 a Sabesp coletou 16,9 milhões m<sup>3</sup> de efluentes, o que corresponde a um faturamento de R\$ 125 milhões.
- Programa de Uso Racional da Água (PURA): direcionado especificamente para as Secretarias de Estado e as Prefeituras classificadas na categoria de uso pública, as soluções para diminuir o consumo de água são compostas de ações como detecção e reparo de vazamentos, troca de equipamentos convencionais por equipamentos economizadores, estudos para reaproveitamento da água e palestras educativas. Em 2009, 644 escolas públicas da capital aderiram ao programa, gerando uma economia de 70 milhões de litros de água a cada mês (uma redução mensal média de 37%). Dessas 644 escolas, 504 também já contam com o Contrato de Tarificação para Entidades Públicas, cuja tarifa dos serviços de água e/ou esgoto corresponde a 75% da tarifa da categoria de uso pública que não tem este contrato. Para ter direito ao benefício, a instituição precisa ter economizado pelo menos 10% no consumo de água – e manter esse patamar.
- Água de Reuso: a água produzida a partir do tratamento de esgotos pode ser utilizada para refrigeração de equipamentos, em processos industriais e para outros fins não-potáveis. A utilização de água de reuso colabora para a expansão da oferta de água destinada ao abastecimento público e



preservação do meio ambiente. O processo de produção da água de reuso da Sabesp é assegurado pelo sistema de gestão ISO 9001/2000, obedecendo a rigorosos parâmetros de qualidade. Atualmente, os maiores clientes da Sabesp são a Coats Corrente e a Santher, que utilizam o produto em seu processo de produção, e a Prefeitura de São Paulo, para a limpeza de ruas, de monumentos, na rega de jardim e desobstrução de galerias pluviais. A água de reuso gera para a Companhia um faturamento anual de R\$ 182,4 mil.

- *Medição Individualizada de Água em Condomínios*: a Sabesp lançou em 2008 uma tecnologia que permite medir separadamente o consumo de cada apartamento. Batizada de “medição individualizada”, a nova tecnologia atende a uma antiga reivindicação de muitos condomínios e pode se transformar em um importante incentivo econômico ao uso racional da água. A Medição Individualizada de água pode ser adquirida por condomínios residenciais e comerciais em todos os municípios operados pela Sabesp no Estado de São Paulo. O modelo desenvolvido pelo ProAcqua, parceria entre a Sabesp e Cediplac, prevê a utilização de tecnologia de ponta, na qual é instalado um concentrador desenvolvido com exclusividade para a Sabesp, que permite a leitura e o corte à distância.
- *Telemedicação*: o serviço possibilita o monitoramento do consumo do hidrômetro em tempo real via internet. O histórico de consumo é apresentado em gráficos de acordo com o período determinado pelo cliente. Além disso, o sistema disponibiliza alerta sobre vazamentos e picos de consumo por meio de correio eletrônico e mensagens de celular. A gestão de consumo em tempo real permite a tomada de decisões com maior agilidade, aumentando a eficiência logística das respostas, ao mesmo tempo em que reduz o desperdício de água. No total, desde 2007, em torno de 2,9 mil imóveis já utilizam a Telemedicação Sabesp.

#### Assuntos Regulatórios

---

Após a estruturação da Área de Assuntos Regulatórios em 2008, quando foi constituída uma Superintendência e um Comitê, a Sabesp buscou, ao longo de 2009, implementar as melhores práticas de regulação e disseminar a cultura regulatória na Companhia.

Houve importantes avanços em relação aos desafios do novo marco regulatório, com maior interação entre a Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - Arsesp e a Sabesp.

Cabe destacar alguns pontos sobre o ano de 2009:

- *Liberdade para negociação com grandes clientes*: Após elaboração de estudo técnico e diversas discussões com a Arsesp, a Sabesp obteve a liberdade de negociar preços para grandes clientes, acima de 500 m<sup>3</sup>/mês, mediante contratos específicos. Esta liberdade é fundamental para que a empresa permaneça competitiva neste segmento de mercado, que é disputado com o de poços artesianos, de soluções individuais e distribuição de água por meio de caminhões-pipa.

*Revisão tarifária*: Em 2009, a Arsesp deu continuidade ao processo de alteração dos critérios utilizados, publicando em 22 de julho, Nota Técnica sobre a Metodologia para o Processo de Reajuste Tarifário. Em 12 de agosto de 2009, a Arsesp informou que o ajuste metodológico proposto continuará em estudo para seu aperfeiçoamento e será aplicado no momento da revisão tarifária, em um processo que deverá ser concluído em 2011.

Segundo a Agência, essa futura Revisão Tarifária será orientada para:

- Fixar um marco inicial para as Revisões Tarifárias periódicas referentes a todos os Municípios com Contratos de Programa com a Sabesp e com serviços regulados pela Arsesp;

- Rediscutir todos os critérios adotados em relação ao custo dos serviços, a estrutura tarifária, a política de subsídios e outros;
  - Estabelecer metodologia, normas e procedimentos para revisões e reajustes futuros;
  - Contar com ampla participação dos interessados no processo, dentre eles: prefeituras municipais, concessionários, consumidores, investidores, entre outros.
- 
- Normas regulatórias: No ano de 2009, a Arsesp publicou duas regulamentações importantes. A primeira foi o regulamento de infrações e penalidades para prestadores de serviços de saneamento básico. O texto define basicamente o processo de penalização e valores a serem aplicados nas concessionárias em caso de descumprimento de normas e legislação pertinente. O processo de elaboração do regulamento ocorreu mediante consulta pública, com diversas contribuições por parte da Sabesp. A Agência também publicou, no dia 13 de novembro, normas que estabelecem as condições gerais para a prestação e utilização dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. O documento trata essencialmente das normas que disciplinam as matérias atinentes à relação comercial e operacional dos prestadores com os usuários dos serviços.

### Novos negócios

---

O ano de 2009 foi bastante importante para a área de Novos Negócios, com a criação de sua Superintendência e a assinatura de diversos termos de cooperação e parcerias:

- termos de cooperação técnica com a CAESB, companhia de saneamento de Brasília, e com a CASAN, de Santa Catarina;
- contrato de transferência de tecnologia, na área de perdas, com a CASAL, de Alagoas. Esse contrato gerou novas demandas para a Sabesp e, ainda em 2009 iniciaram-se negociações com o Serviço Autônomo de Belém do Pará - SAAEB e com o município de Toritama em Pernambuco;
- termo de cooperação internacional, com o Instituto Costarricense de Acuedutos y Alcantanrillados (AyA), da Costa Rica, com a Agbar, de Barcelona, e com a Mekorot, de Israel. Esses termos de cooperação se mostraram bastante efetivos para viabilizar as trocas de experiência e conhecimento entre as empresas e para prospectar negócios conjuntos.

A intensificação da atuação da Sabesp no exterior não se restringiu apenas aos convênios de cooperação. A Sabesp, em consórcio com a empresa Latin Consult, venceu uma concorrência internacional, promovida pelo Instituto de Acueductos y Alcantarillados Nacionales (IDAAN), com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O Consórcio atuará como consultor em programa de uso racional de água e na implantação de um novo modelo de gestão comercial e operacional nas províncias centrais do Panamá. O valor aproximado do contrato é de US\$ 8 milhões.

Em 2009 foi publicado o primeiro edital de licitação para a concessão a empresas privadas do direito de exploração do potencial energético das Estações de Tratamento de Água de Guaraú e Vertedouro Cascata, através da construção de pequenas centrais hidroelétricas (PCH), que produzirão aproximadamente 7 MWh – uma modelagem inédita no Brasil. O processo licitatório culminou com a assinatura do contrato com o Consórcio Sevtec/Tecniplan em março/2010, o projeto encontra-se em licenciamento ambiental.

Com relação ao Projeto Aquapolo Ambiental, a Empresa também obteve importantes avanços com a definição dos principais termos e condições dos contratos para implantação, pela Sabesp e pela Foz do Brasil, do maior projeto de água de reuso do América do Sul. O Projeto prevê o fornecimento de até 1 m³/s de água de reuso ao Grupo Petroquímico Quattor, com a possibilidade de estender o fornecimento para as demais empresas do Pólo Petroquímico de Capuava, além de empresas localizadas no percurso da adutora



de 16,5 km de extensão que irá passar pelos municípios de São Paulo, São Caetano do Sul e Santo André. A expectativa é de que no primeiro semestre de 2010 as negociações sejam concluídas e as obras iniciadas.

Além disso, a entrada da Sabesp em novos segmentos tem criado novas demandas. Diante do interesse de alguns municípios, como São João da Boa Vista, Mogi Mirim e Lins, a área de Novos Negócios conduziu diversos estudos e análises para apresentar soluções em relação à disposição final de resíduos sólidos urbanos.

#### PD&I

---

Três grandes realizações marcaram 2009 na área de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação - PD&I na Sabesp. A primeira foi o acordo de cooperação com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP, para desenvolver projetos na modalidade de "Pesquisa em Parceria para Inovação Tecnológica (PITE)". Esta parceria prevê investimentos de R\$ 25 milhões pela Sabesp e de R\$ 25 milhões pela FAPESP ao longo de cinco anos.

No âmbito desse acordo, em dezembro de 2009, a FAPESP publicou o edital para primeira chamada de propostas de pesquisas na área de saneamento, com aporte de recursos de R\$ 10 milhões, R\$ 5 milhões da Sabesp e R\$ 5 milhões da FAPESP, com estimativa para a conclusão das pesquisas em 36 meses.

Uma segunda realização foi o Prêmio Sabesp de Criatividade, que tem como objetivo selecionar e premiar idéias inovadoras propostas por seus funcionários para melhoria de processos e redução de custos. A 1ª edição contou com 730 inscrições, sendo que 64 foram premiadas.

A terceira realização importante foi a integração da Sabesp ao Pólo Tecnológico de São José dos Campos, que também conta com a participação de outras empresas. A integração ao Pólo Tecnológico permitirá à Sabesp compartilhar e desenvolver tecnologias e conhecimento com empresas com tradição em pesquisa, desenvolvimento e inovação, ampliando assim a possibilidade de firmar alianças tecnológicas e prospectar novos negócios.

A área de PD&I terá como principais desafios inventariar e difundir as tecnologias existentes na companhia, desenvolver uma política de proteção de direitos de propriedade intelectual, coordenar as alianças tecnológicas e os acordos de cooperação para o desenvolvimento de pesquisas de interesse da companhia, além de auxiliar na formação de produtos que possam ser comercializados a partir das tecnologias desenvolvidas na Companhia.

#### Modernização da gestão

---

A Empresa está passando por amplo processo de reestruturação de recursos humanos, com aumento da produtividade e modificação do perfil dos empregados.

Após oito anos sem concurso, foi realizado em maio de 2009, concurso público para provimento de 1.771 vagas distribuídas em todo o Estado de São Paulo. Mais de 190 mil candidatos se inscreveram e dentre os selecionados, 379 já estavam atuando na Sabesp em dezembro de 2009. Também em 2009, a Sabesp deu início ao cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta assinado em fevereiro do mesmo ano com o Ministério Público, o qual prevê o desligamento de empregados aposentados pelo INSS.

Entre 2008/2009, os desligamentos referentes à redução de 2% do quadro de funcionários permitida pelo acordo coletivo mais os referentes ao TAC<sup>6</sup>, totalizaram 1.971 empregados. No momento do desligamento dos aposentados, é oferecido apoio à recolocação no mercado por meio do Programa de Apoio ao Empregado e Empreendedorismo.

O desligamento de um grande número de profissionais acentua a importância de uma estratégia empresarial de formação de novos talentos que possam suceder as atuais lideranças no futuro. Neste sentido, foi preparado um plano de sucessão e carreira, um programa estruturado e contínuo de preparação de funcionários para posições gerenciais.

---

### Gestão por valor agregado (GVA)

Em 2009, foi dada continuidade à implantação do modelo de Gestão por Valor Agregado - GVA, o que é essencial para orientar ações relacionadas à otimização da base de ativos da Sabesp e à melhoria da qualidade dos investimentos, visando o fortalecimento da empresa e sua sustentabilidade no longo prazo.

O desafio em 2010 será concluir a implantação do GVA em todas as unidades de negócio, dando sequência à elaboração de uma proposta de remuneração variável atrelada à geração de valor. O objetivo é induzir e premiar esforços de aprimoramento da gestão de ativos, despesas e receitas.

---

### Selo Ambiente Livre do Tabaco

A Sabesp obteve o Selo Duro Ambiente Livre do Tabaco. Foi a primeira empresa pública a conquistar este selo, e a segunda no geral. Para auxiliar os funcionários interessados em abandonar o fumo, a Sabesp, por meio do Programa de Atendimento e Recuperação do Empregado - PARE, proporcionou o tratamento a 559 empregados, sendo que desses 177 pararam de fumar.

---

### Governança Corporativa

A diretriz empresarial "Pró-atividade nos relacionamentos externos" estabelece a ampliação da Governança Corporativa, que deve ser um desafio constante para uma Empresa que foi a primeira de controle estatal no Brasil a aderir, em abril de 2002, ao Novo Mercado da BM&FBovespa e que, simultaneamente, listou suas ações na Bolsa de Nova Iorque.

#### *Estrutura de Governança*

**Assembleia Geral de Acionistas:** Instância máxima da decisão, com poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento. Compete à assembleia geral, dentre outros, eleger ou destituir os conselheiros de administração e fiscal. Todos os documentos a serem analisados ou discutidos em assembleia são disponibilizados na sede social e na BM&FBovespa, a partir da publicação do edital de convocação.

A comprovação da condição de acionista poderá ocorrer a qualquer momento até a abertura dos trabalhos da assembleia geral, mediante o cumprimento das regras estabelecidas no estatuto social.

**Conselho de Administração:** É composto por 13 membros com mandato unificado de dois anos, permitida a reeleição. A posição de presidente do conselho e presidente da Companhia é ocupada por pessoas distintas

---

<sup>6</sup> Termo de Ajustamento de Conduta assinado com o Ministério Público Estadual.

e não poderá recair na pessoa do Diretor Presidente da Companhia que for eleito conselheiro. Dentre os conselheiros, quatro são independentes de acordo com as regras do Regulamento do Novo Mercado, sendo um deles eleito pelos acionistas minoritários. É assegurada a participação de um representante dos empregados no Conselho de Administração, com mandato coincidente com o dos demais conselheiros.

**Comitê de Auditoria:** O Conselho de Administração é assessorado por um Comitê de Auditoria, composto por três conselheiros de administração independentes, dos quais um é especialista em finanças e Coordenador do Comitê. As responsabilidades e forma de funcionamento deste Comitê estão definidas em seu regimento interno, disponível no website da Companhia, com nova versão aprovada pelo Conselho de Administração.

**Conselho Fiscal:** Instalado de forma permanente, desde a criação da Empresa, compõe-se de cinco membros titulares e respectivos suplentes, sendo um representante dos acionistas minoritários.

**Diretoria Executiva:** A Diretoria é composta por seis membros com mandato unificado de dois anos, permitida a reeleição. Os Diretores são eleitos pelo Conselho de Administração, sendo um deles designado Diretor Presidente. O Diretor Presidente integra o Conselho de Administração.

**Secretarias Executivas da Governança:** Assessoram os processos de governança, auxiliando o Presidente do Conselho de Administração, o Coordenador do Comitê de Auditoria, o Conselho Fiscal e o Diretor Presidente da Companhia na definição da agenda das reuniões; na convocação e condução das assembleias gerais; no encaminhamento da agenda e do material de apoio às reuniões; na elaboração das atas e na interação com os membros da Diretoria-Executiva, dentre outros, colaborando para o aprimoramento da governança.

**Auditoria Interna:** A Auditoria Interna tem atuação independente, com o objetivo de avaliar a integridade, adequação, eficácia e eficiência dos processos e dos sistemas de informações e de controles internos. Para o adequado cumprimento de suas responsabilidades, a Auditoria Interna tem acesso a todos os documentos, registros físicos e lógicos, sistemas, locais e pessoas envolvidas com as atividades sob exame. A Auditoria Interna está subordinada à Presidência e suas atividades são supervisionadas pelo Comitê de Auditoria.

**Auditoria Externa:** A Empresa obedece aos princípios que preservam a independência do auditor externo quanto a não auditar seu próprio trabalho, não exercer funções gerenciais e não advogar pelo seu cliente. A PricewaterhouseCoopers atuou como auditor independente da Companhia para o período findo em dezembro de 2009 e não prestou, durante o exercício de 2009, serviços não relacionados à auditoria externa.

**Remuneração dos Administradores:** De acordo com a legislação societária brasileira, a remuneração a ser paga aos conselheiros de administração, conselheiros fiscais e diretores é estabelecida, de forma agregada, pela assembleia geral de acionistas. A remuneração dos Conselheiros de Administração e Diretores em 2009, incluindo benefícios, foi de aproximadamente R\$ 2,1 milhões. Adicionalmente, cerca de R\$ 0,8 milhão foi pago a título de bônus.

#### *Código de Ética e Conduta*

A Sabesp tem no Código de Ética e Conduta o seu principal referencial orientador, cujos valores éticos destacam o respeito à sociedade e ao cliente, respeito ao meio ambiente, respeito às pessoas, integridade, competência e cidadania. O Código estabelece a relação da Sabesp com os seus diversos públicos de interesse: administradores, conselheiros fiscais, empregados, clientes, fornecedores, acionistas, comunidade e sociedade em geral.

Em 2009, para melhor entendimento e disseminação do Código, foi construída uma cartilha didática com exemplos ilustrativos, sendo disponibilizada em diversas mídias aos empregados. Além disso, houve a recomposição do Comitê de Ética e Conduta, responsável por estimular o comprometimento de empregados com o Código e zelar por sua constante pertinência, atualização e adequação, bem como orientar e sugerir ações necessárias para divulgação e disseminação de seus preceitos em todos os níveis da empresa.

A adoção do Código de Ética e Conduta é imprescindível para que a Sabesp consolide e amplie a reputação já conquistada de empresa socialmente responsável.

#### *Canal de Denúncias*

Para garantir que o Código de Ética e Conduta seja observado, a Sabesp dispõe de um Comitê de Ética, de um Canal de Denúncias interno e de um Procedimento Empresarial de Apuração de Responsabilidades, bem como recebe denúncias externas via Ouvidoria e Serviço de Atendimento ao Cliente. O canal interno também está preparado para acatar denúncias anônimas. Os resultados das averiguações das denúncias são encaminhados ao Comitê de Auditoria. As incidências são reportadas ao Comitê de Ética, para ações preventivas.

Em 2009, foram registradas 172 ocorrências de denúncias. As denúncias foram mapeadas nas Unidades de Negócio, por intermédio de sistema informatizado, com a identificação de maiores incidências. Todos os casos foram averiguados, de acordo com procedimento específico, e estabelecimento de ações corretivas. Como resultado de ações preventivas, nota-se, de forma geral, um decréscimo significativo na quantidade de ocorrências. Esta tendência foi mais acentuada nos processos que envolvem supostas fraudes no relacionamento comercial com os clientes e nos casos de comportamento inadequado.

#### *Controles Internos e Gestão de Riscos*

A Sabesp deu continuidade em 2009 aos testes dos controles internos para a manutenção da certificação que atende a lei norte-americana Sarbanes-Oxley (SOx), desde 2006. Estes controles abrangem os procedimentos que asseguram a precisão dos registros contábeis; a preparação das demonstrações financeiras de acordo com as regras oficiais; e a devida autorização das transações relacionadas com aquisições, uso e disposição dos bens da Companhia.

Os controles internos, com base na avaliação realizada, foram considerados eficazes e, desta forma, concluiu-se que os principais riscos que poderiam afetar as demonstrações financeiras foram devidamente mitigados.

Para aprimorar os instrumentos organizacionais e os processos operacionais, o ano de 2009 foi marcado pela continuidade do monitoramento de indicadores de desempenho, com foco na identificação de pontos críticos que necessitam de atuação para manter e ampliar receitas, reduzir despesas e otimizar a gestão dos processos administrativos, operacionais e de obras. Os gestores da Companhia propuseram Planos de Ação para aprimorar os controles internos, que foram reportados ao Comitê de Auditoria e à alta administração.

#### *Gestão de Riscos*

Foi consolidada também a implantação do gerenciamento de riscos, em âmbito corporativo, por meio da identificação e avaliação dos riscos estratégicos e dos principais processos de negócio da Sabesp. O projeto inclui, ainda, a avaliação dos riscos estratégicos da Fundação de Seguridade Social - Sabesprev.

A Sabesp é consciente de que uma boa gestão dos riscos é importante para garantir a continuidade das suas atividades de modo a atingir a sua missão: prestar serviços de saneamento, contribuindo para a qualidade de vida e do meio ambiente.

Anteriormente, a Companhia executava diversas ações não padronizadas de gerenciamento de riscos. Em 2009, o processo foi oficializado e a gestão de riscos estratégicos é formada por duas instâncias: i - Comitê de Riscos, composto pelo presidente da Companhia, na condição de coordenador e por um representante de cada diretoria; e ii - Núcleo de Gestão de Riscos, subordinado a Auditoria Interna. O Comitê iniciou formalmente suas atividades em janeiro de 2010.

#### *Clausula Compromissória*

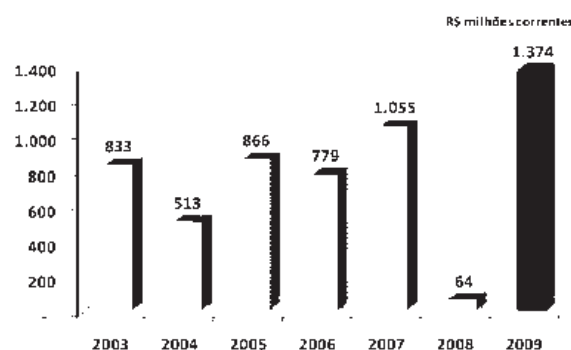
A companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do conselho fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou

oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei nº 6.404/76, em seu estatuto, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, do Contrato de Participação do Novo Mercado e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, a ser conduzida junto à Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela BM&FBOVESPA, de conformidade com o Regulamento da referida Câmara, observada a ressalva aplicável aos direitos indisponíveis.

## Desempenho Econômico-Financeiro

A Sabesp apresentou resultado sólido no ano de 2009, confirmando a baixa exposição da Companhia à crise internacional que abalou os mercados nos anos de 2008/2009. O lucro líquido do ano foi de R\$ 1,4 bilhão, a receita líquida atingiu R\$ 6,7 bilhões, com crescimento de 6,0% em relação ao ano anterior, o LAJIDA atingiu R\$ 2,7 bilhões com pequeno recuo de 3,5% em relação a 2008.

### Quadro 7: Histórico do Lucro

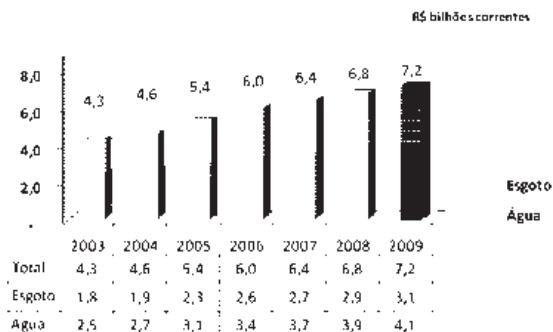


O lucro de 2008, que era de R\$ 1,0 bilhão, passou para R\$ 64 milhões em função da provisão para despesas relativas à parte controversa dos benefícios de complementação de aposentaria e pensão previstos na Lei Estadual 4.819/58, no valor de R\$ 409,1 milhões, e pelo reconhecimento da provisão para a obrigação relativa ao compromisso atuarial mantido com os beneficiários da respectiva Lei, no valor de R\$ 535,4 milhões.

### Receita Operacional

A receita operacional bruta atingiu R\$ 7,2 bilhões, correspondendo a um acréscimo de 5,8% em relação ao exercício anterior, em decorrência dos reajustes tarifários, aplicados em setembro de 2008 (5,10%) e setembro de 2009 (4,43%), e do crescimento do volume faturado de 2,1% de água e 3,2% de esgoto.

### Quadro 8: Histórico da Receita Operacional Bruta



Quadro9: Volume faturado de água e esgoto, por categoria de uso e por região

VOLUME FATURADO DE ÁGUA E ESGOTO<sup>(1)</sup> POR CATEGORIA DE USO - milhões de m<sup>3</sup>

	Água			Esgoto			Água + Esgoto		
	2008	2009	%	2008	2009	%	2008	2009	%
Residencial	1.358,7	1.393,1	2,5	1.088,8	1.124,3	3,3	2.447,5	2.517,4	2,9
Comercial	154,0	155,5	1,0	141,8	143,8	1,4	295,8	299,3	1,2
Industrial	35,7	34,4	(3,6)	33,0	34,8	2,7	69,6	69,2	(0,6)
Pública	47,1	47,0	(0,2)	38,0	38,6	1,6	85,1	85,6	0,6
Total varejo	1.595,5	1.630,0	2,2	1.302,5	1.341,5	3,0	2.898,0	2.971,5	2,5
Atacado	284,5	288,0	1,2	27,9	31,1	12,0	312,4	319,1	2,1
Água de reuso	0,2	0,8	-	-	-	-	0,2	0,8	-
Total	1.880,2	1.918,8	2,1	1.330,4	1.372,6	3,2	3.210,6	3.291,4	2,5

<sup>(1)</sup> Não auditado

VOLUME FATURADO DE ÁGUA E ESGOTO<sup>(1)</sup> POR REGIÃO - milhões de m<sup>3</sup>

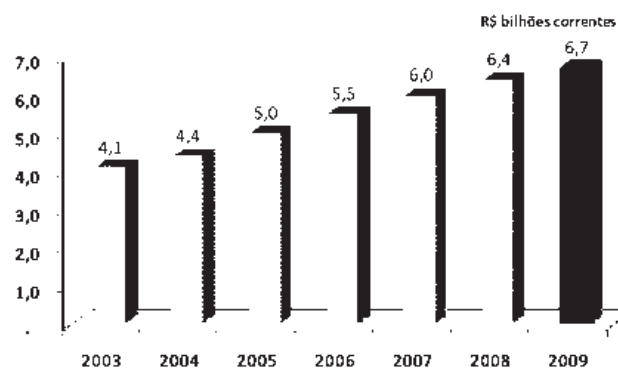
	Água			Esgoto			Água + Esgoto		
	2008	2009	%	2008	2009	%	2008	2009	%
Metropolitana	1.065,9	1.083,9	1,7	887,3	911,1	2,7	1.953,2	1.995,0	2,1
Sistemas Regionais <sup>(2)</sup>	529,6	546,1	3,1	415,2	430,4	3,7	944,8	976,5	3,4
Total varejo	1.595,5	1.630,0	2,2	1.302,5	1.341,5	3,0	2.898,0	2.971,5	2,5
Atacado	284,5	288,0	1,2	27,9	31,1	11,5	312,4	319,1	2,1
Água de reuso	0,2	0,8	-	-	-	-	0,2	0,8	-
Total	1.880,2	1.918,8	2,1	1.330,4	1.372,6	3,2	3.210,6	3.291,4	2,5

<sup>(1)</sup> Não auditado

<sup>(2)</sup> Composta pelas regiões do litoral e interior

A receita operacional líquida alcançou R\$ 6,7 bilhões, uma evolução de 6,0% sobre 2008.

**Quadro 10: Histórico da Receita Operacional Líquida**

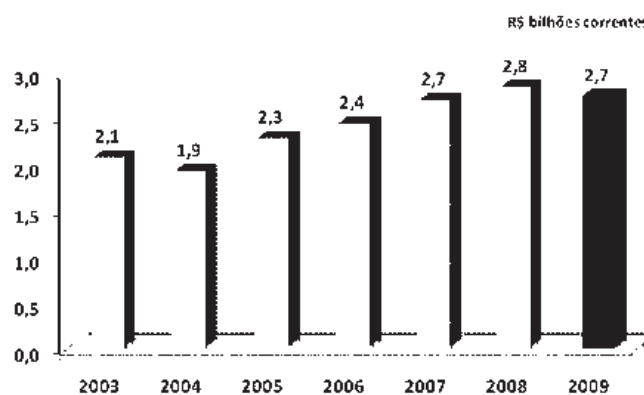


## Resultado Operacional

O resultado medido pelo LAJIDA (Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) alcançou R\$ 2,7 bilhões e margem de 40,7%.

A margem LAJIDA foi afetada por alguns eventos extraordinários, entre eles, e principalmente, a provisão para demissão de empregados aposentados referentes ao TAC<sup>7</sup>. Sem essa provisão, a margem LAJIDA seria de 42,9%.

**Quadro 11: Histórico do LAJIDA**



## Análise do endividamento

<sup>7</sup> Termo de Ajustamento de Conduta assinado com o Ministério Público Estadual.



No ano de 2009, a Companhia contraiu novas dívidas no valor de R\$ 2.239 milhões e amortizou um total de R\$ 1.896 milhões. Em função das amortizações e, principalmente pela valorização do real frente ao dólar norte-americano, o saldo líquido foi uma diminuição de R\$ 305 milhões no endividamento total.

A dívida líquida fechou o ano de 2009 em R\$ 5.790,6 milhões, um recuo de 7,3% em relação a 2008. Ao final de 2009, a dívida lastreada em moeda estrangeira correspondia a 26,6% comparado a 33,2 % em 2008 sendo 70,2% dessa dívida com organismos multilaterais versus 69,5% em 2008. Mesmo considerando as novas captações que a Companhia vem realizando para fazer face ao programa de investimentos e da necessidade de refinanciamento de dívidas, em 2009 a Dívida líquida/LAJIDA ficou em 2,1 vezes, mesmo patamar de 2008.

## Fontes de Recursos

---

### *Títulos de Dívida*

Em dezembro 2009 a Companhia efetuou a 4ª Emissão de Notas Promissórias no valor de R\$ 900 milhões, com vencimento em maio de 2010, cujos recursos foram utilizados para resgatar integralmente a 3ª Emissão de Notas Promissórias no valor de R\$ 600 milhões e para reforço de caixa.

Em fevereiro de 2010, protocolou na Anbima – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais o pedido de análise prévia do registro da oferta pública da 11ª Emissão de Debêntures no montante de R\$ 900 milhões, em duas séries, sendo a primeira série no montante de R\$ 600 milhões e prazo de vencimento de cinco anos e a segunda série no montante de R\$ 300 milhões e prazo de vencimento de três anos.

### *Empréstimos e Financiamentos*

Para viabilizar o Plano Plurianual de Investimentos, a Sabesp está em estágio avançado de negociação e contratação para seus programas os seguintes financiamentos:

#### *Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID*

A Empresa está negociando com o BID um financiamento no valor de US\$ 600 milhões para a 3ª etapa do Projeto Tietê. A contrapartida da Sabesp corresponderá a US\$ 200,0 milhões, o que totaliza um investimento de US\$ 800,0 milhões. A expectativa é que a contratação do financiamento ocorra no 1º semestre de 2010.

#### *Banco Internacional da Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD*

Em 2009 a Sabesp formalizou com o BIRD um financiamento para o Programa Mananciais, que integra o Programa Vida Nova. O Programa Mananciais conta com a participação do Estado e de vários municípios, além da Sabesp, e coordenação geral da Secretaria de Saneamento e Energia. Do montante total a ser aplicado no Programa, aproximadamente US\$ 281,8 milhões, caberá à Sabesp a maior participação, US\$ 125,0 milhões, dos quais US\$ 100,0 milhões correspondem a recursos financiados e US\$ 25,0 milhões de contrapartida.

#### *Japan International Cooperation Agency - JICA*

---

<sup>8</sup> Desde de 1º de outubro/2008 a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) incorporou as operações de empréstimo AOD (Assistência Oficial para o Desenvolvimento) do Banco Japonês de Cooperação Internacional (JBIC)



A Sabesp está negociando com a JICA novos financiamentos para três programas, conforme resumo abaixo:

- Programa Onda Limpa – 2ª Etapa: financiamento complementar ao contrato formalizado com a JICA em 2004. O montante estimado de financiamento é da ordem de US\$ 190,0 milhões e os recursos serão utilizados para a execução de obras e serviços na Região Metropolitana da Baixada Santista.
- Programa Pró-Billings: Parte do Programa Vida Nova, este programa será executado na área da Represa Billings em São Bernardo do Campo. O montante estimado para o Programa é de US\$ 123,0 milhões, sendo US\$ 61,5 milhões de financiamento e US\$ 61,5 milhões de contrapartida. A expectativa é que a contratação do financiamento ocorra no 1º semestre de 2010.
- Programa de Redução de Perdas de Água – 2ª Etapa: Para esta etapa o programa prevê um montante estimado de US\$ 572,0 milhões, sendo US\$ 366,0 milhões de financiamento e US\$ 206,0 milhões de contrapartida. O estágio em que se encontra a negociação ainda não permite estimar quando o financiamento será contratado.

Além dessas negociações, a Sabesp mantém com a JICA um contrato de financiamento (celebrado com Japan Bank for International Cooperation - JBIC em 2004), no valor de ¥ 21.320 milhões, para a execução do Programa Onda Limpa, cujos desembolsos de recursos foram encerrados em 2009.

#### *Caixa Econômica Federal - CEF*

A SABESP celebrou em 2009 um contrato de financiamento para a implantação de aterro sanitário no município de São João da Boa Vista. O valor do investimento é de R\$ 8,5 milhões, sendo R\$ 8,1 milhões financiados e R\$ 424 mil de contrapartida.

A empresa está negociando com a CEF uma emissão de título público (Debênture) voltado para obtenção de recursos da Carteira de Saneamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Os recursos deverão ser utilizados para financiamento de parte do Plano de Investimentos. O montante da emissão deverá ser de R\$ 500,0 milhões e a contrapartida da Sabesp corresponderá a R\$ 50,0 milhões, o que totaliza um investimento de R\$ 550,0 milhões.

#### *Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES*

Em 2009 a Sabesp formalizou com o BNDES um contrato de subscrição de debêntures simples com emissões privadas. Os recursos destinam-se aos seguintes projetos: Programa de Redução de Perdas – 1ª Etapa; Estação de Tratamento de Água Rio Grande; Litoral Norte; Vale do Paraíba e Mantiqueira e Bacia do Piracicaba, Capivari e Jundiá. As debêntures serão subscritas em três emissões, cada uma delas no valor de R\$ 275,4 milhões, totalizando o montante de R\$ 826,1 milhões. A 1ª emissão foi realizada em dezembro de 2009 e a previsão é que a 2ª e 3ª emissões ocorram em 2010 e 2011, respectivamente.

No início de 2010 a Sabesp celebrou com o BNDES um contrato de financiamento para o Programa Onda Limpa – 2ª Etapa. O valor do financiamento é da ordem de R\$ 294,0 milhões e serão utilizados para execução de obras e serviços na Região Metropolitana da Baixada Santista.

### **Mercado de Ações**

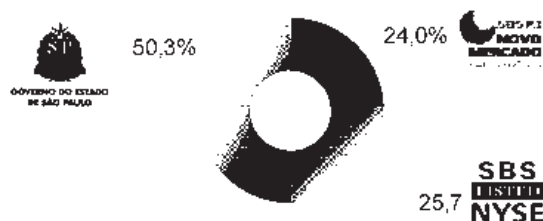
---

Em um ano de recuperação no valor das ações, a ação da Sabesp na BM&FBovespa encerrou o ano cotada a R\$ 34,38, uma valorização de 23,8% em comparação ao final de 2008. O volume financeiro de movimentação das ações da Empresa foi de R\$ 2,5 bilhões em 2009, e a média diária de negociação foi 28% superior a 2008 com 1.082 negócios ao dia, com presença do papel em 100% dos pregões.

O valor de mercado da Companhia no fechamento de 2009 era de R\$ 7,8 bilhões, ou 74% do Patrimônio Líquido contabilizado.

A cotação dos American Depositary Receipts (ADR) da Companhia registrou valorização de 62%, fechando o ano a US\$ 39,12, e o volume financeiro negociado na NYSE em 2009 foi de US\$ 2,5 bilhões.

#### Quadro 12 – Composição acionária em 31/12/2009



A ação Sabesp é negociada na Bolsa de Valores de São Paulo sob o código SBSP3 e na NYSE sob o código SBS e continua integrando os principais índices da BM&FBovespa, sendo que pelo terceiro ano consecutivo, participa da carteira teórica do ISE.

#### Dividendos

Em 2008, a Sabesp pagou R\$ 296,2 milhões em dividendos a título de juros sobre capital próprio, correspondendo a R\$ 1,30 por ação ordinária. Com relação ao ano de 2009, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 394,2 milhões, correspondendo a R\$ 1,73 por ação ordinária, a ser pago em até sessenta dias após a realização da Assembleia Geral Ordinária, que aprovará as contas de 2009.

#### GESTÃO AMBIENTAL

A diretriz “Soluções Ambientais” estabelece que a Sabesp deve incorporar em sua dinâmica de atuação a implementação de políticas voltadas para a sustentabilidade ambiental e o fortalecimento do compromisso com o meio ambiente, perante a sociedade.

Neste sentido, em 2009 a Sabesp atuou em várias frentes para aprimorar a gestão ambiental, na busca da universalização dos serviços de saneamento. Buscou-se conjugar, em linha com o conceito de sustentabilidade, os resultados econômico-financeiros com a preservação ambiental e o desenvolvimento social, de forma integrada e com ganhos de sinergia.

##### *Política de Meio Ambiente*

A nova Política de Meio Ambiente da Sabesp, vigente desde jan/08, estabelece diretrizes para a gestão ambiental da Empresa. O arquivo está disponível na Internet, no site [www.sabesp.com.br](http://www.sabesp.com.br) página “Sustentabilidade”, e também exposto em quadros controlados dispostos em locais de acesso geral para todos os funcionários, terceiros e visitantes nas instalações com pessoal permanente.

### *Rede de Gestão Ambiental*

Para trabalhar as demandas ambientais na Sabesp de maneira integrada, atendendo às necessidades específicas de cada localidade onde a Sabesp está presente, foram implementados, entre jun/07 e jul/08, 20 Núcleos de Gestão Ambiental – NGAs, vinculados à Superintendência de Gestão Ambiental.

Ao longo de 2009, investiu-se na capacitação da equipe dos 31 profissionais dos NGAs através de cursos, palestras, seminários e visitas técnicas. Foram abordados temas como legislação aplicada (Inquérito civil, ação civil pública ambiental e termo de ajuste de conduta (TAC)), redação empresarial, valoração de possíveis danos ambientais, licenciamento ambiental no estado de São Paulo e perícia ambiental num total de 5,6 mil horas (incluindo horas de cursos externos e internos).

### *Programa Corporativo de Regularização das Outorgas de Uso de Recursos Hídricos*

O programa prevê a regularização de cerca de 2,7 mil usos em toda a companhia, contemplando as barragens de regularização, barragens de elevação de nível, captações, poços e lançamentos de efluentes existentes. O programa em andamento está direcionado para as unidades de gerenciamento de recursos hídricos – UGRHs – do Alto Tietê, compreendendo os sistemas isolados da região metropolitana de São Paulo – RMSP. Outra frente de trabalho em andamento compreende as UGRHs do Vale do Paraíba, Litoral Norte e Serra da Mantiqueira. As UGRHs do Piracicaba/Capivari/Jundiaí e da Baixada Santista foram contempladas em contratos anteriores a 2008. Estão em fase final de contratação os estudos relativos às demais UGRHs para completar a regularização no Estado, com previsão de conclusão até final de 2011. Para os novos empreendimentos a obtenção de outorgas está sendo realizada durante a fase de implantação.

### *Certificação ISO 14001*

A obtenção da certificação ISO 14001 é uma das metas corporativas da Sabesp. O objetivo é certificar 65 instalações até dez/10. Tais instalações compreendem ETAs e ETEs – estações de tratamento de água ou esgoto. Em 2009 a Sabesp implementou o Sistema de Gestão Ambiental - SGA em 26 unidades operacionais, com a participação de unidades de negócio do Interior e Litoral e da RMSP. A documentação do SGA foi elaborada, mediante a revisão, adaptação e criação de novos procedimentos, totalizando 6 procedimentos empresariais. Até o momento, 920 funcionários receberam treinamento (10,3 mil horas) e realizou-se um esforço concentrado para a plena conformidade legal e normativa das plantas selecionadas nesta fase. A ISO 14001 é uma ferramenta que permitirá um melhor controle dos possíveis impactos ambientais advindos das atividades, produtos e serviços da empresa. É ainda um estímulo para a prestação de serviços de saneamento com sustentabilidade ambiental, além de subsidiar a mudança de cultura nas questões ambientais, trazendo oportunidades de redução de custos, através da melhor performance, via objetivos e metas ambientais ambiciosas.

### *Participação nos Colegiados de Recursos Hídricos*

Atualmente, cerca de 150 empregados da empresa participam diretamente em 2 comitês federais, 21 estaduais e 5 subcomitês em todo o estado. A gestão dessa representação é de responsabilidade da Superintendência de Gestão Ambiental, que estabeleceu diretrizes corporativas para a indicação de representantes e seu efetivo exercício de representação. Também são promovidos eventos e reuniões para o intercâmbio de informações, nivelamento de conhecimentos e orientação para o alinhamento corporativo dos representantes das UNs. No 1º semestre de 2009 houve a renovação dos membros dos comitês para a gestão 2009 – 2011, oportunidade em que se buscou a indicação de profissionais com perfil técnico e pessoal adequado.

A Sabesp também participa do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) por meio de vagas da Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais – AESBE.

Os assuntos discutidos nos comitês e subcomitês de bacia, CRH e CNRH são compilados em informes e divulgados com a finalidade de ampliar a discussão dos temas para o âmbito interno. Um dos temas em discussão no CRH, por exemplo, é a elaboração de leis específicas de proteção aos mananciais.

#### *Acompanhamento da Cobrança pelo Uso da Água*

A Sabesp instituiu um grupo de trabalho em março de 2009 para acompanhar o processo de cobrança pelo uso dos recursos hídricos. O grupo contou com representantes das áreas operacionais, jurídica, financeira e de planejamento integrado e está sob coordenação da área de gestão ambiental. Foram elaboradas duas diretrizes para estabelecer as linhas gerais e os princípios de atuação dos representantes nos comitês, em especial nos temas implantação da cobrança e busca desses recursos para novos empreendimentos.

Além das bacias do Paraíba do Sul e dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, onde a empresa já paga pelo uso da água, está sendo implantada a cobrança na bacia do Sorocaba e Médio Tietê. Em dezembro de 2009, foram aprovadas as propostas de cobrança em mais 4 bacias do estado, a saber: Baixo Tietê, a se iniciar em 2010, e Alto Tietê, Baixada Santista e Tietê – Jacaré, para 2011.

#### *Programa de Educação Ambiental – PEA Sabesp*

As atividades de educação ambiental e sanitária são desenvolvidas pela Sabesp há mais de 20 anos e, portanto, já estão incorporadas nos valores, na operação dos sistemas e nos processos de comunicação. Todavia, a partir do advento da Lei Federal nº 9.795/99, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental e, mais recentemente, com a promulgação da Lei Estadual nº 12.780/07, que instituiu a Política Estadual de São Paulo, a Sabesp assumiu a educação ambiental como ponto fundamental para o exercício de suas atividades, ao lado das políticas de saneamento, recursos hídricos e meio ambiente.

Para tanto, foi desenvolvido o Programa de Educação Ambiental – PEA Sabesp, de âmbito corporativo e com orientações gerais. Dentre os trabalhos elaborados, destacam-se o procedimento empresarial, a metodologia e os mecanismos para gerenciamento do conjunto de ações e projetos de Educação Ambiental em andamento.

O PEA foi lançado em out/09 em grande evento com a presença de mais de 500 pessoas, incluindo várias lideranças e especialistas no setor, convidados pela Sabesp. Avançando no processo de capacitação, em 2009 foram realizadas 2,9 mil horas em cursos presenciais de Educação Ambiental e mais de 950 empregados já participaram do curso à distância em educação ambiental oferecido pela Universidade Empresarial Sabesp, totalizando 10,5 mil horas/aula.

#### *Gestão das Emissões de Carbono*

A Sabesp, atuando proativamente, elaborou em 2008 – ano base 2007 – seu primeiro inventário de emissões de gases de efeito estufa. A partir desse trabalho foi possível iniciar a concepção de um programa de gestão de emissões e, desta forma, participar do esforço global na busca da estabilização e reversão das concentrações desses gases na atmosfera. Aproximadamente 92% das emissões diretas e indiretas da Sabesp advêm da coleta e tratamentos de esgotos e 4% do consumo de energia elétrica. Como o crescimento dessas emissões ocorre em médio prazo, definiu-se para 2010 a realização dos inventários anos-base 2008 e 2009 e a conclusão do programa corporativo de gestão de emissões, visando o aprimoramento metodológico dessa importante ferramenta de gestão.

Em paralelo, estão sendo realizados estudos de viabilidade de projetos capazes de reduzir as emissões de gases de efeito estufa e de gerar créditos de carbono.

#### *Ciclo de Conferências de Gestão Ambiental*

Esta é uma iniciativa criada em out/08 para promover o intercâmbio de experiências e a disseminação de conhecimentos acerca das questões ambientais mais relevantes em desenvolvimento na Sabesp. Os eventos fazem parte da estratégia de gestão ambiental que busca uma aproximação cada vez maior com a sociedade em prol do meio ambiente. Foram realizadas 9 conferências reunindo cerca de 1,7 mil participantes da Sabesp e convidados, em torno de temas como mudanças climáticas e créditos de carbono, gestão de recursos hídricos, reenquadramento de corpos d'água, monitoramento e controle de macrófitas aquáticas, recomposição de matas ciliares, pagamentos por serviços ambientais e educação ambiental.

#### *Bons Práticas Ambientais*

##### *Revitalização de Nascentes*

A Sabesp e a prefeitura municipal de São José dos Campos assinaram em set/09, um convênio de adesão pela Sabesp ao Programa de Revitalização de Nascentes, formalizando uma parceria que vinha se dando desde 2006, período em que 38 nascentes tiveram sua área de preservação permanente recuperada (32 mil árvores plantadas) em área urbana.

A Sabesp doa, durante um ano, 18 kits educativos de análise de água (parâmetros: pH, coliformes totais, cor e temperatura) a serem utilizados por estudantes para o monitoramento da qualidade da água das nascentes. Este programa conta com 600 alunos para a multiplicação de suas ações e conhecimentos nas 28 escolas, 01 unidade da Fundhas (Fundação Hélio Augusto de Souza) e uma ONG (Brasil Sokai Gakai Internacional – BSGI), alcançando cerca de 5 mil jovens. A empresa também fará coletas e análises complementares em seus laboratórios. Essa atividade é divulgada pelas redes da Water Environment Federation e International Water Association (IWA), através do World Water Monitoring Day.

O projeto ficou entre os três finalistas do Prêmio Conservação e Uso Racional da Água de 2008 da Agência Nacional de Águas (ANA).

#### *Abraço Verde*

Esse projeto visa arborizar as calçadas de todas as cerca de quatro mil instalações da Sabesp, em que isto for viável. Seu lançamento ocorreu em set/08. Durante 2009, houve o lançamento em 13 das 16 UNs, através de plantios simbólicos, durante os eventos de comprometimento com as metas da gestão, em vários deles com a presença de convidados como estudantes de escolas vizinhas, escoteiros e autoridades, incluindo prefeitos locais.

#### *1 Milhão de Árvores no Cantareira*

Sabesp em parceria planta 313 hectares de árvores no entorno de suas represas

Realizado em parceria com as ONGs The Nature Conservancy (TNC) e Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPE) e empresas em três municípios da região Bragantina, o programa “1 Milhão de Árvores no Cantareira” tem como objetivo garantir parceria e apoio na implementação e no desenvolvimento de projetos de sustentabilidade ambiental que possam contribuir para a preservação da qualidade e para o aumento da quantidade de água desses mananciais.

Em 2009 a empresa Desenvolvimento Rodoviário S.A. - DERSA integrou-se ao programa com proposta de plantio de 550 hectares no entorno das represas do Sistema Cantareira.

Essas parcerias prevêem o plantio de árvores nativas dos biomas Mata Atlântica e Cerrado, em aproximadamente 1000 hectares em margens das represas Jaguari-Jacaré, Cachoeira, Atibainha e Paiva Castro. Além dessas parcerias, a Sabesp conta com o apoio da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e prefeituras locais.

Em 2009 foram plantadas 522 mil mudas nativas em 313 hectares, sendo 21 hectares (35 mil mudas) pela TNC no perímetro da represa Cachoeira, no município de Piracaia, com patrocínio da empresa DOW Brasil. O Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ), com o apoio do Fundo Nacional do Meio Ambiente plantou 24 ha (40 mil mudas) nas áreas de preservação permanente – APP da represa Atibainha, em Nazaré Paulista, e em fevereiro/2009 celebrou aditivo para ampliação de mais 18 hectares.

A DERSA plantou 268 hectares (447 mil mudas) ao longo da represa Cachoeira em Piracaia.

As áreas escolhidas privilegiam a formação de corredores ecológicos, unificando fragmentos florestais existentes e a regeneração natural de áreas em processo de degradação. O programa envolve uma componente de educação ambiental, trabalhando o tema em comunidades vizinhas e escolas da região, fomentando plantios de reservas legais e contíguas nas propriedades vizinhas. Possui, também, um componente social, uma vez que boa parte da mão-de-obra utilizada nos plantios é de trabalhadores rurais da própria região.

## RESPONSABILIDADE SOCIAL

---

A Responsabilidade Social é o compromisso da Sabesp com a sociedade. Os avanços mais significativos em 2009 neste campo se refletiram no relacionamento com suas partes interessadas com seus colaboradores e na gestão da qualidade. Para que isso se concretizasse, muitas parcerias e estudos foram feitos, numa gestão transparente, pautada pelo seu Código de Ética e Conduta, na busca do desenvolvimento sustentável e na melhoria da qualidade de vida. Exemplos vivos são as adesões voluntárias a movimentos internacionais como o Pacto Global da ONU, que reúne diversos segmentos empresariais mundiais alinhando suas atividades aos princípios: de direitos humanos, do trabalho, proteção ambiental e ao combate à corrupção.

A Sabesp apóia e incentiva os oito objetivos da Organização das Nações Unidas que estão integrados em seu Programa de Voluntariado Empresarial.

No Código de Ética e Conduta tem o seu principal referencial orientador, cujos valores éticos destacam o respeito à sociedade e ao cliente, respeito ao meio ambiente, respeito às pessoas, integridade, competência e cidadania. Para garantir que o Código de Ética e Conduta seja observado, dispõe de um Canal de Denúncias interno e um Procedimento Empresarial de Apuração de Responsabilidades, bem como recebe denúncias externas, via Ouvidoria e Serviço de Atendimento ao Cliente.

### *Relacionamento com partes interessadas*

A forma como a Sabesp se relaciona com seus diversos públicos é a expressão daquilo em que acredita. Um relacionamento somente pode ser marcado pela sustentabilidade se carregar princípios corretos de ética e transparência com seus diversos públicos de interesse.

### *Relacionamento com clientes*



Com o objetivo de melhorar o índice de satisfação dos clientes e estabelecer uma nova forma de relacionamento com os seus clientes, além de tornar mais rápido o atendimento ao usuário, a Sabesp ampliou a Central de Atendimento Telefônico nas regiões Metropolitana de São Paulo e Bragantina, ampliando em 70% sua capacidade - passando de 100 para 170 pontos de atendimento. Foi inaugurado também o atendimento online pelo site, por onde a empresa oferece todos os serviços disponíveis na central telefônica. A Sabesp assinou também em 2009, contrato de Central de Atendimento para clientes da Diretoria de Sistemas Regionais possibilitando o atendimento unificado de seus 328 municípios do interior e litoral, proporcionando maior controle operacional, otimizando custos e contribuindo com a geração de empregos na região de Itapetininga, onde está localizada a Central. Além disso, a central de atendimento passou a oferecer também a comunicação com portadores de deficiência auditiva.

#### *Ouvidoria*

Durante o ano de 2009, foram realizados 68,5 mil atendimentos pela Ouvidoria, resultado altamente positivo que compreende uma diminuição no número de manifestações da ordem de 7,5%. Entre o primeiro e o segundo semestre esta redução acelerou-se chegando a 17%. A análise dos números também permite destaque para o expressivo declínio de 7,7% no número de manifestações consideradas reclamações de clientes na Ouvidoria. Estes resultados foram considerados históricos, pois, pela primeira vez, registramos queda nestes indicadores o que destaca sobremaneira a melhoria do atendimento primário da empresa.

O começo do processo de migração do ambiente auto-regulado para o regulado, com a criação da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo – ARSESP, conforme Decreto nº 52.455, de 7.12.2007 – DOE SP 8.12.2007, sugere um período de adaptação com impactos ainda não dimensionados no atendimento a clientes da Sabesp.

Em parceria com o Poder Judiciário, a Ouvidoria vem desenvolvendo o JEC/Digital, que propicia atendimento diferenciado no sistema de Juizados Especiais Cíveis, buscando soluções amigáveis para reclamações dos clientes, evitando que eles cheguem a uma ação judicial. Em 2009, o JEC/Digital efetuou 513 atendimentos, com 568 audiências e 78% de acordos na fase de conciliação. Em relação ao ano anterior houve uma redução de 30,1 % nos atendimentos e de 21% no número de audiências. Os acordos em fase de reconciliação também caíram na taxa de 12%. A Ouvidoria acompanha as manifestações cadastradas pela Fundação Procon. Em 2009, foram recebidas 1,6 mil CIPs (Cartas de Informação Preliminar) do Procon da Capital e 756 dos Municípios, que resultaram em 2,3 atendimentos aos clientes, nas fases iniciais de apreciação. Um bom resultado neste órgão foi a redução da ordem de 10% no número absoluto de manifestações consideradas fundamentadas (FAs): foram apenas 179 em 2009 em comparação as 197 de 2008. Se adotado o critério de proporcionalidade isto representa uma queda de 36%. Este resultado reflete que a empresa incorporou totalmente a sistemática de tratamento e a priorização dos processos encaminhados pelo órgão de defesa do consumidor.

#### *Relacionamento com os investidores*

Apesar da crise que abalou os mercados nos anos de 2008 e 2009, a Companhia continuou atraindo a atenção dos analistas de mercado (sell side) e consequentemente dos investidores, resultando no aumento do número de coberturas, que passou de 11 em 2008 para 17 em 2009.

Visando manter acionistas e investidores sempre informados sobre suas operações, estratégias e resultados, a Sabesp adota uma política de comunicação consistente, clara e confiável com os acionistas, analistas de mercado, instituições financeiras, agências de "rating" e instituições reguladoras. Além da reunião pública e das tradicionais conferências de resultados, a Companhia promoveu um encontro entre os analistas e o presidente da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP.

Objetivando proporcionar maior transparência e facilidade no acesso a informações sobre a Companhia, a Sabesp ampliou a disponibilidade de informações no site de relações com investidores e fez uso do mailing como ferramenta de comunicação. Como resultado da maior transparência, houve um aumento de 34% no número de acionistas, pessoa física, no ano de 2009 comparativamente a 2008.

#### *Relacionamento com fornecedores*

O marco regulatório do setor de saneamento básico (Lei 11.445/07) insere a empresa em um ambiente em que as práticas comerciais devem levar em consideração os ditames da legislação de defesa da concorrência, especialmente a Lei 8.884/94. A Sabesp deu a máxima publicidade ao mercado sobre seu planejamento de compras, no sentido de estimular a concorrência. A empresa concebeu suas "Diretrizes Concorrenciais nas Compras Públicas", nas quais estabelece as linhas gerais para ampliar o leque de fornecedores e promover competição. Além disso, aborda as habilitações em licitações e a eventual criação de barreiras à entrada de concorrentes. Ressalta-se ainda que durante o ano de 2009, foram realizados 870 pregões eletrônicos, no valor de R\$ 1,15 bilhão, com economia de R\$ 116 milhões. A Sabesp explicita ainda no seu Código de Ética e Conduta, as exigências para que todos os fornecedores atendam as legislações com destaque para a abolição de trabalho infantil e forçado nos serviços realizados. Esta conduta vem ao encontro das obrigações previstas pela Fundação Abrinq, a qual confere há 6 anos o selo de Empresa Amiga da Criança à Sabesp.

#### *Relacionamento com colaboradores*

A Sabesp está passando por amplo processo de reestruturação de recursos humanos, com aumento da produtividade em termos de empregados por ligação e modificação do perfil dos funcionários. Em 2009, dois fatos foram centrais: realização de concurso público e continuidade do desligamento dos aposentados por imposição do ministério público (TAC).

#### *Indicadores de capital humano*

O número de empregados passou de 16.649 em 2008 para 15.103 em 2009 (redução de 9,3%). Esse fator conjugado com o aumento do número de ligações fez com que a produtividade saltasse de 738 ligações por empregado em 2008 para 837 em 2009.

O quadro de pessoal da Sabesp é composto por 15.103 empregados regidos pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), 931 estagiários e, além disso, propicia oportunidade a 468 jovens aprendizes contribuindo para a formação da cidadania, capacitação e inserção no mercado formal de trabalho, gerando oportunidade de profissionalização. Vale ressaltar que a Sabesp não trabalha com mão de obra terceirizada, contratando serviços conforme a necessidade. Neste sentido, conta também com a força de trabalho de aproximadamente 7,1 mil prestadores de serviços inclusos nesses contratos. Do efetivo de pessoal 81% são homens e 19% mulheres, com uma média de 17,6 anos de empresa, sendo que há uma concentração de 69,9% acima da faixa etária de 40 anos. Destaca-se que 18,1% dos empregados possuem o ensino fundamental, 47,4% Ensino Médio e 34,5% nível universitário. Com relação à distribuição por etnia, há 12.822 brancos, 1.998 pardos/negros, 260 amarelos, 2 indígenas e 21 não declarados.

A Sabesp atende ao Decreto 3.298, de 1999, que determina a reserva de 5% das vagas oferecidas nos processos de concursos públicos para pessoas com deficiência. Em 2009 foi realizado Concurso para o provimento de 1.771 vagas, em todo o Estado de São Paulo. Mais de 190 mil candidatos se inscreveram para as 3 categorias de cargos: operacional, técnica e universitária. Dentre os selecionados, 379 já estavam atuando na empresa em 2009.



Em fevereiro de 2009, após a instalação de inquérito civil pelo Ministério Público Estadual, a Sabesp foi obrigada a assinar um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). Estão previstos 2.437 desligamentos e desse total, 1.388 aposentados foram desligados da empresa em 2009. Para garantir a qualidade de serviços prestados à população, os demais desligamentos serão feitos de forma gradual até 2012.

Entre 2008/2009, os desligamentos referentes a redução de 2% permitida pelo acordo coletivo mais os referentes ao TAC, totalizaram 1.971 empregados.

A empresa estrutura um pacote de benefícios que, muito além das disposições legais, tem por objetivo proporcionar aos empregados e seus dependentes, segurança e conforto no suprimento de suas necessidades essenciais. Os benefícios propiciados são comuns a todos os empregados, independente do regime de horário, nível e categoria, exceto menores aprendizes que possuem regulamentação específica. São eles: Auxílio Creche Comum e Especial (destinado a empregados que possuem filhos ou dependentes portadores de deficiência física e/ou mental), Cartão Eletrônico de Benefícios e Refeição, Centro de Convivência Infantil, Cesta Básica, Complementação Salarial (para empregados afastados por auxílio-doença Previdência e Acidentário), Farmácia, Refeição/Lanches (em caso de serviço extraordinário), Supermercado, Vale Refeição, Vale Transporte. Além destes, por meio da Fundação Sabesp a empresa subvenciona os benefícios de assistência médica e previdência privada.

#### *Gestão de Pessoas*

A política de gestão de pessoas da Sabesp reflete seu compromisso em atuar de forma responsável e contribuir para a garantia dos direitos humanos no seu relacionamento com o público interno. Tais premissas são colocadas em prática em seus projetos.

A Sabesp incentiva e apóia seus empregados a participarem de entidades e associações como forma do pleno exercício de direito, além de auxiliar no desenvolvimento individual e na melhoria do clima organizacional. A totalidade de nossos colaboradores tem liberdade de associação, possui representação sindical e é abrangida por acordos de negociação coletiva. Assim, o processo de negociação coletiva 2009/2010, importante instrumento de gestão participativa, ocorreu em maio com as principais Entidades Sindicais que representam os empregados, finalizando em Acordo Coletivo de Trabalho.

A Sabesp contribuiu em 2009 com o percentual de 2,1% da folha de pagamento mensal em previdência privada, com a Sabesprev e desta forma vem garantindo aos seus empregados a possibilidade de desfrutar de benefícios previdenciários complementares ao da Previdência Oficial.

As Movimentações de Pessoal, que envolvem as promoções, transferências e designação de função dos empregados, fazem parte do modelo de gestão de pessoas, e tornam-se fundamentais para dotar a Empresa de autonomia, flexibilidade e agilidade necessárias às perspectivas de carreira dos empregados, que impactam no atendimento moderno e eficiente dos seus clientes. Em 2009, foram realizadas 4.463 movimentações.

O Programa de Participação nos Resultados/09 – PPR da Sabesp, tem a finalidade de reconhecer os esforços dos empregados empreendidos no alcance das metas e indicadores estabelecidos no Planejamento Estratégico Empresarial. Estruturado com indicadores que envolvem a dimensão empresarial e a dimensão setorial estão divididas em dois grupos, um para área meio e outro para área fim, com peso de 50% cada. O pagamento de até uma folha base está condicionado ao cumprimento dessas metas.

O Programa de Apoio ao Emprego e ao Empreendedorismo - PAEE foi criado em 2009, com o intuito de dar suporte aos empregados aposentados na busca por novas oportunidades de trabalho. No momento do desligamento dos aposentados, é oferecido apoio à recolocação no mercado. Diversas ações foram

desencadeadas como por exemplo, as recolocações de 45 aposentados em ações de monitoria e no consórcio GB2 que gerencia as obras do Programa Onda Limpa.

Para responder aos inúmeros desafios, o desenvolvimento das pessoas na Sabesp tem sido uma das bases fundamentais para obter resultados e impulsionar o seu negócio. A Universidade Empresarial Sabesp - UES em 2009, teve como foco contribuir para a disseminação da visão de sustentabilidade empresarial, o alcance dos objetivos estratégicos e o desenvolvimento profissional. Também direcionou esforços para as demandas técnicas, operacionais e de segurança e saúde do trabalho, abrangendo os diversos segmentos de operação da Companhia. O balanço das realizações em capacitação e desenvolvimento presencial e a distância, de toda a Sabesp em 2009 contabilizou 123,6 mil participações, atingindo a média de 68 horas per capita de treinamento, com um investimento de R\$ 8 milhões.

A Universidade Empresarial Sabesp iniciou em 2009 a implantação do Programa de Preparação para a Sucessão e Carreira, que visa desenvolver profissionais com perfil e potencial para a gestão do negócio Sabesp, criando um banco para possíveis sucessões na empresa.

Intensificou também a implantação de práticas de Gestão do Conhecimento em face da possibilidade de evasão do conhecimento em função de empregados em fase de aposentadoria.

Foi revisada em 2009 a Política de Segurança e Saúde e incrementada a aplicação da metodologia de análise de riscos, com base na versão da Norma OHSAS 18001/2007, com treinamento presencial e de educação à distância (EAD) e melhoria dos programas de prevenção de riscos ambientais (PPRA).

Em 2009 houve redução de 33% do número de acidentes do trabalho com afastamento, em relação ao ano de 2008, resultado do desenvolvimento de diversos programas educativos e preventivistas, enraizando os valores de uma cultura de segurança e melhoria das condições de trabalho.

Tem-se investido fortemente em equipamentos de proteção de segurança individual e coletivo, na ordem de R\$ 47 milhões nos últimos cinco anos. Somente em 2009, foram R\$ 11 milhões.

Na área de Saúde destacam-se as campanhas informativas sobre a Gripe Influenza A (H1N1), Dengue e Ergonomia. O Sistema de Gestão de Segurança e Saúde do Trabalho é certificado pela Norma OHSAS 18001, desde junho de 2006 sendo recertificada em 2009, abrangendo 100 estabelecimentos no escopo de serviços e obras com escavação e em espaços confinados executados em vias públicas. Foi criado um canal de comunicação para o público externo específico para as questões de segurança e saúde do trabalho, disponível no endereço eletrônico da empresa.

Com o objetivo de melhorar a qualidade de vida de seus empregados, a Sabesp mantém em parceria com a Associação Sabesp, o Programa de Qualidade de Vida – Viver Feliz, cujo principal objetivo é incentivar tanto empregados e familiares, a adotar mudanças comportamentais que influenciem positivamente em sua vida, por meio da adoção de atividades físicas e culturais que promovam o seu bem estar. Em 2009, foi contratada consultoria especializada para levantamento do estilo de vida dos empregados. A Sabesp, preocupada com a saúde de seus empregados, antecipou-se à promulgação da Lei Estadual Antifumo Nº 13.541 de sete de maio de 2009 e implementou o Ambiente Livre do Tabaco com a restrição do fumo em suas áreas internas e externas a partir de dezembro/2008. Além da restrição ao fumo, a empresa oferece ainda, tratamento psicoterapêutico em grupo ou individual, por meio do Programa de Atendimento e Recuperação do Empregado (PARE).

Em 2009 a Sabesp realizou a entrega do “1º Prêmio Sabesp de Criatividade”, que tem como objetivo incentivar a geração de idéias, estimular a criatividade e adotar ações que produzam resultados para a

organização. Foram reconhecidas 64 boas idéias de 55 funcionários da Companhia, das mais diversas unidades, dos 730 projetos inscritos.

O Prêmio Vida é um programa de valorização e reconhecimento dos empregados da Sabesp, que em 2009 homenageou 2,5 mil colaboradores.

A Sabesp foi reconhecida com o Selo Paulista de Diversidade, fruto de seu compromisso com a estruturação de programa de inclusão que está construindo. A Sabesp explicita em seu código de ética, valores e condutas relativas à diversidade, contemplando: discriminação, respeito às pessoas, constrangimento moral e sexual. Desenvolve também, diversas práticas de Recursos Humanos que promovem a igualdade de oportunidade e de tratamento. Realiza acompanhamento censitário que envolve a questão étnico-racial, gênero, idade e pessoa com deficiência, dados estes publicados neste relatório. Em 2009 a parceria com a AVAPE - Associação para Valorização e Promoção de Excepcionais propiciou oportunidade de inclusão social a 22 profissionais portadores de deficiência.

#### *Gestão da Qualidade*

O Programa de Excelência da Gestão da Qualidade teve como foco em 2009 a integração ao Sistema Integrado Sabesp – SIS e da certificação da norma ISO 14001 (gestão ambiental).

A Sabesp recebeu do Bureau Veritas Certification –BVC, a recertificação nas normas ISO 9001 (qualidade), OHSAS 18001 (segurança e saúde ocupacional) e ISO 14001 (gestão ambiental). Além disso, intensificou a preparação da ampliação da certificação ISO 14001 para 65 Estações de Tratamento de Água e de Esgotos. A Sabesp possui também atualmente 13 laboratórios acreditados pela norma ISO/IEC 17025, concedidas pelo INMETRO, garantindo que o produto água não oferece impactos diretos sobre a saúde de seus clientes.

#### *Relacionamento com a comunidade*

Atualmente a Sabesp vem atuando junto às comunidades em parceria com as prefeituras locais, principalmente no município de São Paulo, onde existe uma das maiores concentrações de população de baixa renda. Os programas realizados para este público possuem trabalhos técnicos sociais e tem como objetivo a sustentabilidade socioeconômica e ambiental dos empreendimentos, incluindo a participação comunitária e educação ambiental, observadas as características da obra e do perfil da população beneficiária.

A Sabesp é co-mantenedora do Instituto Criança Cidadã - ICC, que tem como Missão investir na formação de jovens provenientes de famílias em situações de dificuldade econômica e social, promovendo a educação, cultura e assistência na Região Metropolitana de São Paulo e Guarulhos. Propicia o desenvolvimento comunitário e da cidadania para aproximadamente 6 mil crianças e adolescentes gratuitamente, beneficiando 3,5 mil famílias.

A missão do programa “Agente da Gente” é promover a aproximação da Sabesp com a sociedade, especialmente comunidades de baixa renda, através de parcerias com seus diversos segmentos (sociedade organizada, instituições públicas, empresas e população em geral) em busca de uma melhor qualidade de vida. Em São Paulo, conta-se com aproximadamente 50 agentes que falam a linguagem das suas comunidades e criam canal de comunicação importante entre a população e a Sabesp. Em 2009 o programa atendeu uma população de 1,3 milhões, por meio de 15,4 mil visitas técnicas, 12 mil atendimentos telefônicos, 1 mil eventos, 680 palestras educacionais e 56 encontros com lideranças comunitárias, gerando a regularização de 23,2 mil ligações de água e 10 mil ligações de esgoto.

**Programa de Voluntariado Empresarial Sabesp:** Nos relacionamentos com a comunidade externa a Sabesp conta com uma grande rede de voluntários, inseridos em projetos sociais, distribuídos em todas as Unidades, em todo o Estado de São Paulo. Totalizam aproximadamente mais de 2 mil empregados voluntários, que com seu empenho em prol da sociedade, beneficiaram em 2009, mais de 11 mil pessoas, prioritariamente, as populações mais carentes e as comunidades do entorno. O trabalho dos voluntários traduz-se por meio de 800 brinquedos arrecadados, 12 mil kg de alimentos doados, três mil mudas plantadas e mais de 10 mil litros de óleos de cozinha arrecadados. Um exemplo da força do voluntariado Sabesp é a Campanha do Agasalho onde foram arrecadados e distribuídos 3,2 milhões de peças a 391 entidades assistenciais, além de 19 ações de inclusão social e geração de renda.

Destaca-se também em 2009, o ciclo anual do Programa Aprendiz, com 468 jovens, contribuindo para a formação da cidadania, capacitação profissional, e inserção no mercado formal de trabalho, gerando oportunidades de educação e capacitação profissional. O Programa é desenvolvido através da parceria SENAI – SABESP, a qual proporciona visão prática e teórica dos processos administrativos, contábeis, financeiros e de recursos humanos.

O programa de visitas desenvolvido pela empresa propiciou em 2009, 1,6 mil visitas, atendendo a um público de 63,1 mil pessoas, cujo foco é demonstrar o ciclo do saneamento, em Estações de Tratamento de Água e Esgotos.

No sentido de promover oportunidades a interessados em apoio institucional e financeiro para projetos ambientais, socioculturais e esportivos, a Sabesp disponibiliza um processo seletivo, por meio de editais, destinado a pessoas jurídicas que desenvolvam trabalhos voltados à preservação ambiental e estejam alinhadas aos princípios de responsabilidade social, incentivo à cultura, parcerias com organizações da sociedade civil e a comunidade.

Em 2009 a Sabesp destinou como incentivos fiscais R\$ 3,3 milhões ao Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio do CONDECA, cuja missão é “Incentivar, deliberar e controlar as ações da Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente no Estado de São Paulo”.

O Programa Sabesp para quem tem Sede de Cultura patrocina diversos projetos nas áreas de literatura, artes plásticas, música, dança, teatro, circo, cinema e preservação de patrimônios culturais. Em 2009, a Sabesp investiu, R\$ 13,5 milhões em projetos culturais fundamentados na Lei Rouanet e Lei do Audiovisual. A Sabesp incentivou também o esporte destinando R\$ 3,3 milhões para esportes aquáticos como natação, remo e canoagem. A Sabesp junto com as entidades do Governo do Estado de São Paulo lançou o projeto Olímpico CEU e Água com o objetivo de incentivar crianças da comunidade de Paraisópolis para a prática da natação e contribuir na formação de cidadãos. O projeto Navega São Paulo é uma parceria da Sabesp e da Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo do Estado de São Paulo. O objetivo é criar e manter núcleos de esporte e lazer náuticos, com caráter formativo educacional para alunos da rede pública de ensino.

Iniciativa da Editora Abril, que reúne um grupo de empresas, entre as quais a Sabesp, as quais desenvolvem o Planeta Sustentável que é um projeto multimídia que já atinge mais de 13 milhões de leitores no Brasil. Por meio desse instrumento, a Sabesp difunde a cultura do saneamento ambiental.

## Balanco Social Anual / 2009

Empresa: Cia de Saneamento Basico do Estado de São Paulo - 2009-2P

1 - Base de Cálculo				2009 Valor (Mil reais)			2008 Valor (Mil reais)		
Receita líquida (RL)				6.730.547			6.351.672		
Resultado operacional (RO)				2.141.773			1.169.472		
Folha de pagamento bruta (FPB)				1.298.346			1.240.406		
2 - Indicadores Sociais Internos				Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação				100.417	7,73%	1,49%	95.241	7,68%	1,50%
Encargos sociais compulsórios				117.140	9,02%	1,74%	99.686	8,04%	1,57%
Previdência privada				77.712	5,99%	1,15%	70.370	5,67%	1,11%
Saúde				96.681	7,45%	1,44%	90.156	7,27%	1,42%
Segurança e saúde no trabalho				9.304	0,72%	0,14%	9.973	0,80%	0,16%
Educação				434	0,03%	0,01%	625	0,05%	0,01%
Cultura				692	0,07%	0,01%	801	0,06%	0,01%
Capacitação e desenvolvimento profissional				9.331	0,72%	0,14%	7.338	0,59%	0,12%
Creches ou auxílio-creche				1.536	0,12%	0,02%	1.420	0,11%	0,02%
Participação nos lucros ou resultados				45.866	3,53%	0,68%	53.732	4,33%	0,85%
Outros				3.295	0,25%	0,05%	2.742	0,22%	0,04%
Total - Indicadores sociais internos				462.568	35,63%	6,87%	432.284	34,86%	6,81%
3 - Indicadores Sociais Externos				Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação				119	0,01%	0,00%	2.800	0,24%	0,04%
Cultura				15.346	0,72%	0,23%	25.552	2,18%	0,40%
Saúde e saneamento				419	0,02%	0,01%	525	0,04%	0,01%
Esporte				3.665	0,17%	0,05%	1.213	0,10%	0,02%
Combate à fome e segurança alimentar				0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros				11.304	0,53%	0,17%	10.540	0,90%	0,17%
Total das contribuições para a sociedade				30.853	1,44%	0,46%	40.630	3,47%	0,64%
Tributos (excluídos encargos sociais)				1.319.139	61,59%	19,60%	1.171.955	100,21%	18,45%
Total - Indicadores sociais externos				1.349.992	63,03%	20,06%	1.212.585	103,69%	19,09%
4 - Indicadores Ambientais				Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa				640	0,03%	0,01%	107	0,01%	0,00%
Investimentos em programas e/ou projetos externos				31.126	1,45%	0,46%	10.064	0,86%	0,16%
Total dos investimentos em meio ambiente				31.766	1,48%	0,47%	10.171	0,87%	0,16%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficiência na utilização de recursos naturais, a				(x) não possui metas ( ) compra de 51 a 75% ( ) compra de 0 a 50% ( ) compra de 76 a 100%		(x) não possui metas ( ) compra de 51 a 75% ( ) compra de 0 a 50% ( ) compra de 76 a 100%			
5 - Indicadores do Corpo Funcional				2009			2008		
Nº de empregados(as) ao final do período				15.103			16.649		
Nº de admissões durante o período				415			16		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)				0			0		
Nº de estagiários(as)				931			328		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos				7.783			8.875		
Nº de mulheres que trabalham na empresa				2.878			3.086		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres				21,40%			20,09%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa				1.996			2.250		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)				3,70%			4,40%		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais				49			52		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial				2009 Valor (Mil reais)			Metas 2010		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa				23			nd		
Número total de acidentes de trabalho				145			136		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:				( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:				(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) todos(as) + Cipe	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) todos(as) + Cipe
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:				( ) não se envolve	(x) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolve	(x) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:				( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:				( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:				( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(x) são exigidos	( ) não serão considerados	( ) serão sugeridos	(x) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:				( ) não se envolve	( ) apoia	(x) organiza e incentiva	( ) não se envolve	( ) apoia	(x) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):				na empresa Div. 23880	no Procon CIP 1.569	na Justiça JEC/Conc. 513	na empresa nd	no Procon nd	na Justiça nd
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:				na empresa Div. 99,50%	no Procon CIP 91,20%	na Justiça JEC/Conc. 78%	na empresa nd	no Procon nd	na Justiça nd
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):				Em 2009: 4.494.633			Em 2008: 3.990.459		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):				30,9% governo 8,8% acionistas 8,7% terceiros 21,6% retido			29,4% governo 31,3% colaboradores(as) 1,6% acionistas 37,7% terceiros 0% retido		
7 - Outras Informações									

"Esta empresa não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção"

"Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente."



# **COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Ativo	natureza	Consolidado		2008
		2009	2008	
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	3	769.433	657.059	675.717
Contas a receber de clientes	4	1.179.710	1.179.746	1.129.746
Saldo com partes relacionadas	5	145.987	210.131	210.131
Estoques		39.877	47.678	47.678
Impostos a recuperar		3.017	4.665	4.665
Débitos contra a receber		141.413	141.504	141.504
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	238.551	170.982	170.982
Total do ativo circulante		2.528.008	2.234.739	2.238.412
Ativo Circulante				
Recorreível a longo prazo:				
Contas a receber de clientes	4	266.543	326.472	326.472
Saldo com partes relacionadas	5	956.648	980.756	980.756
Indenizações a receber	6	146.213	146.213	148.794
Impostos juntarem		46.305	49.127	49.127
Débitos contra a receber		160.395	192.257	192.257
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	510.133	435.345	435.345
		2.046.295	2.137.747	2.137.747
Investimentos				
Imobilizado	7	4.334	4.552	720
Intangíveis	8	35.441.096	34.390.501	15.443.211
	9	1.545.303	1.391.346	1.545.303
Total do ativo não circulante		36.992.693	35.746.403	17.742.724
		19.046.998	17.879.148	19.035.529
				17.875.499

## **Ativo não circulante**

Realizável a longo prazo:

Contas a receber de clientes	4	266.543	326.472	326.472
Saldo com partes relacionadas	5	956.648	956.756	960.756
Intimações a receber	6	146.713	148.794	148.794
Impostos judiciais		46.305	49.127	49.127
Débitos contra a receber		100.395	192.257	192.257
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	510.131	435.345	435.345
Total do ativo não circulante		2.046.795	2.137.747	2.137.747
Investimentos	7	4.334	4.552	720
Imobilizado	8	15.441.056	14.350.501	14.350.684
Intangíveis	9	1.545.703	1.391.346	1.391.348
Total do ativo não circulante		16.990.693	15.746.744	15.746.744
Total do ativo		19.045.298	17.879.148	17.879.148

## **TOTAL DO ATIVO**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Passivo e patrimônio líquido	Consolidado	
	2009	2008
<b>Ativo Circulante</b>		
Emprestimos e fornecedores	187.139	195.265
Empréstimos e financiamentos	1.448.860	1.010.517
Salários, provisões e contribuições sociais	196.056	239.152
Impostos e contribuições a receber	130.410	218.867
Impostos e contribuições diferidos	64.369	37.917
Juros sobre o capital próprio a pagar	275.007	365.442
Provisões para contingências	643.663	459.395
Contas a pagar	239.494	198.511
Outras obrigações	158.864	57.149
Total do passivo circulante	3.016.895	3.106.689
<b>Ativo não circulante</b>		
<b>Realizável a longo prazo:</b>		
Empréstimos e financiamentos	5.416.748	5.519.463
Impostos e contribuições a receber	114.210	85.029
Impostos e contribuições diferidos	141.492	156.860
Provisões para contingências	698.753	824.957
Provisões para passivo atuarial (em 481.068)	535.435	518.027
Obrigações previdenciárias	419.871	480.103
Outras obrigações	223.568	313.231
Total do passivo não circulante	7.549.077	7.927.640
Patrimônio líquido	6.203.688	6.203.688
Capital social	124.255	124.255
Reserva de capital	2.145.100	2.145.100
Reserva de resultados da	2.054.524	2.054.524
Reservas de juros	10.527.617	10.527.617
Total do patrimônio líquido	9.547.955	9.547.955

**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

	Nota Explicativa	<b>CONTROLADORA</b>		<b>CONSOLIDADO</b>	
		2009	2008	2009	2008
<b>RECEITA BRUTA DAS VENDAS E SERVIÇOS</b>	<b>19</b>	<b>7.236.218</b>	<b>6.838.803</b>	<b>7.236.218</b>	<b>6.838.803</b>
Deduções da receita bruta		(505.671)	(487.131)	(505.671)	(487.131)
<b>RECEITA LÍQUIDA DAS VENDAS E SERVIÇOS</b>		<b>6.730.547</b>	<b>6.351.672</b>	<b>6.730.547</b>	<b>6.351.672</b>
<b>CUSTO DAS VENDAS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS</b>	<b>20</b>	<b>(3.076.273)</b>	<b>(2.831.809)</b>	<b>(3.076.273)</b>	<b>(2.831.809)</b>
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>3.654.274</b>	<b>3.519.863</b>	<b>3.654.274</b>	<b>3.519.863</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>					
Vendas	20	(801.259)	(718.949)	(801.259)	(718.949)
Administrativas	20	(671.742)	(578.458)	(672.248)	(578.596)
Outras despesas operacionais, líquidas	21	(39.500)	(1.052.984)	(39.500)	(1.052.984)
<b>LUCRO OPERACIONAL ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS, DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS</b>		<b>2.141.773</b>	<b>1.169.472</b>	<b>2.141.267</b>	<b>1.169.334</b>
<b>RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>					
Equivalência patrimonial		(218)	(9)	-	-
<b>LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>					
<b>LÍQUIDO</b>		<b>2.141.555</b>	<b>1.169.463</b>	<b>2.141.267</b>	<b>1.169.334</b>
Finanças, líquidas	20	(598.995)	(268.790)	(598.707)	(268.661)
Variações cambiais, líquidas	20	395.369	(438.862)	395.369	(438.862)
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>1.937.929</b>	<b>461.804</b>	<b>1.937.929</b>	<b>461.804</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>					
Corrente	11(c)	(748.705)	(548.373)	(748.705)	(548.373)
Diferido	11(c)	184.655	150.140	184.655	150.140
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>1.373.879</b>	<b>63.571</b>	<b>1.373.879</b>	<b>63.571</b>
Lucro líquido por ação em R\$	16(b)	6,03	0,28	6,03	0,28

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**  
**DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Reservas de lucros	Lucros acumulados	TOTAL
					Legal	Investimentos	
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007</b>		<b>3.403.688</b>	<b>124.255</b>	<b>2.339.829</b>	<b>306.654</b>	<b>3.609.580</b>	<b>9.780.532</b>
Compensação dos prejuízos acumulados gerados pelos ajustes da Lei 11.538/07		-	-	-	-	(3.474)	-
Capitalização de Reservas		2.800.000	-	-	-	(2.800.000)	-
Realização da reserva de reavaliação	8(h)	-	-	(86.817)	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	63.571	63.571
Reserva legal	16(e)	-	-	-	3.178	(3.178)	-
Juros sobre o capital próprio (R\$ 1,30 por ação)	16(c)	-	-	-	-	(296.188)	(296.188)
Compensação de Prejuízos Acumulados com Reserva para investimentos	16(e(ii))	-	-	-	-	(148.978)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008</b>		<b>6.203.688</b>	<b>124.255</b>	<b>2.253.012</b>	<b>309.832</b>	<b>657.128</b>	<b>9.547.915</b>
Realização da reserva de reavaliação	8(h)	-	-	(107.912)	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	1.373.879	1.373.879
Reserva legal	16(e)	-	-	-	68.694	(68.694)	-
Juros sobre o capital próprio (R\$ 1,73 por ação)	16(c)	-	-	-	-	(394.157)	(394.157)
Reserva para investimentos	16(e(ii))	-	-	-	-	1.018.940	(1.018.940)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009</b>		<b>6.203.688</b>	<b>124.255</b>	<b>2.145.100</b>	<b>378.526</b>	<b>1.676.068</b>	<b>10.527.637</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**  
**DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA**  
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008  
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

		Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
			2009	2008	2009	2008
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>						
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social			1.937.929	461.504	1.937.929	461.504
<b>Ajustes para reconciliação do lucro líquido:</b>						
Imposto e contribuições a recolher			-	(68.878)	-	(68.878)
Provisões para contingências			596.543	481.654	596.543	481.654
Provisão para passivo atuarial Lei 4819/58			45.104	525.435	45.104	525.435
Provisão para perdas controversas Lei 4819/58			-	409.079	-	409.079
Reversão provisão para perdas			8.183	(366)	8.183	(366)
Outras provisões			898	(492)	898	(492)
Obrigações previdenciárias			77.793	71.704	77.793	71.704
Baixas do ativo imobilizado			22.852	157.976	22.852	157.976
Baixas do ativo diferido			-	611	-	611
Outras baixas			4.542	-	4.542	-
Ganho na venda de ativo imobilizado			(9.461)	-	(9.461)	-
Depreciação e amortização			560.666	517.604	560.666	517.604
Juros calculados sobre empréstimos e financiamentos a pagar			456.203	499.590	456.203	499.590
Variações monetárias e cambiais de empréstimos e financiamentos			(402.329)	564.095	(402.329)	564.095
Variação monetária de juros sobre o capital próprio			-	7.338	-	7.338
Juros e variações monetárias passivas			5.585	8.281	5.585	8.281
Juros e variações monetárias ativas			(28.724)	(368.806)	(28.724)	(368.806)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa			308.188	336.264	308.188	336.264
Provisão para TAC aposentados			82.700	-	82.700	-
Provisão para convênio PMSF			27.748	-	27.748	-
Resultado da equivalência patrimonial			218	9	-	-
<b>Lucro líquido ajustado</b>			<b>3.694.156</b>	<b>3.693.104</b>	<b>3.693.943</b>	<b>3.693.095</b>
<b>Variações nos ativos</b>						
Contas a receber de clientes			(285.543)	(301.844)	(285.544)	(301.844)
Saldos com partes relacionadas			103.936	82.956	103.936	82.956
Indenizações a receber			2.581	-	2.581	-
Estoque			6.758	5.829	6.758	5.829
Impostos a recuperar			1.618	1.749	1.618	1.749
Diversas contas a receber			(4.904)	(112.111)	(4.994)	(112.111)
Depósitos judiciais			(34.010)	(37.933)	(34.010)	(37.933)
<b>Variações nos passivos</b>						
Empréstimos e financiamentos			(15.404)	(17.986)	(15.249)	(17.982)
Salários, provisões e contribuições sociais			(39.647)	29.259	(39.620)	29.275
Provisões para passivo atuarial Lei 4819/58			(62.512)	-	(62.512)	-
Impostos e contribuições a recolher			(60.022)	431.346	(60.021)	431.350
Contas a pagar			30.706	6.216	30.706	6.216
Outras obrigações			181.058	16.321	181.058	16.321
Contingências			(240.031)	(235.573)	(240.031)	(235.573)
Fundo pensão - regime Subprev			(17.561)	(17.067)	(17.561)	(17.067)
<b>Variações nos ativos e passivos</b>			<b>(432.946)</b>	<b>(145.838)</b>	<b>(432.855)</b>	<b>(145.814)</b>
<b>Caixa proveniente das operações</b>						
Juros pagos			(555.573)	(516.882)	(555.573)	(516.882)
Imposto de renda e contribuições pagos			(643.788)	(502.404)	(643.788)	(502.404)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>			<b>2.061.851</b>	<b>2.527.975</b>	<b>2.061.727</b>	<b>2.527.990</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>						
Aquisição de bens do ativo imobilizado			(1.924.479)	(1.395.458)	(1.926.453)	(1.395.641)
Aumento de contingências			(56.014)	(159.514)	(56.014)	(159.514)
Aumento de investimento			-	(3.841)	-	-
Recursos recebidos pela venda de ativo imobilizado			29.162	-	29.162	-
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>			<b>(1.951.331)</b>	<b>(1.558.813)</b>	<b>(1.953.305)</b>	<b>(1.555.155)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>						
<b>Empréstimos e financiamentos</b>						
Captações			2.237.056	1.243.174	2.237.056	1.043.174
Pagamentos			(1.896.480)	(1.146.416)	(1.896.480)	(1.146.416)
<b>Pagamento de juros sobre o capital próprio</b>			<b>(303.722)</b>	<b>(708.858)</b>	<b>(303.722)</b>	<b>(708.858)</b>
<b>Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades de financiamentos</b>			<b>36.854</b>	<b>(512.100)</b>	<b>36.854</b>	<b>(512.100)</b>
<b>Aumento de caixa e equivalentes</b>			<b>147.374</b>	<b>157.062</b>	<b>145.276</b>	<b>160.735</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício			622.059	464.997	625.732	464.997
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício			769.433	622.059	771.008	625.732
<b>Variação de caixa e equivalentes</b>			<b>147.374</b>	<b>157.062</b>	<b>145.276</b>	<b>160.735</b>
<b>Informações suplementares do fluxo de caixa:</b>						
Capitalização de juros e encargos financeiros			(143.985)	719.430	(143.985)	719.430
Contas e passivos pagos			503.296	515.859	503.296	515.859
Acordos e cumprimento de contrato de programas			(7.553)	146.426	(7.553)	146.426

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**  
**DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

	Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2009	2008	2009	2008
Receitas					
Vendas de produtos e serviços	19	7.236.218	6.838.803	7.236.218	6.838.803
Outras receitas	21	55.689	70.280	55.689	70.280
Receitas relativas à construção de ativos próprios		12.719	356.600	12.719	356.600
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	20	(308.188)	(336.264)	(308.188)	(336.264)
constituição		6.996.438	6.929.419	6.996.438	6.929.419
Insunsumos adquiridos de terceiros					
Custos das vendas e dos serviços prestados		(1.325.027)	(1.180.116)	(1.325.027)	(1.180.116)
Matérias, força e luz, serviços de terceiros e outros		(742.502)	(589.851)	(742.502)	(589.851)
Outras despesas operacionais	21	(90.913)	(1.117.958)	(90.913)	(1.117.958)
		(2.158.447)	(2.887.925)	(2.158.447)	(2.887.925)
Valor adicionado bruto		4.837.396	4.041.494	4.837.396	4.041.420
Retenções					
Depreciação e amortização (inclusive capitalizadas)		(562.337)	(618.924)	(562.340)	(618.924)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		4.275.059	3.422.570	4.275.059	3.422.496
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial		(218)	(9)	-	-
Receitas financeiras	20	219.192	567.898	219.485	568.027
		218.974	567.889	219.485	568.027
Valor adicionado a distribuir		4.494.633	3.990.459	4.494.934	3.990.523
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal					
Remuneração direta		918.514	884.736	918.716	884.775
Benefícios		308.662	295.929	308.672	295.931
FGTS		201.903	66.741	201.918	66.741
		1.429.079	1.247.406	1.429.306	1.247.447
Impostos, taxas e contribuições					
Federais		1.334.676	1.124.752	1.334.719	1.124.770
Estaduais		36.671	37.713	36.671	37.713
Municipais		18.896	14.490	18.897	14.491
		1.390.193	1.171.955	1.390.237	1.171.974
Remuneração de capitais de terceiros					
Juros, variações cambiais e monetárias		275.282	1.489.967	275.287	1.489.968
Aluguéis		26.200	17.560	26.225	17.563
		301.482	1.507.527	301.512	1.507.531
Remuneração de capitais próprios					
Juros sobre o capital próprio		394.157	63.571	394.157	63.571
Lucros retidos	15(c)	979.722	-	979.722	-
		1.373.879	63.571	1.373.879	63.571
Valor adicionado distribuído		4.494.633	3.990.459	4.494.934	3.990.523
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras					

**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (a "Sabesp" ou "Companhia") é uma empresa de economia mista, com sede em São Paulo, que tem como acionista controlador o Governo do Estado de São Paulo. Atua na prestação de serviços de saneamento básico e ambiental, assim como fornece água tratada no atacado e disponibiliza tratamento de esgoto para mais 6 municípios da Região Metropolitana de São Paulo.

Além de atuar na prestação de serviços de saneamento básico no Estado de São Paulo, a Sabesp pode exercer estas atividades em outros estados e países, podendo atuar nos mercados de drenagem, serviços de limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e energia. A nova visão da Sabesp estabelece como objetivo ser reconhecida como a empresa que universalizou os serviços de saneamento em sua área de atuação, com foco no cliente, de forma sustentável e competitiva, com excelência em soluções ambientais.

A Companhia opera os serviços de água e esgotos em 366 municípios do Estado de São Paulo, tendo cessado temporariamente a operação de dois desses municípios, devido a ordens judiciais, cujos processos encontram-se em andamento. Na maioria desses municípios as operações decorrem de contratos de concessão firmados por 30 anos. Encontram-se vencidas até 31 de dezembro de 2009, 82 concessões sendo que todas estão em fase de negociação com os municípios. Entre 2010 e 2030 vencerão 80 concessões. O restante das concessões é por prazo indeterminado. Até 31 de dezembro de 2009 foram assinados 174 contratos de programa (2008 – 160 contratos).

A Administração prevê que todas as concessões vencidas e ainda não renovadas resultarão em novos contratos ou prorrogações, descartando o risco de descontinuidade na prestação dos serviços de água e esgotos nessas localidades municipais. Em 31 de dezembro de 2009, o valor contábil do imobilizado utilizado nos 82 municípios em negociação totaliza R\$ 2.049 milhões e a receita do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 totaliza R\$ 876 milhões.

No município de Santos, na Baixada Santista, que possui população expressiva, a Companhia opera amparada em escritura pública de autorização, situação similar à de alguns outros municípios das regiões da Baixada Santista e do Vale do Ribeira, nos quais a Companhia passou a operar após a fusão das Companhias que a constituíram.

As importantes transformações na regulação do setor de saneamento ocorridas em 2007 geraram novos desafios e oportunidades para a Sabesp. O marco regulatório consolidou a integração entre os investimentos da prestadora de serviços e as prioridades estabelecidas pelo titular dos serviços, tornou a prestação de contas mais efetiva e transparente e aumentou a segurança para investimentos.

As ações da Companhia estão listadas no segmento "Novo Mercado" da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA desde abril de 2002, e na Bolsa de Nova Iorque – NYSE, na forma de ADRs (American Depositary Receipts) desde maio de 2002.

As informações sobre área de concessão, número de municípios, volume de água e esgoto e outros dados correlatos divulgados neste relatório que não derivam das demonstrações contábeis e/ou financeiras não são examinadas pelos auditores independentes.

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

**2.1 Apresentação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 25 de março de 2010.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras correspondem às normas e orientações que estão vigentes para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2009 de maneira uniforme àquelas adotadas no encerramento do exercício de 2008 e serão diferentes daquelas que serão utilizadas para elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010, conforme descrito no item 2.3 a seguir.

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações, bem como os valores de receitas e despesas com energia elétrica e prestação de serviços. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para contingências passivas, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

2.2 Descrição das principais práticas contábeis

(a) Receitas com vendas e prestação de serviços

As receitas de serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto são reconhecidas por ocasião do consumo de água ou por ocasião da prestação dos serviços. As receitas de serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto prestados, não faturadas, são reconhecidas como contas a receber de clientes com base em estimativas mensais, de forma que as receitas se contraponham aos custos na competência adequada.

(b) Arrendamento mercantil

Os arrendamentos mercantis de imobilizado nos quais a Companhia fica substancialmente com todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamento financeiro. Os arrendamentos financeiros são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento). O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é depreciado pelas taxas definidas na nota 8.

(c) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base no resultado tributável.

As alíquotas utilizadas são de 15%, mais adicional de 10%, para imposto de renda e 9% para a contribuição social, e os impostos são contabilizados pelo regime de competência.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

A Companhia optou por não reconhecer o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre a reserva de reavaliação do imobilizado registrada até 1991.

(d) Outras receitas e despesas

Outras receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

(e) Caixa e equivalentes de caixa

São representados pelas contas bancárias disponíveis e investimentos de curto prazo com alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor.

(f) Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os contas a receber de

**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

**Ativos mantidos até o vencimento**

São basicamente os ativos financeiros que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Nesse caso, esses ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, e quando aplicável, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício, usando o método da taxa de juros efetiva. Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nessa categoria.

**Ativos financeiros disponíveis para venda**

Os ativos financeiros disponíveis para venda não são derivativos que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. Os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo. Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, são reconhecidos na demonstração do resultado como receitas financeiras. A parcela correspondente à variação no valor justo é lançada contra o patrimônio líquido, na conta ajustes de avaliação patrimonial, sendo realizada contra resultado quando da sua liquidação ou por perda considerada permanente (*impairment*). Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nessa categoria.

**Valor justo**

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*). Se houver alguma evidência para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* desse ativo financeiro previamente reconhecida no resultado - é retirada do patrimônio e reconhecida na demonstração do resultado.

**(g) Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa**

Os valores a receber de clientes, exceto no caso de acordos para valores refinanciados, não consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa.

A Companhia constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis nas contas a receber e a administração não espera incorrer em perdas adicionais, principalmente com as prefeituras. A provisão é constituída para as contas de R\$ 5 a R\$ 30 e vencidas há mais de 360 dias. Também para as contas superiores a R\$ 30 que estejam vencidas há mais de 360 dias, com processo de cobrança judicial são provisionadas. O montante assim apurado, é ajustado, quando apresenta excesso ou insuficiência, com base nas análises do histórico de recebimentos, levando em consideração a expectativa de recuperação nas diversas categorias de clientes. Os valores até R\$ 5 e vencidos há mais de 180 dias são baixados contra o resultado.

**(h) Estoques**

Os estoques de materiais destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgoto são avaliados ao custo médio de aquisição ou valor de realização, dos dois o menor, e estão classificados no ativo circulante. Os estoques destinados ao investimento estão classificados no imobilizado pelo custo médio de aquisição.



**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

(i) Investimentos

O investimento na Sesamm é registrado e avaliado pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e sua investida são eliminados na medida da participação da Companhia; perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido.

As práticas contábeis da Sesamm são consistentes com as práticas adotadas pela Companhia.

(j) Conversão em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais usando-se as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa cambial da data do balanço. Ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado.

(k) Imobilizado

Demonstrado ao custo corrigido até 31 de dezembro de 1995, combinado com os seguintes aspectos:

Depreciações de bens do imobilizado - calculadas pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na nota 8.

A Administração da Companhia optou por manter registrada a Reserva de Reavaliação até a sua efetiva realização.

Reavaliação de bens do imobilizado - efetuada em duas etapas, em 1990 e 1991, com base em laudo de avaliação emitido por peritos independentes, registrada em contrapartida à conta de Reserva de Reavaliação no Patrimônio Líquido, realizada mediante depreciação, alienação e baixas dos respectivos bens, a crédito da conta "Lucros acumulados". A Companhia adotou, portanto, o valor residual reavaliado em 31 de dezembro de 2008 como novo valor de custo dos bens do imobilizado.

Os encargos financeiros relacionados a empréstimos e financiamentos, destinados a obras em andamento, são apropriados ao custo das mesmas.

As doações de imobilizado recebidas de terceiros e de órgãos públicos para permitir à Companhia a prestação dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto são registradas no imobilizado em contrapartida à receita.

Os projetos de obras em andamento estão registrados ao custo e estão principalmente relacionados com projetos de construção contratados junto a terceiros.

As melhorias executadas nos bens existentes são capitalizadas, e os gastos com manutenção e reparos são levados à conta de resultado quando incorridos. Materiais alocados a projetos específicos são adicionados a obras em andamento.

(l) Intangíveis

No período de 1999 à 2006, as aquisições de direitos de concessão de terceiros foram contabilizadas pelo valor determinado em laudos técnicos de avaliação econômico-financeira emitido por peritos independentes. As renovações feitas a partir do marco regulatório, foram através de contratos de programa. Em algumas destas renovações a Companhia assumiu compromissos para participar financeiramente de ações sócio-ambientais, os quais estão registrados no ativo intangível e são amortizados pela vigência do contrato, que são em sua maioria, 30 anos.

(m) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis").

As debêntures não conversíveis têm seu reconhecimento de forma similar à dos empréstimos.

**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

**(n) Salários e encargos sociais**

Os salários, incluindo provisões para férias, 13º salário e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

**(o) Participação nos resultados**

A Provisão para participação nos resultados é constituída de acordo com a competência, sendo contabilizada como despesa operacional.

**(p) Provisão para contingências e depósitos judiciais**

Atualizadas até as datas dos balanços pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia. Para fins de apresentação das demonstrações contábeis, estão demonstradas líquidas dos depósitos judiciais correlacionados. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos cíveis, tributários, trabalhistas e ambientais estão descritos na nota nº 15.

Os depósitos judiciais não relacionados aos correspondentes passivos são registrados no ativo não circulante, atualizados monetariamente.

**(q) Gastos ambientais**

Gastos relacionados a programas ambientais contínuos são registrados como despesa no resultado dos exercícios, à medida de sua ocorrência. Os programas contínuos são elaborados para minimizar o impacto ambiental causado pelas operações e para a gestão dos riscos ambientais relacionados às atividades da Companhia.

**(r) Plano de Previdência Privada**

O passivo relacionado aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustados por ganhos ou perdas atuariais e custos de serviços passados. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. A estimativa de saída futura de caixa é descontada ao seu valor presente, usando-se as taxas de juros de títulos públicos cujos prazos de vencimento se aproximam dos prazos do passivo relacionado.

Os ganhos e as perdas atuariais advindos de mudanças nas premissas atuariais e emendas aos planos de pensão são apropriados ou creditados ao resultado pela média do tempo de serviço remanescente dos funcionários relacionados.

**(s) Juros sobre o capital próprio**

A Companhia utiliza o benefício fiscal da distribuição de dividendos na forma de Juros Sobre o Capital Próprio, como permitido por lei. Os juros são contabilizados de acordo com as disposições contidas na Lei n.º 9.249/95, para efeito de dedutibilidade, limitados à variação pró-rata dia das taxas de juros de longo prazo – TJLP. O benefício atribuído aos acionistas, é registrado no passivo circulante com contrapartida no Patrimônio Líquido.

**(t) Valor presente**

Os ativos e passivos de longo prazo, quando aplicável, são ajustados a valor presente, utilizando taxas de desconto que refletem a melhor estimativa da Companhia.

**(u) Recuperação de ativos**

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

**2.3 Normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor**

As normas e interpretações de normas relacionadas a seguir, foram publicadas e são obrigatórias para os exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2010. Além dessas, também foram publicadas outras normas e interpretações que alteram as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentro do processo de convergência com as normas internacionais. As normas a seguir são apenas aquelas que poderão (ou deverão) impactar as demonstrações financeiras da Companhia de forma mais relevante. Nos termos dessas novas normas, as cifras do exercício de 2009, aqui apresentadas, deverão ser reapresentadas para fins de comparação, quando da apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010. A Companhia não adotou antecipadamente essas normas no exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

**(a) Pronunciamentos**

- CPC 16 - Estoques**, aprovado pela Deliberação CVM 575, de 05 de junho de 2009.  
Determinação do valor de custo dos estoques de manutenção reconhecimento como despesa em resultado, incluindo qualquer redução ao valor realizável líquido.
- CPC 20 - Custos de empréstimos**, aprovado pela Deliberação CVM 577, de 05 de junho de 2009.  
Tratamento de custos de empréstimos e a possibilidade de inclusão no ativo quando atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo.
- CPC 22 - Informação por segmento**, aprovado pela Deliberação CVM 582, de 31 de julho de 2009.  
Determina o requerimento de divulgação de informações segregadas por segmento operacional da Companhia.
- CPC 25 - Provisões, passivos e ativos contingentes**, aprovado pela Deliberação CVM 594, de 15 de setembro de 2009.  
Assegurar que sejam aplicados critérios de reconhecimento e bases de mensuração apropriados a provisões e a passivos e ativos contingentes e que seja divulgada informação suficiente nas notas explicativas para permitir que os usuários entendam a sua natureza, oportunidade e valor.
- CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis**, aprovado pela Deliberação CVM 595 de 15 de setembro de 2009.  
Estabelece a base para a apresentação das demonstrações financeiras, mediante a determinação de requisitos gerais para a apresentação, diretrizes para a sua estrutura e o conteúdo mínimo a ser incluído nas demonstrações financeiras.
- CPC 27 - Ativo imobilizado**, aprovado pela Deliberação CVM 619, de 22 de dezembro de 2009.  
Estabelece o tratamento contábil para ativos imobilizados no que tange ao reconhecimento, mensuração, depreciação e as perdas por desvalorização.
- CPC 30 - Receitas**, aprovado pela Deliberação CVM 597, de 15 de setembro de 2009.  
Estabelece o tratamento contábil de receitas que surjam de certos tipos de transações e eventos.
- CPC 32 - Tributos sobre o lucro**, aprovado pela Deliberação CVM 599, de 15 de setembro de 2009.  
Estabelece o tratamento contábil para os tributos sobre o lucro.
- CPC 33 - Benefícios a empregados**, aprovado pela Deliberação CVM 600, de 07 de outubro de 2009.  
Estabelece a contabilização e a divulgação dos benefícios concedidos aos empregados.
- CPC 36 - Demonstrações consolidadas**, aprovado pela Deliberação CVM 608, de 26 de novembro de 2009.  
Estabelece a forma na elaboração e apresentação de demonstrações contábeis consolidadas de um grupo econômico de entidades sob o controle de uma controladora.
- CPC 37 - Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade**, aprovado pela Deliberação CVM 609, de 22 de dezembro de 2009.  
Garantir que as primeiras demonstrações contábeis de uma entidade de acordo com as Normas internacionais de Contabilidade emitidas pelo IASB - *International Accounting Standards Board*,



**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

doravante referenciadas como IFRSs - *International Financial Reporting Standards*, e as divulgações contábeis intermediárias para os períodos parciais cobertos por essas demonstrações contábeis contenham informações de alta qualidade.

CPC 38 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, aprovado pela Deliberação CVM 604, de 19 de novembro de 2009.

Estabelece princípios para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra e venda de itens não financeiros.

CPC 39 - Instrumentos financeiros: apresentação, aprovado pela Deliberação CVM 604, de 19 de novembro de 2009.

Estabelece princípios para a apresentação de instrumentos financeiros como passivo ou patrimônio líquido e para compensação de ativos financeiros e passivos financeiros.

CPC 40 - Instrumentos financeiros: evidenciação, aprovado pela Deliberação CVM 604, de 19 de novembro de 2009.

Estabelece a divulgação de: (a) a relevância do instrumento financeiro para a posição patrimonial e financeira e para o desempenho da Sociedade e (b) a natureza e a extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros a que a Sociedade está exposta durante o período e ao fim do período contábil, e como a entidade administra esses riscos.

(b) Interpretações

ICPC 01 - Contratos de concessão, aprovado pela Deliberação CVM 611, de 22 de dezembro de 2009.

ICPC 08 - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos, aprovado pela Deliberação CVM 601, de 07 de outubro de 2009.

ICPC 09 - Demonstrações contábeis individuais, separadas, consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial, aprovado pela Deliberação CVM 618, de 22 de dezembro de 2009.

ICPC 10 - Esclarecimentos sobre os CPC 27 e CPC 28, aprovado pela Deliberação CVM 619, de 22 de dezembro de 2009.

ICPC 11 - Recebimento em transferência de ativos de clientes, aprovado pela Deliberação CVM 620 de 22 de dezembro de 2009.

(c) Estimativa dos efeitos

A Companhia está em processo de avaliação dos potenciais efeitos relativos a esses pronunciamentos, interpretações e orientações, os quais poderão ter impacto relevante nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 a serem apresentadas comparativamente às demonstrações financeiras relativas ao exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2010, bem como sobre os próximos exercícios.

**3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	<u>CONTROLADORA</u>		<u>CONSOLIDADO</u>	
	<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Caixa e bancos	98.309	77.993	98.368	81.638
Equivalente de caixa	<u>671.124</u>	<u>544.066</u>	<u>672.640</u>	<u>544.094</u>
	<u>769.433</u>	<u>622.059</u>	<u>771.008</u>	<u>625.732</u>

**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

**4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES**

**(a) Saldos patrimoniais**

	<u>CONTROLADORA E CONSOLIDADO</u>	
	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Particulares:		
Clientes de rol comum e rol especial (i) (ii)	776.040	736.000
Acordos (iii)	<u>261.139</u>	<u>273.586</u>
	1.037.179	1.009.586
Entidades Governamentais:		
Municipais	569.655	521.729
Federais	2.871	28.252
Acordos (iii)	<u>143.575</u>	<u>145.767</u>
	716.101	695.748
Por atacado – Prefeituras Municipais: (iv)		
Guarulhos	411.774	400.210
Mauá	190.153	163.015
Mogi das Cruzes	14.188	16.495
Santo André	428.227	375.345
São Caetano do Sul	3.410	3.363
Diadema	<u>134.992</u>	<u>115.940</u>
Total por atacado – Prefeituras Municipais	1.182.744	1.074.368
Fornecimento a faturar	<u>364.480</u>	<u>309.805</u>
Subtotal	3.300.504	3.089.507
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(1.854.231)</u>	<u>(1.633.289)</u>
Total	<u>1.446.273</u>	<u>1.456.218</u>
Circulante	1.179.730	1.129.746
Não circulante (v)	266.543	326.472

(i) Rol comum – residenciais, pequenas e médias empresas.

(ii) Rol especial – grandes consumidores, comércio, indústrias, condomínios e consumidores com características especiais de faturamento (esgotos industriais, poços, etc.).

(iii) Acordos – parcelamentos de débitos vencidos, acrescidos de atualização monetária e juros.

(iv) Por atacado - prefeituras municipais - O saldo de contas a receber de clientes por atacado refere-se à venda de água tratada aos municípios, que são responsáveis pela distribuição, faturamento e arrecadação junto aos consumidores finais, alguns desses municípios contestam judicialmente as tarifas cobradas pela Sabesp e não pagam os valores em litígio. Os valores vencidos que estão substancialmente incluídos na provisão para créditos de liquidação duvidosa e estão classificados no realizável a longo prazo, conforme movimentação abaixo:

	<u>CONTROLADORA E CONSOLIDADO</u>	
	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Saldo no início do exercício	1.074.368	961.184
Faturamento por serviços prestados	332.975	314.288
Recebimentos – serviços do exercício corrente	(164.266)	(135.347)
Recebimentos – serviços de exercícios anteriores	<u>(60.333)</u>	<u>(65.757)</u>
Saldo no final do exercício	1.182.744	1.074.368
Circulante	68.898	51.384
Não circulante	1.113.846	1.022.984

(v) A parcela do não circulante consiste de contas a receber vencidas e renegociadas junto a clientes e valores vencidos de fornecimento por atacado a prefeituras municipais, e está registrada líquida da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

(b) Sumário de contas a receber de clientes por vencimento

	<u>CONTROLADORA E CONSOLIDADO</u>	
	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Valores a vencer	1.002.506	949.209
Vencidos:		
Até 30 dias	160.979	131.542
Entre 31 e 60 dias	68.247	73.370
Entre 61 e 90 dias	47.349	46.708
Entre 91 e 120 dias	51.887	38.413
Entre 121 e 180 dias	56.845	66.267
Entre 181 e 360 dias	112.472	128.033
Acima de 360 dias	<u>1.800.219</u>	<u>1.655.965</u>
Total	<u>3.300.504</u>	<u>3.089.507</u>

(c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

(i) A movimentação da provisão no exercício pode ser assim apresentada:

	<u>CONTROLADORA E CONSOLIDADO</u>	
	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Saldo anterior	1.633.289	1.314.671
De particulares/entidades públicas	30.105	99.370
De fornecimento por atacado	<u>190.837</u>	<u>219.248</u>
Adições no exercício	<u>220.942</u>	<u>318.618</u>
Saldo	1.854.231	1.633.289
Circulante	852.420	778.238
Não circulante	1.001.811	855.051

(ii) No resultado

A Companhia contabilizou prováveis perdas de créditos no contas a receber no exercício de 2009 no montante de R\$ 295.799 sendo R\$ 74.857 (líquido de recuperações) baixados do contas a receber (em 2008- R\$ 17.646), à rubrica "Despesas com vendas". No ano de 2008, essas perdas foram de R\$ 336.264.

5. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia participa de transações com seu acionista controlador, o Governo do Estado, e empresas a ele relacionadas.

(a) Contas a receber, juros sobre o capital próprio e receita operacional com o Governo do Estado de São Paulo

	<u>CONTROLADORA E CONSOLIDADO</u>	
	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Contas a receber		
Circulante:		
Serviços de água e esgoto (i)	82.278	113.642
Acordo Gesp (iii), (iv) e (v)	26.181	28.256
Provisão para perdas (v)	(12.389)	-
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão - Acordo (ii) e (vi)	25.494	23.050
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão pagos - Fluxo mensal (ii) e (vi)	<u>14.423</u>	<u>45.183</u>
Total do circulante	<u>135.987</u>	<u>210.131</u>
Longo prazo:		
Serviços de água e esgoto - Acordo Gesp (iii), (iv) e (v)	73.414	92.396

055

**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

	<b>CONTROLADORA E CONSOLIDADO</b>	
	<b>2009</b>	<b>2008</b>
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão pagos – Controverso (ii) e (vi)	471.591	409.079
Provisão para perda – Controverso (vii)	(471.591)	(409.079)
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão – Acordo (ii) e (vi)	186.951	192.077
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão – Reservatório (ii) e (vi)	696.283	696.283
Total não circulante	<u>956.648</u>	<u>980.756</u>
Total de recebíveis do acionista	1.092.635	1.190.887
Prestação de serviços de água e esgoto	169.484	234.294
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão	<u>923.151</u>	<u>956.593</u>
	1.092.635	1.190.887
Juros Sobre o Capital Próprio a pagar	<u>198.099</u>	<u>148.861</u>
Receita bruta de vendas e serviços prestados		
Venda de água	193.771	186.286
Serviços de esgoto	164.532	157.349
Recebimentos	(349.983)	(281.823)
Receitas Financeiras	73.927	62.179

**(i) Serviços de água e esgoto**

A Companhia presta serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos para o Governo do Estado e demais Companhias a ele relacionadas, em termos e condições considerados pela Administração como normais de mercado, exceto quanto à forma de liquidação dos créditos, que poderá ser realizada nas condições mencionadas nos itens (iii), (iv) e (v).

**(ii) Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão pagos**

Refere-se a valores de benefícios de complementação de aposentadoria e pensão previstos na Lei Estadual Paulista nº 4.819/58 ("Benefícios") pagos pela Companhia a ex-empregados ou pensionistas.

Nos termos do Acordo referido em (iii), o Gesp reconhece ser responsável pelos encargos decorrentes dos Benefícios, desde que obedecidos os critérios de pagamento estabelecidos pelo Departamento de Despesa de Pessoal do Estado – DDPE, fundados na orientação jurídica fixada pela Consultoria Jurídica da Secretaria da Fazenda e da Procuradoria Geral do Estado – PGE.

Conforme explicitado no item (vi), ao longo da validação pelo Gesp dos valores devidos à Companhia por conta dos Benefícios, surgiram divergências quanto aos critérios de cálculo e de elegibilidade dos Benefícios aplicados pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2009 e 2008, 2.597 e 2.604 aposentados, respectivamente, receberam complementos de aposentadoria, sendo que nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008 a Companhia pagou R\$ 116.082 e R\$ 110.763, respectivamente. Havia 91 empregados ativos em 31 de dezembro de 2009 que farão jus a esses benefícios por ocasião de sua aposentadoria, em comparação aos 143 em 31 de dezembro de 2008.

Em janeiro de 2004, os pagamentos de complementação de aposentadoria e pensão, foram transferidos para a Secretaria da Fazenda, e seriam feitos de acordo com os critérios de cálculo definidos pela PGE. Por força de decisão judicial, a responsabilidade pelos pagamentos retornou à Sabesp, na forma original.

**(iii) Acordo Gesp**

Em 11 de dezembro de 2001, a Companhia, o Gesp (por intermédio da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, atualmente Secretaria da Fazenda) e o Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE, com a intervenção da Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras, atualmente Secretaria de

**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Saneamento e Energia, celebraram o Termo de Reconhecimento e Consolidação de Obrigações, Compromisso de Pagamento e Outras Avenças ("Acordo Gesp"), com o intuito de equacionar as pendências existentes entre o Gesp e a Companhia relacionadas aos serviços de água e esgoto quanto aos Benefícios.

O total do acordo foi de R\$ 678.830, a valor histórico, sendo (i) R\$ 320.623 referentes aos Benefícios pagos pela Companhia e não reembolsados pelo Estado no período de março de 1986 a novembro de 2001, e (ii) R\$ 358.207 provenientes da prestação de serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos, faturados e vencidos de 1985 até 1º de dezembro de 2001, mas não pagos pelo Gesp.

Tendo em vista a importância estratégica dos reservatórios de Taiáçupeba, Jundiá, Biritiba, Paraitinga e Ponte Nova ("Reservatórios"), para a garantia da manutenção do volume de água do Alto Tietê, a Companhia acordou recebê-los como parte do reembolso referente aos Benefícios. Os Reservatórios lhe seriam transferidos pelo DAEE, que, por sua vez, se sub-rogaria em crédito de mesmo valor perante o Gesp.

No entanto, o Ministério Público do Estado do São Paulo questionou a validade jurídica desse acordo, por meio de ação civil pública, cujo argumento principal é a ausência de autorização legislativa específica para a alienação de patrimônio do DAEE. Os advogados da Companhia avaliam o risco de perda desse processo como provável, caso não se obtenha a aludida autorização legislativa, o que impediria a transferência dos respectivos reservatórios como amortização parcial do saldo a receber.

Os saldos de serviços de fornecimento de água e coleta de esgoto foram incluídos no Primeiro e Segundo Aditamentos conforme descrito nos itens (iv) e (v). Os saldos referentes ao reembolso dos benefícios de complementação de aposentadoria e pensão foram incluídos no Termo de Compromisso entre o Estado de São Paulo e a Sabesp, conforme descrito nos itens (vi) e (vii).

(iv) Primeiro Aditamento ao Acordo Gesp

Em 22 de março de 2004, a Companhia e o Governo do Estado aditaram os termos do Acordo Gesp original, (1) consolidando e reconhecendo valores devidos pelo Governo do Estado por serviços prestados de fornecimento de água e coleta de esgoto, corrigidos monetariamente, até fevereiro de 2004; (2) formalmente autorizando a compensação de valores devidos pelo Governo do Estado com juros sobre o capital próprio declarados pela Companhia e qualquer outro débito existente junto ao Governo do Estado em 31 de dezembro de 2003, corrigido monetariamente até fevereiro de 2004; e (3) definindo as condições de pagamento das obrigações remanescentes do Governo do Estado pelo recebimento da prestação de serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto.

Nos termos do Aditamento, o Governo do Estado reconheceu os valores devidos para a Companhia por serviços prestados de abastecimento de água e coleta de esgoto até fevereiro de 2004, no montante de R\$ 581.779, incluindo correção monetária baseada na Taxa de Referência (TR) ao final de cada exercício, até fevereiro de 2004. A Companhia reconheceu valores a pagar ao Governo do Estado relacionados a juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 518.732, incluindo (1) valores declarados e pagos relacionados há anos anteriores a 2003 (R\$ 126.967), (2) correção monetária desses valores baseada na variação anual do Índice de Preços ao Consumidor (IPC/Fipe) até fevereiro de 2004 (R\$ 31.098); e (3) valores declarados e devidos relativos a 2003 (R\$ 360.667).

A obrigação remanescente tinha o pagamento previsto em parcelas mensais de maio de 2005 até abril de 2009, corrigidas monetariamente pelo Índice de Preços ao Consumidor Atacado (IPCA/IBGE) mais juros de 0,5% a.m.

O Aditamento ao Acordo Gesp não prevê valores devidos pelo Governo do Estado relacionados ao complemento de aposentadoria e benefícios do plano de pensão, pagos em nome do Governo do Estado pela Companhia, os quais continuam sujeitos aos termos do Acordo Gesp original.

(v) Segundo Aditamento ao Acordo Gesp

Em 28 de dezembro de 2007, a Companhia e o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Fazenda assinaram o segundo aditamento aos termos do acordo Gesp original, (1) concordando com o parcelamento do saldo remanescente do Primeiro Aditamento, no valor de R\$ 133.709 (valor em 30 de novembro de 2007), a ser pago em 60 parcelas iguais, mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira em 2 de janeiro de 2008. O valor das parcelas é atualizado monetariamente de acordo com a variação do IPCA-IBGE, acrescida de juros simples de 0,5% ao mês. No saldo desse acordo, cujas parcelas vêm sendo pagas mensalmente, existe um valor de R\$ 46.244 que o Estado não reconhece como devido. A Sabesp tem entendimento diverso do Estado a respeito desse montante, não admitindo a revisão desses valores previamente acordados, sem a demonstração, de forma fundamentada e inequívoca, da ausência de



**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

correspondência entre os valores apresentados pela Sabesp e os serviços efetivamente prestados. (2) em relação às contas vencidas e não pagas no período de março de 2004 a outubro de 2007, oriundas da prestação de serviços de água e coleta de esgotos no total de R\$ 256.608, R\$ 236.126 foram recebidos e R\$ 8.093 foram transferidos para outro devedor e R\$ 12.389, objeto de divergências sobre a validação, foram submetidas à ARSESP e encontram-se em análise. Foram identificadas até o momento divergências quanto ao devedor, mas não quanto ao valor do débito em si. No caso de reclassificação do responsável pelo pagamento da conta, a Sabesp transferiu a cobrança para a Entidade correspondente. (3) Os juros sobre o capital próprio devidos pela Sabesp ao Estado, referentes ao período de março de 2004 a dezembro de 2006, no montante de R\$ 400.823, atualizados a partir de junho de 2007 até novembro de 2007, pela taxa Selic, foram pagos no período de janeiro a março de 2008. (4) O Estado e a Sabesp concordam em retomar o cumprimento de suas obrigações recíprocas, pontualmente, sob novas premissas: (a) implementação de sistema de gerenciamento eletrônico de contas para facilitar e agilizar o acompanhamento dos processos de pagamento e os procedimentos de gestão orçamentária; (b) estruturação do Programa de Uso Racional da Água – PURA para racionalizar o consumo de água e o valor das contas de água e esgoto de responsabilidade do Estado; (c) estabelecimento, pelo Estado, de critérios na orçamentação de forma a evitar o remanejamento dos valores na rubrica específica de contas de água e esgotos a partir de 2008; (d) possibilidade de registro de órgãos e entidades estaduais em sistema ou cadastro de inadimplência; (e) possibilidade de interrupção do fornecimento de água aos órgãos e entidades estaduais em caso de inadimplemento do pagamento das contas de água e esgotos.

Do faturamento dos meses de novembro de 2007 a dezembro de 2009, aproximadamente 98% das contas já foram pagas pelo Governo do Estado.

(vi) Terceiro Aditamento ao Acordo Gesp

O Gesp, a Sabesp e o DAEE, celebraram em 17 de novembro de 2008, o Terceiro Aditamento ao Acordo Gesp, por meio do qual o Gesp confessou dever à Sabesp o valor de R\$ 915.251, atualizados monetariamente até setembro de 2008 pelo IPCA-IBGE, correspondente ao Valor Incontroverso, apurado pela FIPECAFI. A Sabesp aceitou, provisoriamente, os Reservatórios como parte do pagamento do Valor Incontroverso e ofereceu ao Gesp quitação provisória, constituindo um crédito financeiro de R\$ 696.283, correspondente ao valor dos Reservatórios. A quitação definitiva apenas ocorrerá com a efetiva transferência de propriedade no competente cartório de registro de imóveis. O saldo devedor restante de R\$ 218.967 está sendo pago em 114 parcelas mensais e consecutivas, no valor de R\$ 1.920 cada, atualizadas anualmente pelo IPCA/FIPE acrescidas de juros de 0,5% a.m., vencendo-se a primeira em 25 de novembro de 2008.

A Sabesp e o Estado estão trabalhando em conjunto para obter autorização legislativa a fim de viabilizar a transferência dos Reservatórios à Sabesp, superando assim a incerteza jurídica causada pela ação Civil Pública citada no item (iii). Após a publicação da autorização legislativa, ocorrerá a transferência dos Reservatórios à Sabesp.

O Terceiro Aditamento prevê também a regularização do fluxo mensal de benefícios. Enquanto a Sabesp estiver responsável pelos pagamentos mensais, por força de decisão judicial, o Estado vem reembolsando a Companhia com base nos critérios idênticos aos aplicados na apuração do Valor Incontroverso. Não havendo mais decisão judicial impeditiva, o Estado assumirá diretamente o fluxo de pagamento mensal da parcela tida por incontroversa.

(vii) Como antes mencionado, em 17 de novembro de 2008 a Companhia e o Estado assinaram o 3º Aditivo ao Acordo GESP, ocasião em que foram quantificados os valores denominados controversos e incontroversos. Nesse aditivo, ficaram estabelecidos esforços para equacionar o que foi denominado Valor Controverso dos Benefícios. De acordo com a cláusula quarta desse instrumento, o Valor Controverso é representado pela diferença entre o Valor Incontroverso e o valor efetivamente pago pela Companhia a título de Benefícios de complementação de aposentadoria e pensões previstos na Lei 4.819/58, de responsabilidade originária do Estado de São Paulo, no entendimento da Companhia, mas pagos pela Sabesp até maio de 2008, por força de ordem judicial.

Ao celebrar o Terceiro Aditamento, ficou prevista uma reapreciação por parte da PGE das divergências que deram causa ao valor controverso dos benefícios previstos na Lei 4.819/58. Essa expectativa estava à época baseada na disposição da PGE reapreciar a questão e também no entendimento do direito da Companhia ao ressarcimento, baseado inclusive em pareceres técnicos jurídicos externos.

Contudo, os novos pareceres emitidos pela PGE e recebidos em 04 e 22 de setembro de 2009 e em 04 de janeiro de 2010, novamente negaram o reembolso da maior parcela desse valor. Como consequência, foi

**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

alterado o entendimento da administração sobre o recebimento do Valor Controverso mediante uma negociação direta com o Estado.

Embora as negociações com o Estado ainda sejam mantidas, não é mais possível assegurar que a Companhia recuperará, de forma inteiramente amigável, os créditos relativos ao Valor Controverso.

A Sabesp não renunciará a créditos de que a Companhia se considere legítima titular em face do Estado. Nesse sentido esgotará todas as possibilidades de dirimir a questão em instâncias técnico-jurídicas. Em persistindo a divergência, adotará todas as medidas necessárias para assegurar os interesses da Companhia.

Nesse contexto, a administração da Companhia decidiu por reconhecer no resultado de 2008, provisão para perdas sobre o saldo do valor controverso. Essa provisão, em 31 de dezembro de 2009 era de R\$ 471.591. Como consequência do reconhecimento dessa provisão, foi também reconhecida a obrigação relativa ao compromisso atuarial mantido com os beneficiários cujo direito foi por ora negado pelo Estado, na forma como é pago pela Sabesp. Em 31 de dezembro de 2009 o valor dessa obrigação era de R\$ 518.027 (2008 – R\$ 535.435). Os detalhes da obrigação atuarial estão apresentados na nota explicativa nº. 13.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia possuía saldo de caixa e equivalentes de caixa junto a instituições financeiras controladas pelo Governo do Estado nos valores de R\$ 722.170 e R\$ 579.750 em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, respectivamente. As receitas financeiras oriundas dos investimentos foram de R\$ 73.927 e R\$ 62.179 nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, respectivamente. A Companhia deve, por força de Decreto Estadual, aplicar seus recursos excedentes junto a instituições financeiras controladas pelo Governo do Estado.

(c) Acordos para utilização de reservatórios

A Companhia utiliza em suas operações os reservatórios de Guarapiranga e Billings, caso esses reservatórios não estivessem disponíveis para uso da Companhia, poderia haver necessidade de captar água em localidades mais distantes. A Companhia não paga qualquer taxa pela utilização desses reservatórios, mas é responsável por sua manutenção e seus custos operacionais.

(d) Contratos com Tarifa reduzida para Entidades Públicas Estaduais e Municipais que aderirem ao Programa de Uso Racional de água (PURA).

A Companhia tem contratos assinados com entidades públicas ligadas ao Governo do Estado e aos municípios operados envolvendo aproximadamente 6.803 imóveis, que são beneficiados com uma redução de 25% na tarifa dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos, quando adimplentes. Os contratos prevêm a implantação do programa de uso racional de água, que considera a redução no consumo de água.

(e) Garantias

O Governo do Estado concede garantias para alguns empréstimos e financiamentos da Companhia e não cobra qualquer taxa a elas relacionadas.

(f) Sesamm

Em 15 de agosto de 2008, a Companhia como parte de seu processo de crescimento, em conjunto com as empresas OHL Médio Ambiente, Inima S.A.U. – Unipersonal (a “Inima”), Técnicas y Getion Medioambiental S.A.U. (a “TGM”) e Estudos Técnicos e Projetos ETEP Ltda. (a “ETEP”) constituíram a empresa Sesamm – Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S/A (“Sesamm” ou “Controlada”), cujo objeto social é a prestação dos serviços de complementação da implantação do sistema de afastamento de esgotos e implantação e operação do sistema de tratamento de esgotos do Município de Mogi Mirim, incluindo a disposição dos resíduos sólidos gerados, conforme nota 7.

(g) Contrato de cessão de pessoal entre entidades ligadas ao GESP

A Companhia possui contratos de cessão de funcionários com entidades ligadas ao Governo do Estado de São Paulo, onde os gastos são integralmente repassados e reembolsados monetariamente.

**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Em 2009 os gastos com os funcionários cedidos pela Sabesp à outras entidades estaduais somaram R\$ 5.359 (2008 – R\$ 5.503).

Neste mesmo período, os gastos com os funcionários de outras entidades à disposição da Sabesp totalizaram R\$ 335 (2008 – R\$ 1.267).

(h) Serviços contratados de entidades ligadas ao GESB

Em 31 de dezembro de 2009, a Sabesp possuía em aberto o montante de R\$ 10.384 a pagar referente serviços prestados à entidades ligadas ao Governo do Estado de São Paulo, dentre eles destacamos os serviços de fornecimento de energia elétrica pela Companhia Energética de São Paulo – CESP, perfazendo 86% do saldo a pagar.

Os gastos referentes a obras executadas pelo DAEE montam R\$ 11.135.

(i) Ativos não operacionais

A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2009 e 2008, o valor de R\$ 26.479 relativos, principalmente, a terrenos cedidos em comodato às Associações, Entidades Assistenciais, Organizações não Governamentais e ao DAEE – Departamento de Águas e Energia Elétrica, entre outros. Os terrenos cedidos ao DAEE somam R\$ 2.289.

(j) Sabesprev

A Companhia patrocina plano de benefício definido Administrado pela Fundação Sabesp de Seguridade Social - Sabesprev. O compromisso atuarial líquido, reconhecido até 31 de dezembro de 2009 é de R\$ 480.103 (2008 – R\$ 419.871).

A Administração está envidando esforços para manter em bases permanentes a adimplência do Estado com relação às transações entre as partes.

**6. INDENIZAÇÕES A RECEBER**

Indenizações a receber é um ativo não-circulante representando valores a receber dos municípios de Diadema e Mauá como indenização pela retirada unilateral das concessões de serviço de água e esgoto da Companhia em 1995. Em 31 de dezembro de 2009 e 2008, esse ativo importava em R\$ 146.213 e R\$ 148.794 (valores nominais), respectivamente.

Em virtude desses contratos de concessão, a Companhia investiu na construção de sistemas de água e esgoto naqueles municípios para atender aos seus compromissos de serviço de concessão. Pela rescisão unilateral das concessões de Diadema e Mauá, os municípios assumiram a responsabilidade de fornecer serviços de água e esgoto naquelas áreas. Naquele momento, a Companhia reclassificou os saldos do imobilizado relacionados aos ativos utilizados naqueles municípios para o ativo não-circulante (indenizações a receber).

O valor residual dos bens do ativo imobilizado relacionados ao município de Diadema, reclassificados em dezembro de 1996 foi de R\$ 75.231, e o saldo de indenizações a receber do município era de R\$ 60.295 (2008 – R\$ 62.876).

O valor residual dos bens do ativo imobilizado relacionados ao município de Mauá, reclassificados em dezembro de 1999, foi de R\$ 103.763, e o saldo de indenizações a receber do município era de R\$ 85.918.

Os direitos da Companhia à recuperação desses valores estão sendo discutidos judicialmente pelos municípios.

A Sabesp deu início a demandas judiciais para cobrar os valores devidos pelos municípios. Com relação a Diadema, o juiz de primeira instância proferiu sentença contrária à Sabesp, contra a qual houve interposição de apelação em novembro de 2000. Em dezembro de 2005 foi dado parcial provimento à apelação da Sabesp para declarar a validade do acordo celebrado com o município de Diadema. Embora a prefeitura tenha interposto recursos contra essa decisão, todos eles foram rejeitados, dando-se o trânsito em julgado em abril de 2009. Em dezembro de 2007 foi proferida decisão judicial deferindo o prosseguimento da execução em face da Companhia de Saneamento de Diadema – Saned e mandando intimar essa companhia para que pague o valor integral do débito, em 15 dias, sob pena de multa. A Saned interpôs agravo de instrumento contra essa decisão, mas o recurso foi rejeitado pelo Tribunal de Justiça em junho de 2008. Para o prosseguimento da execução, o juiz deferiu a realização de penhora de dinheiro em contas e aplicações financeiras da Saned (penhora on line) em até 10% do valor atualizado do débito. Foi



**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

interposto recurso contra essa decisão, mas o Tribunal manteve a determinação, em decisão que já transitou em julgado. Foram bloqueados e levantados R\$ 2.919 em 3 de março de 2009. Posteriormente, o Tribunal de Justiça determinou em sede liminar que a penhora seja feita mediante depósito semanal pela Saned do valor correspondente a 20% de tudo o que receber em suas contas e aplicações financeiras. Essa medida liminar foi confirmada em julgamento do Tribunal de Justiça, sendo tal decisão ainda passível de recurso.

Em 29 de dezembro de 2008, a Saned e o município de Diadema celebraram com o Estado de São Paulo e a Sabesp, um Protocolo de Intenção com o objetivo de elaborar estudos e conduzir negociações para instruir decisões de Diadema e da Sabesp, visando a prestação exclusiva de serviços de água e esgoto no município de Diadema.

As partes concordam que a busca de uma solução negociada para os conflitos hoje existentes entre as empresas é imprescindível para que o serviço público de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos tenha seu adequado desenvolvimento em Diadema.

Em janeiro de 2009 as partes apresentaram petição conjunta requerendo a suspensão das novas penhoras, pelo prazo de três meses, para tentarem viabilizar um acordo. A suspensão foi deferida pelo Juízo da Fazenda Pública. Diante da manutenção das tratativas para possível acordo, o pedido de suspensão foi renovado em abril de 2009, em outubro de 2009 e em janeiro de 2010.

Com relação à Mauá, foi proferida decisão em primeira instância determinando que o Município pague o valor de R\$ 153,2 milhões como compensação pelos danos causados e pelos lucros cessantes. A Prefeitura de Mauá recorreu dessa sentença em abril de 2005. Em julho de 2006 o julgamento foi convertido em diligência consistente em esclarecimento pericial sobre o valor atribuído a título de indenização por lucros cessantes. O esclarecimento foi prestado em dezembro de 2007, tendo o perito confirmado o valor dos lucros cessantes apurado em primeira instância. Em agosto de 2008 o recurso foi julgado, tendo sido integralmente mantida a condenação imposta na primeira instância. A Prefeitura de Mauá interpôs recursos especial e extraordinário contra a decisão que confirmou sua condenação a indenizar a Sabesp. Ambos os recursos foram inadmitidos pelo Tribunal de Justiça, ensejando a interposição de agravos de instrumento ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal.

Baseada no parecer da assessoria jurídica, a Administração continua a afirmar que a Companhia possui direito legal a receber os valores correspondentes à indenização e continua a monitorar a situação dos processos legais.

**7. INVESTIMENTOS**

	<u>2008</u>	<u>Equivalência Patrimonial</u>	<u>2009</u>
Sesamm	3.832	(218)	3.614
Outras	<u>720</u>	<u>-</u>	<u>720</u>
Total	4.552	(218)	4.334

Em 15 de agosto de 2008 foi constituída a empresa Sesamm – Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S/A com prazo de duração de 30 anos contados da data de assinatura do Contrato de Concessão com o município, cujo objeto social é a prestação dos serviços de complementação da implantação do sistema de afastamento de esgotos e implantação e operação do sistema de tratamento de esgotos do Município de Mogi Mirim, incluindo a disposição dos resíduos sólidos gerados.

Em 31 de dezembro de 2009 o capital social da Sesamm era de R\$ 10.669, divididos em 10.669.549 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, dos quais a Sabesp detém 36% de participação acionária.

A Companhia assinou acordo de acionista que prevê o poder de veto em conjunto com a acionista Médio Ambiente Inima S/A, em determinadas situações.

**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

**8. IMOBILIZADO**

	CONTROLADORA			
	2009		2008	
	<u>Custo</u> <u>Corrigido</u>	<u>Depreciação</u> <u>Acumulada</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
<b>Em operação</b>				
Sistemas de água:				
Terrenos	952.163	-	952.163	954.919
Estruturas	2.682.852	(1.716.902)	965.950	1.055.391
Ligações	1.019.636	(446.680)	572.956	594.865
Hidrômetros	304.139	(155.852)	148.287	146.339
Redes	3.488.399	(1.187.959)	2.300.440	2.311.790
Poços	183.334	(105.179)	78.155	84.485
Equipamentos	573.424	(401.513)	171.911	169.713
Outros	17.744	(14.048)	3.696	2.710
	9.221.691	(4.028.133)	5.193.558	5.320.212
Sistemas de esgoto:				
Terrenos	346.382	-	346.382	347.151
Estruturas	1.647.682	(743.323)	904.359	899.405
Ligações	947.533	(443.408)	504.125	514.481
Redes	5.741.254	(1.436.306)	4.304.948	4.224.754
Equipamentos	621.009	(458.691)	162.318	156.731
Outros	2.625	(1.960)	665	2.044
	9.306.485	(3.083.688)	6.222.797	6.144.566
Uso geral:				
Terrenos	91.452	-	91.452	107.696
Estruturas	135.550	(92.473)	43.077	53.204
Equipamentos de transporte	141.811	(121.625)	20.186	19.217
Equipamentos de informática	117.403	(73.503)	43.900	35.246
Móveis, utensílios e equipamentos	248.704	(133.038)	115.666	124.093
Terrenos cedidos em comodato	20.488	-	20.488	20.556
Bens cedidos em comodato	8.411	(2.488)	5.923	5.923
	763.819	(423.127)	340.692	365.935
<b>Subtotal em operação</b>	19.291.995	(7.534.948)	11.757.047	11.830.713
<b>Obras em andamento:</b>				
Sistemas de água	1.507.673	-	1.507.673	884.099
Sistemas de esgoto	2.166.018	-	2.166.018	1.628.289
Outros	10.318	-	10.318	7.400
<b>Subtotal em andamento (d)</b>	3.684.009	-	3.684.009	2.519.788
<b>Total Geral</b>	<b>22.976.004</b>	<b>(7.534.948)</b>	<b>15.441.056</b>	<b>14.350.501</b>

O saldo do consolidado totaliza o montante de R\$ 15.443.211, sendo a diferença de R\$ 2.140 referente a projetos de esgoto e R\$ 15 representada principalmente por móveis e utensílios e equipamentos.

Em 2009 foram feitas reclassificações para melhor apresentação de alguns itens do imobilizado para o ativo intangível. Os itens reclassificados referem-se às renovações dos contratos de concessão através de contratos de programa.

Para que houvesse comparabilidade essas reclassificações foram refletidas em 2008. Os valores apresentados em 2008 eram R\$ 14.926.433 passando após reclassificações para R\$ 14.350.501.

O imobilizado representa os bens envolvidos na prestação dos serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos em 352 municípios. Sob os bens originários de contratos negociados com base em laudos econômico-financeiro e dos contratos de programa, a Sabesp exerce a posse e a gestão.

Os contratos de concessão prevêem que os bens serão revertidos ao poder concedente ao final do prazo, mediante indenização pelo valor residual ou valor de mercado de acordo com o estipulado em cada contrato. Nos contratos de programa, a indenização corresponderá ao valor presente do fluxo de caixa no período remanescente na data da retomada dos serviços atualizado monetariamente e acrescido de juros até a data do efetivo pagamento.

**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

(a) Depreciações

Revisão e ajuste da Vida Útil Estimada

A Companhia efetuou análise do imobilizado com o objetivo de revisar e ajustar a vida útil econômica estimada para o cálculo da depreciação. Para fins dessa análise, a Companhia contratou empresa especializada, que emitiu Laudo de Avaliação. Para a elaboração do laudo, a empresa de avaliação considerou o planejamento operacional da Companhia para os próximos exercícios, antecedentes internos, como o nível de manutenção e utilização dos itens, elementos externos de comparação, tais como tecnologia disponível, recomendações e manuais de fabricantes e taxas de vivência dos bens. A nova estimativa de vida útil remanescente dos itens do imobilizado, de forma comparativa com as atuais, está demonstrada no quadro a seguir e será contabilizada de forma prospectiva a partir de 1º de janeiro de 2009.

Itens do imobilizado	Taxas Anuais	
	2009	2008
Estruturas	2%	4%
Ligações	2%	5%
Hidrômetros	10%	10%
Redes	2%	2%
Poços	5%	5%
Equipamentos	5%	10%
Equipamentos de Transporte	10%	20%
Móveis e utensílios	6,7%	10%

O efeito desse estudo no exercício de 2009 resultou na redução de R\$ 45.018 na depreciação alocada ao custo e despesas operacionais.

(b) Baixas dos bens do imobilizado

(i) A Companhia baixou, no exercício de 2009, bens do Ativo Imobilizado no valor de R\$ 43.090, resultando em perda total o valor de R\$ 22.852 (2008 - R\$ 20.632). Da perda total, R\$ 15.650 (2008 - 12.105) refere-se ao grupo de bens em operação, motivados por obsolescência, furtos e extravios, R\$ 6.899 (2008 - 8.527) refere-se a obras desativadas, poços improdutivos e projetos economicamente inviáveis e R\$ 303 refere-se a prejuízo na venda parcial do terreno da ETA Theodoro Ramos.

(ii) A Companhia registrou no exercício de 2008, perda do ativo imobilizado no valor de R\$ 137.346 referente a benfeitorias em imóveis de terceiros (DAEE - Sistema Produtor Alto Tietê).

(c) Capitalização de juros e encargos financeiros

A Companhia capitalizou juros e variação monetária, incluindo variação cambial, no imobilizado no valor de (R\$ 143.985) no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (2008 - R\$ 219.430), durante o período no qual os ativos eram apresentados como obras em andamento.

(d) Obras em andamento

As obras em andamento referem-se principalmente a novos projetos e melhorias operacionais, e são representadas por:

	CONTROLADORA	
	2009	2008
Sistemas de água:		
Redes e ligações	447.246	276.793
Adução	65.120	21.439
Tratamento de água	291.677	86.053
Sub-Adução	535.125	337.222
Produção e Reservação	131.617	114.638
Outros	36.888	47.954
Total dos sistemas de água	1.507.673	884.099
Sistemas de esgoto:		
Coleta	1.527.401	1.223.576
Tratamento	547.785	284.560
Outros	90.832	120.153
Total dos sistemas de esgoto	2.166.018	1.628.289
Outros	10.318	7.400
Total	3.684.009	2.519.788

**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

O saldo do consolidado totaliza R\$ 3.686.149, sendo a diferença de R\$ 2.140 representada por projetos de tratamento de esgoto.

Os desembolsos estimados relativos a investimentos já contratados são de aproximadamente R\$ 3.741 milhões para os exercícios de 2010 a 2015 (não auditado).

(e) Desapropriações

Em decorrência da execução de obras prioritárias relacionadas aos sistemas de água e esgoto, houve necessidade de desapropriações ou instituição de servidão de passagem em propriedades de terceiros, cujos proprietários serão ressarcidos por meios amigáveis ou judiciais.

A previsão para desembolsos a partir do exercício de 2010 é de aproximadamente R\$ 526 milhões (não auditado), os quais deverão ser cobertos com recursos próprios. Os bens objeto desses processos deverão ser registrados no ativo imobilizado quando concretizada a operação. Em 2009, o valor referente às desapropriações foi de R\$ 6.244 (2008 – R\$ 11.004).

(f) Ativos dados em garantia

Em 31 de dezembro de 2009 e 2008, a Companhia mantinha ativos no valor de R\$ 249.034 dados em garantia ao Pedido de Parcelamento Especial – Paes (Nota 12).

(g) Ativos não operacionais

A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2009, o valor de R\$ 26.411 (2008 – R\$ 26.479) relativos, principalmente a terrenos cedidos em comodato às Associações, Entidades Assistenciais, Organizações não Governamentais e ao DAEE – Departamento de Águas e Energia Elétrica, entre outros.

(h) Reavaliação

Os bens do imobilizado foram objeto de reavaliação em 1990 e 1991 e estão sendo depreciados por taxas anuais que correspondem ao tempo de vida útil remanescente.

Conforme permitido pela Instrução CVM nº 197/93, a Companhia deixou de provisionar o efeito fiscal diferido sobre a mais valia decorrente da reavaliação do ativo imobilizado em 1990 e 1991. Caso fosse reconhecido o imposto de renda e contribuição social sobre a reserva de reavaliação, o montante não realizado até 31 de dezembro de 2009 seria de R\$ 337.063 (2008 – R\$ 371.088). Foram realizados os montantes de R\$ 86.817 e R\$ 107.912 da reserva de reavaliação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2009, respectivamente.

A Companhia optou por manter registrada a Reserva de Reavaliação até a sua efetiva realização.

(i) Ativos totalmente depreciados em uso

Em 31 de dezembro de 2009, o valor contábil bruto dos ativos totalmente depreciados que ainda encontram-se em uso é de R\$ 955.893 (2008 – R\$ 882.707).

9. INTANGÍVEIS

CONTROLADORA E CONSOLIDADO

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Concessões (i)	504.145	509.724
Contratos de programa (compromissos) (ii)	258.802	249.639
Licença de uso de (software) (iii)	9.565	9.602
Contratos de programa – investimentos realizados (iv)	<u>772.791</u>	<u>622.383</u>
Total	1.545.303	1.391.348

(i) Concessões

No período de 1999 a 2006, as negociações relacionadas a novas concessões foram realizadas considerando o resultado econômico-financeiro do negócio, definido em laudo de avaliação emitido por peritos independentes.

O montante definido no respectivo instrumento de contratação, após a concretização do negócio junto ao município, com realização mediante subscrição de ações da Companhia ou em dinheiro, está registrado nessa rubrica e é amortizado pelo período da respectiva concessão (normalmente de 30 anos). Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 não existiam valores pendentes relativos a esses pagamentos aos municípios.

**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

O montante líquido demonstrado refere-se à assunção dos seguintes municípios:

	<u>CONTROLADORA E CONSOLIDADO</u>			<u>2008</u>
	<u>2009</u>			
	<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
Agudos	10.145	(2.854)	7.291	6.229
Bom Sucesso do Itararé	926	(97)	829	674
Campo Limpo Paulista	19.556	(4.607)	14.949	13.782
Conchas	4.166	(888)	3.278	3.056
Duartina	2.045	(487)	1.558	1.445
Estância de Serra Negra	15.604	(3.102)	12.502	13.077
Itapira	16.360	(1.330)	15.030	14.818
Itararé	6.536	(2.079)	4.457	4.603
Marabá Paulista	1.895	(272)	1.623	1.702
Miguelópolis	11.685	(1.967)	9.718	9.222
Osasco	296.721	(89.676)	207.045	216.599
Paraguaçu Paulista	25.911	(5.664)	20.247	10.980
Paulistânia	212	(46)	166	117
Sandovalina	2.556	(338)	2.218	2.307
Santa Maria da Serra	1.196	(359)	837	859
São Bernardo do Campo	237.464	(46.937)	190.527	198.483
Várzea Paulista	16.323	(4.453)	11.870	11.771
Total	669.301	(165.156)	504.145	509.724

Amortização dos Bens intangíveis é realizada durante a vigência dos contratos de concessão dos Municípios assumidos.

Nos exercícios de 2009 e de 2008, as despesas de amortização relacionadas aos direitos intangíveis foram de R\$ 23.007 e R\$ 21.509, respectivamente.

(ii) Contratos de programa (Compromissos)

A partir do marco regulatório as renovações ocorreram por meio de contratos de programa. Em alguns deles a Companhia assumiu compromissos de participar financeiramente de ações de Saneamento Sócio-Ambientais. Estes compromissos foram registrados em contrapartida do ativo intangível no montante de R\$ 271.194 deduzidos do ajuste a valor presente de R\$ 81.726. Estes ativos estão sendo amortizados pela vigência de contrato de programa (em sua maioria em 30 anos).

Os valores compromissados estão relacionados aos seguintes municípios:

	<u>CONTROLADORA E CONSOLIDADO</u>			<u>2008</u>
	<u>2009</u>			
<u>Município</u>	<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
Alfredo Marcondes	70	(5)	65	68
Aparecida D'Oeste	45	(2)	43	44
Auriflama	110	-	110	-
Avaré	5.000	(250)	4.750	4.917
Bento de Abreu	50	(3)	47	48
Bocaina	800	(53)	747	773
Caçapava	9.000	(450)	8.550	8.850
Campos do Jordão	3.000	(233)	2.767	2.867
Capão Bonito	2.000	(100)	1.900	1.967
Emilianópolis	112	(9)	103	107
Fartura	243	(12)	231	239
Fernandópolis	9.500	(633)	8.867	9.183
Franca	20.676	(1.666)	19.010	19.700
Indiaporã	250	(13)	237	246
Irapuã	260	-	260	-
Jales	4.426	(344)	4.082	4.229
Lorena	9.000	(600)	8.400	8.700
Magda	320	-	320	-
Mococa	8.843	(442)	8.401	8.697
	065			

**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Mombuca	197	(13)	184	190
Monte Alto	5.000	(264)	4.736	4.903
Novo Horizonte	5.000	(250)	4.750	4.917
Pindamonhangaba	16.000	(889)	15.111	15.644
Piratininga	350	(19)	331	343
Planalto	39	(3)	36	37
Pongai	35	-	35	-
Quatá	1.000	-	1.000	-
Riolândia	2.643	(132)	2.511	2.599
São João da Boa Vista	16.700	(835)	15.865	-
São José dos Campos	142.945	(4.766)	138.179	142.945
São Luiz Paraitinga	600	(40)	560	580
São Manuel	1.300	(65)	1.235	1.278
Tupã	5.540	(292)	5.248	5.432
Valentim Gentil	140	(9)	131	136
Total	<u>271.194</u>	<u>(12.392)</u>	<u>258.802</u>	<u>249.639</u>

Em 2009 as despesas de amortização relacionadas aos compromissos dos contratos de programa foram de R\$ 9.260 (2008 - R\$ 3.131).

Os valores ainda não desembolsados relacionados aos contratos de programa estão registrados na conta "outras obrigações" nos passivos circulante R\$ 45.584 e não circulante R\$ 93.292.

(iii) Licença de Uso de - Softwares

O valor líquido das amortizações das licenças pelo uso de software em 31 de dezembro de 2009 era de R\$ 9.565 (2008 - R\$ 9.602).

(iv) Contratos de Programa - Investimentos Realizados

Referem-se às renovações dos contratos anteriormente denominados de concessão plena para concessão de operação, através dos contratos de programa que tem por objeto a prestação de serviços públicos municipais de abastecimento e esgotamento sanitário, onde a Companhia possui a posse e a gestão dos bens adquiridos ou construídos durante a vigência destes contratos (30 anos).

CONTROLADORA E CONSOLIDADO				
	Custo	2009 Amortização Acumulada	Líquido	2008 Líquido
Sistemas de água				
Terrenos	7.561	(310)	7.251	7.817
Estruturas	47.955	(2.180)	45.775	42.886
Ligações	29.301	(1.213)	28.088	21.573
Hidrômetros	17.758	(751)	17.007	11.898
Redes	86.719	(3.831)	82.888	75.886
Poços	12.462	(681)	11.781	11.723
Equipamentos	14.381	(633)	13.748	9.400
Outros	<u>5.750</u>	<u>(250)</u>	<u>5.500</u>	<u>255</u>
Subtotal	221.887	(9.849)	212.038	181.438
Sistemas de esgoto				
Terrenos	2.332	(102)	2.230	2.226
Estruturas	49.431	(2.666)	46.765	52.544
Ligações	38.014	(1.717)	36.297	30.913
Redes	121.987	(5.537)	116.450	109.583
Equipamentos	17.631	(869)	16.762	12.728
Outros	<u>9.914</u>	<u>(479)</u>	<u>9.435</u>	<u>6</u>
Subtotal	239.309	(11.370)	227.939	208.000
Uso geral				
Terrenos	9	-	9	9
Estruturas	392	(26)	366	957
Equipamentos de transporte	6.068	(312)	5.756	2.750
Equipamentos de informática	1.153	(56)	1.097	342
Móveis, Utensílios, Equipamentos	6.137	(293)	5.844	4.611
Subtotal	<u>13.759</u>	<u>(687)</u>	<u>13.072</u>	<u>8.669</u>
Total	474.955	(21.906)	453.049	398.107



**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Obras em andamento:				
Sistemas de água	74.516	-	74.516	51.730
Sistemas de esgoto	244.891	-	244.891	172.055
Outros	<u>335</u>	<u>-</u>	<u>335</u>	<u>491</u>
Subtotal em andamento	<u>319.742</u>	<u>-</u>	<u>319.742</u>	<u>224.276</u>
Total Geral	<u>794.697</u>	<u>(21.906)</u>	<u>772.791</u>	<u>622.383</u>

A amortização dos bens dos municípios por contrato é realizada durante a vigência dos contratos de programa.

**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

**10 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO					Vencimento Final	Taxa anual de juros	Atualização Monetária
	2009		2008					
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Total			
MOEDA NACIONAL	288.833	1.127.136	1.415.969	263.497	1.406.001	20:4	8,50%	UPR
	225.755	-	225.755	240.346	229.690	20:0	11%	IGP-M
	121.380	-	121.380	200.000	123.497	20:0	10,8%	IGP-M
	-	418.535	418.535	350.000	425.831	20:1	10,75%	IGP-M
	-	223.741	223.741	-	218.146	20:5	CDI + 2,75% (1ª série) e 12,8/3% (2ª série)	IPCA
	-	774.476	774.476	-	-	20:0	TI-P + 1,97% (1ª e 3ª série) e 9,53% (2ª série)	IPCA
	78.871	679.992	758.863	68.840	567.149	20:10/20:31	6,8% (ponderado)	UPR
	-	898.447	898.447	-	-	20:5	CDI + 3,5%	
	55.556	13.889	69.445	55.556	69.444	20:1	CDI + 0,70%	
	42.857	83.940	126.797	42.814	126.657	20:3	3% + TJLP LIMITE 6%	
	-	130.473	130.473	-	32.145	20:9	2,5% + TJLP LIMITE 6%	
	-	14.602	14.602	-	-	20:3	2,15% + TJLP LIMITE 6%	
	3.276	11.575	14.851	2.802	13.586	20:10/20:18	12% / CDI / TJLP + 6%	LPR
	112.797	7.961	120.758	118.843	29.281			
	928.825	3.884.767	4.813.592	1.342.698	3.241.477			
MOEDA ESTRANGEIRA	64.250	588.085	652.335	86.420	877.031	20:16/20:25	3,00% a 4,93% (i)	Var. Cotação Moedas + US\$
	-	243.768	243.768	-	327.180	20:6	7,5%	US\$
	-	400.932	400.932	-	390.015	20:9	1,8% a 2,5% (i)	US\$
	17.462	431.911	431.911	580.595	580.595	20:3	4,47% a 4,97% (i)	
	81.712	1.664.696	1.746.408	106.162	2.174.821			
	-	-	-	19.742	-			
	-	-	-	-	-			
	-	-	-	-	-			
	-	-	-	-	-			
	-	-	-	-	-			
	-	-	-	-	-			
	-	-	-	-	-			
	-	-	-	-	-			
	-	-	-	-	-			
	TOTAL DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS							
1.010.537 / 5.549.463 / 6.560.000 / 1.448.860 / 5.416.248 / 6.865.108								

Cotação de 31 de dezembro de 2009 - US\$ 1,7412; Iene 0,018809 (2008 - US\$ 2,3370; Iene 0,02580)

Em 31 de dezembro de 2009 a Companhia não possui saldos de empréstimos e financiamentos captados no curto prazo



**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

(i) Demonstração da taxa anual de juros por contrato, sintetizados no quadro geral

	2009			2008			Taxa de juros
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	
BID contrato 713	41.517	290.622	332.139	55.909	447.270	503.179	4,26%
BID contrato 896	4.837	29.020	33.857	6.492	45.442	51.934	3,00%
BID contrato 1212	17.896	268.443	286.339	24.020	384.318	408.338	4,93%
JICA consultoria		229.539	229.539		171.175	171.175	1,80%
JICA obra		171.393	171.393		218.840	218.840	2,50%
BID contrato 1983 A		174.120	174.120		233.700	233.700	4,97%
BID contrato 1983 B1		174.120	174.120		233.700	233.700	4,67%
BID contrato 1983 B2		87.060	87.060		116.850	116.850	4,47%

(ii) Em conformidade com a CPC 08 foi elaborado o quadro abaixo com o objetivo de demonstrar os efeitos anuais nas despesas financeiras decorrentes dos custos de captação na taxa efetiva de juros.

	2010						2016 em		TIR anual
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016 em Diante	Total	
Debêntures - 9ª emissão- 1ª série	291	292	293	244	-	-	-	1.120	0,285402%
Debêntures - 9ª emissão- 2ª série	254	254	255	255	256	213	-	1.487	0,207581%
Debêntures - 10ª emissão 1ª série	37	37	37	37	37	37	179	401	0,047597%
Debêntures - 10ª emissão- 2ª série	39	39	39	39	39	39	193	427	0,047597%
Debêntures - 10ª emissão- 3ª série	55	55	55	55	55	55	268	598	0,047597%
Notas Promissórias	336	336	336	262	188	95	-	1.553	0,037393%
BID 1983 A	102	102	102	102	102	102	777	1.389	0,063221%
BID 1983 B1	127	127	127	128	128	128	579	1.344	0,079033%
BID 1983 B2	76	76	76	77	77	76	198	656	0,094847%
<b>Total</b>	<b>1.317</b>	<b>1.318</b>	<b>1.320</b>	<b>1.199</b>	<b>882</b>	<b>745</b>	<b>2.194</b>	<b>8.975</b>	

Não existem prêmios quando da captação de recursos.

**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

(a) Banco do Brasil

Em março de 1994, foi realizado o refinanciamento dos contratos de empréstimo existentes com a Caixa Econômica Federal, a qual cedeu os direitos creditórios para o Governo Federal, tendo o Banco do Brasil como agente financeiro. Nos termos do contrato firmado com a União, os pagamentos são realizados pelo Sistema Price, indexados mensalmente pela variação da UPR - Unidade Padrão de Referência, igual à TR - Taxa de Referência emitida pelo Governo, acrescidos de juros de 8,5% a.a. Os juros e o principal são pagos mensalmente com vencimento final em 2014. A garantia para esse financiamento é dada pelo Governo do Estado de São Paulo, por meio de suas receitas e por receitas próprias da Companhia.

(b) Debêntures

(i) 6ª Emissão

Em 17 de setembro de 2004, a Companhia registrou junto à CVM programa de valores mobiliários no valor total de R\$ 1.500.000. Como parte desse programa, a Companhia emitiu, em 1º de setembro de 2004, 600.000 debêntures, distribuídas em três séries, sem repactuação, ao valor nominal de R\$ 1, perfazendo um total de R\$ 600.000. A data da liquidação financeira da operação foi 21 de setembro de 2004 para a 1ª. Série, e 22 de setembro de 2004 para as 2ª. e 3ª. Séries.

As debêntures foram colocadas no mercado da seguinte forma:

	Quantidade	Atualização	Juros	Pagamento de Juros	Amortização	Vencimento
1ª. Série	231.813	-	CDI+1,75% a.a.	Semestral	Parcela Única	Set/2007
2ª. Série	188.267	IGP-M	11% a.a.	Anual	Parcela Única	Set/2009
3ª. Série	179.920	IGP-M	11% a.a.	Anual	Parcela Única	Set/2010

As despesas de juros foram de R\$ 17.296 e R\$ 26.999, em 2009 e 2008, respectivamente, referentes à 2ª Série, e R\$ 24.424 e R\$ 25.802, respectivamente, referentes à 3ª Série.

Em 03/09/2007, foi efetuado o pagamento integral da 1ª série da 6ª emissão de debêntures. Em 01/09/2009 ocorreu a liquidação integral da 6ª emissão de debêntures, 2ª série.

(ii) 7ª Emissão

Dentro do programa registrado junto à CVM em 17 de setembro de 2004, a Companhia emitiu, em 1º de março de 2005, 300.000 debêntures distribuídas em duas séries, sem repactuação, ao valor nominal de R\$ 1, perfazendo um total de R\$ 300.000. A data da liquidação financeira da operação foi 14 de março de 2005.

As debêntures foram colocadas no mercado da seguinte forma:

	Quantidade	Atualização	Juros	Pagamento de Juros	Amortização	Vencimento
1ª Série	200.000	-	CDI+1,5% a.a.	Semestral	Parcela Única	Mar/2009
2ª Série	100.000	IGP-M	10,80% a.a.	Anual	Parcela Única	Mar/2010

As despesas de juros foram de R\$ 4.611 e R\$ 27.171 em 2009 e 2008, respectivamente, referentes à 1ª Série, e R\$ 13.015 e R\$ 13.444, respectivamente, referentes à 2ª Série.

Em 01/03/2009 ocorreu a liquidação integral da 7ª emissão de debêntures, 1ª série.

(iii) 8ª Emissão

Dando encerramento ao programa registrado junto à CVM em 17 de setembro de 2004, a Companhia emitiu, em 1º de junho de 2005, 700.000 debêntures, utilizando a opção de aumento da quantidade de debêntures permitida em até 20%, conforme disposto no parágrafo 2º. do artigo 14 da Instrução CVM nº. 400/03, distribuídas em duas séries, sem repactuação, ao valor nominal de R\$ 1, perfazendo um total de R\$ 700.000. A data da liquidação financeira da operação foi 24 de junho de 2005. O valor captado destinou-se à liquidação do contrato de Eurobônus.

**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

As debêntures foram colocadas no mercado da seguinte forma:

	Quantidade	Atualização	Juros	Pagamento de Juros	Amortização	Vencimento
1ª Série	350.000	-	CDI+1,5% a.a.	Semestral	Parcela Única	Jun/2009
2ª Série	350.000	IGP-M	10,75% a.a.	Anual	Parcela Única	Jun/2011

As despesas de juros foram de R\$ 18.520 e R\$ 47.580 em 2009 e 2008, respectivamente, referentes à 1ª Série, e R\$ 44.441 e R\$ 46.357, respectivamente, referentes à 2ª Série.

Em 01/06/2009 ocorreu a liquidação integral da 8ª emissão de debêntures, 1ª série.

(iv) 9ª Emissão

Em 23 de outubro de 2008, a Companhia registrou junto a CVM, programa de valores mobiliários no montante de até R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais) e realizou a Oferta Pública de Debêntures Simples, da espécie quirografária, não conversíveis em ações, da 9ª Emissão, no âmbito do referido Programa, cujas características são as seguintes:

	1ª série	2ª série
Registro na CVM	CVM/SER/DEB/2008-029	CVM/SER/DEB/2008-030
Quantidade	100.000	120.000
Data Emissão	15/10/2008	15/10/2008
Valor unitário ( R\$ Mil)	R\$ 1	R\$ 1
Remuneração	DI acrescido de 2,75% a.a.	12,87% a.a.
Atualização Monetária	Não há	IPCA
Pagamento Remuneração	Semestral	Anual
Amortização Final *	15/10/2013	15/10/2015
Resgate facultativo	A partir do 24º mês	A partir do 24º mês

As amortizações ocorrerão em 3 parcelas anuais, iguais e consecutivas, sendo a primeira com vencimento em 15 de outubro de 2011 para a 1ª série e 15 de outubro de 2013 para a 2ª série.

A liquidação financeira da 1ª série ocorreu em 7 de novembro de 2008 e da 2ª série em 10 de novembro de 2008.

Os recursos financeiros captados com essa emissão destinaram-se ao refinanciamento de dívidas vincendas.

As despesas de juros foram de R\$12.546 e R\$ 3.340 em 2009 e 2008, respectivamente referentes a 1ª série e de R\$ 16.120 e R\$ 3.185, respectivamente referente a 2ª série.

"Covenants" financeiros das 6ª, 7ª, 8ª e 9ª emissão de debêntures:

- Liquidez corrente ajustada (ativo circulante dividido pelo passivo circulante, excluída do passivo circulante a parcela registrada no circulante das dívidas do não circulante contraídas pela Companhia) maior que 1,0.
- Ebitda/Despesas Financeiras igual ou superior a 1,5.
- A falta de cumprimento dessas obrigações somente ficará caracterizada quando verificada nas suas demonstrações financeiras trimestrais, por no mínimo dois trimestres consecutivos, ou ainda por dois trimestres não consecutivos dentro de um período de doze meses.

Na falta de observância dos covenants deverá o agente fiduciário convocar no prazo de 48 horas da data que tomar conhecimento do ocorrido, uma assembleia geral de debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das debêntures.

# **COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

### (v) 10ª Emissão

Em 15 de novembro de 2009 a Companhia promoveu o lançamento de 100 debêntures, mediante subscrição exclusiva pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Essas debêntures foram distribuídas em três séries, não conversíveis em ações, pelo valor nominal de R\$ 2.753,7, perfazendo um total de R\$ 275.370. A liquidação financeira da operação ocorreu em 15 de dezembro de 2009, para todas as séries.

As debêntures foram colocadas no mercado da seguinte forma:

	Quantidade	Atualização	Juros	Pagamento de Juros	Amortização	Vencimento final
1ª Série	28	-	TJLP + 1,92% a.a.	Trimestral até nov/2012 a partir desta data mensal	Mensal ( a partir de dez/2012)	Nov/2020
2ª Série	30	IPCA	9,53% a.a.	anual	Anual ( a partir de dez/2013)	Dez/2020
3ª Série	42	-	TJLP + 1,92% a.a.	Trimestral até nov/2012 a partir desta data mensal	Mensal ( a partir de dez/2012)	Nov/2020

Os recursos financeiros captados nesta emissão destinam-se a investimentos da Companhia em sistemas de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto nos projetos: ETA Rio Grande, Litoral Norte, Vale do Paraíba e da Mantiqueira, Bacia do Piracicaba-Capivari-Jundiá e Programa de Redução de Perdas.

As despesas de juros em 2009 foram de R\$ 755 referente a 1ª Série, R\$ 207 referente a 2ª Série e R\$ 1.132 referente a 3ª Série.

### "Covenants" financeiros

- EBITDA/ROL: igual ou superior a 38%
- EBITDA/Despesas Financeira: igual ou superior a 2,35
- Dívida Bancária Líquida/Ebitda: igual ou superior a 3,65

### (c) Caixa Econômica Federal

#### Programa Pró-Saneamento

##### (i) Modalidade água e esgoto

Foram firmados diversos contratos entre 1996 e 2004, pelo programa Pró-Saneamento, com a finalidade de ampliação e melhorias no sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário, envolvendo diversos municípios do Estado de São Paulo e a Capital. A garantia para esses contratos é a arrecadação proveniente do pagamento das tarifas diárias de água e esgoto, até o valor total da dívida.

Os prazos de amortização previstos nos contratos são de 120 a 180 meses, a partir do início da fase de retorno.

O saldo em 31 de dezembro de 2009 é de R\$ 637.611 (2008 - R\$ 614.934), sendo o valor a utilizar desses contratos de R\$ 168.483.

# **COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Os encargos contratuais são os seguintes:

Contrato assinado em:	1996	1997	1998 a 2004
Taxas de juros	9,5% a.a.	6,5% a 8,0% a.a.	6,5% a 8,0% a.a.
Na fase de carência:			
Taxa de risco	1,0% a.a. sobre o valor desembolsado	1,0% a.a. sobre o valor desembolsado	0,6% a.a. ou 2% a.a. sobre o saldo devedor
Taxa de administração	0,12% a.m. sobre o valor do contrato	2,0% a.a. sobre o valor desembolsado	1,0% a.a. sobre o valor desembolsado ou 2% a.a. sobre o saldo devedor para os contratos assinados entre 2003 e 2004
Na fase de retorno:			
Taxa de administração	Diferença entre o cálculo da prestação e a taxa de 10,5% a.a. menos a taxa de 9,5% a.a.	1,0% a.a. sobre o saldo devedor	1,0% a.a. sobre o saldo devedor

### (ii) Modalidade Pró-Sanear

Em 1997, 1998 e 2008 foram firmados contratos pelo programa Pró-Sanear para a execução de melhorias dos serviços de água e esgoto, com participação comunitária, em diversos municípios da Região Metropolitana de São Paulo. A garantia para esses contratos é a arrecadação proveniente do pagamento das tarifas de água e esgoto, até o valor total da dívida. O prazo de amortização previsto é de 180 meses a partir do início da fase de retorno. O saldo em 31 de dezembro de 2009 é de R\$ 18.978 (2008 – R\$ 21.055), sendo o montante a utilizar desses contratos, relativo a obras que já estão em andamento, de R\$ 4.298.

Encargos financeiros previstos:

Taxa de juros – 5,0% a.a.

Taxa de administração (fase de carência) – 2,0% a.a. sobre o saldo devedor

Taxa de administração (fase de amortização) – 1,0% a.a. sobre o saldo devedor

Taxa de risco (fase de carência) – 1,0% sobre o desembolso

### (iii) Modalidade PAC

Nos anos de 2007 e 2008 foram firmados contratos com vários municípios, no âmbito do Programa Saneamento para Todos (PAC) com recurso do FGTS. A garantia para esses contratos é um fluxo mensal da arrecadação tarifária correspondente a no mínimo três vezes o valor de um encargo mensal. O prazo de amortização é de 240 meses a partir do início da fase de retorno. O saldo em 31 de dezembro de 2009 é de R\$ 102.274, sendo o montante a utilizar de R\$ 1.175.460.

### Encargos Financeiros Previstos

Taxa de juros – 6% a.a.

Taxa de administração – 1,05% a.a. durante toda a vigência do contrato

Taxa de risco – 0,3% a.a. sobre o saldos devedores atualizados.

### Compromissos financeiros – “Covenants”:

Através do Acordo de Melhoria de Desempenho, são estabelecidas metas para indicadores financeiros (perdas de faturamento, evasão de receitas, disponibilidade de caixa e redução dos dias de comprometimento do contas a receber) e operacionais que, com base nos 2 últimos anos, são projetados anualmente para os 5 anos seguintes.

# **COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

O não cumprimento de 4 das 8 cláusulas de covenants incorrerá em vencimento antecipado do contrato.

### (d) BNDES

Contrato 01.2.619.3.1 - Firmado em agosto de 2002, no valor total de até R\$ 60.000, com a finalidade de financiar parte da contrapartida da Companhia na execução do Projeto de Despoluição do Rio Tietê - Etapa II, objeto do contrato de empréstimo nº 1212/OC - BR, firmado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. O contrato encontra-se em fase de execução de obras, e o saldo devedor em 31 de dezembro de 2009, é de R\$ 31.699 (2008 - R\$ 42.367).

Contrato de Repasse 10/669.748-6, no valor total de R\$ 180.000, distribuídos, entre os agentes nas seguintes proporções:

Agente	Valor
Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.	60.000
Banco BBA Creditanstalt S.A.	51.000
Banco Alfa de Investimento S.A.	39.000
Banco Itaú S.A.	30.000
Total	180.000

O contrato encontra-se em fase de execução de obras, e em 31 de dezembro de 2009 o saldo devedor era de R\$ 95.098 (R\$ 127.104 em 2008). Os recursos são repassados pelo BNDES aos agentes e destes para a Companhia. O contrato de repasse tem a mesma finalidade que o contrato entre o BNDES e a Companhia, e os encargos e amortizações são iguais para ambos, sendo:

Juros - Compostos pela TJLP limitada a 6% a.a., acrescida de "spread" de 3% a.a., a serem pagos trimestralmente durante o período de carência, e mensalmente na fase de retorno. A parcela da TJLP que exceder a 6% a.a. será incorporada ao saldo devedor.

A amortização dos contratos foi iniciada em setembro de 2005, com pagamento mensal e término previsto para fevereiro de 2013.

A garantia para os contratos é a vinculação de parte da receita proveniente da prestação de serviços de água e esgoto.

Compromissos financeiros - "Covenants":

- Liquidez corrente ajustada: maior que 1,0;
- Ebitda / Receita Operacional Líquida: igual ou superior a 38%;
- Ligações totais (água e esgoto) / funcionários próprios: igual ou superior a 520;
- Ebitda / Serviço da Dívida: igual ou superior a 1,5;
- PL / Exigível Total: igual ou superior a 0,8.

O não cumprimento das cláusulas de covenants incorrerá em vencimento antecipado do contrato.

### (e) BNDES Baixada Santista

Em novembro de 2007, foi assinado contrato de financiamento junto ao BNDES para o Programa de Recuperação Ambiental da Região Metropolitana da Baixada Santista, no valor de R\$ 129.973 com juros de 2,5% ao ano mais TJLP limitada a 6%.

A amortização está prevista em 96 prestações mensais e sucessivas, tendo início em janeiro de 2012 e término em dezembro de 2019.

Parcela da receita da Companhia é dada como garantia a este contrato.

O Contrato encontra-se em prazo de execução de obras e o saldo devedor em dezembro de 2009 é de R\$ 130.473 (2008 - R\$ 32.145).



**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

(f) FIDC

Em 23 de março de 2006, foi emitida uma única série de quotas seniores e 26 (vinte e seis) quotas subordinadas, mantidas em conta de depósito em nome de seus respectivos titulares, com valor unitário na data de emissão correspondente a R\$ 500.000 (quinhentos mil reais). As quotas seniores estão sendo amortizadas em 54 (cinquenta e quatro) parcelas mensais, a partir de outubro de 2006 e com vencimento final em março de 2011. Em 31 de dezembro de 2009 o saldo correspondente às quotas subordinadas era de R\$ 20.138, registrado na rubrica "Demais Contas a Receber" do ativo não circulante; o saldo correspondente às quotas seniores era de R\$ 69.445, registrado na rubrica "Empréstimos e Financiamentos". As quotas subordinadas foram subscritas e integralizadas exclusivamente pela Sabesp. O Fundo tem um parâmetro de rentabilidade correspondente a 100% (cem por cento) da variação da Taxa DI, acrescida de cupom prefixado de juros de 0,70% (setenta centésimos por cento) ao ano base 252 dias úteis, observados os termos do seu regulamento.

O Fundo é administrado pela Caixa Econômica Federal e tem como custodiante e agente escriturador o Banco do Brasil S.A.

Os recursos captados, no montante de R\$ 250 milhões, foram utilizados pela Companhia para liquidação de dívidas durante o exercício de 2006.

(g) Eurobônus

(i) Em junho de 2003 foi realizada uma emissão de eurobônus (Eurobônus 2008) no mercado externo, no valor de US\$ 225.000 mil, tendo como líder o "The Bank of New York" e agente principal de pagamento o "The Bank of Tokyo Mitsubishi Ltd", com taxa de juros de 12% a.a., pagos semestralmente e com vencimento final em junho de 2008, cujos recursos foram utilizados para a quitação final da emissão de eurobônus de US\$ 200.000 mil vencida em julho de 2003.

Em 06 de novembro de 2006, a Companhia liquidou antecipadamente parte deste empréstimo, no valor de R\$ 272.811, com recursos obtidos através da nova emissão de eurobônus (Eurobônus 2016) no valor de US\$ 140.000 mil.

Em julho de 2008, foi quitado o contrato Eurobônus 2008, no valor de R\$ 158.256 e R\$ 9.495 relativos aos juros do período. Para essa quitação foram utilizados parte da captação do AB Loan.

(ii) Em 03 de novembro de 2006 foi realizada uma emissão de eurobônus (Eurobônus 2016) no mercado externo, no valor de US\$ 140.000 mil, tendo como líder o "Deutsche Bank Trust Company Americas" e como agente principal de pagamento o "Deutsche Bank Luxembourg S.A.", com taxa de juros de 7,5% a.a. pagos semestralmente e vencimento final em novembro de 2016. Conforme mencionado em (i) acima, os recursos foram utilizados para quitação antecipada e parcial da emissão de eurobônus de US\$ 225.000 mil com vencimento final em junho de 2008, e o valor resgatado foi de US\$ 126.948 mil.

Em decorrência da liquidação antecipada do Eurobônus 2008, foi assinado aditivo ao contrato cancelando a obrigatoriedade de cálculo de compromissos financeiros (*covenants*).

Compromissos financeiros - "*Covenants*" - para Eurobônus 2016.

Limitar a incorrência de novas dívidas de modo que:

- a dívida total ajustada em relação ao Ebitda não seja superior a 3,65
- o índice de cobertura do serviço da dívida da Companhia, determinado na data de incursão dessa dívida, não seja inferior a 2,35.

O não cumprimento das cláusulas de *covenants* incorrerá em vencimento antecipado do contrato.

(h) BID

Contrato 713 - Firmado em dezembro de 1992, no valor de US\$ 400 milhões, destinado à execução de Projeto de Despoluição do Rio Tietê - Etapa I. O período de amortização teve início em junho de 1999, em parcelas semestrais, cuja taxa anual de juros é variável de acordo com os custos dos empréstimos tomados pelo banco semestralmente e com vencimento final em 2017. Foi assinado, em dezembro de 1992, contrato de garantia entre a República Federativa do Brasil e o BID, garantindo a provisão de fundos para o cumprimento das obrigações previstas no contrato de financiamento. O

# **COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

saldo deste contrato, em 31 de dezembro de 2009 era de US\$ 190.753 mil, equivalente a R\$ 332.139 (2008 – R\$ 503.179).

Contrato 896 – Firmado em dezembro de 1992, no valor de US\$ 50 milhões, e também destinado ao Projeto de Despoluição do Rio Tietê – Etapa I. O período de amortização teve início em junho de 1999, em parcelas semestrais, cuja taxa de juros é de 3% a.a., com vencimento final em dezembro de 2016. Foi assinado, em dezembro de 1992, contrato de garantia entre a República Federativa do Brasil e o BID, garantindo a provisão de fundos para o cumprimento das obrigações previstas no contrato de financiamento. O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2009 era de US\$ 19.444 mil, equivalente a R\$ 33.856 (2008 – R\$ 51.933).

Contrato 1.212 – Firmado em julho de 2000, no valor de US\$ 200 milhões, destinado à execução do Projeto de Despoluição do Rio Tietê – Etapa II. Durante o ano de 2008 o total desembolsado foi de US\$ 2.434 mil, não mais existindo valores a serem desembolsados neste contrato. O empréstimo está sendo amortizado em parcelas semestrais, encerrando-se em julho de 2025. Os juros são pagos semestralmente, apurados sobre o saldo devedor diário à taxa anual determinada pelos custos dos empréstimos tomados pelo banco durante o semestre anterior, acrescidos de um “spread”, e serão variáveis para cada semestre. O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2009, era de US\$ 164.450 mil, equivalente a R\$ 286.340 (2008 – R\$ 408.339).

### **Compromissos financeiros – “Covenants”**

■ Contratos 713, 896 e 1.212 – As tarifas devem: a) produzir uma receita suficiente para cobrir os gastos de exploração do sistema, inclusive os relacionados com administração, operação, manutenção e depreciação; b) proporcionar uma rentabilidade sobre o ativo imobilizado superior a 7%; e c) durante a execução do projeto os saldos dos empréstimos contratados a curto prazo não deverão ser superiores a 8,5% do seu patrimônio líquido.

O não cumprimento das cláusulas de covenants incorrerá em vencimento antecipado do contrato.

#### **(i) JICA**

A Companhia assinou, em 06 de agosto de 2004, contrato de financiamento com o JBIC – Japan Bank For International Cooperation com garantia da União, no valor de 21.320 milhões de ienes japoneses, equivalentes a aproximadamente R\$ 337.687, destinado ao Programa de Recuperação Ambiental da Região Metropolitana da Baixada Santista. O prazo total do financiamento é de 25 anos, sendo 7 anos de carência e 18 anos de amortização, em parcelas semestrais. Os juros são pagos semestralmente a partir de 2006, sendo 2,5% a.a. para rede de esgoto e 1,8% a.a. para instalações de tratamento de esgotos. O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2009 era de R\$ 400.932 (2008 – R\$ 390.015).

#### **(j) AB Loan (BID 1983AB)**

Em 27 de maio de 2008, foi assinado contrato de empréstimo BID AB Loan, no valor de US\$ 250.000.000,00, cujo desembolso ocorreu integralmente em junho de 2008. Os recursos captados foram utilizados na quitação do Eurobônus 2008 e na execução de parte do plano de investimento da Companhia.

Esse contrato apresenta as seguintes características:

	US\$	Vencimento inicial	Vencimento Final	Juros (Libor + spread)
1983 A	100.000.000,00	Maio de 2011	Maio de 2023	2,595%+2,375%
1983 B1	100.000.000,00	Maio de 2011	Maio de 2020	2,595%+2,075%
1983 B2	50.000.000,00	Maio de 2011	Maio de 2018	2,595%+1,875%

Os juros são pagos semestralmente a partir de novembro de 2008.

O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2008 era de US\$ 250.000 mil, equivalente a R\$ 435.300 ( 2008 – 584.250), deduzido parte dos custos de captação no valor de R\$ 3.390 ( 2008 – 3.655) que serão amortizados durante a vigência do contrato.

#### **(k) Notas Promissórias**



# **COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Em 01 de dezembro de 2009 foram emitidas notas promissórias, no valor de R\$ 900.000, como um empréstimo ponte, correspondente a um adiantamento da 11ª emissão de debêntures.

Os recursos líquidos obtidos com a 11ª emissão de debêntures serão utilizados integralmente para resgatar as 90 notas promissórias da 4ª emissão da SABESP.

(l) Compromissos financeiros "covenants"

Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 a Companhia cumpriu todos os requisitos vigentes em seus contratos de empréstimos e financiamentos.

(m) Vencimentos contratuais dos empréstimos e financiamentos

	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2016 em</u> <u>diante</u>	<u>TOTAL</u>
n moeda nacional	928.825	925.015	526.544	898.746	249.279	727.747	557.436	4.813.592
n moeda estrangeira	<u>81.712</u>	<u>116.450</u>	<u>127.286</u>	<u>127.286</u>	<u>127.286</u>	<u>127.286</u>	<u>1.039.102</u>	<u>1.746.408</u>
total Geral	<u>1.010.537</u>	<u>1.041.465</u>	<u>653.830</u>	<u>1.026.032</u>	<u>376.565</u>	<u>855.033</u>	<u>1.596.538</u>	<u>6.560.000</u>

## **11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS**

(a) Saldos patrimoniais

### CONTROLADORA E CONSOLIDADO

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
No ativo circulante (i)		
Imposto de renda diferido	190.111	125.722
Contribuição social diferida	<u>68.440</u>	<u>45.260</u>
	258.551	170.982
No realizável a longo prazo (ii)		
Imposto de renda diferido	389.802	320.104
Contribuição social diferida	<u>140.329</u>	<u>115.237</u>
	530.131	435.341
No passivo circulante (iii)		
Imposto de renda diferido	209	209
Contribuição social diferida	75	75
Pasep diferido	14.352	19.296
Cofins diferido	<u>23.276</u>	<u>44.789</u>
	37.912	64.369
No passivo não circulante (iv)		
Imposto de renda diferido	57.780	59.468
Contribuição social diferida	16.291	16.899
Pasep diferido	20.807	17.656
Cofins diferido	<u>61.982</u>	<u>47.469</u>
	156.860	141.492
No resultado do exercício		
Imposto de renda	(544.485)	(399.194)
Imposto de renda diferido	<u>135.776</u>	<u>112.216</u>
	(408.709)	(286.978)
Contribuição social	(204.220)	(149.179)
Contribuição social diferida	<u>48.879</u>	<u>37.924</u>
	(155.341)	(111.255)

**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

(i) No ativo circulante

Calculado substancialmente com base em diferenças temporárias no montante de R\$ 760.443 (2008 - R\$ 502.889).

(ii) No realizável a longo prazo

Calculados substancialmente com base em diferenças temporárias no montante de R\$ 1.559.210 (2008 - R\$ 1.280.413) relativas ao imposto de renda e à contribuição social.

A Administração da Companhia tem expectativa de realização do saldo de longo prazo, mencionado no item (ii) em 2011 na mesma proporção de 2010, e o restante a ser realizado no ano subsequente de 2012.

(iii) Passivo circulante

- Imposto de renda e contribuição social

Calculados substancialmente com base em diferenças temporárias no montante de R\$ 837, relativas ao imposto de renda e à contribuição social.

- Pasep e Cofins

Calculados substancialmente sobre o faturamento a órgãos públicos, sendo a apuração da obrigação e constituição da provisão efetuada quando da prestação do serviço, e sua liquidação no recebimento das faturas.

(iv) No passivo não circulante

- Imposto de renda e contribuição social

Calculados substancialmente com base em diferenças temporárias no montante de R\$ 231.120 (2008 - R\$ 237.872) relativas ao imposto de renda e R\$ 181.013 (2008 - R\$ 187.766) relativas a contribuição social.

- Pasep e Cofins

Calculados substancialmente sobre o faturamento a órgãos públicos, sendo a apuração da obrigação e constituição da provisão efetuada quando da prestação do serviço, e sua liquidação no recebimento das faturas.

(b) Composição dos saldos de impostos e contribuições diferidos

CONTROLADORA E CONSOLIDADO

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
No ativo circulante		
Provisões para contingências	258.551	170.982
No realizável a longo prazo		
Provisão para contingências	282.960	240.493
Provisão para obrigações previdenciárias	160.094	139.616
Outras	<u>87.077</u>	<u>55.232</u>
	<u>530.131</u>	<u>435.341</u>
Total dos impostos diferidos ativos	788.682	606.323

**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

No passivo circulante		
Custos na emissão de títulos	284	284
Receita órgãos públicos	<u>37.628</u>	<u>64.085</u>
	37.912	64.369
No passivo não circulante		
Custos na emissão de títulos	1.066	1.997
Lucro órgãos públicos	73.005	74.370
Receita órgãos públicos	<u>82.789</u>	<u>65.125</u>
	<u>156.860</u>	<u>141.492</u>
Total dos impostos diferidos passivos	<u>194.772</u>	<u>205.861</u>

(c) Conciliação da alíquota efetiva de imposto

Os valores registrados como despesas de imposto de renda e contribuição social nas demonstrações financeiras estão conciliados com as alíquotas nominais previstas em lei, conforme demonstrado a seguir:

	<u>CONTROLADORA E CONSOLIDADO</u>	
	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Lucro antes dos impostos	1.937.929	461.804
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa esperada à taxa nominal	(658.896)	(157.013)
Diferenças permanentes		
Realização da reserva de reavaliação	(36.690)	(29.518)
Provisão Lei 4.819/58 (i)	(15.335)	(321.135)
Juros sobre capital próprio	134.013	100.704
Outras diferenças	<u>12.858</u>	<u>8.739</u>
Imposto de renda e contribuição social	<u>(564.050)</u>	<u>(398.233)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(748.705)	(548.373)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	184.655	150.140
Alíquota efetiva	<u>29%</u>	<u>86%</u>

(i) Diferença Permanente relativa a Provisão para perdas do valor controverso dos benefícios da Lei Estadual nº. 4.819/58 e a provisão referente à obrigação atuarial (nota 5 (vii)).

(d) Regime Tributário de Transição - RTT

A Companhia optou por adotar o Regime Tributário de Transição (RTT), instituído pela Medida Provisória 449/08. Dessa forma, os efeitos trazidos pelas alterações da Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 36 e 37 da referida medida provisória, não tiveram efeitos para fins tributários.

Com a adoção ao regime, a companhia manteve o benefício de não tributação dos valores relativos à doações e subvenções governamentais para investimentos e manteve a dedutibilidade dos custos nas emissões de títulos, que passaram a ser registrados em conta redutora do passivo.

12. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>Circulante</u>		<u>Não circulante</u>	
	<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Imposto de renda	60.146	3.742	-	-
Contribuição social	28.491	6.114	-	-
Cofins e Pasep	51.077	37.766	-	-
Paes	34.012	32.631	85.029	114.210
Inss	23.708	21.406	-	-
Outros	<u>21.428</u>	<u>28.750</u>	-	-
Total	<u>218.862</u>	<u>130.409</u>	<u>85.029</u>	<u>114.210</u>

**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

A Companhia solicitou o Pedido de Parcelamento Especial (Paes) em 15 de julho de 2003, conforme Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, incluindo nesse pedido os débitos relativos à Cofins e ao Pasep envolvidos em ação judicial contra a aplicação da Lei nº 9.718/98, e consolidou o saldo remanescente do Programa de Recuperação Fiscal (Refis). O valor total incluído no Paes era de R\$ 316.953, como segue:

<u>Imposto</u>	<u>Principal</u>	<u>Multa</u>	<u>Juros</u>	<u>Total</u>
Cofins	132.499	13.250	50.994	196.743
Pasep	5.001	509	2.061	7.571
Refis	<u>112.639</u>	-	-	<u>112.639</u>
Total	<u>250.139</u>	<u>13.759</u>	<u>53.055</u>	<u>316.953</u>

O débito está sendo pago em 120 meses. Os montantes pagos em 2009 e 2008 foram de R\$ 33.386 e R\$ 34.114 respectivamente, e foram registradas despesas financeiras de R\$ 5.585 e R\$ 8.281, respectivamente. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2009 era de R\$ 119.041. Os ativos dados em garantia no Programa Refis anterior, no montante de R\$ 249.034, continuam a garantir os valores do Programa Paes.

**13. OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS**

**(a) Plano assistencial**

Administrado pela Fundação Sabesp de Seguridade Social – Sabesprev, é constituído por planos de saúde optativos, de livre escolha, mantidos por contribuições da patrocinadora e dos participantes, que no exercício foram as seguintes:

Da Companhia: 7,5% (2008 – 7,1%) em média da folha bruta de salários;

Dos participantes: 3,21%, sobre o salário base e gratificação, que corresponde à média de 2,3% da folha bruta de salários.

**(b) Benefícios previdenciários**

Administrado pela Fundação Sabesp de Seguridade Social – Sabesprev, o plano de benefício definido recebe contribuições mensais da seguinte forma: 2,10% da Companhia e 2,3% dos participantes. Objetivando atender ao disposto na deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000, estão apresentados abaixo os valores apurados dos benefícios de pensão e aposentadoria concedidos e a conceder, aos quais os empregados farão jus após o tempo de serviço.

Em 31 de dezembro de 2009, com base em relatório independente, calculado pelo método de Unidade de Crédito Projetada, a Companhia possuía um compromisso atuarial líquido de R\$ 480.103 (R\$ 419.871 em 2008) que representa a diferença entre o valor presente das obrigações da Companhia relativamente aos participantes empregados, aposentados e pensionistas e os ativos garantidores, conforme demonstrado a seguir:

**CONTROLADORA E CONSOLIDADO**

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
(i) Conciliação dos ativos e passivos		
Valor presente das obrigações atuariais	(1.422.993)	(1.433.710)
Valor justo dos ativos	982.422	976.545
Ganhos a serem reconhecidos em exercícios futuros	<u>(39.532)</u>	<u>37.294</u>
Passivo líquido reconhecido no balanço	<u>(480.103)</u>	<u>(419.871)</u>
(ii) Despesas reconhecidas na demonstração do resultado		
Custo do serviço corrente	31.116	33.347
Custo dos juros	155.514	164.124
Rendimento esperado do ativo do plano	(92.309)	(117.317)

**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Contribuição dos empregados	(21.235)	(13.025)
Total	<u>73.086</u>	<u>67.129</u>
(iii) Movimentação do passivo líquido atuarial		
Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do exercício	(419.871)	(365.234)
Custo do serviço corrente	(31.116)	(33.347)
Custo dos juros	(155.514)	(164.124)
Rendimento esperado do ativo do plano	92.309	117.317
Contribuição dos empregados	<u>21.235</u>	<u>13.025</u>
	<u>(492.957)</u>	<u>(432.363)</u>
Contribuições reais da Companhia no exercício	<u>12.854</u>	<u>12.492</u>
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	<u>(480.103)</u>	<u>(419.871)</u>
(iv) Evolução do valor justo dos ativos		
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	976.545	969.440
Rendimento real do valor justo dos ativos	19.501	40.723
Contribuições reais no exercício	34.089	25.517
Benefícios pagos	<u>(47.713)</u>	<u>(59.135)</u>
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	<u>982.422</u>	<u>976.545</u>
(v) Evolução do valor presente das obrigações		
Valor presente das obrigações no início do exercício	1.433.710	1.386.563
Custo do serviço corrente	31.116	33.347
Custo dos juros	155.514	164.124
Benefícios pagos	(47.713)	(59.135)
Perda no valor presente das obrigações	<u>(149.634)</u>	<u>(91.189)</u>
Valor presente das obrigações no final do exercício	<u>1.422.993</u>	<u>1.433.710</u>
(vi) Despesas previstas		
	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Custo do serviço corrente	28.079	31.116
Custo dos juros	154.352	155.514
Rendimento esperado do ativo do plano	(98.242)	(92.309)
Contribuições dos empregados	<u>(23.657)</u>	<u>(21.235)</u>
Total	<u>60.532</u>	<u>73.086</u>

(vii) Premissas atuariais

Estatísticas diversas e outros fatores visam antecipar eventos futuros no cálculo da despesa e do passivo relativo a esses planos. Esses fatores incluem premissas sobre taxa de desconto, retorno esperado do ativo e o aumento da taxa de compensação futura, além de fatores subjetivos, tais como índices de demissões, rotatividade e mortalidade. As premissas atuariais utilizadas pela Companhia são revisadas regularmente e podem divergir de forma relevante dos resultados atuais de acordo com mudanças de mercado e condições econômicas, fatos regulatórios, regulamentações judiciais, aumento ou diminuição nos índices de demissões ou na expectativa de vida dos participantes. Essas diferenças podem resultar em um impacto relevante no montante de despesa com entidade de previdência privada registrada pela Companhia.

**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008  
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Descrevemos abaixo as premissas utilizadas na avaliação atuarial:

Hipóteses econômicas	2009	2008
Taxa de desconto	10,85% a.a.	10,85% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos	10,85% a.a.	10,85% a.a.
Crescimento salarial futuro	6,08% a.a.	6,08% a.a.
Crescimento dos benefícios da previdência social e dos limites	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Fator de capacidade		
- Salários	98%	98%
- Benefícios	98%	98%
Hipóteses demográficas para	2009	2008
Tábua de mortalidade	AT 83	AT 83
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB 44	RRB 44
Tábua de entrada em invalidez	RRB 44	RRB 44
Tábua de rotatividade	Prudential	Prudential
Idade de aposentadoria	Primeira idade	Primeira idade
% de participantes ativos casados na data da aposentadoria	com direito a um dos benefícios	com direito a um dos benefícios
Diferença de idade entre participantes e cônjuge	95%	95%
	Esposas são 4 anos mais jovens que maridos	Esposas são 4 anos mais jovens que maridos

O número de participantes ativos em 31 de dezembro de 2009 era de 15.145 (15.448 em 2008). O número de beneficiários, aposentados e pensionistas em 31 de dezembro de 2009 era de 4.751 (4.579 em 2008).

A avaliação do plano de custeio da Sabesprev é feita por atuário independente, com premissas que diferem daquelas aplicadas para fins de apuração dos benefícios a empregados dispostas na Deliberação CVM nº 371. O déficit técnico da Sabesprev apurado em 31 de dezembro de 2009 é de R\$ 582.819 (2008 – R\$ 500.266). Os cálculos diferem substancialmente quanto ao método atuarial no cálculo dos benefícios de risco antes da aposentadoria, com repartição para a Sabesprev e capitalização para atender à Deliberação CVM nº 371.

A Patrocinadora e a Sabesprev estão em processo de negociação para que o déficit técnico seja equacionado, mediante o saldamento e a migração do plano de benefício definido para um plano de contribuição variável. A Administração estima não incorrer em custos adicionais em decorrência da mudança dos referidos planos.

(c) Obrigação Atuarial referente aos pagamentos dos benefícios da Lei Estadual nº. 4.819/58

Como descrito na nota 5, a Companhia vem pagando, por força de decisão judicial, os benefícios de complementação de aposentadoria e pensão, dos ex-empregados e pensionistas.

O plano de benefícios conforme determina a lei nº. 4.819/58 inclui complementação de aposentadoria, complementação de aposentadoria por invalidez permanente e complementação de pensões.

Este plano de benefício não recebe contribuição como o Plano administrado pela SABESPREV, não havendo, portanto ativo garantidor.

Em 31 de dezembro de 2009, com base em relatório independente, o compromisso atuarial referente aos futuros pagamentos dos benefícios era R\$ 1.157.095 (2008 - R\$ 1.338.587). A provisão atuarial ora efetuada no valor de R\$ 518,0 milhões (2008 - R\$ 535,4 milhões) correspondente a parte controversa deste passivo não reembolsada pelo Estado.

O número de participantes ativos em 31 de dezembro de 2009 era de 2.727 (2008 - 2.801). O

**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

número de beneficiários, aposentados e pensionistas em 31 de dezembro de 2009 era de 2.602 (2008 - 2.658). As demais premissas utilizadas no cálculo atuarial estão mencionadas anteriormente.

**14. PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS**

Com base nas negociações realizadas entre a Companhia e as entidades representativas de classe funcional, foi implementado o Programa de Participação nos Resultados, considerando o período de janeiro a dezembro de 2009, com a distribuição do valor correspondente de até uma folha de pagamento, mediante o estabelecimento de metas. No ano foi provisionado o montante de R\$ 53.407 (2008 - R\$ 53.216).

**15. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS**

**(a) Provisões com probabilidade de perda provável**

A Companhia é parte em diversos processos judiciais decorrentes do curso normal dos negócios, incluindo processos de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A Administração acredita, apoiada na opinião e nas estimativas de seus advogados e consultores legais, que as provisões são suficientes para cobrir eventuais perdas. Essas provisões, líquidas dos depósitos judiciais, estão assim demonstradas:

	<u>CONTROLADORA E CONSOLIDADO</u>	
	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Ações com clientes(i)	783.561	659.875
Ações com fornecedores(ii)	341.478	222.372
Outras questões cíveis(iii)	155.030	152.446
Ações tributárias(iv)	28.757	26.291
Ações trabalhistas(v)	101.463	41.222
Ações ambientais(vi)	<u>58.531</u>	<u>55.442</u>
Total	<u>1.468.820</u>	<u>1.157.648</u>
Circulante	643.863	459.395
Não circulante	824.957	698.253

Movimentação das provisões para contingências para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009

	<u>2008</u>	<u>Adições</u>	<u>Exclusões</u>	Juros, Atualizações Monetárias e Reversões	<u>2009</u>
Ações com clientes	696.588	136.928	(139.115)	170.537	864.938
Ações com fornecedores	225.355	81.592	(22.660)	57.766	342.053
Outras questões cíveis	156.244	25.901	(31.038)	10.749	161.856
Ações tributárias	26.291	5.673	(4.322)	1.170	28.812
Ações trabalhistas	41.222	58.440	(12.940)	14.741	101.463
Ações ambientais	<u>55.442</u>	<u>17.123</u>	<u>(11.716)</u>	<u>(2.318)</u>	<u>58.531</u>
Subtotal	1.201.142	325.657	(221.791)	252.645	1.557.653
Depósitos judiciais	<u>(43.494)</u>	<u>(53.145)</u>	<u>10.855</u>	<u>(3.049)</u>	<u>(88.833)</u>
Total	<u>1.157.648</u>	<u>272.512</u>	<u>(210.936)</u>	<u>249.596</u>	<u>1.468.820</u>



**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008  
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

(b) Processos com probabilidade de perda possível

A Companhia possui processos em andamento nas esferas administrativas e judiciais, de natureza civil, tributária, trabalhista e ambiental, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificados pela Administração, seus advogados e consultores legais como perda possível. As contingências passivas estão assim representadas:

	<u>CONTROLADORA E CONSOLIDADO</u>	
	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Ações com clientes (i)	760.100	653.700
Ações com fornecedores (ii)	501.500	388.100
Outras questões cíveis (iii)	262.900	228.100
Ações tributárias (iv)	280.700	259.000
Ações trabalhistas (v)	100.300	115.600
Ações ambientais (vi)	44.300	25.200
Total	1.949.800	1.669.700

(i) Ações com clientes

Aproximadamente 1.400 processos judiciais foram ajuizados por clientes comerciais, que pleiteiam que suas tarifas deveriam ser iguais às de outra categoria de consumidores e, conseqüentemente, reclamam a devolução de valores cobrados pela Sabesp. A Companhia obteve decisões definitivas tanto favoráveis como desfavoráveis em diversas instâncias judiciais, sendo constituída provisão quando a expectativa de perda é considerada provável. A variação ocorrida de R\$ 123,7 milhões nos processos classificados como de provável perda decorreu da migração de expectativa de processos em andamento, juros, honorários e atualização.

(ii) Ações com fornecedores

As reclamações com fornecedores foram ajuizadas por algumas construtoras. Os processos judiciais versam sobre pedidos de indenização, assim como falta de pagamento de montantes decorrente de expurgos inflacionários sofridos com a edição do Plano Real e desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, entre outros. Essas ações estão em tramitação nas diversas esferas judiciais, sendo provisionadas quando a expectativa de perda é considerada provável. O acréscimo ocorrido de R\$ 119,1 e R\$ 113,4 milhões nos processos com expectativa de perda provável e possível, respectivamente, está relacionada com a migração de expectativa de processos, juros, honorários e atualização de processos em andamento.

(iii) Outras questões cíveis

A Companhia é parte de diversas ações cíveis relacionadas a indenizações por danos materiais, morais e lucros cessantes alegadamente causados a terceiros. Em 31 de dezembro de 2009, o total provisionado representa o montante de R\$ 155,0 milhões (R\$ 152,4 milhões em 2008) para as reclamações cujo risco de perda foi avaliado como provável. Tanto os casos com expectativa de perda provável como possível, tiveram um acréscimo, que foi provocado pelo aumento de processos e também pela revisão das expectativas, abrangendo atualizações monetárias, aplicação de juros e honorários.

(iv) Ações Tributárias

As provisões para contingências de natureza tributária referem-se, principalmente, a questões ligadas à cobrança de tributos, questionada em virtude da divergência de interpretação da legislação por parte dos assessores legais da Companhia.

(a) Em 2006, a Receita Federal, por meio de ação fiscal, verificou o cumprimento por parte da Companhia das obrigações tributárias relativas ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, no ano calendário 2001, apurando crédito tributário no valor de R\$ 341,1 milhões, atualizados em 31 de dezembro de 2009. A Companhia protocolou impugnação, tempestivamente, e recorrerá à autuação em todas as instâncias administrativas e



**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

judiciais. Segundo seus assessores legais, aproximadamente 90% desse processo administrativo, é considerado como de perda remota, e 10% como de perda possível;

(b) Em 2005 a Receita Federal indeferiu parcialmente Pedido de Compensação realizado pela Companhia, que objetivava a extinção de crédito tributário do IRPJ, de aproximadamente R\$ 56,1 milhões, e da CSLL, de aproximadamente R\$ 8,7 milhões, dos períodos de apuração janeiro à abril de 2003, com o aproveitamento de saldos negativos de IRPJ e CSLL de anos anteriores. No despacho decisório, a autoridade não homologou o equivalente a R\$ 11,2 milhões de IRPJ e R\$ 0,7 milhão de CSLL, totalizando valor aproximado de R\$ 11,9 milhões. A Companhia obteve provimento parcial no recurso de manifestação de inconformidade interposto, de maneira que classificou como de perda possível o valor de R\$ 6,0 milhões e de perda provável o valor de R\$ 1,0 milhão;

(c) A Receita Federal do Brasil indeferiu alguns pedidos de compensação realizados pela Companhia, que objetivavam a extinção de créditos tributários do IRPJ/CSLL, com aproveitamento de montantes que lhe eram favoráveis, oriundos de recolhimentos indevidos do IRPJ/CSLL, pagos por estimativa mensal. O valor envolvido nesses processos é de R\$ 37,9 milhões, atualizados em 31 de dezembro de 2009. Nossos advogados avaliaram o risco como de perda possível;

(d) A Companhia impetrou Mandado de Segurança para contestar a revogação da isenção do imposto sobre serviços no Município de São Paulo, ocorrida por meio de lei municipal promulgada em 2002. Em abril de 2003, foi deferido o pedido de concessão de medida liminar determinando a suspensão da tributação. Em maio de 2005 a justiça publicou sentença denegando a segurança. Em julho de 2005 a Sabesp interpôs recursos de apelação objetivando a manutenção da eficácia da medida liminar concedida. Ainda não houve a decisão definitiva sobre a demanda sendo considerada a expectativa de ganho como possível. Já a Secretaria das Finanças do Município de São Paulo, lavrou em 18 de setembro de 2006 auto de infração, contra aos quais foi oferecida, tempestivamente, impugnação administrativa, com posterior improvimento do recurso em primeira instância. Foi interposto, tempestivamente, recurso ordinário perante o Conselho Municipal de Tributos que não fora conhecido e contra tal decisão foi ajuizada ação cautelar, com pedido de liminar, com o intuito de ser anulada tal decisão. O valor envolvido está estimado em R\$ 158,8 milhões, atualizado em 31 de dezembro de 2009. Nossos advogados avaliaram o risco como de perda possível;

(e) A Companhia ajuizou ações judiciais contra os Municípios de Bragança Paulista e de São Paulo devido à imposição de cobrança sobre o uso de áreas públicas para a instalação de redes de água e esgoto relacionadas aos serviços de saneamento fornecidos aos municípios. Na ação movida em face da Prefeitura de Bragança Paulista, foi concedida à Companhia uma medida suspendendo a imposição deste encargo e impedindo a prefeitura de cobrar quaisquer valores atuais ou futuros devidos com respeito a este encargo até que haja uma decisão final sobre o mérito da causa. Em junho de 2005, o Juízo de Primeira Instância decidiu em favor da Companhia e a medida foi mantida. A prefeitura apelou contra tal decisão, a qual pendente de julgamento no tribunal de Justiça. Já em relação à ação movida em face da Prefeitura de São Paulo, o Juízo de Primeira Instância proferiu uma decisão sustentando a legalidade desta cobrança municipal. A Companhia interpôs recurso de apelação, que aguarda julgamento. Posteriormente uma nova lei aprovada instituiu a cobrança pelo uso de áreas públicas na cidade de São Paulo. Em abril de 2004, a Companhia apresentou um pedido de medida liminar buscando a suspensão da incidência dessa cobrança municipal. A medida liminar foi concedida pelo Juízo de Primeira Instância e confirmada por ocasião da prolação da sentença, reconhecendo ser indevida a cobrança. A prefeitura apresentou recurso de apelação e aguarda-se o julgamento pelo Tribunal de Justiça. Nossos advogados avaliaram o risco como perda possível.

(v) Ações Trabalhistas

A Companhia está envolvida em processos trabalhistas, tais como questões referentes a horas extras, adicionais de insalubridade e periculosidade, aviso-prévio, desvio de função, equiparação salarial e outras, sendo que parte do montante envolvido encontra-se em execução provisória ou definitiva. Dessa forma, classificadas como de probabilidade de perda provável e, conseqüentemente, devidamente provisionadas.

Em 27 de janeiro de 2005 o Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente de São Paulo ("Sintaema") ajuizou ação contra a Companhia, como substituto processual, pleiteando questão relacionada à escala de revezamento, tendo a decisão de 1º Grau, julgado extinto o processo sem julgamento do mérito, acolhendo a preliminar da Companhia, que arguiu ilegitimidade ativa do Sintaema para ingressar com a ação. Porém, o Tribunal Regional do Trabalho reformou a decisão em favor do Sintaema, determinando o retorno dos autos a vara de origem para apreciação do mérito da causa. A Companhia recorreu ao Tribunal Superior do Trabalho, porém sem sucesso. Os autos

**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

retornaram a vara de origem, onde a ação foi julgada procedente. A Companhia recorreu, entretanto, a decisão foi mantida pelo Tribunal Regional do Trabalho e posteriormente entrou com recurso ao Tribunal Superior do Trabalho, onde aguarda julgamento. Os advogados da Companhia avaliaram o risco de perda como provável no montante atualizado de R\$ 51,0 milhões.

(vi) Ações Ambientais

Dentre as ações civis públicas das quais fazemos parte, destacamos as seguintes:

(a) Ação civil pública movida pelo Ministério Público, em face da Sabesp, pleiteando a obrigação de não fazer consistente em não lançar e nem deixar cair o esgoto no Rio Cascavel ou outro leito de água, no município de Echaporã, sob pena de 200 salários mínimos diários e indenização pelos danos causados ao meio ambiente, em valor a ser definido em perícia. O juízo de primeira instância proferiu sentença desfavorável à Companhia, amparada em laudo pericial que estimou os danos em R\$ 352.000,00 em Julho de 2000. Tal decisão foi mantida em segunda instância e a Companhia aguarda decisão de recurso dos tribunais superiores. O valor da perícia acrescido da multa cominada totaliza o montante atualizado R\$ 12,2 milhões em 31 de dezembro de 2009. Nossos advogados avaliaram o risco de perda como provável;

(b) Ação civil pública movida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo em face da Sabesp, objetivando a condenação da companhia em: 1) abster-se de lançar efluentes de esgotos sem o prévio tratamento nas águas do Rio Capivari e seus afluentes, no município de Campos do Jordão, no prazo de 540 dias a contar da propositura da ação, sob pena de multa diária de R\$ 100; 2) Reparação integral dos danos causados ao meio ambiente ou pagamento de indenização a título de compensação no caso de comprovada inviabilidade de reparação ambiental. A sentença foi desfavorável à Sabesp. A Sabesp ingressou com o recurso de apelação. O Tribunal manteve os termos da sentença, alterando a multa pelo descumprimento da obrigação em R\$ 10. A Sabesp interps Recurso Extraordinário, o qual aguarda julgamento. O valor da multa atualizado para 31 de dezembro de 2009 corresponde a R\$ 10,3 milhões. Nossos advogados avaliaram o risco de perda como provável;

(c) Ação civil pública promovida pelo Ministério Público em face da Sabesp e da Prefeitura Municipal de Cotia, objetivando a condenação individual e solidária das rés com relação: (i) a cessação definitiva do descarte de efluentes sem tratamento no Rio Cotia ou seus tributários, sob pena de multa diária em caso de não cumprimento; (ii) obrigação de submeter o esgoto a tratamento prévio antes de lançá-lo no Rio Cotia, sob pena de multa diária no caso de não cumprimento; (iii) restauração integral das condições primitivas do solo, corpos d'água superficiais e subterrâneos e da vegetação, sob pena de multa diária em caso de não cumprimento e (iv) ao pagamento de indenização por danos ao meio ambiente causados ao solo, a fontes de água e a corpos d'água subterrâneos e superficiais que não podem ser recuperados. O Tribunal de Justiça decidiu a favor dos itens (i), (iii) e (iv) acima. O perito técnico do tribunal, em 17 de outubro de 2006, calculou a indenização por danos ambientais no valor de R\$ 826.800,00 (oitocentos e vinte e seis mil e oitocentos reais), ou alternativamente, em R\$ 5,8 milhões, caso compute-se os danos causados na faixa lindeira (limitrofe do Rio Cotia). Este montante ainda está sob discussão e sujeita a uma decisão final pelo juízo de primeira instância. O valor atualizado do total da perícia era de R\$ 7,5 milhões em 31 de dezembro de 2009. Nossos advogados avaliaram o risco de perda como provável;

(d) O Ministério Público do Estado de São Paulo propôs ação civil pública em face da SABESP e da Municipalidade de Itatiba, objetivando que seja imposta às Rés a obrigação de: 1) não lançar no meio ambiente, sem prévio tratamento, o esgoto por ela coletado em Itatiba, sob pena de multa diária no valor de R\$ 10; 2) restaurar integralmente, no prazo de 1 ano, as condições primitivas do solo, corpos d'água, tanto superficiais quanto subterrâneos, e da vegetação, degradados pelo lançamento de esgotos em desconformidade com as normas ambientais, sob pena de multa diária no valor de R\$ 10; 3) pagar indenização, a ser quantificada por perícia, pertinente aos danos materiais causados aos recursos naturais, que eventualmente não possam vir a ser restaurados; 4) pagar indenização, não inferior a R\$ 2,0 milhões pertinente aos danos morais causados a coletividade em função da degradação da qualidade ambiental gerada. Este processo está em estágio inicial e aguarda julgamento em primeira instância. O valor atualizado da ação é de R\$ 20,0 milhões em 31 de dezembro de 2009. Nossos advogados avaliaram o risco de perda como possível;

(e) Ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo em face da Sabesp e da Prefeitura Municipal de Piracaia pleiteando a condenação das rés em obrigação de não fazer, consistente em deixar de lançar o esgoto de origem domiciliar "in natura" no Rio Atibaia em desacordo com os padrões de qualidade previstos em lei sob pena de execução específica ou multa

**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

diária. Este processo está aguardando julgamento em primeira instância. O valor atualizado da ação é de R\$ 9,0 milhões em 31 de dezembro de 2009. Nossos advogados avaliaram o risco de perda como possível.

A Companhia está envolvida em outras ações ambientais e processos administrativos em municípios onde opera, oriundos de lançamento de esgoto sem tratamento, avaliados como de perda provável e possível por nossos advogados. Os valores provisionados nem sempre representam o montante final a ser desembolsado a título de indenização aos danos alegados, tendo em vista a fase atual em que se encontram os referidos processos e a impossibilidade da Administração estimar os montantes dos futuros desembolsos. Em 31 de dezembro de 2009, o total provisionado representa o montante de R\$ 58,5 milhões (R\$ 55,4 milhões em 2008) já contemplando os descritos nos itens (a), (b) e (c).

(vii) Processos com acordos firmados em 2009

A Companhia firmou, durante o exercício de 2009 diversos acordos relacionados a questões ambientais, como segue:

(a) Em 15 de janeiro de 2009, a Sabesp celebrou Termo de Ajustamento de Conduta ("TAC"), com a Promotoria de Justiça de Monte Mor, para implementação em 35 meses da solução técnica para equacionamento da operacionalidade da Estação de Tratamento de Esgoto existente no Bairro Cardeal, município de Elias Fausto, no valor de R\$ 1,7 milhão;

(b) Em 25 de Maio de 2009, a Sabesp celebrou acordo judicial com as Prefeituras Municipais de Campo Limpo Paulista, Várzea Paulista e Itupeva e a Promotoria de Justiça de Jundiaí, para execução de obras do Sistema Integrado de Esgotamento Sanitário dos Municípios de Campo Limpo e Várzea Paulista e da obra do Sistema e Esgotamento Sanitário de Itupeva, no valor estimado em R\$ 130,4 milhões, bem como, proceder a recuperação florestal à título de indenização por eventuais danos materiais causados ao meio ambiente estimado em R\$ 1.487 (passivo circulante);

(c) Em 31 de julho de 2009, a Sabesp celebrou acordo judicial com a Promotoria de Justiça da Comarca de Cachoeira Paulista, objetivando a execução das obras do sistema de afastamento e tratamento de esgotos domésticos do município de Cachoeira Paulista, bem como, proceder à recuperação ambiental à título de indenização por eventuais danos materiais causados ao meio ambiente. O valor total do empreendimento está estimado em R\$ 14 milhões e a recuperação florestal está estimada em R\$ 208 (passivo não circulante);

(d) Em 06 de agosto de 2009, a Sabesp celebrou acordo judicial com a Promotoria de Justiça da Comarca de Queluz, objetivando a execução das obras do sistema de afastamento e tratamento de esgotos domésticos do município de Queluz, bem como, proceder a recuperação ambiental à título de indenização por eventuais danos materiais causados ao meio ambiente. O valor total do empreendimento está estimado em R\$ 12,5 milhões e a recuperação florestal está estimada em R\$ 833 (passivo não circulante);

(e) Em 27 de outubro de 2009, a Sabesp celebrou acordo judicial com a Promotoria de Justiça da Comarca de Paraguaçu Paulista, objetivando proceder a recomposição florestal do município de Oscar Bressane e a construção de um centro de recebimento de materiais recicláveis. O valor total do empreendimento está estimado em R\$ 755 (passivo não circulante);

(f) A Sabesp celebrou, em 15 de outubro de 2009, TAC com a Promotoria de Justiça de Bananal, para a implantação do Sistema de Tratamento de Esgotos Sanitários no município de Arapeí. O valor total do empreendimento está estimado em R\$ 5,4 milhões;

(g) Em 12 de novembro de 2009, a Sabesp celebrou acordo judicial com a Promotoria de Justiça da Comarca de Conchas, objetivando a execução das obras do sistema de afastamento e tratamento dos esgotos sanitários do município de Anhembi e distrito de Pirambóia. O valor total do empreendimento está estimado em R\$ 5,3 milhões;

(h) A Sabesp celebrou, em 27 de outubro de 2009, TAC com a Promotoria de Justiça de Fernandópolis, para a implantação do Sistema de Tratamento de Esgotos no município de Pedranópolis e distrito de Santa Izabel do Marinho. O valor total do empreendimento está estimado em R\$ 650;

(i) Em 13 de outubro de 2009 a Sabesp celebrou com a Promotoria de Justiça de Americana acordo judicial, objetivando a implantação do sistema de esgotamento sanitário da área urbana por ela atendida no município de Hortolândia, bem como, proceder a recuperação ambiental à título de indenização por eventuais danos materiais causados ao meio ambiente. O valor total do

**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

empreendimento está estimado em R\$ 33,8 milhões e a compensação ambiental está estimada em R\$ 357 (passivo circulante).

(j) A Sabesp celebrou, em 18 de maio de 2009, TAC com a Promotoria de Justiça de Duartina, para a implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário da área urbana por ela atendida no município de Duartina. O valor total do empreendimento está estimado em R\$ 8,9 milhões.

(viii) Outros processos relacionados à concessão

(a) Em 2 de dezembro de 1997, o Município de Santos promulgou uma lei encampando os sistemas de água e esgoto da Companhia naquele Município. Em resposta, a Companhia impetrou mandado de segurança com pedido de liminar contra a promulgação da referida lei, objetivando sua cassação. O pedido foi indeferido pelo juízo de primeira instância, porém, tal decisão foi posteriormente reformada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, o qual concedeu a segurança requerida, suspendendo os efeitos da referida lei. O juízo de primeira instância proferiu uma decisão de mérito a favor da Companhia, tendo o Município de Santos apelado da decisão. Essa decisão foi mantida pelo Tribunal de segunda instância, entretanto, ainda não é definitiva. A despeito da ação pendente, a Companhia continua operando os sistemas de água e esgoto do Município de Santos;

(b) O Município de Itapira decretou a nulidade do contrato de concessão e ingressou com Ação de Reintegração de Posse, a qual foi julgada procedente. A Sabesp interpôs recurso de apelação e posteriormente dele desistiu em face do ajuizamento de ação de indenização contra a aludida municipalidade;

(c) O Município de Tuiuti ajuizou ação declaratória, objetivando o reconhecimento de inexistência de vínculo jurídico ou legal que possa embasar a permanência da Sabesp à frente dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto do Município de Tuiuti, bem como determinar o final encampamento pelo município-autor de tais serviços públicos. A Sabesp ingressou com Reconvenção objetivando obter a declaração de existência da relação jurídica entre as partes para obter indenização a ser apurada pelos investimentos efetuados. A ação foi julgada em primeira instância procedente em parte para declarar a inexistência do vínculo jurídico entre o Município e a Sabesp, relativa a concessão do serviço, convalidando a liminar que autorizou a retomada dos serviços. No entanto, julgou procedente em parte a ação reconvenicional proposta pela Sabesp para condenar o Município ao pagamento da importância de R\$ 541, atualizado desde março de 1996. A Sabesp interpôs recurso de apelação em 22/07/2009. De outro lado, o Município também interpôs recurso de apelação, sendo que ambos os recursos pendem de julgamento no Tribunal Estadual. A Sabesp não opera no Município por força do acolhimento de pedido de concessão de medida liminar requerida pelo Município;

(d) O Município de Cajobi ajuizou Ação de Reintegração de Posse, pretendendo a retomada dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto, bem como, a condenação da Sabesp ao pagamento de perdas e danos pelos valores recebidos a título de tarifas de água e esgoto que deixou de receber em decorrência dos serviços públicos explorados, desde a edição do Decreto Municipal, assim como, pela utilização dos bens ligados à concessão. A ação foi julgada procedente para manter o Município na posse dos bens e do serviço de água e esgoto. Em 25 agosto de 2008, a Sabesp interpôs Recurso de Apelação, o qual encontra-se aguardando julgamento. O município encontra-se à frente dos serviços desde 29 de maio de 2007, por força de decisão concessiva em Agravo de Instrumento;

(e) O Município de Araçoiaba da Serra ajuizou Ação de Reintegração de Posse, objetivando liminarmente ingressar nas instalações afetadas à concessão, incluindo todos os bens móveis e imóveis vinculados ao serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário, passando a administrar, operar e explorar tais serviços, ante a ocorrência do termo final do contrato de concessão em 23 de setembro de 2006. Ao final postula a reintegração definitiva na posse, assegurando-se a devida reversão de todos os bens, direitos e privilégios outrora transferidos da Sabesp. A medida liminar foi inicialmente concedida e ora mantida pelo Tribunal de Justiça para manter o Município à frente dos serviços. Ademais a Sabesp ajuizou ação cautelar de produção antecipada de provas. O processo encontra-se em fase de instrução.

Em 31 de dezembro de 2009, as ações com os municípios de Itapira, Tuiuti, Cajobi e Araçoiaba da Serra totalizavam aproximadamente R\$ 11,9 milhões e suas expectativas de perdas eram possíveis, segundo avaliação dos nossos advogados.



**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008  
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 10.000.000, mediante deliberação do Conselho de Administração e ouvido o Conselho Fiscal.

(b) Capital social subscrito e integralizado

O capital social subscrito e integralizado é composto de 227.836.623 ações ordinárias, escriturais, nominativas, sem valor nominal, assim distribuídas:

	Número de ações	%
Secretaria da Fazenda	114.508.083	50,26
Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia	54.052.476	23,72
The Bank Of New York ADR Department (equivalente em ações)(*)	58.641.584	25,74
Outros	<u>634.480</u>	<u>0,28</u>
	227.836.623	100,00

(\*) cada ADR equivale a 2 ações

(c) Remuneração aos acionistas

Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado de acordo com a legislação societária. Sobre os dividendos aprovados não incidem juros, e os montantes não reclamados dentro de 3 anos da data da Assembléia Geral que os aprovou prescreverão em favor da Companhia.

Os dividendos mínimos obrigatórios são apurados como segue:

Lucro líquido do exercício	1.373.879
(-) Reserva legal 5%	68.694
(-) Doações	<u>12.994</u>
Lucro líquido	<u>1.292.191</u>
Dividendo mínimo obrigatório	<u>323.048</u>

A Companhia atribuiu no exercício de 2009, a título de juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos, R\$ 365.401 líquidos de imposto de renda na fonte no valor de R\$ 28.756. Em 2008 o valor foi de R\$ 274.990 líquidos do imposto de renda de R\$ 21.198. Os juros sobre o capital próprio foram calculados em conformidade com o artigo 9º da Lei nº. 9.249/95, observando-se a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP; para fins de dedutibilidade na apuração de imposto de renda e da contribuição social, foram registrados na conta "Despesas Financeiras", e em seguida, para fins de demonstração, estão apresentadas no "Patrimônio Líquido".

(d) Reserva de capital

A reserva de capital compreende incentivos fiscais e doações até o exercício de 2007.

(e) Reservas de lucros

(i) Destinação do lucro do exercício

	2009
Lucro líquido do exercício	1.373.879
(+) Realização da reserva de reavaliação	107.912
(-) Juros sobre o capital próprio	394.157
(-) Reserva legal 5%	<u>68.694</u>

**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008  
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

1.018.940

(ii) Reserva para investimentos

A reserva para investimentos é constituída especificamente da parcela correspondente aos recursos próprios que serão destinados à ampliação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

17. COBERTURA DE SEGUROS

As políticas de seguro adotadas pela Companhia garantem cobertura levando em conta o risco e a natureza dos respectivos ativos, como segue:

<u>Modalidade de seguro</u>	<u>Importância segurada – R\$</u>	<u>Prêmio</u>
	<u>(*)</u>	<u>(*)</u>
Risco de engenharia	790.484	1.724
Incêndio	377.707	323
Responsabilidade civil – Diretores e funcionários	80.000	1.690
Responsabilidade civil – Obras em andamento	19.037	675
Responsabilidade civil – Operacional	3.000	167

(\*) Informações não auditadas

A Companhia não possui seguro ambiental e de lucros cessantes.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCO

(a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos, conforme descrito a seguir.

A Companhia não realizou operações com derivativos em 2009 e 2008.

(i) Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar.

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

Equivalentes de caixa correspondem as aplicações financeiras expressas em reais e possuem liquidez imediata.

(ii) Investimentos

Consiste, principalmente, em investimento na empresa Sesamm (conforme nota 7), registrado pelo método de equivalência patrimonial, nas quais a Companhia tem interesse estratégico. Considerações de valor de mercado das ações possuídas não são aplicáveis.

(iii) Empréstimos e Financiamentos

Em cumprimento à CPC 14, seguem abaixo demonstrados os valores de mercado dos fluxos de caixa projetados, trazidos a valor de mercado, dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2009.

**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

	2009		2008	
	Valor patrimonial	Valor de mercado	Valor patrimonial	Valor de mercado
<b>Empréstimos Bancários</b>				
Moeda estrangeira (iv)	1.749.798	2.446.340	2.280.983	2.984.782
Debêntures (i)	1.320.200	1.584.513	1.866.139	2.064.856
BNDES (ii)	272.685	272.685	202.245	202.245
Outros (iii)	3.217.317	3.509.352	2.515.741	2.907.469
	6.560.000	7.812.890	6.865.108	8.159.352

Para a obtenção dos valores de mercado dos Instrumentos Financeiros, são adotados os seguintes critérios:

- (i) As debêntures são financiamentos considerados pelo valor nominal atualizados até a data de vencimento, descontados a valor presente às taxas de mercado futuro de juros, divulgados pela Andima no mercado secundário, tendo como base a data de 31 de dezembro de 2009 e o título da Companhia negociado no mercado nacional.
- (ii) Financiamentos – BNDES, são instrumentos considerados pelo valor nominal atualizados até a data de vencimento, que possuem como característica a indexação pela TJLP, que é uma modalidade específica, não sendo comparada a nenhuma outra taxa de mercado. Sendo assim, a Companhia optou por divulgar como valor de mercado o montante contabilizado em 31 de dezembro de 2009.
- (iii) Os outros financiamentos em moeda nacional são considerados pelo valor nominal atualizados até a data de vencimento, descontados a valor presente às taxas de mercado futuro de juros. As taxas futuras utilizadas foram obtidas no site da BM&F.
- (iv) Financiamentos em moeda estrangeira são controlados em moeda de origem, convertidos à taxa de câmbio na data base do balanço, descontados a valor presente utilizando à taxa futura de mercado obtida na Bloomberg, com base em título da Companhia negociado no mercado externo. Adicionalmente, a Companhia possui um instrumento indexado à IENE (JICA, conforme mencionado na nota 10), o qual, além das premissas descritas acima, foi considerado na conversão para valor presente a paridade da moeda de origem do instrumento em relação ao dólar.

**(b) Riscos de mercado**

**(i) Riscos de taxa de câmbio**

Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que impactem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado e, consequentemente, as despesas financeiras. A Companhia não mantém operações de “hedge” ou “swap”, no entanto, faz uma gestão ativa da dívida, buscando reduzir a exposição em moeda estrangeira, aproveitando as janelas de oportunidades, para trocar dívidas caras por dívidas mais baratas, reduzindo custo por meio de antecipação de vencimentos.

Significativa parte da dívida financeira da Companhia estava atrelada ao dólar norte-americano e ao iene, no valor total de R\$ 1.746.408 (nota 10). O quadro abaixo resume a exposição líquida da Companhia ao fator da taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2009.

**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008  
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	Em milhares	
	US\$	Iene
Empréstimos e Financiamentos	764.647	21.316.000

(ii) Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas. Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia possuía R\$ 1.599.382 em empréstimos e financiamentos captados a taxas variáveis de juros (CDI e TJLP).

Outro risco que a Companhia enfrenta é a não correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e do contas a receber. Os reajustes de tarifa de fornecimento de água e tratamento de esgoto não necessariamente acompanham os aumentos dos índices de atualização que afetam as dívidas da Companhia.

(iii) Risco de crédito

Os riscos de crédito são atenuados pela venda a uma base de clientes geograficamente dispersa.

(c) Análise de sensibilidade

A seguir é apresentado o quadro do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que possam gerar impactos significativos para a Companhia.

Nos termos da Instrução CVM nº 475/08, a fim de demonstrar os saldos dos principais passivos financeiros convertidos à uma taxa projetada para a liquidação final de cada contrato, convertido a valor de mercado (Cenário I), com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

**2009**

Instrumentos Financeiros	Risco	Cenário I R\$	Cenário II R\$	Cenário III R\$
<b>Passivo Financeiro</b>				
<b>Empréstimos e Financiamentos</b>				
Banco do Brasil, CEF	Alta da UPR	1.054.679	1.061.304	1.067.929
Debêntures	Alta do IGPM	708.330	885.412	1.062.495
Debêntures	Alta do IPCA	125.272	156.591	187.909
BID E EUROBONUS	Alta do US\$	705.341	881.677	1.058.012
JICA	Alta do Iene	162.344	202.931	243.517

Os índices utilizados para cada cenário tem como base o número de dias a vencer para cada contrato, os valores expressos acima foram sintetizados.

As taxas foram projetada com base nas datas de liquidação final de cada instrumento financeiro; as informações foram obtidas no site da BM&F.



**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os instrumentos financeiros da Companhia. Tais valores quando de sua liquidação poderão apresentar valores diferentes dos demonstrados acima, devido as estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.

**19. RECEITA OPERACIONAL**

	<u>CONTROLADORA E CONSOLIDADO</u>	
	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Região Metropolitana de São Paulo	5.471.595	5.207.678
Sistemas regionais (i)	<u>1.764.623</u>	<u>1.631.125</u>
<b>Total</b>	<b><u>7.236.218</u></b>	<b><u>6.838.803</u></b>

(i) Compreende os municípios operados no interior e litoral do Estado de São Paulo.

**20. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS**

	<u>CONTROLADORA</u>		<u>CONSOLIDADO</u>	
	<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Custo das vendas e serviços prestados:				
Salários e encargos	1.179.603	1.027.527	1.179.603	1.027.527
Materiais gerais	142.154	135.814	142.154	135.814
Materiais de tratamento	136.722	133.154	136.722	133.154
Serviços de terceiros	552.708	443.973	552.708	443.973
Energia elétrica	483.675	457.740	483.675	457.740
Despesas gerais	45.099	36.400	45.099	36.400
Depreciação e amortização	<u>536.312</u>	<u>597.201</u>	<u>536.312</u>	<u>597.201</u>
	<u>3.076.273</u>	<u>2.831.809</u>	<u>3.076.273</u>	<u>2.831.809</u>
Despesas com vendas:				
Salários e encargos	211.804	179.197	211.804	179.197
Materiais gerais	7.600	6.159	7.600	6.159
Serviços de terceiros	204.235	131.921	204.235	131.921
Energia elétrica	739	751	739	751
Despesas gerais	63.474	60.782	63.474	60.782
Depreciação e amortização	5.219	3.875	5.219	3.875
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida das recuperações	<u>308.188</u>	<u>336.264</u>	<u>308.188</u>	<u>336.264</u>
	<u>801.259</u>	<u>718.949</u>	<u>801.259</u>	<u>718.949</u>
Despesas administrativas:				
Salários e encargos	167.239	147.034	167.506	147.087
Materiais gerais	6.201	4.579	6.211	4.581
Serviços de terceiros	154.154	112.663	154.341	112.720
Energia elétrica	1.043	1.098	1.043	1.099
Despesas gerais	268.937	247.802	268.971	247.819
Depreciação e amortização	19.155	16.728	19.158	16.728
Despesas fiscais	<u>55.013</u>	<u>48.554</u>	<u>55.018</u>	<u>48.562</u>
	<u>671.742</u>	<u>578.458</u>	<u>672.248</u>	<u>578.596</u>
Custos, despesas com vendas e administrativas:				
Salários e encargos	1.558.646	1.353.758	1.558.913	1.353.811
Materiais gerais	155.955	146.552	155.965	146.554
Materiais de tratamento	136.722	133.154	136.722	133.154
Serviços de terceiros	911.097	688.557	911.284	688.614
Energia elétrica	485.457	459.589	485.457	459.590
Despesas gerais	377.510	344.984	377.544	345.001
Depreciação e amortização	560.686	617.804	560.689	617.804
Despesas fiscais	55.013	48.554	55.018	48.562
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida das recuperações (nota 4(c(ii)) e nota 5(a)(v))	<u>308.188</u>	<u>336.264</u>	<u>308.188</u>	<u>336.264</u>
	<u>4.549.274</u>	<u>4.129.216</u>	<u>4.549.780</u>	<u>4.129.354</u>

**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

	<u>CONTROLADORA</u>		<u>CONSOLIDADO</u>	
	<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Despesas financeiras:				
Juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos - moeda nacional	390.810	423.245	390.810	423.245
Juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	61.852	71.344	61.852	71.344
Juros sobre o capital próprio (nota 16(c))	394.157	296.188	394.157	296.188
Juros sobre o capital próprio (reversão)	(394.157)	(296.188)	(394.157)	(296.188)
Outras despesas financeiras	92.788	26.212	92.793	26.212
Imposto de renda sobre remessa ao exterior	3.552	5.019	3.552	5.019
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	1.356	127.938	1.356	127.938
Outras variações monetárias	22.481	20.512	22.481	20.512
Provisões para contingências financeiras	<u>252.645</u>	<u>165.130</u>	<u>252.645</u>	<u>165.130</u>
	<u>825.484</u>	<u>839.400</u>	<u>825.489</u>	<u>839.400</u>
Receitas financeiras:				
Variações monetárias ativas	62.964	420.374	62.964	420.374
Rendimento de aplicações financeiras	73.927	62.179	74.220	62.301
Juros e outras	<u>89.598</u>	<u>88.057</u>	<u>89.598</u>	<u>88.064</u>
	<u>226.489</u>	<u>570.610</u>	<u>226.782</u>	<u>570.739</u>
Financeiras, líquidas	<u>598.995</u>	<u>268.790</u>	<u>598.707</u>	<u>268.661</u>
Variações cambiais, líquidas:				
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	(403.694)	436.157	(403.694)	436.157
Outras variações cambiais	1.028	-	1.028	-
Variação cambial ativa	<u>7.297</u>	<u>2.712</u>	<u>7.297</u>	<u>2.712</u>
	<u>(395.369)</u>	<u>438.869</u>	<u>(395.369)</u>	<u>438.869</u>

O saldo consolidado inclui despesas administrativas, no montante de R\$ 506 (2008 - R\$ 138) e financeiras líquidas no montante de R\$ 288 (2008 - R\$ 129).

**21. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS**

A composição de "outras despesas operacionais, líquida" é a seguinte:

	<u>CONTROLADORA E CONSOLIDADA</u>	
	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Outras receitas operacionais	55.689	70.280
Cofins e Pasep	<u>(4.276)</u>	<u>(5.306)</u>
	<u>51.413</u>	<u>64.974</u>
Outras despesas operacionais	<u>(90.913)</u>	<u>(1.117.958)</u>
Outras despesas operacionais líquidas	<u>(39.500)</u>	<u>(1.052.984)</u>

As outras receitas operacionais compõem-se, de vendas do ativo imobilizado, vendas de editais, indenizações e ressarcimento de despesas, multas e cauções, locação de imóveis, água de reuso, projetos e serviços do Pura e Aqualog.

As outras despesas operacionais compõem-se: (i) da baixa de bens do ativo imobilizado por obsolescência, obras desativadas, poços improdutivos, projetos economicamente inviáveis e perda do ativo imobilizado e (ii) da provisão para perdas do valor "controverso" dos benefícios e provisão referente à obrigação atuarial da Lei Estadual 4.819/58 (nota 5 (vii)).

**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008  
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

**22. RESULTADO OPERACIONAL POR SEGMENTO**

A Companhia reporta dois segmentos identificáveis: (i) sistemas de abastecimento de água; e (ii) sistemas de coleta de esgoto.

**CONTROLADORA E CONSOLIDADO**

DESCRIÇÃO	2009			2008		
	ÁGUA	ESGOTO	TOTAL	ÁGUA	ESGOTO	TOTAL
Receita bruta das vendas e serviços - varejo	3.690.723	3.069.797	6.760.520	3.503.643	2.891.036	6.394.679
Receita bruta das vendas - por atacado	332.975	21.925	354.900	314.952	16.606	331.558
Outras receitas e serviços prestados	<u>80.634</u>	<u>40.164</u>	<u>120.798</u>	<u>74.547</u>	<u>38.019</u>	<u>112.566</u>
Receita bruta das vendas e serviços	<u>4.104.332</u>	<u>3.131.886</u>	<u>7.236.218</u>	<u>3.893.142</u>	<u>2.945.661</u>	<u>6.838.803</u>
Deduções da receita bruta	<u>(286.813)</u>	<u>(218.858)</u>	<u>(505.671)</u>	<u>(277.310)</u>	<u>(209.821)</u>	<u>(487.131)</u>
Receita líquida das vendas e serviços	3.817.519	2.913.028	6.730.547	3.615.832	2.735.840	6.351.672
Custos, despesas com vendas e administrativas	<u>(3.015.724)</u>	<u>(1.533.549)</u>	<u>(4.549.273)</u>	<u>(2.717.310)</u>	<u>(1.411.906)</u>	<u>(4.129.216)</u>
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais, líquidas	<u>801.795</u>	<u>1.379.479</u>	<u>2.181.274</u>	<u>898.522</u>	<u>1.323.934</u>	<u>2.222.456</u>
Outras despesas operacionais, líquidas			<u>(39.500)</u>			<u>(1.052.984)</u>
Lucro operacional antes das participações societárias, do resultado financeiro e dos impostos			<u>2.141.774</u>			<u>1.169.472</u>

O saldo do consolidado do lucro operacional antes das participações societárias totaliza o montante de R\$ 2.141.268 (2008 - R\$ 1.169.334), sendo a diferença de R\$ 506 (2008 - R\$ 138) representada principalmente por despesas administrativas, em virtude da Sabesp ser uma empresa em fase pré-operacional em 31 de dezembro de 2009.

**23. HONORÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO**

A política de remuneração dos conselheiros e diretores da SABESP é estabelecida de acordo com as diretrizes do Governo do Estado de São Paulo, pelo Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC, baseado no desempenho, competitividade de mercado, ou outros atributos afetos à atividade da empresa, sendo sujeita à aprovação pelos acionistas em assembleia geral ordinária.

Os Diretores Estatutários têm sua remuneração limitada aos vencimentos do Governador do Estado, e a do conselho de administração corresponde ao percentual de 30% sobre a remuneração dos diretores, condicionada a participação de no mínimo uma reunião mensal.

O objetivo da política de remuneração é estabelecer paradigma de gestão privada, com o fim de incentivar a manutenção em seus quadros e recrutar profissionais dotados de competência, experiência e motivação, considerando-se o grau de eficiência de gestão atualmente exigido da Companhia.

**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008  
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

O Conselho de Administração e Diretoria Estatutária recebem, além dos honorários mensais:

**Bônus**

Com o objetivo de remunerar os Administradores das empresas nas quais o Estado é acionista controlador, como política motivacional, desde que a companhia efetivamente apure lucro em período trimestral, semestral e anual e distribua aos acionistas o dividendo obrigatório, ainda que sob a forma de juros sobre capital próprio. O valor anual não deve ultrapassar a 6 vezes a remuneração mensal da Diretoria/Conselho Administração, nem a 10% do montante total dos dividendos ou juros sobre o capital próprio pagos pela companhia, prevalecendo o que for menor.

Gratificação anual: equivalente a um honorário mensal, calculado *pro rata temporis*, no mês de dezembro de cada ano.

O objetivo da gratificação é estabelecer uma similaridade com o décimo terceiro salário do regime trabalhista dos empregados da Companhia, uma vez que o vínculo mantido com a Companhia é de natureza estatutária.

Benefícios: somente para os Diretores Estatutários - vale refeição, cesta básica, assistência médica, descanso anual, com característica de licença remunerada, de 30 dias corridos, com pagamento de adicional correspondente a um terço dos honorários mensais.

O montante de remuneração pago pela Companhia a seus Conselheiros de Administração e aos Diretores montou em R\$ 2.606 e R\$ 2.444 nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, respectivamente. Um montante adicional de R\$ 856, referente ao programa de Bônus, foi provisionado no período de Janeiro a Dezembro de 2009.

**24. COMPROMISSOS**

**(i) Aluguéis**

Os aluguéis operacionais, administrativos e de instalações já contratados requerem os pagamentos mínimos como segue:

2010	7.445
2011	3.555
2012	947
<b>TOTAL</b>	<b><u>11.947</u></b>

As despesas com aluguéis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008 foram de R\$ 9.432 e R\$ 8.516, respectivamente. Os valores referem-se as seguintes contas, aluguel de imóveis, aluguel de máquinas e equipamentos, aluguel de equipamentos de informática e aluguel de máquinas copiadoras.

**(ii) Contratos de demanda firme**

A Companhia apresenta contratos de longo prazo de compromisso firme junto a fornecedores de energia elétrica. Os principais valores de contratos dessa modalidade são apresentados como segue:

2010	215.242
2011	156.794
2012	128.965
2013	8.000
2014	369
2015	52
<b>TOTAL</b>	<b><u>509.422</u></b>

As despesas com energia elétrica para o exercício findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008 foram de R\$ 485.766 e R\$ 459.880, respectivamente. Desses valores R\$ 485.766 (R\$ 459.880 em 2008) foram contabilizados em despesa e R\$ 310 (R\$ 291 em 2008) em investimentos.

**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

**25. CONTRATUALIZAÇÃO COM O MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**

Em 14 de novembro de 2007, a Companhia e o Município de São Paulo (as Partes) assinaram um Convênio que visa estabelecer condições para garantir a estabilidade na prestação de serviços públicos de saneamento básico e ambiental na Cidade de São Paulo, cujos principais pontos são:

1. As Partes assumiram o compromisso de estabelecer ações de saneamento básico e ambiental, complementares às ações do Município de São Paulo, investindo na implantação e continuidade de programas, tais como: Programa Córrego Limpo e Programa de Uso Racional da Água – PURA, cujo objetivo é garantir a redução do consumo de água nas unidades públicas, assegurando o abastecimento de água e a qualidade de vida da população;

2. A partir de 14 de novembro de 2007, data de celebração do Convênio, a totalidade dos valores pagos pelo Município de São Paulo à Sabesp, referentes aos órgãos da administração direta, autarquias e fundações, descontados os tributos incidentes, será destinada à realização de ações em saneamento básico e ambiental no Município;

3. O Município assumiu o compromisso de retomar o pagamento das contas e faturas de consumo corrente emitidas pela Sabesp, a partir de 14 de novembro de 2007, data da assinatura deste Convênio;

Em 11 de fevereiro de 2008 foi assinado o Primeiro Aditivo ao Convênio com o Município de São Paulo. As Partes resolveram prorrogar o prazo, por igual período, para que as mesmas concluam os entendimentos necessários ao equacionamento de suas pendências financeiras e a elaboração das minutas do Convênio, Contrato e do Projeto de Lei Autorizativa;

Em 9 de maio de 2008 foi assinado o Segundo Aditivo ao Convênio, prorrogando o prazo por igual período e prevendo renovações automáticas, por iguais períodos, em não havendo manifestação das partes em sentido contrário;

Em 29 de agosto de 2008 a Prefeitura Municipal de São Paulo encaminhou o Projeto de Lei nº 558/08 à Câmara Municipal de São Paulo. A aprovação desta lei municipal autorizará o poder executivo a celebrar Convênio e Contrato, com o Estado de São Paulo, com a Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo – ARSESP e com a Sabesp;

Em 22 de dezembro de 2008 foi assinado o Terceiro Aditivo ao Convênio, no qual as Partes resolveram: i – alterar o prazo para o pagamento, pelo Município, do saldo credor favorável à Sabesp, após o encontro de contas; ii – adotar o mesmo critério que a Sabesp irá utilizar para calcular o ajuste a valor presente do saldo credor favorável à Sabesp para deflacionar o desconto negocial acordado no Convênio; iii – inserir no Convênio cláusula autorizando a Sabesp a promover desapropriações. Ainda em dezembro de 2008, o Projeto de Lei Municipal nº 558/08 foi aprovado em primeira votação;

Em março de 2009 a Câmara Municipal de São Paulo realizou audiência pública para debater o Projeto de Lei Municipal nº 558/08;

Em 18 de junho de 2009 o Executivo Municipal sancionou a Lei 14.934, decretada na sessão de 03 de junho de 2009, decorrente do Projeto de Lei 558/08.

Em 06 de agosto de 2009 foi assinado o Quarto Aditivo ao Convênio, incluindo às ações de saneamento básico ambiental a canalização dos Córregos CEU Uirapuru, Curtume e Tiburtino.

Em 08 de fevereiro de 2010 foi realizada audiência pública para apresentação do Plano Municipal de Saneamento Básico e do Convênio, a ser celebrado entre o Estado de São Paulo e o Município de São Paulo, com a interveniência e anuência da ARSESP e da Sabesp;

Em 10 de março de 2010 foi realizada audiência pública para apresentação do Contrato de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, a ser celebrado entre o Estado de São Paulo, o Município de São Paulo e a Sabesp, com a interveniência e anuência da ARSESP;

Atualmente, o Estado, o Município e a Sabesp trabalham na finalização dos ajustes necessários à celebração dos instrumentos supra-citados.

**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

(a) 11ª Emissão de debêntures

Encontra-se em processo de estruturação a 11ª emissão de debêntures simples da companhia. Em 22 de fevereiro de 2010, foi protocolado na Anbima – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, na forma da Instrução CVM nº 471, de 8 de agosto de 2008, o pedido de análise prévia do registro da oferta pública da 11ª Emissão de Debêntures (“11ª Emissão”) no montante de R\$ 900.000.000,00 (novecentos milhões de reais), em duas séries, sendo a primeira série no montante de R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais) e prazo de vencimento de 5 (cinco) anos e a segunda série no montante de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) e prazo de vencimento de 3 (três) anos. A 11ª Emissão será objeto de registro na CVM, sujeitando-se, para efeito de distribuição pública, às condições de mercado.

(b) Acordo Gesp

Conforme mencionado na Nota 5, e dando continuidade às ações visando recuperar o crédito que a Administração entende como devido pelo Governo do Estado, relativo às divergências acerca do reembolso dos benefícios de complementação de aposentadoria e pensões pagas pela Companhia, cujo valor provisionado é de R\$ 471.591 e provisão para passivo atuarial de R\$ 518.027 em 31 de dezembro de 2009, a Sabesp endereçou, em 24 de março de 2010, mensagem ao Acionista Controlador, encaminhando ofício deliberado pela Diretoria Colegiada, propondo ação arbitral de comum acordo, a ser encaminhada à Câmara Arbitral da Bovespa.

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os membros do Conselho Fiscal da COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO – **SABESP**, abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras consolidadas, do Relatório Anual da Administração e da Proposta da Administração para Destinação do Resultado, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2009 e, com base em análises efetuadas, em esclarecimentos adicionais prestados pela Administração, inclusive pelo Comitê de Auditoria, considerando, ainda, o Parecer dos Auditores Independentes da PricewaterhouseCoopers, datado de 25 de março de 2010, em especial o(s) parágrafo(s) 3, 4 e 5, concluíram que os documentos analisados, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, motivo pelo qual opinam pelo seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

São Paulo, 25 de março de 2010.

MARIA DE FÁTIMA ALVES FERREIRA

EMILIA TICAMI

SANDRA MARIA GIANNELLA

ATÍLIO GERSON BERTOLDI

ALEXANDRE LUIZ OLIVEIRA DE TOLEDO



## **Parecer dos auditores independentes**

Aos Administradores e Acionistas  
Companhia de Saneamento Básico do  
Estado de São Paulo - SABESP

- 1 Examinamos os balanços patrimoniais da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP ("Companhia") e os balanços patrimoniais consolidados da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP e sua controlada em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado da Companhia e as correspondentes demonstrações consolidadas do resultado, dos fluxos de caixa e do valor adicionado dos exercícios findos nessas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras.
- 2 Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos das Companhias; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
- 3 Somos de parecer que as referidas demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP e da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP e sua controlada em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 e o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido, os fluxos de caixa e o valor adicionado, bem como o resultado consolidado das operações, os fluxos de caixa e os valores adicionados consolidados referentes aos exercícios findos nessas datas, de



Companhia de Saneamento Básico do  
Estado de São Paulo - SABESP

acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

- 4 Conforme mencionado na Nota 5, a Companhia e o Governo do Estado de São Paulo celebraram instrumento para liquidação do valor denominado incontroverso, referente ao reembolso de complementação de aposentadoria e pensão, pagos pela Companhia em nome e à conta do Governo do Estado de São Paulo. A realização desse ativo poderá eventualmente ser influenciada: (a) pela resolução de incertezas jurídicas causadas por ação pública e da autorização legislativa relativas à transferência dos reservatórios para a Companhia, no montante de R\$ 696.283 mil e (b) pelo recebimento financeiro dos demais valores, no montante de R\$ 226.868 mil.
- 5 Conforme mencionado na Nota 25, foram firmados alguns acordos entre a Prefeitura do Município de São Paulo e a Companhia, buscando o equacionamento dos débitos existentes em contexto que envolve simultaneamente a estabilidade na prestação dos serviços e o estabelecimento de ações de saneamento. Em razão do atual estágio das negociações entre a Companhia e o Município de São Paulo, a administração tem a expectativa de que nenhum ajuste será necessário aos correspondentes valores incluídos nas demonstrações financeiras. Dessa forma, nenhum ajuste foi consignado nas demonstrações financeiras.

São Paulo, 25 de março de 2010

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

Paulo Cesar Estevão Netto  
Contador CRC 1RJ026365/O-8 "T" SP

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

---

## **ANEXO VIII**

- Demonstrações Financeiras da Emissora relativas aos Exercícios Sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 2007, com o respectivo Parecer dos Auditores Independentes e Relatório da Administração

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



**Balanco 2008**

**Diretoria Econômica-Financeira - F**  
**Superintendência de Contabilidade - FC**

## Índices do Balanço

Relatório da Administração	01 a 50
Balanços Patrimoniais	51
Demonstrações dos Resultados	52
Mutações do Patrimônio Líquido	53
Fluxo de Caixa	54
Demonstrações dos Valores Adicionados	55
Notas Explicativas	56 a 107
Parecer do Conselho Fiscal	108
Parecer da Auditoria	109 a 111

*Relatório da Administração*  
*Sabesp 2008*  
*Final*  
*27 de março de 2009*

---

## Sumário

<b>MENSAGEM DO PRESIDENTE.....</b>	<b>3</b>
<b>1 A SABESP .....</b>	<b>6</b>
1.1 ACELERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS RUMO À UNIVERSALIZAÇÃO .....	10
1.2 ESTABILIDADE CONTRATUAL E DE MERCADO .....	15
1.3 EQUACIONAMENTO FINANCEIRO .....	17
1.4 MODERNIZAÇÃO CORPORATIVA .....	19
1.5 REPOSICIONAMENTO DA SABESP DIANTE DO NOVO MARCO REGULATÓRIO.....	22
1.6 GOVERNANÇA CORPORATIVA .....	27
1.7 DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO .....	30
<b>2. GESTÃO AMBIENTAL.....</b>	<b>38</b>
<b>3. RESPONSABILIDADE SOCIAL.....</b>	<b>43</b>



## Mensagem do Presidente

A Sabesp deu passos importantes em 2008 para se adaptar aos desafios e oportunidades trazidos pelo novo marco regulatório, fortalecendo-se como uma empresa de soluções ambientais, eficiente e competitiva. Com o empenho de todos os funcionários, foi atingida grande parte das metas propostas. Cinco avanços merecem destaque.

Em primeiro lugar, a aceleração de investimentos rumo à universalização dos serviços foi notável. Em 2008, foi investido R\$ 1,7 bilhão, o maior volume dos últimos 10 anos. No biênio 2007-08, os investimentos somaram cerca de R\$ 2,6 bilhões, mais que o dobro do realizado no período 2003-04 e 65% maior do que no biênio 2005/06.

A aceleração dos investimentos é essencial para ampliar o atendimento, em linha com as novas diretrizes estratégicas da empresa. A nova visão da Sabesp estabelece como objetivo para 2018 *"ser reconhecida como a empresa que universalizou os serviços de saneamento em sua área de atuação, com foco no cliente, de forma sustentável e competitiva, com excelência em soluções ambientais"*.

Para concretizar sua visão, a Companhia tem trabalhado firmemente na ampliação da coleta e do tratamento de esgotos, na despoluição do Tietê e dos demais rios e córregos de São Paulo, na melhoria da balneabilidade das praias, na preservação dos mananciais e na promoção do uso racional dos recursos hídricos. Os avanços alcançados traduzem o compromisso da Sabesp com o desenvolvimento e a sustentabilidade.

Em 2008 foram realizadas 189 mil ligações de água e 155 mil ligações de esgoto, o que equivale a incluir na rede de atendimento da Sabesp uma cidade como São José dos Campos, de aproximadamente 600 mil habitantes. O avanço em termos de tratamento dos esgotos coletados foi ainda mais significativo. A cobertura foi elevada de 63% em 2006 para 66% em 2007 e 72% em 2008, um aumento suficiente para incorporar à estrutura de tratamento de esgoto uma cidade como Guarulhos, de aproximadamente 1,25 milhão de habitantes, por ano. A meta para 2009 é manter a universalização no abastecimento de água, elevar o índice de coleta de esgoto para 80% e o tratamento dos esgotos coletados para 74%.

Este trabalho está integrado a um esforço global para atingir as metas do milênio estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU). No campo da sustentabilidade ambiental, a ONU definiu como objetivo até 2015 reduzir pela metade a percentagem da população privada de acesso à água potável e ao saneamento básico. A Sabesp está indo além, caminhando a passos acelerados para universalizar os serviços nos municípios em que atua.

Além disso, os investimentos também possibilitaram reduzir as perdas de água em quatro pontos percentuais, caindo de 31,9% do faturamento em 2006 para 27,7% em 2008. Essa redução equivale a poupar água suficiente para incorporar uma cidade de 1,2 milhão de habitantes na rede de atendimento. O aumento na eficiência reduz o consumo de recursos hídricos, materiais de tratamento de água e energia elétrica. Só para se ter uma idéia, a economia realizada com redução de perdas levou a uma produção de água menor em 2008 do que em 2007, a despeito da ampliação no número de ligações e do crescimento populacional.

Em segundo lugar, a estabilização contratual e de mercado avançou. Ao longo do ano, 58 leis autorizadas foram aprovadas pelas Câmaras Municipais, possibilitando a renovação das concessões em 53 municípios. Dessa forma, a empresa concluiu o ano com 160 contratos de programa firmados e se prepara para firmar outros 70 contratos em 2009. O processo de

renovação contratual permite identificar as principais necessidades de cada município e incorporá-las ao planejamento de investimentos da empresa.

Em terceiro lugar, importantes pendências financeiras foram solucionadas. O principal destaque foi a celebração do Terceiro Aditamento ao acordo com o Governo do Estado de São Paulo que garantiu equacionamento de dívidas pendentes há vários anos entre as partes. No relacionamento com a Prefeitura de São Paulo, o grande destaque foi o restabelecimento do fluxo de pagamentos das contas da municipalidade. A inadimplência caiu de uma média de 85% nos 3 anos anteriores para 5% em 2008.

Em quarto lugar, está em curso na Sabesp um amplo processo de modernização corporativa. Entre os avanços está o aprimoramento do planejamento estratégico, que intensificou o foco dos empregados em metas e resultados, e a implantação do sistema de gestão por valor agregado (GVA), que aumentará a eficiência da aplicação dos recursos produtivos da Companhia.

Merece atenção especial o processo de adequação de quadros, iniciado em 2008. Atendendo à determinação do Ministério Público Estadual, a Sabesp assinou um Termo de Ajustamento de Conduta para o desligamento de todos os funcionários aposentados pelo INSS. Como o momento é de ampliação da capacidade da empresa, será fundamental recompor o quadro de pessoal através do recrutamento de novos talentos. Em 2009, a Sabesp realizará o primeiro concurso abrangente desde 2001 para ocupar 1.771 vagas nos vários municípios operados no Estado de São Paulo.

A geração de profissionais que ingressará na Sabesp mediante o concurso terá o privilégio de aprender com a equipe competente e dedicada que construiu a maior empresa de saneamento da América Latina e uma das maiores do mundo. Com o quadro recomposto, a Sabesp terá condições de enfrentar os próximos desafios e ampliar suas fronteiras e áreas de atuação.

Em quinto lugar, a empresa deu importantes passos no sentido de reposicionar-se estrategicamente frente ao novo marco regulatório. Após a criação da área de meio ambiente em 2007, foi criada a área de assuntos regulatórios, com o objetivo de fomentar a adoção das melhores práticas de regulação e disseminar a cultura regulatória na empresa.

Adicionalmente, houve expressivo avanço na criação da área de novos negócios, cujo papel é avaliar oportunidades em outros mercados e em novos setores. Ao longo do ano, a Sabesp realizou a primeira sociedade com o setor privado para tratar esgotos em Mogi Mirim, firmou três termos de cooperação com empresas estaduais para intercâmbio de tecnologia e negociou o primeiro acordo internacional com a empresa AYA da Costa Rica.

Também foram dados passos importantes para a criação de uma área de P&D&I. O objetivo desta nova divisão será organizar e expandir os esforços da empresa em pesquisa e inovação, um ingrediente fundamental para o aumento da eficiência e da competitividade. Os temas de pesquisa foram selecionados levando em conta a minimização do impacto ambiental de nossas atividades no que tange ao consumo de energia, redução de perdas e desenvolvimento de tecnologias sustentáveis de disposição de lodo.

Em paralelo, a plataforma Sabesp Soluções Ambientais, lançada em 2007, apresentou seus primeiros resultados. Foram assinados 54 novos contratos de demanda firme com os grandes clientes, número de contratos superior ao total do período 2003-06. A Sabesp também lançou

os serviços de medição individualizada e de telemedicação, respondendo a uma antiga demanda dos condomínios residenciais.

Ainda vale ressaltar os nossos esforços para melhorar os serviços nas comunidades de maior vulnerabilidade social. Em parceria com a Prefeitura de São Paulo, a Sabesp tem se engajado em um amplo programa de despoluição de córregos, de urbanização de favelas e construção de parques, contribuindo para melhorar a qualidade de vida da cidade. Além disso, foram realizados 30 encontros com os líderes comunitários para solucionar as demandas da população.

Os esforços para ampliar e melhorar os serviços foram percebidos por grande parte dos nossos 26 milhões de clientes. O resultado da pesquisa de satisfação mostrou que 80% estão satisfeitos com os serviços prestados. Tivemos ainda uma redução de 57% no número de reclamações fundamentadas feitas ao Procon, refletindo a melhoria do atendimento em nossos Serviços de Atendimento ao Cliente e Ouvidoria.

Todos os avanços verificados ocorreram em um ano marcado por uma importante alteração do ambiente econômico. No último trimestre de 2008 a economia brasileira registrou queda de 3,6% em relação ao trimestre anterior. O ano de 2009 será, portanto, duplamente desafiador para a Sabesp. Não bastasse o nível ambicioso das metas, elas deverão ser perseguidas em um contexto econômico adverso, especialmente no tangente à disponibilidade de crédito.

O objetivo da Sabesp é avançar em seu programa de trabalho, mantendo o atual patamar de R\$ 1,7 bilhão em investimentos a despeito dos efeitos da crise. A Sabesp está implementando um conjunto de ações de ajuste, que inclui redução de despesas correntes, aceleração do plano de otimização de imóveis, suspensão de reformas e obras não prioritárias, entre outras providências.

Os investimentos em saneamento têm impactos positivos sobre a saúde pública, o meio-ambiente e a geração de empregos. Em linha com as diretrizes do governo José Serra, a Sabesp preservará seu plano de investimentos, contribuindo para o desenvolvimento econômico e ambiental do Estado de São Paulo.

**Gesner Oliveira**  
Presidente da Sabesp

## 1 A Sabesp

A Sabesp oferece serviços de saneamento a 366 dos 645 municípios do Estado de São Paulo, fornece água no atacado para seis municípios permissionários<sup>1</sup> e trata esgotos de cinco deles, atendendo mais de 26 milhões de cidadãos - 67% da população urbana do Estado. A Sabesp é uma empresa de economia mista e tem como principal acionista o Governo do Estado de São Paulo. A Empresa abriu seu capital em 1994, possui 100% de ações ordinárias e em 2002 tornou-se a primeira empresa de economia mista a aderir ao Novo Mercado da BM&FBovespa, o segmento de mais alto nível de governança corporativa do Brasil. Simultaneamente, passou a ter sua ação listada na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE).

As importantes transformações na regulação do setor de saneamento ocorridas em 2007 geraram novos desafios e oportunidades para a Sabesp. O novo marco regulatório consolidou a integração entre os investimentos da prestadora de serviços e as prioridades estabelecidas pelo titular dos serviços, tornou a prestação de contas mais efetiva e transparente e aumentou a segurança para investimentos.

Além de atuar na prestação de serviços de saneamento básico no Estado de São Paulo, a Sabesp está habilitada para exercer estas atividades em outros estados e países. Pode ainda atuar nos mercados de drenagem urbana, serviços de limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e energia.

Diante de tantas mudanças, a Sabesp passou em 2008 por um processo de aprimoramento do planejamento estratégico, com foco em metas e resultados de curto e longo prazo e maior integração com o orçamento. O Conselho de Administração aprovou as cinco novas diretrizes estratégicas da Empresa e foram redefinidas a missão e a visão da Empresa, que estão descritas no quadro 1.

As cinco novas diretrizes estratégicas estabelecidas para a Empresa são:

### ***Soluções ambientais***

Incorporar na dinâmica de atuação da Empresa, o foco em Soluções Ambientais. Esta incorporação inclui a implementação de políticas voltadas para a sustentabilidade ambiental, o fortalecimento do compromisso com o meio ambiente perante a sociedade e a ampliação da plataforma de soluções ambientais.

---

<sup>1</sup> Municípios permissionários são aqueles para os quais a Sabesp presta parte dos serviços que compõem o ciclo do saneamento. Com relação à água tratada, a venda é feita no atacado e o município é responsável pela distribuição. No caso do esgoto, o município faz a coleta e a Sabesp oferece o serviço de tratamento.

### ***Universalização e qualidade***

Universalizar os serviços de abastecimento de água e de afastamento e tratamento de esgotos até 2018 em todos os municípios onde a Sabesp é concessionária no Estado de São Paulo, buscando excelência na qualidade dos produtos e serviços oferecidos.

### ***Crescimento com sustentabilidade***

Buscar o crescimento da Empresa com a garantia de sustentabilidade econômico-financeira em um cenário onde as demais diretrizes são totalmente implementadas a partir de medidas para o aumento da eficiência operacional, como combate às perdas de água e uso eficiente de insumos e a adequada gestão de receitas, despesas, ativos e passivos, de forma a gerar recursos para garantir os investimentos necessários.

### ***Pró-atividade nos relacionamentos externos***

Adotar iniciativa no desenvolvimento e manutenção de relacionamentos éticos e harmoniosos com clientes, municípios, agentes de controle e regulação, acionistas, financiadores, parceiros da cadeia de suprimentos, entidades da sociedade civil e demais agentes.

### ***Integração e inovação***

Aumentar a produtividade da Companhia, a partir da maior integração de processos, compartilhamento de recursos e estruturas e foco em inovação. Esta diretriz inclui reestruturar a Empresa nos setores em que se fizer necessário, capacitando-a para os novos desafios e premiando o desempenho. Inclui também o fomento ao desenvolvimento contínuo dos recursos humanos de maneira aderente ao planejamento estratégico e promove a disseminação do conhecimento e da evolução tecnológica.

Quadro 1 - Missão e Visão aprimoram o foco e facilitam a comunicação	
Missão	"Prestar serviços de saneamento, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente"
Visão	"Em 2018... Ser reconhecida como Empresa que universalizou os serviços de saneamento em sua área de atuação, com foco no cliente, de forma sustentável e competitiva, com excelência em soluções ambientais"

A Sabesp foi incluída no Pacto Global (programa da ONU que reúne os maiores grupos voluntários de responsabilidade social do mundo, credenciados a atuarem em uma extensa rede internacional em prol da sustentabilidade, inclusão social e cidadania corporativa) e segue fazendo parte do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa (carteira que inclui em sua listagem apenas as empresas que apresentam alto grau de comprometimento com a sustentabilidade e a responsabilidade social). Além disso, a Companhia recebeu diversos prêmios em 2008, entre os quais pode-se destacar:

- ◆ Prêmio Panamericano de Desenvolvimento Sustentável "Luis Wannoni Lander", premiação internacional de sustentabilidade concedida ao Projeto Tietê, gerenciado pela Sabesp;
- ◆ Prêmio de Excelência Empresarial, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que elegeu a Sabesp a melhor empresa do setor de saneamento do Brasil;
- ◆ Prêmio Balanço Anual, concedido pela Gazeta Mercantil, que elegeu a Sabesp como a melhor empresa no setor "Saneamento e Limpeza";
- ◆ Prêmio Paulista da Qualidade de Gestão (PPQG) - Nível III - Troféu Governador do Estado de Excelência da Gestão - Categoria Empresa de Economia Mista, pelo modelo da gestão Sabesp;
- ◆ Prêmio Nacional de Qualidade em Saneamento (PNQS) – Níveis I, II e III;
- ◆ Prêmio Anefac-Fipecafi-Serasa (Troféu Transparência) - Categoria Capital Aberto, pela transparência contábil de seu balanço;
- ◆ Prêmio Gestão Banas de Qualidade, pelo seu elevado grau de desenvolvimento e comprometimento com o sistema de qualidade.
- ◆ Prêmio *E-Learning Brasil*, categoria *Corporativa Star* à Universidade Empresarial Sabesp, pelo trabalho desenvolvido na área de educação à distância;
- ◆ Prêmio Ser Humano – Qualidade de Vida, pelo Programa de Atendimento e Recuperação do Empregado (Pare);
- ◆ Selo Ouro: Ambiente Livre do Tabaco, por suas ações no controle do tabagismo dentro da empresa;
- ◆ Prêmio 19 de Março, na categoria Inovação, pela criação de rotinas e regras de negócio inovadoras adotadas no Sistema Pregão Eletrônico;
- ◆ Prêmio Excelência em Governo Eletrônico, na categoria G2B – Governo para Negócios para Sistema de Gerenciamento de Licitações;
- ◆ Prêmio Ti & Governo, na categoria e-Administração Pública para o Projeto Banco de Preços Referenciais para Materiais;



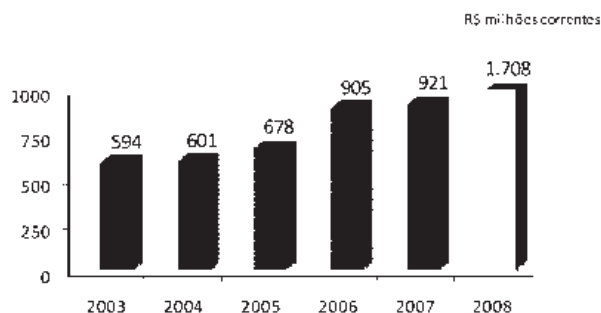
## 1.1 Aceleração dos investimentos rumo à universalização

Para cumprir sua missão e alcançar sua visão, a Sabesp contempla no seu plano de investimentos entre 2009 e 2013 cerca de R\$ 8,6 bilhões em programas estruturantes. Em 2008, a Sabesp realizou R\$ 1,7 bilhão de investimentos, detalhados no Quadro 3.

Quadro 3 - Investimento realizado em 2008 (R\$ milhões)			
	Água	Esgoto	TOTAL
Região Metropolitana de São Paulo	433	353	786
Sistemas Regionais (Interior e Litoral)	170	752	922
<b>TOTAL</b>	<b>603</b>	<b>1.105</b>	<b>1.708</b>

No biênio 2007-08, o investimento da Sabesp somou cerca de R\$ 2,6 bilhões, o que representa mais que o dobro do montante investido no período 2003-04 e também um crescimento de cerca de 65% em relação ao biênio 2005-06. O Quadro 4 mostra a evolução histórica dos investimentos e o quadro 5 traz a previsão para o período 2009 – 2013.

Quadro 4 – Evolução do Investimento realizado



*Obs: 2003 – não inclui a transferência dos serviços de saneamento do Município de São Bernardo do Campo (R\$ 415 milhões)*

*2008 – não inclui os compromissos assumidos com os contratos de programa (R\$ 253 milhões)*



Quadro 5 - Plano de investimentos (R\$ milhões)						
	2009	2010	2011	2012	2013	2009-2013
Água	577	590	664	653	668	3.152
Esgotos	860	948	835	867	827	4.337
Outros	214	213	254	228	231	1.139
<b>TOTAL</b>	<b>1.650</b>	<b>1.750</b>	<b>1.753</b>	<b>1.748</b>	<b>1.725</b>	<b>8.627</b>

O Quadro 6 apresenta o resultado de 2008 e a síntese das metas operacionais para o período 2009-2018:

Quadro 6 - Realizado 2008 e Metas 2009-2018							
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2018
Novas Ligações de Água (mil)	189	159	158	149	159	159	787 *
Abastecimento de Água	Tende à universalização						
Perdas de Água (%)	28	26	24	22	21	20	14
Novas Ligações de Esgoto (mil)	155	160	225	179	167	154	915 *
Coleta de Esgoto (%)	79	80	81	82	83	85	90
Tratamento de Esgotos Coletados (%)	72	74	78	81	84	88	100

\* meta acumulada de 2014 a 2018

O Quadro 7 apresenta as novas ligações de água e esgoto executadas em 2008, bem como a população beneficiada por essas ligações.

Quadro 7 - Ligações de água e esgoto executadas e população beneficiada				
		RMSP	Sistemas Regionais (Interior e Litoral)	Total
<b>Água</b>	Número de novas ligações (1)	119,2	70,2	189,4
	População atendida (2)	350	180	530
<b>Esgoto</b>	Número de novas ligações (1)	85,9	68,8	154,7
	População atendida (2)	360	210	570

(1) em milhares de unidades  
(2) em milhares de habitantes

A universalização nos próximos dez anos demandará um nível elevado de investimentos durante todo o período. Para que a meta seja alcançada, a Sabesp está aprimorando seus programas estruturantes, que contribuem para a maior consistência e foco dos investimentos, além de facilitar o acesso a financiamentos de longo prazo e custo mais baixo junto a bancos oficiais nacionais e estrangeiros.

### ***Programas estruturantes***

#### ***Redução de Perdas de Água***

O objetivo do programa corporativo de redução de perdas de água é obter uma diminuição mais acelerada e consistente das perdas a partir da integração e ampliação das iniciativas existentes nas Unidades de Negócio. A estruturação do programa foi iniciada no segundo semestre de 2007 e finalizada em 2008. O programa prevê investimentos de cerca de R\$ 3,0 bilhões, possui horizonte de 11 anos (2009-2019) e tem como meta reduzir o índice de perdas de 432 litros/ligação x dia (em dez/2008) para 211 litros/ligação x dia em 2019, o que equivale a reduzir o índice de perdas de água de 27,7% (em dez/2008) para 13% em 2019, número compatível com os padrões internacionais.

#### ***Onda Limpa***

O programa Onda Limpa ampliará o serviço de coleta e tratamento de esgoto para toda a Baixada Santista. Serão três milhões de pessoas beneficiadas, entre população fixa e flutuante. O programa prevê investimentos de R\$ 1,2 bilhão e, até 2011, elevará de 54% para 95% o índice de coleta de esgotos e tratará 100% dos esgotos coletados, o que significa uma mudança no patamar de saneamento da região, possibilitando:

- ◆ reduzir o número de internações por doenças de veiculação hídrica;
- ◆ reduzir os índices gerais de mortalidade, especialmente o de mortalidade infantil;
- ◆ despoluir rios e canais;
- ◆ recuperar a balneabilidade de 82 praias, distribuídas nos 162,5 km da região;
- ◆ incentivar o turismo, a geração de empregos e renda na Baixada Santista.

Em 2008, foram iniciadas obras em três lotes do programa. Assim, os oito lotes do Onda Limpa estão em andamento, sendo que 35% das obras de todo o programa já foram realizadas.

#### ***Onda Limpa Litoral Norte***

O programa Onda Limpa Litoral Norte ampliará a coleta e o tratamento de esgoto no litoral norte de São Paulo, beneficiando 600 mil pessoas. Até 2015, o programa elevará o índice de coleta e tratamento de esgoto da região de 36% para 85%, gerando melhoria na saúde e bem estar da população, além de estimular o desenvolvimento econômico ao possibilitar o incremento do turismo na região.

Os principais avanços do programa em 2008 foram a inauguração da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Porto Novo em Caraguatatuba e o início das obras do emissário submarino de Ilhabela e de sistemas de esgotamento sanitário em São Sebastião e Caraguatatuba. Em 2009, está prevista a conclusão de sistemas de esgotamento sanitário em Ubatuba, Caraguatatuba e Ilhabela. O investimento total no programa será de R\$ 260 milhões.

#### ***Água do Litoral***

Este programa constitui o principal conjunto de ações de longo prazo para ampliação da capacidade de produção de água em todo o Litoral de São Paulo. Serão mais de quatro milhões de pessoas beneficiadas nos municípios de Ubatuba, São Sebastião, Ilhabela, Caraguatatuba, Peruíbe, Itanhaém, Mongaguá, Praia Grande, São Vicente, Cubatão, Santos, Guarujá, Bertioga, Cananéia, Iguape e Ilha Comprida. Com o programa, será possível elevar o nível de confiabilidade dos sistemas, eliminando a falta de água e intermitências existentes e potenciais. Será possível também ampliar o índice de atendimento, atingindo universalização na Baixada Santista e garantindo a disponibilidade de água tratada à população residente e também ao fluxo de turistas, além de melhorar a qualidade da água oferecida à população. O investimento total no programa é de R\$ 1,1 bilhão até 2013.

#### ***Projeto Tietê***

O Projeto Tietê tem como objetivo a melhoria da qualidade da água da bacia do Rio Tietê na Região Metropolitana de São Paulo, por meio da ampliação da infra-estrutura de coleta, afastamento e tratamento de esgoto. Iniciado em 1992, o Projeto Tietê envolve investimentos da ordem de US\$ 2,5 bilhões distribuídos ao longo de 23 anos.

A 1ª e a 2ª etapa do programa colaboraram para que a coleta dos esgotos produzidos na Região Metropolitana de São Paulo subisse de 70% para 84%, e o tratamento dos esgotos coletados saltasse de 24% para 70%.

Em 2008, a 2ª etapa do projeto teve seu programa original concluído, cumprindo todas as metas inicialmente estabelecidas. O principal avanço foi a conclusão das interligações do sistema Pinheiros, que possibilitou o encaminhamento de cerca de 2.500 l/s de esgoto para a estação de tratamento Barueri.

Dando início à 3ª etapa do projeto, foi lançado o primeiro bloco de editais em dezembro de 2008. Para 2009, está prevista a contratação das obras que foram objeto dos editais de dezembro e que incluem 205 km de coletores tronco e 400 km de redes coletoras.

#### ***Programa Metropolitano de Água***

O Programa Metropolitano de Água (PMA) tem como objetivo garantir a disponibilidade de água tratada na Região Metropolitana de São Paulo e compreende obras de ampliação da infra-estrutura de reservação, produção e distribuição de água. A infra-estrutura de reservação será ampliada em 210.000 m³ e serão construídas 44 estações elevatórias de água e 240 km de adutoras. O investimento alcançará R\$ 2,7 bilhões e as obras expandirão a capacidade de

produção e distribuição de água em 20%, fazendo-a crescer de 66 m<sup>3</sup>/s para cerca de 80 m<sup>3</sup>/s. As primeiras ações do PMA foram iniciadas em 2006 e o programa se estenderá até 2014.

Em 2008, o destaque do PMA foi a estruturação da parceria público-privada (PPP) do Alto Tietê, cujo objetivo é a ampliação da produção da Estação de Tratamento de Água (ETA) Taiaçupeba, de 10 m<sup>3</sup>/s para 15 m<sup>3</sup>/s. As obras da parceria foram iniciadas no primeiro trimestre de 2009 e deverão durar dois anos.

#### **Vida Nova**

O programa Vida Nova inclui o Programa Mananciais e outros projetos voltados para a melhoria e preservação dos reservatórios de água da Região Metropolitana de São Paulo e o desenvolvimento urbano nessas regiões, em especial em torno dos mananciais Guarapiranga e Billings. A maior parte dos recursos será investida na criação de infra-estrutura para coletar o esgoto produzido na região e encaminhá-lo para estações de tratamento, evitando que seja despejado diretamente nos mananciais. O programa inclui ainda ações de proteção de áreas verdes e de urbanização de favelas e beneficiará diretamente 45 mil famílias.

Ao todo, o programa reúne investimentos de aproximadamente R\$ 1,2 bilhão do Governo do Estado, municípios da região e Governo Federal. A participação da Sabesp totaliza R\$ 300 milhões. O Vida Nova é coordenado pela Secretaria de Saneamento e Energia e conta com ações da Sabesp, CDHU e municípios da região.

#### **Córrego Limpo**

O programa Córrego Limpo é resultado de uma parceria entre o Governo do Estado, por meio da Sabesp, e a Prefeitura de São Paulo, cujo objetivo é reverter a situação de degradação dos córregos na cidade de São Paulo. O cronograma total prevê que 300 córregos estejam despoluídos num período de dez anos, sendo 100 até 2010. Na primeira fase, finalizada em março/2009, foram investidos R\$ 200 milhões em 42 córregos, sendo que destes, 16 foram despoluídos em 2008. Na segunda fase, serão mais R\$ 241 milhões a serem investidos em 58 córregos. Dos R\$ 441 milhões investidos nesse período, R\$ 311 milhões estarão a cargo da Sabesp.

O programa inclui também um Projeto de Educação Ambiental junto à população para conscientizar as pessoas sobre a importância de não depositar lixo e entulho nas ruas ou nos córregos, conectar-se à rede de esgotos e cuidar das instalações residenciais. Adicionalmente, oito regiões próximas a córregos serão transformadas em parques lineares, proporcionando mais lazer e saúde à população.

---

## 1.2 Estabilidade contratual e de mercado

---

Em linha com a diretriz “Crescimento com Sustentabilidade”, um dos maiores desafios para a Sabesp alcançar a sustentabilidade econômica no longo prazo é a estabilização contratual e de mercado. As próximas seções trazem os resultados alcançados em 2008 e as metas para os próximos anos em relação a: renovação de concessões; avanços na contratualização da prestação de serviços nos municípios de São Paulo, São Bernardo do Campo, São José dos Campos e municípios permissionários.

### *Contratualização com os municípios*

No ano de 2008, a Sabesp assinou contratos de programa com 53 municípios, somando 160 desde 2007. Além dos contratos, que têm duração de 30 anos, esses municípios assinaram convênios de cooperação com o Governo do Estado de São Paulo, delegando a regulação e a fiscalização da prestação de serviços à Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - Arsesp.

O marco regulatório do setor prevê que todos os municípios terão de ter sua situação contratual regularizada até 2010. Neste sentido, além dos contratos renovados no biênio 2007-08, a Sabesp terá de renovar ainda 163 contratos para alcançar a meta de chegar em 2010 em plena conformidade com o marco regulatório. A meta para 2009 é renovar mais 70 contratos. Nesta meta, incluem-se contratos de áreas metropolitanas, que devem ser foco de grande esforço. Os desafios para 2009 são:

- 1) manter o ritmo de renovações no interior e litoral;
- 2) superar as dificuldades jurídico-institucionais nas regiões metropolitanas.

### *São Paulo*

A Sabesp e a Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP) avançaram na contratualização de sua relação. O Convênio assinado com a Prefeitura Municipal de São Paulo em novembro de 2007 trouxe importantes resultados. Em primeiro lugar, proporcionou o restabelecimento do fluxo de pagamentos das contas da municipalidade, que em 2008 somou R\$ 103 milhões. Este fluxo reflete uma melhora significativa no índice de inadimplência que passou de uma média de mais de 80% no triênio 2005-07, para menos de 5% em 2008. O processo foi facilitado pela implantação do Sistema de Gerenciamento Eletrônico de Contas que garante o monitoramento e controle dos volumes consumidos em cada unidade do Município. Em segundo lugar, o Convênio propiciou investimentos em programas conjuntos da Prefeitura Municipal de São Paulo e Sabesp, tais como: Programa Córrego Limpo; Programa de Uso Racional da Água (PURA); Parque da Integração, entre outros.

Em dezembro de 2008, a Câmara Municipal de São Paulo aprovou em primeira votação o Projeto de Lei Nº 558/08 que autoriza o Poder Executivo a celebrar contrato de programa com o Estado de São Paulo, a Arsesp e a Sabesp. A aprovação final ainda depende de segunda votação em Plenário.

O principal desafio para 2009 é a finalização do processo de contratualização desse que é o principal mercado da Companhia. Para que o desafio seja transformado em realidade, será necessário progredir na discussão jurídico-institucional sobre o formato dos contratos de prestação de serviços de saneamento em regiões metropolitanas, na aprovação do Projeto de Lei Nº 558/08 e no acordo financeiro, que inclui o encontro de contas de dívidas das duas partes.

#### ***São Bernardo do Campo***

Em novembro de 2008, a Câmara Municipal de São Bernardo do Campo aprovou o novo acordo estabelecido entre a Sabesp e o município. Este acordo prevê a ampliação de seis para oito anos do prazo para equiparação das tarifas cobradas no Município com aquelas praticadas na Região Metropolitana de São Paulo e o aumento nos investimentos previstos para o período 2008-12 de R\$ 380,9 milhões para R\$ 508,6 milhões.

#### ***São José dos Campos***

A assinatura do contrato entre a Sabesp e o município de São José dos Campos foi uma importante conquista da Empresa em 2008. O processo de renovação foi marcado pela realização de sete audiências públicas em diversas esferas. A partir das discussões, estabeleceu-se o Plano Municipal de Saneamento, com diretrizes e metas de atendimento. Para alcançar as metas estabelecidas, que incluem universalização do saneamento no município em 2012, o contrato assinado pelos próximos 30 anos prevê investimentos de R\$ 534,8 milhões.

#### ***Municípios Permissionários***

O ano de 2008 foi marcado pela discussão de medidas conjuntas para acelerar a universalização dos serviços de saneamento básico na Região Metropolitana de São Paulo.

Em dezembro de 2008, a Sabesp assinou contrato para interceptação e tratamento de 20% dos esgotos gerados pela cidade de Guarulhos. A receita total da Companhia ao longo dos cinco anos de contrato terá um acréscimo de aproximadamente R\$ 58 milhões. Em 2009, a Sabesp buscará finalizar a negociação com Guarulhos para a coleta e tratamento do esgoto da região central do Município.

Também em dezembro de 2008, o Governo do Estado de São Paulo, a Sabesp, o Município de Diadema e a Companhia de Saneamento de Diadema (SANED) firmaram protocolo de intenções, no qual as partes declaram sua intenção em concluir negociações para equacionar a dívida existente para com a Sabesp e desenvolver uma estrutura de operação compartilhada entre a Empresa e o Município para a operação dos serviços de água e esgoto.

A Sabesp avançou nas negociações de um pré-contrato com o Pólo Petroquímico de Capuava e a Ecosama, concessionária de serviços de esgoto do Município de Mauá, para o Projeto Aquapolo Ambiental. A expectativa é que ainda no primeiro semestre de 2009 o Projeto Aquapolo Ambiental seja viabilizado.

---

### 1.3 Equacionamento financeiro

---

A diretriz “Crescimento com Sustentabilidade” remete também à necessidade de aceleração das negociações para equacionamentos financeiros com o Governo do Estado de São Paulo e municípios permissionários, visando reduzir a incerteza dos recebimentos, aumentar a transparência nos relacionamentos e construir o almejado ambiente de cooperação e parceria para acelerar os investimentos em saneamento.

#### ***Consolidação do novo regime de relacionamento com o Governo do Estado de São Paulo***

É possível destacar dois avanços importantes ocorridos ao longo de 2008 em relação às pendências financeiras que têm marcado historicamente a relação entre Sabesp e o Governo do Estado de São Paulo (GESP). Em primeiro lugar, foi posto em prática o acordado em dezembro de 2007 por meio do Segundo Aditamento ao Acordo GESP. O Segundo Aditamento buscou o equacionamento de débitos pendentes por conta da prestação de serviços de saneamento que, de maneira agregada, somavam R\$ 390,0 milhões. Além disto, a Sabesp pagou ao Estado R\$ 559,3 milhões a título de juros sobre o capital próprio referentes ao período de março de 2004 a dezembro de 2007, que estavam retidos pela Companhia por conta das pendências financeiras com o Governo do Estado de São Paulo.

Em segundo lugar, foi assinado em novembro de 2008 o Terceiro Aditamento ao Acordo GESP, tratando de pendências financeiras relativas ao reembolso devido pelo Estado à Sabesp por conta do pagamento a ex-empregados e pensionistas de benefícios previstos na Lei 4.819/58. Com relação ao reembolso desses benefícios, o Estado confessou ser devedor de R\$ 915,3 milhões. Ainda neste mesmo aditivo, a Sabesp aceitou provisoriamente os Reservatórios do Alto Tietê, no valor de R\$ 696,3 milhões, como parte do pagamento.

#### ***Equacionamento de dívidas dos municípios permissionários***

O saldo de contas a receber dos municípios permissionários com a Sabesp supera R\$ 1,1 bilhão. Os valores relativos ao fornecimento de água no atacado e por indenização pela encampação de concessões são objeto de diversas ações judiciais movidas pela Sabesp. O saldo referente ao fornecimento de água no atacado é R\$ 1,1 bilhão, sendo os principais devedores Guarulhos, Santo André, Mauá e Diadema. As dívidas relacionadas à indenização pela encampação de concessões de Diadema e Mauá chegam a R\$ 149 milhões.

Em 2008, o total de créditos recuperados proveniente de precatórios e acordos foi de R\$ 44,0 milhões. Deste total, R\$ 30,8 milhões são provenientes de precatórios referentes ao município de Guarulhos. Ainda em 2008, foram pagas as últimas parcelas para equacionamento das dívidas do município de Mogi das Cruzes, correspondentes a acordo firmado em 2007. Em dezembro de 2008, o município firmou novo acordo com a Sabesp.

A Empresa também iniciou negociações com Diadema para encontrar uma solução conjunta que permita recuperar os valores devidos. A meta para 2009 é dar continuidade às negociações em curso e retomar as que estão paralisadas. Caso haja resistência em continuar

ou retomar negociações, a estratégia será intensificar as ações para recuperar os débitos em aberto.



---

## 1.4 Modernização Corporativa

---

A diretriz “Integração e Inovação” estabelece que a Empresa deve buscar o aumento da produtividade, a partir da sinergia obtida com a maior integração de processos, compartilhamento de recursos e estruturas e foco em inovação. Neste sentido, a Sabesp tem trabalhado em cinco iniciativas principais: planejamento estratégico, gestão por valor agregado (GVA), sistema integrado de gestão empresarial, adequação do quadro de pessoal e reestruturação corporativa. As próximas subseções indicam os avanços em cada um destes pontos.

### ***Planejamento Estratégico***

Pela primeira vez desde a implantação em 2004 da ferramenta de gestão do planejamento estratégico *Balanced Score Card* (BSC), as diretrizes estratégicas, a missão, a visão e o mapa estratégico foram revisados. As novas diretrizes foram apresentadas na introdução deste relatório, bem como a missão e a visão.

Outro destaque foi a expansão do horizonte de planejamento de cinco para dez anos. Assim, a visão que foi estabelecida para a “Sabesp em 2018” começa a ser materializada em metas, obras, programas e ações empresariais.

Outra iniciativa importante foi a inclusão dos valores éticos da Empresa, parte integrante do Código de Ética e Conduta da Sabesp, nas novas diretrizes estratégicas. Os valores éticos são detalhados na seção Governança Corporativa.

No sentido de aumentar o comprometimento do corpo de colaboradores, o Programa de Participação nos Resultados (PPR) foi integrado ao planejamento estratégico de maneira mais abrangente. Esta integração entre planejamento e PPR foi estabelecida de várias formas:

- ◆ todos os colaboradores passam a receber a participação nos resultados, não apenas com base nas metas financeiras mas também com base nas metas de satisfação do cliente, renovação de concessões com os municípios e implementação de sistemas de gestão ambiental.
- ◆ os colaboradores que atuam em áreas de atividade-meio<sup>2</sup> passam a ter metas próprias com foco em resultado.

### ***Gestão por Valor Agregado (GVA)***

---

<sup>2</sup> Áreas de atividade meio são segmentos da Empresa que não lidam diretamente com a operação dos serviços que são disponibilizados ao cliente. Alguns exemplos são as áreas jurídica, tecnologia da informação e recursos humanos.

Pioneira entre as empresas estatais no Brasil, a Sabesp iniciou em agosto de 2008 a implementação da Gestão por Valor Agregado (GVA). Essa metodologia deverá disseminar a lógica da geração de valor nos diversos níveis da Companhia, aumentando a eficiência da aplicação dos seus recursos produtivos sem abdicar, contudo, de seus fortes compromissos sociais. O GVA é um passo importante na construção de uma empresa moderna, competitiva e com foco na melhoria da qualidade de vida da sociedade.

O projeto, com duração total de 18 meses, prevê a implantação da metodologia em duas unidades piloto. No interior, os trabalhos na Unidade de Negócio Alto Paranapanema, com sede em Itapetininga, já estão em fase de conclusão. Na Unidade de Negócio Centro, localizada na cidade de São Paulo, a implantação ocorrerá em 2009. Estas unidades servirão como modelo para a disseminação da metodologia GVA nas demais unidades da Companhia.

Em 2008 foram treinados 200 funcionários e para 2009, está previsto o treinamento de outros 400.

A intenção é incorporar gradualmente a metodologia GVA na gestão financeira, nas avaliações de projetos e no estabelecimento de metas empresariais.

#### ***Sistema Integrado de Gestão Empresarial***

A contratação de um Sistema Integrado de Gestão Empresarial constitui passo importante para aprimorar a gestão da informação dentro da Sabesp. Em termos gerais, o sistema é uma plataforma de software desenvolvida para integrar os diversos departamentos de uma empresa, possibilitando a automação e armazenamento de todas as informações de negócios. Sua implementação permitirá reduzir a quantidade de sistemas e as limitações de integração de dados e rever o mapeamento dos processos corporativos.

Dos projetos estratégicos, no entanto, este é o que menos avançou. A Administração entendeu que, para evitar retrabalhos, em primeiro lugar deveria ser feita a reestruturação organizacional da Companhia, que já está em andamento. Após a conclusão dessa reestruturação, o projeto será retomado.

#### ***Adequação do quadro de pessoal***

A reestruturação nos quadros de colaboradores da Sabesp vem ao encontro da necessidade da Empresa em adequar-se ao compromisso com a universalização do saneamento até 2018 nos 366 municípios em que atua no Estado de São Paulo e à possibilidade da Empresa atuar em novos mercados como drenagem, resíduos sólidos e energia.

A renovação implica na contratação e treinamento de funcionários para substituir os que estão se aposentando. A adequação prevê contratar funcionários para ocupar os postos de trabalho que serão criados com a inauguração de novas estações de tratamento de água e esgoto e para atender às demandas decorrentes da criação de novas áreas. Dessa maneira, em 2009 ocorrerá o primeiro concurso público abrangente desde 2001, com a criação de 1.771 vagas para os vários municípios operados no Estado de São Paulo.

O concurso se insere na estratégia de reestruturação do quadro funcional da Empresa. Dentro desta reestruturação, foi assinado em fevereiro de 2009 um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) que inclui o desligamento de todos os funcionários aposentados pelo INSS do quadro permanente da Sabesp, atendendo determinação do Ministério Público Estadual. Para garantir a qualidade de serviços prestados à população, o desligamento de 2.250 aposentados será feito de forma gradual entre 2009 e 2011.

Sempre garantindo a continuidade da prestação do serviço público, a Sabesp iniciará o desligamento pelos aposentados que desejarem sair da Empresa imediatamente e por aqueles que têm direito à suplementação da aposentadoria pelo fundo de pensão ligado à Empresa (Sabesprev). Além disso, a Sabesp assegurará aos aposentados a parcela da Empresa na manutenção do Plano de Saúde por seis meses após o desligamento.

#### ***Reestruturação Corporativa***

O objetivo da reestruturação corporativa é aumentar a eficiência de coordenação e fluxo de informações gerenciais. Ao longo de 2009 será revisado o organograma, o modelo e estrutura das unidades de negócio, o grau de centralização e a sobreposição de funções, dentre outros. O projeto será concluído em 2010. A reestruturação se insere no contexto de ampliação das possibilidades de atuação e reposicionamento da Empresa diante do novo marco regulatório, tópico da próxima seção.

## 1.5 Reposicionamento da Sabesp diante do novo marco regulatório

O ano de 2008 foi marcado pelo início da atuação efetiva da Arsesp, criada por meio da Lei Estadual Complementar 1.025/2007. A regulação externa é uma das principais alterações introduzidas pelo novo marco regulatório do setor de saneamento, em vigor desde a sanção da Lei Federal 11.445/2007.

A nova legislação trouxe desafios e oportunidades à Sabesp. A diretriz “Pró-atividade nos relacionamentos externos” estabelece que a Empresa deve responder com rapidez às exigências da nova legislação e aproveitar as novas oportunidades. Entre os desafios estão a reestruturação de processos internos, a padronização de metodologias utilizadas em diferentes áreas, o estabelecimento de fluxo de informações capaz de responder às exigências regulatórias e a necessidade de disseminação de uma cultura regulatória na Companhia. Entre as oportunidades, destaque-se a possibilidade de expandir sua atuação para outros territórios e de entrar em mercados como o de drenagem, serviços de limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e energia. Os próximos tópicos abordam as novas áreas e iniciativas que a Sabesp tem desenvolvido com vistas a responder às demandas recentes.

### *Assuntos regulatórios*

Em 2008, a Sabesp estruturou a Área de Assuntos Regulatórios, constituída por uma Superintendência e um Comitê. Os primeiros desafios já foram enfrentados. Visando ampliar a transparência na relação com seus clientes, a Sabesp pela primeira vez encaminhou relatórios gerenciais da prestação de serviços para cada um dos municípios com contratos renovados. O relatório apresenta a comparação entre as metas anuais e os resultados obtidos naquele ano, o valor de investimentos, além da pesquisa de satisfação do cliente no município. Portanto, é um importante instrumento para o acompanhamento dos serviços tanto pelo município quanto pela agência reguladora.

No segmento de grandes clientes, um importante desafio é o aumento de capacidade concorrencial da Empresa. Hoje a Sabesp enfrenta a concorrência de poços artesianos e entrega de água via caminhão pipa. Em 2008, a Empresa iniciou discussão técnica com a agência reguladora para obter liberdade de negociação nos segmentos concorrenciais, como Shopping Centers, indústrias e hotéis. A proposta é que a agência reguladora defina apenas o preço máximo que a concessionária pode praticar, ficando a cargo da Empresa o preço efetivo de venda. Desse modo, a Sabesp pode adotar uma estratégia mais agressiva de reconquista e fidelização de clientes.

Outra nova tarefa é a interação com a Arsesp na construção de normas reguladoras. Em 2008, foram estabelecidas as normas de prestação de serviços de saneamento e a de sanções e penalidades. Trata-se de regras claras no atendimento aos clientes e penalidades para o caso de descumprimento. Desse modo, a regulação tende a estimular ainda mais a qualidade dos serviços.

### ◆ *Tarifas*

Seguindo a Lei de Saneamento Básico, a qual determina que a regulação de tarifas deve ser exercida por entidade regulatória independente, no ano de 2008 os reajustes foram aprovados por Deliberações da Arsesp. A partir de 11 de setembro de 2008, as tarifas referentes aos serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos foram reajustadas de forma linear em 5,10%, exceto para o município de Lins que possui regulação municipal.

### **Novos negócios**

O ano de 2008 representou um marco na diversificação da forma de atuação da Companhia e em Novos Negócios. Foi firmada a primeira parceria com o setor privado, para atuar no município de Mogi Mirim.

Em agosto de 2008, a Sabesp constituiu em conjunto com as empresas OHL Médio Ambiente, Inima S.A.U. – Unipersonal ("Inima"), Técnicas y Getion Medioambiental S.A.U. ("TGM") e Estudos Técnicos e Projetos ETEP Ltda. ("ETEP"), a Sesamm – Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S/A, cujo objeto social é a prestação de serviços de complementação da implantação do sistema de afastamento de esgotos e implantação e operação do sistema de tratamento de esgotos do Município de Mogi Mirim, incluindo a disposição dos resíduos sólidos gerados.

Em 31 de dezembro de 2008 o capital social da SESAMM era de R\$ 10,6 milhões, divididos em 10.669.549 ações ordinárias nominativas, dos quais a Sabesp detém 36% de participação acionária.

Também em 2008, foram assinados três novos termos de cooperação técnica entre a Sabesp e outras empresas estaduais de saneamento: com a Cagepa da Paraíba; com a Corsan, do Rio Grande do Sul; e com a Cesan, do Espírito Santo. Somados ao acordo firmado com a Casal de Alagoas em 2007, já são quatro termos de cooperação estabelecidos pela Sabesp.

A cooperação revelou-se mecanismo útil não apenas para a troca de experiências, mas também para a criação de um ambiente propício para o desenvolvimento de parcerias e comercialização de novos produtos e serviços. O termo de cooperação técnica com a Cesan se desdobrou em contrato específico para desenvolver projeto de automação dos sistemas produtores de água nos municípios de Nova Venécia e Viana por meio da implantação do sistema de automação de Estações de Tratamento de Água Aqualog. A primeira fase do projeto será concluída no primeiro semestre de 2009.

Em janeiro de 2009, a Sabesp negociou seu primeiro acordo internacional com o Instituto Costarricense de Acueductos y Alcantarillados (AyA), da Costa Rica. O próximo passo é o aprofundamento da parceria através de um acordo de prestação de serviços e de comercialização de tecnologias desenvolvidas pela Sabesp.

A partir das experiências pioneiras, foi formatada a Área de Novos Negócios que deverá ser formada por uma Superintendência e um Comitê Executivo. Em 2009 a meta é a multiplicação de projetos em parceria com outras empresas públicas e privadas. A Sabesp buscará intensificar a venda de serviços e tecnologia, não só no Estado de São Paulo, mas também em outras regiões no país e no exterior.

### **P & D & I**

Em 2008, foram investidos R\$ 3,5 milhões em P & D. Dando continuidade ao processo de adaptação às oportunidades abertas pelo marco regulatório, o desafio em 2009 será estruturar a nova área de Pesquisa & Desenvolvimento & Inovação, cujo objetivo será organizar e expandir os esforços em pesquisa e inovação tecnológica.

A Sabesp irá atualizar a Política de Desenvolvimento Tecnológico e estabelecerá uma Política de Propriedade Intelectual. A estratégia de apropriação de direitos de propriedade intelectual dará base para o desenvolvimento tecnológico e inovativo na Sabesp e também para a cooperação com parceiros nacionais e estrangeiros.

Além disso, a Sabesp assinará um convênio de cooperação com a Fapesp para ampliar os investimentos em pesquisa na área do saneamento. A Pesquisa em Parceria para Inovação Tecnológica (PITE) garantirá um investimento de R\$ 15 milhões da Sabesp e R\$ 15 milhões da Fapesp ao longo de cinco anos. Através do convênio, a Sabesp dará um grande salto em pesquisa, tecnologia e inovação, garantindo eficiência e competitividade no médio e longo prazo.

A nova área ainda fará um inventário das tecnologias existentes na Companhia passíveis de comercialização. O objetivo é gerar novas receitas a partir do conhecimento já desenvolvido na Companhia. O inventário servirá também para difundir internamente o conhecimento acumulado na Empresa ao longo dos anos, aumentando assim a eficiência na operação.

#### ***Sabesp Soluções Ambientais***

O Programa Sabesp Soluções Ambientais é composto por uma plataforma de produtos e serviços que buscam fidelizar e ampliar a base de grandes clientes da Empresa. Por meio dos novos serviços, os clientes se beneficiam do conhecimento e da tecnologia da Sabesp nos campos de sustentabilidade, preservação do meio ambiente e gerenciamento de recursos hídricos. Desse modo, a Sabesp vem aumentando sua capacidade competitiva nos segmentos mais visados pelos fornecedores alternativos de água.

Em 2008, foram incorporados dois novos produtos à plataforma: medição individualizada de água e telemedição. Os primeiros resultados do Sabesp Soluções Ambientais estão descritos na seqüência.

**Contratos de Demanda Firme:** Por meio de um contrato de fidelização com a Sabesp, as empresas se beneficiam de tarifas diferenciadas e sistemas de gestão de consumo e assim reduzem custos. As empresas contam, ainda, com atendimento diferenciado e garantias de abastecimento.

Em 2008, foram firmados 54 novos contratos, cujo volume de água fidelizado corresponde ao consumo de 400 mil m<sup>3</sup>/mês. Tal volume é suficiente para abastecer uma cidade de 90 mil habitantes. O faturamento fidelizado com os contratos firmados representa R\$ 35 milhões/ano somente com o volume de água, somando-se o volume de água e esgoto, o faturamento fidelizado chega a aproximadamente R\$ 60 milhões/ano.

**Programa de Recebimentos de Esgotos Não-Domésticos (PREND):** Atualmente, uma das grandes preocupações das empresas é o destino dos esgotos provenientes do processo produtivo. Para atender a esta necessidade, a Sabesp preparou-se para receber e tratar os esgotos não domésticos das indústrias. A Sabesp coletou 15,3 milhões m<sup>3</sup> de efluentes ao longo de 2008, o que corresponde a 1,3 milhão m<sup>3</sup>/mês. O trabalho resultou em um faturamento de R\$ 111 milhões.

**Programa de Uso Racional de Água (PURA):** As soluções para diminuir o consumo de água são compostas de ações como detecção e reparo de vazamentos, troca de equipamentos convencionais por equipamentos economizadores, estudos para reaproveitamento da água e palestras educativas.

Em 2007, foi assinado um convênio com a Prefeitura de São Paulo, envolvendo a implantação do PURA em 2.800 imóveis da Prefeitura. Em 2008, 240 escolas municipais foram adaptadas com vasos sanitários e torneiras economizadores, feitos de material muito mais resistente, próprio para uso público intensivo. Além disso, foram realizadas pesquisas de vazamentos no ambiente externo das escolas, distribuídos 500 mil folhetos explicativos aos alunos e oferecido curso de educação ambiental a 1500 funcionários da educação, responsáveis pela gestão do consumo. Em 2009, 260 escolas já foram adaptadas. O Governo do Estado de São Paulo também aderiu ao PURA. No final de 2008, 350 escolas estaduais fecharam contrato com a Sabesp para integrar o programa.

**Água de Reúso:** A água de reúso é produzida dentro das Estações de Tratamento de Esgoto e pode ser utilizada para refrigeração de equipamentos, em processos industriais, em prefeituras e entidades que usam a água para fins não-potáveis. A utilização de água de reúso colabora para a expansão da oferta de água destinada ao abastecimento público e preservação do meio ambiente. O processo de produção da água de reúso da Sabesp é assegurado pelo sistema de gestão ISO 9001:2000, obedecendo rigorosos parâmetros de qualidade.

**Manual do empreendedor:** O objetivo do material é orientar os empreendedores, projetistas e construtores do Estado de São Paulo quanto aos critérios adotados pela Sabesp para a correta interligação de empreendimentos imobiliários aos sistemas públicos de água e esgotos.

**Medição Individualizada:** A Sabesp lançou em 2008 uma tecnologia que permite medir separadamente o consumo individual de cada apartamento de um condomínio. Batizada de “medição individualizada”, a nova tecnologia atende a uma antiga reivindicação de muitos condôminos e pode se transformar em um importante incentivo econômico ao uso racional da água.

O modelo adotado pela Sabesp foi desenvolvido a partir de uma parceria com o Centro de Desenvolvimento e Documentação da Habitação e Infra-Estrutura Urbana, ligado à Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Da união resultou o programa “ProAcqua”, responsável por capacitar e certificar profissionais e empresas para o serviço de medição individual.

A certificação de empresas com o selo ProAcqua permite aos condomínios escolher no mercado um prestador de serviços para adaptar as instalações do prédio à medição individualizada. Desta maneira, há competição entre os prestadores de serviço, o que acaba resultando em preços finais atrativos.

**Telemedição:** o serviço de telemedição possibilita o monitoramento do consumo do hidrômetro em tempo real via internet. O histórico de consumo é apresentado em gráficos de acordo com o período determinado pelo cliente. Além disto, o sistema disponibiliza alertas sobre vazamentos e picos de consumo por meio de correio eletrônico e mensagens de celular. A gestão de consumo em tempo real permite a tomada de decisões com maior agilidade, aumentando a eficiência logística das respostas, ao mesmo tempo em que reduz o desperdício de água.

Iniciado como projeto piloto em maio de 2007, encontram-se atualmente instalados 2021 pontos de monitoramento em clientes, sendo 120 em grandes clientes e 1901 em edificações da Prefeitura Municipal de São Paulo, por meio do convênio estabelecido entre as entidades. Internamente o sistema também é utilizado para a gestão de equipamentos operacionais com 40 aparelhos instalados.



---

## 1.6 Governança Corporativa

---

A diretriz “Pró-atividade nos relacionamentos externos” estabelece também a ampliação da Governança Corporativa, que deve ser um desafio constante para uma Empresa que foi a primeira de controle estatal no Brasil a aderir, em abril de 2002, ao Novo Mercado da BM&FBovespa e que, simultaneamente, listou suas ações na Bolsa de Nova Iorque.

### *Novo estatuto social*

Em 2008, a Sabesp passou por um processo de ampla reforma estatutária, adaptando e incluindo modificações que só reforçam seus compromissos com a boa governança. Os principais objetivos da reforma estatutária foram:

- ◆ adaptação às alterações legislativas promovidas na lei de criação da Companhia, que permitiram à Sabesp flexibilidade societária para criar subsidiárias e participar de outras empresas, bem como ampliaram seu escopo de atuação para novos setores como energia, drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos;
- ◆ facilitação da participação dos acionistas em Assembléias Gerais;
- ◆ ampliação das competências e fortalecimento do Conselho de Administração;
- ◆ utilização das tecnologias de multimídia disponíveis, permitindo a realização de reuniões por teleconferência, com validade e efetividade jurídica idêntica às reuniões presenciais;
- ◆ previsão de mecanismo de defesa sólido para os administradores e empregados da Companhia, oferecendo-lhes respaldo jurídico em caso de questionamento dos atos praticados no interesse da empresa, inclusive, por meio da possibilidade de contratação de advogados externos para defesa pessoal.

### *Estrutura de Governança*

**Assembléia dos Acionistas:** Instância máxima da decisão, delibera sobre a destinação do lucro líquido, elege os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal e, de acordo com seu Estatuto Social, eventualmente indica os membros do Comitê de Auditoria, além de fixar a remuneração dos conselheiros e dos diretores.

**Conselho de Administração:** É composto por onze membros com mandato unificado de dois anos, permitida a reeleição. A posição de presidente do conselho e presidente da Companhia é ocupada por pessoas distintas. Dentre os Conselheiros, três são independentes de acordo com as regras do Regulamento do Novo Mercado, sendo um deles eleito pelos acionistas minoritários.

Segundo o estatuto da Empresa, é assegurada a participação de um representante dos empregados no Conselho de Administração, com mandato coincidente com o dos demais conselheiros.

**Comitê de Auditoria:** O Conselho de Administração é assessorado por um Comitê de Auditoria, composto por três Conselheiros de Administração independentes, dos quais um é especialista em finanças e Coordenador do Comitê. As responsabilidades e forma de atuação deste Comitê estão definidas em seu regimento interno, disponível no website da Companhia.

**Conselho Fiscal:** Instalado de forma permanente, desde a criação da Empresa, compõe-se de cinco membros titulares e respectivos suplentes, sendo um representante dos acionistas minoritários.

**Diretoria Executiva:** A Diretoria é composta por seis membros com mandato unificado de dois anos, permitida a reeleição. Os Diretores são eleitos pelo Conselho de Administração, sendo um deles designado Diretor Presidente.

**Auditoria Interna:** A Auditoria Interna tem atuação independente, com o objetivo de avaliar a integridade, adequação, eficácia e eficiência dos processos e dos sistemas de informações e de controles internos. Para o adequado cumprimento de suas responsabilidades, a Auditoria Interna tem acesso a todos os documentos, registros físicos e lógicos, sistemas, locais e pessoas envolvidas com as atividades sob exame. As atividades de Auditoria Interna são supervisionadas pelo Comitê de Auditoria.

**Auditoria Externa:** A Empresa obedece aos princípios que preservam a independência do auditor externo quanto a não auditar seu próprio trabalho, não exercer funções gerenciais e não advogar pelo seu cliente. A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes atuou como auditor independente da Sabesp para o período findo em 31 de março de 2008. A PricewaterhouseCoopers atuou como nosso auditor independente para o período findo em dezembro de 2008. Tanto a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes quanto a PricewaterhouseCoopers não prestaram, durante o exercício de 2008, serviços não relacionados à auditoria externa.

**Remuneração dos Administradores:** De acordo com a legislação societária brasileira, a remuneração a ser paga aos conselheiros de administração, conselheiros fiscais e diretores é estabelecida, de forma agregada, pela assembléia geral de acionistas. A remuneração dos Conselheiros de Administração e Diretores em 2008, incluindo benefícios, foi de R\$ 2,4 milhões. Adicionalmente, o valor de R\$ 0,9 milhão foi pago a título de bônus.

#### ***Código de Ética e Conduta***

Para a Sabesp, o Código de Ética e Conduta, construído em um amplo processo participativo, sintetiza o conjunto de princípios e normas observados ao longo de sua existência, e direciona a forma como a empresa estabelece a relação com os seus diversos públicos de interesse: dirigentes, empregados, clientes, fornecedores, acionistas, comunidade e sociedade em geral.

Em 2008, os Valores Éticos da Sabesp foram incorporados ao Planejamento Estratégico. São eles:

- ◆ respeito à sociedade e ao cliente;
- ◆ respeito ao meio ambiente;
- ◆ respeito às pessoas;
- ◆ integridade;
- ◆ competência; e
- ◆ cidadania.

Em 2008, o Comitê de Ética e Conduta direcionou diversas propostas para dirimir denúncias e transgressões ao Código, destacando-se a disseminação aos gerentes do conceito de assédio moral por meio de distribuição de livros sobre o tema; a elaboração de comunicações referente às questões de atenção na utilização de frota de veículos; a revisão do Procedimento Empresarial de Periculosidade e Insalubridade; a elaboração do Procedimento Empresarial de Regulamentação de Condutas quanto a Presentes e Gratificações e por fim a ampliação da licitação eletrônica.

#### ***Canal de Denúncias***

Para garantir que o Código de Ética e Conduta seja observado, a Sabesp dispõe de um Canal de Denúncias, interno, e um Procedimento Empresarial de Apuração de Responsabilidades, bem como recebe denúncias externas via Ouvidoria e Serviço de Atendimento ao Cliente. O canal interno também está preparado para acatar denúncias anônimas. Os resultados das averiguações das denúncias são encaminhados ao Comitê de Auditoria, além de serem reportados ao Comitê de Ética e Conduta, no caso das denúncias relacionadas a comportamento.

Em 2008, foram registradas 232 ocorrências de denúncias, das quais 31% estão concluídas e 69% estão em averiguação.

#### ***Controles Internos e Gestão de Riscos***

A Sabesp deu continuidade em 2008 aos testes dos controles internos para a manutenção da certificação que atende a lei norte-americana Sarbanes-Oxley (SOx), desde 2006. Os resultados das avaliações indicaram que houve aperfeiçoamento dos controles associados aos riscos financeiros, com racionalização dos processos.

Para aprimorar os instrumentos organizacionais e os processos operacionais, o ano de 2008 foi marcado pela continuidade do monitoramento de indicadores de desempenho, com foco na identificação de pontos críticos que necessitam de atuação para manter e ampliar receitas, reduzir despesas e otimizar a gestão dos processos administrativos, operacionais e de obras.

Os gestores da Companhia propuseram Planos de Ação para aprimorar os controles internos, que foram reportados ao Comitê de Auditoria e à alta administração.

Foi consolidada também a implantação do gerenciamento de riscos, em âmbito corporativo, por meio da identificação e avaliação dos riscos estratégicos e dos principais processos de negócio da Sabesp. O projeto inclui, ainda, a avaliação dos riscos estratégicos da Fundação Sabesprev.

#### ***Cláusula Compromissória***

Nos termos do Regulamento do Novo Mercado, a Companhia está vinculada à Cláusula Compromissória de Arbitragem, mediante a qual a BM&FBovespa, a Companhia e os seus acionistas, os administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, do Contrato de Participação do Novo Mercado e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, a ser conduzida junto à Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela BM&FBovespa, de conformidade com o Regulamento da referida Câmara, observada a ressalva aplicável aos direitos indisponíveis.

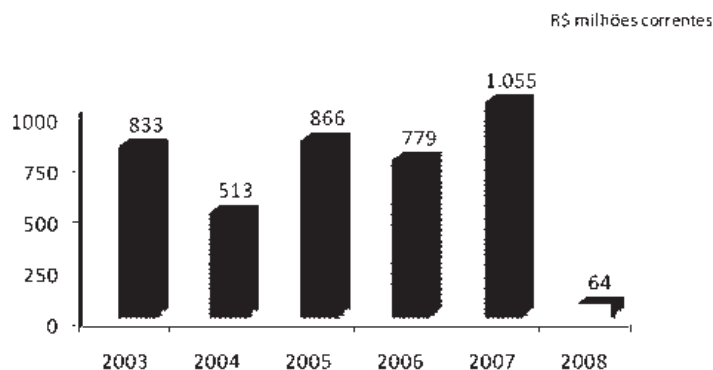
---

### **1.7 Desempenho Econômico Financeiro**

---

O lucro líquido dos anos de 2007 e 2008 foi de 1.055,3 e R\$ 63,6 milhões respectivamente. Essa redução deve-se principalmente pela provisão para perdas do valor controverso dos benefícios pagos pela Companhia a título de complementação de aposentadoria e pensões previstos na Lei 4.189/58 no valor de R\$ 409,1 milhões e o respectivo compromisso atuarial mantido com beneficiários no montante de R\$ 535,4 milhões.

#### **Quadro 8 - Lucro Líquido**



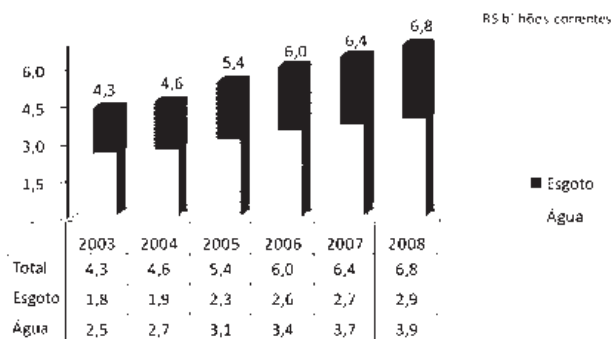
### Efeitos da crise

Os efeitos da deterioração do ambiente macroeconômico sobre a Sabesp tendem a ser amenizados por dois fatores. Em primeiro lugar, a Empresa possui receita estável, com baixa elasticidade-PIB. Em segundo lugar, como companhia de capital misto, a Sabesp acessa tanto financiamentos públicos que oferecem taxas atrativas e prazos mais longos, como também o mercado de capitais, nacionais e internacionais. Esses fatores contribuem para a manutenção da solidez econômico-financeira e para a preservação do plano plurianual de investimentos da Companhia.

### Receita Operacional

A receita operacional bruta atingiu R\$ 6,8 bilhões, correspondendo a um acréscimo de 6,1% em relação ao exercício anterior, em decorrência do reajuste tarifário e do crescimento do volume faturado de 1,8% de água e 2,4% de esgoto. A participação dos serviços de esgoto na receita bruta passou de 41,5% em 2003 para 43,1% em 2008, como resultado da expansão destes serviços. Esse aumento deve ser uma tendência nos próximos anos, em consequência dos investimentos em infra-estrutura de coleta e tratamento de esgotos.

Quadro 9 - Receita Bruta por segmento



Os volumes de água e esgoto estão demonstrados a seguir:

Quadro 10 - VOLUME FATURADO DE ÁGUA E ESGOTO <sup>(1)</sup> POR CATEGORIA DE USO - milhões de m <sup>3</sup>									
	Água			Esgoto			Água + Esgoto		
	2007	2008	%	2007	2008	%	2007	2008	%
Residencial	1.028,8	1.055,7	1,0	1.065,1	1.088,8	2,2	2.403,9	2.447,5	1,0
Comércio	151,2	154,0	1,0	138,4	141,8	2,5	289,6	295,8	2,1
Industrial	35,2	35,7	1,1	33,3	32,9	1,0	68,5	68,6	1,0
Público	47,4	47,1	(0,6)	37,8	38,0	0,5	85,2	85,1	(0,1)
<b>Total varejo</b>	<b>1.572,7</b>	<b>1.595,5</b>	<b>1,4</b>	<b>1.274,6</b>	<b>1.302,5</b>	<b>2,2</b>	<b>2.847,3</b>	<b>2.898,0</b>	<b>1,8</b>
Atacado	274,2	284,5	3,7	24,9	27,9	12,0	299,2	312,4	4,4
Água de reuso	-	0,0	-	-	-	-	-	0,0	-
<b>Total</b>	<b>1.847,0</b>	<b>1.880,2</b>	<b>1,8</b>	<b>1.299,5</b>	<b>1.330,4</b>	<b>2,4</b>	<b>3.146,5</b>	<b>3.210,6</b>	<b>2,0</b>

(1) Não quantado

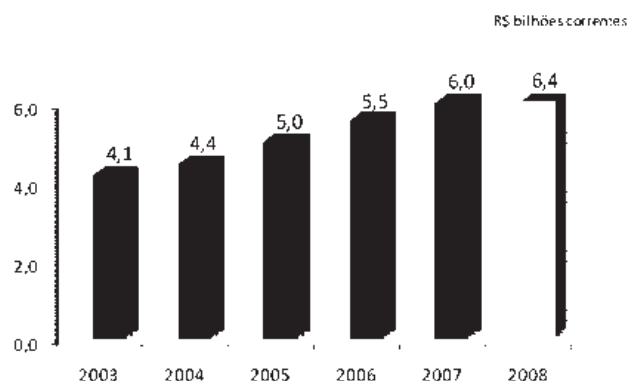
Quadro 11 - VOLUME FATURADO DE ÁGUA E ESGOTO <sup>(1)</sup> POR REGIÃO - milhões de m <sup>3</sup>									
	Água			Esgoto			Água + Esgoto		
	2007	2008	%	2007	2008	%	2007	2008	%
Metropolitana	1.046,8	1.055,9	1,0	884,0	867,3	2,5	1.912,8	1.902,2	(0,6)
Sistemas Regionais <sup>(2)</sup>	525,9	539,6	0,7	408,6	415,2	1,6	934,5	944,8	1,1
<b>Total varejo</b>	<b>1.572,7</b>	<b>1.595,5</b>	<b>1,4</b>	<b>1.274,6</b>	<b>1.302,5</b>	<b>2,2</b>	<b>2.847,3</b>	<b>2.898,0</b>	<b>1,8</b>
Atacado	274,2	284,5	3,7	24,9	27,9	12,0	299,2	312,4	4,4
Água de reuso	-	0,0	-	-	-	-	-	0,0	-
<b>Total</b>	<b>1.847,0</b>	<b>1.880,2</b>	<b>1,8</b>	<b>1.299,5</b>	<b>1.330,4</b>	<b>2,4</b>	<b>3.146,5</b>	<b>3.210,6</b>	<b>2,0</b>

(1) Não quantado

(2) Composto pelas regiões do Interior e Interior

A receita operacional líquida alcançou R\$ 6,4 bilhões, uma evolução de 6,4% sobre 2007.

Quadro 12 - Receita Líquida



Seguindo a diretriz de "Crescimento com Sustentabilidade", a Empresa definiu ações com vistas ao aumento de receita, com destaque para:

- ◆ vender produtos e serviços para grandes clientes, em especial com a Plataforma Sabesp Soluções Ambientais, apresentada na seção Reposicionamento da Sabesp diante do Novo Marco Regulatório;
- ◆ intensificar as ações para diminuir a inadimplência;
- ◆ acelerar o programa de alienação de imóveis não operacionais; e
- ◆ intensificar as negociações com municípios permissionários.

### **Custos e Despesas**

Os custos e despesas tiveram acréscimo de 6,2%. A participação destes na receita líquida manteve-se estável em 65,0%.

A crise econômica motivou também uma série de medidas para contenção de despesas, tais como:

- ◆ contingenciamento de R\$ 91 milhões em 2008;
- ◆ suspensão de reformas e obras não prioritárias; e
- ◆ manutenção das despesas orçadas para 2009 no mesmo nível de 2008.

Além disso, tiveram prosseguimento outras ações para redução de despesas, tais como:

- ◆ adequar o quadro de pessoal, que ocorrerá no período 2009-2011;
- ◆ reduzir gastos com frota de automóveis: 24,9% da frota própria foi substituída por frota alugada. Isso representou, ao longo de 2008, economia de R\$ 2,0 milhões;
- ◆ acirrar a competição em licitações com a ampliação do uso de pregões eletrônicos; e
- ◆ dar continuidade ao programa de eficiência energética.

Com relação ao programa de eficiência energética, a Sabesp vem desenvolvendo diversas ações com o objetivo de reduzir os custos com energia na operação, com destaque para:

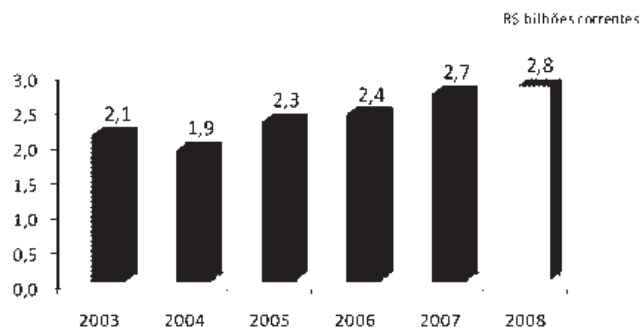
- ◆ revisão dos contratos de fornecimento de energia elétrica, adequando-os às características de consumo. Em 2008, a economia obtida foi de R\$ 2,3 milhões.
- ◆ migração de 11 unidades consumidoras do Ambiente de Contratação Regulado para o Ambiente de Contratação Livre, em 2004 e 2005, tendo alcançado as seguintes economias:

Quadro 13 - Economia nos gastos com energia elétrica obtida com a migração					
R\$ milhões correntes					
2004	2005	2006	2007	2008	Total Acumulado
8,8	25,1	35,1	40,1	15,7	124,8

### **Resultado Operacional**

O resultado medido pelo LAJIDA (Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) foi de R\$ 2,8 bilhões em 2008, resultado 5,2% superior ao obtido em 2007. A margem LAJIDA fechou o ano em 44,7%.

Quadro 14 - LAJIDA



#### **Análise do endividamento**

A dívida líquida fechou o ano de 2008 em R\$ 6.243,1 milhões, um aumento de 19,6%, comparada aos R\$ 5.220,2 milhões registrados em 2007. Ao final de 2008, o endividamento atrelado à moeda estrangeira correspondia a 33,2% comparado a 21,8% em 2007.

Em decorrência da necessidade de refinanciamento de dívidas e do maior volume de investimentos realizados no ano de 2008, a Sabesp contraiu novas dívidas no valor de R\$ 1.049,9 milhões. Considerando que no mesmo período a Companhia amortizou um total de R\$ 629,5 milhões de dívidas, o saldo líquido foi um aumento de R\$ 420,4 milhões no endividamento total. A alavancagem financeira medida pelo indicador Dívida Líquida/LAJIDA passou de 1,9x em 2007 para 2,1x em 2008.

#### **Fontes de Recursos**

Para viabilizar o Plano Plurianual de Investimentos, a Sabesp está negociando e já contratou para seus programas os seguintes empréstimos e financiamentos:

##### **Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID**

Em julho de 2008 foi encerrado o contrato celebrado em 2000 junto ao BID no valor de US\$ 200 milhões para financiar a 2ª etapa do Projeto Tietê. O contrato se encerrou com a realização de 100% de desembolso e com o cumprimento das metas e objetivos contratuais.

A Empresa está negociando com o BID um financiamento no valor de US\$ 600 milhões para a 3ª etapa do Projeto. A contrapartida da Sabesp corresponderá a US\$ 200 milhões, o que totaliza um investimento de US\$ 800 milhões. A expectativa é que a contratação do financiamento ocorra no 2º semestre de 2009.

##### **Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD**

A Sabesp está negociando com o BIRD um financiamento para o Programa Mananciais, que integra o Programa Vida Nova. O Programa Mananciais conta com a participação do Estado e de vários municípios, além da Sabesp, e coordenação geral da Secretaria



de Saneamento e Energia. Do montante total a ser aplicado no Programa, aproximadamente US\$ 281,8 milhões, caberá à Sabesp a maior participação, US\$ 125 milhões, dos quais US\$ 100 milhões correspondem a recursos financiados e US\$ 25 milhões de contrapartida. A expectativa é que a contratação do financiamento ocorra no 1º semestre de 2009.

#### **Japan International Cooperation Agency - JICA<sup>3</sup>**

Em 2004 foi celebrado junto ao Japan Bank for International Cooperation (JBIC) contrato de financiamento, no valor de ¥ 21.320 milhões, para a execução do Programa Onda Limpa. Até dezembro de 2008 foi desembolsado, aproximadamente, 71% do montante.

A Sabesp está negociando com a JICA novos financiamentos para três programas, conforme resumo abaixo:

- ◆ **Financiamento complementar ao Programa Onda Limpa:** a Companhia foi autorizada pela Comissão de Financiamentos Externos (COFIEEX) a negociar com a JICA um financiamento de até US\$ 381,1 milhões e US\$ 33,1 milhões de contrapartida, totalizando US\$ 414,2 milhões.
- ◆ **Programa Pró-Billings:** o programa será executado na área da Represa Billings em São Bernardo do Campo. O montante estimado para o Programa é de US\$ 123 milhões, sendo US\$ 61,5 milhões de financiamento e US\$ 61,5 milhões de contrapartida. A expectativa é que a contratação do financiamento ocorra até o final de 2009.
- ◆ **Programa de Redução de Perdas de Água:** o financiamento da 2ª etapa está sendo negociado com a JICA. Para esta etapa o programa prevê um montante estimado de US\$ 565,0 milhões, sendo US\$ 480,0 milhões de financiamento e US\$ 85,0 milhões de contrapartida.

#### **Caixa Econômica Federal - CEF**

A Sabesp celebrou no período de 2003-2008 contratos com a CEF, que correspondem a investimentos de aproximadamente de R\$ 2,1 bilhões, dos quais R\$ 1,8 bilhão é financiado. Deste montante, foram celebrados contratos em 2008 com investimento de aproximadamente R\$ 948 milhões, dos quais R\$ 792 milhões são financiados.

---

<sup>3</sup> A partir de 1º de outubro/2008 a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) incorporou as operações de empréstimo AOD (Assistência Oficial para o Desenvolvimento) do Banco Japonês de Cooperação Internacional (JBIC)

#### ***Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES***

A Sabesp tem atualmente dois contratos junto ao BNDES, que totalizam investimentos da ordem de R\$ 325 milhões, dos quais R\$ 304 milhões são financiados. O primeiro contrato, firmado em novembro de 2007 no valor de R\$ 130 milhões, compõe parte da contrapartida da Empresa no Programa Onda Limpa. O segundo, firmado em maio de 2008, refere-se a projetos a serem executados em municípios da Região Metropolitana de São Paulo, no âmbito da 3ª etapa do Projeto Tietê. O investimento previsto é de aproximadamente R\$ 195 milhões com financiamento de R\$ 174 milhões.

Em julho de 2008 foi encerrado o contrato celebrado em 2002 com o BNDES, no valor de R\$ 240 milhões, para financiar parte da contrapartida da Sabesp na 2ª etapa do Projeto Tietê. O contrato se encerrou com a realização de 100% de desembolso e com o cumprimento das metas e objetivos contratuais.

#### ***Empréstimos***

Em maio de 2008 ocorreu a assinatura do contrato de empréstimo junto ao BID e bancos privados denominado "AB LOAN", no valor de US\$ 250 milhões, cujo desembolso ocorreu integralmente no mês de junho de 2008. Tais recursos foram utilizados para o refinanciamento de dívidas vincendas e para a execução de parte do plano de investimentos da Companhia, mais especificamente na conclusão das obras complementares do Projeto Tietê Etapa II e à antecipação da execução da Etapa III.

Em junho de 2008, a Empresa liquidou o saldo de US\$ 98 milhões do Eurobônus 2008.

A Companhia arquivou em outubro de 2008 o 2º Programa de Distribuição de Valores Mobiliários, no valor de até R\$ 3 bilhões, junto a Comissão de Valores Mobiliários (CVM). No âmbito do Programa, ainda em outubro a Empresa realizou a 9ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor de R\$ 220 milhões.

#### ***Mercado de Capitais***

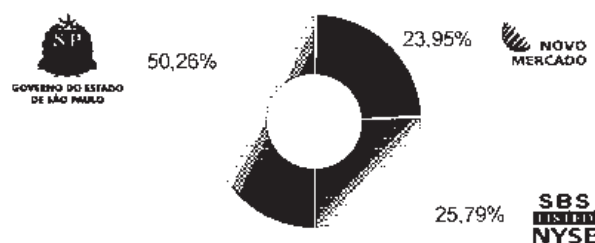
Em um ano de grande queda do valor das ações, o papel da Sabesp acumulou perda inferior ao índice Ibovespa. A ação encerrou o ano cotada a R\$ 27,76, uma desvalorização de 33% em comparação ao final de 2007, enquanto o principal índice da bolsa de valores de São Paulo registrou queda de 41% no mesmo período. O valor de mercado da Companhia no fechamento de 2008 era de R\$ 6,3 bilhões, ou 66% do Patrimônio Líquido contabilizado.

Mesmo com a considerável queda do valor da ação, o volume financeiro de movimentação das ações da Empresa - R\$ 3,2 bilhões - sofreu redução de apenas 14% em comparação ao ano de 2007, resultado da alta liquidez da ação da Sabesp, o que garantiu a presença do papel em 100% dos pregões, com média de 843 negócios ao dia, desempenho 43% superior a 2007.

Seguindo a tendência de queda do mercado acionário internacional em 2008, a cotação dos American Depositary Receipts (ADR) da Companhia registrou desvalorização de 48%, fechando o ano a US\$ 24,21. A quantidade negociada na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE) cresceu

29% e a quantidade em circulação aumentou 14%, em comparação a 2007. Com isto, a quantidade de ADRs em circulação na NYSE superou a quantidade de ações em circulação na BM&FBovespa. O volume financeiro negociado na NYSE em 2008 foi de US\$ 3,8 bilhões (R\$ 8,9 bilhões ), representando um crescimento de 13%.

Quadro 15 – Composição acionária em 31/12/2008



A ação Sabesp é negociada na Bolsa de Valores de São Paulo sob o código SBSP3 e na NYSE sob o código SBS e continua integrando os principais índices da BM&FBovespa, sendo que pelo segundo ano consecutivo, participa da carteira teórica do ISE.

#### Dividendos

Em 2008, a Sabesp pagou R\$ 300,7 milhões em dividendos a título de juros sobre capital próprio, o que representou 28,5% do lucro líquido de 2007, correspondendo a R\$ 1,32 por ação ordinária. Com relação ao ano de 2008, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 296,2 milhões, correspondendo a R\$ 1,30 por ação ordinária, a ser pago em até sessenta dias após a realização da Assembléia Geral Ordinária, que aprovará as contas de 2008.

#### Rating

De acordo com a Standard & Poor's, a Sabesp possui rating de crédito "BB-" na escala global e para emissões em moeda estrangeira. Na escala nacional, para as emissões em curso e para a Companhia, o rating é "brA+". Em setembro de 2008, a Standard & Poor's reafirmou os ratings da Companhia em razão da "melhora contínua em seu desempenho financeiro e avanços nas negociações de contratos de serviços pendentes com os municípios do Estado de São Paulo" e alterou a perspectiva do rating, que passou de estável para positiva.

Na avaliação da Fitch Ratings Brasil, a classificação de risco de crédito da Companhia é "BB" para emissões em moeda estrangeira e "A+(bra)" para emissões em moeda local. A Fitch não emite, para a Sabesp, rating de crédito nas escalas global e nacional.

Quadro 16 - Classificação de Risco		
Rating	Standard & Poor's	Fitch Ratings
Escala Global	BB-	BB
Emissão Moeda Estrangeira	BB-	BB
Escala Nacional	brA+	A+(bra)
Emissão Nacional	brA+	A+(bra)
Perspectiva	Positiva	Positiva

## 2. Gestão Ambiental

A diretriz “Soluções Ambientais” estabelece que a Sabesp deve incorporar em sua dinâmica de atuação a implementação de políticas voltadas para a sustentabilidade ambiental e o fortalecimento do compromisso com o meio ambiente, perante a sociedade.

Neste sentido, em 2008 a Sabesp atuou em várias frentes para aprimorar a gestão ambiental, na busca da universalização dos serviços de saneamento. Buscou-se conjugar, em linha com o conceito de sustentabilidade, os resultados econômico-financeiros com a preservação ambiental e o desenvolvimento social, de forma integrada e com ganhos de sinergia.

### *Política de Meio Ambiente*

Após audiências públicas, foi aprovada em janeiro de 2008 uma nova Política de Meio Ambiente, que estabeleceu diretrizes para a gestão ambiental da Empresa, buscando o seu redirecionamento e orientando suas ações no sentido de ir além do atendimento adequado e eficiente aos municípios e do equacionamento do passivo ambiental, atuando de maneira a contribuir para o desenvolvimento sustentável e a excelência ambiental. As novas diretrizes foram baseadas na abordagem sistêmica do meio ambiente, permitindo o planejamento integrado e a sustentabilidade dos processos nas dimensões econômica, ambiental e social e o uso sustentável dos recursos naturais.

### *Rede de Gestão Ambiental*

A Sabesp prosseguiu em 2008 a tarefa de fortalecer a Superintendência de Gestão Ambiental, criada em 2007. Implantou, ao longo do ano, 20 “Núcleos de Gestão Ambiental” (NGAs), atendendo a todas as Unidades de Negócios e algumas superintendências de apoio para estabelecer uma atuação integrada e administrar as demandas ambientais específicas de cada região. Os NGAs são ainda os disseminadores dos programas corporativos e atuam como elo no fluxo de informações entre as unidades operacionais e a área corporativa.

### *Certificação ISO 14001*

A obtenção da certificação ISO 14001 é uma das metas estratégicas da Companhia, visando certificar 10% das unidades operacionais até o final de 2010, constituindo-se na 1ª fase do programa. Isto corresponde a 65 Estações de Tratamento de Água (ETAs) ou Estações de Tratamento de Esgotos (ETEs). Atualmente, a Sabesp possui quatro ETEs certificadas, na Região

Metropolitana de São Paulo (municípios de Salesópolis (Sede e Remédios), Arujá e Biritiba Mirim), que servem como projeto-piloto.

### ***Gestão da Conformidade Ambiental***

A gestão da conformidade ambiental está relacionada à estruturação e implantação de programa para equacionamento do passivo ambiental, voltado para cumprimento dos Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) e Acordos Judiciais e para regularização e manutenção das licenças ambientais e das outorgas de direito de uso dos recursos hídricos do seu parque operacional.

A Empresa está atuando de forma pró-ativa e preventiva, estabelecendo compromissos e formalizando Termos de Ajustamento de Conduta com os órgãos fiscalizadores e com o Ministério Público, contemplando em seu planejamento orçamentário os recursos destinados a esse fim.

Em parceria com a área jurídica vem-se uniformizando a abordagem e o suporte às atividades jurídico-legais de maneira eficiente, eficaz e corporativa. Este trabalho inclui a formação de peritos e assistentes técnicos internos.

Considerando-se a necessidade de renovação periódica das licenças e outorgas, a Sabesp vem aprimorando seus instrumentos de gestão para monitorar suas atividades e instalações. Em novos empreendimentos, a análise da viabilidade e conformidade ambientais está presente nas etapas de concepção, implantação e operação.

### ***Participação nos Colegiados de Recursos Hídricos***

Os Comitês de Bacias Hidrográficas são órgãos colegiados descentralizados e organizados por bacias hidrográficas, compostos por representantes do governo, dos usuários e da sociedade civil, direta ou indiretamente envolvidos na gestão participativa dos recursos hídricos.

A Sabesp é representante do segmento “Estado” em todos os 21 comitês estaduais e nos 2 comitês federais em atuação no estado. A Empresa atua também nas Câmaras Técnicas dos Conselhos Federal e Estadual de Recursos Hídricos.

Para garantir uma participação ativa e qualificada desses representantes, foram estabelecidas diretrizes corporativas para representação institucional junto aos Sistemas Nacional e Estadual de Gestão de Recursos Hídricos. O processo inclui troca de experiências entre os representantes da Empresa e a disseminação de conhecimentos da área em questão.

### ***Educação Ambiental***

A Sabesp deu continuidade, ao longo do ano de 2008, ao processo de estruturação do Programa de Educação Ambiental Sabesp (PEA Sabesp), em consonância com as diretrizes estratégicas e com a Política de Meio Ambiente da Empresa. Também houve o alinhamento do programa com os princípios das conferências internacionais em Educação Ambiental, bem como com a legislação ambiental e com as diretrizes das políticas nacional e estadual de

Educação Ambiental. Em paralelo, ocorreu, em 2008, o treinamento presencial de 900 empregados e 100 multiplicadores.

Os projetos de Educação Ambiental voltados para a comunidade transmitem conceitos, de forma lúdica e interativa, por meio de teatro, dança, música, mímica, oficinas de desenho e cartilhas. Eles se destinam, sobretudo, ao público infanto-juvenil, alunos de escolas públicas e particulares, professores e comunidades de baixa renda. Entre os projetos, destacam-se: Sabesp nas Escolas, Clubinho Sabesp, Sabesp Ensina, Educando para a Cidadania, Visitas monitoradas às instalações operacionais, Programa de Uso Racional da Água (PURA) e Programa Água na Escola.

### **Gestão das Emissões de Carbono**

A Sabesp realizou em 2008 seu primeiro inventário de emissões de gases de efeito estufa (GEE). O resultado obtido foi 1.719.158,89 toneladas de CO<sub>2</sub>e (dióxido de carbono equivalente), ano-base 2007. A principal fonte de emissões diretas da Empresa é o processo de coleta e tratamento de esgotos, responsável por 93,23% do total. Em seguida, estão as emissões indiretas resultantes do consumo de energia elétrica, as quais contabilizaram 3,66%. O escopo do inventário e o total das emissões de GEE encontram-se na tabela que segue.

Quadro 17 - Totais de emissões diretas e indiretas de gases de efeito estufa (GEE) por peso		
TIPO DE EMISSÕES	ATIVIDADE	TONELADAS DE CO <sub>2</sub> e
Direta	Escopo 1	
	Tratamento de Esgotos (tratado e não tratado)	1.590.268,42
	Frota Própria de Veículos	22.105,79
	Frota Náutica	4,36
	Geradores e outros Maquinários	23.221,98
Indireta	Escopo 2	
	Energia Elétrica	62.927,61
	Escopo 3	
	Frota Terceirizada	70.365,19
	Transporte Aéreo	265,54
TOTAL		1.719.158,89

Complementarmente, a Sabesp elaborou estudos de viabilidade de projetos para redução de emissões nos processos de tratamento de esgotos e para maior eficiência no uso de energia elétrica. Foram identificadas as seguintes oportunidades para futura redução das emissões de GEE pela Empresa:

- ◆ Implantação do Programa Corporativo de Controle e Redução de Perdas de Água;
- ◆ Utilização de queimadores de biogás mais eficientes (modelos fechados) do que os equipamentos existentes em grandes estações de tratamento de esgotos;
- ◆ Utilização de biogás em pequenas centrais termelétricas (PCTs) nas ETEs;
- ◆ Cobertura de lagoas de estabilização de esgotos para captação e destruição de metano ou conversão de biogás em energia.

A Sabesp também desenvolve projetos de reflorestamento para recuperação de matas ciliares e áreas de proteção de mananciais, os quais possuem potencial para compensar parte das emissões de GEE da Empresa.

Outra importante iniciativa da Empresa foi a sua participação na 6ª edição do “Carbon Disclosure Project” (CDP), de forma a possibilitar, pelo 3º ano consecutivo, o acesso, aos públicos de interesse, às informações sobre o desenvolvimento desse tema na Sabesp.

### ***Boas Práticas Ambientais***

#### ***Programa de Plantio e Viveiro de Mudanças***

A Sabesp mantém os viveiros florestais do Jaguari (Vargem), Morro Grande (Cotia) e Jales, cuja capacidade de produção total é de aproximadamente 300 mil mudas por ano. A maior parte das mudas se destina ao plantio nas áreas de preservação permanente (APP) do entorno de represas e à recomposição das matas ciliares. Em 2008 foi instalada na estufa do viveiro do Jaguari uma estrutura com capacidade inicial para produzir 50 mil mudas/mês em tubetes, contribuindo para o aumento da produtividade.

#### ***Recomposição Florestal***

##### ***Programa Verde Vida***

O projeto visa a recomposição da mata ciliar no Rio Canoas, no município de Franca, e no Rio Paraíba do Sul, nos municípios de São José dos Campos, Pindamonhangaba, Roseira, São Luiz do Paraitinga, Canas e Arapeí.

Esses programas foram realizados em parceria com a comunidade local e organizações da sociedade civil. Em 2008 foram plantadas 1.600 mudas em Franca e 35.870 no Vale do Paraíba. O total plantado desde 2001 supera 154.000 mudas. O programa terá continuidade ao longo de 2009.

##### ***Reserva Florestal Morro Grande***

A reserva florestal do Morro Grande, de propriedade da Sabesp, está localizada no município de Cotia e apresenta área total de 109,5 km² (10.950 hectares), dos quais 2,6% externos ao seu limite, que correspondem à ETA Morro Grande, operada pela Sabesp.

A reserva foi criada pela Lei Estadual nº 1.949/1979, com a destinação específica de preservação da flora e da fauna e proteção aos mananciais.

A totalidade de sua área encontra-se recoberta por florestas, primárias e secundárias, pertencentes ao Domínio da Mata Atlântica. A área protegida corresponde às cabeceiras do rio Cotia e desde 1916 forma o sistema produtor Alto Cotia constituído pelas represas Pedro Beicht e Cachoeira da Graça, beneficiando uma população de 350 mil habitantes.

A reserva encontra-se entre as áreas prioritárias para conservação, uso sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade brasileira. Ela está inserida na reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo, a qual é integrante da Rede Mundial de Reservas da Biosfera, do Programa “Man and Biosphere” (MAB) “O Homem e a Biosfera” da Unesco, instituída em junho de 1994.

### ***Biossólidos***

O Projeto Biossólidos visa desenvolver tratamento adequado para o lodo proveniente das Estações de Tratamento de Esgotos Sanitários, a fim de transformá-lo em composto fertilizante e condicionador de solo para uso agrícola. Com esta medida, a Sabesp reduz a disposição do lodo em aterros, cada vez mais restritos e de alto custo operacional, e transforma em produto, o principal resíduo de sua operação.

Na região de Franca, durante o ano de 2008, 10.704 m<sup>3</sup> de biossólido foram aplicados na agricultura. Também neste ano foi lançado o Sabesfértil São José dos Campos gerado na área de compostagem da ETE Lavapés.

### ***Programa Sabesp 3Rs***

A coleta seletiva de resíduos foi ampliada na Sabesp a partir do lançamento do Programa Sabesp 3Rs nos Complexos Administrativos Costa Carvalho e Sumidouro (Pinheiros/SP) em abril de 2008. Assim, o programa passou a envolver os três maiores complexos administrativos da Empresa, nos quais trabalham aproximadamente 4 mil pessoas, incluindo os prestadores de serviços. Para a implantação desse programa foram realizadas as seguintes atividades:

- ◆ instalação de infra-estrutura para descarte seletivo;
- ◆ plano de comunicação visual;
- ◆ instalação de um pátio de compostagem;
- ◆ criação de um ponto de entrega de materiais recicláveis e de óleo de cozinha usado;
- ◆ instalação de central de armazenamento de recicláveis;
- ◆ realização de encontros educativos com a participação de mais de 700 pessoas entre empregados, terceirizados, estagiários e aprendizes.

A partir dessas iniciativas foi possível alcançar uma redução média diária na quantidade de resíduos encaminhada para aterro sanitário de cerca de 1 m<sup>3</sup>/dia.

Em paralelo, foram iniciados os preparativos para revitalização do programa no Complexo Administrativo da Ponte Pequena e elaborado um procedimento empresarial no qual se encontram as diretrizes para a implantação do Programa Sabesp 3Rs em todas as unidades administrativas da Companhia.

### ***Abraço Verde***

Projeto que visa a arborização do entorno das 4 mil instalações da Sabesp em toda base operada. O primeiro plantio deu-se no Complexo Administrativo Ponte Pequena no Dia da Árvore, com participação de autoridades, ONGs e moradores da Comunidade do Gato. Os protetores utilizados foram fabricados em “madeira plástica” na entidade beneficente Fazenda Esperança.



#### ***Papel Reciclado***

A Sabesp utiliza aproximadamente 2,4 milhões de folhas de papel A4 reciclado por mês (cerca de 12t de papel/mês), preservando o equivalente a 288 árvores. O papel é utilizado para a impressão de correspondência das atividades administrativas e de contas mensais de serviços de água e/ou esgotos no interior. A Empresa está gradativamente substituindo o papel branco A4 por papel reciclado na impressão de comunicações internas, avisos, ofícios e cartões de visita.

#### ***Parque da Integração***

O Parque da Integração está em construção sobre a faixa onde estão aterradas as tubulações da adutora Rio Claro e levará melhores condições de vida à população que reside entre os bairros de Sapopemba e São Mateus. A população local participou da concepção dos vários equipamentos, atendendo às demandas de lazer de cada faixa etária. Foram construídas quadras esportivas, pistas de skate, canchas de bocha e mesas de jogos.

Após a sua conclusão, várias ruas serão interligadas entre os bairros Jardim Redenção – Sapopemba e Jardim Vera Cruz – São Mateus, facilitando as atividades do cotidiano dos moradores da região, que poderão utilizar a infraestrutura oferecida pelo parque para caminhar até o trabalho.

Com o objetivo de conservar a área contemplada, o Parque da Integração irá fomentar a participação da comunidade com o desenvolvimento de projetos socioambientais que façam o melhor uso da sua infra-estrutura e agregue valor a essa integração, garantindo a sustentabilidade social e física da Adutora Rio Claro.

#### ***Parcerias***

Além das ações de gestão ambiental corporativa, foram lançados em 2008 projetos em prol do meio ambiente, envolvendo engajamento com a sociedade e parcerias com organizações não governamentais. As iniciativas mais relevantes são destacadas a seguir:

- ◆ PROL – Programa de Reciclagem de Óleo de Fritura
- ◆ Planeta Sustentável
- ◆ Programa “Um Milhão de Árvores no Cantareira”
- ◆ De Olho na Mata Atlântica
- ◆ Audiências de Sustentabilidade

### **3. Responsabilidade Social**

Este capítulo é dedicado ao relacionamento da Sabesp com as diversas partes interessadas: clientes, municípios, agentes de controle e regulação, acionistas, financiadores, parceiros da

cadeia de suprimentos, entidades da sociedade civil, colaboradores e demais agentes, conforme estabelecido pela diretriz “Proatividade nos relacionamentos externos”.

Em 2008, importantes avanços no campo da responsabilidade social tiveram impacto direto na gestão com os colaboradores e no relacionamento com as partes interessadas. A Sabesp tem a crença no poder das parcerias para o desenvolvimento sustentável e na melhoria da qualidade de vida. Sempre assumindo a responsabilidade socioambiental como um compromisso da maior importância e buscando alinhar suas atividades aos dez princípios do Pacto Global da ONU e aos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), a Empresa fundamenta suas ações na gestão ética e na sustentabilidade.

#### **Indicadores de Capital Humano**

A Sabesp contava em 2008 com 16.649 empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho e 328 estagiários. Além disso, a Empresa propicia oportunidade a 539 jovens aprendizes contribuindo para a formação da cidadania, capacitação e inserção no mercado formal de trabalho, gerando oportunidade de profissionalização. A Sabesp não trabalha com mão de obra terceirizada, contratando serviços conforme a necessidade. Do efetivo de pessoal 81,5% são homens e 18,5% mulheres, com uma média de 18 anos de Empresa, sendo que há uma concentração de 70% acima da faixa etária de 40 anos. Com relação à escolaridade, 23,6% dos empregados possuem apenas o ensino fundamental, 44,4% possuem ensino médio e 32% tem nível universitário. Com relação à distribuição por etnia, há 14.111 brancos, 2.250 pardos / negros, 264 amarelos, um indígena e 23 não declarados. A Sabesp atende ao Decreto 3.298, de 1999, que determina a reserva de 5% das vagas oferecidas nos processos de concursos públicos para pessoas com deficiência.

Quadro 18 - Colaboradores por categoria		
Categoria	2007	2008
Gerentes	578	585
Universitários	2.899	2.854
Adm./Técnicos	6.911	6.823
Operacionais	6.462	6.387
Sub total	16.850	16.649
Estagiários	337	328
Aprendizes	528	539
Total	17.715	17.516

**Quadro 19 - Rotatividade de Empregados Total, por Gênero, Faixa Etária e Região - 2008**

<b>Rotatividade</b>	<b>%</b>
Gênero	
Mulheres	1,0
Homens	1,3
Faixa etária	
20 a 40 anos	1,5
41 a 55 anos	0,9
Acima de 55	2,1
Região	
RMSP	1,3
Interior e Litoral	1,1
Total empresa	1,3

#### **Relacionamento com Clientes**

A valorização do cliente faz parte da diretriz “Proatividade nos relacionamentos externos”. Neste sentido, a Sabesp tem se empenhado em aprimorar o atendimento e a prestação de serviços; revisar normas comerciais, em conformidade com as melhores práticas de defesa do consumidor. Uma demonstração deste novo compromisso está refletida na inclusão de um indicador de satisfação do cliente no conjunto de metas que rege a participação dos empregados nos lucros.

Também realiza desde 2005, pesquisa de satisfação dos clientes, com o objetivo de monitorar a evolução do grau de satisfação, permitindo detectar e atuar nos pontos favoráveis, nos falhos e nas oportunidades de melhorias. Os resultados ainda são incorporados ao Planejamento Estratégico e Operacional da Empresa, permitindo identificar e promover ajustes para que o direcionamento empresarial esteja alinhado à opinião dos clientes. Em 2008 identificou-se a ordem de relevância dos produtos e atendimento comercial e operacional na opinião do cliente, sendo Água: 58%, Esgotos: 26% e Atendimento: 15%. Com relação à satisfação final com os produtos e serviços – observou-se Água: 81%, Esgotos: 67% e Atendimento: 78%. De forma consolidada a satisfação geral da Sabesp encontra-se em 80%.

#### **Ouvidoria: Canal de Atendimento e Mediação**

A Ouvidoria, canal qualificado de atendimento de segunda instância, atua na mediação dos conflitos entre a Empresa e seus clientes. Em 2008, foram realizados 74.065 atendimentos e protocoladas 25.891 manifestações consideradas Processos de Ouvidoria. Em parceria com o Poder Judiciário, a Ouvidoria vem desenvolvendo o JEC/Digital, que propicia atendimento diferenciado no sistema de Juizados Especiais Cíveis, buscando soluções amigáveis para reclamações dos clientes, evitando que eles cheguem a uma ação judicial. Em 2008, o JEC/Digital efetuou 734 atendimentos, com 719 audiências agendadas até dezembro de 2008 e 66% de acordos na fase de conciliação. Outra parceria se dá com os Serviços de Atendimento ao Consumidor Procon. Em 2008, foram recebidas 1.197 CIPs (Cartas de Informação Preliminar) do

Procon da capital e 899 dos Procons Municipais, que resultaram em 2.096 atendimentos aos clientes, ainda nas fases iniciais de apreciação.

#### ***Relacionamento com os Investidores***

Visando manter acionistas e investidores sempre informados sobre suas operações, estratégias e resultados, em 2008 a Sabesp intensificou seu relacionamento com este público.

Além da reunião pública e das tradicionais conferências de resultados, a Companhia aumentou sua exposição em conferências para investidores institucionais e pela primeira vez participou de eventos direcionados a investidores pessoas físicas. Foram 16 conferências/roadshows no Brasil e no exterior (São Paulo, México, Estados Unidos, Inglaterra, Japão e Cingapura). Objetivando proporcionar maior transparência e facilidade no acesso a informações sobre a Companhia, a Sabesp ampliou a disponibilidade de informações no site de relações com investidores e fez uso do mailing como ferramenta de comunicação.

#### ***Relacionamento com Fornecedores***

O marco regulatório do setor de saneamento básico insere a Empresa em um ambiente em que as práticas comerciais devem levar em consideração os ditames da legislação de defesa da concorrência, especialmente a Lei 8.884/1994. A Sabesp deu a máxima publicidade ao mercado sobre seu planejamento de compras, no sentido de estimular a concorrência. A Empresa concebeu suas “Diretrizes Concorrenciais nas Compras Públicas”, nas quais estabelece as linhas gerais para ampliar o leque de fornecedores e promover competição. Além disso, aborda as habilitações em licitações e a eventual criação de barreiras à entrada de concorrentes. Outra iniciativa da Sabesp foi a assinatura de convênio de cooperação técnica com os órgãos de defesa da concorrência: Secretaria de Acompanhamento Econômico (SEAE) e Secretaria de Direito Econômico (SDE), que prevê intercâmbio de informações, auxílio técnico e elaboração de análises e de estudos nas áreas de concorrência e regulação econômica relacionadas ao setor de saneamento básico. Ressalta-se ainda que durante o ano de 2008, foram realizados 981 pregões eletrônicos, no valor de R\$ 889 milhões, com economia de R\$ 122 milhões. Há especial destaque para que todos os fornecedores atentem para a abolição de trabalho infantil e forçado nos serviços realizados, cláusula específica mencionada em contrato.

### **Relacionamento com os Colaboradores**

As políticas da Sabesp refletem seu compromisso em atuar de forma responsável e contribuir para a garantia dos direitos humanos no seu relacionamento com o público interno, expresso no seu Código de Ética e Conduta: “os dirigentes e empregados, independentemente da posição hierárquica, exercerão suas funções baseados no comportamento ético, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade ou quaisquer outras formas de discriminação”. Tais premissas são colocadas em prática como demonstrado a seguir:

Manutenção, em 2008, da Certificação Integrada, que tem como base as normas ISO 9001 de Qualidade e OSHAS 18001 de Segurança e Saúde Ocupacional, visando tornar a Sabesp “padrão mundial de excelência na prestação dos serviços de saneamento ambiental”.

O processo de negociação coletiva permite aos empregados participar de entidades e associações como forma do pleno exercício de direito. A Participação nos Lucros e Resultados integrou o Acordo Coletivo 2007/08, representando uma folha-base distribuída conforme as metas atingidas. A Sabesp contribuiu em 2008 com o percentual de 2,1% da folha de pagamento mensal em previdência privada, com a Sabesprev e desta forma vêm garantindo aos seus empregados a possibilidade de desfrutar de benefícios previdenciários suplementares aos da Previdência Oficial.

Em 2008, foram investidos R\$ 8 milhões em educação contínua por meio da Universidade Empresarial Sabesp, proporcionando 120 mil participações em atividades de capacitação, que correspondem a 50,2 horas/empregado de treinamento.

O Programa de Gestão do Conhecimento lançado em 2008 implantou diversas práticas: Comunidade Virtual, Relato de Viagens e Eventos Externos, Banco de Especialidades entre outros.

O Programa de Segurança e Saúde Ocupacional tem como objetivo garantir condições de trabalho mais seguras. Desenvolveram-se diversas ações institucionais como campanhas, treinamentos e inspeções de segurança de forma a enraizar os valores de uma cultura de prevenção e a minorar o número de acidentes do trabalho. Observou-se uma diminuição de acidentes do trabalho com afastamentos típicos, excluídos os de trajeto, uma vez que em 2007 foram 351 acidentes e em 2008 foram 210 acidentes. Para 2009 a meta da Sabesp é de 173 acidentes.

O Programa de Qualidade de Vida - Viver Feliz tem como foco a promoção da vida saudável e do bem-estar por meio de mudança cultural do estilo de vida. Destaca-se a conquista em 2008 do Selo Ouro Ambiente Livre de Tabaco, por ter banido o consumo de tabaco dentro das dependências da Companhia.

O processo de avaliação por competências permitiu em 2008, 1.095 movimentações, contemplando as diversas categorias de cargo, o que representa a evolução na carreira de 7 % do quadro de pessoal.

A satisfação e o comprometimento dos empregados são monitorados, anualmente, pela Pesquisa de Clima Organizacional, respondida de forma voluntária e confidencial. No ano de 2008, foi priorizada a aplicação dos planos de ação de melhorias propostos nos resultados de 2007, cujo índice de retorno foi de 71%, e o indicador de favorabilidade de 65%.

A Sabesp tem parceria com a Associação para Valorização e Promoção de Excepcionais (AVAPE), e por meio dela propicia oportunidade de inclusão social a 38 profissionais portadores de deficiência.

A valorização e o reconhecimento aos empregados são demonstrados por meio do Prêmio Vida, que em 2008 homenageou mais de 4,5 mil empregados com mais de 10 mil convidados.

#### ***Relacionamento com a Comunidade***

A Sabesp conta com uma grande rede de empregados, inseridos em projetos sociais dos mais diversos, distribuídos nas Unidades, que em 2008 beneficiaram 500 mil pessoas, prioritariamente populações carentes e as comunidades do entorno. Tais atividades contemplam as áreas de educação, esporte, inclusão digital, cultural e eventos comunitários. Essas ações são desenvolvidas de modo a propiciar impactos positivos na qualidade de vida da população, estimulando as pessoas excluídas do mercado de trabalho com qualificação, reabilitação e inclusão social. Em 2008, a Companhia iniciou a implantação do Programa de Voluntariado Empresarial que deve disseminar amplamente o conceito de voluntariado para mais de 1.000 empregados, que deverão estreitar ainda mais o relacionamento com a comunidade.

Um importante exemplo da aproximação da Sabesp com a comunidade e organizações locais, famílias de baixa renda, organizações não-governamentais e associações de amigos de bairros é o Programa de Participação Comunitária. O programa realiza reuniões e visitas periódicas para identificar as demandas da comunidade, priorizar e intermediar soluções, promovendo integração e parcerias. Considerando todos os eventos realizados, o programa atendeu em 2008, uma população superior a 743.627 pessoas.

#### ***Boas Práticas Sociais***

A Sabesp é co-mantenedora do Instituto Criança Cidadã (ICC), que tem como missão investir na formação de jovens provenientes de famílias em situações de dificuldade econômica e social, promovendo a educação, cultura e assistência na Região Metropolitana de São Paulo. Propicia o desenvolvimento comunitário de 6.000 crianças e adolescentes, beneficiando 3.500 famílias.

Destaca-se ainda a força do voluntariado da Sabesp na Campanha do Agasalho, a qual em 2008 arrecadou e distribuiu 3.863.877 peças a 531 entidades assistenciais, além de promover 17 ações de inclusão social e geração de renda.

A Sabesp abre as portas para a comunidade, em suas instalações e no espaço do *showroom*, onde está instalada a Estação Sabesp. Em 2008, ocorreram mais de 460 visitas monitoradas, com a participação de 18.400 pessoas, que receberam diversas informações sobre recursos

hídricos. Foram também realizadas palestras, ministradas para 1.775 pessoas, sobre atitudes mais sensatas quanto à utilização correta do uso da água.

Em 2008, o Programa de Visitas às instalações da Sabesp em Guaraú, Estação Santa Inês e Estação Paiva Castro, atendeu 8.753 mil pessoas, em 253 visitas. O Programa Um Dia na Sabesp atendeu, em 2008, 545 filhos de empregados, em eventos monitorados nas instalações da Empresa.

A Sabesp destinou, ao longo do ano de 2008, R\$ 2,8 milhões como incentivos fiscais ao Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio do CONDECA, cuja missão é “Incentivar, deliberar e controlar as ações da Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente no Estado de São Paulo”.

A Sabesp investiu também, R\$ 9,9 em projetos culturais fundamentados na Lei Rouanet e Lei do Audiovisual.

## Balanco Social Anual / 2008

Impressa: 2009

1 - Base de Cálculo	2008 Valor (Mil reais)			2007 Valor (Mil reais)		
Receita líquida (RL)	6.351.672			5.970.842		
Resultado operacional (RO)	1.169.472			2.047.789		
Falta de pagamento bruta (FPB)	1.240.408			1.171.991		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	95.241	7,68%	1,50%	89.622	7,56%	1,48%
Encargos sociais compulsórios	99.686	8,04%	1,57%	92.271	7,87%	1,55%
Previdência privada	70.370	5,67%	1,11%	58.788	5,02%	0,98%
Saúde	90.158	7,27%	1,42%	85.185	7,27%	1,43%
Segurança e saúde no trabalho	9.973	0,80%	0,16%	7.343	0,63%	0,12%
Educação	825	0,07%	0,01%	849	0,07%	0,01%
Cultura	801	0,06%	0,01%	705	0,06%	0,01%
Capacitação e desenvolvimento profissional	7.338	0,59%	0,12%	5.365	0,46%	0,09%
Creches ou auxílio-creche	1.420	0,11%	0,02%	1.491	0,13%	0,02%
Participação nos lucros ou resultados	53.732	4,33%	0,85%	47.734	4,07%	0,80%
Outros	2.742	0,22%	0,04%	3.125	0,27%	0,05%
<b>Total - Indicadores sociais internos</b>	<b>432.284</b>	<b>34,85%</b>	<b>6,81%</b>	<b>391.478</b>	<b>33,40%</b>	<b>6,56%</b>
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	2.800	0,24%	0,04%	1.574	0,08%	0,03%
Cultura	25.552	2,18%	0,40%	16.376	0,80%	0,27%
Saúde e saneamento	525	0,04%	0,01%	1.249	0,06%	0,02%
Esporte	1.213	0,10%	0,02%	958	0,05%	0,02%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	10.540	0,90%	0,17%	6.952	0,34%	0,12%
<b>Total das contribuições para a sociedade</b>	<b>40.630</b>	<b>3,47%</b>	<b>0,64%</b>	<b>27.109</b>	<b>1,32%</b>	<b>0,45%</b>
Tributos (excluídos encargos sociais)	1.171.955	100,21%	18,45%	1.179.474	57,60%	19,75%
<b>Total - Indicadores sociais externos</b>	<b>1.212.585</b>	<b>103,69%</b>	<b>19,09%</b>	<b>1.206.583</b>	<b>58,92%</b>	<b>20,21%</b>
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	107	0,01%	0,00%	136	0,01%	0,00%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	10.064	0,86%	0,16%	48.077	2,35%	0,81%
<b>Total dos investimentos em meio ambiente</b>	<b>10.171</b>	<b>0,87%</b>	<b>0,16%</b>	<b>48.213</b>	<b>2,35%</b>	<b>0,81%</b>
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficiência na utilização de recursos naturais, a	(x) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 76 a 100%			(x) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 76 a 100%		
<b>6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial</b>	2008			Metas 2009		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	23,32			nd		
Número total de acidentes de trabalho	210			177		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e saúde no ambiente de trabalho foram definidos por:	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) todos(as) + Cipa	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolve	(x) segue as normas de OIT	( ) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolve	(x) seguirá as normas de OIT	( ) incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	(x) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção	(x) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	(x) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção	(x) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(x) são exigidos	( ) não serão considerados	( ) serão sugeridos	(x) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	( ) apoia	(x) organiza e incentiva	( ) não se envolve	( ) apoiará	(x) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as) atendidas pela ouvidoria:	na empresa 25891	no Procon 2086	na Justiça Exptes 734	na empresa nd	no Procon nd	na Justiça nd
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas pela ouvidoria:	na empresa 96%	no Procon 99%	na Justiça Exptes 65%	na empresa nd	no Procon nd	na Justiça nd
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2008: 3.990.459			Em 2007: 4.082.337		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	29,4% governo 1,6% acionistas 37,7% terceiros 0% retido			28,9% governo 7,4% acionistas 16,6% terceiros 16,9% retido		

### 7 - Outras Informações

"Esta empresa não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção"

"Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente."



**COMPANHIA DE SANTEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**  
**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007  
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Ativo	explicativa	2008		2007		explicativa	2008		2007		(Ajustado nota 2:)
		(Ajustado nota 2:)		(Ajustado nota 2:)			(Ajustado nota 2:)		(Ajustado nota 2:)		
Passivo e patrimônio líquido											
Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	5	622.059	464.957	635.232		Emprestimos e financiamentos	187.139	165.767		167.143	
Contas a receber de clientes	6	1.129.746	1.207.885	1.179.746		Emprestimos e financiamentos	1.448.860	747.114		1.448.860	
Saldos com partes relacionadas	7	210.131	348.506	210.131		Soluções, provisões e contribuições sociais					
Estoques		47.678	53.141	47.678		Impostos e contradições a receber	196.056	166.797		196.075	
Impostos a recuperar		4.685	9.414	47.678		Impostos e contradições diferidos	130.409	127.735		130.410	
Débitos com a receber		49.473	41.707	49.478		Impostos e contradições diferidos	64.369	75.749		64.369	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	170.982	198.792	170.982		Impostos e contradições diferidos	13(a)	75.749		75.749	
Total do ativo circulante		2.334.739	2.224.517	2.238.412		Impostos e contradições diferidos	18	680.339		680.339	
						Impostos e contradições diferidos	17	275.007		275.007	
						Impostos e contradições diferidos	17	459.395		459.395	
						Impostos e contradições diferidos	17	198.511		198.511	
						Impostos e contradições diferidos	17	57.149		57.149	
						Impostos e contradições diferidos	17	3.016.895		3.016.919	
						Impostos e contradições diferidos	17	2.454.737		2.454.737	
Total do passivo circulante											
Não Circulante											
Realizável a longo prazo:											
Contas a receber de clientes	6	326.472	378.787	336.472		Emprestimos e financiamentos	5.416.248	4.943.127		5.416.248	
Saldos com partes relacionadas	7	980.756	986.988	980.756		Impostos e contradições a receber	114.210	197.635		114.210	
Indenizações a receber	8	140.794	148.794	148.794		Impostos e contradições diferidos	141.492	159.885		141.492	
Impostos judiciais		40.127	19.806	49.127		Provisões para contingências	698.753	855.084		698.753	
Débitos com a receber		192.257	75.202	192.257		Provisões para passivo ambiental	535.435	535.435		535.435	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	475.341	357.276	475.341		Provisões para passivo ambiental	419.871	265.234		419.871	
		2.132.747	1.866.803	2.132.747		Outras obrigações	223.568	103.684		223.568	
						Outras obrigações	7.549.077	6.434.633		7.549.077	
Total do passivo não circulante											
Patrimônio líquido											
Investimentos	9	4.552	740	740		Capital social	6.203.688	3.403.688		6.203.688	
Imobilizado	10	14.926.433	14.051.368	14.926.616		Reserva de capital	124.255	124.255		124.255	
Intangível	11	815.416	516.454	815.416		Reserva de reavaliação	2.339.879	2.339.879		2.339.879	
		17.483.401	14.268.562	17.483.772		Reservas de lucros	106.940	3.017.400		966.160	
Total do ativo não circulante		17.879.148	16.435.395	17.879.491		Total do patrimônio líquido	9.547.915	9.780.532		9.547.915	
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO											
TOTAL DO ATIVO											
20.113.887 18.659.912 20.113.903 20.113.867 18.605.962 20.113.903											

51

28.01.2010

**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**  
**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

	Nota Explicativa	<b>CONTROLADORA</b>		<b>CONSOLIDADO</b>
		<u>2008</u> <u>(Ajustado nota 2)</u>	<u>2007</u>	<u>2008</u> <u>(Ajustado nota 2)</u>
RECEITA BRUTA DAS VENDAS E SERVIÇOS	21	6.838.803	6.448.211	6.838.803
Deduções da receita bruta		<u>(487.131)</u>	<u>(477.369)</u>	<u>(487.131)</u>
RECEITA LÍQUIDA DAS VENDAS E SERVIÇOS		6.351.672	5.970.842	6.351.672
CUSTO DAS VENDAS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	22	<u>(2.831.809)</u>	<u>(2.695.696)</u>	<u>(2.831.809)</u>
LUCRO BRUTO		3.519.863	3.275.146	3.519.863
DESPESAS OPERACIONAIS				
Vendas	22	(718.949)	(639.552)	(718.949)
Administrativas	22	(578.458)	(552.629)	(578.596)
Outras despesas operacionais, líquidas	23	<u>(1.052.984)</u>	<u>(35.176)</u>	<u>(1.052.984)</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS, DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS		<u>1.169.472</u>	<u>2.047.789</u>	<u>1.169.334</u>
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS				
Equivalência patrimonial		<u>(9)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO		1.169.463	2.047.789	1.169.334
Financeiras, líquidas	22	(268.790)	(748.995)	(268.661)
Variações cambiais, líquidas	22	<u>(438.869)</u>	<u>188.038</u>	<u>(438.869)</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>461.804</u>	<u>1.486.832</u>	<u>461.804</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL				
Corrente	13(c)	(548.373)	(543.345)	(548.373)
Diferido	13(c)	<u>150.140</u>	<u>111.777</u>	<u>150.140</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>63.571</u>	<u>1.055.264</u>	<u>63.571</u>
Lucro líquido por ação em R\$	18(b)	<u>0,28</u>	<u>4,63</u>	<u>0,28</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**

**DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reservas de Lucros			Lucros (prejuízos) acumulados	TOTAL
				Reavaliação	Reserva Legal	Reserva para Investimentos		
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006</b>		<b>3.403.688</b>	<b>106.690</b>	<b>2.427.499</b>	<b>254.219</b>	<b>2.826.386</b>	-	<b>9.018.482</b>
Ajuste da Lei 11.638/07	3	-	-	-	-	-	(10.035)	(10.035)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO de 2006 (Ajustados)</b>		<b>3.403.688</b>	<b>106.690</b>	<b>2.427.499</b>	<b>254.219</b>	<b>2.826.386</b>	<b>(10.035)</b>	<b>9.008.447</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	1.048.703	1.048.703
Ajuste da Lei 11.638/07	3	-	-	-	-	-	6.561	6.561
Lucro líquido do exercício ajustado		-	-	-	-	-	1.055.264	1.055.264
Doações		-	17.565	-	-	-	-	17.565
Realização da reserva de reavaliação	10(h)	-	-	(87.670)	-	-	87.670	-
Reserva legal	18(e(i))	-	-	-	52.435	-	(52.435)	-
Juros sobre o capital próprio (R\$ 1,32 por ação)	18(c)	-	-	-	-	-	(300.744)	(300.744)
Reserva para investimentos	18(e(ii))	-	-	-	-	783.194	(783.194)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 (Ajustados)</b>		<b>3.403.688</b>	<b>124.255</b>	<b>2.339.829</b>	<b>306.654</b>	<b>3.609.580</b>	<b>(3.474)</b>	<b>9.780.532</b>
Compensação dos prejuízos acumulados gerados pelos Ajustes da Lei 11.638/07		-	-	-	-	(3.474)	3.474	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	63.571	63.571
Capitalização de Reservas		2.800.000	-	-	-	(2.800.000)	-	-
Realização da reserva de reavaliação	10(h)	-	-	(86.817)	-	-	86.817	-
Reserva legal	18(e(i))	-	-	-	3.178	-	(3.178)	-
Juros sobre o capital próprio (R\$ 1,30 por ação)	18(c)	-	-	-	-	-	(296.188)	(296.188)
Compensação de Prejuízos Acumulados com Reserva para investimentos	18(e(ii))	-	-	-	-	(148.978)	148.978	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008</b>		<b>6.203.688</b>	<b>124.255</b>	<b>2.253.012</b>	<b>309.832</b>	<b>657.128</b>	-	<b>9.547.915</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

	Nota Explicativa	2008 (Ajustado nota 2)	2007	2008 (Ajustado nota 2)
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício		63.571	1.055.264	63.571
Ajustes para reconciliação do lucro líquido:				
Imposto e contribuições diferidos		(152.313)	(104.432)	(152.313)
Imposto e contribuições a recolher		(68.878)	-	(68.878)
Provisões para contingências		461.654	477.772	461.654
Provisão para passivo atuarial Lei 4819/58		535.435	-	535.435
Provisão para perdas controverso Lei 4819/58		409.079	-	409.079
Reversão provisão para perdas		(366)	(945)	(366)
Outras provisões		(497)	155	(492)
Obrigações previdenciárias		71.704	59.931	71.704
Baixas do ativo imobilizado	10(b)	157.978	68.340	157.978
Baixas do ativo diferido		611	1.276	611
Ganho na venda de Imobilizado		-	219	-
Depreciação e amortização	22	617.804	615.988	617.804
Juros calculados sobre empréstimos e financiamentos a pagar		499.593	519.672	499.599
Variações monetárias e câmbias de empréstimos e financiamentos	22	564.095	(87.101)	564.095
Variação monetária de juros sobre o capital próprio		7.338	4.462	7.338
Juros e variações monetárias passivas	14	8.281	12.218	8.281
Juros e variações monetárias ativos		(708.806)	(21.121)	(368.806)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6(c)(i) e 22	336.264	323.339	336.264
Resultado da equivalência patrimonial		9	-	-
Lucro líquido ajustado		3.142.558	2.924.996	3.142.549
Variações nos ativos				
Contas a receber de clientes		(301.844)	(400.941)	(301.844)
Saldos com partes relacionadas		82.956	(81.741)	82.956
Estoques		5.829	(3.307)	5.829
Impostos a recuperar		4.749	72.168	4.749
Demais contas a receber		(112.111)	(22.877)	(112.111)
Depósitos judiciais		(37.933)	9.706	(37.933)
Variações nos passivos				
Empreiteiros e fornecedores		(17.986)	(14.055)	(17.982)
Salários, provisões e contribuições sociais		29.259	(10.908)	29.275
Impostos e contribuições a recolher		(37.399)	(22.840)	(37.395)
Contas a pagar		6.216	4.034	6.216
Outras obrigações		16.321	(27.055)	16.321
Contingências		(235.573)	(145.668)	(235.573)
Fundo pensão		(17.067)	(15.909)	(17.067)
Variações nos ativos e passivos		(614.583)	(709.396)	(614.559)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		2.527.975	2.215.600	2.527.990
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de bens do ativo imobilizado		(1.395.458)	(848.878)	(1.395.641)
Aumento de intangíveis		(159.514)	(32.818)	(159.514)
Aumento de investimento		(3.841)	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(1.558.813)	(881.696)	(1.555.155)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos e financiamentos - longo prazo				
Captações		1.043.174	222.474	1.043.174
Pagamentos		(1.146.416)	(1.283.201)	(1.146.416)
Pagamento de juros sobre capital próprio		(708.858)	(136.386)	(708.858)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(812.100)	(1.197.113)	(812.100)
Aumento de caixa e equivalentes		157.062	136.791	160.735
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	464.997	328.206	464.997
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	622.059	464.997	625.732
Variação de caixa e equivalentes		157.062	136.791	160.735
Informações suplementares de fluxo de caixa:				
Juros e taxas pagos de empréstimos e financiamentos		516.887	548.417	516.887
Capitalização de juros e encargos financeiros	10(c)	219.430	(13.338)	219.430
Imposto de renda e contribuição social pagos		502.404	499.318	502.404
Cofins e PIS/COFINS pagos		515.659	472.060	515.659
Acordos e compromisso de contrato de programas	11(c)(ii)	146.426	34.071	146.426
Aquisição de bens do ativo imobilizado a pagar		39.858	35.154	39.858
Programa da Agência Nacional de Águas		-	16.219	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**  
**DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS**  
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

	Nota	CONTRILADORA		CONSOLIDADO	
	Explicativa	2008 (Ajustado nota 2)	2007	2008 (Ajustado nota 2)	
Receitas					
Vendas de produtos e serviços	21	6.838.803	6.448.211	6.838.803	
Outras receitas	23	70.280	52.633	70.280	
Receitas relativas à construção de ativos próprios		356.600	90.588	356.600	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - constituição	6(c)(ii)	(336.264)	(323.339)	(336.264)	
		6.929.419	6.268.093	6.929.419	
Insumos adquiridos de terceiros					
Custos das vendas e dos serviços prestados		(1.180.116)	(1.099.897)	(1.180.116)	
Materiais, força e luz, serviços de terceiros e outros		(589.851)	(519.350)	(589.925)	
Outras despesas operacionais	23	(1.117.958)	(81.291)	(1.117.958)	
		(2.887.925)	(1.700.538)	(2.887.999)	
Valor adicionado bruto		4.041.494	4.567.555	4.041.420	
Retenções					
Depreciação e amortização		(618.924)	(617.341)	(618.924)	
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		3.422.570	3.950.214	3.422.496	
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial		(9)	-	-	
Receitas financeiras	22	567.898	132.123	568.027	
		567.889	132.123	568.027	
Valor adicionado a distribuir		3.990.459	4.082.337	3.990.523	
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal					
Remuneração direta		884.736	829.394	884.775	22,2%
Benefícios		295.929	269.104	295.931	7,4%
FGTS		66.741	61.868	66.741	1,7%
		1.247.406	1.160.366	1.247.447	31,3%
Impostos, taxas e contribuições					
Federais		1.124.752	1.166.102	1.124.770	28,2%
Estaduais		32.713	2.348	32.713	0,8%
Municipais		14.490	11.024	14.491	0,4%
		1.171.955	1.179.474	1.171.974	29,4%
Remuneração de capitais de terceiros					
Juros, variações cambiais e monetárias		1.489.967	673.396	1.489.968	37,3%
Aluguéis		17.560	13.837	17.563	0,4%
		1.507.527	687.233	1.507.531	37,7%
Remuneração de capitais próprios					
Juros sobre o capital próprio		63.571	300.744	63.571	1,6%
Lucros retidos		-	754.520	-	0,0%
		63.571	1.055.264	63.571	1,6%
Valor adicionado distribuído		3.990.459	4.082.337	3.990.523	100%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (a "Sabesp" ou "Companhia") é uma empresa de economia mista, com sede em São Paulo, que tem como acionista controlador o Governo do Estado de São Paulo. Atua na prestação de serviços de saneamento básico e ambiental, assim como fornece água tratada no atacado e disponibiliza tratamento de esgoto para mais 6 municípios da Região Metropolitana de São Paulo.

Além de atuar na prestação de serviços de saneamento básico no Estado de São Paulo, a Sabesp pode exercer estas atividades em outros estados e países, podendo atuar nos mercados de drenagem, serviços de limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e energia. A empresa pretende ampliar a sua base de atuação e ao mesmo tempo passar a ser uma empresa de soluções ambientais.

A Companhia opera os serviços de água e esgotos em 366 municípios do Estado de São Paulo, tendo cessado temporariamente a operação de dois desses municípios, devido a ordens judiciais, ainda em andamento. Na maioria desses municípios as operações decorrem de contratos de concessão firmados por 30 anos. Encontram-se vencidas até 31 de dezembro de 2008, 68 concessões sendo que todas estão em fase de negociação com os municípios. Entre 2009 e 2030 vencerão 105 concessões. O restante das concessões é por prazo indeterminado. Até 31 de dezembro de 2008 foram assinados 160 contratos de programa.

A Administração prevê que todas as concessões vencidas e ainda não renovadas resultarão em novos contratos ou prorrogações, descartando o risco de descontinuidade na prestação dos serviços de água e esgotos nessas localidades municipais. Em 31 de dezembro de 2008, o valor contábil do imobilizado utilizado nos 68 municípios em negociação totaliza R\$ 1.582.424 e a receita para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 totaliza R\$ 730 milhões.

No município de Santos, na Baixada Santista, que possui população expressiva, a Companhia opera amparada em escritura pública de autorização, situação similar à de alguns outros municípios das regiões da Baixada Santista e do Vale do Ribeira, nos quais a Companhia passou a operar após a fusão das Companhias que a constituíram.

Em 05 de janeiro de 2007 foi sancionada a Lei nº11.445, estabelecendo o marco regulatório do saneamento básico, com as diretrizes nacionais e princípios fundamentais à prestação dos serviços, como o controle social, a transparência, o comando de integração das infra-estruturas de saneamento, na gestão de recursos hídricos, bem como o comando para a articulação do setor com as políticas públicas de desenvolvimento urbano e regional, habitação, combate e erradicação da pobreza, promoção da saúde e proteção ambiental, dentre outras correlatas. O marco regulatório visa, também, a melhoria da qualidade de vida com eficiência e a sustentabilidade econômica, possibilitando a adoção de soluções graduais e progressivas coerentes à capacidade de pagamento dos usuários.

As ações da Companhia estão listadas no segmento "Novo Mercado" da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA desde abril de 2002, e na Bolsa de Nova Iorque – NYSE, na forma de ADRs (American Depositary Receipts) desde maio de 2002.

As informações sobre área de concessão, número de municípios, volume de água e esgoto e outros dados correlatos divulgados neste relatório que não derivam das demonstrações contábeis e/ou financeiras não são examinadas pelos auditores independentes.

**2. Refazimento das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2008**

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, originalmente publicadas em 31 de março de 2009, no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Jornal Folha de São Paulo em 30 de março de 2009, continham ressalva dos auditores independentes, no montante de R\$ 302,8 milhões quanto ao não provisionamento de perdas sobre saldo a receber do Governo do Estado de São Paulo ("GESP" ou "Estado"), relativo a benefícios pagos a aposentados e pensionistas. As negociações com o Estado para a regularização desse crédito apresentaram significativo avanço durante o ano de 2008 (Terceiro Aditivo), resultando na quantificação dos valores controversos e incontroversos, bem como, no equacionamento do Valor Incontroverso e no compromisso de a Procuradoria Geral do Estado - PGE reapreciar as causas que deram origem ao Valor Controverso. Contudo, os pareceres emitidos pela PGE em 2009, contrariaram o entendimento da Administração, reafirmando o entendimento do GESP. A Administração da Companhia decidiu então pela republicação dessas demonstrações financeiras. Nas demonstrações ora republicadas foi reconhecida despesa no resultado do exercício de 2008, a débito da conta de Outras Despesas Operacionais Líquidas no montante de R\$ 409,1 milhões, que corresponde, nesse

**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

momento, a uma expectativa de perda com o recebimento desse crédito. Também como consequência dos fatos acima, a Administração entende que, além da probabilidade de não recuperar a parcela denominada Controversa, o mesmo se aplica aos futuros pagamentos sem reembolso pelo Estado. Assim, foi reconhecida a obrigação relativa ao compromisso atuarial mantido com os beneficiários, cujo direito foi, por ora, negado pelo Estado, na forma como é pago pela Sabesp. Essa despesa foi reconhecida na rubrica Outras Despesas Operacionais Líquidas e totalizou R\$ 535,4 milhões. Outros detalhes a respeito desse assunto estão apresentados na nota explicativa nº (7).

A seguir, apresentamos quadro comparativo dos montantes anteriormente divulgados e os montantes ora ajustadas pelos efeitos dos aspectos acima descritos:

CONTROLADORA			
	Originalmente apresentado	Ajustes	Saldos Ajustados
<b>Ativo</b>			
Circulante	2.234.739		2.234.739
Realizável a longo prazo	2.541.826	(409.079 )	2.132.747
Permanente	15.746.401		15.746.401
	20.522.966	(409.079)	20.113.887
<b>Passivo</b>			
Circulante	3.016.895	-	3.016.895
Exigível a longo prazo	7.013.642	535.435	7.549.077
Patrimônio líquido	10.492.429	(944.514)	9.547.915
	20.522.966	(409.079)	20.113.887
CONTROLADORA			
<b>Demonstração do resultado</b>			
Receita bruta de vendas e/ou serviços	6.838.803	-	6.838.803
Cofins-Pasep	(487.131)	-	(487.131)
Receita Operacional líquida	6.351.672	-	6.351.672
Custos, Despesas Administrativas e Comerciais	(4.129.216)	-	(4.129.216)
Resultado Financeiro Líquido	(707.659)	-	(707.659)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	(108.470)	(944.514)	(1.052.984)
Resultado de participações societárias			
Equivalência Patrimonial	(9)	-	(9)
Resultado Operacional Antes do IR e CS	1.406.318	(944.514)	461.804
Imposto de Renda	(399.194)	-	(399.194)
Contribuição Social	(149.179)	-	(149.179)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	150.140	-	150.140
Imposto de Renda e Contribuição Social	(398.233)	-	(398.233)
Lucro líquido do exercício	1.008.085	(944.514)	63.571

Os efeitos apresentados acima foram também ajustados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.



**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

**3. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ADOÇÃO INICIAL DA LEI Nº. 11.638/07 E DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº. 449/08**

**a) Demonstrações Financeiras**

A republicação das Demonstrações Financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 18 de janeiro de 2010.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76), que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e pela Medida Provisória nº 449, de 03 de dezembro de 2008, e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

**b) Alteração da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08**

Em conformidade com o disposto pela Deliberação CVM nº 565, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 13 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, e com vista aos requerimentos estabelecidos pela Deliberação CVM nº 506, de 19 de junho de 2006, a Companhia estabeleceu a *data de transição* para a adoção das novas práticas contábeis em 1º de janeiro de 2007. A *data de transição* é definida como sendo o ponto de partida para a adoção das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil e representa a data-base em que a Companhia preparou seu balanço patrimonial inicial ajustado para atender esses novos dispositivos contábeis.

A Companhia utilizando a opção da Deliberação CVM nº. 565/08 apresenta em suas Demonstrações Financeiras Comparativas os valores dos períodos mais antigos como se a nova prática contábil sempre estivesse em uso.

As referidas alterações nas práticas contábeis que produziram efeitos na preparação ou na apresentação das demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007, foram mensuradas e registradas pela Companhia com base nos seguintes pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários e Conselho Federal de Contabilidade:

- Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 539, de 14 de março de 2008;
- CPC 01 Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Deliberação CVM nº 527, de 01 de novembro de 2007;
- CPC 03 Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pela Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008;
- CPC 04 Ativo Intangível, aprovado pela Deliberação CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008;
- CPC 05 Divulgação sobre Partes Relacionadas, aprovado pela Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008;
- CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil, aprovado pela Deliberação CVM nº 554, de 12 de novembro de 2008;
- CPC 08 Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, aprovado pela Deliberação CVM nº 556, de 11 de novembro de 2008;
- CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008;
- CPC 12 Ajuste a Valor Presente, aprovado pela Deliberação CVM nº 564, de 17 de dezembro de 2008;
- CPC 13 Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, aprovado pela Deliberação CVM nº 565, de 17 de dezembro de 2008, e
- CPC 14 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação, aprovado pela Deliberação CVM nº 566, de 17 de dezembro de 2008.

O balanço patrimonial inicial de 1º de janeiro de 2007 (data de transição) foi preparado considerando:

**(i) Avaliação periódica da vida útil-econômica**

A Companhia irá reavaliar as estimativas de vida-útil econômica de seus ativos imobilizados, utilizadas para determinação de suas taxas de depreciação e amortização. Eventuais mudanças na estimativa da



**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

vida-útil econômica dos ativos, decorrentes dessa reavaliação, se relevantes, serão tratadas como mudança de estimativas contábeis a serem reconhecidas de forma prospectiva.

(ii) Reclassificação dos custos de transação na emissão de debêntures

A Companhia contabilizou os custos de transação com emissão de debêntures ocorridos em 2008, em conta redutora dos empréstimos, financiamentos e debêntures. Em 2007, não ocorreram captações de empréstimos e financiamentos que tivessem custos de transação relevantes.

(iii) Reserva de reavaliação

Em atendimento à Lei nº 11.638/07 a Companhia optou por manter registrada a reserva de reavaliação até a sua efetiva realização.

c) Efeitos dos ajustes da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08

Patrimônio líquido e Lucro líquido

Em atendimento aos requerimentos de divulgação sobre adoção inicial das novas práticas contábeis a Companhia está apresentando, no quadro abaixo, os ajustes efetuados no exercício anterior, com uma breve descrição e os valores correspondentes aos impactos no patrimônio líquido e no resultado, da controladora, referentes às alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08.

	Patrimônio líquido - 2006	Lucro líquido - 2007
Saldos em 31 de dezembro anteriores à Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08	9.018.482	1.048.703
Baixa de ativos diferidos não reclassificáveis (i)	(10.035)	
Reversão da amortização de ativos diferidos não reclassificáveis (i)		6.561
Saldos em 31 de dezembro	<b>9.008.447</b>	<b>1.055.264</b>

- (i) Conforme previsto na Medida Provisória nº 449/08, foi extinto o grupo de ativo diferido. A Administração da Companhia optou por efetuar a baixa do ativo diferido na data de transição.

Por conta da eliminação promovida pela Medida Provisória nº 449/08 da linha de resultado não operacional, a Companhia reclassificou na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2007 o montante de R\$ 35.176 na controladora, para a linha de outras despesas operacionais líquidas.

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007 foi reclassificada para atendimento à Lei nº 11.638/07 e ao Pronunciamento Técnico do CPC - 09, conforme descrito abaixo:

<b>Valor adicionado distribuído anteriormente, divulgado em 31 de dezembro de 2007</b>	<b>3.986.473</b>
(a) Efeitos da adoção do Pronunciamento Técnico CPC - 09	76.148
(b) Ajuste da adoção da Lei nº 11.638/07	6.561
(c) Reclassificação do grupo de custo das vendas e dos serviços prestados, para o grupo de remuneração do governo	13.155
<b>Valor adicionado distribuído ajustado em 31 de dezembro de 2007</b>	<b>4.082.337</b>

- (a) Investimentos em ativo construídos para uso próprio, composto pela diferença de receitas auferidas no montante de R\$ 90.588 e custos incorridos no montante de R\$ 14.440.

**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

- (b) Reversão de amortização do ativo diferido. Conforme previsto na Medida Provisória nº 449/08, foi extinto o grupo de ativo diferido.
- (c) Referem-se a gastos relativos a utilização de recursos hídricos pagos periodicamente à Agência Nacional de Águas (ANA).

Adicionalmente, foram introduzidas outras reclassificações pela Lei nº 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08 que não causam efeitos sobre o valor adicionado distribuído:

- (d) Conforme previsto na Medida Provisória nº 449/08, foi extinto o grupo de resultado não-operacional. Os saldos foram reclassificados para o grupo de outras receitas e outras despesas operacionais. Os impactos desta mudança na demonstração do valor adicionado foram de R\$ 52.633 e R\$ 81.291, respectivamente.
- (e) Para adequação à estrutura sugerida no Pronunciamento Técnico CPC 09, o grupo de matérias-primas consumidas foi extinto. O saldo de R\$ 112.339 está apresentado no grupo de custo das vendas e serviços prestados.

**Demonstrações financeiras consolidadas**

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Sabesp e de sua investida Sesamm, as quais foram incluídas na proporção de sua participação acionária. A Companhia mantém o controle acionário compartilhado, detalhada na nota nº. 9, cujo exercício social é coincidente com o da controladora e as políticas contábeis são uniformes.

Embora a participação da Sabesp no Capital Social da Sesamm não seja majoritária, o acordo de acionistas prevê o poder de veto sobre determinadas matérias em conjunto com a Médio Ambiente Inima S/A, indicando a influência significativa da Companhia sobre a Sesamm. Por isso as Demonstrações Financeiras estão sendo apresentadas de forma consolidada.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e do resultado soma, horizontalmente, os saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementado pela eliminação da participação da controladora no capital e resultado acumulado da empresa consolidada.

**4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As práticas contábeis da Companhia têm como base o regime de competência e estão de acordo com a Legislação Societária, como segue:

- (a) **Receitas com vendas e prestação de serviços**

As receitas de serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto são reconhecidas por ocasião do consumo de água ou por ocasião da prestação dos serviços. As receitas de serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto prestados, não faturadas, são reconhecidas como contas a receber de clientes com base em estimativas mensais, de forma que as receitas se contraponham aos custos na competência adequada.

- (b) **Arrendamento mercantil**

A Companhia não possui operações com arrendamento mercantil.

- (c) **Despesas e receitas financeiras**

As despesas e receitas financeiras são substancialmente representadas por juros, variações monetárias e cambiais, decorrentes de empréstimos e financiamentos, contingências, contas a receber e aplicações financeiras, calculadas e registradas contabilmente pelo regime de competência.

- (d) **Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base no resultado tributável.

As alíquotas utilizadas são de 15%, mais adicional de 10%, para imposto de renda e 9% para a contribuição social, e os impostos são contabilizados pelo regime de competência.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados com base nos valores tributáveis ou dedutíveis em exercícios futuros e são registrados na medida em que sua realização seja provável.

**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Conforme deliberado pela CVM, a Companhia decidiu não reconhecer o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre a reserva de reavaliação do imobilizado registrada até 1991.

(e) Outras receitas e despesas

Outras receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

(f) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa abrange numerários em espécie e contas bancárias disponíveis.

Equivalentes de caixa são investimentos de curto prazo com alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor.

(g) Instrumentos financeiros

**Classificação e mensuração**

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

**Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

**Empréstimos e recebíveis**

Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

**Ativos mantidos até o vencimento**

São basicamente os ativos financeiros que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Nesse caso, esses ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, e quando aplicável, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício, usando o método da taxa de juros efetiva. Em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nessa categoria.

**Ativos financeiros disponíveis para venda**

Os ativos financeiros disponíveis para venda não são derivativos que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. Os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo. Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, são reconhecidos na demonstração do resultado como receitas financeiras. A parcela correspondente à variação no valor justo é lançada

**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

contra o patrimônio líquido, na conta ajustes de avaliação patrimonial, sendo realizada contra resultado quando da sua liquidação ou por perda considerada permanente (*impairment*). Em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nessa categoria.

**Valor justo**

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*). Se houver alguma evidência para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* desse ativo financeiro previamente reconhecida no resultado - é retirada do patrimônio e reconhecida na demonstração do resultado.

**(h) Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa**

Os valores a receber de clientes, exceto no caso de acordos para valores refinanciados, não consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa.

A Companhia constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis nas contas a receber e a administração não espera incorrer em perdas adicionais, principalmente com as prefeituras. A provisão é constituída para as contas superiores a R\$ 5 e vencidas há mais de 360 dias, e também para as contas superiores a R\$ 30 que estejam vencidas há mais de 360 dias, com processo de cobrança judicial. O montante assim apurado, é ajustado, quando apresenta excesso ou insuficiência, com base nas análises do histórico de recebimentos, levando em consideração a expectativa de recuperação nas diversas categorias de clientes. Os valores até R\$ 5 e vencidos há mais de 180 dias são baixados contra o resultado.

A Companhia não registra provisão para créditos de liquidação duvidosa para quaisquer montantes a ela devidos pelo Governo do Estado ou por entidades controladas pelo Governo do Estado, pois não espera incorrer em perdas com tais créditos.

**(i) Estoques**

Os estoques de materiais destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgoto são avaliados ao custo médio de aquisição ou valor de realização, dos dois o menor, e estão classificados no ativo circulante. Os estoques destinados ao investimento estão classificados no imobilizado pelo custo médio de aquisição.

**(j) Investimentos**

O investimento na Sesamm é registrado e avaliado pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e sua investida são eliminados na medida da participação da Companhia; perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido.

Quando necessário, as práticas contábeis da Sesamm são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia.

**(k) Imobilizado**

Demonstrado ao custo corrigido até 31 de dezembro de 1995, combinado com os seguintes aspectos:

Depreciações de bens do imobilizado - calculadas pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na nota 10.

**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

A Administração da Companhia optou por manter registrada a Reserva de Reavaliação até a sua efetiva realização.

Reavaliação de bens do imobilizado - efetuada em duas etapas, em 1990 e 1991, com base em laudo de avaliação emitido por peritos independentes, registrada em contrapartida à conta de Reserva de Reavaliação no Patrimônio Líquido, realizada mediante depreciação, alienação e baixas dos respectivos bens, a crédito da conta "Lucros acumulados".

Os encargos financeiros relacionados a empréstimos e financiamentos, destinados a obras em andamento, são apropriados ao custo das mesmas.

As doações de imobilizado recebidas de terceiros e de órgãos públicos para permitir à Companhia a prestação dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto são registradas no imobilizado em contrapartida à receita.

Os projetos de obras em andamento estão registrados ao custo e estão principalmente relacionados com projetos de construção contratados junto a terceiros.

As melhorias executadas nos bens existentes são capitalizadas, e os gastos com manutenção e reparos são levados à conta de resultado quando incorridos. Materiais alocados a projetos específicos são adicionados a obras em andamento.

(l) Intangíveis

No período de 1999 à 2006, as aquisições de direitos de concessão de terceiros foram contabilizadas pelo valor determinado em laudos técnicos de avaliação econômico-financeira emitido por peritos independentes. As novas renovações à partir do marco regulatório, foram feitas através de contratos de programa. Em algumas destas renovações a Companhia assumiu compromissos para participar financeiramente de ações sócio-ambientais, os quais estão registrados no ativo intangível e são amortizados pela vigência do contrato, que são em sua maioria, 30 anos.

(m) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis").

As debêntures não conversíveis têm seu reconhecimento de forma similar à dos empréstimos.

(n) Salários e encargos sociais

Os salários, incluindo provisões para férias, 13º salário e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

(o) Participação nos resultados

A Provisão para participação nos resultados é constituída de acordo com a competência, sendo contabilizada como despesa operacional.

(p) Provisão para contingências e depósitos judiciais

Atualizadas até as datas dos balanços pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia. Para fins de apresentação das demonstrações contábeis, estão demonstradas líquidas dos depósitos judiciais correlacionados. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos cíveis, tributários, trabalhistas e ambientais estão descritos na nota nº 17.

Os demais depósitos judiciais registrados no ativo não circulante são atualizados monetariamente.

(q) Gastos ambientais

Gastos relacionados a programas ambientais contínuos são registrados como despesa no resultado dos exercícios, à medida de sua ocorrência. Os programas contínuos são elaborados para minimizar o impacto ambiental causado pelas operações e para a gestão dos riscos ambientais relacionados às atividades da Companhia.



**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

(r) Plano de Previdência Privada

A Companhia patrocina plano de previdência privada de benefício definido. A deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000, determina o reconhecimento das obrigações atuariais excedentes aos ativos dos planos, com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada.

(s) Juros sobre o capital próprio

Foram contabilizados de acordo com as disposições contidas na Lei nº 9.249/95, para efeito de dedutibilidade, limitados à variação pró-rata dia da taxa de juros de longo prazo - TJLP e demonstrados contabilmente no Patrimônio Líquido.

(t) Estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras são utilizadas estimativas e premissas que afetam os valores de ativos e passivos registrados, bem como os valores de receitas e despesas com energia elétrica e prestação de serviço, informados para os exercícios em questão. Os resultados reais poderão divergir dos valores estimados.

(u) Lucro líquido por ação

É determinado considerando-se a quantidade de ações em circulação nas datas dos balanços.

(v) Recuperação de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

**5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	<u>CONTROLADORA</u>		<u>CONSOLIDADO</u>
	<u>2008</u>	<u>2007</u>	<u>2008</u>
Caixa e bancos	77.993	72.833	81.638
Equivalente de caixa	<u>544.066</u>	<u>392.164</u>	<u>544.094</u>
	<u>622.059</u>	<u>464.997</u>	<u>625.732</u>

**6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES**

(a) Saldos patrimoniais

	<u>CONTROLADORA E CONSOLIDADO</u>	<u>CONTROLADORA</u>
	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Particulares:		
Clientes de rol comum e rol especial (i) (ii)	736.000	704.626
Acordos (iii)	<u>273.586</u>	<u>202.037</u>
	1.009.586	906.663
Entidades Governamentais:		
Municipais	521.729	524.519
Federais	28.252	25.792
Acordos (iii)	<u>145.767</u>	<u>81.490</u>
	695.748	631.801
Por atacado – Prefeituras Municipais: (iv)		
Guarulhos	400.210	383.911
Mauá	163.015	135.272
Mogi das Cruzes	16.495	12.549
Santo André	375.345	326.549
São Caetano do Sul	3.363	2.971
Diadema	<u>115.940</u>	<u>99.932</u>
Total por atacado – Prefeituras Municipais	1.074.368	961.184

**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Fornecimento a faturar	309.805	301.695
Subtotal	3.089.507	2.801.343
	(1.633.289)	(1.314.671)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		
Total	1.456.218	1.486.672
Circulante	1.129.746	1.207.885
Não circulante (v)	326.472	278.787

(i) Rol comum - residenciais, pequenas e médias empresas.

(ii) Rol especial - grandes consumidores, comércio, indústrias, condomínios e consumidores com características especiais de faturamento (esgotos industriais, poços, etc.).

(iii) Acordos - parcelamentos de débitos vencidos, acrescidos de atualização monetária e juros.

(iv) Por atacado - prefeituras municipais - O saldo de contas a receber de clientes por atacado refere-se à venda de água tratada aos municípios, que são responsáveis pela distribuição, faturamento e arrecadação junto aos consumidores finais, alguns desses municípios contestam judicialmente as tarifas cobradas pela Sabesp e não pagam os valores em litígio. Os valores vencidos que estão substancialmente incluídos na provisão para créditos de liquidação duvidosa e estão classificados no realizável a longo prazo, conforme movimentação abaixo:

	<u>CONTROLADORA E CONSOLIDADO</u>	<u>CONTROLADORA</u>
	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Saldo no início do exercício	961.184	838.006
Faturamento por serviços prestados	314.288	292.041
Recebimentos - serviços do exercício corrente	(135.347)	(141.451)
Recebimentos - serviços de exercícios anteriores	(65.757)	(27.412)
Saldo no final do exercício	1.074.368	961.184
Circulante	51.384	50.769
Não circulante	1.022.984	910.415

(v) A parcela do não circulante consiste de contas a receber vencidas e renegociadas junto a clientes e valores vencidos de fornecimento por atacado a prefeituras municipais, e está registrada líquida da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

(b) Sumário de contas a receber de clientes por vencimento

	<u>CONTROLADORA E CONSOLIDADO</u>	<u>CONTROLADORA</u>
	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Valores a vencer	949.209	783.946
Vencidos:		
Até 30 dias	131.542	148.498
Entre 31 e 60 dias	73.370	81.244
Entre 61 e 90 dias	46.708	55.821
Entre 91 e 120 dias	38.413	46.202
Entre 121 e 180 dias	66.267	81.313
Entre 181 e 360 dias	128.033	151.993
Acima de 360 dias	1.655.965	1.452.326
Total	3.089.507	2.801.343

(c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

(i) A movimentação da provisão no exercício pode ser assim apresentada:

	<u>CONTROLADORA E</u> <u>CONSOLIDADO</u>	<u>CONTROLADORA</u>
	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Saldo anterior	1.314.671	1.123.157
De particulares/entidades públicas	99.370	86.213
De fornecimento por atacado	<u>219.248</u>	<u>105.301</u>
Adições no exercício	<u>318.618</u>	<u>191.514</u>
Saldo	1.633.289	1.314.671
Circulante	778.238	587.713
Não circulante	855.051	726.958

(ii) No resultado

A Companhia contabilizou prováveis perdas de créditos no contas a receber no exercício de 2008 no montante de R\$ 336.264 sendo R\$ 17.646 (líquido de recuperações) baixados do contas a receber (em 2007 – R\$ 131.825), à rubrica "Despesas com vendas". No ano de 2007, essas perdas foram de R\$ 323.339.

**7. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

A Companhia participa de transações com seu acionista controlador, o Governo do Estado, e empresas a ele relacionadas.

(a) Contas a receber, juros sobre o capital próprio e receita operacional com o Governo do Estado de São Paulo

	<u>CONTROLADORA E CONSOLIDADO</u>	
	<u>2008</u>	<u>2007</u>
	<u>(Ajustado-nota 2)</u>	
Contas a receber		
Circulante:		
Serviços de água e esgoto (i)	113.642	311.528
Acordo Gesp (iii), (iv) e (v)	28.256	26.978
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão – Acordo (ii) e (vi)	<u>23.050</u>	<u>-</u>
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão pagos – Fluxo mensal (ii) e (vi)	<u>45.183</u>	<u>-</u>
Total do circulante	<u>210.131</u>	<u>338.506</u>
Longo prazo:		
Serviços de água e esgoto – Acordo Gesp (iii), (iv) e (v)	92.396	107.911
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão pagos – Controverso (ii) e (vi)	409.079	879.077
Provisão para perda – Controverso (vii)	(409.079)	-
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão – Acordo (ii) e (vi)	192.077	-
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão – Reservatório (ii) e (vi)	<u>696.283</u>	<u>-</u>
Valor bruto de longo prazo a receber do acionista	<u>980.756</u>	<u>986.988</u>
Total de recebíveis do acionista	<u>1.190.887</u>	<u>1.325.494</u>
Prestação de serviços de água e esgoto	234.294	446.417
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão	<u>956.593</u>	<u>879.077</u>
	<u>1.190.887</u>	<u>1.325.494</u>
Juros Sobre o Capital Próprio a pagar	<u>148.861</u>	<u>551.974</u>



**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

	<b>CONTROLADORA E CONSOLIDADO</b>	
	<b>2008</b>	<b>2007</b>
	<b>(Ajustado-nota 2)</b>	
Receita bruta de vendas e serviços prestados		
Venda de água	186.286	185.976
Serviços de esgoto	157.349	149.853
Recebimentos	(281.823)	(326.065)
Receitas Financeiras	62.179	51.469

**(i) Serviços de água e esgoto**

A Companhia presta serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos para o Governo do Estado e demais Companhias a ele relacionadas, em termos e condições considerados pela Administração como normais de mercado, exceto quanto à forma de liquidação dos créditos, que poderá ser realizada nas condições mencionadas nos itens (iii), (iv) e (v).

**(ii) Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão pagos**

Refere-se a valores de benefícios de complementação de aposentadoria e pensão previstos na Lei Estadual Paulista nº 4.819/58 ("Benefícios") pagos pela Companhia a ex-empregados ou pensionistas.

Nos termos do Acordo referido em (iii), o Gesp reconhece ser responsável pelos encargos decorrentes dos Benefícios, desde que obedecidos os critérios de pagamento estabelecidos pelo Departamento de Despesa de Pessoal do Estado – DDPE, fundados na orientação jurídica fixada pela Consultoria Jurídica da Secretaria da Fazenda e da Procuradoria Geral do Estado – PGE.

Conforme explicitado no item (vi), ao longo da validação pelo Gesp dos valores devidos à Companhia por conta dos Benefícios, surgiram divergências quanto aos critérios de cálculo e de elegibilidade dos Benefícios aplicados pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2008 e 2007, 2.604 e 2.635 aposentados, respectivamente, receberam complementos de aposentadoria, sendo que nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007 a Companhia pagou R\$ 110.763 e R\$ 104.622, respectivamente. Havia 143 empregados ativos em 31 de dezembro de 2008 que farão jus a esses benefícios por ocasião de sua aposentadoria, em comparação aos 144 em 31 de dezembro de 2007.

Em janeiro de 2004, os pagamentos de complementação de aposentadoria e pensão, foram transferidos para a Secretaria da Fazenda, e seriam feitos de acordo com os critérios de cálculo definidos pela PGE. Por força de decisão judicial, a responsabilidade pelos pagamentos retornou à Sabesp, na forma original.

**(iii) Acordo Gesp**

Em 11 de dezembro de 2001, a Companhia, o Gesp (por intermédio da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, atualmente Secretaria da Fazenda) e o Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE, com a interveniência da Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras, atualmente Secretaria de Saneamento e Energia, celebraram o Termo de Reconhecimento e Consolidação de Obrigações, Compromisso de Pagamento e Outras Avenças ("Acordo Gesp"), com o intuito de equacionar as pendências existentes entre o Gesp e a Companhia relacionadas aos serviços de água e esgoto quanto aos Benefícios.

O total do acordo foi de R\$ 678.830, a valor histórico, sendo (i) R\$ 320.623 referentes aos Benefícios pagos pela Companhia e não reembolsados pelo Estado no período de março de 1986 a novembro de 2001, e (ii) R\$ 358.207 provenientes da prestação de serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos, faturados e vencidos de 1985 até 1º de dezembro de 2001, mas não pagos pelo Gesp.

Tendo em vista a importância estratégica dos reservatórios de Taiaçupeba, Jundiá, Biritiba, Paraitinga e Ponte Nova ("Reservatórios"), para a garantia da manutenção do volume de água do Alto Tietê, a Companhia acordou recebê-los como parte do reembolso referente aos Benefícios. Os Reservatórios lhe seriam transferidos pelo DAEE, que, por sua vez, se sub-rogaria em crédito de mesmo valor perante o Gesp.

No entanto, o Ministério Público do Estado do São Paulo questionou a validade jurídica desse acordo, por meio de ação civil pública, cujo argumento principal é a ausência de autorização legislativa específica para a

**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

alienação de patrimônio do DAEE. Os advogados da Companhia avaliam o risco de perda desse processo como provável, caso não se obtenha a aludida autorização legislativa, o que impediria a transferência dos respectivos reservatórios como amortização parcial do saldo a receber.

Os saldos de serviços de fornecimento de água e coleta de esgoto foram incluídos no Primeiro e Segundo Aditamentos conforme descrito nos itens (iv) e (v). Os saldos referentes ao reembolso dos benefícios de complementação de aposentadoria e pensão foram incluídos no Termo de Compromisso entre o Estado de São Paulo e a Sabesp, conforme descrito nos itens (vi) e (vii).

(iv) Primeiro Aditamento ao Acordo Gesp

Em 22 de março de 2004, a Companhia e o Governo do Estado aditaram os termos do Acordo Gesp original, (1) consolidando e reconhecendo valores devidos pelo Governo do Estado por serviços prestados de fornecimento de água e coleta de esgoto, corrigidos monetariamente, até fevereiro de 2004; (2) formalmente autorizando a compensação de valores devidos pelo Governo do Estado com juros sobre o capital próprio declarados pela Companhia e qualquer outro débito existente junto ao Governo do Estado em 31 de dezembro de 2003, corrigido monetariamente até fevereiro de 2004; e (3) definindo as condições de pagamento das obrigações remanescentes do Governo do Estado pelo recebimento da prestação de serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto.

Nos termos do Aditamento, o Governo do Estado reconheceu os valores devidos para a Companhia por serviços prestados de abastecimento de água e coleta de esgoto até fevereiro de 2004, no montante de R\$ 581.779, incluindo correção monetária baseada na Taxa de Referência (TR) ao final de cada exercício, até fevereiro de 2004. A Companhia reconheceu valores a pagar ao Governo do Estado relacionados a juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 518.732, incluindo (1) valores declarados e pagos relacionados há anos anteriores a 2003 (R\$ 126.967), (2) correção monetária desses valores baseada na variação anual do Índice de Preços ao Consumidor (IPC/Fipe) até fevereiro de 2004 (R\$ 31.098); e (3) valores declarados e devidos relativos a 2003 (R\$ 360.667).

A obrigação remanescente tinha, com pagamento previsto em parcelas mensais de maio de 2005 até abril de 2009, corrigidas monetariamente pelo Índice de Preços ao Consumidor Atacado (IPCA/IBGE) mais juros de 0,5%.

O Aditamento ao Acordo Gesp não prevê valores devidos pelo Governo do Estado relacionados ao complemento de aposentadoria e benefícios do plano de pensão, pagos em nome do Governo do Estado pela Companhia, os quais continuam sujeitos aos termos do Acordo Gesp original.

(v) Segundo Aditamento ao Acordo Gesp

Em 28 de dezembro de 2007, a Companhia e o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Fazenda assinaram o segundo aditamento aos termos do acordo Gesp original, (1) concordando com o parcelamento do saldo remanescente do Primeiro Aditamento, no valor de R\$ 133.709 (valor em 30 de novembro de 2007), a ser pago em 60 parcelas iguais, mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira em 2 de janeiro de 2008. O valor das parcelas é atualizado monetariamente de acordo com a variação do IPCA-IBGE, acrescida de juros simples de 0,5% ao mês. No saldo desse acordo, cujas parcelas vêm sendo pagas mensalmente, existe um valor de R\$ 46.244 que o Estado não reconhece como devido. A Sabesp tem entendimento diverso do Estado a respeito desse montante, não admitindo a revisão desses valores previamente acordados, sem a demonstração, de forma fundamentada e inequívoca, da ausência de correspondência entre os valores apresentados pela Sabesp e os serviços efetivamente prestados. Por esta razão a Companhia entende não ser necessária qualquer provisão para perdas referente a estes valores (conforme item VII, dos *Considerando*, do Segundo Aditamento ao Termo de Reconhecimento, Compromisso de Pagamento e Outras Avenças entre o Estado de São Paulo e a Sabesp) (2) em relação às contas vencidas e não pagas no período de março de 2004 a outubro de 2007, oriundas da prestação de serviços de água e coleta de esgotos no total de R\$ 256.608, R\$ 236.126 foram recebidos e R\$ 8.784 foram transferidos para outro devedor e R\$ 11.698 encontram-se pendentes de confirmação e recebimento. Esses valores estão sendo avaliados conjuntamente pela Sabesp e os representantes das diversas Secretarias do Estado. Foram identificadas até o momento divergências quanto ao devedor, mas não quanto ao valor do débito em si. No caso de reclassificação do responsável pelo pagamento da conta, a Sabesp transferiu a cobrança para a Entidade correspondente. A Companhia não constituiu provisão para perdas nesse montante uma vez que entende que as divergências são relacionadas substancialmente à identificação do devedor. (3) Os juros sobre o capital próprio devidos pela Sabesp ao Estado, referentes ao período de março de 2004 a dezembro de 2006, no montante de R\$ 400.823, atualizados a partir de junho de 2007 até novembro de 2007, pela taxa Selic, foram pagos no período de janeiro a março de 2008. (4) O Estado e a Sabesp concordam em retomar o cumprimento de suas obrigações recíprocas, pontualmente, sob novas premissas: (a) implementação de sistema de gerenciamento eletrônico de contas para facilitar e agilizar o acompanhamento dos processos de

**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

pagamento e os procedimentos de gestão orçamentária; (b) estruturação do Programa de Uso Racional da Água – PURA para racionalizar o consumo de água e o valor das contas de água e esgoto de responsabilidade do Estado; (c) estabelecimento, pelo Estado, de critérios na orçamentação de forma a evitar o remanejamento dos valores na rubrica específica de contas de água e esgotos a partir de 2008; (d) possibilidade de registro de órgãos e entidades estaduais em sistema ou cadastro de inadimplência; (e) possibilidade de interrupção do fornecimento de água aos órgãos e entidades estaduais em caso de inadimplemento do pagamento das contas de água e esgotos.

Do faturamento dos meses de novembro de 2007 a janeiro de 2009, aproximadamente 94 % das contas já foram pagas pelo Governo do Estado.

(vi) Terceiro Aditamento ao Acordo Gesp

O Gesp, a Sabesp e o DAEE, celebraram em 17 de novembro de 2008, o Terceiro Aditamento ao Acordo Gesp, por meio do qual o Gesp confessou dever à Sabesp o valor de R\$ 915.251, atualizados monetariamente até setembro de 2008 pelo IPCA-IBGE, correspondente ao Valor Incontroverso, apurado pela FIPECAFI. A Sabesp aceitou, provisoriamente, os Reservatórios como parte do pagamento do Valor Incontroverso e ofereceu ao Gesp quitação provisória, constituindo um crédito financeiro de R\$ 696.283, correspondente ao valor dos Reservatórios. A quitação definitiva apenas ocorrerá com a efetiva transferência de propriedade no competente cartório de registro de imóveis. O saldo devedor restante de R\$ 218.967 está sendo pago em 114 parcelas mensais e consecutivas, no valor de R\$ 1.920 cada, atualizadas anualmente pelo IPCA/FIPE acrescidas de juros de 0,5% a.m., vencendo-se a primeira em 25 de novembro de 2008.

A Sabesp e o Estado estão trabalhando em conjunto para obter autorização legislativa a fim de viabilizar a transferência dos Reservatórios à Sabesp, superando assim a incerteza jurídica causada pela ação Civil Pública citada no item (iii). Após a publicação da autorização legislativa, ocorrerá a transferência dos Reservatórios à Sabesp.

O Terceiro Aditamento prevê também a regularização do fluxo mensal de benefícios. Enquanto a Sabesp estiver responsável pelos pagamentos mensais, por força de decisão judicial, o Estado vem reembolsando a Companhia com base nos critérios idênticos aos aplicados na apuração do Valor Incontroverso. Não havendo mais decisão judicial impeditiva, o Estado assumirá diretamente o fluxo de pagamento mensal da parcela tida por incontroversa.

A diferença entre o Valor Incontroverso e o montante efetivamente pago pela Companhia, constitui o Valor Controverso. A Sabesp encaminhou em 04 de março de 2009 à Procuradoria Geral do Estado – PGE requerimento fundamentado a fim de obter reapreciação das divergências que deram causa ao Valor Controverso.

(vii) Como antes mencionado, em 17 de novembro de 2008 a Companhia e o Estado assinaram o 3º Aditivo ao Acordo GESP, ocasião em que foram quantificados os valores denominados controversos e incontroversos. Nesse aditivo, ficaram estabelecidos esforços para equacionar o que foi denominado Valor Controverso dos Benefícios. De acordo com a cláusula quarta desse instrumento, o Valor Controverso é representado pela diferença entre o Valor Incontroverso e o valor efetivamente pago pela Companhia a título de Benefícios de complementação de aposentadoria e pensões previstos na Lei 4.819/58, de responsabilidade originária do Estado de São Paulo, no entendimento da Companhia, mas pagos pela Sabesp até maio de 2008, por força de ordem judicial.

Ao celebrar o Terceiro Aditamento, ficou prevista uma reapreciação por parte da PGE das divergências que deram causa ao valor controverso dos benefícios previstos na Lei 4.819/58. Essa expectativa estava à época baseada na disposição da PGE reapreciar a questão e também no entendimento do direito da Companhia ao ressarcimento, baseado inclusive em pareceres técnicos jurídicos externos.

Contudo, os novos pareceres emitidos pela PGE e recebidos em 04 e 22 de setembro de 2009 e em 04 de janeiro de 2010, novamente negaram o reembolso da maior parcela desse valor. Como consequência, foi alterado o entendimento da administração sobre o recebimento do Valor Controverso mediante uma negociação direta com o Estado.

Embora as negociações com o Estado ainda sejam mantidas, não é mais possível assegurar que a Companhia recuperará, de forma inteiramente amigável, os créditos relativos ao Valor Controverso.

A Sabesp não renunciará a créditos de que a Companhia se considere legítima titular em face do Estado. Nesse sentido esgotará todas as possibilidades de dirimir a questão em instâncias técnico-jurídicas. Em

**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

persistindo a divergência, adotará todas as medidas necessárias para assegurar os interesses da Companhia.

Nesse contexto, diante dessas circunstâncias, a administração da Companhia decidiu pelo refazimento das demonstrações financeiras relativas a 31 de dezembro de 2008, reconhecendo a débito do resultado desse exercício, provisão para perdas sobre o saldo controverso. Essa despesa foi reconhecida na rubrica de Outras Despesas Operacionais Líquidas e totalizou R\$ 409,1 milhões em 31 de dezembro de 2008.

Também como consequência dos fatos acima, a administração avalia que, além da probabilidade de não recuperar a parcela denominada Controversa, o mesmo se aplica aos futuros pagamentos sem reembolso pelo Estado. Assim, foi reconhecida a obrigação relativa ao compromisso atuarial mantido com os beneficiários cujo direito foi por ora negado pelo Estado, na forma como é pago pela Sabesp. Essa despesa foi reconhecida na rubrica Outras Despesas Operacionais Líquidas e totalizou R\$ 535,4 milhões. Outros detalhes a respeito da obrigação atuarial estão apresentados na nota explicativa nº 15.

**(b) Caixa e equivalentes de caixa**

A Companhia possuía saldo de caixa e equivalentes de caixa junto a instituições financeiras controladas pelo Governo do Estado nos valores de R\$ 579.750 e R\$ 421.630 em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, respectivamente. As receitas financeiras oriundas dos investimentos foram de R\$ 62.179 e R\$ 51.469 nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, respectivamente. A Companhia deve, por força de Decreto Estadual, aplicar seus recursos excedentes junto a instituições financeiras controladas pelo Governo do Estado.

**(c) Acordos para utilização de reservatórios**

A Companhia utiliza em suas operações os reservatórios de Guarapiranga e Billings, caso esses reservatórios não estivessem disponíveis para uso da Companhia, poderia haver necessidade de captar água em localidades mais distantes. A Companhia não paga qualquer taxa pela utilização desses reservatórios, mas é responsável por sua manutenção e seus custos operacionais.

**(d) Contratos com Tarifa reduzida para Entidades Públicas Estaduais e Municipais que aderirem ao Programa de Uso Racional de água ( PURA)**

A Companhia tem contratos assinados com entidades públicas ligadas ao Governo do Estado e aos municípios operados envolvendo aproximadamente 6.130 imóveis, que são beneficiados com uma redução de 25% na tarifa dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos, quando adimplentes. Os contratos prevêem a implantação do programa de uso racional de água, que considera a redução no consumo de água.

**(e) Garantias**

O Governo do Estado concede garantias para alguns empréstimos e financiamentos da Companhia e não cobra qualquer taxa a elas relacionadas.

A Administração está envidando esforços para manter em bases permanentes a adimplência do Estado com relação às transações entre as partes.

**(f) Sesamm**

Em 15 de agosto de 2008, a Companhia como parte de seu processo de crescimento, em conjunto com as empresas OHL Médio Ambiente, Inima S.A.U. – Unipersonal (a "Inima"), Técnicas y Getion Medioambiental S.A.U. (a "TGM") e Estudos Técnicos e Projetos ETEP Ltda. (a "ETEP") constituíram a empresa Sesamm – Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S/A ("Sesamm" ou "Controlada"), cujo objeto social é a prestação dos serviços de complementação da implantação do sistema de afastamento de esgotos e implantação e operação do sistema de tratamento de esgotos do Município de Mogi Mirim, incluindo a disposição dos resíduos sólidos gerados, conforme nota 9.

**(g) Contrato de cessão de pessoal entre entidades ligadas ao GESP**

A Companhia possui contratos de cessão de funcionários com entidades ligadas ao Governo do Estado de São Paulo, onde os gastos são integralmente repassados e reembolsados monetariamente.

Em 2008 os gastos com os funcionários cedidos pela Sabesp à outras entidades estaduais somaram R\$ 5.503.



**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Neste mesmo período, os gastos com os funcionários de outras entidades à disposição da Sabesp totalizaram R\$ 1.267.

(h) Serviços contratados de entidades ligadas ao GESF

Em 31 de dezembro de 2008, a Sabesp possuía em aberto o montante de R\$ 17.739 a pagar referente serviços prestados à entidades ligadas ao Governo do Estado de São Paulo, dentre eles destacamos os serviços de fornecimento de energia elétrica pela Companhia Energética de São Paulo - CESP e serviços prestados de coordenação de obras pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE, em represas de sua propriedade e utilização da Companhia, perfazendo 93% do saldo a pagar.

Os gastos referentes a obras executadas pelo DAEE montam R\$ 11.135.

(i) Ativos não operacionais

A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2008 e 2007, o valor de R\$ 26.479 relativos, principalmente, a terrenos cedidos em comodato às Associações, Entidades Assistenciais, Organizações não Governamentais e ao DAEE - Departamento de Águas e Energia Elétrica, entre outros. Os terrenos cedidos ao DAEE somam R\$ 2.289.

(j) Sabesprev

A Companhia patrocina plano de benefício definido Administrado pela Fundação Sabesp de Seguridade Social - Sabesprev. O compromisso atuarial líquido, reconhecido até 31 de dezembro de 2008 é de R\$ 419.871.

## 8 - INDENIZAÇÕES A RECEBER

Indenizações a receber é um ativo não-circulante representando valores a receber dos municípios de Diadema e Mauá como indenização pela retirada unilateral das concessões de serviço de água e esgoto da Companhia em 1995. Em 31 de dezembro de 2008 e 2007 esse ativo importava em R\$ 148.794 (valores nominais).

Em virtude desses contratos de concessão, a Companhia investiu na construção de sistemas de água e esgoto naqueles municípios para atender aos seus compromissos de serviço de concessão. Pela rescisão unilateral das concessões de Diadema e Mauá, os municípios assumiram a responsabilidade de fornecer serviços de água e esgoto naquelas áreas. Naquele momento, a Companhia reclassificou os saldos do imobilizado relacionados aos ativos utilizados naqueles municípios para o ativo não-circulante (indenizações a receber).

O valor residual dos bens do ativo imobilizado relacionados ao município de Diadema, reclassificados em dezembro de 1996 foi de R\$ 75.231, e o saldo de indenizações a receber do município era de R\$ 62.876.

O valor residual dos bens do ativo imobilizado relacionados ao município de Mauá, reclassificados em dezembro de 1999, foi de R\$ 103.763, e o saldo de indenizações a receber do município era de R\$ 85.918.

Os direitos da Companhia à recuperação desses valores estão sendo discutidos judicialmente pelos municípios e nenhum valor foi recebido até o momento.

A Sabesp deu início a demandas judiciais para cobrar os valores devidos pelos municípios. Com relação a Diadema, o juiz de primeira instância proferiu sentença contrária à Sabesp, contra a qual houve interposição de apelação em novembro de 2000. Em dezembro de 2005 foi dado parcial provimento à apelação da Sabesp para declarar a validade do acordo celebrado com o município de Diadema. Em outubro de 2006, a prefeitura interpôs recursos especial e extraordinário, que foram indeferidos pelo Presidente do Tribunal de Justiça em março de 2007. Contra essa decisão a prefeitura interpôs novos recursos de agravo de instrumento. O agravo da Prefeitura dirigido ao STF foi acolhido, mas apenas com o fim de determinar o julgamento do recurso extraordinário que fora indeferido. Em dezembro de 2007 foi proferida decisão judicial deferindo o prosseguimento da execução em face da Companhia de Saneamento de Diadema - Saned e mandando intimar essa companhia para que pague o valor integral do débito, em 15 dias, sob pena de multa. A Saned interpôs agravo de instrumento contra essa decisão, mas o recurso foi rejeitado pelo Tribunal de Justiça em junho de 2008. Para o prosseguimento da execução, o juiz deferiu a realização de penhora de dinheiro em contas e aplicações financeiras da Saned (penhora *on line*) em até 10% do valor atualizado do débito, indeferindo, contudo a penhora de percentual do faturamento da

**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

empresa. A Saned recorreu da primeira decisão e a Sabesp da segunda, aguardando-se o julgamento desses recursos. Foram realizados bloqueios no valor de R\$ 2.838 (já transferidos para conta judicial). Posteriormente, o Tribunal de Justiça determinou em sede liminar que a penhora seja feita mediante depósito semanal pela Saned do valor correspondente a 20% de tudo o que receber em suas contas e aplicações financeiras.

Em 29 de dezembro de 2008, a Saned e o município de Diadema celebraram com o Estado de São Paulo e a Sabesp, um Protocolo de Intenção com o objetivo de elaborar estudos e conduzir negociações para instruir decisões de Diadema e da Sabesp, visando a prestação exclusiva de serviços de água e esgoto no município de Diadema, em um prazo de até três meses.

As partes concordam que a busca de uma solução negociada para os conflitos hoje existentes entre as empresas é imprescindível para que o serviço público de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos tenha seu adequado desenvolvimento em Diadema.

Em janeiro de 2009 as partes apresentaram petição conjunta requerendo a suspensão das novas penhoras, pelo prazo de três meses, para tentarem viabilizar um acordo.

Com relação à Mauá, foi proferida decisão em primeira instância determinando que o Município pague o valor de R\$ 153,2 milhões como compensação pelos danos causados e pelos lucros cessantes. A Prefeitura de Mauá recorreu dessa sentença em abril de 2005. Em julho de 2006 o julgamento foi convertido em diligência consistente em esclarecimento pericial sobre o valor atribuído a título de indenização por lucros cessantes. O esclarecimento foi prestado em dezembro de 2007, tendo o perito confirmado o valor dos lucros cessantes apurado em primeira instância. Em agosto de 2008 o recurso foi julgado, tendo sido integralmente mantida a condenação imposta na primeira instância. Essa decisão ainda é recorrível.

Baseada no parecer da assessoria jurídica, a Administração continua a afirmar que a Companhia possui direito legal a receber os valores correspondentes à indenização e continua a monitorar a situação dos processos legais.

**9. INVESTIMENTOS**

	<u>2007</u>	<u>Aumento de Capital</u>	<u>Equivalência Patrimonial</u>	<u>2008</u>
Sesamm	-	3.841	(9)	3.832
Outras	<u>720</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>720</u>
Total	720	3.841	(9)	4.552

Em 15 de agosto de 2008 foi constituída a empresa Sesamm – Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S/A com prazo de duração de 30 anos contados da data de assinatura do Contrato de Concessão com o município, cujo objeto social é a prestação dos serviços de complementação da implantação do sistema de afastamento de esgotos e implantação e operação do sistema de tratamento de esgotos do Município de Mogi Mirim, incluindo a disposição dos resíduos sólidos gerados.

Em 31 de dezembro de 2008 o capital social da Sesamm era de R\$ 10.669, divididos em 10.669.549 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, dos quais a Sabesp detém 36% de participação acionária.

A Companhia assinou acordo de acionista que prevê o poder de veto em conjunto com a acionista Médio Ambient Inima S/A, em determinadas situações.

**10. IMOBILIZADO**

<u>CONTROLADORA</u>				
	<u>2008</u>			<u>2007</u>
	<u>Custo Corrigido</u>	<u>Depreciação Acumulada</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
Em operação				
Sistemas de água:				
Terrenos	963.427	-	963.427	961.538
Estruturas	2.754.928	(1.657.905)	1.097.023	1.251.672
Ligações	1.035.085	(424.771)	610.314	584.979
Hidrômetros	306.845	(153.635)	153.210	144.300
Redes	3.568.318	(1.182.216)	2.386.102	2.391.789
Poços	209.646	(116.162)	93.484	97.490
Equipamentos	554.575	(380.152)	174.423	169.185

**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Outros	16.722	(13.837)	2.885	3.124
	9.409.546	(3.928.678)	5.480.868	5.604.077
Sistemas de esgoto:				
Terrenos	349.734	-	349.734	348.508
Estruturas	1.658.417	(711.226)	947.191	1.002.059
Ligações	966.460	(426.807)	539.653	552.297
Redes	5.695.263	(1.363.032)	4.332.231	4.320.058
Equipamentos	624.878	(463.352)	161.526	123.124
Outros	5.054	(3.001)	2.053	2.113
	9.299.806	(2.967.418)	6.332.388	6.348.159
Uso geral:				
Terrenos	107.706	-	107.706	107.706
Estruturas	139.009	(84.952)	54.057	57.882
Equipamentos de transporte	147.037	(127.363)	19.674	10.959
Móveis, utensílios e equipamentos	355.529	(194.332)	161.197	139.733
Terrenos cedidos em comodato	20.556	-	20.556	20.556
Bens cedidos em comodato	8.412	(2.489)	5.923	5.923
	778.249	(409.136)	369.113	342.759
Subtotal em operação	19.487.601	(7.305.232)	12.182.369	12.294.995
Obras em andamento:				
Sistemas de água	935.829	-	935.829	734.016
Sistemas de esgoto	1.800.344	-	1.800.344	1.018.620
Outros	7.891	-	7.891	3.737
Subtotal em andamento (d)	2.744.064	-	2.744.064	1.756.373
Total Geral	22.231.665	(7.305.232)	14.926.433	14.051.368

O saldo do consolidado totaliza o montante de R\$ 14.926.616, sendo a diferença de R\$ 168 referente a projetos de esgoto e R\$ 15 representada principalmente por móveis e utensílios e equipamentos.

O imobilizado representa os bens envolvidos na prestação dos serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos em 352 municípios. Sob os bens originários de contratos negociados com base em laudos econômico - financeiro e dos contratos de programa, a Sabesp exerce a posse e a gestão.

Até dezembro de 2008 encontram-se vencidos 68 contratos de concessão, todos em fase de negociação com os municípios, sem prejuízo da continuidade da prestação de serviço. O valor contábil líquido do imobilizado utilizado nestes municípios totaliza R\$ 1.582.424. Os encargos de depreciação em 2008 desses municípios foram de R\$ 44.454.

Os contratos de concessão prevêm que os bens serão revertidos ao poder concedente ao final do prazo, mediante indenização pelo valor residual ou valor de mercado de acordo com o estipulado em cada contrato. Nos contratos de programa, a indenização corresponderá ao valor presente do fluxo de caixa no período remanescente na data da retomada dos serviços atualizado monetariamente e acrescido de juros até a data do efetivo pagamento.

(a) Depreciações

A depreciação é calculada às seguintes taxas anuais:

Estrutura - 4%, ligações - 5%, hidrômetros - 10%, redes - 2%, poços - 5%, equipamentos - 10%, equipamentos de transporte - 20%, móveis e utensílios - 10%.

(b) Baixas dos bens do imobilizado

(i) A Companhia baixou, no exercício de 2008, bens do ativo imobilizado no valor de R\$ 20.632 (2007 - R\$ 68.568, resultando em perda total no valor de R\$ 68.349), R\$ 12.105 (2007 - R\$ 14.247) refere-se ao grupo de bens em operação, motivados por obsolescência, furtos e alienação, e R\$ 8.527 (2007 - R\$ 54.103) refere-se a obras desativadas, poços improdutivos e projetos economicamente inviáveis.

(ii) A Companhia registrou no exercício de 2008, perda do ativo imobilizado no valor de R\$ 137.346 referente a benfeitorias em imóveis de terceiros (DAEE - Sistema Produtor Alto Tietê).

**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

(c) Capitalização de juros e encargos financeiros

A Companhia capitalizou juros e variação monetária, incluindo variação cambial, no imobilizado no valor de R\$ 219.430 no exercício findo em 31 de dezembro de 2008 (2007 – (R\$ 13.338)), durante o período no qual os ativos eram apresentados como obras em andamento.

(d) Obras em andamento

As obras em andamento referem-se principalmente a novos projetos e melhorias operacionais, e são representadas por:

	<u>CONTROLADORA</u>	
	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Sistemas de água:		
Redes e ligações	300.630	178.977
Adução	24.835	22.281
Tratamento de água	90.133	71.375
Sub-Adução	343.657	225.646
Produção e Reservação	126.648	160.602
Outros	<u>49.926</u>	<u>75.135</u>
Total dos sistemas de água	<u>935.829</u>	<u>734.016</u>
Sistemas de esgoto:		
Coleta	1.332.002	710.960
Tratamento	335.451	179.604
Outros	<u>132.891</u>	<u>128.056</u>
Total dos sistemas de esgoto	<u>1.800.344</u>	<u>1.018.620</u>
Outros	<u>7.891</u>	<u>3.737</u>
Total	<u>2.744.064</u>	<u>1.756.373</u>

O saldo do consolidado totaliza R\$ 2.744.232, sendo a diferença de R\$ 168 representada por projetos de tratamento de esgoto.

Os desembolsos estimados relativos a investimentos já contratados são de aproximadamente R\$ 2.222 milhões para os exercícios de 2009 a 2013 (não auditado).

(e) Desapropriações

Em decorrência da execução de obras prioritárias relacionadas aos sistemas de água e esgoto, houve necessidade de desapropriações ou instituição de servidão de passagem em propriedades de terceiros, cujos proprietários serão ressarcidos por meios amigáveis ou judiciais.

A previsão para desembolsos a partir do exercício de 2009 é de aproximadamente R\$ 489 milhões (não auditado), os quais deverão ser cobertos com recursos próprios. Os bens objeto desses processos deverão ser registrados no ativo imobilizado quando concretizada a operação. Em 2008, o valor referente às desapropriações foi de R\$ 11.004 (2007 – R\$ 16.813).

(f) Ativos dados em garantia

Em 31 de dezembro de 2008 e 2007, a Companhia mantinha ativos no valor de R\$ 249.034 dados em garantia ao Pedido de Parcelamento Especial - Paes (Nota 14).

(g) Ativos não operacionais

A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2008 e 2007, o valor de R\$ 26.479 relativos, principalmente a terrenos cedidos em comodato às Associações, Entidades Assistenciais, Organizações não Governamentais e ao DAEE – Departamento de Águas e Energia Elétrica, entre outros.

(h) Reavaliação

Os bens do imobilizado foram objeto de reavaliação em 1990 e 1991 e estão sendo depreciados por taxas anuais que correspondem ao tempo de vida útil remanescente, definido nos respectivos laudos que, via de regra, situam-se nos intervalos das taxas retro-apresentadas.

Conforme permitido pela Instrução CVM nº 197/93, a Companhia deixou de provisionar o efeito fiscal diferido sobre a mais valia decorrente da reavaliação do ativo imobilizado em 1990 e 1991. Caso fosse



**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

reconhecido o imposto de renda e contribuição social sobre a reserva de reavaliação, o montante não realizado até 31 de dezembro de 2008 seria de R\$ 371.088 (2007 – R\$ 400.606). Foram realizados os montantes de R\$ 87.670 e R\$ 86.816 da reserva de reavaliação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2008, respectivamente.

A Companhia optou por manter registrada a Reserva de Reavaliação até a sua efetiva realização.

(i) Ativos totalmente depreciados em uso

Em 31 de dezembro de 2008, o valor contábil bruto dos ativos totalmente depreciados que ainda encontram-se em uso é de R\$ 882.707 (2007 – R\$ 606.142).

**11. INTANGÍVEIS**

(a) Contratos de concessão baseados em laudo econômico-financeiro

No período de 1999 a 2006, as negociações relacionadas a novas concessões foram realizadas considerando o resultado econômico-financeiro do negócio, definido em laudo de avaliação emitido por peritos independentes.

O montante definido no respectivo instrumento de contratação, após a concretização do negócio junto ao município, com realização mediante subscrição de ações da Companhia ou em dinheiro, está registrado nessa rubrica e é amortizado pelo período da respectiva concessão (normalmente de 30 anos). Em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 não existiam valores pendentes relativos a esses pagamentos aos municípios.

	<u>CONTROLADORA E CONSOLIDADO</u>	<u>CONTROLADORA</u>
	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Intangível		
Concessões (i)	509.724	507.789
Contratos de programa (compromissos) (ii)	249.639	-
Licença de uso de (software) (iii)	9.602	-
Contratos de programa - investimentos realizados (iv)	<u>46.451</u>	<u>8.705</u>
Total	815.416	516.494

(i) Concessões

O montante líquido demonstrado refere-se à assunção dos seguintes municípios:

	<u>CONTROLADORA E CONSOLIDADO</u>			<u>CONTROLADORA</u>
	<u>2008</u>			<u>2007</u>
	<u>Custo</u>	<u>Amortização</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
	<u>histórico</u>	<u>acumulada</u>		
Agudos	8.695	(2.466)	6.229	5.606
Bom Sucesso do Itararé	734	(60)	674	313
Campo Limpo Paulista	17.650	(3.868)	13.782	12.045
Conchas	3.786	(730)	3.056	2.951
Duartina	1.855	(410)	1.445	1.246
Estância de Serra Negra	15.582	(2.505)	13.077	13.203
Itapira	16.148	(1.330)	14.818	14.793
Itararé	6.438	(1.835)	4.603	4.167
Marabá Paulista	1.885	(183)	1.702	1.496
Miguelópolis	10.648	(1.426)	9.222	3.201
Osasco	295.841	(79.242)	216.599	218.860
Paraguaçu Paulista	15.687	(4.707)	10.980	10.233
Paulistânia	157	(40)	117	120
Sandovalina	2.523	(216)	2.307	2.283
Santa Maria da Serra	1.171	(312)	859	882
São Bernardo do Campo	237.464	(38.981)	198.483	206.437
Várzea Paulista	<u>15.608</u>	<u>(3.837)</u>	<u>11.771</u>	<u>9.953</u>
Total	651.872	(142.148)	509.724	507.789

**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Amortização dos Bens Intangíveis é realizada durante a vigência dos contratos de concessão dos Municípios assumidos.

Nos exercícios de 2008 e de 2007, as despesas de amortização relacionadas aos direitos intangíveis foram de R\$ 21.509 e R\$ 20.311, respectivamente.

(ii) Contratos de programa (Compromissos)

A partir do marco regulatório as renovações ocorreram por meio de contratos de programa. Em alguns deles a Companhia assumiu compromissos de participar financeiramente de ações de Saneamento Sócio-Ambientais. Estes compromissos foram registrados em contrapartida do ativo intangível no montante de R\$ 252.770 deduzidos do ajuste a valor presente de R\$ 81.726. Estes ativos estão sendo amortizados pela vigência de contrato de programa (em sua maioria em 30 anos).

Os valores compromissados estão relacionados aos seguintes municípios:

**CONTROLADORA E CONSOLIDADO**

Município	2008		
	Valor	Amortização acumulada	Líquido
Alfredo Marcondes	70	(2)	68
Aparecida D'Oeste	45	(1)	44
Avaré	5.000	(83)	4.917
Bento de Abreu	50	(2)	48
Bocaina	800	(27)	773
Caçapava	9.000	(150)	8.850
Campos do Jordão	3.000	(133)	2.867
Capão Bonito	2.000	(33)	1.967
Emilianópolis	112	(5)	107
Fartura	243	(4)	239
Fernandópolis	9.500	(317)	9.183
Franca	20.676	(976)	19.700
Indiaporã	250	(4)	246
Jales	4.426	(197)	4.229
Lorena	9.000	(300)	8.700
Mococa	8.844	(147)	8.697
Mombuca	197	(7)	190
Monte Alto	5.000	(97)	4.903
Novo Horizonte	5.000	(83)	4.917
Pindamonhangaba	16.000	(356)	15.644
Piratininga	350	(7)	343
Planalto	39	(2)	37
Riolândia	2.643	(44)	2.599
São José dos Campos	142.945	-	142.945
São Luiz Paraitinga	600	(20)	580
São Manuel	1.300	(22)	1.278
Tupã	5.540	(108)	5.432
Valentim Gentil	140	(4)	136
Total	252.770	(3.131)	249.639

Em 2008 as despesas de amortização relacionadas aos compromissos dos contratos de programa foram de R\$ 3.131.

Os valores ainda não desembolsados relacionados aos contratos de programa estão registrados na conta "outras obrigações" nos passivos circulante R\$ 35.308 e não circulante R\$ 111.118.

(iii) Licença de Uso de - Softwares

O valor líquido das amortizações das licenças pelo uso de software em 31 de dezembro de 2008 era de R\$ 9.602.

(iv) Contratos de Programa – Investimentos Realizados

Referem-se às renovações dos contratos anteriormente denominados de concessão plena para concessão de operação, através dos contratos de programa que tem por objeto a prestação de serviços públicos

**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

municipais de abastecimento e esgotamento sanitário, onde a Companhia possui a posse e a gestão dos bens adquiridos ou construídos durante a vigência destes contratos (30 anos).

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO			CONTROLADORA
		2008		2007
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
	Corrigido	Acumulada		
Sistema água				
Estruturas	567	(9)	558	31
Ligações	6.574	(99)	6.475	1.180
Hidrômetros	4.627	(99)	4.528	1.024
Redes	5.174	(72)	5.102	627
Poços	752	(5)	747	-
Equipamentos	3.075	(55)	3.020	518
Outros	111	(1)	110	-
Subtotal	20.880	(340)	20.540	3.380
Sistemas de esgotos				
Estruturas	6.802	(105)	6.697	1.751
Ligações	6.204	(113)	6.091	1.427
Redes	8.593	(118)	8.475	1.214
Equipamentos	1.810	(26)	1.784	217
Subtotal	23.409	(362)	23.047	4.609
Uso geral				
Estruturas	66	(2)	64	-
Equipamentos de transporte	1.042	(33)	1.009	189
Móveis, Utensílios, Equipamentos	1.836	(45)	1.791	527
Subtotal	2.944	(80)	2.864	716
Total	47.233	(782)	46.451	8.705

A amortização dos bens dos municípios por contrato é realizada durante a vigência dos contratos de programa.

**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

**12 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

Instituição financeira: PAÍS	CONTRILADORA E CONSOLIDADO 2008		CONTRILADORA 2007		Garantias	Vencimento Final	Taxa anual de juros	Atualização Monetária	
	Não		Não						
	Circulante	Total	Circulante	Total					
Instituição financeira: PAÍS	União Federal/ Banco do Brasil	263.497	1.406.001	1.669.498	738.194	1.642.644	1.880.838	20:4	UPR
	Debêntures 6ª Emissão	240.346	229.690	470.036	-	427.657	427.657	20:0	IGP-M
	Debêntures 7ª Emissão	200.000	123.497	323.497	-	312.362	312.362	20:0	IGP-M
	Debêntures 8ª Emissão	350.000	425.831	775.831	-	737.438	737.438	20:1	IGP-M
	Debêntures 9ª Emissão	-	218.146	218.146	-	-	-	20:5	JPCA
	Caixa Econômica Federal	68.840	567.149	635.989	58.267	490.904	549.171	20:08/2022	LPR
	FIDC - Sabesp I	55.556	69.444	125.000	55.555	125.000	180.555	20:1	CDI + 0,70%
	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	42.814	126.657	169.471	41.904	165.689	207.593	20:3	3% + TJLP LIMITE 6%
	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES Baixada Santista	-	32.145	32.145	-	-	-	20:9	2,5% + TJLP LIMITE 6%
	Outros	2.802	13.586	16.388	3.146	18.753	21.899	20:09/2011	1,2% + CDI/TJLP + 6%
Juros e encargos	118.843	29.281	148.124	93.398	32.036	125.434	-	-	
Total do País	1.342.698	3.243.427	4.584.125	490.464	3.952.483	4.442.947	-	-	
EXTERIOR	-	-	-	-	-	-	-	-	
Inter American Development Bank - BID	86.420	877.031	963.451	64.764	700.613	765.377	20:16/2025	Var. Cesta Moedas + US\$	
US\$ 412.260 mil (2007 – US\$ 432.099 mil)	-	-	-	-	-	-	-	-	
Curto Bônus - US\$ 140.000 mil ( 2007 - US\$	-	-	-	-	-	-	-	-	
238.052 mil)	-	-	-	-	-	-	-	-	
JBIC - Iene 15.116.861 mil (2007- Iene	-	-	-	-	-	-	-	-	
2.654.422 mil)	-	-	-	-	-	-	-	-	
BID 1983AB - US\$ 250.000 mil	-	-	-	-	-	-	-	-	
Juros e encargos	19.742	-	19.742	13.206	-	13.206	-	-	
Total Exterior	106.162	2.174.821	2.280.983	251.650	990.638	1.242.288	-	-	
TOTAL DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	1.448.860	5.416.248	6.865.108	742.114	4.943.121	5.685.235	-	-	
				</					

Cotação de 31 de dezembro de 2008 - US\$ 2,3370; Iene 0,02580 (2007 - US\$ 1,7713; Iene 0,015839)

Em 31 de dezembro de 2008 a Companhia não possuía saldos de empréstimos e financiamentos captados no curto prazo

# **COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

### (a) Banco do Brasil

Em março de 1994, foi realizado o refinanciamento dos contratos de empréstimo existentes com a Caixa Econômica Federal, a qual cedeu os direitos creditórios para o Governo Federal, tendo o Banco do Brasil como agente financeiro. Nos termos do contrato firmado com a União, os pagamentos são realizados pelo Sistema Price, indexados mensalmente pela variação da UPR - Unidade Padrão de Referência, igual à TR - Taxa de Referência emitida pelo Governo, acrescidos de juros de 8,5% a.a. Os juros e o principal são pagos mensalmente com vencimento final em 2014. A garantia para esse financiamento é dada pelo Governo do Estado de São Paulo, por meio de suas receitas e por receitas próprias da Companhia.

### (b) Debêntures

#### (i) 6ª Emissão

Em 17 de setembro de 2004, a Companhia registrou junto à CVM programa de valores mobiliários no valor total de R\$ 1.500.000. Como parte desse programa, a Companhia emitiu, em 1º de setembro de 2004, 600.000 debêntures, distribuídas em três séries, sem repactuação, ao valor nominal de R\$ 1, perfazendo um total de R\$ 600.000. A data da liquidação financeira da operação foi 21 de setembro de 2004 para a 1ª. Série, e 22 de setembro de 2004 para as 2ª. e 3ª. Séries.

As debêntures foram colocadas no mercado da seguinte forma:

	Quantidade	Atualização	Juros	Pagamento de Juros	Amortização	Vencimento
1ª. Série	231.813	-	CDI+1,75% a.a.	Semestral	Parcela Única	Set/2007
2ª. Série	188.267	IGP-M	11% a.a.	Anual	Parcela Única	Set/2009
3ª. Série	179.920	IGP-M	11% a.a.	Anual	Parcela Única	Set/2010

As despesas de juros foram de R\$ 26.999 e R\$ 23.290, em 2008 e 2007 referentes à 2ª Série, e R\$ 25.802 e R\$ 22.258, respectivamente, referentes à 3ª Série. Os saldos remanescentes a serem pagos, no valor de R\$ 8.714 (2007 - R\$ 7.366) da 2ª Série e R\$ 8.328 (2007 - R\$ 7.040) da 3ª Série, encontram-se registrados sob a rubrica "Empréstimos e Financiamentos", no passivo circulante.

Em 03/09/2007, foi efetuado o pagamento integral da 1ª série da 6ª emissão de debêntures.

#### (ii) 7ª Emissão

Dentro do programa registrado junto à CVM em 17 de setembro de 2004, a Companhia emitiu, em 1º de março de 2005, 300.000 debêntures distribuídas em duas séries, sem repactuação, ao valor nominal de R\$ 1, perfazendo um total de R\$ 300.000. A data da liquidação financeira da operação foi 14 de março de 2005.

As debêntures foram colocadas no mercado da seguinte forma:

	Quantidade	Atualização	Juros	Pagamento de Juros	Amortização	Vencimento
1ª Série	200.000	-	CDI+1,5% a.a.	Semestral	Parcela Única	Mar/2009
2ª Série	100.000	IGP-M	10,80% a.a.	Anual	Parcela Única	Mar/2010

As despesas de juros foram de R\$ 27.171 e R\$ 26.159 em 2008 e 2007, respectivamente, referentes à 1ª Série, e R\$ 13.444 e R\$ 11.974, respectivamente, referentes à 2ª Série. Os saldos remanescentes a serem pagos, no valor de R\$ 9.861 (2007 - R\$ 7.788) da 1ª Série e R\$ 11.128 (2007 - R\$ 9.975) da 2ª Série, encontram-se registrados sob a rubrica "Empréstimos e Financiamentos", no passivo circulante.

#### (iii) 8ª Emissão

Dando encerramento ao programa registrado junto à CVM em 17 de setembro de 2004, a Companhia emitiu, em 1º de junho de 2005, 700.000 debêntures, utilizando a opção de aumento da quantidade de debêntures permitida em até 20%, conforme disposto no parágrafo 2º. do artigo 14 da Instrução

# **COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

CVM nº. 400/03, distribuídas em duas séries, sem repactuação, ao valor nominal de R\$ 1, perfazendo um total de R\$ 700.000. A data da liquidação financeira da operação foi 24 de junho de 2005. O valor captado destinou-se à liquidação do contrato de Eurobônus (nota 12(g(i))).

As debêntures foram colocadas no mercado da seguinte forma:

	Quantidade	Atualização	Juros	Pagamento de Juros	Amortização	Vencimento
1ª Série	350.000	-	CDI+1,5% a.a.	Semestral	Parcela Única	Jun/2009
2ª Série	350.000	IGP-M	10,75% a.a.	Anual	Parcela Única	Jun/2011

As despesas de juros foram de R\$ 47.580 e R\$ 45.744 em 2008 e 2007, respectivamente, referentes à 1ª Série, e R\$ 46.357 e R\$ 40.496, respectivamente, referentes à 2ª Série. Os saldos remanescentes a serem pagos, no valor de R\$ 4.149 (2007 – R\$ 3.187) da 1ª Série e R\$ 26.867 (2007 – R\$ 23.444) da 2ª Série, encontram-se registrados sob a rubrica “Empréstimos e Financiamentos”, no passivo circulante.

(iv) 9ª Emissão

Em 23 de outubro de 2008, a Companhia registrou junto a CVM, programa de valores mobiliários no montante de até R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais) e realizou a Oferta Pública de Debêntures Simples, da espécie quirografária, não conversíveis em ações, da 9ª Emissão, no âmbito do referido Programa, cujas características são as seguintes:

	1ª série	2ª série
Registro na CVM	CVM/SER/DEB/2008-029	CVM/SER/DEB/2008-030
Quantidade	100.000	120.000
Data Emissão	15/10/2008	15/10/2008
Valor unitário ( R\$ Mil)	R\$ 1	R\$ 1
Remuneração	DI acrescido de 2,75% a.a.	12,87% a.a.
Atualização Monetária	Não há	IPCA
Pagamento Remuneração	Semestral	Anual
Amortização Final *	15/10/2013	15/10/2015
Resgate facultativo	A partir do 24º mês	A partir do 24º mês

As amortizações ocorrerão em 3 parcelas anuais, iguais e consecutivas, sendo a primeira com vencimento em 15 de outubro de 2011 para a 1ª série e 15 de outubro de 2013 para a 2ª série.

A data de liquidação financeira da 1ª série ocorreu em 7 de novembro de 2008 e da 2ª série em 10 de novembro de 2008.

Os recursos financeiros captados com essa emissão destinaram-se ao refinanciamento de dívidas vincendas.

As despesas de juros incorridos no ano de 2008 referente a 1ª série foi de R\$ 3.340 e de R\$ 3.185 para a 2ª série, esses saldos a serem pagos no decorrer do próximo exercício, encontram-se registrados sob a rubrica “Empréstimos e Financiamentos”, no passivo circulante.

“Covenants” financeiros das 6ª, 7ª, 8ª e 9ª emissão de debêntures:

- Liquidez corrente ajustada (ativo circulante dividido pelo passivo circulante, excluída do passivo circulante a parcela registrada no circulante das dívidas do não circulante contraídas pela Companhia) maior que 1,0.

# **COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

- Ebitda/Despesas Financeiras igual ou superior a 1,5.
- A falta de cumprimento dessas obrigações somente ficará caracterizada quando verificada nas suas demonstrações financeiras trimestrais, por no mínimo dois trimestres consecutivos, ou ainda por dois trimestres não consecutivos dentro de um período de doze meses.

Na falta de observância dos *covenants* deverá o agente fiduciário convocar no prazo de 48 horas da data que tomar conhecimento do ocorrido, uma assembléia geral de debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das debêntures.

(c) Caixa Econômica Federal

Programa Pró-Saneamento

(i) Modalidade água e esgoto

Foram firmados diversos contratos entre 1996 e 2004, pelo programa Pró-Saneamento, com a finalidade de ampliação e melhorias no sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário, envolvendo diversos municípios do Estado de São Paulo e a Capital. A garantia para esses contratos é a arrecadação proveniente do pagamento das tarifas diárias de água e esgoto, até o valor total da dívida.

Os prazos de amortização previstos nos contratos são de 120 a 180 meses, a partir do início da fase de retorno.

O saldo em 31 de dezembro de 2008 é de R\$ 614.934 (2007 - R\$ 527.669), sendo o valor a utilizar desses contratos de R\$ 217.106.

Os encargos contratuais são os seguintes:

Contrato assinado em:	1996	1997	1998 a 2004
Taxas de juros	9,5% a.a.	6,5% a 8,0% a.a.	6,5% a 8,0% a.a.
Na fase de carência:			
Taxa de risco	1,0% a.a. sobre o valor desembolsado	1,0% a.a. sobre o valor desembolsado	0,6% a.a. ou 2% a.a. sobre o saldo devedor
Taxa de administração	0,12% a.m. sobre o valor do contrato	2,0% a.a. sobre o valor desembolsado	1,0% a.a. sobre o valor desembolsado ou 2% a.a. sobre o saldo devedor para os contratos assinados entre 2003 e 2004
Na fase de retorno:			
Taxa de administração	Diferença entre o cálculo da prestação e a taxa de 10,5% a.a. menos a taxa de 9,5% a.a.	1,0% a.a. sobre o saldo devedor	1,0% a.a. sobre o saldo devedor

(ii) Modalidade Pró-Sanear

Em 1997, 1998 e 2008 foram firmados contratos pelo programa Pró-Sanear para a execução de melhorias dos serviços de água e esgoto, com participação comunitária, em diversos municípios da Região Metropolitana de São Paulo. A garantia para esses contratos é a arrecadação proveniente do pagamento das tarifas de água e esgoto, até o valor total da dívida. O prazo de amortização previsto é de 180 meses a partir do início da fase de retorno. O saldo em 31 de dezembro de 2008 é de R\$ 21.055 (2007 - R\$ 21.502), sendo o montante a utilizar desses contratos, relativo a obras que já estão em andamento, de R\$ 94.529.

Encargos financeiros previstos:

Taxa de juros - 5,0% a.a.

Taxa de administração (fase de carência) - 2,0% a.a. sobre o saldo devedor

Taxa de administração (fase de amortização) - 1,0% a.a. sobre o saldo devedor

Taxa de risco (fase de carência) - 1,0% sobre o desembolso



# **COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

### (iii) Modalidade PAC

Nos anos de 2007 e 2008 foram firmados contratos com vários municípios, no âmbito do Programa Saneamento para Todos (PAC) com recurso do FGTS. A garantia para esses contratos é um fluxo mensal da arrecadação tarifária correspondente a no mínimo três vezes o valor de um encargo mensal. O prazo de amortização é de 240 meses a partir do início da fase de retorno. Estes contratos ainda não tiveram desembolsos, sendo o montante a utilizar de R\$ 796.558.

Encargos Financeiros Previstos

Taxa de juros – 6% a.a.

Taxa de administração – 1,05% a.a. durante toda a vigência do contrato

Taxa de risco – 0,3% a.a. sobre o saldos devedores atualizados.

Compromissos financeiros – “Covenants”:

- Através do Acordo de Melhoria de Desempenho, são estabelecidas metas para indicadores financeiros (perdas de faturamento, evasão de receitas, disponibilidade de caixa e redução dos dias de comprometimento do contas a receber) e operacionais que, com base nos 2 últimos anos, são projetados anualmente para os 5 anos seguintes.

O não cumprimento das cláusulas de *covenants* incorrerá em vencimento antecipado do contrato.

### (d) BNDES

Contrato 01.2.619.3.1 – Firmado em agosto de 2002, no valor total de até R\$ 60.000, com a finalidade de financiar parte da contrapartida da Companhia na execução do Projeto de Despoluição do Rio Tietê – Etapa II, objeto do contrato de empréstimo nº 1212/OC – BR, firmado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. O contrato encontra-se em fase de execução de obras, e o saldo devedor em 31 de dezembro de 2008, é de R\$ 42.367 (2007 – R\$ 51.896).

Contrato de Repasse 10/669.748-6, no valor total de R\$ 180.000, distribuídos, entre os agentes nas seguintes proporções:

Agente	Valor
Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.	60.000
Banco BBA Creditanstalt S.A.	51.000
Banco Alfa de Investimento S.A.	39.000
Banco Itaú S.A.	30.000
<b>Total</b>	<b>180.000</b>

O contrato encontra-se em fase de execução de obras, e em 31 de dezembro de 2008 o saldo devedor era de R\$ 127.104 (R\$ 155.697 em 2007). Os recursos são repassados pelo BNDES aos agentes e destes para a Companhia. O contrato de repasse tem a mesma finalidade que o contrato entre o BNDES e a Companhia, e os encargos e amortizações são iguais para ambos, sendo:

Juros – Compostos pela TJLP limitada a 6% a.a., acrescida de “spread” de 3% a.a., a serem pagos trimestralmente durante o período de carência, e mensalmente na fase de retorno. A parcela da TJLP que exceder a 6% a.a. será incorporada ao saldo devedor.

A amortização dos contratos foi iniciada em setembro de 2005, com pagamento mensal e término previsto para fevereiro de 2013.

A garantia para os contratos é a vinculação de parte da receita proveniente da prestação de serviços de água e esgoto.

Compromissos financeiros – “Covenants”:

- Liquidez corrente ajustada: maior que 1,0;
- Ebitda / Receita Operacional Líquida: igual ou superior a 38%;
- Ligações totais (água e esgoto) / funcionários próprios: igual ou superior a 520;
- Ebitda / Serviço da Dívida: igual ou superior a 1,5;
- PL / Exigível Total: igual ou superior a 0,8.

O não cumprimento das cláusulas de *covenants* incorrerá em vencimento antecipado do contrato.



**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

(e) BNDES Baixada Santista

Em novembro de 2007, foi assinado contrato de financiamento junto ao BNDES para o Programa de Recuperação Ambiental da Região Metropolitana da Baixada Santista, no valor de R\$ 129.973 com juros de 2,5% ao ano mais TJLP limitada a 6%.

Em 26 de setembro de 2008 ocorreu o primeiro desembolso deste contrato. O prazo previsto para amortização é de 96 prestações mensais e sucessivas, tendo início em janeiro de 2012 e término em dezembro de 2019.

Parcela da receita da Companhia é dada como garantia a este contrato.

O Contrato encontra-se em prazo de execução de obras e o saldo devedor em dezembro de 2008 é de R\$ 32.145.

(f) FIDC

Em 23 de março de 2006, foi emitida uma única série de quotas seniores e 26 (vinte e seis) quotas subordinadas, mantidas em conta de depósito em nome de seus respectivos titulares, com valor unitário na data de emissão correspondente a R\$ 500.000 (quinhentos mil reais). As quotas seniores estão sendo amortizadas em 54 (cinquenta e quatro) parcelas mensais, a partir de outubro de 2006 e com vencimento final em março de 2011. Em 31 de dezembro de 2008 o saldo correspondente às quotas subordinadas era de R\$ 18.177, registrado na rubrica "Demais Contas a Receber" do ativo não circulante; o saldo correspondente às quotas seniores era de R\$ 125.000, registrado na rubrica "Empréstimos e Financiamentos". As quotas subordinadas foram subscritas e integralizadas exclusivamente pela Sabesp. O Fundo tem um parâmetro de rentabilidade correspondente a 100% (cem por cento) da variação da Taxa DI, acrescida de cupom prefixado de juros de 0,70% (setenta centésimos por cento) ao ano base 252 dias úteis, observados os termos do seu regulamento.

O Fundo é administrado pela Caixa Econômica Federal e tem como custodiante e agente escriturador o Banco do Brasil S.A.

Os recursos captados, no montante de R\$ 250 milhões, foram utilizados pela Companhia para liquidação de dívidas durante o exercício de 2006.

(g) Eurobônus

(i) Em junho de 2003 foi realizada uma emissão de eurobônus (Eurobônus 2008) no mercado externo, no valor de US\$ 225.000 mil, tendo como líder o "The Bank of New York" e agente principal de pagamento o "The Bank of Tokyo Mitsubishi Ltd", com taxa de juros de 12% a.a., pagos semestralmente e com vencimento final em junho de 2008, cujos recursos foram utilizados para a quitação final da emissão de eurobônus de US\$ 200.000 mil vencida em julho de 2003.

Em 06 de novembro de 2006, a Companhia liquidou antecipadamente parte deste empréstimo, no valor de R\$ 272.811, com recursos obtidos através da nova emissão de eurobônus (Eurobônus 2016) no valor de US\$ 140.000 mil.

Em julho de 2008, foi quitado o contrato Eurobônus 2008, no valor de R\$ 158.256 e R\$ 9.495 relativos aos juros do período. Para essa quitação foram utilizados parte da captação do AB Loan.

(ii) Em 03 de novembro de 2006 foi realizada uma emissão de eurobônus (Eurobônus 2016) no mercado externo, no valor de US\$ 140.000 mil, tendo como líder o "Deutsche Bank Trust Company Americas" e como agente principal de pagamento o "Deutsche Bank Luxembourg S.A.", com taxa de juros de 7,5% a.a. pagos semestralmente e vencimento final em novembro de 2016. Conforme mencionado em (i) acima, os recursos foram utilizados para quitação antecipada e parcial da emissão de eurobônus de US\$ 225.000 mil com vencimento final em junho de 2008, e o valor resgatado foi de US\$ 126.948 mil.

Em decorrência da liquidação antecipada do Eurobônus 2008, foi assinado aditivo ao contrato cancelando a obrigatoriedade de cálculo de compromissos financeiros (*covenants*).

Compromissos financeiros – "Covenants" – para Eurobônus 2016.

**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Limitar a incorrência de novas dívidas de modo que:

- a dívida total ajustada em relação ao Ebitda não seja superior a 3,65
- o índice de cobertura do serviço da dívida da Companhia, determinado na data de incursão dessa dívida, não seja inferior a 2,35.

O não cumprimento das cláusulas de *covenants* incorrerá em vencimento antecipado do contrato.

(h) BID

Contrato 713 – Firmado em dezembro de 1992, no valor de US\$ 400 milhões, destinado à execução de Projeto de Despoluição do Rio Tietê – Etapa I. O período de amortização teve início em junho de 1999, em parcelas semestrais, cuja taxa anual de juros é variável de acordo com os custos dos empréstimos tomados pelo banco semestralmente e com vencimento final em 2017. Foi assinado, em dezembro de 1992, contrato de garantia entre a República Federativa do Brasil e o BID, garantindo a provisão de fundos para o cumprimento das obrigações previstas no contrato de financiamento. O saldo deste contrato, em 31 de dezembro de 2008 era de US\$ 215.310 mil, equivalente a R\$ 503.179 (2007 – R\$ 397.990).

Contrato 896 – Firmado em dezembro de 1992, no valor de US\$ 50 milhões, e também destinado ao Projeto de Despoluição do Rio Tietê – Etapa I. O período de amortização teve início em junho de 1999, em parcelas semestrais, cuja taxa de juros é de 3% a.a., com vencimento final em dezembro de 2016. Foi assinado, em dezembro de 1992, contrato de garantia entre a República Federativa do Brasil e o BID, garantindo a provisão de fundos para o cumprimento das obrigações previstas no contrato de financiamento. O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2008 era de US\$ 22.222 mil, equivalente a R\$ 51.933 (2007 – R\$ 44.282).

Contrato 1.212 – Firmado em julho de 2000, no valor de US\$ 200 milhões, destinado à execução do Projeto de Despoluição do Rio Tietê – Etapa II. Durante o ano de 2008 o total desembolsado foi de US\$ 2.434 mil, não mais existindo valores a serem desembolsados neste contrato. O empréstimo está sendo amortizado em parcelas semestrais, encerrando-se em julho de 2025. Os juros são pagos semestralmente, apurados sobre o saldo devedor diário à taxa anual determinada pelos custos dos empréstimos tomados pelo banco durante o semestre anterior, acrescidos de um “spread”, e serão variáveis para cada semestre. O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2008, era de US\$ 174.728 mil, equivalente a R\$ 408.339 (2007 – R\$ 323.105).

Compromissos financeiros – “Covenants”

- Contratos 713, 896 e 1.212 – As tarifas devem: a) produzir uma receita suficiente para cobrir os gastos de exploração do sistema, inclusive os relacionados com administração, operação, manutenção e depreciação; b) proporcionar uma rentabilidade sobre o ativo imobilizado superior a 7%; e c) durante a execução do projeto os saldos dos empréstimos contratados a curto prazo não deverão ser superiores a 8,5% do seu patrimônio líquido.

O não cumprimento das cláusulas de *covenants* incorrerá em vencimento antecipado do contrato.

(i) Japan Bank For International Cooperation (“JBIC”)

A Companhia assinou, em 06 de agosto de 2004, contrato de financiamento com o JBIC – Japan Bank For International Cooperation com garantia da União, no valor de 21.320 milhões de ienes japoneses, equivalentes a aproximadamente R\$ 337.687, destinado ao Programa de Recuperação Ambiental da Região Metropolitana da Baixada Santista. O prazo total do financiamento é de 25 anos, sendo 7 anos de carência e 18 anos de amortização, em parcelas semestrais. Os juros são pagos semestralmente a partir de 2006, sendo 2,5% a.a. para rede de esgoto e 1,8% a.a. para instalações de tratamento de esgotos. O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2008 era de R\$ 390.015 (2007 – R\$ 42.043).

(j) AB Loan (BID 1983AB)

Em 27 de maio de 2008, foi assinado contrato de empréstimo BID AB Loan, no valor de US\$ 250.000.000,00, cujo desembolso ocorreu integralmente em junho de 2008. Os recursos captados foram utilizados na quitação do Eurobônus 2008 e na execução de parte do plano de investimento da Companhia.

# **COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Esse contrato apresenta as seguintes características:

	US\$	Vencimento inicial	Vencimento Final	Juros ( Libor + spread)
1983 A	100.000.000,00	Maio de 2011	Maio de 2023	2,595%+2,375%
1983 B1	100.000.000,00	Maio de 2011	Maio de 2020	2,595%+2,075%
1983 B2	50.000.000,00	Maio de 2011	Maio de 2018	2,595%+1,875%

Os juros são pagos semestralmente a partir de novembro de 2008.

O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2008 era de US\$ 250.000 mil, equivalente a R\$ 584.250, deduzido parte dos custos de captação no valor de R\$ 3.655 que serão amortizados durante a vigência do contrato.

(k) Compromissos financeiros "covenants"

Em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 a Companhia cumpriu todos os requisitos vigentes em seus contratos de empréstimos e financiamentos.

(l) Vencimentos contratuais dos empréstimos e financiamentos

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015 em diante	TOTAL
Em moeda nacional	1.342.698	843.019	919.952	500.093	537.949	189.628	250.786	4.584.125
Em moeda estrangeira	106.162	86.420	151.994	163.149	163.149	163.149	1.446.960	2.280.983
Total Geral	1.448.860	929.439	1.071.946	663.242	701.098	352.777	1.697.746	6.865.108

## 13. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS

(a) Saldos patrimoniais

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	CONTROLADORA
	2008	2007
<b>No ativo circulante (i)</b>		
Imposto de renda diferido	125.722	79.994
Contribuição social diferida	45.260	28.798
	170.982	108.792
<b>No realizável a longo prazo (ii)</b>		
Imposto de renda diferido	320.104	260.847
Contribuição social diferida	115.237	96.379
	435.341	357.226
<b>No passivo circulante (iii)</b>		
Imposto de renda diferido	209	-
Contribuição social diferida	75	-
Pasep diferido	19.296	21.507
Cofins diferido	44.789	53.742
	64.369	75.249
<b>No passivo não circulante (iv)</b>		
Imposto de renda diferido	59.468	66.909
Contribuição social diferida	16.899	19.578

**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Pasep diferido	17.656	19.128
Cofins diferido	<u>47.469</u>	<u>54.250</u>
	141.492	159.865
No resultado do exercício		
Imposto de renda	(399.194)	(395.634)
Imposto de renda diferido	<u>112.216</u>	<u>82.075</u>
	(286.978)	(313.559)
Contribuição social	(149.179)	(147.711)
Contribuição social diferida	<u>37.924</u>	<u>29.702</u>
	<u>(111.255)</u>	<u>(118.009)</u>

(i) No ativo circulante

Calculado substancialmente com base em diferenças temporárias no montante de R\$ 502.889 (2007 – R\$ 319.977).

(ii) No realizável a longo prazo

Calculados substancialmente com base em diferenças temporárias no montante de R\$ 1.280.413 (2007 – R\$ 1.043.388) relativas ao imposto de renda e R\$ 1.280.413 (2007 – R\$ 1.070.876) relativas à contribuição social.

A Administração da Companhia tem expectativa de realização do saldo de longo prazo, mencionado no item (ii) em 2010 na mesma proporção de 2009, e o restante a ser realizado no ano subsequente de 2011.

(iii) Passivo circulante

- Imposto de renda e contribuição social

Calculados substancialmente com base em diferenças temporárias no montante de R\$ 837, relativas ao imposto de renda e à contribuição social.

- Pasep e Cofins

Calculados substancialmente sobre o faturamento a órgãos públicos, sendo a apuração da obrigação e constituição da provisão efetuada quando da prestação do serviço, e sua liquidação no recebimento das faturas.

(iv) No passivo não circulante

- Imposto de renda e contribuição social

Calculados substancialmente com base em diferenças temporárias no montante de R\$ 237.872 (2007 – R\$ 267.636) relativas ao imposto de renda e R\$ 187.766 (2007 – R\$ 217.530) relativas a contribuição social.

- Pasep e Cofins

Calculados substancialmente sobre o faturamento a órgãos públicos, sendo a apuração da obrigação e constituição da provisão efetuada quando da prestação do serviço, e sua liquidação no recebimento das faturas.

**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

(b) Composição dos saldos de impostos e contribuições diferidos

	<u>CONTROLADORA E</u> <u>CONSOLIDADO</u>	<u>CONTROLADORA</u>
	<u>2008</u>	<u>2007</u>
No ativo circulante		
Provisões para contingências	170.982	108.792
No realizável a longo prazo		
Provisão para contingências	240.493	225.697
Provisão para obrigações previdenciárias	139.616	121.039
Outras	<u>55.232</u>	<u>10.490</u>
	<u>435.341</u>	<u>357.226</u>
Total dos impostos diferidos ativos	<u>606.323</u>	<u>466.018</u>
No passivo circulante		
Custos na emissão de títulos	284	-
Receita órgãos públicos	<u>64.085</u>	<u>75.249</u>
	64.369	75.249
No passivo não circulante		
Custos na emissão de títulos	1.997	-
Lucro órgãos públicos	74.370	86.487
Receita órgãos públicos	<u>65.125</u>	<u>73.378</u>
	<u>141.492</u>	<u>159.865</u>
Total dos impostos diferidos passivos	<u>205.861</u>	<u>235.114</u>

(c) Conciliação da alíquota efetiva de imposto

Os valores registrados como despesas de imposto de renda e contribuição social nas demonstrações financeiras estão conciliados com as alíquotas nominais previstas em lei, conforme demonstrado a seguir:

	<u>CONTROLADORA E</u> <u>CONSOLIDADO</u>	<u>CONTROLADORA</u>
	<u>2008</u>	<u>2007</u>
	<u>(Ajustado nota 2)</u>	
Lucro antes dos impostos	461.804	1.486.831
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa esperada à taxa nominal	(157.013)	(505.523)
Diferenças permanentes		
Realização da reserva de reavaliação	(29.518)	(29.808)
Ajuste Lei 4819/58 (i)	(321.135)	-
Juros sobre capital próprio	100.704	102.253
Outras diferenças	8.729	(721)
Ajustes adoção Lei nº 11.638/07	-	<u>2.231</u>
Imposto de renda e contribuição social	<u>(398.233)</u>	<u>(431.568)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(548.373)	(543.345)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	150.140	111.777
Alíquota efetiva	86%	29%

**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

(i) Diferença Permanente considerada pela administração relativo a Provisão para perdas do valor controverso dos benefícios da Lei Estadual nº. 4819/58 e consequente provisão referente à obrigação atuarial (nota 7 (vii)).

(d) Regime Tributário de Transição - RTT

A Companhia optou por adotar o Regime Tributário de Transição (RTT), instituído pela Medida Provisória 449/08. Dessa forma, os efeitos trazidos pelas alterações da Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 36 e 37 da referida medida provisória, não tiveram efeitos para fins tributários.

Com a adoção ao regime, a companhia manteve o benefício de não tributação dos valores relativos à doações e subvenções governamentais para investimentos e manteve a dedutibilidade dos custos nas emissões de títulos, que passaram a ser registrados em conta redutora do passivo.

**14. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER**

	<u>Circulante</u>		<u>Não circulante</u>	
	<u>2008</u>	<u>2007</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Imposto de renda	3.742	4.420	-	-
Contribuição social	6.114	5.331	-	-
Cofins e Pasep	37.766	41.629	-	-
Paes	32.631	43.918	114.210	197.635
Inss	21.406	20.072	-	-
Outros	<u>28.750</u>	<u>12.365</u>	-	-
Total	130.409	127.735	114.210	197.635

A Companhia solicitou o Pedido de Parcelamento Especial (Paes) em 15 de julho de 2003, conforme Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, incluindo nesse pedido os débitos relativos à Cofins e ao Pasep envolvidos em ação judicial contra a aplicação da Lei nº 9.718/98, e consolidou o saldo remanescente do Programa de Recuperação Fiscal (Refis). O valor total incluído no Paes era de R\$ 316.953, como segue:

<u>Imposto</u>	<u>Principal</u>	<u>Multa</u>	<u>Juros</u>	<u>Total</u>
Cofins	132.499	13.250	50.994	196.743
Pasep	5.001	509	2.061	7.571
Refis	<u>112.639</u>	-	-	<u>112.639</u>
Total	250.139	13.759	53.055	316.953

O débito está sendo pago em 120 meses. Os montantes pagos em 2008 e 2007 foram de R\$ 34.114 e R\$ 43.002 respectivamente, e foram registradas despesas financeiras de R\$ 8.281 e R\$ 12.218, respectivamente. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2008 era de R\$ 146.842. Os ativos dados em garantia no Programa Refis anterior, no montante de R\$ 249.034, continuam a garantir os valores do Programa Paes. Como resultado da adequação nos cálculos de juros relativos ao parcelamento, o saldo devedor foi reduzido em aproximadamente R\$ 66.000.

**15. OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS**

(a) Plano assistencial

Administrado pela Fundação Sabesp de Seguridade Social - Sabesprev, é constituído por planos de saúde optativos, de livre escolha, mantidos por contribuições da patrocinadora e dos participantes, que no exercício foram as seguintes:

Da Companhia: 7,1% (2007 - 7,2%) em média da folha bruta de salários;

Dos participantes: 3,21%, sobre o salário base e gratificação, que corresponde à média de 2,3% da folha bruta de salários.

(b) Benefícios previdenciários

Administrado pela Fundação Sabesp de Seguridade Social - Sabesprev, o plano de benefício definido recebe contribuições mensais da seguinte forma: 2,10% da Companhia e 2,3% dos participantes.



**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Objetivando atender ao disposto na deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000, estão apresentados abaixo os valores apurados dos benefícios de pensão e aposentadoria concedidos e a conceder, aos quais os empregados farão jus após o tempo de serviço.

Em 31 de dezembro de 2008, com base em relatório independente, calculado pelo método de Unidade de Crédito Projetada, a Companhia possuía um compromisso atuarial líquido de R\$ 419.871 (R\$ 365.234 em 2007) que representa a diferença entre o valor presente das obrigações da Companhia relativamente aos participantes empregados, aposentados e pensionistas e os ativos garantidores, conforme demonstrado a seguir:

	<u>CONTROLADORA E</u> <u>CONSOLIDADO</u> <u>2008</u>	<u>CONTROLADORA</u> <u>2007</u>
(i) Conciliação dos ativos e passivos		
Valor presente das obrigações atuariais	(1.433.710)	(1.386.563)
Valor justo dos ativos	976.545	969.440
Ganhos a serem reconhecidos em exercícios futuros	<u>37.294</u>	<u>51.889</u>
Passivo líquido	<u>(419.871)</u>	<u>(365.234)</u>
Passivo líquido reconhecido no balanço	<u>(419.871)</u>	<u>(365.234)</u>
(ii) Despesas reconhecidas na demonstração do resultado		
Custo do serviço corrente	33.347	33.440
Custo dos juros	164.124	131.848
Rendimento esperado do ativo do plano	(117.317)	(96.439)
Contribuição dos empregados	<u>(13.025)</u>	<u>(12.925)</u>
Total	<u>67.129</u>	<u>55.924</u>
(iii) Movimentação do passivo líquido atuarial		
Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do exercício	(365.234)	(321.212)
Custo do serviço corrente	(33.347)	(33.440)
Custo dos juros	(164.124)	(131.848)
Rendimento esperado do ativo do plano	117.317	96.439
Contribuição dos empregados	<u>13.025</u>	<u>12.925</u>
	<u>(432.363)</u>	<u>(377.136)</u>
Contribuições reais da Companhia no exercício	<u>12.492</u>	<u>11.902</u>
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	<u>(419.871)</u>	<u>(365.234)</u>
(iv) Evolução do valor justo dos ativos		
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	969.440	812.909
Rendimento real do valor justo dos ativos	40.723	183.748
Contribuições reais no exercício	25.517	24.827
Benefícios pagos	<u>(59.135)</u>	<u>(52.044)</u>
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	<u>976.545</u>	<u>969.440</u>
(v) Evolução do valor presente das obrigações		
Valor presente das obrigações no início do exercício	1.386.563	1.096.219
Custo do serviço corrente	33.347	33.440
Custo dos juros	164.124	131.848
Benefícios pagos	(59.135)	(52.044)
Perda no valor presente das obrigações	<u>(91.189)</u>	<u>177.100</u>
Valor presente das obrigações no final do exercício	<u>1.433.710</u>	<u>1.386.563</u>

**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

(vi) Despesas previstas	2009	2008
Custo do serviço corrente	31.116	33.347
Custo dos juros	155.514	164.124
Rendimento esperado do ativo do plano	(92.309)	(117.317)
Contribuições dos empregados	(21.235)	(13.025)
Total	73.086	67.129

(vii) Premissas atuariais

Estatísticas diversas e outros fatores visam antecipar eventos futuros no cálculo da despesa e do passivo relativo a esses planos. Esses fatores incluem premissas sobre taxa de desconto, retorno esperado do ativo e o aumento da taxa de compensação futura, além de fatores subjetivos, tais como índices de demissões, rotatividade e mortalidade. As premissas atuariais utilizadas pela Companhia são revisadas regularmente e podem divergir de forma relevante dos resultados atuais de acordo com mudanças de mercado e condições econômicas, fatos regulatórios, regulamentações judiciais, aumento ou diminuição nos índices de demissões ou na expectativa de vida dos participantes. Essas diferenças podem resultar em um impacto relevante no montante de despesa com entidade de previdência privada registrada pela Companhia.

Descrevemos abaixo as premissas utilizadas na avaliação atuarial:

Hipóteses econômicas	2008	2007
Taxa de desconto	10,85% a.a.	10,85% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos	10,85% a.a.	10,85% a.a.
Crescimento salarial futuro	6,08% a.a.	6,08% a.a.
Crescimento dos benefícios da previdência social e dos limites	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Fator de capacidade		
- Salários	98%	98%
- Benefícios	98%	98%
Hipóteses demográficas para	2008	2007
Tábua de mortalidade	AT 83	AT 83
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB 44	RRB 44
Tábua de entrada em invalidez	RRB 44	RRB 44
Tábua de rotatividade	Prudential	Prudential
Idade de aposentadoria	Primeira idade com direito a um dos benefícios	Primeira idade com direito a um dos benefícios
% de participantes ativos casados na data da aposentadoria	95%	95%
Diferença de idade entre participantes e cônjuge	Esposas são 4 anos mais jovens que maridos	Esposas são 4 anos mais jovens que maridos

O número de participantes ativos em 31 de dezembro de 2008 era de 15.448 (15.881 em 2007). O número de beneficiários, aposentados e pensionistas em 31 de dezembro de 2008 era de 4.579 (4.245 em 2007).

A avaliação do plano de custeio da Sabesp é feita por atuário independente, com premissas que diferem daquelas aplicadas para fins de apuração dos benefícios a empregados dispostas na Deliberação CVM nº 371. O déficit técnico da Sabesp apurado em 31 de dezembro de 2008 é de R\$ 500.266 (2007 - R\$ 319.463). Os cálculos diferem substancialmente quanto ao método atuarial no cálculo dos benefícios de risco antes da aposentadoria, com repartição para a Sabesp e capitalização para atender à Deliberação CVM nº 371.

A Patrocinadora e a Sabesp estão em processo de negociação para que o déficit técnico seja equacionado, mediante o saldamento e a migração do plano de benefício definido para um plano de contribuição variável. A Administração estima não incorrer em custos adicionais em decorrência da mudança dos referidos planos.



**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

(c) Obrigação Atuarial referente aos pagamentos dos benefícios da Lei Estadual nº. 4819/58

Como descrito na nota explicativa nº. 7, a Companhia vem pagando, por força de decisão judicial, os benefícios de complementação de aposentadoria e pensão, dos ex-empregados e pensionistas.

O plano de benefícios conforme determina a lei nº. 4819/58 inclui complementação de aposentadoria, complementação de aposentadoria por invalidez permanente e complementação de pensões.

Este plano de benefício não recebe contribuição como o Plano administrado pela SABESPREV, não havendo, portanto ativo garantidor.

Em 31 de dezembro de 2008, com base em relatório independente, o compromisso atuarial referente aos futuros pagamentos dos benefícios era R\$ 1.338.587. A provisão atuarial ora efetuada no valor de R\$ 535,4 milhões correspondente a parte controversa deste passivo não reembolsada pelo Estado.

O número de participantes ativos em 31 de dezembro de 2008 era de 2.801. O número de beneficiários, aposentados e pensionistas em 31 de dezembro de 2008 era de 2.658. As demais premissas utilizadas no cálculo atuarial estão mencionadas anteriormente.

**16. PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS**

Com base nas negociações realizadas entre a Companhia e as entidades representativas de classe funcional, foi implementado o Programa de Participação nos Resultados, considerando o período de janeiro a dezembro de 2008, com a distribuição do valor correspondente de até uma folha de pagamento, mediante o estabelecimento de metas. No ano foi provisionado o montante de R\$ 53.216.

**17. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS**

(a) Provisões com probabilidade de perda provável

A Companhia é parte em uma série de ações judiciais decorrentes do curso normal dos negócios, incluindo processos de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A Administração acredita, apoiada na opinião e nas estimativas de seus advogados e consultores legais, que as provisões são suficientes para cobrir eventuais perdas. Essas provisões, líquidas dos depósitos judiciais, estão assim demonstradas:

Descrição	<u>CONTROLADORA E</u> <u>CONSOLIDADO</u>	<u>CONTROLADORA</u>
	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Ações com clientes(i)	659.875	504.028
Ações com fornecedores(ii)	222.372	171.656
Outras questões cíveis(iii)	152.446	125.627
Ações tributárias(iv)	26.291	32.123
Ações trabalhistas(v)	41.222	61.747
Ações ambientais(vi)	<u>55.442</u>	<u>50.075</u>
Total	<u>1.157.648</u>	<u>945.256</u>
Circulante	459.395	290.172
Não circulante	698.253	655.084

Movimentação das provisões para contingências para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 está demonstrada a seguir:

**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

	2007	Adições	Exclusões	Juros, Atualizações Monetárias e Reversões	2008
Ações com clientes	526.302	173.280	(86.313)	83.319	696.588
Ações com fornecedores	174.556	36.711	(38.074)	52.162	225.355
Outras questões cíveis	127.890	42.360	(36.475)	22.469	156.244
Ações tributárias	34.491	4.890	(12.805)	(285)	26.291
Ações trabalhistas	61.747	19.722	(39.237)	(1.010)	41.222
Ações ambientais	50.075	22.599	(25.707)	8.475	55.442
Subtotal	975.061	299.562	(238.611)	165.130	1.201.142
Depósitos judiciais	(29.805)	(30.328)	21.021	(4.382)	(43.494)
Total	945.256	269.234	(217.590)	160.748	1.157.648

(b) Processos com probabilidade de perda possível

A Companhia possui processos em andamento nas esferas administrativas e judiciais, de natureza civil, tributária, trabalhista e ambiental, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificados pela Administração e seus advogados e consultores legais como perda possível. As contingências passivas estão assim representadas:

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO 2008	CONTROLADORA 2007
Ações com clientes (i)	653.700	709.000
Ações com fornecedores (ii)	388.100	254.100
Outras questões cíveis (iii)	228.100	195.300
Ações tributárias (iv)	259.000	199.900
Ações trabalhistas (v)	115.600	70.400
Ações ambientais (vi)	25.200	514.400
Total	1.669.700	1.943.100

(i) Ações com clientes

Aproximadamente 1.200 processos judiciais foram ajuizados por clientes comerciais, que pleiteiam que suas tarifas deveriam ser iguais às de outra categoria de consumidores e, conseqüentemente, reclamam a devolução de valores cobrados pela Sabesp. A Companhia obteve decisões definitivas tanto favoráveis como desfavoráveis em diversas instâncias judiciais, sendo constituída provisão quando a expectativa de perda é considerada provável. A variação ocorrida de R\$ 170.286 nos processos classificados como de provável perda decorreu da migração de expectativa de processos em andamento, juros, honorários e atualização.

(ii) Ações com fornecedores

As reclamações com fornecedores foram ajuizadas por algumas construtoras alegando pagamento a menor de ajustes de atualização monetária, retenção de valores relacionados a expurgos decorrentes do Plano Real e desequilíbrio econômico financeiro do contrato, entre outros. Essas ações encontram-se em tramitação nas diversas esferas judiciais, sendo provisionadas quando a expectativa de perda é considerada provável. O acréscimo ocorrido de R\$ 134.000 nos processos com expectativa de perda possível está relacionada com a migração de expectativa de processos, juros, honorários e atualização de processos em andamento.

(iii) Outras questões cíveis

A Companhia é parte de diversas ações cíveis relacionadas a indenizações por danos materiais, morais e perda de lucros alegadamente causados a terceiros. Em 31 de dezembro de 2008, foram registradas provisões no valor de R\$ 156.244 (R\$ 127.890 em 2007) para as reclamações cujo risco de perda foi avaliado como provável. Tanto os casos com expectativa de perda provável como

**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

possível, tiveram um acréscimo, que foi provocado pelo aumento de processos e também pela revisão das expectativas, abrangendo atualizações monetárias, aplicação de juros e honorários.

(iv) Ações Tributárias

As provisões para contingências de natureza tributária referem-se, principalmente, a questões ligadas à cobrança de tributos, questionada em virtude da divergência de interpretação da legislação por parte dos assessores legais da Companhia.

Em 2006, a Receita Federal, por meio de ação fiscal, verificou o cumprimento por parte da Companhia das obrigações tributárias relativas ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, no ano calendário 2001, apurando crédito tributário no valor de R\$ 277 milhões (R\$ 322 milhões atualizados para 31 de dezembro de 2008). A Companhia protocolou impugnação, tempestivamente, e recorrerá à autuação em todas as instâncias administrativas e judiciais. Segundo seus assessores legais, aproximadamente 90% desse processo administrativo, é considerado como de perda remota, e 10% como de perda possível.

Em 2005 a Receita Federal indeferiu parcialmente Pedido de Compensação realizado pela Companhia, que objetivava a extinção de crédito tributário do IRPJ, de aproximadamente R\$ 56,1 milhões, e da CSLL, de aproximadamente R\$ 8,7 milhões, dos períodos de apuração janeiro à abril de 2003, com o aproveitamento de saldos negativos de IRPJ e CSLL de anos anteriores. No despacho decisório, a autoridade não homologou o equivalente a R\$ 11,2 milhões de IRPJ e R\$ 0,7 milhão de CSLL, totalizando valor aproximado de R\$ 11,9 milhões (R\$ 24,1 milhões atualizados para 31 de dezembro de 2008). Nossos advogados avaliaram o risco como de perda possível.

Em 2008, a Receita Federal do Brasil indeferiu seis Pedidos de compensação realizados pela Companhia, que objetivavam a extinção de créditos tributários do IRPJ/CSLL, com aproveitamento de montantes que lhe eram favoráveis, oriundos de recolhimentos indevidos do IRPJ/CSLL, pagos por estimativa mensal. O valor envolvido nesses processos é de R\$ 28 milhões atualizados para 31 de dezembro de 2008. Nossos advogados avaliaram o risco como de perda possível.

A Companhia impetrou Mandado de Segurança para contestar a revogação da isenção do imposto sobre serviços no Município de São Paulo, ocorrida por meio de lei municipal promulgada em 2002. Em abril de 2003, foi deferido o pedido de concessão de medida liminar determinando a suspensão da tributação. Em maio de 2005 a justiça publicou sentença denegando a segurança. Em julho de 2005 a Sabesp interpôs recursos de apelação objetivando a manutenção da eficácia da medida liminar concedida. Ainda não houve a decisão definitiva sobre a demanda sendo considerada a expectativa de ganho como possível. Já a Secretaria das Finanças do Município de São Paulo, lavrou em 18 de setembro de 2006 auto de infração, contra aos quais foi oferecida, tempestivamente, impugnação administrativa, com posterior improvimento do recurso em primeira instância. Foi interposto, tempestivamente, recurso ordinário perante o Conselho Municipal de Tributos que não fora conhecido e contra tal decisão foi ajuizada ação cautelar, com pedido de liminar, ainda não apreciada, com o intuito de ser anulada tal decisão. O valor envolvido está estimado em R\$ 70,0 milhões (R\$ 135 milhões atualizado para 31 de dezembro de 2008). Nossos advogados avaliaram o risco como de perda possível.

A Companhia ajuizou ações contra as Prefeituras de Bragança Paulista e de São Paulo devido à imposição de cobrança sobre o uso de áreas públicas para a instalação de redes de água e esgoto relacionadas aos serviços de saneamento fornecidos aos municípios. Na ação movida em face da Prefeitura de Bragança Paulista, foi concedida à Companhia uma medida suspendendo a imposição deste encargo e impedindo a prefeitura de cobrar quaisquer valores atuais ou futuros devidos com respeito a este encargo até que haja uma decisão final sobre o mérito da causa. Em junho de 2005, o Juízo de Primeira Instância decidiu em favor da Companhia e a medida foi mantida. A prefeitura apelou contra tal decisão, a qual pende de julgamento no tribunal de Justiça. Já em relação à ação movida em face da Prefeitura de São Paulo, o Juízo de Primeira Instância proferiu uma decisão sustentando a legalidade desta cobrança municipal. A Companhia interpôs recurso de apelação, que aguarda julgamento. Posteriormente uma nova lei aprovada instituiu a cobrança pelo uso de áreas públicas na cidade de São Paulo. Em abril de 2004, a Companhia apresentou um pedido de medida liminar buscando a suspensão da incidência dessa cobrança municipal. A medida liminar foi concedida pelo Juízo de Primeira Instância e confirmada por ocasião da prolação da sentença, reconhecendo ser

**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

indevida a cobrança. A prefeitura apresentou recurso de apelação e aguarda-se o julgamento pelo Tribunal de Justiça. Nossos advogados avaliaram o risco como perda possível.

(v) Ações Trabalhistas

A Companhia está envolvida em processos trabalhistas, tais como questões referentes a horas extras, adicionais de insalubridade e periculosidade, aviso-prévio, desvio de função, equiparação salarial e outras, sendo que parte do montante envolvido encontra-se em execução provisória ou definitiva. Dessa forma, classificadas como de probabilidade de perda provável e, conseqüentemente, devidamente provisionadas.

(vi) Ações Ambientais

Referem-se às ações judiciais propostas pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, por algumas municipalidades e por algumas organizações não governamentais, na maioria, ações civis públicas ambientais que visam, de uma maneira geral :

- (1) proibir que o esgoto bruto seja despejado em certos cursos d'água locais;
- (2) em alguns casos, pleiteando recursos para danos ambientais que ainda não foram especificados e avaliados por peritos técnicos dos tribunais; e
- (3) visando exigir que instalemos e operemos instalações de tratamento de esgoto nos referidos locais.

Dentre as ações civis públicas das quais fazemos parte, destacamos as seguintes:

(a) Ação civil pública ajuizada pela Promotoria da Comarca de São Bernardo do Campo, objetivando a cessação definitiva do descarte do lodo resultante do tratamento da água da ETA-Rio Grande em qualquer corpo d'água e no reservatório Billings, bem como, a reparação de danos causados por esta atividade ao longo dos anos e a implementação de um projeto de recuperação ambiental. Houve decisão desfavorável em segunda instância, ordenando que o despejo de resíduos cessasse em um ano a contar da data da decisão final, bem como, determinou que a recuperação ambiental fosse executada no prazo de dois anos da data da decisão final, sob pena de multa diária de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e conversão em indenização pelo dano ambiental causado. Dessa decisão a Companhia interpôs recurso e está aguardando julgamento. Os advogados da Companhia avaliaram o risco de perda como provável e realizaram provisão refletindo o valor atribuído à causa;

(b) Ação civil pública promovida pelo Ministério Público em face da Sabesp e da Prefeitura Municipal de Cotia, objetivando a condenação individual e solidária das rés com relação: (i) a cessação definitiva do descarte de efluentes sem tratamento no Rio Cotia ou seus tributários, sob pena de multa diária em caso de não cumprimento; (ii) obrigação de submeter o esgoto a tratamento prévio antes de lançá-lo no Rio Cotia, sob pena de multa diária no caso de não cumprimento; (iii) restauração integral das condições primitivas do solo, corpos d'água superficiais e subterrâneos e da vegetação, sob pena de multa diária em caso de não cumprimento e (iv) ao pagamento de indenização por danos ao meio ambiente causados ao solo, a fontes de água e a corpos d'água subterrâneos e superficiais que não podem ser recuperados. O Tribunal de Justiça decidiu a favor dos itens (i), (iii) e (iv) acima. O perito técnico do tribunal calculou a indenização por danos ambientais no valor de R\$ 826.800,00 (oitocentos e vinte e seis mil e oitocentos reais), ou alternativamente, em R\$ 5,8 milhões, em 17 de outubro de 2006. Este montante ainda está sob discussão e sujeita a uma decisão final pelo Tribunal. Nossos advogados avaliaram o risco de perda como provável. Em dezembro de 2008, o valor atualizado do total da perícia era de R\$ 7,4 milhões. O processo encontra-se em fase de execução definitiva. A Sabesp está em tratativas para celebração de acordo com o Ministério Público.";

(c) Ação civil pública movida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo em face da Sabesp, Município de Itupeva, Campo Limpo Paulista e Várzea Paulista pleiteando 1) a condenação em obrigação de não fazer consistente em deixar de lançar o esgoto de origem domiciliar "in natura" no Rio Jundiá em desacordo com os padrões de qualidade previstos em lei sob pena de execução específica; 2) obrigação de indenizar os danos materiais e morais ambientais no valor de R\$ 2,0 milhões e fixação de multa diária no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) para cada um dos Municípios envolvidos, solidariamente com a SABESP. Deferida a liminar. A ação foi julgada procedente em parte para condenar os réus em obrigação de não fazer consistente em deixar de lançar o esgoto de origem domiciliar in natura no rio Jundiá sob pena de multa diária de R\$ 1.000,00 (mil reais) observados os prazos fixados na liminar que se tornou definitiva; condenação dos réus no pagamento de indenização por danos materiais a serem apurados em liquidação de sentença. A SABESP ofertou recurso de apelação, o qual aguarda julgamento. O Ministério Público iniciou a liquidação de sentença



**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

para apuração dos danos materiais, a qual está em fase de perícia. Nossos advogados avaliaram o risco de perda como provável. O valor da causa atualizado é de R\$ 4,5 milhões;

(d) Ação civil pública movida pelo Ministério Público, em face da Sabesp, pleiteando a obrigação de não fazer consistente em não lançar e nem deixar cair o esgoto no Rio Cascavel ou outro leito de água, no município de Echaporã, sob pena de 200 salários mínimos diários e indenização pelos danos causados ao meio ambiente, em valor a ser definido em perícia. O juízo de primeira instância proferiu sentença desfavorável à Companhia, amparada em laudo pericial que estimou os danos em R\$ 352.000,00 (trezentos e cinquenta e dois mil reais) em Julho de 2000. Tal decisão foi mantida em segunda instância e a Companhia aguarda decisão de recurso dos tribunais superiores. Nossos advogados avaliaram o risco de perda como provável. O valor da perícia acrescido da multa cominada totaliza R\$ 11,0 milhões;

(e) Ação civil pública movida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo em face da Sabesp, objetivando a condenação da companhia em 1) abster-se de lançar efluentes de esgotos sem o prévio tratamento nas águas do Rio Capivari e seus afluentes, no município de Campos do Jordão, no prazo de 540 dias a contar da propositura da ação, sob pena de multa diária de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) 2) Reparação integral dos danos causados ao meio ambiente ou pagamento de indenização a título de compensação no caso de comprovada inviabilidade de reparação ambiental. A sentença foi desfavorável à Sabesp. A Sabesp ingressou com o recurso de apelação. O Tribunal manteve os termos da sentença, alterando a multa pelo descumprimento da obrigação em R\$ 10.000,00 (dez mil reais). A Sabesp interpôs Recurso Extraordinário, o qual aguardamos julgamento. Nossos advogados avaliaram o risco de perda como provável. O valor da multa atualizado para 31 de dezembro de 2008 corresponde a R\$ 4,7 milhões;

(f) Ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo em face da Sabesp e da Prefeitura Municipal de Piracaja pleiteando a condenação das rés em obrigação de não fazer, consistente em deixar de lançar o esgoto de origem domiciliar "in natura" no Rio Atibaia em desacordo com os padrões de qualidade previstos em lei sob pena de execução específica ou multa diária. O valor atribuído à ação é de R\$ 3,5 milhões, em 11 de julho de 1996, atualizado para R\$ 8,7 milhões em 31 de dezembro de 2008. Este processo está aguardando julgamento em primeira instância. Nossos advogados avaliaram o risco de perda como possível;

(g) Ação civil pública em face da Sabesp, AES Eletropaulo, Daee, Cetesb e Fazenda do Estado de São Paulo para requerer a condenação solidária das mesmas pelos supostos danos ambientais perpetrados em razão da reversão do Rio Pinheiros para a Represa Billings. Em primeira instância houve sentença amparada em laudo pericial que estimou os danos em R\$ 285 milhões condenando solidariamente as partes no pagamento do valor corrigido monetariamente desde o período de junho de 2.000 que atualizados até dezembro de 2.008 constituem a importância de R\$ 527 milhões. As partes recorreram dessa decisão e o Tribunal, em 17 de março de 2009, proveu o recurso, favoravelmente à Sabesp. Nossos advogados avaliaram o risco de perda como remota;

(h) Em 2003, o Conselho Coordenador das Entidades Cíveis de Piracicaba propôs em face da Sabesp e da Agência Nacional de Águas ação civil pública, objetivando, em síntese, à reparação pelos danos causados pelo uso da Bacia dos Rios Piracicaba, Jundiá e Capivari para abastecimento da região metropolitana de São Paulo através do Sistema Cantareira ao longo de quase trinta anos. O valor atribuído à ação é de R\$ 11,4 bilhões, em 10 de dezembro de 2003, atualizado para R\$ 16,1 bilhões em 31 de dezembro de 2008. Este processo está em estágio inicial e aguarda julgamento em primeira instância. Até o momento, não foi estabelecido um valor para os danos alegados. Nossos advogados avaliaram o risco de perda como remoto.

A Companhia está envolvida em outras ações ambientais e processos administrativos em municípios onde opera, oriundos de lançamento de esgoto sem tratamento, avaliados como de perda provável e possível por nossos advogados. Os valores provisionados nem sempre representam o montante final a ser desembolsado a título de indenização aos danos alegados, tendo em vista a fase atual em que se encontram os referidos processos e a impossibilidade da Administração estimar os montantes dos futuros desembolsos. Em 31 de dezembro de 2008, o total provisionado representa o montante de R\$ 55.442, já contemplando os descritos nos itens (a), (b), (c), (d) e (e).

(vii) Processos com acordos firmados em 2.008

a) Em janeiro de 2008 a Sabesp celebrou acordo com o Ministério Público objetivando a execução das obras de implantação do Sistema de Tratamento de Esgotos Domésticos do Município de Boituva no prazo de 54 meses contados a partir da assinatura do ajuste no valor estimado de R\$ 12,8 milhões.

**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Desse valor R\$ 3,9 milhões serão realizados pelos empreendedores do Município e o remanescente de R\$ 8,9 milhões serão de responsabilidade da Sabesp. Referido acordo previu, também, a compensação ambiental, consistente em reflorestamento com o plantio de 5000 mudas. O acordo foi homologado pelo juízo.

b) Em janeiro de 2008, a Companhia celebrou acordo com o Ministério Público para a execução de obras e serviços necessários à implantação do Sistema de Afastamento e Tratamento de Esgotos Domésticos do Município de Santa Cruz do Rio Pardo e Compensação Ambiental para recomposição da mata ciliar do Ribeirão Mandaguari, as quais totalizam a importância de R\$ 1,3 milhões com início de implantação do projeto de recomposição da mata ciliar previsto para fevereiro de 2.008 e término em fevereiro de 2.012. O acordo foi homologado pelo juízo.

c) Em Julho de 2008, a Sabesp celebrou acordo com o Ministério Público Estadual para a execução de obras para implantação do Sistema de Afastamento e Tratamento de Esgotos domésticos do município de Bragança Paulista até 31 de dezembro de 2011, no valor total de R\$ 51,9 milhões, bem como, a compensação ambiental no valor de R\$ 4,2 milhões até 31 de dezembro de 2014. Ressalte-se que referido acordo foi homologado pelo juízo.

d) Em dezembro de 2008, a Sabesp celebrou acordo com o Ministério Público Estadual para implantação no Sistema de Tratamento de esgoto no município de Lutécia, no valor total de R\$ 1,3 milhão, bem como, a compensação ambiental no valor de R\$ 963.000,00 (novecentos e sessenta e três mil reais). Ressalte-se que referido acordo já foi homologado pelo juízo.

e) Em Dezembro de 2008, a Sabesp celebrou acordo com o Ministério Público Estadual para a execução de obras de compensação ambiental, no município de Borá, no valor de R\$ 640.000,00 (seiscentos e quarenta mil reais). Ressalte-se que referido acordo está pendente, ainda, de homologação pelo juízo.

f) Em Outubro de 2008, a Sabesp celebrou acordo com o Ministério Público Estadual e a Prefeitura Municipal de Itaquaquecetuba para a execução de obras para implantação do Sistema de Afastamento e Tratamento de Esgotos domésticos do município de Itaquaquecetuba até 31/12/2019, no valor de R\$ 245,8 milhões e compensação ambiental, no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais). Ressalte-se que referido acordo está pendente, ainda, de homologação pelo juízo.

(viii) Outros processos relacionados à concessão

Em 2 de dezembro de 1997, o Município de Santos promulgou uma lei encampando os sistemas de água e esgoto da Companhia naquele Município. Em resposta, a Companhia impetrou mandado de segurança com pedido de liminar contra a promulgação da referida lei, objetivando sua cassação. O pedido foi indeferido pelo juízo de primeira instância, porém, tal decisão foi posteriormente reformada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, o qual concedeu a segurança requerida, suspendendo os efeitos da referida lei. O juízo de primeira instância proferiu uma decisão de mérito a favor da Companhia, tendo o Município de Santos apelado da decisão. Essa decisão foi mantida pelo Tribunal de segunda instância, entretanto, ainda não é definitiva. A despeito da ação pendente, a Companhia continua operando os sistemas de água e esgoto do Município de Santos.

O Município de Itapira decretou a nulidade do contrato de concessão e ingressou com Ação de Reintegração de Posse, a qual foi julgada procedente. A Sabesp interpôs recurso de apelação e posteriormente dele desistiu em face do ajuizamento de ação de indenização contra a aludida municipalidade.

O Município de Tuiuti ajuizou ação declaratória, objetivando o reconhecimento de inexistência de vínculo jurídico ou legal que possa embasar a permanência da Sabesp à frente dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto do Município de Tuiuti, bem como determinar o final encampamento pelo município-autor de tais serviços públicos. A Sabesp ingressou com Reconvenção objetivando obter a declaração de existência da relação jurídica entre as partes para obter indenização a ser apurada pelos investimentos efetuados. O processo se encontra em fase de instrução.

O Município de Cajobi ajuizou Ação de Reintegração de Posse, pretendendo a retomada dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto, bem como, a condenação da Sabesp ao pagamento de perdas e danos pelos valores recebidos a título de tarifas de água e esgoto que deixou de receber em decorrência dos serviços públicos explorados, desde a edição do Decreto Municipal, assim como, pela

**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

utilização dos bens ligados à concessão. O município encontra-se à frente dos serviços desde 29 de maio de 2007, por força de decisão concessiva em Agravo de Instrumento.

O Município de Monte Alto, ajuizou a ação de Reintegração de Posse acumulada com perdas e danos e declaratória de extinção do contrato de concessão, pretendendo a retomada dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto, sendo deferida liminar. A SABESP retomou a operação dos serviços no Município em junho de 2008 após acordo entre as partes, que pende de homologação do Juízo, em relação aos honorários advocatícios.

O Município de Araçoiaba da Serra ajuizou Ação de Reintegração de Posse, objetivando liminarmente ingressar nas instalações afetadas à concessão, incluindo todos os bens móveis e imóveis vinculados ao serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário, passando a administrar, operar e explorar tais serviços, ante a ocorrência do termo final do contrato de concessão em 23 de setembro de 2006. Ao final postula a reintegração definitiva na posse, assegurando-se a devida reversão de todos os bens, direitos e privilégios outrora transferidos da Sabesp. A medida liminar foi inicialmente concedida e ora mantida pelo Tribunal de Justiça para manter o Município à frente dos serviços. Ademais a Sabesp ajuizou ação cautelar de produção antecipada de provas. O processo encontra-se em fase de instrução.

Em 31 de dezembro de 2008, as ações com os municípios de Itapira, Cajobi, Monte Alto e Araçoiaba da Serra totalizavam aproximadamente R\$ 11 milhões e suas expectativas de perdas eram possíveis, segundo avaliação dos nossos advogados.

**18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**(a) Capital autorizado**

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 10.000.000, mediante deliberação do Conselho de Administração e ouvido o Conselho Fiscal.

**(b) Capital social subscrito e integralizado**

O capital social subscrito e integralizado é composto de 227.836.623 ações ordinárias, escriturais, nominativas, sem valor nominal, assim distribuídas:

Acionistas	2008		2007	
	Número de ações	%	Número de ações	%
Secretaria da Fazenda	114.508.086	50,26	114.508.087	50,26
Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia	54.336.892	23,85	61.690.601	27,08
The Bank Of New York ADR Department (equivalente em ações)(*)	58.769.102	25,79	51.409.636	22,56
Outros	<u>222.543</u>	<u>0,10</u>	<u>228.299</u>	<u>0,10</u>
	227.836.623	100,00	227.836.623	100,00

(\*) cada ADR equivale a 2 ações

**(c) Remuneração aos acionistas**

Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado de acordo com a legislação societária. Sobre os dividendos aprovados não incidem juros, e os montantes não reclamados dentro de 3 anos da data da Assembléia Geral que os aprovou prescreverão em favor da Companhia.

Os dividendos mínimos obrigatórios são apurados como segue:

# **COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Lucro líquido do exercício	63.571
(-) Reserva legal 5%	3.178
(-) Doações	25.780
Lucro líquido	<u>34.613</u>
Dividendo mínimo obrigatório	<u>8.653</u>

A Companhia atribuiu no exercício de 2008, a título de juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos, R\$ 274.990 líquidos de imposto de renda na fonte no valor de R\$ 21.198. Em 2007 o valor foi de R\$ 279.494 líquidos do imposto de renda de R\$ 21.250. Os juros sobre o capital próprio foram calculados em conformidade com o artigo 9º da Lei nº. 9.249/95, observando-se a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP; para fins de dedutibilidade na apuração de imposto de renda e da contribuição social, foram registrados na conta “Despesas Financeiras”, e em seguida, para fins de demonstração, estão apresentadas no “Patrimônio Líquido”.

(d) Reserva de capital

A reserva de capital compreende incentivos fiscais.

(e) Reservas de lucros (ajustado nota 2)

(i) Destinação do lucro do exercício

	<u>2008</u>
Lucro líquido do exercício	63.571
(+) Realização da reserva de reavaliação	86.817
(-) Juros sobre o capital próprio	296.188
(-) Reserva legal 5%	3.178
(Compensação de Prejuízos Acumulados) Reserva para investimentos	<u>(148.978)</u>

(ii) Reserva para investimentos

A reserva para investimentos é constituída especificamente da parcela correspondente aos recursos próprios que serão destinados à ampliação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

## **19. COBERTURA DE SEGUROS**

As políticas de seguro adotadas pela Companhia garantem cobertura levando em conta o risco e a natureza dos respectivos ativos, como segue:

Modalidade de seguro	Importância segurada - R\$	Prêmio
	(*)	(*)
Risco de engenharia	347.517	823
Incêndio	336.086	223
Responsabilidade civil – Diretores e funcionários	80.000	1.690
Responsabilidade civil – Obras em andamento	14.084	475
Responsabilidade civil – Operacional	3.000	167

(\*) Informações não auditadas

A Companhia não possui seguro ambiental e de lucros cessantes.

## **20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCO**

(a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos, conforme descrito a seguir.

A Companhia não realizou operações com derivativos em 2008 e 2007.



**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

(i) Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar.

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

Equivalentes de caixa correspondem as aplicações financeiras expressas em reais e possuem liquidez imediata.

(ii) Investimentos

Consiste, principalmente, em investimento na empresa Sesamm (conforme nota nº 9), registrado pelo método de equivalência patrimonial, nas quais a Companhia tem interesse estratégico. Considerações de valor de mercado das ações possuídas não são aplicáveis.

(iii) Empréstimos e Financiamentos

Em cumprimento à CPC 14, seguem abaixo demonstrados os valores de mercado dos fluxos de caixa projetados, trazidos a valor presente, dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2008.

	<b>Valor contábil</b>	<b>Fluxo de Caixa Projetado</b>	<b>Ajuste a Valor Presente</b>	<b>Diferenças</b>
<b>Moeda Nacional</b>				
Debêntures (i)	1.866.139	2.479.587	2.064.856	414.731
BNDES (ii)	202.245	202.245	202.245	-
Outros (iii)	2.515.741	2.891.794	2.907.469	(15.675)
	4.584.125	5.573.626	5.174.570	399.056
<b>Moeda estrangeira</b>				
Financiamentos (iv)	2.280.983	3.108.964	2.984.782	124.182
	2.280.983	3.108.964	2.984.782	124.182
	<b>6.865.108</b>	<b>8.682.590</b>	<b>8.159.352</b>	<b>523.238</b>

Para a obtenção dos valores de mercado dos Instrumentos Financeiros, são adotados os seguintes critérios:

- (i) As debêntures são financiamentos considerados pelo valor nominal atualizados até a data de vencimento, descontados a valor presente às taxas de mercado futuro de juros, divulgados pela Andima no mercado secundário, tendo como base a data de 30 de dezembro de 2008 e o título da Companhia negociado no mercado nacional.
- (ii) Financiamentos - BNDES, são instrumentos considerados pelo valor nominal atualizados até a data de vencimento, que possuem como característica a indexação pela TJLP, que é uma modalidade específica, não sendo comparada a nenhuma outra taxa de mercado. Sendo assim, a Companhia optou por divulgar como valor de mercado o montante contabilizado em 31 de dezembro de 2008.

# **COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

- (iii) Os outros financiamentos em moeda nacional são considerados pelo valor nominal atualizados até a data de vencimento, descontados a valor presente às taxas de mercado futuro de juros. As taxas futuras utilizadas foram obtidas no site da BM&F.
- (iv) Financiamentos em moeda estrangeira são controlados em moeda de origem, convertidos à taxa de câmbio na data base do balanço, descontados a valor presente utilizando à taxa futura de mercado obtida na Bloomberg, com base em título da Companhia negociado no mercado externo.  
Adicionalmente, a Companhia possui um instrumento indexado à IENE (JBIC, conforme mencionado na nota 12), o qual, além das premissas descritas acima, foi considerado na conversão para valor presente a paridade da moeda de origem do instrumento em relação ao dólar.

### **(b) Riscos de mercado**

#### **(i) Riscos de taxa de câmbio**

Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que impactem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado e, consequentemente, as despesas financeiras. A Companhia não mantém operações de "hedge" ou "swap", no entanto, faz uma gestão ativa da dívida, buscando reduzir a exposição em moeda estrangeira, aproveitando as janelas de oportunidades, para trocar dívidas caras por dívidas mais baratas, reduzindo custo por meio de antecipação de vencimentos.

Significativa parte da dívida financeira da Companhia estava atrelada ao dólar norte-americano e ao Iene, no valor total de R\$ 2.280.983 (nota 12). O quadro abaixo resume a exposição líquida da Companhia ao fator da taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2008.

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	Em milhares	
	US\$	Iene
Empréstimos e Financiamentos	802.260	15.116.861

#### **(ii) Risco de taxa de juros**

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas. Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia possuía R\$ 863.950 em empréstimos e financiamentos captados a taxas variáveis de juros (CDI e TJLP).

Outro risco que a Sociedade enfrenta é a não correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e das contas a receber. Os reajustes de tarifa de fornecimento de água e tratamento de esgoto não necessariamente acompanham os aumentos dos índices de atualização que afetam as dívidas da Companhia.

#### **(iii) Risco de crédito**

Os riscos de crédito são atenuados pela venda a uma base de clientes geograficamente dispersa.

### **(c) Análise de sensibilidade**

A seguir é apresentado o quadro do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que possam gerar impactos significativos para a Companhia.

São apresentados dois cenários nos termos da instrução CVM nº 475/08, afim de demonstrar os saldos dos ativos e passivos financeiros convertidos à uma taxa projetada para 31 de março de 2009 com apreciação de 25% e 50% no Cenário I e 25% e 50% de deterioração no Cenário II, conforme tabela abaixo.

**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

<b>CENÁRIO I</b>		<b>2008</b>		
Instrumentos Financeiros	Risco	Provável	taxa maior em 25%	taxa maior em 50%
<b>Ativo Financeiro</b>				
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>				
Aplicações financeiras (Nossa Caixa e Bradesco)	CDB	561.523	701.904	842.285
<b>Passivo Financeiro</b>				
<b>Empréstimos e Financiamentos</b>				
Banco do Brasil, CEF e Pref. de Presidente Prudente	UPR	2.315.358	2.894.198	3.473.037
Debêntures, FIDC e BI Cia. Securitizadora	CDI	814.550	1.018.187	1.221.825
Debêntures	IGPM	1.274.764	1.593.453	1.912.144
Debêntures	IPCA	149.702	187.127	224.553
BNDES E FEHIDRO	TJLP	205.547	256.934	308.321
BID E EUROBÔNUS	US\$	1.841.600	2.302.000	2.762.400
JBIC	JPI	343.107	428.884	514.661
<b>Referências para Passivos financeiros – Cenário I</b>		taxa projetada para 31 de março de 2009 *	Aumento da taxa em	
			<b>25%</b>	<b>50%</b>
	UPR	1,63%	2,04%	2,45%
	CDI	13,03%	16,29%	19,55%
	IGPM	4,49%	5,61%	6,74%
	IPCA	4,10%	5,13%	6,15%
	TJLP	6,25%	7,81%	9,38%
	US\$	2,30	2,88	3,45
	JPI	0,022697	0,02837	0,034046
<b>CENÁRIO II</b>		<b>2008</b>		
Instrumentos Financeiros	Risco	Provável	taxa menor em 25%	taxa menor em 50%
<b>Ativo Financeiro</b>				
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>				
Aplicações financeiras (Nossa Caixa e Bradesco)	CDB	561.523	421.142	280.762
<b>Passivo Financeiro</b>				
<b>Empréstimos e Financiamentos</b>				
Banco do Brasil, CEF e Pref. de Presidente Prudente	UPR	2.315.358	1.736.519	1.157.679
Debêntures, FIDC e BI Cia. Securitizadora	CDI	814.550	610.912	407.275
Debêntures	IGPM	1.274.764	956.072	637.381
Debêntures	IPCA	149.702	112.276	74.851
BNDES E FEHIDRO	TJLP	205.547	154.160	102.774
BID E EUROBÔNUS	US\$	1.841.600	1.381.200	920.800

**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

JBIC	JPI	343.107	257.331	171.554
<b>Referências para Passivos financeiros, Cenário II</b>	taxa projetada para 31 de março de 2009 *		Diminuição da taxa em	
			<b>25%</b>	<b>50%a</b>
UPR	1,63%		1,22%	0,82%
CDI	13,03%		9,77%	6,52%
IGPM	4,49%		3,37%	2,25%
IPCA	4,10%		3,08%	2,05%
IJLP	6,25%		4,69%	3,125%
US\$	2,30		1,73	1,15
JPI	0,022697		0,017023	0,011349

Essas análises de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os instrumentos financeiros da Companhia. Tais valores quando de sua liquidação poderão apresentar valores diferentes dos demonstrados acima, devido as estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.

\* As taxas projetada para 31 de março de 2009 foram obtidas através do site do Banco Central do Brasil, relatório *Focus*.

**21. RECEITA OPERACIONAL**

	<u>CONTROLADORA</u>	
	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Região Metropolitana de São Paulo	5.207.678	4.888.077
Sistemas regionais (i)	1.631.125	1.560.134
Total	<u>6.838.803</u>	<u>6.448.211</u>

(i) Compreende os municípios operados no interior e litoral do Estado de São Paulo.

**22. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS**

	<u>CONTROLADORA</u>	
	<u>2008</u>	<u>2007</u>
<b>Custo das vendas e serviços prestados:</b>		
Salários e encargos	1.027.527	970.065
Materiais gerais	135.814	121.821
Materiais de tratamento	133.154	112.339
Serviços de terceiros	443.973	384.114
Energia elétrica	457.740	472.525
Despesas gerais	36.400	31.316
Depreciação e amortização	<u>597.201</u>	<u>603.516</u>
	<u>2.831.809</u>	<u>2.695.696</u>
<b>Despesas com vendas:</b>		
Salários e encargos	179.197	158.338
Materiais gerais	6.159	5.373
Serviços de terceiros	131.921	88.585
Energia elétrica	751	736
Despesas gerais	60.782	58.554
Depreciação e amortização	3.875	4.627
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida das recuperações	<u>336.264</u>	<u>323.339</u>
	<u>718.949</u>	<u>639.552</u>
<b>Despesas administrativas:</b>		
Salários e encargos	147.034	137.267
Materiais gerais	4.579	4.621
Serviços de terceiros	112.663	66.300
Energia elétrica	1.098	1.218
Despesas gerais	247.802	291.803
Depreciação e amortização	16.728	7.845

**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

	<u>CONTROLADORA</u>	
	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Despesas fiscais	<u>48.554</u>	<u>43.575</u>
	<u>578.458</u>	<u>552.629</u>
Custos, despesas com vendas e administrativas:		
Salários e encargos	1.353.758	1.265.670
Materiais gerais	146.552	131.815
Materiais de tratamento	133.154	112.339
Serviços de terceiros	688.557	538.999
Energia elétrica	459.589	474.479
Despesas gerais	344.984	381.673
Depreciação e amortização	617.804	615.988
Despesas fiscais	48.554	43.575
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida das recuperações (nota 6 (c(ii)))	<u>336.264</u>	<u>323.339</u>
	<u>4.129.216</u>	<u>3.887.877</u>
Despesas financeiras:		
Juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos - moeda nacional	423.245	447.046
Juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	71.344	66.329
Juros sobre o capital próprio (nota 18(e(i)))	296.188	300.744
Juros sobre o capital próprio (reversão)	(296.188)	(300.744)
Outras despesas financeiras	26.212	69.287
Imposto de renda sobre remessa ao exterior	5.019	6.346
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	127.938	101.310
Outras variações monetárias	20.512	8.059
Provisões para contingências financeiras	<u>165.130</u>	<u>183.027</u>
	<u>839.400</u>	<u>881.404</u>
Receitas financeiras:		
Variações monetárias ativas	420.374	34.281
Rendimento de aplicações financeiras	62.179	51.469
Juros e outras	<u>88.057</u>	<u>46.659</u>
	<u>570.610</u>	<u>132.409</u>
Financeiras, líquidas	<u>268.790</u>	<u>748.995</u>
Variações cambiais, líquidas:		
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	436.157	(188.411)
Outras variações cambiais	-	87
Variação cambial ativa	<u>2.712</u>	<u>286</u>
	<u>438.869</u>	<u>(188.038)</u>

O saldo consolidado inclui despesas administrativas, no montante de R\$ 138 e receitas financeiras no montante de R\$ 129.

**23. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS( Ajustado nota 2)**

A composição de "outras despesas operacionais, líquida" é a seguinte:

	<u>CONTROLADORA</u>	
	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Outras receitas operacionais	70.280	52.633
Cofins e Pasep	<u>(5.306)</u>	<u>(6.518)</u>
	<u>64.974</u>	<u>46.115</u>
Outras despesas operacionais	<u>(1.117.958)</u>	<u>(81.291)</u>
Outras despesas operacionais líquidas	<u>(1.052.984)</u>	<u>(35.176)</u>

As outras receitas operacionais compõem-se, de vendas do ativo imobilizado, vendas de editais, assim como também de indenizações e ressarcimento de despesas, multas e cauções, locação de imóveis, água de reuso, projeto e serviços do Pura e Aqualog.

**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007  
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

As outras despesas operacionais compõem-se: (i) da baixa de bens do ativo imobilizado por obsolescência, obras desativadas, poços improdutivos, projetos economicamente inviáveis e perda do ativo imobilizado e (ii) da provisão para perdas do valor "controverso" dos benefícios e provisão referente à obrigação atuarial da Lei Estadual 4819/58 (nota 7 (vii)).

**24. RESULTADO OPERACIONAL POR SEGMENTO (Ajustado nota 2)**

A Companhia reporta dois segmentos identificáveis: (i) sistemas de abastecimento de água; e (ii) sistemas de coleta de esgoto.

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA E CONSOLIDADO			CONTROLADORA		
	ÁGUA	<u>2008</u> ESGOTO	TOTAL	ÁGUA	<u>2007</u> ESGOTO	TOTAL
Receita bruta das vendas e serviços varejo	3.503.643	2.891.036	6.394.679	3.325.826	2.724.400	6.050.226
Receita bruta das vendas - por atacado	314.952	16.606	331.558	291.705	8.002	299.707
Outras receitas e serviços prestados	<u>74.547</u>	<u>38.019</u>	<u>112.566</u>	<u>64.359</u>	<u>33.919</u>	<u>98.278</u>
Receita bruta das vendas e serviços	<u>3.893.142</u>	<u>2.945.661</u>	<u>6.838.803</u>	<u>3.681.890</u>	<u>2.766.321</u>	<u>6.448.211</u>
Deduções da receita bruta	<u>(277.310)</u>	<u>(209.821)</u>	<u>(487.131)</u>	<u>(272.575)</u>	<u>(204.794)</u>	<u>(477.369)</u>
Receita líquida das vendas e serviços	<u>3.615.832</u>	<u>2.735.840</u>	<u>6.351.672</u>	<u>3.409.315</u>	<u>2.561.527</u>	<u>5.970.842</u>
Custos, despesas com vendas e administrativas	<u>(2.717.310)</u>	<u>(1.411.906)</u>	<u>(4.129.216)</u>	<u>(2.530.933)</u>	<u>(1.356.944)</u>	<u>(3.887.877)</u>
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais, líquidas	<u>898.522</u>	<u>1.323.934</u>	<u>2.222.456</u>	<u>878.382</u>	<u>1.204.583</u>	<u>2.082.965</u>
Outras despesas operacionais, líquidas			<u>(1.052.984)</u>			<u>(35.176)</u>
Lucro operacional antes das participações societárias e do Resultado Financeiro			<u>1.169.472</u>			<u>2.047.789</u>

O saldo do consolidado do lucro operacional antes das participações societárias totaliza o montante de R\$ 1.169.334, sendo a diferença de R\$ 138 representada principalmente por despesas administrativas, em virtude da Sesamm ser uma empresa em fase pré operacional em 31 de dezembro de 2008.

**25. HONORÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO**

O montante de remuneração pago pela Companhia a seus Conselheiros de Administração e aos Diretores montou em R\$ 2.444 e R\$ 2.373 nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, respectivamente. Um montante adicional de R\$ 933, referente ao programa de Bônus, foi provisionado no período de Janeiro a Dezembro de 2008.

**26. COMPROMISSOS**

**(i) Aluguéis**

# **COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Os aluguéis operacionais, administrativos e de instalações já contratados requerem os pagamentos mínimos como segue:

2009	6.781
2010	2.150
2011	800
TOTAL	9.731

As despesas com aluguéis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007 foram de R\$ 8.516 e R\$ 8.214, respectivamente. Os valores referem-se as seguintes contas, aluguel de imóveis, aluguel de máquinas e equipamentos, aluguel de equipamentos de informática e aluguel de máquinas de xérox.

### (ii) Contratos de demanda firme

A Companhia apresenta contratos de longo prazo de compromisso firme junto a fornecedores de energia elétrica. Os principais valores de contratos dessa modalidade são apresentados como segue:

2009	196.090
2010	135.916
2011	136.110
2012	114.008
2013	847
2014	382
2015	83
TOTAL	583.436

As despesas com energia elétrica para o exercício findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007 foram de R\$ 459.880 e R\$ 474.762 respectivamente. Desses valores R\$ 459.589 (R\$ 474.479 em 2007) foram contabilizados em despesa e R\$ 291 (R\$ 283 em 2007) em investimentos.

## 27. CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Em 14 de novembro de 2007, a Companhia e o Município de São Paulo (as Partes) assinaram um Convênio que visa estabelecer condições para garantir a estabilidade na prestação de serviços públicos de saneamento básico e ambiental na Cidade de São Paulo, cujos principais pontos são:

1.as Partes assumiram o compromisso de estabelecer ações de saneamento básico e ambiental, complementares às ações do Município de São Paulo, investindo na implantação e continuidade de programas, tais como: Programa Córrego Limpo e Programa de Uso Racional da Água – PURA, cujo objetivo é garantir a redução do consumo de água nas unidades públicas, assegurando o abastecimento de água e a qualidade de vida da população;

2.a partir de 14 de novembro de 2007, data de celebração do Convênio, a totalidade dos valores pagos pelo Município de São Paulo à Sabesp, referentes aos órgãos da administração direta, autarquias e fundações, descontados os tributos incidentes, será destinada à realização de ações em saneamento básico e ambiental no Município;

3.o Município assume o compromisso de retomar o pagamento das contas e faturas de consumo corrente emitidas pela Sabesp, a partir de 14 de novembro de 2007, data da assinatura deste Convênio;

4.as Partes concluirão, em até 90 dias, os entendimentos necessários ao equacionamento de suas pendências financeiras e à elaboração das minutas do Projeto de Lei visando obter autorização legislativa para a celebração do Convênio de Cooperação e Contrato de Programa Metropolitano, visando a estabilidade da prestação, pela Sabesp, do serviço de saneamento básico no Município, por meio da gestão associada do serviço público assumida, de forma compartilhada, pelo Município e pelo Estado, observados os princípios gerais do serviço de saneamento básico inscritos na Lei Federal 11.445/07 e na legislação estadual pertinente;

5.as Partes e o Estado deverão concluir, em até 90 dias contados da assinatura do Convênio, os termos e condições do Convênio de Cooperação e Contrato de Programa Metropolitano, visando à estabilidade da prestação dos serviços de saneamento básico no Município, pela Sabesp;



**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

6.a aprovação do Projeto de Lei Municipal Autorizativa é condição essencial, tanto para a assinatura do Convênio de Cooperação, a ser assinado pelo Município e pelo Estado, quanto para a assinatura do contrato de Programa Metropolitano, a ser assinado pelo Município e pela Sabesp;

7.após o encaminhamento do Projeto de Lei à Câmara, as Partes firmarão o instrumento de equacionamento de suas pendências financeiras, quando, então será concedido um desconto no valor de R\$ 120 milhões sobre os débitos do Município, em caráter negocial. Parte desses débitos será pago sem acréscimos financeiros decorrente de juros, multa e atualização monetária, e o saldo remanescente na forma da Portaria Intersecretarial Municipal 01/2005, em 7 parcelas anuais;

8.as Partes requererão a extinção das ações judiciais de cobrança promovidas pela Sabesp, arcando a Sabesp com as custas judiciais, e cada uma das Partes com os honorários advocatícios de seus profissionais, no valor estimado de R\$ 1,9 milhão.

Em 11 de fevereiro de 2008 foi assinado o Primeiro Aditivo ao Convênio com o Município de São Paulo. As Partes resolveram prorrogar o prazo, por igual período, para que as mesmas concluam os entendimentos necessários ao equacionamento de suas pendências financeiras e a elaboração das minutas do Convênio de Cooperação; do Contrato de Programa Metropolitano e do Projeto de Lei Autorizativa.

As etapas já em curso são, a conclusão das minutas dos instrumentos citados, envio do Projeto de Lei à Câmara, finalização dos entendimentos necessários ao equacionamento das pendências financeiras, bem como a definição, em conjunto, das ações em saneamento básico e ambiental.

Em 9 de maio de 2008 foi assinado o Segundo Aditivo ao Convênio, prorrogando o prazo por igual período e prevendo renovações automáticas, por iguais períodos, em não havendo manifestação das partes em sentido contrário.

Em 29 de agosto de 2008 a Prefeitura Municipal de São Paulo encaminhou o Projeto de Lei nº 558/08 à Câmara Municipal de São Paulo. A aprovação desta lei municipal autorizará o poder executivo a celebrar Convênio de Cooperação e Contrato de Programa, com o Estado de São Paulo, com a Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo – ARSESP e com a Sabesp.

Em 22 de dezembro de 2008 foi assinado o Terceiro Aditivo ao Convênio, no qual as Partes resolveram: i – alterar o prazo para o pagamento, pelo Município, do saldo credor favorável à Sabesp, após o encontro de contas; ii – adotar o mesmo critério que a Sabesp irá utilizar para calcular o ajuste a valor presente do saldo credor favorável à Sabesp para deflacionar o desconto negocial acordado no Convênio; iii – inserir no Convênio cláusula autorizando a Sabesp a promover desapropriações.

Ainda em dezembro de 2008, o Projeto de Lei Municipal nº 558/08 foi aprovado em primeira votação. A aprovação final depende de segunda votação em Plenário.

## **28. EVENTOS SUBSEQUENTES**

### **Reestruturação**

A reestruturação nos quadros de colaboradores, iniciada pela Sabesp em fevereiro de 2009, vem ao encontro da necessidade de a empresa adequar-se à nova realidade que tem assumido no mercado: comprometimento com a universalização do saneamento até 2018 nos 366 municípios em que atua em São Paulo e a possibilidade de entrada em novos negócios desde a vigência das Leis Estaduais 12.292/2006 e 1025/2007 que permitiram a empresa atuar em áreas como drenagem, resíduos sólidos e energia.

A empresa realizará concurso público para preenchimento de 1.771 vagas, sendo a maioria para áreas operacionais. O concurso está inserido na estratégia de renovação do quadro funcional da empresa.



**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Dentro desta reestruturação, foi assinado em 20 de fevereiro um TAC – Termo de Ajustamento de Conduta – que inclui o desligamento de todos os funcionários aposentados pelo INSS do quadro permanente da Sabesp, atendendo determinação do Ministério Público Estadual. Para garantir a qualidade de serviços prestados à população, os desligamentos serão feitos de forma gradual, num total de 2.250 aposentados entre 2009 e 2011 com a substituição de profissionais por meio do concurso.

Quando da rescisão do contrato, além das verbas rescisórias será paga a multa de 40% sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço relativo a todo período trabalhado.

Além disso, a Sabesp assegurará aos aposentados a parcela da empresa na manutenção do Plano de Saúde por até seis meses após o desligamento.

A expectativa de desembolso estimado, referente ao desligamento, é de R\$ 166.878.

**Convênio com o Município de São Paulo**

Em 18 de junho de 2009 o Executivo Municipal sancionou a Lei 14.934, decretada na sessão de 03 de junho de 2009, decorrente do Projeto de Lei 558/08.

Em 06 de agosto de 2009 foi assinado o Quarto Aditivo ao Convênio, incluindo às ações de saneamento básico ambiental a canalização dos Córregos CEU Uirapuru, Curtume e Tiburtino.

**EMAE**

A companhia firmou acordo com a EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (“Acordo de Confidencialidade”), com o objetivo de iniciar um processo de avaliação dessa empresa, sem qualquer efeito vinculante, com vistas a uma futura eventual aquisição de ativos que, entre outras alternativas, poderá resultar na reorganização societária da EMAE, ou mesmo na aquisição, pela Companhia, das ações de seu capital de titularidade do Estado de São Paulo, observada a legislação vigente e as condições inerentes às operações dessa natureza.

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - **SABESP**, abaixo assinado, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procedeu ao exame das Demonstrações Financeiras, do Relatório Anual da Administração e da Proposta da Administração para Destinação do Resultado, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2008, refeitos em função dos motivos relatados na nota explicativa nº 07. Nesse sentido, e com base em análises efetuadas, em esclarecimentos adicionais prestados pela Administração, inclusive pelo Comitê de Auditoria, considerando, ainda, o Parecer dos Auditores Independentes da PricewaterhouseCoopers, datado de 27 de janeiro de 2010, em especial os parágrafos 4, 5, 6 e 7, concluiu que os documentos analisados, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, motivo pelo qual opina pelo seu encaminhamento para deliberação da Assembléia Geral de Acionistas. Considerando as alterações descritas no parágrafo 7, do Parecer dos Auditores Independentes datado de 27 de janeiro de 2010, o Conselho Fiscal abaixo assinado está reemitindo o seu parecer datado de 26 de março de 2009, que acompanhou as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

São Paulo, 28 de janeiro de 2010.

MARIA DE FÁTIMA ALVES FERREIRA

EMILIA TICAMI

SANDRA MARIA GIANNELLA

DERALDO DE SOUZA MESQUITA JUNIOR

JORGE MICHEL LEPELTIER

## **Parecer dos auditores independentes**

Aos Administradores e Acionistas  
Companhia de Saneamento Básico do  
Estado de São Paulo - SABESP

- 1 Examinamos o balanço patrimonial da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP ("Companhia") e o balanço patrimonial consolidado da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP e sua controlada em 31 de dezembro de 2008 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado da Companhia e as correspondentes demonstrações consolidadas do resultado, dos fluxos de caixa e do valor adicionado do exercício findo nessa data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras.
- 2 Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nosso exame compreendeu, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Companhia de Saneamento Básico do  
Estado de São Paulo - SABESP

- 3 Somos de parecer que as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP e da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP e sua controlada em 31 de dezembro de 2008 e o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido, os fluxos de caixa e o valor adicionado, bem como o resultado consolidado das operações, os fluxos de caixa e os valores adicionados consolidados referentes ao exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
- 4 Conforme mencionado na Nota 7, a Companhia e o Governo do Estado de São Paulo celebraram instrumento para liquidação do valor denominado incontroverso, referente ao reembolso de complementação de aposentadoria e pensão, pagos pela Companhia em nome e à conta do Governo do Estado de São Paulo. A realização desse ativo poderá eventualmente ser influenciada: (a) pela resolução de incertezas jurídicas causadas por ação pública e da autorização legislativa relativas à transferência dos reservatórios para a Companhia, no montante de R\$ 696.283 mil e (b) pelo recebimento financeiro dos demais valores, no montante de R\$ 260.310 mil.
- 5 Conforme mencionado na Nota 27, foram firmados alguns acordos entre a Prefeitura do Município de São Paulo e a Companhia, buscando o equacionamento dos débitos existentes em contexto que envolve simultaneamente a estabilidade na prestação dos serviços e o estabelecimento de ações de saneamento. Em razão do atual estágio das negociações entre a Companhia e o Município de São Paulo, a administração tem a expectativa de que nenhum ajuste será necessário aos correspondentes valores incluídos nas demonstrações financeiras. Dessa forma, nenhum ajuste foi consignado nas demonstrações financeiras.
- 6 O exame das demonstrações financeiras da controladora do exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram parecer sem ressalva, com dupla data, sendo 26 de março de 2009 para a Nota 3 e 27 de março de 2008 para o restante do relatório, porém com parágrafos de ênfases relacionados: (i) ao ressarcimento dos valores de complementação de aposentadoria e pensão pagos pela Companhia, (ii) ao convênio firmado entre a Prefeitura do Município de São Paulo e a Companhia e (iii) ao descrito na Nota 3 sobre o fato que, em decorrência das mudanças nas práticas

Companhia de Saneamento Básico do  
Estado de São Paulo - SABESP

contábeis adotadas no Brasil, durante 2008, o balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2007 da controladora e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, correspondentes ao exercício findo naquela data foram ajustados e estão sendo reapresentadas como previsto na NPC 12 - "Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros".

- 7 Conforme descrito na nota explicativa 2 às demonstrações financeiras, o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2008 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 foram ajustadas em relação àquelas apresentadas anteriormente. Tendo em vista essas alterações, estamos reemitindo esse relatório, que substitui o relatório datado de 26 de março de 2009, emitido com ressalva.

São Paulo, 27 de janeiro de 2010

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

Paulo Cesar Estevão Netto  
Contador CRC 1RJ026365/O-8 "T" SP

## PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da  
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP  
São Paulo - SP

1. Examinamos o balanço patrimonial da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP ("Companhia"), levantado em 31 de dezembro de 2007, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP em 31 de dezembro de 2007, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e o valor adicionado de suas operações correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Conforme mencionado nas notas explicativas nº 6 às demonstrações financeiras, a Companhia está em fase de negociação com o Governo do Estado de São Paulo, no que tange ao ressarcimento dos valores de complementação de aposentadoria e pensão pagos pela Companhia.

5. Conforme mencionado na nota explicativa nº 26 às demonstrações financeiras, em 14 de novembro de 2007 foi firmado convênio entre a Prefeitura do Município de São Paulo e a Companhia, buscando a estabilidade na prestação dos serviços no Município de São Paulo e o estabelecimento de ações de saneamento básico e ambiental complementares às ações do Município.
6. Conforme descrito na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil, durante 2008, o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2007 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007 foram ajustadas e estão sendo reapresentadas como previsto na NPC 12 - Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros.

São Paulo, 27 de março de 2008, exceto para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, datada de 26 de março de 2009

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Audítores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Marco Antonio Brandão Simurro  
Contador  
CRC nº 1 RJ 052000/O-0 "S" SP

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



**Emissora**

**Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP**

Rua Costa Carvalho, nº 300  
São Paulo - SP

**Coordenador Líder**

**BB - BANCO DE INVESTIMENTO S.A.**  
Rua Senador Dantas, nº 105, 36º andar, Centro  
Rio de Janeiro - RJ

**Coordenador**

**CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**  
Avenida Paulista, nº 2.300, 12º andar, Cerqueira César  
São Paulo - SP

**Coordenador**

**HSBC CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**  
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.064, 4º andar  
São Paulo - SP

**Coordenador**

**BANCO VOTORANTIM S.A.**  
Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 16º andar  
São Paulo - SP

**Assessor Legal da Emissora**

**SOUZA, CESCOT, BARRIEU E FLESCHE ADVOGADOS**  
Rua Funchal, nº 418, 11º andar  
São Paulo - SP

**Assessor Legal dos Coordenadores**

**MOTTA, FERNANDES ROCHA ADVOGADOS**  
Alameda Santos, nº 2.335, 11º andar  
São Paulo - SP

**Auditores Independentes**

**DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES**  
Rua Alexandre Dumas, nº 1.981  
São Paulo - SP

**PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES**

Avenida Francisco Matarazzo, nº 1.400, Torre Torino  
São Paulo - SP

[www.luzpublicidade.com.br](http://www.luzpublicidade.com.br)



(11) 3121-5555